

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

Rose Mary Gerber

MULHERES E O MAR:

Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no
litoral de Santa Catarina, Brasil

Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
Maio de 2013

Rose Mary Gerber

MULHERES E O MAR:

Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal
no litoral de Santa Catarina, Brasil

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal de Santa Catarina
para obtenção do grau de Doutora em
Antropologia Social.
Orientadora: Prof^a. Dra. Sônia Weidner
Maluf.

Florianópolis
Maio de 2013.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gerber, Rose Mary

Mulheres e o mar : uma etnografia sobre pescadoras
embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa
Catarina, Brasil / Rose Mary Gerber ; orientador, Sônia
Weidner Maluf - Florianópolis, SC, 2013.

418 P.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. pescadoras. 3. pesca
artesanal. 4. sujeitos. 5. (in)visibilidade. I. Maluf,
Sônia Weidner. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

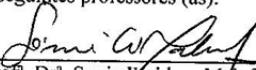
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

“Mulheres e o mar:
uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no Litoral de Santa
Catarina, Brasil”

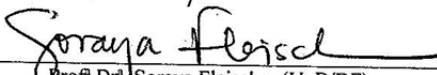
ROSE MARY GERBER

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sonia Weidner Maluf

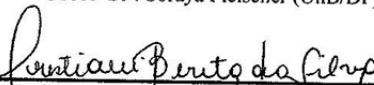
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores (as):



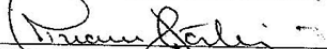
Prof^a. Dr^a. Sonia Weidner Maluf (Orientadora PPGAS/UFSC)



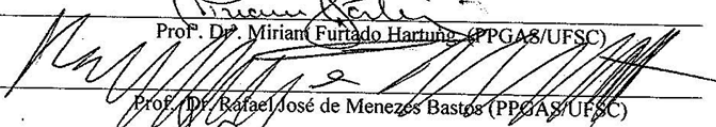
Prof^a. Dr^a. Soraya Fleischer (UnB/DF)



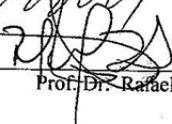
Prof^a. Dr^a. Cristiani Bereta da Silva (UDESC/SC)



Prof^a. Dr^a. Miriam Furtado Hartung (PPGAS/UFSC)



Prof. Dr. Rafael José de Menezes Bastos (PPGAS/UFSC)



Prof. Dr. Rafael Victorino Devos (PPGAS/UFSC)

Prof^a. Dra. Alicia Norma Gonzalez de Castells (coordenadora do PPGAS)

Florianópolis, 09 de 20

Ao meu pai Guido Gerber, *in
memorium.*

À minha mãe, Laura Gerber, exemplo
de tenacidade e força; inspiração de
vida.

A todas as pescadoras, estas mulheres
que compõem uma rara *linhagem de
guerreiras.*

AGRADECIMENTOS

Esse é o momento de visibilizar que, embora este seja um trabalho autoral e de inteira responsabilidade de quem o fez, só foi possível devido a muitas outras pessoas, familiares, amigos, amigas, entidades, instituições, orientadora, que estiveram presentes e contribuíram para que o percurso de construção desta escrita se tornasse possível. Muito me foi dado e, portanto, muito tenho a agradecer. Portanto, meus agradecimentos:

Epagri que me permitiu esta experiência, junto a qual reforço a importância do investimento no processo de qualificação continuada de seus profissionais por meio do Programa de Pós-Graduação, aí incluindo as extensionistas sociais, considerando que, em cinquenta anos de extensão rural em Santa Catarina, sou a primeira mulher extensionista social a conquistar o grau de doutora. Que mais mulheres desta empresa tenham esta oportunidade.

Em especial, agradeço a alguns colegas que foram maravilhosos, me disponibilizando um pouco de seu tempo: ao Mior, meu “conselheiro acadêmico”, responsável na empresa por acompanhar meu processo de doutoramento; à equipe da biblioteca que sempre me recebeu com carinho e atenção; à equipe do setor de mapeamento, em especial ao Adilson, pelo mapa de localização, e a Yara, pelo otimismo inabalável e contagiante; à equipe do setor de vídeo pelas sugestões e trocas sobre imagens e produções; aos colegas do Microbacias 2 com os quais trabalhava antes de sair para o doutorado, pelo interesse e amizade; aos colegas da GERP (Gerência de Pesquisa e Extensão), à qual retornei após o tempo concedido ao doutoramento, e da GPI (Gerência de Pesquisa) pelo incentivo. Especialmente Berna, Ivanete, Ivanda que acompanharam tudo desde o começo.

De forma especialmente muito grata, aos colegas dos escritórios locais, regionais ou âmbito estadual da Epagri que atuam com populações pesqueiras e que me receberam ou, de alguma forma, contribuíram com esta pesquisa: Tânia, Diva, Bete, Ivanir, Cilana, Eduardo, Antônio, Barros, Jana, Lena, Jane, Beth, Jeferson.

Capes, que viabilizou a realização do Estágio de Doutorado em Portugal, e ao IBP (Instituto Brasil Plural), que apoiou financeiramente o trabalho de campo. Ambos me possibilitaram um exercício intelectual, afetivo, emocional por meio de deslocamentos essenciais para este trabalho como uma experiência de vida.

PPGAS/UFSC, que me recebeu após tantos anos de afastamento. Agradeço as trocas, sugestões, os aprendizados que levo comigo nesta

tarefa que me propus de levar a antropologia para além dos muros da universidade. Entendo que é preciso caminhar lado a lado com nossos pares, quanto dentro tanto fora do meio acadêmico.

Alguns mestres foram centrais no meu percurso: Neusa Bloemer, responsável pelo meu *encantamento* pela antropologia, ainda na graduação. À época do mestrado, meu percurso na antropologia teve continuidade graças a: Esther Jean Langdon, porque, em um momento de medo e insegurança, com sua gentileza, me tranqüilizou apontando que “o nordeste era favorável”; Rafael José de Menezes Bastos, que naquela ocasião ao me perguntar de forma jocosa, porém firme: “Rose, você não vai ter coragem de enfrentar o boi?” Me instigou uma disposição e coragem para enfrentar os muitos bois que estariam por vir; Ana Luiza Carvalho da Rocha que além de uma mestra exemplar, se tornou uma grande amiga. No processo de doutoramento convivi de forma mais próxima e agradeço aos ensinamentos e trocas de: Alicia Castells, Miriam Furtado, Oscar Calávia Saez, Maria Regina Lisboa, Alberto Groisman, Rafael José de Menezes Bastos e Sônia Weidner Maluf.

Miriam Hartung e Maria Ignês Paulilo, da banca de qualificação, pelas críticas, sugestões e desafio a buscar outros lugares e pessoas.

Soraya Fleischer, Cristiani Bereta da Silva, Miriam Hartung, Rafael José de Menezes Bastos e Rafael Devos que, aceitando o convite para a banca examinadora da tese, me presentearam com o seu tempo, lendo, sugerindo, comentando meu trabalho. Também agradeço a Carmen Suzana Tornquist e Maria Regina Lisboa, suplentes.

Secretaria do PPGAS/UFSC, cuja equipe agiliza trâmites, documentos, exigências burocráticas tornando o processo mais tranqüilo para os estudantes;

Colegas da turma 2009/2: Bárbara, Cinthia, Clarissa, Cláudia, Danielli, Fernanda, Raquel e Tatyana. E à querida turma de colegas a qual me agreguei: Mirella, Fernanda e Tati.

Colegas do Transes, pelas leituras e trocas instigantes que compuseram os diferentes momentos de crescimento em conjunto.

Ana Paula e Marco Aurélio; Mirella e Glauco pela experiência de estágio docência, em que dividimos idéias e compartilhamos responsabilidade e compromisso.

Três pessoas foram especiais quanto à minha determinação para escrever: Cláudia Gonçalves, que me disse um dia: “temos que sentar todo dia na frente do computador. Mesmo que não saia nada, mas ficamos ali à disposição de nosso trabalho”; ao Marco Antônio, feito um guardião amigo me lembrava cada vez que conversávamos: “a tese não

vai surgir do nada, como num passe de mágica ou inspiração. É preciso escrever e reescrever um pouco a cada dia”; em Portugal, à Catarina Mira que me contou que um colega do mestrado tinha dito: “se eu escrever um parágrafo por dia terminarei no prazo”. Todos riram. Ele terminou.

Soraya Fleischer que durante o seminário do Transes, em 2011, ao tecer comentários e sugestões sobre minha pesquisa, verbalizou uma frase que me marcou profundamente: “Que o teu trabalho faça jus ao trabalho delas”.

Ana, por me presentear com um pouco de seu tempo quando ela própria estava finalizando sua tese e discutir comigo a minha proposta de fazer um pequeno documentário sobre as mulheres pescadoras. Ao Marcos por criar a capa para o mesmo.

Em Portugal, ao meu orientador Dr. João Leal, que soube me indicar de forma certa bibliografias e pessoas inseridas no mundo da pesca: Dr. Luis Martins, que dividiu comigo visões e experiências sobre a pesca; Dr. Francisco Oneto Nunes, que se tornou um de meus principais interlocutores indicando referências, localidades e pessoas, mostrando que é possível fazermos muitas coisas mesmo que a vida tenha *três horas e oito cotovelos*. À Cristina que me orientou e acompanhou quanto aos trâmites necessários junto a Universidade Nova de Lisboa (UNL) e ao Centro em Rede de Investigadores em Antropologia (CRIA).

UMAR-Açores que me recebeu de forma muito simpática, acolhedora e interessada em meu trabalho e na troca de experiências.

Mulheres pescadoras que me receberam com alegria, disposição e sinceridade, em especial as senhoras Maria José, Paula, Virgínia e Cecília em Póvoa de Santa Iria; às senhoras Suzana, Isabel e Madalena em Póvoa de Varzim, e Ilidia e Maria em Açores.

Pessoas que conheci no percurso desta experiência além-mar e que de diferentes formas me acolheram, seja em suas casas, seja me levando às comunidades ou nos esforços de contatos e sugestões sobre onde ir visando encontrar as mulheres pescadoras em Portugal Continental e em Açores: Francisco Oneto Nunes; Luís Martins; Joaquim Piló; Carlos Robalo; Maria Manuel, Senhora Noé, Catarina Quintela e respectivas famílias; Catarina Mira; Joana Agra; Teresa Nóbrega; Manuel Costa e sua equipe de trabalho, pela recepção, gentileza, material cedido e contatos viabilizados; senhora Luisa da Costa, Padre João Francisco Marques, senhor José Azevedo, Deolinda Carneiro; Carlos e Inês, da Formar.

Duas amigas se fizeram especiais neste processo, lendo os primeiros escritos, sugerindo, questionando, comentando, incentivando. Em Portugal, Maria Manuel Quintela. Em Santa Catarina, Micheline Ramos de Oliveira. Além das instigantes trocas intelectuais, ambas dividiram comigo caminhadas, comidas maravilhosas e bebidas inspiradoras. Muito obrigada.

Amigos-irmãos do voluntariado no CAPC, pela energia, amparo, risos e amorosidade no trabalho nas manhãs de sábado.

Amigas e aos amigos de muito tempo. São muitos e eles sabem quem são.

Minha família: mãe, sobrinhos e sobrinha, cunhados, pelos momentos de carinho, amor, apoio e gargalhadas. Especialmente às *filhas da mãe*, Rosa, Raquel, Regina, Rose Ane e Rita, minhas irmãs; minhas primeiras e sempre amigas.

Meus guias, mestres e mentores. Em especial às entidades femininas que me acompanharam neste percurso: Iemanjá, mãe das águas do mar; Iansã que, com seu grande leque, varreu todos os ventos; Mamã Oxun que me protegeu ali *onde o rio encontra o mar*.

Muito especialmente, à minha orientadora, Sônia Weidner Maluf, mestra e amiga; competente, séria, comprometida, não só com a antropologia, mas com aqueles que lhe cercam. Sua orientação meticulosa, atenta e pautada pelo respeito e entusiasmo, embora às vezes contido, soube, por um lado, relevar minhas limitações e, por outro, valorizar e tirar de mim o que tenho de melhor. Acredito que conseguimos como resultado um trabalho denso, ético e comprometido.

Finalmente, às mulheres pescadoras e às suas famílias que abriram suas casas, suas vidas e que compartilharam comigo angústias, alegrias, risos, questionamentos, (a)sujeitamentos, experiências, me ensinando a cada dia o quão caro pode custar nossas vidas quando a *distração* nos tira a *concentração* necessária à sobrevivência no mar, mas também em relação à própria existência humana.

Muito obrigada!

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

As citações em língua estrangeira foram traduzidas no corpo do texto, cuja citação original estará remetida em nota de rodapé, objetivando uma leitura mais fluída.

Nas citações em que constava itálico, mantive como no original. Quando se tratar de itálico de minha autoria objetivando destacar algum tópico, questão, passagem; indicarei em nota de roda-pé.

Optei por prescindir das aspas e usar itálico quando, na composição do texto, exponho trechos de narrativas, situações, expressões, falas que ouvi em campo sobre as quais quero chamar atenção. Quando excederem quatro linhas, receberão o devido destaque.

Inicialmente meu propósito era escrever de forma a preservar o tempo passado considerando o tempo do campo que compunha a etnografia. No entanto, ao exercitar a escrita tempo passado e tempo presente, às vezes infinitivo, se mesclaram. Inicialmente, pensei em mudar tudo dando ao texto uma uniformidade para, a seguir, me dar conta de que o próprio texto me apontada uma fluidez e sobreposição dos diferentes tempos que se perpassam e que compõem campo e escrita. Não só passado, nem só presente, mas um contínuo ir e vir.

RESUMO

Esta é uma tese sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no Litoral de Santa Catarina, Sul do Brasil, sendo que procurei observar como, onde, porque e até que ponto estas mulheres se reconhecem, são reconhecidas, e como estariam buscando o reconhecimento de seus direitos como pescadoras. Afirmar que estas mulheres atuam como embarcadas na pesca artesanal implica dizer que trabalham em embarcações pequenas, entre três e nove metros de comprimento, se deslocando ao mar e retornando à terra diariamente em períodos que oscilam de três a dezesseis horas, dependendo se trabalham com peixes, camarão, siri, berbigão. Diferenças que compõem os saberes-fazerem da denominada pesca artesanal em que as pescadoras se deparam com elementos agentes que interferem diretamente o cotidiano da pesca e a sua relação com o mar, fonte de renda, mas também de fuga e terapia. Por serem mulheres, estas pescadoras se deparam continuamente com o não reconhecimento delas por parte do Estado e de seus técnicos, assim como nas próprias pesquisas acadêmicas e na sociedade de forma ampla. Emergem, no decorrer da tese, questões relacionadas às suas vidas, como o aprendizado e o trabalho, o *gosto* pela pesca, corpos e corporalidade, a circularidade entre diferentes saberes na relação entre pescadoras e extensão rural. O fulcro da tese diz respeito a questões sobre reconhecimento e (in)visibilidade de mulheres na pesca, observando que em meio aos constantes (a)sujeitamentos, elas vêm se construindo como sujeitos, pescadoras, em que o riso, o bom humor e a jocosidade são táticas de sobrevivência e de duração.

Palavras-chave: pescadoras; pesca artesanal; corpos; sujeitos; (in)visibilidade.

ABSTRACT

The present thesis is about artisan fishing fisherwomen, who use boats in their craft, in the coast of Santa Catarina, south of Brazil. The proposal was to observe how, where, why, and to what extent these women recognize themselves, and are recognized as fisherwomen, and also how they seek recognition for their rights as fisherwomen. These women work in small vessels, they can be from three to nine meters long. They fish daily, and they can be in the sea from three up to sixteen hours straight. The differences in the hours they fish, in the kind of vessels they use, the kind of fishing they practice and the species of fish gathered, compose the knowledge-doing of the so called artisan fishing. In their daily existence these fisherwomen are confronted with agent elements which interfere directly with their fishing and with their relationship with the sea, which is for them a source of income but also an escape and a therapy. The fact that they are *fisherwomen* means that they face continuously the struggle for recognition, be that the recognition of the State and its technicians, or the recognition of academic research or even the recognition of society as a whole. The thesis dwells specifically on questions connected with their lives, the process of learning the trade, their *love* for fishing, bodies and corporalities, and the circularity of knowledge about fishing in the relationship between the fisherwomen and the rural extension. The core of the thesis is related to questions regarding the non recognition and invisibility of the women fishing. In the mist of the constant subjectivation they have been constructing themselves as subjects, as fisherwomen. This is process in which laughter and good mood are tactics of survival and duration.

Keywords: fisherwomen; artisan fishing; bodies; subjects; (in)visibilities.

RESUMÉ

Cette thèse concerne les pêcheuses embarquées le long de la côte de Santa Catarina, Sud du Brésil. J'ai cherché à savoir comment, où, pourquoi et dans quelle mesure ces femmes se reconnaissent, sont reconnues et comment elles chercheraient la reconnaissance de leurs droits comme pêcheuses. Affirmer que ces femmes agissent comme chargées de la pêche artisanale implique dire qu'elles travaillent dans de petites embarcations, de trois à neuf mètres de long, se déplaçant à la mer et retournant sur terre tous les jours en périodes qui varient entre trois à seize heures. Différences telles qui composent les savoir-faire de la pêche artisanale dans laquelle les pêcheuses rencontrent les éléments qui interfèrent avec les agents directement dans la vie quotidienne de la pêche et de leur relation avec la mer. Cette dernière, source de revenus, mais aussi un dévouement et une thérapie. Parce que ce sont des femmes, ces pêcheuses se heurtent en permanence à la non-reconnaissance de la part de l'État et ses techniciens, ainsi que dans la recherche universitaire et dans la société en général. Tout au long de la thèse, des questions liées à la vie de ces femmes sont posées. Que ce soit sur leur apprentissage et travail, sur leur *goût* pour la pêche, sur leurs corps et leur corporéité, ou sur la circularité entre différents savoirs concernant la relation entre pêcheuses et extension rurale. Le point d'appui de la thèse vise les questions sur la non-reconnaissance et l'(in) visibilité de ces femmes-là. Celles qui face aux constants assujettissement évoluent comme sujets, comme pêcheuses et dont les rires et la bonne humeur sont les tactiques de survie et de *durée*.

Mots-clés: pêcheuses; pêche artisanale; corps; sujets; (in) visibilité.

RESUMEN

Esta es una tesis sobre pescadoras embarcadas que desarrollan la pesca artesanal al largo de en la costa de Santa Catarina, en el sur de Brasil, siendo en la que procuré observar cómo, dónde, por qué y hasta qué punto estas mujeres se reconocen y son reconocidas y se reconocen a sí mismas en relación a, y cómo estarían buscando el reconocimiento de sus derechos como pescadoras. Afirmar que estas mujeres actúan como embarcadas en la pesca artesanal implica decir que trabajan en pequeñas embarcaciones, de entre tres y nueve metros de largo, indo a la yendo al mar y regresando a tierra diariamente, en períodos que varían de tres a dieciséis horas, dependiendo si trabajan con peces, gamba cangrejos o conchas. Esas diferencias condicionan los “saber-hacer” de la denominada pesca artesanal, en la cual las pescadoras se deparan con elementos agentes que interfieren directamente el en su cotidiano de la pesca y en su relación con la el mar, siendo este fuente de ingresos pero también de fuga y terapia. Porque son Por ser mujeres, estas pescadoras se deparan continuamente ante con el no reconocimiento de ellas por parte del Estado y de sus técnicos y con la invisibilidad manifiesta así como en las propias investigaciones académicas y en la sociedad en general. Surgen e En el curso de la tesis surgen cuestiones relacionadas con distintos aspectos de sus vidas, como el aprendizaje, el trabajo, el *gusto* por la pesca, la relación con los cuerpos y la corporalidad, y la circularidad entre diferentes conocimientos saberes en la relación entre pescadoras y extensión rural. El fulcro eje de la tesis se construye en torno al problema del refiere a cuestiones acerca del no reconocimiento e invisibilidad de las mujeres en la pesca, observando que en medio de los constantes (a) ‘sujeitamentos’, las diversas maneras en que ellas vienen se construyendo como sujetos, pescadoras, siempre apelando a en la que la risa, el buen humor y la jocosidad son como tácticas de supervivencia y duración.

Palabras-clave: pescadoras; pesca artesanal; cuerpos; sujetos; invisibilidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - localização dos municípios pesquisados	155
Figura 2 - Josilene (Josi), 27 anos, Armação do Pântano do Sul, Florianópolis.	156
Figura 3 - Rosa (Rosinha), 64 anos, Barra, Balneário Camboriu.	159
Figura 4 - Fátima (Fa), 49 anos, Barra do Sul.	162
Figura 5 - Geni (Nica), 43 anos, Barra do Sul, com Miguel, seu marido e camarada.	165
Figura 6 - Alzira, 49 anos, Barra do Sul, com Dé, seu marido e camarada.	168
Figura 7 - Cecília (Cila), 53 anos, Barra do Sul, com Marquinho, seu marido e camarada.	171
Figura 8 - Dulcinéia (Néia), 32 anos, Barra do Sul.	173
Figura 9 - Tânia Márcia (Márcia), 50 anos, Barra do Sul.	176
Figura 10 - Terezinha, primeira à esquerda, 45 anos, Barra do Sul. ..	179
Figura 11 - Cristine (Tina), 44 anos, Araquari.	181
Figura 12 - Cheila, 33 anos, Barra do Sul.	184
Figura 13 - Adriana, 22 anos, em sua embarcação, Barra do Sul.	186
Figura 14 - Elzi Maria (Zica), 51 anos, São Francisco do Sul.	189
Figura 15 - Dona Paulina, 70 anos, São Francisco do Sul.	191
Figura 16 - Iliete, 46 anos, com Raul, seu marido, Itapoá.....	193
Figura 17 - Adriana, 37 anos, na embarcação puxada para conserto, Itapoá.	195
Figura 18 - Tereza, 45 anos, em sua embarcação, Laguna.	198
Figura 19 - Nair (Naca), 62 anos, Governador Celso Ramos.	201
Figura 20 - Nair (Naca), 62 anos, Governador Celso Ramos.	201
Figura 21 - Maria da Graça (Mãezinha), 49 anos, São Francisco do Sul.	205
Figura 22 - Maria da Graça (Mãezinha), 49 anos, São Francisco do Sul.	205
Figura 23 - Neneca entre dois de seus irmãos, quando vivia na Ilha dos Remédios.	210
Figura 24 - Neneca, com Nézinho, seu marido/camarada.	210
Figura 25 - Neneca saindo para colocar as redes.	210
Figura 26 - Da esquerda para a direita, a mãe, Neneca, o pai e Patrícia, a irmã.	214
Figura 27 - À esquerda, Neneca ao lado da mãe. No canto direito, o pai.	217
Figura 28 - Botes para a pesca de peixes;a canoa Tansinha, pronta com pegas de siri.	233

Figura 29 - Botes para a pesca de peixes;a canoa Tansinha, pronta com pegas de siri.	234
Figura 30 - agulhas e linha para consertos de redes	236
Figura 31 - momentos de conserto de uma rede feito por Neneca e Nézinho.	236
Figura 32 – Dé transformando uma sombrinha em bandeira.	240
Figura 33 - Algumas formas de ser bandeira.	241
Figura 34 - Dona Iliete leva o banquete... ..	247
Figura 35 - Gaivotas e urubus fazem a festa.	248
Figura 36 - Algumas das muitas bicicletas.	257
Figura 37 – Mulheres e cotidianos na pesca	263
Figura 38 – Mulheres e cotidianos na pesca	264
Figura 39 – Mulheres e cotidianos na pesca	265
Figura 40 – Mulheres e cotidianos na pesca	266
Figura 41 – Mulheres e cotidianos na pesca	267
Figura 42 – Mulheres e cotidianos na pesca	268
Figura 43 - Maridos, filhos, filhas, amigos: camaradas	269
Figura 44 - Mãos nas/da pesca.....	270
Figura 45 - Mãos nas/da pesca.	271
Figura 46 - Mãos da pesca em festa.	272
Figura 47 - Mãos da pesca em festa.	273
Figura 48 – Indumentária.	274
Figura 49 – Indumentária.	275
Figura 50 – Invenções.	276
Figura 51 – Invenções.	276
Figura 52 - Peixe: cru, cozido, assado, defumado.	277
Figura 53 - Peixe: cru, cozido, assado, defumado.	277
Figura 54 - A antropóloga em campo: o exercício da sombra.	278
Figura 55 - Macacões de oleado.	308
Figura 56 - Mulher, homem; a mesma roupa.	309
Figura 57 - Carteira de Pescadora Profissional.	351

SIGLAS

ABA- Associação Brasileira de Antropologia
Acarpesc – Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina
Acaresc – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ANP- Articulação Nacional das Pescadoras
AKTEA – Rede Européia de Mulheres na Pesca
CEE – Comunidade Económica Européia
CNPA – Confederação Nacional de Pesca e Aqüicultura
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social
CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social
CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal
CPP - Carteira de Pescador Profissional
Epagri - Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Formar – Formação do Mar
GRPE - Programa Gênero, Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IQT – Cotas Transferíveis
FMI – Fundo Monetário Internacional
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras
MMP – Movimento de Mulheres Pescadoras
MPA – Ministério da Pesca e Aqüicultura
MTE – Ministério de Trabalho e Emprego
NEA – Núcleo de Estudos Açorianos
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RGP - Registro Geral de Pesca
SEAQ – Secretaria Especial de Pesca e Aqüicultura
SESEP - Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza
SUS - Sistema Único de Saúde
UE – União Européia
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
SOBRE UM CAMPO QUE É MAR	31
UM CAMPO E SEUS DESLOCAMENTOS. DESLOCAMENTOS EM CAMPO.....	42
TEMPOS DE ESPERA E TEMPOS DE AGITO. OU, SOBRE OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS.....	45
UMA AVENTURA ANTROPOLÓGICA. OU, A PERDA DA INOCÊNCIA.....	51
A ANTROPÓLOGA COMO SOMBRA	56
MAREAR E MADRUGAR	61
BOTAS, MACACÃO, LATINHA: O CORPO DA ANTROPÓLOGA.....	64
NARRAR A TRAJETÓRIA; OUVIR A NARRATIVA.....	67
VIR À TONA E VOLTAR A MERGULHAR	67
OS CAPÍTULOS DA TESE	68
CAPÍTULO I - BRASIL DE ÁGUAS: ANTROPOLOGIA E PESCAS	73
1.1 MUSSOLINI, A PRECURSORA DOS ESTUDOS DE PESCA NO BRASIL.....	74
1.2 ESTUDOS ANTROPÓLOGOS SOBRE A PESCA NO BRASIL.....	81
1.3 ALEMÃO DE OUTRA RAÇA: SOBRE PESCA E AÇORIANIDADE EM SANTA CATARINA	91
1.4 HOMENS E MULHERES; MAR E TERRA	95
1.5 SOBRE PESCA E GÊNERO: HOMENS, MULHERES, MAR E TERRA.....	104
CAPÍTULO II - ACERCA DE UMA VIAGEM ALÉM-MAR.....	109
2.1 A PESCA EM PORTUGAL: OUTROS MESMOS OLHARES ..	109
2.2 ANTROPOLOGIA MARÍTIMA EM PORTUGAL.....	111
2.3 CONVERSAS COM UM SINDICALISTA DA PESCA.....	119
2.4 EM BUSCA DE RECONHECIMENTO PROFISSIONAL	124
2.5 A PESCA CÁ E LÁ: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.....	126
2.5.1 Acerca dos ciganos do mar: Póvoa de Santa Iria	127
2.5.2 Três peixeiras em Póvoa de Varzim.....	132
2.5.3 Em Açores	140
2.6 SIM, ELAS EXISTEM: PESCADORAS EM PORTUGAL CONTINENTAL E AÇORES	144

2.7 NOTAS SOBRE O ÓDIO ALÉM MAR: ESSAS MULHERZINHAS, AS BRASILEIRAS	147
---	-----

CAPÍTULO III - AS PESCADORAS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS.....149

3.1 ELAS, POR ELAS	156
3.1.1 Josi.....	156
3.1.2 Rosinha.....	159
3.1.3 Fátima	162
3.1.4 Geni	165
3.1.5 Alzira.....	168
3.1.6 Cecília.....	171
3.1.7 Néia.....	173
3.1.8 Márcia	176
3.1.9 Terezinha	179
3.1.10 Tina	181
3.1.11 Cheila	184
3.1.12 Adriana	186
3.1.13 Zica	189
3.1.14 Paulina	191
3.1.15 Iliete.....	193
3.1.16 Adriana	195
3.1.17 Tereza.....	198
3.2 UM MERGULHO MAIS PROFUNDO: NACA E MÃEZINHA	201
3.2.1 Eu sou Naca: uma pescadora de verdade.....	201
3.2.2 Até a minha batera tem esse nome: Mãezinha	205
3.3 ENTÃO, EU MERGULHEI UM POUCO MAIS: SAFIRA, A NENECA	210
3.3.1 Patrícia, a irmã.....	214
3.3.2 Luiza, a mãe.....	217

CAPÍTULO IV – O MUNDO DA PESCA DAS MULHERES221

4.1 O MAR.....	221
4.1.1 A sutil complexidade dos elementos atores.....	221
4.1.2 O mar como vício, fuga, terapia.....	226
4.2 INSTRUMENTOS DE TRABALHO	231
4.2.1 Embarcações.....	231
4.2.2 Agulhas, linhas, redes	234
4.2.3 As bandeiras	236
4.3. O PEIXE	241

4.3.1 Os mais cobiçados e os mais perigosos	241
4.3.2 Os peixes e as redes	242
4.3.3 A morte do peixe; a vida na pesca.....	244
4.3.4 Outros bichos: cachorros, gatos, gaivotas, urubus	246
4.4 EM TERRA: O TRABALHO CONTINUA	249
4.4.1 Entre o cru e o cozido, cozinhas e ranchos de pesca.....	249
4.4.2 Mulheres máquinas, mulheres e máquinas	254
4.4.3 As bicicletas.....	256
CAPÍTULO V – IMAGENS COMO NARRATIVA.....	259
5.1 SOBRE O USO DE IMAGENS.....	259
5.2 NARRATIVA FOTOGRÁFICA	263
5.2.1 Mulheres e cotidianos nas pescas	263
5.2.2 Maridos, filhos, filhas, amigos: camaradas	269
5.2.3 Mãos nas/da pesca	270
5.2.4 Mãos da pesca em festa	272
5.2.5 Indumentária	274
5.2.6 Invenções	276
5.2.7 Peixe: cru, cozido, assado, defumado... ..	277
5.2.8 A antropóloga em campo: o exercício da sombra.....	278
CAPÍTULO VI – O MUNDO DAS MULHERES NA PESCA: APRENDIZADOS E CORPOS.....	279
6.1 APRENDER: APRENDIZADO, TRANSMISSÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES	281
6.2 AMIZADE E CAMARADAGEM.....	289
6.2.1 Entre amigas: com quem se trabalha em terra.....	289
6.2.2 Dois que é um: camaradas.....	294
6.3 DE PERTO E DE LONGE; DE DENTRO E DE FORA: POR QUE SE TRABALHA NO MAR.....	297
6.4 O CORPO NA/DA/PARA A PESCA	301
6.4.1 Sobre o corpo na pesca.....	301
6.4.2 Roupas que fabricam corpos	308
6.4.3. Corpos: os riscos; a morte	311
6.4.4 O corpo como memória da profissão.....	319
6.4.5 Corpo-mãos: prova da profissão.....	324
CAPÍTULO VII - A RELAÇÃO COM O ESTADO: ENTRE SABERES, RECONHECIMENTO E (IN) VISIBILIDADE, UM SUJEITO QUE NÃO SE ENQUADRA?	329

7.1 SOBRE A CIRCULARIDADE DE SABERES E FAZERES: PESCADORAS E EXTENSIONISMO	332
7.2 PESCA E TECNOLOGIA	343
7.3 SOBRE RECONHECIMENTO DOS DIREITOS	349
7.4 ACERCA DE (IN)VISIBILIDADES E ANONIMATOS	352
7.5 UMA LINHAGEM DE GUERREIRAS: MULHERES DE VALENTIA	369
7.6 ENREDAMENTOS DE UMA REDE FEITICEIRA	377
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	381
 REFERÊNCIAS	391

INTRODUÇÃO

Se eu posso resumir o que é a vida na pesca para vocês da universidade entenderem, eu poderia dizer assim: seis anos, faculdade; dez anos, mestrado; quinze anos, doutorado. Vinte anos: tudo está só começando. De tão complexo que a pesca é
(Neneca, Barra do Sul).

Era no mar azul que a gente ia. No mar azul é cerca de trinta, quarenta metros de fundura, a gente também ia nas ilhas. O mar azul é uma corrente marítima diferente da corrente da costa. O mar da costa, esse daqui, é um mar que a cor é verde. Quando a gente vai para o alto mar tem uma divisa bem certinha que divide a água azul da água verde. Lá na água azul é que dá o dourado, que é o peixe que os turistas querem (Adriana, Barra do Sul).

SOBRE UM CAMPO QUE É MAR

Esta é uma tese sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal em Santa Catarina, Sul do Brasil, sendo que procurei observar como, onde, porque e até que ponto estas mulheres se reconhecem, são reconhecidas, e como estariam buscando o reconhecimento de seus direitos como pescadoras. Afirmar que estas mulheres atuam como embarcadas na pesca artesanal implica dizer que trabalham em embarcações pequenas, entre três e nove metros de comprimento, se deslocando ao mar e retornando à terra diariamente em períodos que oscilavam de três a dezesseis horas, dependendo o tipo de pesca que realizam, como veremos no decorrer da tese.

Françoise Zonabend (1994) afirmou, sobre os pescadores observados há algum tempo por ela, que “sabem interpretar cada sinal deste mar familiar: a cor da água, os batimentos das ondas, a força da corrente, são tantas marcas sensíveis para conhecer a natureza dos fundos, o estado da maré ou a 'cara do tempo'. Sobre este espaço conhecido, eles se orientam sem carta, sem instrumento” (ZONABEND, 1994, p. 170-171)¹. Assim foi com as pescadoras que acompanhei de

¹ “Savent interpréter chaque signe de cette mer familière: la couleur de l’eau, le battement de la houle, la force du courant sont autant de repères sensibles pour connaître la nature des fonds,

forma muito próxima. Tudo ainda era observado, captado, localizado, pescado a partir do que o olho vê; do que o ouvido escuta, da mão que puxa e, portanto, do *corpo que sente*, conforme inicialmente me explicavam, e como pude observar nos treze meses de trabalho de campo².

Mulheres vivem ou trabalham direta e cotidianamente na pesca artesanal³, sendo muitas as formas possíveis⁴. Os equipamentos e aparelhos são diversificados, sendo que, para além de algumas pescadoras com telefone celular, nenhuma das que acompanhei dispunha de qualquer tipo de equipamento eletrônico, como radar ou sonar⁵. São formas diferentes de saber e fazer os distintos saberes-fazeres (CERTEAU, 1994)⁶ que compõe o que comumente se denomina de pesca artesanal. Algumas mulheres encontram no mar uma espécie de refúgio que está disponível e ao qual podem recorrer frente à falta de alimentação de sua família, situações estas que encontrei em campo e que oscilavam entre a pobreza e a pobreza extrema⁷ onde suas famílias

l'état de la marée ou la 'figure du temps'. Sur cet espace connu, ils se repèrent sans carte, sans instrument" (ZONABEND, 1994, p. 170-171).

² Meu trabalho de campo ocorreu de setembro de 2010 a fevereiro de 2011; de março a setembro de 2011 e junho e julho de 2012. Fiz estágio de doutorado em Portugal no período de outubro de 2011 a março de 2012, onde pude observar, conversar, conviver e conhecer mulheres pescadoras. A pesca artesanal é realizada em embarcações pequenas, conforme já dito. As mesmas podem atuar até a distância de três milhas da costa, medida da ponta mais avançada em relação à praia (uma milha marítima tem 1.750 metros).

³ O Capítulo IV da Lei 11.959, em seu artigo 8º, classifica pesca como I. Comercial: a) *artesanal*: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria; podendo utilizar embarcações de pequeno porte; b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial.

⁴ Não é uma etnografia sobre as mulheres que fazem o beneficiamento. Elas compõem o universo do mundo da pesca, mas demandaria outra tese falar sobre as mulheres que atuam em terra.

⁵ Sobre o uso da tecnologia no fundo mar, sugiro ver Martins (1999).

⁶ Certeau (1994, p.14) postula que o ordinário é privilegiado por nos possibilitar compreender como as pessoas vivem e significam suas vidas. É no ordinário, diz o autor, que podemos observar as táticas que compõem as práticas cotidianas.

⁷ O Banco Mundial define a *pobreza extrema* como viver com menos de um dólar por dia e *pobreza moderada* como viver com entre um e dois dólares por dia. Estima-se que 1 bilhão e 100 milhões de pessoas em nível mundial tenham níveis de consumo inferiores a 1 dólar por dia e que 2 bilhões e 700 milhões tenham um nível inferior a 2 dólares. No Brasil, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, estão em situação de pobreza extrema 16,2 milhões de brasileiros que vivem com menos de R\$ 70 por mês. Voltado para esta situação, foi criado um programa social, Brasil sem Miséria, do governo federal brasileiro, na gestão da presidente Dilma Rousseff, lançado em junho de 2011. Consiste na ampliação do programa anterior de combate à pobreza do Governo Lula (conhecido por Bolsa Família). Tem como objetivo promover a

têm no mar uma fonte garantida de alimento⁸. Muitas trabalham de maneira informal e, portanto, sem formas imediatas de serem reconhecidas como profissionais. Outras atuam comercialmente visando ter uma renda que mantenha suas famílias. São muitas as possibilidades de vida ligadas ao mar. Dados da própria FAO confirmam a presença das mulheres em diferentes formas e espaços de pesca.

Milhões de mulheres de todo o mundo trabalham, com ou sem remuneração, no setor pesqueiro. Embora elas participem, sobretudo das ocupações anteriores e posteriores a pesca propriamente dita, às vezes, participam nesta. No âmbito artesanal, suas atividades de preparação consistem em elaborar e reparar as redes, cestos e vasilhas, e os anzóis para a isca, além de prestar serviços aos barcos pesqueiros. Elas mesmas pescam por razões comerciais ou de subsistência, às vezes em canoas em zonas próximas aos lugares onde vivem. Também recolhem larvas de lagostins e pescados para alevinos para suprir os tanques de

inclusão social e produtiva da população extremamente pobre. A Sesep, ligada ao Ministério do desenvolvimento social e combate à fome é responsável pela coordenação das ações e gestão do Plano Brasil Sem Miséria, que prevê ações nacionais e regionais, pautadas por três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. *No campo, o objetivo central será aumentar a produção dos agricultores* (grifo meu). Na cidade, qualificar a mão de obra e identificar oportunidades de geração de trabalho de renda para os mais pobres. Simultaneamente, garantir maior acesso da população mais pobre à água, luz, saúde, educação e moradia. O programa visa ações em: documentação, energia elétrica, combate ao trabalho infantil, segurança alimentar e nutricional (cozinhas comunitárias e bancos de alimentos), apoio à população em situação de rua para que saia desta condição, *educação infantil*, saúde da família, rede cegonha, distribuição de medicamento para hipertensos e diabéticos, *tratamento dentário*, exames de vista e óculos, assistência social por meio dos CRAS e CREAS (Fontes: www.mds.gov.br; www.brasilsemmiseria.gov.br; <http://pt.wikipedia.org>).

⁸ Segundo dados da FAO (2012), “en 2010 cerca un 86 por ciento del total de la producción pesquera (128,3 millones de toneladas) se utilizó para *consumo humano directo*. El 14 por ciento restante, es decir 20,2 millones de toneladas, se destinó a productos no alimentarios, principalmente a la fabricación de harinas y aceite de pescado. Cerca de un 47 por ciento del pescado destinado a consumo humano era en forma de *pescado vivo y fresco*” (FAO, 2012, p. xxi). (grifos meus). Se levarmos em conta que a) aproximadamente 925 milhões de pessoas no mundo não comem o suficiente para serem consideradas saudáveis e que isso significa que uma em cada sete pessoas no planeta vai para a cama com fome todas as noites; b) o número um na lista dos dez maiores riscos para a saúde é a fome, sendo que ela mata mais pessoas anualmente do que AIDS, a malária e a tuberculose juntas (Fonte: fao.org.br. Acesso em 26/02/2013), podemos afirmar que, além de um atividade econômica, a pesca é central no fornecimento alimentar em forma de proteína para populações ribeirinhas e costeiras que muitas vezes não tem acesso a programas e políticas públicas.

aqüicultura. Recolhem algas marinhas e mariscos e, às vezes, trabalham com os homens no mar⁹.

Por outro lado, todo o trabalho atribuído às mulheres, como limpeza, evisceração, descasque, embalagem, transformação – afora as embarcadas, que causam surpresa e descrença sobre sua existência - não é devidamente considerado trabalho da pesca, mas uma obrigação de *mulher de pescador*. Ainda é forte a visão segundo a qual quem atua na pesca e, principalmente, quem embarca, é homem. Encontrei mulheres que questionavam a sua valorização demonstrando que precisam avançar frente às dificuldades no seu reconhecimento como *pescadoras*: *Ele é o pescador. E a mulher, o que é?* (Nanci, Gancho do Meio). Urge rever o conceito que preconiza que pesca é retirar o peixe do mar e quem a faz, por definição, nos dicionários de Língua Portuguesa, um ser masculino singular: pescador. A pesca é, envolve e implica muito mais do que isso. Trata-se aqui de ponderar que inclui trabalhadoras que, tanto quanto os homens são profissionais da pesca, como busquei mostrar neste trabalho.

Não há, no entanto, um jeito único de ser pescadora. Trata-se de pescas¹⁰. Trata-se de pescadoras. Neste momento da escrita, o uso no plural - pescas - é proposital. Impossível falar sobre a pesca, uma pesca. São muitas e a minha experiência em campo me faz acreditar que dificilmente daremos conta de nos referir, contemplar e compreender a diversidade que as mesmas implicam. Maria Inês Amorim, 2008, p.54, ao se referir à “heterogeneidade do universo marítimo” quando se refere às muitas tentativas de classificação buscadas por registros oficiais alude a esta complexidade do mundo da pesca. Complexidade esta que foge às

⁹ Millones de mujeres de todo el mundo trabajan, con o sin remuneración, en el sector pesquero. Aunque ellas participan sobre todo en las ocupaciones anteriores y posteriores a la pesca misma, a veces también participan en ésta. En el ámbito artesanal, sus actividades de preparación consisten en elaborar y reparar las redes, canastos y vasijas, y los anzuelos para la carnada, además de prestar servicios a los barcos pesqueros. Ellas mismas pescan por razones comerciales o de subsistencia, a menudo en canoas en zonas próximas a los lugares donde viven. También recogen larvas de lagostinos y pescados para alevines para surtir los estanques de acuicultura. Recogen algas marinas y mariscos, y a menudo trabajan con los hombres en el mar. (Fonte: <http://www.fao.org/FOCUS/S/fisheries/women.htm>).

¹⁰ O uso no plural é com o propósito de demonstrar que considero a atividade pesqueira um lócus privilegiado para se observar uma diversidade que não cabe apenas no uso singular pesca. Quando uso a expressão ‘as pescas’ estou me referindo às inúmeras formas como as pescadoras com as quais convivi atuam em que pude observar pescas (porque também aqui encontrei uma diversidade nas formas de fazer as chamadas artes da pesca) de arrasto, de cerco, de espera - se formos falar dos diferentes tipos de redes; pescas de peixes diversos, ou específica de espada, tainha, robalo; pescas de camarão; de siri, entre outras possibilidades de discorrer sobre as pescas. No entanto, todas compõem a denominada pesca artesanal.

restritas possibilidades aventadas nos registros formais, redutores e tendentes à homogeneização.

Não pretendo enaltecer as mulheres por serem mulheres trabalhando em espaços vistos, de uma forma geral, como masculinos, mas apontar que todas as atividades - também no plural - feitas por elas, constituem etapas centrais para compor o trabalho das/nas pescas e que, pelo fato de serem mulheres, muitas vezes, se deparam com dificuldades de reconhecimento pelos órgãos oficiais como pescadoras que fazem da pesca a sua vida.

Quando em Portugal, por ocasião do Estágio de Doutorado, pude perceber que, a exemplo do Brasil, na grande maioria das pesquisas antropológicas, é possível verificar a afirmação de que a pesca é um espaço exclusivamente masculino. Porém, como cada pesquisador, cada pesquisadora, decide para onde volta o seu olhar, os meus olhos viram em campo e em muitos escritos, mesmo naqueles em que elas não estavam de forma explícita¹¹, a presença e a centralidade das mulheres no cotidiano da pesca¹².

Nesta leitura a contrapelo foi possível perceber que as mulheres estão vivamente referidas, mesmo quando o propósito da obra é falar sobre eles: *os pescadores*. Por exemplo, não há, no livro de Raul Brandão (1986[1924]), que apresenta um estudo amplo e pioneiro sobre os muitos contextos da pesca em Portugal, uma página sem que as mulheres apareçam, seja falando sobre suas vidas, suas dores, seu lugar no processo da pesca. Em relação às minhas observações feitas em campo ao percorrer Portugal Continental e Açores, pude constatar

¹¹ Ao realizar as leituras que empreendi de pesquisas sobre a pesca, busquei continuamente exercitar o proposto por Sônia Maluf (no prelo) sobre fazer “uma leitura a contrapelo não apenas focada no argumento central desses autores, mas buscando alguns elementos residuais ou periféricos que possam ter algum rendimento para uma discussão contemporânea [...]” (MALUF, no prelo, p.3). Ou seja, perscrutando nas margens, no não dito, no não visível, o que o texto está me dizendo para além do que, à primeira vista, diz. Este artigo de Sônia Maluf está no prelo e sua citação foi autorizada pela autora.

¹² Desde os anos de 1970 a antropologia feminista tem apontado para esta invisibilidade das mulheres nos estudos etnográficos, como podemos observar em Rosaldo (1981). Rosaldo afirma que “a resposta feminista para essa visão começou pelo argumento de que a nossa tradição acadêmica tinha desprezado indevidamente o lugar central das mulheres” (ROSALDO, 1981, p.31). Ao propor uma discussão sobre o que denominou de “o uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural”, a autora estabeleceu como empreendimento uma reflexão crítica sobre as questões que a pesquisa feminista trazia para a antropologia. Para tanto, criticava a tendência de pesquisadores a procurar por origens e verdades universais em análises feitas a partir de dicotomias. Sua proposta é a de ver os papéis de mulheres e homens como produto da ação humana nas diferentes sociedades, sendo que o gênero seria inescapável para a organização de todos os fatos sociais, assim como estes o são para a compreensão do gênero.

jornadas extenuantes de trabalho e a existência de trabalhadoras em terra e no mar tanto quanto vi no litoral de Santa Catarina, Brasil.

Embora à primeira vista, a pesca possa parecer um espaço eminentemente masculino já que são os homens, em grande maioria, que vão para o mar, o exercício proposto nesta tese foi o de pôr esta aparência em questão a partir do momento em que se trata de uma pesquisa que diz respeito às mulheres, objetivando mostrar que elas estão em praticamente todos os espaços¹³ da pesca artesanal.

No entanto, não vejo que a questão seja irrisória, radicalmente, para um apagamento dos homens da pesca e visibilizarmos apenas as mulheres a exemplo do trabalho de Sally Cole, 1994, *Women of the praia: work and lives in a Portuguese coastal community*, cuja pesquisa realizou na década de 1980. Embora ponderando que seu trabalho está inserido no contexto de uma época em que fervilhava um forte discurso feminista sobre a visibilidade da mulher, é interessante considerarmos a pesca composta, em muitos contextos, de atividades complementares, inter-gêneros se posso assim definir, em que homens e mulheres trabalham em funções distintas, semelhantes ou iguais, que se entrecruzam. Como muitas vezes me falavam, *um complementa o outro*, e os dois completam os processos da pesca.

Paola Tabet, 1998, p.43, cita Murdock e Provost para falar da pesca: “a pesca faz parte da série de atividades definidas por Murdock e Provost (1973) como ‘quase masculinas’”¹⁴, onde alguns locais mostram mais de 80% de homens a praticando, mas em outros são as mulheres a fazê-lo, o que corrobora com o anteriormente dito. Ou seja, há muitas formas de homens e mulheres serem, estarem e viverem na/da pesca. Tabet ainda afirma:

Para a pesca, a situação é mais complexa do que para a caça. As mulheres dispõem, de fato, de uma grande variedade de ferramentas: diferentes tipos

¹³ Exceção encontrada em campo se refere à construção naval, onde somente encontrei homens trabalhando na construção de embarcações. Barra do Sul, onde esta pesquisa se aprofundou, é conhecida como a *capital nacional da construção naval artesanal*, o que merece um estudo futuro, pois é uma atividade central naquela comunidade e realizada, em grande parte, por pequenos pescadores artesanais que aliam ao trabalho de pesca o de construtor naval. A construção naval de embarcações artesanais merece uma pesquisa mais aprofundada tendo em vista que cada vez mais, estes construtores estão desaparecendo e cujo aprendizado, geralmente se dá entre familiares, *passando de um para o outro*, de pai para filho. Encontrei mulheres participando da pintura das embarcações.

¹⁴ “la pêche fait partie de la série d’activités définies par Murdock et Provost (1973) comme ‘quasi masculines’”.

de redes, armadilhas, linhas, venenos, etc. Além disso, a importância do papel das mulheres e os tipos de ferramentas que elas podem utilizar variam consideravelmente de uma população a outra. Finalmente, trata-se, muitas vezes, de ferramentas fabricadas a partir de materiais que são, geralmente, trabalhados pelas mulheres. Na pesca, por conseguinte, a totalidade do processo técnico, da fabricação da ferramenta até sua utilização poderia ser controlado pelas mulheres, pelo menos pelas técnicas que elas utilizam. Esta autonomia é, entretanto, limitada pela necessidade freqüente de dispor de uma embarcação, cuja construção é, na maior parte do tempo, masculina. (TABET, 1998, p.42)¹⁵.

A autora se refere às dificuldades que as mulheres encontram em termos de autonomia, o que passa, por exemplo, pela questão de muitas não serem proprietárias de embarcações ou, quando buscam ser, as próprias linhas de crédito, em se tratando de Brasil, não condizem com as necessidades destas mulheres. Como aponta Tabet, elas utilizam uma gama enorme de equipamentos e formas de exercer as pescas que dizem respeito às diferenças tecnológicas, em muitos contextos, entre as pescas realizadas por homens ou por mulheres. Segundo Tabet, as mulheres realizariam uma pesca mais moderada, porém constante e indispensável. Concordo com a autora: são muitas as formas de ser pescadora, sendo que grande maioria inserida na pequena pesca. Desta forma, entendo como central mostrar e falar sobre estas peculiaridades visando contribuir com subsídios que venham a testemunhar a sua existência, o que pode trazer informações que contribuam com reformulações de políticas de financiamento que levem em conta o fato de que as mulheres precisam de utensílios, como panelas e bacias, e de embarcações menores do que as linhas de crédito atuais priorizam.

¹⁵ Pour la pêche la situation est plus complexe que pour la chasse. Les femmes disposent en effet d'une large gamme d'outils: différents types de filets, nasses, pièges, lignes, poisons, etc. En outre, l'importance du rôle des femmes et les types d'outils qu'elles peuvent utiliser varient considérablement d'une population à l'autre. Enfin, il s'agit souvent d'outils fabriqués à partir de matériaux qui sont généralement travaillés par les femmes. Dans la pêche, donc, l'ensemble du processus technique, de la fabrication de l'outil à son utilisation, pourrait être contrôlé par les femmes, du moins pour les techniques qu'elles utilisent. Cette autonomie est toutefois limitée par la nécessité fréquente de disposer d'une embarcation, dont la construction est la plupart du temps masculine (TABET, 1998, p.42).

No início de meu trabalho de campo, ao falar a colegas antropólogas e antropólogos que a pesquisa era com mulheres pescadoras, se tornou comum eu ouvir: *então vais trabalhar com gênero*, o que me causava certa irritação, como se ao falar de mulheres e pesca, fosse obrigatório falar de gênero. E se fosse uma pesquisa sobre homens pescadores? Eu teria escutado estes comentários? No entanto, questões que dizem respeito ao gênero, como relações e papéis, não podem ficar fora desta tese se considerarmos que “pensar o lugar das relações de gênero diz respeito a um exercício crítico de reflexão sobre o poder, a igualdade, a transformação, o novo” (SILVA, 2003, p.16)¹⁶. As muitas situações que encontrei em campo coadunaram com a assertiva segundo a qual o gênero não pode ser visto como uma condição dada, imutável ou evidente (STRATHERN, 1988 e 2001; BUTLER 1998). Não é porque, em princípio, a pesca seja um universo eminentemente masculino, que se dê como evidente a ausência de mulheres, ou que seja possível afirmar o que as pescadoras *são*, de modo genérico, considerando-se que muitas são as formas de ser.

Butler (1998), entre outras autoras, preconizaria que a busca de uma identidade coletiva – neste caso, “as pescadoras” - não permitiria explanar sobre as diferenças internas. Porém, eu gostaria de ponderar que, em alguns casos e em alguns momentos, uma identidade voltada para fora, por exemplo, frente ao Estado, poderia contribuir com o processo de reconhecimento como categoria profissional: “as pescadoras”. Por outro lado, concordo com Butler (1998) quando pensamos que o grande desafio continua sendo o de resguardar as diferenças alusivas à diversidade dentro desta categoria ampla e geral¹⁷.

Em termos de Santa Catarina, entendo que é possível propor, não uma classificação, mas algumas denominações em que se visibilizem

¹⁶ Cristiani Bereta da Silva, 2003, ao realizar sua pesquisa junto ao Movimento Sem Terra (MST) no Oeste catarinense, centrou-se em refletir sobre a produção do sujeito militante em suas relações cotidianas em que concluiu que o sujeito se constitui em inúmeras situações, nem sempre se submetendo, mas escapando a normas, disciplinas, discursos. A autora observou como se constitui o sujeito homem e o sujeito mulher, analisando as mudanças e continuidades em termos de relações de trabalho, afetivas, sociais e políticas onde, nem sempre, em todos os níveis, a igualdade entre homens e mulheres se faz. Neste aspecto, “a relação entre gênero e poder dimensiona a organização da igualdade e da desigualdade descortinando perspectivas nas tentativas de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SILVA, 2003, p.16)

¹⁷ Por exemplo, quando pensamos no Brasil, precisamos considerar que dentro de uma categoria ampla, “as pescadoras brasileiras”, teria que se salvaguardar o direito à diferença: “pescadoras” incluiria as mariscadeiras, as caranguejeiras, as pesqueiras, as catadoras, enfim, as diferentes denominações usadas em distintos contextos brasileiros que dizem respeito às muitas formas de viver da pesca. Portanto, de ser pescadora.

diferentes formas de ser pescadora vindo a contribuir com o reconhecimento da própria atividade. Neste sentido, em termos do que pude observar, tendo em vista que esta etnografia trata de algumas pescadoras em Santa Catarina e que há muito mais a ser visto, considero três formas centrais de ser pescadora, e que denominei como: a) as que trabalham embarcadas (onde incluo as que estou denominado de stand by); b) as que coletam a beira d'água; e c) as que trabalham em terra.

Em relação às embarcadas, estão as que atuam nas embarcações em rios, lagoas, mar na pesca de peixes diversos, camarão, siri, ou peixes específicos, a exemplo de uma pescadora de baiacu em São Francisco do Sul. Sobre as que coletam a beira d'água, encontrei as que lidam com berbigão. As que trabalham em terra estão inseridas em todo o processo que faz a pesca funcionar, como comercialização, limpeza, beneficiamento, aí incluídos processos de descasque de camarão, filetagem de peixe, desconchamento de mexilhões, extração de carne de siri, para citar alguns exemplos.

É interessante nos questionarmos se as mulheres não atuam nas pescas nos muitos contextos pesquisados ou se somos nós, pesquisadoras, pesquisadores, que não as enxergamos nos momentos em que realizamos nossas pesquisas. Isto porque há muitas delas, ou uma grande parte, que trabalha de forma muito sutilizada. Muitas vezes nos fundos de suas casas e em situações difíceis, quase invisíveis. Trata-se de mulheres que pescam em embarcações minúsculas, com poucos apetrechos e em condições precárias.

Outra questão que precisa ser considerada se refere ao que vem se denominando de materialidade. Maluf (2009) pontua que a materialidade do gênero não é o sexo biológico, mas os efeitos da diferença (social, simbólica e política) nos corpos, na vida e na trajetória e experiência cotidiana e histórica das mulheres. Concordo com Maluf, “diferentes mulheres implicam em diferentes materialidades que precisam ser abordadas, compreendidas, consideradas” (MALUF, 2009, p.14). As pescadoras apresentam várias formas em que esta materialidade emerge sob os efeitos da diferença em seus corpos, suas trajetórias de vida e experiências cotidianas que deveriam também constituir as *provas necessárias*, segundo exigem os postulados do INSS, para o seu reconhecimento profissional, o que nem sempre acontece.

Os deslocamentos que percorri em meu trabalho de campo pelo litoral de Santa Catarina e por instituições, como Colônias¹⁸ e Federação de Pescadores, INSS, Epagri, Marinha do Brasil, Capitania dos Portos, me levaram a constatar que há ainda uma grande dificuldade de órgãos públicos e das próprias localidades em que estas mulheres se inserem em aceitar a denominação *pescadora* para pessoas que trabalhem na pesca que não sejam homens. Assim, o mundo da pesca se mostra instigante. Se para a maioria dos homens, desde sempre são reconhecidos e se reconhecem como potenciais pescadores. Ou seja, *são e pronto*; as mulheres *são* em relação aos homens de quem, inicialmente, *são filhas de pescador* para, a seguir, serem *mulheres de pescador*¹⁹ não havendo uma compreensão de que, nos diferentes contextos da pesca, homens e mulheres se constituem um em relação ao outro e ambos com o movimento mar/terra.

¹⁸ Os pescadores profissionais se organizam em torno de colônias ou sindicatos de pescadores. Embora eu não vá me deter aqui em uma discussão sobre a temática da organização, cabe uma nota sobre as colônias, que foram as primeiras a serem organizadas no início do século xx com o objetivo de defesa da costa brasileira, pois se entendia que os pescadores eram os que mais a conheciam (VASCONCELLOS, DIEGUES E SALES, 2007). Inclusive o lema que encimava a frente das colônias e que em muitas ainda persiste é “Pátria e dever”. Ao analisar a missão do Cruzador-auxiliar Jose Bonifácio, ocorrida entre 1919 a 1924, cujo lema era nacionalizar a pesca e organizar os seus serviços, também chamada Campanha de Nacionalização da Pesca e Saneamento do Litoral, o autor discorre sobre os movimentos sociais de pescadores no Brasil, afirmando que, se por um lado, os pescadores realizaram alguns movimentos sociais, por outro se mostram tímidos e reticentes no processo de lutas (p.3), sendo que “seus ganhos políticos se apresentam mínimos, o afloramento de lideranças praticamente nulo e a capacidade para a luta extremamente difícil” (p.4). O autor também afirma que, na verdade, os movimentos de pescadores só vieram a ocorrer a partir de 1968, com a implantação das comunidades eclesiais de base da igreja católica e aí inserida a pastoral da pesca. Para o autor as principais organizações junto aos pescadores foram a Marinha de Guerra, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica, sendo que foi a Marinha a criadora das Colônias de Pesca no litoral brasileiro, durante muito tempo a única forma organizativa dos pescadores. Em Santa Catarina, as colônias contam com cerca de 45 mil associados. Segundo informação coletada na Federação de Pescadores de Santa Catarina - que inclui tanto o litoral quanto águas do interior (com quatro colônias: Z-29/Chapecó; Z-34/Concórdia; Z-35; São Carlos, Z-38/Joaçaba) – o Estado contava, em 2011, com 39 colônias, sendo que estava em discussão a instalação da colônia Z-40/Lages. Sobre esta temática, sugiro ver: Vasconcellos, Diegues e Sales (2007); Leitão (1997). Há estados brasileiros em que também é forte o trabalho da Pastoral dos Pescadores, ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No litoral catarinense este trabalho ocorria em Laguna, na região Sul, mas não se trata de um trabalho estabelecido nas demais localidades. Por exemplo, ao conversar com a diocese de Itajaí, me informaram que naquela região o mesmo não é realizado. Uma das justificativas é que a ênfase maior é da pesca industrial.

¹⁹ Maria Ignês Paulilo (2003: p.189) também registrou este aspecto em relação às mulheres agricultoras: “Elas sempre são consideradas como ‘filhas ou esposas de agricultor’”.

As pescadoras se deparam continuamente com questões concernentes às relações e aos papéis de gênero²⁰ nos processos de aprendizado, vivência e continuidade na pesca, um universo de gênero hierárquico que não reconhece: primeiro, a existência de mulheres pescadoras; segundo, o fato de, se uma mulher está na pesca, já não se trata de uma mulher, mas de um homem. Essa não é uma questão, inicialmente, delas, mas deste mundo que as rodeia e que, portanto, se torna também delas por nele estarem inseridas. Por exemplo, quando elas colocam o macacão de pesca e dizem: estou me vestindo de homem, de certa forma, dizem isso para a pesquisadora. Não necessariamente para elas. Estão aludindo ao que Butler referiu-se como *se montar*, fazer uma *performance* de gênero; estar em um universo onde os modelos são extremamente hierárquicos²¹, e que é vivenciado dentro e fora, pois não diz respeito apenas à pesca, mas à forma como o próprio Estado concebe a pesca.

É muito interessante pensarmos que o estado brasileiro, ao mesmo tempo em que dispõe de uma Secretaria Especial dos Direitos da Mulher, que preconiza a igualdade, a simetria dos direitos, em outras dimensões, como o Ministério da Pesca e o INSS, por exemplo, tem dificuldade em reconhecer estes direitos como iguais invisibilizando mulheres que estão em certos espaços concebidos como masculinos, por partir do pressuposto que, ali, elas não poderiam estar. O Estado constrói, portanto, dispositivos biopolíticos de hierarquização onde um homem é reconhecido como pescador, mas onde uma mulher, que desempenha o mesmo trabalho, para ser reconhecida como pescadora e ter, por exemplo, o direito à aposentadoria, precisa constituir provas, entre as quais, que é filha ou mulher de pescador. Por si só, não se basta.

²⁰ Sobre questões e relações de gênero, sugiro ver, Maluf (1993); Silva (2003); Ortner (1979; 2006); Machado (1998; 2000); Scott (1990, 2001, 2005); Pierucci (1999); Butler (2003); Arán (2003); relacionando a questão de gênero com a de corpo e corporalidade, sugiro ver Beauvoir (1991[1949]); Paulilo, (1987); Foucault (2009[1975]); Matos e Soihet (2003); Lock (1993); Fausto-Sterling (2001/2); Latour, (2004; 2010); Csordas (2008); Maluf (2009); Bakhtin (2010[1992]); Venn (2010); Blackman e Venn (2010); Featherstone (2010); Lima (2002).

²¹ A este respeito, Maluf (1993), ao pesquisar em uma comunidade litorânea de Florianópolis, observou esta inversão hierárquica de gênero ao perceber que as falas não diziam o que a prática mostrava. As mulheres lhes diziam, inicialmente, que quem ia para a roça e quem pescava eram os homens. Só que, ao observar suas práticas, Maluf constatou que não eram só os homens que iam para a roça, e que as mulheres também pescavam camarão à beira da lagoa. Ou seja, a autora mostra, em seu trabalho, o quanto esses modelos são muito determinantes, fortes, tanto que trazem a inversão na figura da bruxa, poderosa e perigosa. E as próprias mulheres acabavam por lhe falar que plantavam, que iam para a roça. Não se tratava, portanto, apenas de uma *ajuda*.

Desta forma, questões de gênero, de corpo e de corporalidade respaldam o foco central de problematização desta tese: a (in)visibilidade de mulheres pescadoras frente às políticas públicas voltadas à pesca e as formas como vêm se construindo como sujeitos (MALUF, 2001), por tratar-se de mulheres em uma profissão considerada e reconhecida como de homens. E, como afirma Maria Alice Samara, ao falar sobre a história de Maria-Rapaz, uma menina que se disfarçou de homem para poder sobreviver em empregos que eram vedados às mulheres, “estas mulheres são como uma espécie de falhas no sistema; são fugas à *normalidade*²² e ao que ao gênero é imposto” (SAMARA, 2000, p.31). Esta fuga à normalidade preconizada e imposta a partir do gênero faz com que estas mulheres enfrentem sérias dificuldades em serem reconhecidas como sujeitos de direito, como profissionais da pesca.

Ao empreender o trabalho de campo e encontrar mulheres pescadoras que embarcam, me instigou mostrá-las. Desta forma, o fulcro que percorre o trabalho que ora apresento é o de afirmar que as pescadoras que embarcam fazem parte do contexto pesqueiro que compõe o litoral de Santa Catarina, Sul do Brasil, sendo que elas não são uma exceção que confirma a regra. Elas próprias compõem um universo, e é esse universo que procurei compreender. Não se trata de denominá-las *mulheres de pescadores; mulheres da pesca*. Elas são pescadoras, sendo que o meu propósito foi o de desvendar este mundo que elas vivem, criam e que também as cria, buscando compreender o que ele tem de específico, mas também o que tem de semelhante ao que é considerado pesca de modo geral.

UM CAMPO E SEUS DESLOCAMENTOS. DESLOCAMENTOS EM CAMPO

Inicialmente, pensei em escrever sobre a pesquisa de campo, descrevendo como cheguei lá. Mas então me questioneei: lá onde? Isso porque a pesquisa que empreendi, fruto de um diálogo contínuo com minha orientadora, levou em conta o campo iniciado no contexto da pesca e as sugestões da banca de qualificação. É interessante rememorar aqui que eu havia exposto em uma das primeiras versões de meu projeto de pesquisa que o aprendizado do que então denominei *mulheres da pesca* se daria de mulher para mulher, entre mulheres. No entanto, ao conversar com as que embarcam e perguntar como aprenderam a serem

²² Grifo meu.

pescadoras, as mesmas me respondiam: *com meu pai; com meus irmãos; com meu marido*. Isso me trazia elementos para pensar sobre as redes de parentesco, as relações de gênero e de transmissão de saberes.

Aliou-se a estes aspectos, a vontade de realizar uma pesquisa com mulheres que embarcam na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina e o desejo de que os resultados de meu empreendimento venham a contribuir de alguma forma, com suas vidas e com o reconhecimento de sua existência como pescadoras. Meu propósito estava firmado: queria saber mais sobre estas mulheres: pescadoras embarcadas.

Oscar Calávia Saez, 2009, preconiza que a antropologia tem como objetivo descobrir ou inventar objetos. “Descobrir porque o objeto, em certo sentido, já está ali, em forma de algo que atrai a atenção do pesquisador”. Algo que faz com que nós, antropólogo, antropóloga, tenhamos os olhos, os ouvidos, os sentidos voltados para questões, detalhes, bordas, margens que, de certa forma, nos afetam (FAVRET-SAADA, 2005). “Inventar porque ele só se define no diálogo entre o pesquisador e o nativo” (CALÁVIA SAEZ, 2009, p. 14-15).

O inventar ao qual se refere Calávia Saez diz respeito a algo que, uma vez trazido à tona, de certa forma, ganha vida própria apontando para a busca e o estranhamento com que o antropólogo cria seus nativos, mas é também por eles criado; faz a antropologia, mas é por ela feito. Tal argumento me remete a um diálogo com o exposto por Rafael José de Menezes Bastos (2010) quando afirma que “seja o que seja nossa disciplina, ela não só é - e tem sido desde que se pode falar dela - produto dos antropólogos, mas, ao mesmo tempo, produz a todos nós - trata-se, a antropologia, enfim, de um fazer e ser feito enquanto faz” (MENEZES BASTOS (2010)²³.

O fazer e ser feito pela antropologia a qual se refere Menezes Bastos (2010) e a descoberta e invenção em Calávia Saez (2009) tem em comum o que considero o ponto nodal que viabiliza nossas criações, invenções, e, como via de mão dupla, o sermos criados, feitos e inventados: o campo. A criação aponta para a necessidade de estarmos atentos às situações do campo considerando que é ali que emergem as afetações que condicionam nossas experiências positiva ou negativamente, mas cujo saldo nos trará subsídios para refletir, escrever, rever sobre o que podemos extrair quando exercitarmos o distanciamento pós-campo no que, segundo Paul Ricoeur, 1977, é um “*vis-à-vis* não dado na situação do discurso (mas) criado, instaurado, instituído pela própria obra” (RICOEUR, 1977, p.57).

²³ Texto em construção, cuja citação foi autorizada pelo autor.

Vi-me instigada a descobrir e inventar meu *objeto* mergulhando²⁴ nesta pesquisa com pescadoras, sendo que elas começaram a emergir à medida em que eu me deslocava pelo litoral de Santa Catarina compondo um campo que não tinha, a priori, uma definição. Ele não estava situado em um só local, especificamente em uma só comunidade pesqueira. Seria por isso um campo dessituado? Assituado? Multissituado? (MARCUS, 1986, 1998). Que contornos daria a este campo, cuja realização foi instigada pela vontade de saber quantas e quem são; onde estão; como vivem, o que pescam, como pescam, as mulheres que embarcam na pesca artesanal catarinense?

Fui seguindo pistas a partir do que me apontavam alguns colegas de trabalho²⁵ e pescadores nas praias que percorri, além de trechos de recortes de jornais e comentários sobre suas possíveis existências, como: *eu ouvi dizer que lá tem mulheres que são pescadoras; dizem que lá tem; não sei. Tens que ir lá para saber*. Não me desloquei de uma só forma. Pedi carona, fui de ônibus ou de carro próprio. Cruzei a BR 101 e também fiz travessias de balsas, dependendo de onde queria chegar: Florianópolis, Governador Celso Ramos, Balneário Camboriú, Barra do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Itapoá, Laguna. Em cima do mapa de Santa Catarina, fui criando o percurso de meus deslocamentos e, por conseguinte, o de onde encontrei as pescadoras. Outras há com certeza. As que encontrei são mulheres que trabalham com seus maridos, filhos, irmãos, genros, filhas. São as suas *camaradas*; em alguns casos elas próprias são as mestras das embarcações.

²⁴ Mergulhar, mergulho, mergulhando são expressões utilizadas como metáfora que querem dizer respeito à especificidade de meu campo, que é mar, mas também a um dos pressupostos centrais do trabalho etnográfico que preconiza viver intensamente o estar em campo. A expressão “é preciso mergulhar” me foi instigada por minha orientadora, Sônia Maluf, durante um de nossos muitos diálogos. Bachelard (2008), ao falar sobre os obstáculos epistemológicos (experiência primeira, conhecimento geral, obstáculo verbal, conhecimento unitário e pragmático, obstáculo substancialista, obstáculo animista, obstáculo do conhecimento quantitativo) preconiza que urge ao conhecimento epistemológico uma construção que vai do interior ao exterior, sendo que muitas vezes prevalece a experiência externa evidente, se escapando a crítica pelo *mergulho na intimidade* (BACHELARD, 2008, p.121. Grifo meu). É neste sentido que mergulho se refere em Maluf à necessidade de adentrar ao campo de forma profunda, o que corrobora com Bachelard quando ponderamos que quanto mais o mergulho adentrar a intimidade, possivelmente mais complexos serão os elementos encontrados que nos permitirão criticar, questionar e ponderar sobre o vivenciado. Para Amit (2000, p. 6), “the notion of immersion implies that the ‘field’ which ethnographers enter exists as an independently bounded set of relationships and activities which is autonomous of the fieldwork through which it is discovered. Yet in a world of infinite interconnections and overlapping contexts, the ethnographic field cannot simply exist, awaiting discovery”.

²⁵ Sou empregada da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), responsável pelo serviço de extensão rural e pesqueira no Estado.

Acabei concluindo minha pesquisa com 22 Mulheres entre 22 e 70²⁶ anos, a maioria iniciada na pesca muito cedo com seus pais, entre os oito, nove, dez anos de idade. Duas são viúvas; as demais são casadas. Só as duas mais novas não têm filhos. Algumas alternam o tipo de pescaria, dependendo a época do ano e se possuem redes apropriadas. Assim, existem as que, passada a temporada do peixe, vão para a pesca do camarão. Terminado o camarão, vão para outro peixe. Outras só trabalham com peixes; outras ainda só com o camarão. São mulheres, cujas trajetórias são pautadas por dificuldades econômicas, de *pobreza*. Meninas que saíram da escola, pois tinham que trabalhar, e que hoje são, as mais velhas, semi ou totalmente analfabetas. Apenas uma recentemente terminou o curso de Pedagogia.

Geralmente eram as filhas mais velhas e foram chamadas sem que lhes perguntasse se queriam ou gostariam de trabalhar nas pescas. Precisava-se delas. E elas foram. Outras se impuseram na pesca, mesmo os pais não querendo que saíssem para o mar. A curiosidade por saber como era pescar lhes instigava desde cedo. Outras tiveram os maridos como seus mestres no aprendizado. Algumas foram elas próprias, as mestras de seus maridos. Diziam-me que se *acostumaram* com a atividade; ou que é *só isso* que sabem fazer. Em comum, o riso, o bom humor e a jocosidade, aliado ao uso de expressões como *gostar*, *amar*, *ter paixão*, *vício* pela vida no/do mar.

TEMPOS DE ESPERA E TEMPOS DE AGITO: SOBRE OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS

Ao chegar ao meu campo, que é mar, me dei conta de que teria que lidar com muito mais do que a relação terra/mar/praias. Teria que ficar atenta aos diferentes tempos e ritmos. *Melhora do tempo*; *tempo bom*; *tempo ruim*; *mudança de tempo* eram expressões que remetiam não exatamente a questões de clima, de temperatura, mas no sentido de *tempo bom* para a pesca, geralmente aliado ao calor. Mas que para alguns peixes, como a tainha, é exatamente o oposto: quanto mais frio, melhor. Ou mal tempo, definido como *tempo ruim*, que contava sempre tempo de espera para que o tempo melhorasse. As épocas de agito com a movimentação diária devido ao *tempo bom*, por conseguinte, preenchia de diferentes ritmos meu trabalho de campo.

Ingold & Kurttila (2000, p.187-192), ao discutirem questões relacionadas ao conhecimento tradicional como advindos das práticas da

²⁶ Mantive a idade da ocasião do trabalho de campo, entre 2010 e 2012.

localidade, citam os Sami, da região Norte da Finlândia, que usam a expressão *weather* (tempo) em contraposição à expressão dos cientistas, *climate* (clima). O clima, que é registrado pelos cientistas, diz respeito a variáveis que são medidas, como temperatura, precipitação e pressão atmosférica. Tempo diz respeito a calor ou frio, época de colheita, tempestade. Ao invés do clima, que é registrado pelos cientistas, o tempo é experimentado pelo grupo como o ambiente obedecendo ao ciclo das estações. Os autores postulam que não se trata de prescrições culturais, mas do conhecimento que vem da prática, das experiências de vida e movimento naquele lugar. Concordo com os autores sobre este aprendizado se dar na prática, ocorrendo nas relações intra ou intergeracionais. Portanto, não se tratam de prescrições culturais, mas da experimentação vivenciada em contextos específicos.

Ao que Ingold & Kurttila se referem como diferentes épocas que compõem uma experiência, Bachelard (1994[1950]) denominou de ritmanálise, segundo a qual a vida é ondulação. “O calendário das frutas é o calendário da ritmanálise. A ritmanálise procura em toda parte ocasiões para ritmos” (BACHELARD, 1994[1950], p.133). Ingold & Kurttila (2000) falam de época de colheitas. Bachelard (1994[1950]) fala de épocas de um calendário. Em meu campo o que vi dizia respeito às diferentes épocas que compunham um calendário anual de peixes, camarão, siri; calmarias ou tempestades; fartura ou escassez. Uma ritmanálise que dizia respeito à vida onde o ciclo das estações era orientador não só dos períodos de ir ao mar ou esperar, mas da própria experiência de quem vivencia estes tempos.

Tempo bom ou tempo ruim dizia respeito às épocas de fartura ou escassez de pescado, sendo que o verão era considerado a melhor época, pois com o aquecimento da água os peixes migravam e *entravam*, facilitando a pesca. O inverno, período mais difícil para as pescadoras que acompanhei, era a *época de miséria*²⁷. Porém, *é mais do que* isso. O tempo se destrinchava para além de tempo bom ou tempo ruim. Percebi que a marcação cronológica dos relógios, que eu buscava definir com elas para saber quando sair ao mar era um tempo aproximado que me davam como referência para me orientar, mas o que contava, na prática, era a observação de mudanças muito sutis na luminosidade do céu. As saídas para o mar, inicialmente combinadas para cinco da manhã, em

²⁷ Além das constantes mudanças de tempo, o período de campo que fiz, entre 2010 e 2012, foi considerado de invernos de miséria aliado ao grande número de água viva, em tamanho e quantidade, muito superior aos anos anteriores. Tal fato fazia com que ocorressem sérios estragos nas redes e, portanto, perdas e prejuízos.

Florianópolis, por exemplo, se mostravam mais complexas do que eu estar neste horário na praia. “O tempo era simplesmente algo que não podia ser consignado” (BARLEY, 2006, p.101)²⁸.

Guardadas as diferenças, recorro a Nigel Barley, 2006, no sentido de expor o quão difícil era conciliar a angústia por querer avançar no trabalho de campo e o tempo necessário de espera em que a temporalidade (BACHELARD, 1994[1950])²⁹ que compunha as muitas idas e vindas me mostrava que não era eu quem definia, nem tampouco eles propriamente, mas uma conjunção de outros fatores que, de certa forma, faziam parte do que denominavam de tempo. Tratava-se de chegar no horário previamente combinado, mas ficava-se à espera de algo que, no princípio, não entendi: todos, ou parados, ou conversando, esperando até que o movimento se dava de forma muito rápida quando corriam em direção às suas embarcações. Era um matiz de luminosidade no céu em que já não era noite, mas também de dia não se tratava. Era naquela mudança sutil que, neste tipo de pesca³⁰, saíamos para o mar na Armação do Pântano do Sul, em Florianópolis.

Em Barra do Sul, nas saídas para ver as redes que tinham sido colocadas no dia anterior próximo ao costão, o horário orientador era em torno de seis horas da manhã, mas a saída dependia de fatores como o clarear do dia aliado à situação de mais ou menos agito na saída da barra³¹, considerado o local mais perigoso, pois se trata de passar a fronteira da tranqüilidade do abrigo que está antes da barra e o mar aberto. Já para sair para a pesca do baiacu em São Francisco do Sul,

²⁸ Barley (2006, p.100) observa em especial que “a calendarização dos acontecimentos na Terra dos dowayos é um pesadelo para quem quer que procure planejar, além dos dez minutos seguintes”. O autor observa que os dowayos organizam as coisas a seu próprio jeito, em um tempo ao qual ele levou muito tempo a habituar-se.

²⁹ Bachelard (1994[1950]), ao falar do que define como temporalidade, diz que em tudo há uma ritmanálise que modula momentos de agito e de descanso em uma composição temporal que faz parte da duração. Aqui, do fazer-se pescadora e do viver na/da pesca.

³⁰ A pescadora que acompanhei estava trabalhando com rede de espera, o que significa que se colocava a rede em um dia, deixando-a a noite inteira literalmente à *espera* dos peixes que ali entrariam. No dia seguinte, cedo, se ia retirar a rede em que os peixes estavam vivos.

³¹ A barra é o local limite para saída das embarcações em Barra do Sul. Quando o tempo estava ruim, era comum os pescadores voltarem do local chamado *boca da barra*. A boca da barra é o perigo e, ao mesmo tempo, a permissão, pois é ali que o mar mostra se deixa sair para mais um dia de trabalho ou se não permite esta saída. É o ponto crítico de perigo, de possibilidade de acidente. Da barra para dentro é a calma. Sair da barra implica em ir para o mar aberto e, portanto, para as surpresas que ele reserva. Quando em campo, eu ficava em vários momentos diferentes na saída da barra *apenas* observando as embarcações saírem e voltarem, momentos em que percebi que todas saíam e voltavam pelo lado direito da barra, de quem olhava de dentro para fora demonstrando que há uma forma, uma técnica, um ponto chave, para sair e entrar na barra, dando mais abrigo e segurança às manobras das embarcações.

dona Paulina poderia sair às sete, às nove; voltar às dezessete, às vinte ou às vinte e duas horas, dependendo do nível da maré. Tempos que não seguem o determinado *crono* do relógio, mas que se definem pelo ritmo *cronos* (LEACH, 1972)³² que o começo do nascer do dia, a agitação na saída da barra ou o movimento das marés indica ou que o agito do mar impede.

As pescadoras³³, ao mesmo tempo em que estavam diariamente sintonizadas com o que os meteorologistas diziam, comentando a previsão do tempo: *bem que disse; bem que avisou; acertou mesmo; errou feio*, momentos estes em que eram extremamente jocosas, trabalhavam e observavam ciclos e mudanças constantes em que a composição era sempre plural³⁴.

Não há vento. Há qualificações de ventos: *sul*³⁵, *nordeste*, *este*, *leste*, *rebojo*, *lestada*, *terral*, conforme explicou dona Merabe.

Lestada é o vento que mais deixa o mar agitado; traz tempestades que costumam durar muitos dias seguidos, às vezes quinze dias, mas é o que traz fartura, traz tudo. Com o vento teral não dá para pescar. Ele só leva a pessoa para fora, para o golfo do mar. É um vento que vem da terra e dura cerca de três dias. O rebojo é um vento que não dá para ir para fora. Ele não engrossa o mar, mas é muito forte. Também não traz nada; só leva, e dura cerca de dois dias. Entre o sul e o leste, seria o rebojo. Rebojo por quê? Porque reboja, como uma máquina lava. Na época da tainha é bom para trazer ela (Merabe, 60 anos, Barra do Sul).

³² Leach (1972), em uma discussão sobre a valoração e formas de ver o tempo rememora três estórias sobre o deus Cronos, pai de Zeus, citando como ritual mais importante o festival conhecido como Cronia, que “ocorria no tempo da colheita, no primeiro mês do ano, e parece ter sido uma espécie de celebração do Ano Novo” (LEACH, 1974, p. 198). O autor esclarece que o tempo de cronos não é aquele como o consideramos, pautados “em relógios, rádios, observatórios astronômicos” (p.192). “O tempo de Cronos é uma oscilação, um tempo que vai e vem, que nasce e é engolido e é vomitado, uma oscilação do pai para a mãe, da mãe para o pai, repetidamente” (LEACH, 1974, p. 199). Cronos, portanto, é oscilação.

³³ Trata-se de todos os profissionais que atuam e vivem na/da pesca, mas me refiro às pescadoras por se tratar de uma tese em que elas são as protagonistas, conforme já esclarecido em Observações Preliminares.

³⁴ A minha cabeça fervilhava quando ouvia comentários que, a princípio, me eram ininteligíveis: *ou vai entrar uma lestada ou um teral. Ontem já deu rebojo*.

³⁵ Dependendo a localização geográfica, o impacto dos ventos se dá de forma diferenciada. O vento sul traz, geralmente, marés agitadas, mas também, na época da tainha, de maio a julho, traz este peixe, que é muito esperado, e que migra de Sul para Norte do Estado, e do País.

Segundo Neneca, que viveu por vinte anos em uma ilha e que observava diariamente as freqüentes *mudanças do tempo*, ao explicar sobre as diversas formas de manifestação do vento, contou-me que há, inclusive, *briga de ventos*.

Passava vinte minutos, meia hora, de vento sul. Daqui a pouco, o nordeste vencia o sul. E pelo nordeste que está forte, já se sabe como o sul vai entrar. Outro dia a gente vê: hoje a briga já está diferente! A briga é este/sueste. Entre o leste e o oeste tem o norte que os antigos aqui chamam de nortão duro. Não é de pegador como o leste. O nortão é temporário. Tem o noroeste, que é um vento quente, que fica entre o terral e o norte. É um vento doentio, quente, de novembro, dezembro; traz a mutuca³⁶. Para nós o melhor é o nordeste porque é seguro, o tempo firme, água quieta, limpa, calmaria. É mais no verão. É um vento que limpa o tempo (Neneca, 38 anos, Barra do Sul).

O vento influencia as mudanças para o sucesso ou insucesso da pesca, pois, dependendo de como estiver é impossível se arriscar e *sair para fora*, como costumavam dizer. Há ventos mais temidos, de um modo geral, como o leste, chamado também de *lestada*, e o terral, *que vem da terra*. Chegam com força e permanecem dias, impossibilitando qualquer atrevimento no sentido de tentar a pesca. Os pequenos barcos são puxados para os ranchos ou amarrados e ficam em descanso até que o tempo melhore. Para tanto, é preciso que o vento mude, pois contra vento só outro vento.

Os diferentes tempos, de maré alta ou baixa, de vento nordeste, sul, terral, lestada, interferem nas saídas para o mar. Mas não se trata de um tempo de espera ociosa, porém repleto da agilidade destas mulheres em remendar ou fazer redes, lavar roupa, fazer comida, comprar mantimentos, olhar a embarcação averiguando se tudo está bem. Não havia um tempo de descanso definido no que diz respeito a fim de semana. Era o *tempo bom de pesca* que guiava os dias de trabalho, inclusive sábados, domingos e feriados, assim como o *tempo ruim* dava uma trégua nas idas ao mar.

³⁶ Mutuca é um pequeno inseto que, ao picar, provoca muita coceira, podendo produzir sérias reações alérgicas.

Estas diferentes temporalidades interferiam diretamente no tempo que eu levava para realizar o que era, previamente, combinado com as mulheres, pois quando me diziam que o tempo não estava bom, queria dizer que teríamos que dar, de fato, tempo ao tempo, e esperar a melhora do vento, da maré, do mar agitado. Roberto Cardoso de Oliveira, 1995, propõe, entre outros objetivos, mostrar “os limites do método, ou [...] o que poderia estar em seu lugar” (p. 2). As contradições, a diversidade, as inquietações que emergem quando estamos no exercício do campo contribuem com o aprendizado de nosso ofício. Fazer um campo que é mar exigiu-me muita paciência e um exercício contínuo de espera e observação antes de ser acionada pelas mulheres para o que inicialmente, a meu ver, constituía participar de seus cotidianos, o que, às vezes, me deixava angustiada pela sensação de não estar fazendo nada a não ser observar e esperar.

Me via inquieta, pois de meu ponto de vista eu me sentia *perdendo tempo*. Uma espécie de agito interior me irritava. “Odiava desperdiçar tempo, detestava perdê-lo” (BARLEY, 2006, p. 101). Muito distante da sensação de aventura nas saídas para o mar, ficar esperando me fazia sentir que faltava algo, que havia uma incompletude nos momentos, mais de observação do que de participação até que busquei me aquietar e buscar viver apenas o que estava me sendo disponibilizado. Foi aí que os tempos de espera se converteram em tempos de muita conversa onde buscava compreender os meandros de suas vidas, observando e experimentando o que faziam enquanto se esperava o tempo melhorar, instigando-as a me contar como vêm suas vidas, por que optaram por embarcar ao invés de atuar em terra. Enfim, tempos de escuta de narrativas sobre *aventuras* vividas, dores, alegrias, dificuldades, aprendizados. Por vezes elas choravam; outras era eu quem não conseguia me conter com as suas narrativas, o que fazia, por vezes, meu humor oscilar entre a solidariedade ou uma profunda angústia, solidão e decepção comigo mesma por não ter me contado.

Perguntava-me constantemente: estava fazendo bem feito o que fazia? Estava utilizando-me corretamente do método etnográfico? Seria aquela a melhor forma de fazer o campo ao qual me propunha? Agitava-me uma angústia por desejar ter uma *resposta certa* que desse conta de esclarecer as muitas questões mesmo quando ainda estava tão incipiente meu trabalho de campo. Sobre esse constante questionar-se, Bachelard (2008), ao discutir o que definiu como obstáculos epistemológicos, afirma que precisamos estar atentos ao processo de construção do conhecimento científico em que emergem contradições, erros e insuficiências. É preciso honestidade e paciência, fazendo-se central

buscar formular bem os problemas e conviver com uma constante reformulação de perguntas, pois tudo é construído e reconstruído continuamente. “Todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído” (BACHELARD, 2008, p.18).

Michel de Certeau, 2008, ao tratar sobre a operação historiográfica levanta questões como “o que fabrica o historiador quando faz história? Para quem trabalha? Que produz? [...] O que é esta profissão?” (CERTEAU, 2008, p.65). Por outro lado, Gilles Deleuze e Félix Guattari, 2009, na obra *O que é a Filosofia?*, afirmam que simplesmente chegou a hora de perguntar o que é a filosofia, embora tenham uma resposta que não variou, “mas não seria necessário somente que a resposta acolhesse a questão, seria necessário também que determinasse uma hora, uma ocasião, circunstâncias, paisagens e personagens, condições e incógnitas da questão” (DELEUZE E GUATTARI, 2009, p.10). Tanto nas questões agonísticas de Certeau (2008) quanto na alusão à hora final de Deleuze e Guattari (2009), se inserem as possíveis paisagens, personagens, condições e incertezas que, muitas vezes, nos remetem ao que afirma Menezes Bastos (2010) sobre ser irrespondível de maneira cabal esta questão: o que é a antropologia?

Quando Deleuze e Guattari (2009, p.9) afirmam que “talvez só possamos colocar a questão [...] tardiamente, quando chega a velhice, e a hora de falar concretamente” apontam para o fato de que não é que não viemos nos questionando sobre o que é a antropologia, mas parece que agora nos propomos a “não ficar só na rama, mas em deixar-nos engolir por ela”(p. 9). Ao usarem a figura da rama, os autores nos remetem a pensar sobre uma busca contínua de aprofundamento, de ir da rama à raiz de nossas próprias questões, angústias e dúvidas e, ao nos deixar engolir por ela passar, de certa forma, a fazer parte dela, e ela de nós. Nos momentos mais solitários em campo a angústia se aprofundava em forma de dúvidas e questionamentos persistentes sobre se não estaria eu sendo irresponsável e ingênua confundindo o exercício da experiência do mergulho etnográfico com uma aventura.

UMA AVENTURA ANTROPOLÓGICA. OU, A PERDA DA INOCÊNCIA.

Ao discutir questões relativas à necessidade de uma contínua discussão teórica sobre os caminhos da observação participante em que

postula que é necessário valorizar tanto a observação quanto a participação³⁷, e que deseja saber por que a observação participante se transformou em participação observante, Ruth Cardoso, 1988 [1986], p.101, se remete ao texto de Roberto da Matta, 1978, comentando que o autor mostra que nossa formação postula o planejamento do trabalho, mas não nos prepara para ver com olhos críticos nossos humores, cansaços, infortúnios.

Segundo a autora, às vezes, os relatos se limitam às aventuras dos antropólogos sem colocá-las, de fato, como etapas do conhecimento, etapas estas que irão compor o processo de conhecimento que se constrói em um questionar-se contínuo. Bachelard (2008) se propõe a mostrar o que chama de dificuldades das abstrações corretas “ao assinalar a insuficiência dos primeiros esboços, o peso dos primeiros esquemas, ao sublinhar também o caráter discursivo da coerência abstrata e essencial, que nunca alcança seu objetivo num só golpe” (BACHELARD, 2008, p.8). Barley (2006), por sua vez, diz que se trata de erro e revisão constante. Eu acrescentaria que é o próprio campo que se encarrega de nos colocar constantemente em estado de atenção e auto-revisão.

O dia em que o mar me mostrou sua força me permitiu avançar em questionamentos sobre os limites da minha observação que se queria também participação entendendo ambas como centrais no investimento antropológico. Neste sentido, no início de meu trabalho de campo, quando eu contava a colegas da antropologia ou demais pessoas que estava iniciando uma pesquisa com mulheres pescadoras, a grande maioria demonstrava curiosidade e admiração tentando esclarecer o que eu dizia: com mulher de pescador? Com pescadoras mesmo? Que vão

³⁷ Eunice Durham, 1988, considera dois tipos de participação, a objetiva (que estaria mais afeita aos trabalhos com povos indígenas) e a observação subjetiva (pesquisa realizada nas cidades), sobre a qual diz que é preciso ter cuidado para não cairmos em análises a partir de categorias nativas (p.33). Pondera ainda sobre os meandros de quando uma pesquisa passa de observação participante para uma participação observante resvalando para a militância (p.27). Para a autora, ter-se-ia que ponderar uma discussão apurada sobre questões teórico-metodológicas e epistemológicas aí envolvidas. Segundo ela, a observação participante é um trabalho importante, mas é preciso avançar na procura de novos caminhos (p.34). Considero que a observação participante é o que nos propicia a aproximação com o campo. É o princípio do que o decorrer do tempo em campo permitirá vivermos e que eu estou qualificando como uma experiência densa. Entendo que cabe um salto em termos de avançarmos no que Malinowski (1976) postulou. A observação participante do autor estava contextualizada em uma antropologia feita a partir da varanda, se podemos assim pensar. Atualmente, considero que precisamos qualificar nossa estada em campo como participação que contempla observação, inserção no cotidiano, afetação e uma disponibilidade de vivenciar uma experiência densa.

para o mar? A seguir, não raro, resumiam que consideravam que eu estava vivendo uma *verdadeira aventura*.

Assim, logo após o início dos embarques, a vaidade me seduziu e tudo parecia, de fato, uma grande aventura até o dia em que o mar mudou de repente, e o tempo passou de bom à ruim. Primeiro, olhei o mar de baixo para cima, de dentro da pequena embarcação, pois ele *creceu* tão rapidamente que fiquei estática, embora extasiada com o que via. Só conseguia pensar que parecia estar diante de uma grande catedral, inspiradora de respeito. A seguir, o mar agitado jogou a embarcação para cima, e com ela fui junto no breve desequilíbrio de meu corpo. Ao olhá-lo de cima para baixo e observar o que me parecia ser uma grande boca que recebia violentamente água de quatro direções, e que vindo de quatro direções se encontrava no centro, eu só consegui pensar, antes de projetar meu corpo para cair dentro da embarcação: não adianta saber nadar! Naquele momento, assimilei que estava em um campo tão perigoso quanto instigante. Acabou a aventura-fantasia³⁸ e começou uma aventura antropológica.

Segundo Cardoso (1988 [1986]),

A nossa *Aventura Antropológica* pode lembrar a visão romântica que cerca os antropólogos, quase sempre confundidos com excêntricos aventureiros que se lançam em estranhas viagens por regiões desconhecidas ou espaços urbanos inabitais. Mas, mesmo rejeitando estas pinceladas românticas, não seria enganoso dizer que a pesquisa é sempre uma aventura nova sobre a qual precisamos refletir (CARDOSO, 1988(1986), p.13).

³⁸ Michel Leiris, 2007, ao falar sobre “A África fantasma” fala de suas decepções em que o campo lhe permitiu desmistificar ilusões anteriores. Na apresentação da obra, Fernanda Peixoto afirma que “é de decepção que nos fala Leiris ao longo do relato: a partida, rodeada por imagens românticas e fantasias de evasão; o cotidiano em terra estranha; o regresso, definido antes por frustrações que por conquistas [...] a narrativa aponta assim para a desmistificação da viagem, das realidades encontradas e do próprio trabalho etnográfico como possibilidade de acesso ao ‘outro’” (LEIRIS, 2007, p. 31). Considero que a ida a campo propicia e coloca à prova qualquer romantismo, ingenuidade ou ilusões iniciais que, por sua vez, nos alertam, como no meu caso. Ou nos decepcionam, a exemplo de Leiris (2007). Mas, eu argumentaria que também nos surpreendem e nos fornecem subsídios para pensarmos sobre o próprio exercício etnográfico. Se não tivesse se decepcionado, se frustrado, Leiris (2007) não teria como escrever “A África fantasma”. Ou seja, não teria deixado uma contribuição tão rica sobre tópicos vivenciados em campo.

A autora não aprofunda uma discussão sobre a composição que ela própria apresenta. No entanto, entendo ser interessante ter claro que, ao adjetivarmos aventura - uma aventura antropológica - estamos qualificando uma experiência que nada tem de romântica ou excêntrica. Pelo contrário, trata-se de um exercício que implica em superar a inocência que permeia a aventura-fantasia se considerarmos que a aventura antropológica seria o exercício da própria etnografia, aquela que, no dizer de John Vann Maanen, 2004, implicaria em perder a inocência. Diz Maanen (2004, p.427): “a etnografia não é mais pintada como um procedimento relativamente simples de olhar, escutar e aprender, mas antes como algo próximo a uma intensa prova de fogo epistemológica³⁹”. O autor se refere ao que denomina de fim da inocência, inocência esta que pressuporia que a etnografia emerge mais ou menos naturalmente a partir de uma simples estada em campo. O autor enfatiza que a etnografia não estará dada em um primeiro momento, mas precisará ser construída no aguçamento do olhar em campo.

Neste direcionamento, pondero que a imersão em campo deve ter os sentidos voltados para a observação de sutilezas, a exemplo do antropólogo inocente de Barley (1983, p. 63), em que é preciso tempo para apreendê-las. O autor ainda preconiza que é central estar atento ao que daí será extraído, selecionado, como um verdadeiro processo de garimpagem em que “o trabalho de campo tem muito em comum com a mineração” (BARLEY, 2006, p.136). “É preciso muito esforço para extrair algumas onças de ouro”, enfatiza o autor. Eu diria que é preciso aguçar todos os sentidos, pois muitas vezes estamos tão determinados a garimpar em um lado e não nos damos conta que as onças de ouro podem estar de outro. É preciso olhar tudo, observar tudo, participar de tudo, viver a experiência com o máximo que o campo nos possibilitar.

Enquanto Cardoso (1988[1986]) empreendia uma discussão visando compreender os meandros entre *observação participante* e *participação observante*, Clifford Geertz, 1989, ao defender a centralidade de uma *descrição densa* afirmava que em “todo empreendimento nós já estamos explicando e, o que é pior, explicando explicações. Piscadelas de piscadelas de piscadelas” (GEERTZ, 1989, p.19). Concordo com Cardoso sobre ser a participação tão importante quanto à observação, e concordo que a busca de uma descrição densa, preconizada por Geertz, é central. Por outro lado, há campos e campos e

³⁹“The ethnography is no longer pictured as a relatively simple look, listen and learn procedure but, rather, as something akin to an intense epistemological trial by fire”.

formas distintas de compor o fazer antropológico. Uma pluralidade. Nas palavras de Menezes Bastos (2010), tomaríamos “essa pluralidade [...] como uma primeira grande marca da antropologia, uma pluralidade que tem sido - e é - tensa” (MENEZES BASTOS, 2010, p.3).

Em alguns trabalhos de campo, a possibilidade viável é a observação; em outros, é possível exercitar a participação, aliando uma e outra. Porém, quero ponderar que em alguns campos, como o que eu me propus a realizar junto às mulheres pescadoras com o que eu denominei como *sombra* (sobre o que falarei a seguir), só me foi possível a partir da busca por apreender meandros, sutilezas, temporalidade, corporalidade, em seus cotidianos, com o que estou propondo chamar de uma experiência de observação/participação densa. A descrição densa sobre o vivido será mais densa quanto densa tiver sido a experiência do exercício de um profundo *mergulho* em campo, no meu caso, o mar. O que minha orientadora definiu como *mergulho* tem, portanto, a ver com um exercício extenuante vivido em uma tensa suspensão e expectativa sobre o que viria no momento seguinte. Ao mergulhar em campo, nós imaginamos o que podemos encontrar, mas é só o fazendo que é possível ver/sentir/experienciar repetidamente o exercício etnográfico.

Considero, portanto, que a etnografia se dá pela repetição. É repetir a observação, repetir a convivência, repetir momentos como se nada fosse acontecer⁴⁰ e, de repente, tudo acontece. Fazer etnografia é estar presente de forma intensiva e repetitiva. É a repetição que permite viver a experiência densa que inclui o inesperado. Fazer etnografia, às vezes, era ficar sentada na praia observando aquilo que parece que não tem sentido. Mas esse é o sentido. E este aprendizado o campo me trouxe. Esse é o próprio sentido da pesca: esta espera contínua. A etnografia é, portanto, a repetição da experiência que se densifica à medida que temos condição de observar se um fato é extraordinário ou ordinário.

E é no ordinário, segundo Certeau (1994), que é possível observar a criatividade e as formas como as pessoas e os grupos conseguem se reinventar, se recriar no seu cotidiano. É essa observação contínua, cansativa e exaustiva que, eu acredito, nos permite construir a etnografia, como método, como epistemologia, como um conjunto de

⁴⁰Michel Leiris, 2007, fala sobre o que considera uma *rotina monótona* permeada pela *mesmice* que tem o efeito permanente de paralisar o tempo em que segundo ele, nada acontece: “as cidades e os lugares se sucedem no correr das horas, das jornadas, das estações, dos meses do ano. Mas como a viagem etnográfica não narra aventuras – ao contrário, está enraizada na rotina -, seu registro frisa monotonia e tédio” (LEIRIS, 2007, p.32). Considero que é aí, no que parece a *mesmice*, que está a possibilidade e de onde emerge a experiência da etnografia.

saberes-fazeres que dizem respeito à antropologia. Embora, cada vez mais outras disciplinas estejam fazendo uso do exercício etnográfico, o saber-fazer etnografia dentro da antropologia tem a especificidade deste convívio, desta imersão, deste mergulho de longa duração.

Assim como as embarcações entravam e saíam todos os dias, assim foi o meu fazer etnografia. Um mergulho no cotidiano da pesca buscando compreender como as mulheres são e vivem como pescadoras. “Um ato solitário” (MALUF, 2010), que se realiza com o aporte de nossos pares. Acredito que só assim é possível fazer e ser feito, como resumiu Menezes Bastos (2010). Roy Wagner (2010 [1975]) diz que “um antropólogo experiencia, de um modo ou de outro, seu objeto de estudo” (WAGNER, 2010 [1975], 29). Tão difícil quanto viver esta experiência é, a partir de nossos próprios significados, encontrar formas de comunicar a experiência vivida, inventando a cultura do outro e, assim fazendo, inventando formas de fazer antropologia.

A ANTROPÓLOGA COMO SOMBRA

Hoje, me preparei em Barra do Sul para seguir até Itapoá e parei em frente à casa de dona Ci para avisar quando voltaria. Quando saí de sua casa, o inesperado aconteceu: a bateria do carro havia parado de funcionar. Enquanto aguardava a vinda do mecânico, dois de seus filhos, Simão e Marques, ficaram conversando comigo. Um senhor que passava em outro carro, parou logo em frente e veio sorrindo em nossa direção, curioso para saber o que houve. Marques muito rápido disse: ah padre, a bateria do carro da Rose pifou. E quem é ela, perguntou o padre. Simão, que além de pescador é diácono, foi respondendo: é uma antropóloga que está aqui pesquisando a gente, com as nossas mulheres. Antropólogo? Mas o que é uma antropóloga? Nestas alturas, embora eu já estivesse cansada com um padre tão curioso, fiquei, eu, curiosa para ver o que Marques iria responder, o que ele, prontamente fez: olha padre, é tudo ólogo, óloga. O senhor é teólogo. Ela é antropóloga. E se bem estamos entendendo, com o trabalho da Rose, uma antropóloga é aquela pessoa que vê a gente do fio do cabelo ao dedão do pé. Tudo o que o senhor imagina, ela está vendo com a gente. Tudo. Aonde a gente vai, ela

vai junto, em tudo. Foi até no acampamento⁴¹ com a gente e ficou lá uma semana. Como ela diz, é uma sombra (Trecho de meu diário de campo).

Embora eu me propusesse a estar em tudo com o intuito de ver o máximo possível, estava-me muito claro que seria sempre alguém exterior aqueles espaços, lição que já tinha vivido intensamente em meu trabalho de campo no mestrado quando fui alertada que mesmo que eu vivesse cem anos ali, eu jamais seria um deles. Convicção esta que vai ao encontro da arguição feita por James Clifford, 1983, quando afirma que, embora o etnógrafo tente se inserir dentro da sociedade que estuda, é e será sempre um *outsider*.

O etnógrafo, antes de tentar misturar-se na sociedade em estudo, ‘desempenha o papel do seu estrangeiro’. Um intruso amistoso, mas determinado, pressionando constantemente contra interdições usuais, o etnógrafo vem para ver como alguém que, precisamente por causa da sua exterioridade com respeito a instituições nativas, improvavelmente os falsificará (CLIFFORD, 1983, p. 144)⁴².

Sendo eu uma *outsider*⁴³, queria encontrar uma maneira de mergulhar, de me aprofundar naquele cotidiano das mulheres pescadoras. Foi assim que, ao me preparar para as primeiras conversas com elas visando expor a proposta de minha pesquisa que era ficar com as mesmas diariamente, acompanhando-as, trabalhando, fazendo as mesmas coisas, eu só consegui denominar para elas o que e como

⁴¹ Este pescador participa de um grupo de famílias que uma vez ao ano acampa nas proximidades, sendo que levam consigo todos os apetrechos e continuam pescando enquanto estão neste período de *descanso*.

⁴² The ethnographer, rather than trying to blend into the society under study, ‘plays his stranger’s role’. A friendly but determined outsider, pressing constantly against customary interdictions, the ethnographer comes to be seen as someone who, precisely because of his or her exteriority with respect to native institutions, is unlikely to falsify them (CLIFFORD, 1983, p. 144).

⁴³ Outsider: intruso. Uso o termo no sentido de Elias (2000[1994]), ou seja, pensando que eu não era nem seria membro daquele grupo social. Embora não fosse rejeitada ou excluída, me estava claro ser eu ‘de fora’. Portanto, de certa forma, uma intrusa. Por outro lado, Becker (2008[1963], p. 15) utiliza o termo no sentido de “alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo” (BECKER, 2008[1963], p.15). Embora eu me propusesse a viver em campo as regras estipulada pelo grupo, eu não fazia nem faria parte daquele grupo. Eu e elas sabíamos disso.

gostaria de realizar a pesquisa recorrendo à expressão *sombra*. Expliquei-lhes na ocasião que significava que o que fizessem e aonde fossem ali eu estaria como uma espécie de duplo das mesmas. Por outro lado, se era eu a sombra, o propósito era o de serem elas a luz, o que nos traz a questão visibilidade/invisibilidade. Outra ponderação poderia ser pensada nos meandros do proposto por Nietzsche (2007[1879])⁴⁴ em que a sombra seria um eu do meu eu, antropóloga, uma viajante que saiu em busca das pescadoras. Luz e sombra como um mesmo e como a relação entre mulheres em diálogo: antropóloga e pescadoras.

Após ouvirem e concordarem com a proposta de ser eu uma sombra, embora inicialmente me poupassem um pouco do esforço, no decorrer do andamento da pesquisa rapidamente me colocaram a trabalhar com elas fazendo exigências, mandando, orientando, às vezes se irritando comigo devido ao meu ritmo mais lento e a minha *fraqueza* física. Uma das primeiras pescadoras com as quais conversei e convivi, no primeiro dia de campo em seu rancho de pesca, me alertou rindo muito quando eu me mostrei um pouco lenta para os seus parâmetros: *Não és sombra? Se és sombra, é pra fazer igual. Então me ajuda com essas estivas*⁴⁵.

A receptividade das pescadoras e de suas famílias foi muito boa e todas levaram a sério quando lhes dizia que propunha que o método da pesquisa se pautava por eu ser uma sombra delas: criticavam ou sugeriam o que eu deveria fazer enquanto elas faziam. Muitas vezes brincavam: *Vamos lá minha sombra; anda sombra; se é pra ser sombra, empurra daí* eram comentários ditos em tom jocoso e acompanhados de risos, assim como ordens do tipo puxa, empurra, lixa, separa, carrega. Como eu não demonstrava cansaço nem reclamava das dores físicas, em dado momento uma das pescadoras comentou: *mas parece que já trabalhasse nisso. Levas jeito para a pesca*. Ao ouvir tal comentário, lhe disse: talvez seja porque eu já trabalhei na roça quando adolescente. *Ah, tinha que ter um motivo. Está explicando então*. O comentário da pescadora, de certa forma aludia a diferenças de corpos criados em contextos distintos, como os da pesca ou da roça e os citadinos.

⁴⁴ No diálogo entre a sombra e o viajante, o viajante afirma: “[...] Para que haja beleza do rosto, clareza da palavra, bondade e firmeza de caráter, a sombra é tão necessária quanto à luz. Não são adversárias: antes, elas tomam amigavelmente a mão uma da outra e quando a luz desaparece, a sombra foge atrás dela” (NIETZSCHE, 2007[1879], p.14).

⁴⁵ Estivas são troncos de madeira que servem de apoio para tirar as embarcações dos ranchos e colocá-las na praia; e vice versa. As mesmas são dispostas em seqüência sobre a areia e a embarcação deve deslizar por cima à medida que é empurrada, no caso pela pescadora e por sua sombra. As estivas que dona Naca usava pesavam entre 15 e 25 quilos cada uma, o que ela levantava com facilidade. Eu comecei pelas mais leves.

Em relação ao exercício de ser uma sombra, uma das pescadoras foi um pouco mais incisiva. Ao explicar-lhe a proposta da pesquisa e de meu método de trabalho implicando em como seriam os dias junto à mesma, acompanhando-a, fazendo o que fizesse, saindo para pescar, organizando materiais, entre outros, a jovem pescadora afirmou rindo: *mais isso não é sombra. É um encosto*. Ao perguntar-lhe o que para ela seria um encosto, a mesma me falou sobre estar *encostado, grudado, junto, como se fosse um espírito*. Ao que lhe perguntei: que tipo de espírito ou te pareço? *Um espírito bom né, senão eu corria contigo daqui*, respondeu-me rindo⁴⁶.

Com o passar do tempo no decorrer do trabalho de pesquisa, as pescadoras se mostraram muito à vontade, demonstrando inclusive o que me pareceu ser um aproveitamento da mão-de-obra que a pesquisadora lhes oferecia quando ocorria o que poderíamos denominar de um desdobramento da sombra. Sombra e seu duplo trabalhavam junto, mas cada qual em atividades diferentes visando agilizar a realização das muitas atividades, o que me era verbalizado na expressão *enquanto*: *Enquanto eu faço isso, fazes aquilo. Enquanto eu puxo daqui, tu puxas dali; enquanto eu empurro a embarcação, tu pegas a estiva; enquanto eu limpo o peixe, tu colocas no saco*.

No transcorrer do trabalho, antes de concordar em fazer parte da pesquisa, uma das pescadoras foi conversar com outra com a qual eu já estava há alguns dias. Depois, esta segunda pescadora me contou do ocorrido rindo e me dizendo o que havia dito a outra:

Eu disse pra ela: participa da pesquisa sim. Tu não podes ficar de fora, pois se eu sou pescadora, hoje tu és mais do que eu porque estás indo pra fora todo dia, saindo de madrugada e voltando só final da tarde. Participa sim. A forma da Rose pesquisar é muito boa, a gente fica muito à vontade. É uma pessoa séria. A gente fala muito, ela acompanha a gente em tudo. É como uma terapia. Ela escuta, escuta, escuta. É como se ela fosse um médico, mas um médico da alma porque ela escuta a gente. A gente fala tudo o que quer [...] (Neneca, Barra do Sul).

⁴⁶ Acrescentou também: “eu só aceitei conversar contigo sobre esta pesquisa porque a Tânia (colega de trabalho da Epagri) falou comigo, porque a gente já conhece ela há tempo e ela falou que tu eras uma pessoa séria, que eu podia confiar em ti e participar desta pesquisa. Só por isso eu aceitei porque eu detesto foto, detesto filmagem, detesto aparecer. Fico sem graça, entendes?”. Obrigada Tânia!

Assim, de sombra a encosto, de encosto a médico da alma, os desmembramentos foram muitos e permaneci os dias junto às mesmas, repetindo gestos e atividades, tentando interferir o mínimo possível em seus cotidianos com minha presença/sombra e, de certa forma, sendo um encosto posto que não largava um minuto sequer a pescadora com a qual estivesse: ir para o mar, voltar, puxar as redes, as embarcações, estender roupas, amassar pão, ir a cultos religiosos, limpar a casa, atender clientes que vinham comprar peixe, pesar e empacotar os produtos, ir ao mercado, lixar embarcações, empurrá-las para o mar. Onde a pescadora fosse ou o que fizesse, ali estava eu. De manhã à noite. Noites dormindo em suas casas; madrugadas acordando em suas portas.

Mesmo que buscasse evitar ou que não quisesse, eu já tinha feito o que Barley (2006, p.209) afirma: “todos os antropólogos alteram de alguma maneira o povo que estudam”. No entanto, ao dito de Barley, eu acrescentaria que, muitas vezes, se não quase sempre, o campo também nos altera de alguma forma. Às vezes, irremediavelmente. As pescadoras já tinham alterado minha vida. Entretanto, no agito contínuo do extenuante exercício da sombra, preservei momentos de afastamento, de isolamento, pois entendo e concordo que se faz necessário resguardar o que Gilberto Velho, 2002, denominou de *tempo psicológico*. Aquela necessidade de tanto eu quanto elas terem um tempo, uma sem a outra. Se em alguns momentos eu me sentia cansada, irritada, com vontade de ficar sozinha, porque elas não sentiriam o mesmo? Assim, propositadamente reservei alguns momentos para ficar afastada delas. E preservar-lhes da minha insistente presença.

O exercício da sombra colocou-nos frente a frente, elas em relação a elas, eu em relação a eu própria, e ambas uma em relação à outra, pois a sombra, sendo um duplo do eu, nunca é o eu. Ela aponta, de forma próxima e aproximada, os contornos do eu que, estando na luz, lhe projeta. Ao convivermos durante o período em que transcorreu a pesquisa, não só a sombra acompanhou as pescadoras. Elas demonstravam uma atenção desperta na observação do que a sombra lhes dizia ou indicava sobre elas. Verbalizações como: *estás fazendo a gente pensar sobre quem a gente é; fizesse eu pensar sobre minha vida; que a gente é exceção a gente sabia. Tu viesses lembrar que a gente é pescadora*. A sombra se fez boa para pensar.

À medida que o trabalho avançava, eu me perguntava constantemente: o que é uma sombra? O que pretendo com isso? Por um lado, eu queria viver de forma intensa o cotidiano das pescadoras. Por outro, percebi que estava provocando nas mesmas uma espécie de auto-

observação à medida que se iam ao ver as reações da sombra projetada, grudada de forma contínua e persistente.

O exercício da antropóloga como sombra visando uma observação/participação/experiência densa em seus cotidianos se aliou a uma escuta feita com os olhos. Explico-me melhor: como percebi que, no início do trabalho de campo, algumas não me olhavam diretamente nos olhos; ou olhavam para baixo ou para o lado enquanto eu anotava alguns dados iniciais, eu optei por largar a caderneta. Largar papel e caneta me permitiu olhá-las totalmente nos olhos de forma que tive delas o mesmo retorno. Olhá-las nos olhos propiciou uma despreocupação minha em anotar o que me era dito. Por outro lado, me permitiu estar com o corpo todo em estado de atenção em que, não só os ouvidos, mas os olhos passaram a fazer parte de uma escuta que se propôs atenta.

MAREAR E MADRUGAR

Para entrar em uma embarcação a pessoa precisa ter o Curso de Tripulante, ministrado pela Marinha e pela Capitania dos Portos. Fiquei sabendo deste detalhe ao participar de um dos cursos que os técnicos destes dois órgãos ministraram aos técnicos da Epagri no decorrer de 2011. Sabedora, pois, desta informação e tendo em vista que pretendia embarcar com as mulheres pescadoras, me dirigi à Marinha visando obter maiores informações sobre minha situação. Primeiro, porque não queria, de forma alguma, colocar as mulheres em situação de constrangimento caso fôssemos abordadas em alto mar. Segundo, porque, ao ir a campo estaria ligada, por um lado, a Epagri, tendo em vista meu vínculo empregatício com a mesma; e, por outro, ao PPGAS/UFSC.

Ao expor minha situação e esclarecer que se tratava de uma pesquisa, recebi o aval dos técnicos da Marinha para embarcar com as mulheres e realizar a pretensa empreitada, “desde que não constitua qualquer tipo de trabalho e não ultrapasse o número de tripulantes autorizados para a referida embarcação”. Assim, me senti tranqüila para seguir adiante no que diz respeito a entrar nas embarcações e acompanhar as mulheres durante suas idas ao mar.

Tendo a autorização da Marinha, e tendo já iniciado minhas conversas e convivência assídua com as mulheres, restava saber se as mesmas concordariam com, além de eu acompanhá-las em terra, em suas casas, nos ranchos de pesca, nos momentos de limpeza do pescado ou de confecção de redes, ir junto quando fossem ao mar.

Será que não vás marear? Esta foi a primeira pergunta que ouvi de algumas das pescadoras quando conversamos sobre a possibilidade de ir nas embarcações visando melhor compreender seu cotidiano. Tal pergunta demonstrava uma preocupação central para as profissionais da pesca, pois, uma vez no mar, só resta seguir e cumprir o que estiver por ser feito. Eu garantia categoricamente que não iria marear, ou seja, enjoar⁴⁷ em alto mar justificando que já tinha vivido a experiência de sair em embarcações⁴⁸.

Porém, para garantir que não teria qualquer inconveniente e que não interferiria no ritmo de trabalho das mesmas, me municiei com um pequeno estoque de medicação própria para evitar enjoos. Internamente ponderei que nunca se sabe quando nossos corpos podem nos trair, colocando em risco o estabelecimento de uma relação em campo. Nunca fiz uso da medicação, mas, por precaução, sabia que estava comigo. Para garantir que não enjoaria também estabeleci por norma não comer antes de sair ou comer parcimoniosamente. Impus-me o jejum como forma de prevenir qualquer possibilidade de enjôo.

Se eu mareasse, como dizem, colocaria em risco a continuidade da pesquisa tendo em vista que alguém vomitando é sempre uma desagradável interferência dentro da embarcação. Afora algumas experiências iniciais em que me colocavam à prova, como pedir que eu me sentasse próximo à saída da fumaça do motor, ou propositadamente acelerar a embarcação fazendo círculos de idas e vindas no mar, ambos para testar minha capacidade de não marear, tornou-se comum ouvir de pescadoras e seus camaradas: *tudo bem?*

Em um dos dias em campo, fui colocada à prova pelos camaradas de uma das pescadoras, seu filho e um de seus irmãos. Era a primeira vez que saía com eles. Depois de colocarmos as redes em três diferentes pontos, as quais só seriam retiradas no dia seguinte, seu irmão gritou para seu filho: *agora vamos procurar aquela rede que perdemos ontem*. A pescadora, surpresa, perguntou: *perderam uma rede ontem? Como*

⁴⁷ Gianpaollo Adomilli, 2007, também se deparou com esta preocupação dos pescadores quando embarcou no litoral do Rio Grande do Sul para realizar sua tese de doutorado. Ele relata o seguinte sobre se deparar com a possibilidade de enjôo e o que fez para preveni-lo: “notei que faziam sempre a mesma pergunta: se eu já havia navegado. Ao responder, percebia aqueles sorrisos que faziam alusão ao enjôo. Com a ajuda dos remédios, consegui superar em parte o mal-estar, evitando vomitar, o que demonstraria uma fraqueza perante o grupo” (ADOMILLI, 2007, p. 76).

⁴⁸ Quando por ocasião de meu trabalho como extensionista local da Epagri de Governador Celso Ramos durante nove anos, era constante sair com meu colega de trabalho para coletarmos água para análise nas áreas de cultivo desde quando ocorreu a implantação do cultivo de moluscos, em 1989.

não me falaram nada? Inicialmente desconfiei que houvesse algo errado, mas, imediatamente pensei: eles não fariam isso comigo! E passei a ajudar a procurar a dita rede, perscrutando atentamente o mar. Eles davam voltas e voltas, aceleravam a embarcação que fazia a água fria do mar entrar pela gola da capa e escorrer em um filete até as nádegas. Depois, diminuía e faziam outra volta; mais uma, até que resolveram voltar. Ao chegarmos a terra, minha suspeita inicial se confirmou quando o marido da pescadora, que havia ficado remendando redes, perguntou: E daí? Seu filho respondeu rindo: *Passou no teste. Nada de enjoar! Dá para ir quando quiser.* E se virando para mim complementou: *Olha, amanhã vou sair às cinco da manhã. Se quiseres, pode vir.*

Tem que madrugar. Não vais vir esse horário. Ou vais? Outro aspecto referia-se ao horário em que começava o dia a dia destas mulheres e em que, portanto, deveria começar o meu durante o trabalho de campo. Sobre este aspecto, cada um de nós que se propõe a realizar uma pesquisa passa por adequações conforme se mostra necessário visando não decepcionar nossos interlocutores por um lado, e objetivando conquistar sua confiança por outro. No caso das pescadoras com as quais convivi, descobri que seus dias começavam muito antes do que eu estava habituada: duas, três, quatro, cinco horas da manhã. Estas mulheres acordavam muito cedo e já começavam a realizar atividades como preparar o lanche que será levado na embarcação, ou deixado em casa, lavar louças, arrumar o espaço da cozinha, onde o dia começava. Assim, mesmo considerando que, para os meus parâmetros, costumava acordar cedo, entre seis e sete horas da manhã, me vi tendo que exercitar meu corpo para acordar um pouco antes do habitual.

No início dos trabalhos, ainda nos primeiros contatos, quando me perguntavam se eu estaria com elas no horário que me indicavam, dizendo a seguir: *Mas não vais vir esse horário. Ou vais?* Imediatamente, eu demonstrava estar completamente familiarizada com este e me obrigava à afirmação: *Mas é claro!* E assim passei a ter meus dias iniciados muito cedo e se estendendo até tarde, pois estas mulheres têm atividades que preenchem o dia e parece faltar hora. Em alguns momentos o cansaço era extremo e adormecia à tarde. Em outros, mesmo exausta, não queria perder detalhes que só acompanhando-as de perto seria possível perceber.

Entre um e outro dia, e no decorrer dos dias que compuseram meu campo, oscilei entre momentos em que eu mergulhava freneticamente nas atividades sem me questionar. Outras vezes, me via irritada pelo cansaço. Nestas ocasiões, uma espécie de duplo de mim

mesma me atormentava de forma aflitiva com questionamentos constantes: para que tudo isso? Para que este desgaste? Em que vai levar este esforço? Achas mesmo que esta pesquisa vai trazer alguma contribuição para a vida destas mulheres? Para que exigir do teu corpo aquilo para o qual só o corpo delas está preparado?

BOTAS, MACACÃO, LATINHA: O CORPO DA ANTROPÓLOGA

O nosso mar, às vezes fica agitado de repente. Então, nunca se sabe. Pode acontecer alguma coisa. Eu não uso bota de jeito nenhum. Já fiz várias experiências com bota e vi: se entrar água, a bota pega pressão e gruda na perna. Com água, cada bota fica pesando mais ou menos uns vinte e cinco quilos. Já pensasse se cai na água com esse peso a mais? Eu morro de medo. Se eu fosse tu, não usava (Néia, 32 anos, Barra do Sul).

Reportando-me à pergunta de Tânia Lima, 2002: o que é um corpo? Pondero que, mais do que uma pergunta, é um desafio posto a cada um de nós, antropólogos e antropólogas, no sentido de que, para além de pensar sobre o corpo do outro, é no nosso próprio que o exercício da antropologia deixa suas marcas, seja no adestramento da imobilidade para as muitas horas de escrita solitária e, portanto, o estar sentado, seja, no meu caso, para a mobilidade e abertura para o imprevisto em campo. Por muitas vezes, nos deparamos com provocações corporais que dizem respeito a comer o que não se quer ou jamais se comeria, a ocupar espaços incomuns e a acompanhar rituais, festas, formas de trabalhos e momentos que não seriam acompanhados se ali não se estivesse com o estatuto de pesquisador ou pesquisadora.

Ouvi das diferentes pescadoras: *é melhor sair na embarcação com chinelo de dedo, pois dá mais firmeza*. Para outras, *o melhor é usar botas de borracha. Roupa nova, nem pensar. Tem que ser roupa velha, usada*. E *o cabelo deve ser preso* visando à segurança do cabelo e da própria cabeça⁴⁹. Fiz uso de botas por questões de segurança, sendo a

⁴⁹ Ocorrem muitos acidentes naquelas embarcações cujo eixo fica exposto, sendo que o cabelo recebe atenção especial para evitar qualquer imprevisto, devendo estar totalmente preso. Muitas usam boné ou gorro. Uma das mulheres me contou sobre um episódio que viveu há alguns anos, quando o cabelo foi puxado pelo eixo quando ela se abaixou na embarcação. Ficou totalmente careca, a partir de onde desencadeou um quadro de depressão. Segundo a mesma devido à vaidade: “não é porque é pescadora que não quer se sentir bonita. Quando me

bota dois números maior do que o pé, seguindo orientação das pescadoras, pois em qualquer imprevisto se tornaria mais fácil tirá-las.

Tens macacão? Tal pergunta referia-se ao que eu deveria usar quando em campo junto às pescadoras que embarcam: macacão de oleado⁵⁰, gorros, casaco, itens que constituem exemplos visíveis das exigências e da indumentária necessária a uma profissão tão específica como a da pesca, moldadora de corpos que ficam escondidos atrás de camadas de tecido ou do plástico grosso dos macacões. Esta indumentária é considerada pelas pescadoras com as quais convivi como *masculina*; como *roupa de homem*⁵¹.

Se, como diz Thomas Csordas (1999), o corpo é um campo fértil para a antropologia, também o é para pensar o ofício e o fazer-se antropólogo, antropóloga. Não são só os corpos dos *outros* que se constroem. Nossos corpos também passam por processos e rituais de passagem com o intuito de nos fazermos e sermos feitos pela antropologia. Vi meu corpo sendo moldado ao campo. Deixei de fazer as unhas para ficarem mais grossas e, portanto, mais protegidas do vento, do salitre, do sol ou de possíveis cortes; passei a usar o cabelo sempre bem preso para evitar acidentes que pudessem ocorrer com os cabelos soltos como, por exemplo, ficarem retidos nos eixos dos barcos.

O traje se compunha de calça comprida justa, porém não colada ao corpo para não atrapalhar os movimentos, sobreposta pelo macacão de oleado quando nos embarques mais longínquos, camisetas, umas sob as outras, casaco quente e impermeável e gorro para as manhãs frias. A obediência à indumentária exigida foi cumprida, portanto, e imitava as pescadoras. Esta composição dava, de certa maneira, uma forma disforme ao meu próprio corpo. Ou seja, também eu fui me construindo e deixando meu corpo ser construído pela pesca no decorrer da pesquisa. Poderíamos dizer que também o meu se tornou, um corpo, de certa forma, *masculino*.

A indumentária necessária a um campo como o mar e, portanto, o da pesca, é só um exemplo de sua especificidade. Porém, as exigências são mais profundas, passando pelo adestramento do próprio corpo para as horas no mar, resistindo ao frio, ao sol e à possibilidade de enjôo.

vi careca, não agüentei, tive depressão.” O tema de corpos e corporalidade na pesca e fora dela será abordado no capítulo VI.

⁵⁰ Macacão feito de uma espécie de plástico grosso, cujo nome advém de épocas passadas em que os pescadores literalmente passavam óleo na roupa para que tivesse uma maior durabilidade, segundo depoimento oral. As pescadoras que trabalham nas embarcações menores não costumam usá-lo.

⁵¹ O que trabalho no capítulo VI.

Não enjoar é fundamental na pesca, pois é impossível fazer qualquer coisa quando um acesso de enjôo toma conta do corpo, conforme já expus no tópico anterior.

No entanto, o mais difícil para mim foi o controle da própria bexiga. Imaginar que eu seria capaz de urinar sentada na borda das embarcações era um exercício por demais fantasioso. Eu nunca teria destreza suficiente para me concentrar no ato de urinar aliado ao medo de uma iminente queda na água. Jamais. Então, só me sobrou, caso se fizesse necessário, a alternativa usada pelas mulheres quando há muitas embarcações próximas: urinar na latinha⁵².

Diminuí drasticamente a ingestão de água objetivando evitar sentir vontade de urinar quando estivesse nas embarcações. Quem inventou o macacão de embarque nunca imaginou que teriam mulheres na pesca. Primeiro, porque é uma dificuldade tirar só um lado do macacão; segundo, porque tem que, além de se livrar de um lado do macacão, abaixar as calças e puxar a calcinha; terceiro, a embarcação não pára para a pessoa urinar. É urinar e acompanhar o balanço do mar. O joelho treme, a canela dói. E o pior: a urina não sai. Para se treinar um corpo é preciso muito mais tempo que o tempo de um campo. *São anos assim*, me disse rindo muito uma das pescadoras.

Assim sendo, estabeleci o consumo de água muito espartano quando no mar, e abundante quando em terra; muito biscoito salgado, pão e pirão de água escaldada com peixe de diversas formas. As mudanças no corpo foram se mostrando: aumento de peso devido ao consumo de carboidrato em excesso e muita farinha de mandioca, além do que usam muita fritura, praticamente todos os dias. A cor da pele se alterou devido à exposição contínua ao sol à medida que o campo seguia, mas não tinha me dado conta disso até que uma das pescadoras comentou rindo: *Chegasse⁵³ aqui branquinha e já estás mais escura. Olha o que a pesca faz com o corpo da gente!*

⁵² Já no final do trabalho de campo, aprendi com uma das pescadoras uma de suas invenções: uma garrafa pet transformada em um seguro urinol que se encaixa perfeitamente entre as pernas, evitando que se molhe muito a calcinha ao urinar em alto mar. Sobre técnicas e invenções, será abordado no capítulo VI. No capítulo sobre narrativa fotográfica também se encontra uma imagem desta invenção.

⁵³ O português correto seria 'chegaste'. Porém, como se trata de um jeito muito próprio delas falarem, mantive a expressão.

NARRAR A TRAJETÓRIA; OUVIR A NARRATIVA

Em relação ao uso de gravador, optei por não fazê-lo, com exceção do contato inicial com as primeiras pescadoras. Esta opção se deu, não só porque os locais em que as mulheres trabalhavam ou se encontravam, geralmente eram ruidosos, movimentados e cheios de sons de embarcações, conversas, motores. Mas principalmente porque optei, por um lado, em escutar atentamente o que as pescadoras me narravam e, por outro, em viver a experiência que me estava sendo permitida. Eu entendia que ao me preocupar em gravar, meus sentidos se dispersariam da experiência vivida. Portanto, reservei as noites para os registros em meu diário de campo. Quis experimentar o que minha memória registrava do que me era dito e repeti um exercício que tinha realizado no mestrado (e que, naquela ocasião, chamei ‘eu entendi o que você disse’?) quando encontrei um campo altamente tenso.

‘Eu entendi o que você disse’ consta de, após escrever ou digitar tudo o que minha memória acionava como lembrança do dito pelas mulheres, voltar às mesmas em outra ocasião e ler lentamente o que havia registrado, solicitando que observassem se estava de acordo com o que tinham me dito e se gostariam de acrescentar ou suprimir algo.

Foi um exercício extremamente interessante porque elas ficavam muito atentas e todas, sem exceção, se emocionaram ao ouvir a própria narrativa. Ouvir a narrativa que tinha me contado sobre sua própria trajetória de vida se mostrou um exercício de escuta atento por parte das pescadoras e ao mesmo tempo de uma espécie de estranhamento do que ouviam sobre o que tinham me dito dias atrás. Elas próprias demonstravam admiração, interesse e uma atenção concentrada na narrativa⁵⁴ que ouviam e que lhes confirmava a própria história de vida.

VIR À TONA E VOLTAR A MERGULHAR

Após me deslocar pelo litoral de Santa Catarina onde encontrei as pescadoras, minha orientadora sugeriu escolher uma localidade para fazer o exercício de um mergulho mais denso no cotidiano pesqueiro da mesma. Desta forma, por apresentar a especificidade de ser

⁵⁴ Todas também me pediram cópia impressa do que eu havia lido, sendo que seis delas sugeriram que eu fizesse um *livro* com as narrativas de todas e entregasse uma cópia para cada pescadora, o que fiz por meio da compilação na íntegra das narrativas do capítulo III, entregue de forma encadernada. O capítulo III é dedicado especificamente às narrativas das pescadoras.

eminentemente *artesanal* e ter ali encontrado o maior número de mulheres que embarcam, voltei à Barra do Sul.

Mas, disse-me minha orientadora, tenta escolher uma das pescadoras porque é preciso mergulhar no seu cotidiano de forma mais densa e compreender melhor detalhes, sutilezas, especificidades, que só neste mergulho será possível perceber, discernir, tentar compreender.

Inicialmente fiquei dividida. Como escolher uma entre trajetórias tão intensas e instigantes? Como deixar as demais? Um sentimento egoísta de posse me imobilizou inicialmente frente a este desafio. A seguir, fiz minha escolha, sem saber ao certo por que. Foi no decorrer deste mergulho mais denso que me dei conta de que, em uma tese sobre anônimos, construção de sujeitos, (in)visibilidades escolhi, sem saber, a mais anônima entre as anônimas para tentar discutir questões alusivas ao reconhecimento destas mulheres como profissionais da pesca, como será possível constatar no último capítulo.

OS CAPÍTULOS DA TESE

A tese que ora apresento está dividida em sete capítulos. No primeiro, **Brasil de tantas águas: antropologia e pescas**, longe de esgotar uma discussão que abrangesse o resultado de todas as pesquisas na área da pesca, o propósito foi o de apresentar uma reflexão a partir de alguns estudos antropológicos sobre pesca no Brasil, aí incluída, em Santa Catarina em especial. Ao realizar esta empreitada, foi possível constatar que, apesar da riquíssima gama de temas abordados, dei-me conta de que a grande maioria dos trabalhos tem em comum a ênfase dada à pesca como um espaço estritamente masculino onde emergem como foco de discussões, observações e interlocução os homens, o que me trouxe subsídios para pensar sobre a invisibilidade das mulheres nos estudos sobre a pesca brasileira.

O segundo capítulo, **Acerca de uma viagem além-mar**, apresenta algumas considerações a partir de minha experiência vivenciada no decorrer do Estágio de Doutorado. Na ocasião, a proposta de ir a Portugal me instigava no sentido de me apontar questionamentos sobre se além do imaginário e dos percursos efetivados das grandes navegações, haveriam relações pautadas pela pesca de trabalhadores comuns sem heroísmos de descobertas. Interessava-me ainda observar se existiam mulheres nas pescas em Portugal. Em tendo, a intenção era saber a quanto tempo, aproximadamente; como e com quem teria ocorrido o seu aprendizado e que ponderações eu poderia fazer ao

aproximar os dados de meu trabalho de campo no Brasil com o que vi e vivi em Portugal.

O terceiro capítulo, **Mulheres Pescadoras: Narrativas Autobiográficas** traz narrativas das 22 pescadoras com as quais convivi no decorrer do trabalho de campo. São elas próprias que se apresentam a partir do que decidiram contar sobre si mesmas em relação a suas experiências como mulheres que embarcaram ou embarcam na pesca artesanal catarinense. Os trechos de narrativas apresentados naquele capítulo, bem como outros que surgem no decorrer do texto constituem os fios, a linha e a agulha a partir dos quais defini os nós que compõem esta tese. As narrativas dizem respeito às suas trajetórias de vida, que são pautadas por dificuldades, alegrias, aprendizados e dizem respeito ao como se construíram na pesca e como constroem a pesca; como se inventam, reinventam, são inventadas e reinventadas na/pela pesca.

No quarto capítulo, **O mundo da pesca das mulheres**, aborda questões ligadas à composição do mundo da pesca no que concerne às muitas agências de elementos que estão implicados e que se implicam diretamente neste universo: ventos, marés, mar, luas, colocando constantemente, humanos e não humanos um no lugar do outro. Abordo também o significado do mar para as mulheres pescadoras para além de ser um lugar de onde tiram alimento e renda em que linha de fuga e terapia acontece. Aparecem ainda como locais centrais em suas vidas, os ranchos de pesca e as cozinhas, onde o elemento fogo é presença certa para que os processos de transformação do cru em cozido sejam possíveis.

Já o quinto capítulo, **Imagens como narrativa**, traz a composição de uma seqüência de fotos selecionadas a partir do registro que realizei sobre momentos do cotidiano, equipamentos, detalhes, meandros do mundo da pesca, mãos, invenções, a partir dos quais a pretensão foi que, ao percorrer as imagens, o leitor faça a sua leitura do que elas revelam sobre sutilezas que dizem respeito à etnografia que se compôs a partir do campo realizado no decorrer do litoral de Santa Catarina. A intenção ao dedicar um capítulo específico às imagens fotográficas foi a de que elas falem por si, embora em outros momentos da tese, imagem e escrita buscam dialogar propondo ao leitor uma mescla que junta o que se está falando/mostrando. Com isso, o propósito foi exercitar uma fotoetnografia por um lado, aliado a uma etnofotografia, por outro, como é esclarecido no próprio capítulo.

O sexto capítulo, **O mundo das mulheres nas pescas: aprendizados e corpos**, é dedicado a discorrer, em primeiro lugar, sobre os processos de aprendizados das mulheres na pesca onde

emergem questões ligadas ao parentesco, que mostra com quem elas aprenderam a ser pescadoras. Na seqüência, emergem os corpos, que falam sobre como a pesca vai deixando suas marcas à medida que é vivenciada pelas pescadoras. Nesta junção, podemos dizer que, ao serem experienciados na prática cotidiana, os meandros da aprendizagem passam por outro processo que diz respeito à construção dos corpos dessas mulheres. Ou seja, o aprendizado da/na/para a pesca – com quem se aprende - está intimamente ligado com as relações de parentesco e de gênero. Mas o lócus – onde o aprendizado se mostra – está no corpo e na corporalidade que vão sendo construídos à medida que a pescadora se constrói.

O sétimo capítulo, **a relação com o Estado: entre saberes, reconhecimento e (in) visibilidade, um sujeito que não se enquadra?** Destinou-se, inicialmente, a discutir questões que dizem respeito à relação entre diferentes saberes, sendo que eu trouxe como mote da discussão o extensionismo de Santa Catarina, exercido pela Epagri, com o propósito de problematizar a relação entre saber técnico e saber local perscrutando como a circularidade destes diferentes saberes-fazer se atrita e se acomoda no cotidiano das pescadoras. Por outro lado, me detive sobre questões que dizem respeito às (in)visibilidades de mulheres na pesca. Para tanto, interessou-me discutir como elas vêm se construindo como sujeitos - pescadoras – abordando alguns dados sobre o processo e as dificuldades de aposentadoria, o critério definido pelo INSS de Segurado Especial, no qual se inserem pescadores, além da questão central do anonimato e da invisibilidade da mulher na pesca. Como, pelos constantes (a)sujeitamentos, elas vêm se construindo como sujeitos.

Desejo que a leitura não seja enfadonha me referindo a pescador/a. Assim, embora a Gramática Culta da Língua Portuguesa preconize o contrário, utilizo, de forma geral, a/s pescadora/s, pois se trata de uma etnografia sobre mulheres. Outras vezes faço referência a pescadores, incluído-as com eles. Ou seja, incluo pescadores e pescadoras quando abordar questões que dizem respeito à categoria profissional de forma ampla, fazendo, de certa forma, alusão à pesca, onde tudo é muito fluído e o trabalho feito tanto por homens quanto por mulheres.

Sônia Maluf, em exposição oral nas Jornadas Antropológicas do ano de 2010, ao falar sobre escrita e campo, se referiu à emergência de ponderarmos sobre a relação teoria/campo em que uma afeta, e é afetada pelo outro, e ambos nos afetam no decorrer do percurso investido em construir campo e escrita e, por conseguinte a nós próprios. Diz a autora:

[...] É do campo, e não de fora dele, que vêm os fios que vão compor a escrita. É preciso considerar como puxar esses fios, de um material às vezes enorme, abundante, desordenado, registrado das mais diferentes formas (diário de campo, entrevistas anotadas, entrevistas gravadas, registros visuais, sonoros, mentais). É preciso trabalhar esse material, e a melhor maneira é ler, ouvir, passar e repassar e aos poucos começar a fazer alguma coisa que a gente faz quando lê um texto mais difícil: anotar, fichar, mapear os conceitos, as expressões, cartografar esse material, reuni-lo em mapas, constelações. Lévi-Strauss dizia sobre a análise dos mitos que o etnógrafo deveria se impregnar deles, lê-los tantas vezes quanto necessário para tê-los na cabeça, conhecê-los por dentro. A gente pode transpor essa lição para o conjunto do material etnográfico de uma pesquisa, em todos os seus registros – passar e repassar, ler e reler, e a partir daí construir confluências, dissonâncias e consonâncias, encontrar sentidos nas convergências, mas também nas divergências. Esse é o momento também de organização e classificação de todo esse material. E num segundo momento tentar perceber como essas confluências e dissonâncias podem nos ajudar a estabelecer perguntas e a colocar problemas em relação [...] Escrever é percorrer um caminho (MALUF, 2010).

Fui a campo com algumas questões e retornei com o propósito de construir uma tese que buscasse dar conta de parte da complexidade que consegui ver. Reuni o que me contaram, e que estou definindo como narrativas autobiográficas de mulheres pescadoras, em que elas mergulharam em si mesmas e me falaram sobre suas vidas e trajetórias na pesca. Do mergulho em seus cotidianos e das narrativas que escutei em campo esta tese se compôs. As pescadoras são carne e sangue (MALINOWISK, 1978[1922]) desta escrita. São os nós e as malhas que compõem os enredamentos desta tese. Espero ter puxado bem os fios.

CAPÍTULO I – BRASIL DE ÁGUAS: ANTROPOLOGIA E PESCAS

É importante também que restem mais dados do que os tratados por meu interesse específico, de maneira a preservar uma sensação de trabalho parcial (STRATHERN, 2006, p. 23).

Neste capítulo, o propósito é apresentar uma reflexão a partir de estudos antropológicos sobre pesca, pescadores e pescadoras no Brasil, aí incluída Santa Catarina em especial, em que, se por um lado foi possível constatar uma amplitude e riqueza nas temáticas abordadas⁵⁵, por outro lado, a grande maioria dos trabalhos tem em comum a ênfase dada à pesca como um espaço estritamente masculino.

Após situar o leitor em relação aos trabalhos pioneiros na área, busco *traduzir* na escrita o exercício de aproximação que fui tecendo entre alguns trabalhos, mesmo que estes estivessem distanciados no tempo e no espaço. Temáticas abordadas nos anos oitenta, por exemplo, aparecem em pesquisas mais recentes apontando-nos que ainda rendem, tanto como objeto de discussão acadêmica, quanto como material que possa servir de subsídio no que diz respeito a contribuir com a formulação de políticas públicas.

A crítica que Simone Carneiro Maldonado faz em “Pescadores do Mar”, publicada em 1986, às tentativas burocráticas ou acadêmicas de definir e classificar os pescadores volta a emergir com vigor no trabalho de Vilma Leitão (1997) quando, ao procurar entender a questão das classificações que os órgãos públicos fazem sobre os pescadores, eles,

⁵⁵ Relacionado à Santa Catarina, os estudos antropológicos em regiões pesqueiras têm abordado diferentes aspectos que vão desde os relacionados à produção pesqueira e ao cultivo marinho, Bonin (1984); Silva, (1992); Farias (2001); Paulilo (2002; 2003); Godio (2005); Labale (2005); Rosso (2010); Brito (2012), ou por questões ligadas às mudanças visíveis nas comunidades, como o avanço do turismo, os processos que envolvem globalização, migração, transformação e urbanização dos espaços, Lago (1983); Córdova, (1988); Rial (1988); Godio e Rial (2006); os das habitações, Rial (1991; 2006); a sexualidade, Cardoso, (1994); a relação Santa Catarina/Açores, Ribeiro (1982); Piazza (1988); Caruso (1995; 1989; 2003); a farra do boi, Lacerda (1994); Menezes Bastos (1993); Flores (1997); Gerber (1997); o trabalho familiar e as redes sociais, Albuquerque (1983); Cunha (1987); Beck (1979; 1981; 1993); as relações de gênero, Zarur (1976); Maluf (1993; Paulilo (2002; 2003); Gerber (1997; 2007). Em termos de Brasil, especificamente estudos sobre a atividade da pesca, sugiro ver: Peirano (1975; Tavares (1975; Pessenha, (1977); Duarte (1978); Queiróz (1978); Kant de Lima (1978); Carneiro (1978); Diegues (1979; 1983; 1995; 1998; 1999); Albuquerque (1983); Oliveira da Silva (1988); Maués (1977); Motta-Maués (1977; 1993); Maldonado (1979; 1986; 1991; 1994); Leitão (1997); Adomilli (2003; 2007); Woortmann (1992; 1994); Gramkow (1996); Lobo Costa (2007); Sautchuk (2007; 2010); Crovetto (2010); Silva (2012).

os pescadores, lhes responderam em campo, resumindo o como vêm quem são: *é pescador mesmo*.

Busquei também observar aproximações e distanciamentos a partir do que os trabalhos focam com os dados de meu trabalho de campo, tentando elucidar o que o mesmo traz de novo e quais suas contribuições em relação à trajetória dos estudos antropológicos sobre pesca no Brasil.

1.1 MUSSOLINI, A PRECURSORA DOS ESTUDOS DE PESCA NO BRASIL

Nos meados de nosso século, a antropologia brasileira deixou de ser uma ciência dedicada exclusivamente ao estudo das sociedades consideradas “exóticas”, como as indígenas, e voltou a sua atenção para diversos segmentos de nossa própria sociedade. Desenvolveu-se, por exemplo, uma forte linha de pesquisa sobre o campesinato. Um segmento, contudo, não mereceu a mesma atenção, trata-se daquele dedicado à atividade econômica da pesca (LARAIA, Roque de Barros. Apresentação. In: MALDONADO, Simone. *Mestres & Mares*, 2ª ed. 1994, p. 09).

O excerto acima foi retirado da apresentação que Roque de Barros Laraia fez à obra de Simone Carneiro Maldonado, “*Mestres e Mares*”, resultado de sua tese de doutorado, quando o professor Laraia se referia à existência de poucos trabalhos dedicados à pesca, citando as esparsas produções entre as décadas de 1950 a 1990⁵⁶. Andrea Ciacchi,

⁵⁶ O professor Laraia cita os seguintes trabalhos: na década de 1950, Gioconda Mussolini estudou as populações caiçaras do litoral paulista; na década de 1960, Alcida Ramos estudou os pescadores originários de Póvoa de Varzim (Norte de Portugal), que viviam em Ponta do Caju, Rio de Janeiro; nos anos 1970, Marisa Peirano, Maria das Graças Pinho Tavares e Túlio Maranhão realizaram estudos na praia de Icaraiá, litoral cearense; Simone Maldonado, com campo realizado no litoral paraibano, cujos trabalhos apresentaram à UnB; Raymundo Heraldo Maués e Maria Angélica Maués realizaram seus trabalhos no litoral paraense. No final dos anos 1970, os trabalhos de Elina Gonçalves Peçanha, Luiz Fernando Dias Duarte, Roberto Kant de Lima e Arno Vogt foram realizados no litoral fluminense e apresentados ao Museu Nacional. Na USP foi apresentado o trabalho de Marília de Carvalho, sobre os pescadores da Ilha do Mel, litoral do Paraná. O autor afirma: “Embora o levantamento bibliográfico acima não seja absolutamente completo, fica evidente a precariedade entre nós de publicações antropológicas sobre a pesca e os pescadores” (LARAIA, Roque de Barros. Apresentação. In: MALDONADO, Simone. *Mestres & Mares*, 2ª Ed. 1994, p. 10)

em 2007, ao se debruçar em uma pesquisa sobre a trajetória da professora Gioconda Mussolini, da USP⁵⁷, a quem aponta como precursora dos estudos sobre pesca no Brasil tece uma crítica semelhante à enunciada pelo professor Laraia, quando afirma:

O território praiano, líquido e incerto, parecia periférico demais e nunca esteve nem estaria no centro do campo brasileiro das ciências sociais nem no topo de sua hierarquia temática. De fato, aliás, algumas relevantes trajetórias acadêmicas surgidas na década de 1970 e no começo da sucessiva freqüentaram, de início, esse território, para, mais cedo ou mais tarde, voltarem-se para âmbitos mais “fortes” ou em vias de fortalecimento. Penso em nomes como os de Alcida Rita Ramos, Luiz Fernando Dias Duarte, Roberto Kant de Lima e Marco Antônio Mello, no Rio de Janeiro, Mariza Peirano, em Brasília, e Fernando Mourão, na própria USP (CIACCHI, 2007, p. 215).

Quase vinte anos se passaram desde a apresentação feita pelo professor Laraia; e seis desde a pesquisa de Andrea Ciacchi, mas considero que as críticas de ambos ainda são válidas e extremamente pertinentes. Embora seja possível constatar um aumento na produção de estudos desde o Sul ao Norte do Brasil, vislumbro que há ainda um grande percurso a ser empreendido pela antropologia brasileira no sentido de avançar em contribuições sobre a atividade da pesca e sobre as populações pesqueiras quando temos uma costa com mais de sete mil quilômetros de extensão.

Ciacchi (2007), ao apontar Gioconda Mussolini como autora das primeiras pesquisas na referida área no Brasil, se remete a dois trabalhos sobre a pesca de cerco na região de Santos, litoral de São Paulo que foram publicados postumamente.

O foco principal do trabalho é constituído pela descrição pormenorizada da técnica do “cerco”,

⁵⁷ Segundo Ciacchi, Gioconda Mussolini ocupou a Cadeira de Antropologia da USP “onde lecionou de 1944 a 1969”. Embora tenha trabalhado durante todos estes anos, a professora nunca concluiu sua tese de doutoramento, a qual Ciacchi se refere como “inconclusa e desaparecida tese de doutorado”, afirmando que seria uma peça importante para dar sentido à importante produção teórica de Gioconda Mussolini (CIACCHI, 2007, p.182).

que ocupa as últimas cinco páginas do texto. Trata-se, em absoluto, da primeira descrição dessa técnica, no Brasil, além de permitir efetivamente que o leitor visualize com precisão os movimentos das canoas, os lanços das redes de tresmalho, as batidas dos remos para assustar os peixes, o recolher das redes e até a partilha do pescado (CIACCHI, 2007, p. 191).

Ciacchi (2007) afirma, portanto, que se trata da fundadora do que considera que poderia ser definido como o subcampo dos estudos de socioantropologia marítima e da pesca brasileira, dada a inexistência de outros estudos até aquele momento. Gioconda Mussolini de fato produziu os primeiros trabalhos na área, começando a construção de um objeto de pesquisa pautada pelo pioneirismo e originalidade, conforme a constatação feita por Ciacchi (2007).

A originalidade e o pioneirismo desses dois estudos revelam-se, entre outros aspectos, pela modestíssima presença de remissões bibliográficas: no primeiro artigo, apenas a tese inédita de Maria Conceição Vicente de Carvalho, *Santos e a geografia humana do litoral paulista*, (aliás, a primeira tese em geografia no Brasil, orientada pelo também professor de Gioconda na FFCL, Pierre Monbeig), e, no segundo, apenas o *Anuário da pesca marítima no estado de São Paulo* (1945). Em outras palavras, trata-se de pesquisas inéditas, sobre temas novos, e cujas fontes foram quase exclusivamente etnográficas (CIACCHI, 2007, p.193).

Mussolini não dispunha, naquela ocasião, de referências na área, sendo que ao iniciar os primeiros escritos se pautou por sua experiência etnográfica a partir da descrição de forma pioneira do cerco da pesca da tainha, trazendo subsídios sobre o mesmo, com minúcias sobre a relação entre os pescadores, as especificidades de apetrechos, a embarcação, entre outros fatores, apontando questões de cunho hermenêutico, teórico e metodológico, que viriam a contribuir com pesquisas futuras. Os estudos selecionados por Ciacchi (2007) elucidam isso:

Muitas vezes uma canoa penetra dentro do círculo, a fazer barulho sobre os bordos com os

remos para “assustar o peixe”. A vibração dos remos na canoa produz um barulho surdo, característico, que fica nos ouvidos da gente, mesmo depois que acaba a estação (MUSSOLINI, Apud CIACCHI, p. 191)

Numa análise sincrônica da pesca, poderíamos aproveitar a sugestão oferecida pelos próprios barcos em seu deslocamento e, estrategicamente, nos situar ora num ora noutra extremo das suas rotas. Abrangeríamos, assim, *toda a trama* que envolve os grandes mercados de pesca e as pequenas comunidades pesqueiras numa *relação complementar* necessária, ainda que mutável. (MUSSOLINI, apud CIACCHI, 2007, p. 211).

Ao se aprofundar no estudo da trajetória de Gioconda Mussolini, Ciacchi (2007) tece uma crítica contundente sobre a invisibilidade da autora na história da antropologia no Brasil. Ao mesmo tempo identifica que em muitos trabalhos subsequentes, que por sua vez tiveram grande aceitação tanto na academia quanto fora, o que considera uma continuidade dos trabalhos desta pesquisadora brasileira.

Não será inócuo localizar, em muitos trabalhos e trajetórias sucessivos à morte de Gioconda, um rastro importante da perspectiva a que estava chegando a nossa autora. Penso, para um programa mínimo e inicial de pesquisa, na dissertação de mestrado em sociologia defendida por Antonio Carlos Diegues na USP, em 1973, com a orientação de Fernando Mourão, aluno, por sua vez, de Gioconda Mussolini. O trabalho *Pesca e marginalização no litoral paulista*, é certamente deveror dessa renovada perspectiva epistemológica inaugurada por Gioconda. Perspectiva que encontrará talvez a sua realização mais completa na tese de doutorado em sociologia (1980), ainda orientada por Mourão, do mesmo Diegues. Intitulada *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*, e publicada numa coleção muito difundida em âmbito acadêmico, ela marca a retomada de uma tradição interrompida pela morte da professora paulistana e que daria frutos

que ainda estão em plena fase de desenvolvimento nos dias de hoje (CIACCHI, 2007, p.215-16).

Ciacchi (2007) não só localiza a professora Gioconda Mussolini como a grande precursora dos estudos sobre pesca no Brasil, como aponta no resultado dos trabalhos de Diegues (que, conforme dito foi orientando de um ex-aluno de Gioconda), de certa forma, um devedor e continuador da proposta que a então professora da USP vinha construindo, e que teve interrompida por sua morte súbita.

A pesquisa que ora realizo me leva a concordar com Ciacchi (2007) no que diz respeito ao fato de que nos trabalhos de Diegues (1979; 1983; 1995; 19998; 1999) não se localize com veemência qualquer diálogo mais aproximado ou alusão maior a Mussolini. No entanto, em um artigo de 1999, ele reconhece sua importância fundadora quando a cita em uma publicação onde apresenta alguns dados acerca da trajetória dos estudos sobre pesca no Brasil dentro das Ciências Sociais.

Até a década de 60, o número de estudos e publicações sobre comunidades de pescadores brasileiros foi relativamente reduzido. No entanto é preciso destacar os trabalhos dos antropólogos Pierson e Teixeira (1947), *Survey de Icapara, uma vila de pescadores do Litoral Sul de São Paulo*, e de Gioconda Mussolini, *O cerco da tainha na ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil* (1946). A contribuição etnográfica de Mussolini foi importante para o entendimento das relações entre as comunidades caiçaras (oriundas da miscigenação entre o colonizador português, o índio e o negro), o mar, os estuários e a Mata Atlântica. Ela analisou também o processo de disseminação, entre os caiçaras, do cerco flutuante, aparelho de pesca introduzido pelos migrantes japoneses (DIEGUES, 1999, p. 363).

O que nos fica claro na leitura do texto de Ciacchi (2007), bem como nas referências às quais pesquisadores que se voltaram, em algum momento, para pensar o percurso dos estudos sobre pesca no Brasil (LARAIA, 1994; DIEGUES, 1999; MOTTA-MAUÉS, 1999) é que situam com unanimidade o nome da professora Gioconda Mussolini

como a grande pioneira⁵⁸ de estudos que, conforme afirma Ciacchi (2007), estão ainda em pleno desenvolvimento.

Ao mergulhar em uma pesquisa sobre a trajetória de Gioconda Mussolini, Ciachhi (2007) fala de um sub-campo da antropologia enquanto Diegues (1999) disserta sobre o debate concernente a ser a antropologia marítima uma sub-disciplina no interior da antropologia ou um campo de investigação antropológica (DIEGUES, 1999, p. 369). Diegues ainda explana sobre as muitas formas de denominações possíveis, onde encontramos variações como antropologia marítima, antropologia das sociedades de pescadores ou haliêuticas⁵⁹, sociologia e antropologia das comunidades marítimas, antropologia marítima e da pesca.

Sobre este aspecto, Leitão (1997) relembra que a primeira definição de camponês, apresentada por Raymond Firth (2002[1946]), partiu de sua análise antropológica de uma sociedade de pescadores. Assim, em termos de discussão dentro da antropologia, a pesca poderia ser relacionada aos estudos sobre campesinato (LEITÃO, 1997), em especial no que diz respeito ao “pouco controle que os camponeses têm sobre as condições que governam suas vidas [...]. As relações não são apenas relações econômicas, mas sociais”. Firth (2002[1946]) se diferencia, portanto, de outros autores que trabalharam com campesinato, pois ele acrescentou àqueles que lidam com a terra, os que participam do mesmo tipo de organização econômica simples. Leitão ainda se refere a Breton (1981) que parte da proposta de Firth (2002[1946]), mas argumenta que é preciso considerar que há dimensões distintas que envolvem um, agricultores, ou outro grupo, pescadores.

Embora possamos considerar os estudos de campesinato como uma referência para uma discussão inicial sobre populações pesqueiras, até porque alguns estudos iniciais no Brasil foram realizados em contextos que aliavam pesca e agricultura (MOTTA-MAUÉS, 1977; BECK, 1979; DIEGUES, 1983), seria interessante ponderarmos que talvez porque na ocasião do estudo pioneiro de Firth (2002[1946]), não teria ainda uma área ou subárea voltada aos estudos sobre a pesca; ter-se-ia pensado na aproximação ao campesinato como forma de pensar sobre o que se denominava *sociedades simples*.

⁵⁸ Considerando o pioneirismo da professora Gioconda Mussolini para os estudos sobre pesca no Brasil, bem como a sua inegável e efetiva contribuição na construção da trajetória da antropologia brasileira atuando na USP, seria interessante que o PPGAS/USP considerasse a possibilidade de lhe conceder o título póstumo de Doutora em Antropologia.

⁵⁹ Expressão pouco utilizada no Brasil, mas muito usual na Europa.

Entre os estudos pioneiros de Gioconda Mussolini e os dias atuais, entendo que precisamos avançar, pois há peculiaridades que diferenciam agricultura e pesca, sendo o primeiro grande diferencial o onde e como se trabalha. Mesmo ponderando que é extremamente válido considerar ambas como partes das denominadas *populações rurais*, especialmente no que diz respeito a fortalecer suas formas específicas de vida e de trabalho ou a busca de direitos, é preciso considerar as especificidades de cada qual exatamente para fortalecer a diversidade interna ao que se define atualmente como população rural.

Maldonado (1994) vai neste sentido quando inicia suas ponderações dizendo que “essa coexistência da agricultura com a pesca foi um dos fios condutores para a conclusão pelo uso do conceito de camponês para pensar os pescadores” (MALDONADO, 1994, p. 29). Porém, ao distinguir pesca industrial e artesanal, a autora aponta algumas características que entendo serem específicas e que constituem o grande diferenciador do mar em contraponto a terra: “os imperativos do mar, a mobilidade, a indivisão, a sazonalidade, se impõem a ambas as pescas” (Idem, p.171). Entendo que caberia, assim, pensar em uma antropologia das populações pesqueiras levando-se em conta as muitas possibilidades de compor os espaços pesqueiros e as formas de pescar no território brasileiro.

1.2 ESTUDOS ANTROPÓLOGICOS SOBRE A PESCA NO BRASIL⁶⁰

É interessante notar que desde as primeiras pesquisas antropológicas sobre pesca e pescadores no Brasil, diferentes foram os territórios e os focos aos quais os autores e autoras se dedicaram. Por exemplo, Roberto Kant de Lima, em sua dissertação de mestrado, analisou os princípios que organizavam a vida social de um grupo de pescadores que se auto-definiam como sendo de Itaipu, município de Niterói, Rio de Janeiro. Em seu trabalho, o autor observou e se deteve em investigar a importância do “segredo relativo aos pontos de pesca” (KANT DE LIMA, 1978, p.68) como forma de manutenção da própria sobrevivência dos pescadores.

A instigante temática do segredo foi também estudada na tese de doutorado de Simone Maldonado, em 1991, quando ela buscou compreender a percepção e a organização do espaço marítimo e social entre pescadores do litoral paraibano. A partir da condição de patrimônio comum da humanidade que caracteriza o mar, a autora analisou os mecanismos de divisão e de apropriação que pressupunha não só viáveis como necessários à produção pesqueira. A mesma constatou que os pescadores delimitavam, classificavam e dividiam o mar com finalidades de usufruto e de produção onde a unidade terra-mar que eles realizavam nesse movimento estava expressa em três instâncias do social: o bote, a marcação e a mestrança, práticas sociais universais à

⁶⁰ Segundo dados disponibilizados no Wikipédia, o território brasileiro é banhado pelo Oceano Atlântico, desde o cabo Orange até o arroio Chuí, numa extensão de 7.408 km, que aumenta para 9.198 km se considerarmos as saliências e as reentrâncias do litoral, ao longo do qual se alternam praias, falésias, dunas, mangues, recifes, baías, restingas e outras formações menores. Ao todo, 17 dos 27 estados do Brasil são banhados pelo mar. A maior parte está localizada na Bahia, com 932 quilômetros (12,5% do total); seguido de Maranhão, 640; Rio de Janeiro, 636; Rio Grande do Sul, 622; São Paulo, 622; Amapá, 263; Ceará, 573; Pará, 562; Santa Catarina, 531; Rio Grande do Norte, 399; Espírito Santo, 392; Alagoas, 229; Pernambuco, 187; Sergipe, 163; Paraíba, 117; Paraná, 98 e Piauí, a menor área, com 66 quilômetros (Fonte: [HTTP://.wikipedia.org/wiki/litoral_do_Brasil](http://.wikipedia.org/wiki/litoral_do_Brasil). Acesso em 20/01/2013, 21h46min). Faço alusão a esta dimensão para referir-me ao fato do quanto agucei minha cautela para falar sobre a pesca no Brasil, até porque ela não existe como uma única pesca. Como já referido na introdução deste trabalho, são muitas formas, seja quando nos referimos aos locais onde são realizadas, como em mar, rio, mangue, lagoa; seja aludindo a territórios como Rio Amazonas, Nordeste Brasileiro, Litoral Catarinense; seja no que diz respeito a apetrechos, técnicas e armadilhas diversas, como rede, anzol, puçá, espinhel, cultivo com as mãos, com flechas, com linha, entre outras possibilidades. Nesta tese, a ênfase é em relação ao mar devido a eu ter encontrado aí o maior número de pescadoras, mas também porque me aprofundar na pesca em outras águas, como rios, lagoas, baías, demandaria mais tempo e seria um outro trabalho.

pesca marítima, nelas se expressando noções de espaço, hierarquia e familiaridade.

Ao escolher o bote, a marcação e a mestrança como foco central de seu estudo, Simone Maldonado, 1991, conseguiu reunir em um trabalho questões extremamente pertinentes, dado que o bote imprime um dos equipamentos indispensáveis à realização da pesca e o que caracteriza cada tipo de pescaria; a marcação, que se imbuí do segredo, define os pontos que cada pescador reconhece e tem reconhecido como seu. Parece-me que temos aí elementos que desmitificam a visão predominante do senso comum de que o mar não teria regras nem delimitação territorial. A mestrança aponta para o saber de quem detém o conhecimento adquirido e vivido no e pelo mar.

Um dos elementos abordados por Maldonado (1991), a marcação, emergiu como central em meu campo, não só no que diz respeito ao fato de que percebi sua importância na demarcação, no reconhecimento e na localização dos pontos de pesca de cada pescadora, como também como indicativo sinalizador do ponto de outros pescadores, cuja indicação visual se dava pelas bandeiras⁶¹. Ou seja, como mostra irrefutável, a meu ver, de organização espacial e controle territorial de cada indivíduo e do grupo que ocupa determinada área de pesca.

Muito próximo à temática do segredo, está a da sorte e a da imprevisibilidade. Gláucia Oliveira da Silva, 1988, trabalhou com pequenos pescadores, onde observou que eles não viviam só da pesca a não ser em determinados períodos. Ou seja, já se observava a multiatividade (p.2). Seu objetivo era observar o que denominou de especificidade da inserção social dos pescadores como ‘produtores’ e da sua relação com a ‘natureza’. Ou seja, “certa natureza por eles elaborada, onde se articulam o mar, nuvens, ventos, fases da lua, chuvas, tempo (condições meteorológicas), mato, plantas, bichos, animais, pedras e também a própria noção de Deus” (OLIVEIRA DA SILVA, 1988, 16).

Segundo a autora, os pescadores compreendiam a natureza em dois grandes mundos: o do mar e o da terra em que a diferenciação entre estes universos constituía uma importante base de classificação onde animais e plantas eram pensados e ordenados por pertencerem a um ou outro domínio. Saber pescar era visto pelos pescadores como imprescindível para sobreviver, mas não o suficiente porque, além disso, a natureza precisava ser dadivosa (OLIVEIRA DA SILVA, 1988, p.14). Quanto melhor fosse o pescador, mais independente seria das dádivas

⁶¹ Sobre as quais falarei no capítulo IV.

naturais. Porém, eles não acreditavam na independência total. Era a partir desta lógica que explicavam porque a pescaria de um pescador estava *dando* e a de outro, experiente, não. Considerava-se assim, essa dimensão insondável da natureza como uma face da imprevisibilidade da pesca (Idem).

Embora o seu objeto de estudo fosse centrado nos pescadores e na sua relação com a natureza, a autora observou em seu campo e registrou em sua escrita a presença e o trabalho das mulheres na pesca como pode ser observado nos dois trechos a seguir:

O conserto dos apetrechos de pesca é feito pelo pescador ou sua esposa – remendo das malhas e vedação de embarcações – em conjunto. Separadamente, só o manuseio das redes pode ser feito porque isoladamente as mulheres não mexem nas canoas, só como ajudantes para um reparo ou no auxílio à pesca na lagoa [...]. As mulheres não pescam no mar. A justificativa é porque não têm coragem (OLIVEIRA DA SILVA, 1988, p.7).

As atividades de casa podem ser preteridas pelas mulheres caso tenham urgência em consertar alguma rede (OLIVEIRA DA SILVA, 1988, p. 14).

É interessante notar que, embora as mulheres não se responsabilizassem pelo manuseio da canoa e não tivessem o que denominavam como *coragem* de pescar no mar, elas faziam parte das lides da pesca. Embora denominassem o que faziam como *auxílio* na atividade que era realizada na lagoa, considero que há indícios de que a pesca tinha uma centralidade em seus cotidianos. Ao *auxiliar* na pesca na lagoa, elas ou entravam ou interagiam com outros pescadores, provavelmente seus maridos, nas embarcações. E, se fosse necessário consertar alguma rede, por exemplo, a casa ficava em segundo plano, tópico este que, como veremos, apareceu em meu trabalho como central: ser uma boa pescadora é inversamente proporcional a ser uma péssima dona de casa.

Luiz Fernando Dias Duarte, 1978, em sua dissertação de mestrado, se deteve na análise da reprodução social de trabalhadores da pesca na localidade de Jurujuba, buscando compreender suas formas identitárias e organizativas. O autor optou por acompanhar as traineiras,

observando que, diferente do modelo de companhia⁶², próprio da pequena pesca, havia uma lógica de responsabilidade individual, junto com a qual caminhavam outras opções de trabalho, “seja o continuar na pesca, seja o sair da pesca e nortear-se para os três caminhos previsíveis do trabalho operário, do serviço público e do trabalho por conta própria” (DIAS DUARTE, 1978, p.264). Para o autor, a permanência na atividade pesqueira não significava apenas continuidade, mas também diferença, pois se, por um lado, o pescador continuava na pesca, por outro, saía do modelo da pequena pesca, vivida na companhia, indo para as grandes traineiras. O autor ainda afirma que trabalhar na pesca era o índice de qualificação dos “homens”⁶³ enquanto “eixos e representantes das identidades familiares: os pescadores” (DIAS DUARTE, 1978, p.1).

Também tratando de transformação, em sua tese de doutorado, de 1996, Márcia Maria Gramkow, aborda-a em quatro comunidades pesqueiras, Barreiras, Rio do Fogo, Barra e Pontal, situadas no Litoral Nordeste e no Sudeste brasileiro, tanto no que se refere à ação prática da pescaria como também ao fenômeno da mudança cultural. A autora focaliza o processo de mudança/continuidade no decorrer de quarenta anos a partir da pesca da lagosta, partindo do pressuposto de que esta prática pesqueira, mudança externamente induzida na década de cinquenta, é nativamente orquestrada pelo *habitus* - transformação e reprodução - orientador da pesca tradicional, fazendo uma reflexão sobre mudança na continuidade e a leitura do processo de incorporação da pesca da lagosta no universo da prática da pesca do peixe.

Ainda enfocando processos de transformação em comunidades pesqueiras na Ilha de Santa Catarina, destaco os trabalhos de Mara Lago, 1983, e Raquel Córdova, 1986. Córdova (1986) postulou como seu objetivo estudar o processo migratório de pescadores da comunidade de Ingleses, localizada na região Norte da Ilha de Santa Catarina, orientada pelo que definiu “como um dos momentos terminais do processo de expansão do capital até o litoral” (CÓRDOVA, 1986, p. 11). A autora buscou compreender as motivações para a migração rumo ao centro de Florianópolis, observando o destino dos grupos que se deslocavam, bem como as possibilidades de alcançar seus objetivos ao efetivar a saída de seu local de origem como pescadores e passarem a atuar, principalmente, na limpeza pública e na vigilância bancária.

⁶² Companhia diz respeito aos camaradas que compõem os tripulantes de uma pequena embarcação. Atualmente, esta expressão não é muito usada no Brasil.

⁶³ Aspas no original.

Lago (1983) analisou as transformações decorrentes do forte impacto da urbanização na comunidade de Canasvieiras, região Norte da Ilha de Santa Catarina, que vivia da agricultura e da pesca e que rapidamente se transformou em balneário. A autora se deteve em analisar os processos de trabalho resguardando um espaço de descrição específica sobre o trabalho feminino. Segundo a autora, sua conclusão foi a de que os habitantes daquela comunidade deixaram de ser camponeses devido à pressão sofrida por duas frentes de expansão capitalista: a pesca industrial e a urbanização, sendo que a especulação imobiliária foi um forte motivador do abandono da agricultura e da perda do acesso ao mar pelos pescadores, resultando aos habitantes locais o assalariamento.

Lago inicia seu texto com o pressuposto de que a população por ela estudada seria em primeiro lugar, camponesa, e segundo pescadora onde “a pesca se constituía claramente no que podemos chamar de trabalho acessório” (LAGO, 1983, p. 54), além de ser um importante fornecedor de alimento. No entanto, no decorrer de seu trabalho a autora vai mostrando que a maioria dos adultos já tinha a pesca como atividade central, e isso lhe interessava, pois queria entender como ali se relacionavam trabalho acessório e trabalho principal. “A pesca já se tornara o trabalho principal dos habitantes de Canasvieiras a partir das décadas de 30 e 40” (LAGO, 1983, p. 63).

É interessante notar que Lago observou que “com base na bibliografia utilizada, caracterizamos os habitantes de Canasvieiras, tal como nos foram descritos nos relatos do passado, como camponeses” (LAGO, 1983). Porém, na linguagem nativa, seus entrevistados, homens idosos, se referiam a seus pais como lavradores, mas se autodenominam como pescadores, o que traz um dado interessante para pensarmos que na década de 1980 já havia mostras de que a pesca era o trabalho central destas populações inicialmente ditas lavradoras (DIEGUES, 1979; LAGO, 1983).

Diegues (1979), ao referir-se aos pescadores como “esses poucos e últimos homens livres”, definiu como propósito de sua tese de doutoramento em Ciências Sociais estudar as transformações ocorridas no setor pesqueiro, o qual apontava como esquecido da divisão social da produção. Para ele, era possível confirmar na pesca “as características da trajetória da expansão da produção capitalista em outros setores da produção social: ela se desenvolve esgotando as duas fontes de onde jorra a riqueza: o mar e os trabalhadores” (p.293).

Diegues (1983), considerado um clássico da área dos estudos sobre pesca, cita de forma muito esparsa as mulheres no decorrer de seu

texto, sem se aprofundar em nenhum momento sobre o trabalho das mesmas. O seu propósito foi o de apresentar um trabalho voltado ao estudo das “transformações ocorridas num setor esquecido da divisão social da produção: a pesca enquanto captura de recursos marinhos” (DIEGUES, 1983, p. 3). A sua análise abrange dados de observações feitas em vários países, como Holanda, Inglaterra; algumas regiões de África, China, Bali e Indonésia, porém com ênfase no litoral paulista, Brasil, onde analisa a transformação do pequeno pescador no que denomina de “proletário do mar” (Idem).

Em outra obra, Diegues (1998, p.58), ao se deter em uma discussão sobre maritimidade, insularidade e ilheidade, cujos contextos centrais citados pelo autor são o litoral de São Paulo e o do Rio de Janeiro, se refere à ausência das mulheres nos barcos, com o que eu gostaria de ponderar que há muitos contextos de pescas. Há locais em que elas não entram e estão ausentes dos trabalhos, como ranchos e embarcações. No entanto, há situações em que as mesmas atuam de forma pontual, e outras ainda em que sua atuação é intensa e sua presença constante, exemplos estes que observei ao percorrer o litoral de Santa Catarina.

Em relação ao trabalho da mulher, Lago (1983) afirma que eram as lides da casa, do quintal, bem como a feitura da renda de bilro. No entanto, a autora nos dá pistas de que a mulher não se restringia à casa quando constatamos afirmações como: “o camponês de Canasvieiras não podia prescindir do auxílio da mulher no trabalho da roça” (LAGO, 1983, p.69), ou quando se refere a mulheres que perderam seus maridos, ou que viviam sozinhas: “além de realizarem as tarefas domésticas, trabalhavam na roça como qualquer homem” (LAGO, 1983, p.77), fato este que Lago observou não ser raro quando as mulheres assumiam todos os trabalhos enquanto os homens rumavam para embarcar no Rio Grande do Sul. Ao concluir sobre o trabalho feminino, Lago é enfática ao afirmar a importância e indispensabilidade deste para a sobrevivência e a reprodução familiar (LAGO, 1983, p.81).

Sônia Maluf, 1989; 1993, também observou na comunidade por ela estudada a vivência do que denominou de um acelerado processo de mudança, onde foi possível constatar um deslocamento da atividade econômica central da pesca e agricultura de subsistência para o trabalho assalariado, aliado ao contato intensivo com uma ‘cultura urbana’ a partir da pavimentação das estradas e da difusão dos meios de comunicação. No entanto, Maluf (1993) chama atenção para um detalhe central que diz respeito as formas como as pequenas comunidades se reinventam continuamente: “no lugar de simplesmente desaparecerem

nesse processo de urbanização, o que se pode observar até agora é que características importantes da cultura local são reelaboradas e tem seus significados redefinidos” (MALUF, 1993, p. 15).

Maluf (1993) constatou que no grupo familiar a autoridade pública exercida era a masculina na figura reconhecida por todos como o ‘pai’, sendo ele o que respondia pela família e tomava as decisões vistas como mais importantes (MALUF, 1993, p. 32). No entanto, ao contrapor o que era enunciado como modelo formal com o que era vivido no cotidiano, as práticas e as narrativas sobre mulheres bruxas, Maluf (1993) percebeu que as mulheres exerciam poder no que se referia à continuidade da família.

Os discursos de ambos, homem e mulher, reconhecem que a autoridade e a chefia legítima no interior da família são a masculina. Mas esse é um modelo público, uma das faces de uma situação que é bastante mais complexa no que se refere ao exercício da autoridade e do poder [...] existe um desnível entre de um lado aquilo que, no discurso de homens e mulheres, se constitui um ‘modelo ideal’ sobre os papéis masculino e feminino no interior da família, e de outro as suas práticas e representações (MALUF, 1993, p. 33-4).

É interessante, a partir do que afirma Maluf (1993) sobre este jogo autoridade/poder que perpassa o grupo familiar, trazermos suas ponderações para o próprio cotidiano da pesca. Quando Maluf (1993) afirma que a pesca é uma atividade *essencialmente masculina*, a autora nos dá pistas de que o jogo dialético entre autoridade masculina e poder feminino no grupo familiar seria um indicativo de que também em espaços, em princípio, pensados como essencialmente, mas não exclusivamente dos homens, as mulheres teriam contribuição.

Neste aspecto, embora Maluf (1993) se refira à proibição e participação da mulher, “não só nas tarefas que a envolvem como nos espaços a ela relacionados: os ranchos de barcos, as embarcações, o mar” (MALUF, 1993, p. 34), a seguir a própria autora nos traz dados que contribuem para pensarmos sobre a presença das mulheres em atividades da pesca, mesmo que não seja como embarcada: “as únicas atividades pesqueiras realizadas também por mulheres são a pesca do camarão e do siri feitas na beira da lagoa” (MALUF, 1993, p. 36). E embora Maluf (1993) tenha observado que o produto da pesca das

mulheres era utilizado na alimentação familiar, suponho que em alguns momentos de dificuldade econômica era também este produto vendido visando aquisição de outros para o consumo familiar.

Também em 1975, Maria das Graças Tavares realizou sua dissertação de mestrado sobre a composição e organização de grupos que exploravam o mar de Icarai, no litoral cearense onde pressupunha inicialmente que os grupos de trabalho seriam influenciados especialmente pelo parentesco, pela vizinhança, pelo compadrio, ao invés de outros fatores como a produtividade, o lucro e a eficiência. No entanto, o trabalho de campo lhe mostrou que, muito mais do que os fatores inicialmente pensados, era a maximização da produção o motivador central. O parentesco e outros fatores, como o compadrio, eram subordinados a esta.

Segundo a autora, o resultado de sua pesquisa contribuiu com uma reavaliação do papel do parentesco na composição das tripulações e grupos de trabalho em torno da pesca. A afirmação da autora se faz interessante no sentido de ponderarmos que são muitos os contextos pesqueiros e, portanto, muitas as formas como a atividade da pesca se organiza. Neste sentido, encontrei como motivador central dos agrupamentos em torno da pesca a junção de uma tríade composta por parentesco, amizade e disposição para o trabalho, o que será visto no Capítulo VI.

Juliana Pereira Lima Caruso, 2011, ao realizar sua pesquisa na Costa da Lagoa, Ilha de Santa Catarina, sobre a fuga matrimonial, constatou uma preferência pela união entre pessoas do mesmo lugar, sendo que observou um destaque para cônjuges ligados por algum laço de parentesco, como os primos. Ao fazer um paralelo com a renda de bilro, “onde as flores da renda são ligadas umas às outras por inúmeros fios” (LIMA CARUSO, 2011, p. 120), a autora conclui que a fuga é como uma pétala da renda, “que depende de inúmeros fios para existir” (Idem). A fuga, desta forma, “depende dos arranjos de parentesco que vão além do parentesco dado por consangüinidade e pela aliança. Ser parente na Costa da Lagoa é bastante relativo. O parentesco é construído e desconstruído a cada geração através de princípios que perpassam as escolhas de residência, comensalidade e convivialidade” (LIMA CARUSO, 2011, p. 120). Embora todos de alguma forma, sejam parentes, “existem sensíveis camadas de parentesco que se encontram articuladas diretamente ao cotidiano dos seus moradores” (Idem).

Por sua vez, Mariza Peirano, em sua dissertação de mestrado, no ano de 1975, realizou um estudo voltado para a alimentação, em especial sobre os comportamentos simbólicos relativos à pesca,

centrando-se no que se refere à ideologia alimentar, ao sistema de classificação sobre as proibições concernentes aos cuidados no consumo de algumas espécies de peixes, seus efeitos no comportamento das pessoas, formas de prevenção ou questões relativas ao agravamento de males e doenças no caso, por exemplo, de peixes que eram considerados perigosos e inadequados para o consumo em algumas situações. A autora observou que os produtos assim considerados eram classificados como uma alimentação *reimosa*.

Na mesma linha dos estudos sobre alimentação, porém com outro enfoque, Maldonado (1979), analisou os hábitos alimentares da comunidade de Ponta do Meio, no litoral paraibano onde percebeu que para os pescadores considerados autônomos (assim denominados em contraposição aos assalariados que trabalhavam em empresa de pescadeiro) ter disponibilidade de peixe para o consumo era uma forma de confirmação da própria autonomia. Segundo a autora, os pescadores classificavam o alimento em três categorias: *salgado*; *mistura* e *verdura*. O *salgado* se subdividia em *salgado de água* e *salgado de terra*. O *salgado de água* compreendia o peixe e a lagosta, os primeiros na ordem de preferência alimentar, onde o peixe se sobressaía. *Salgado de terra* dizia respeito à carne de boi e de frango. A *mistura*, expressão que também ouvi muito em campo, referia-se ao que acompanha o peixe, aí se incluindo, por exemplo, feijão, pirão de farinha de mandioca, macarrão e arroz.

Encontrei em campo, em relação à alimentação, a centralidade do peixe e da farinha de mandioca para fazer o pirão⁶⁴, acompanhamento considerado essencial, sendo que os melhores peixes eram guardados para a família em épocas consideradas *boas*, ou vendidos em épocas consideradas mais *difíceis*, sendo que o fato de poder guardar o melhor peixe para a família e para oferecer às visitas era motivo de orgulho. Porém, também era visto como demonstração de que a família estava bem financeiramente o fato de poder oferecer outros tipos de alimentos, como a carne de gado ou de frango. Se alimentar somente de peixe dias seguidos era indicativo de que a família estava passando por uma fase difícil e não poderia escolher o que comer, recorrendo ao que pescava diariamente. Um terceiro item considerado central em algumas das localidades percorridas é a cachaça, que recebe uma dupla classificação: bebida; e remédio *para tirar a friagem*.

⁶⁴ Encontrei duas variedades de fazer o pirão de farinha de mandioca: *escaldado*, feito com água fervendo. Ou feito com água fria que, em algumas localidades era denominado de *jacuva*, como em Florianópolis; e em outras de *xiputa*, como em São Francisco do Sul.

Outra vertente na abordagem sobre as questões de alimentação, saúde e doença foi realizada por Raymundo Heraldo Maués e Maria Angélica Motta-Maués que realizaram o trabalho de campo em Itapuá, no Pará, e concluíram o mestrado no ano de 1977, sendo que o trabalho de Raymundo veio a ser publicado posteriormente como livro: “A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores”. O objetivo do trabalho de Raymundo foi o de fazer uma análise dos conceitos e das práticas sociais ligados às doenças não-naturais reconhecidas pela população de Itapuá que, segundo o autor, classificavam-nas em *naturais* e *não-naturais*. Para tanto, ele procurou estudar uma seqüência completa, especificamente ligada ao caso das doenças não-naturais contemplando suas causas e agentes causais, passando às questões ligadas à sua prevenção e sua classificação, bem como ao processo que compõe o seu diagnóstico e respectivo tratamento. O autor apresenta a análise da classificação de cinco domínios inter-relacionados em que três deles, espíritos, seres humanos e astros, contêm as categorias de agentes causais de doenças não-naturais. Os outros dois domínios analisados são as próprias doenças não-naturais e os especialistas no seu tratamento.

O trabalho de Maluf (1996) discorre sobre a questão saúde/doença quando a autora se debruçou a analisar as narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição como um texto que lhe viabilizou “compreender mais sobre a constituição, na comunidade, de uma cultura de gênero, o campo simbólico em que as diferenças entre o ‘feminino’ e o ‘masculino’ são construídas e representadas entre os lagoenses” (MALUF, 1993, p. 13). No referido trabalho, ao discorrer sobre as narrativas de bruxas, Maluf trabalhou questões ligadas à posição da mulher no contexto por ela estudado em que, na tensão saúde/doença, mau olhado, quebranto, adoecimento e cura, o poder feminino, ora como a bruxa; ora como a benzedeira, se mostrava central.

Outra temática emerge na tese intitulada “O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)”, ano de 2007, de Carlos Emanuel Sautchuk. O autor discorre sobre a pesca como modo de construção da pessoa, estabelecendo uma reflexão sobre a relação entre o técnico e o humano. Sua interessante etnografia enfoca dois grupos de pescadores que habitavam a Vila Sucuriju: os laguistas e os pescadores de fora. Os laguistas dedicavam-se à pesca do pirarucu em lagos, onde o acoplamento do arpão e da canoa ao pescador e a relação intersubjetiva com os animais se mostraram primordiais. Segundo o autor, eles se constituíam através de um longo processo de protetização

do corpo, considerada condição para a interação pessoa a pessoa com o peixe.

Já os pescadores de fora atuavam na região costeira, onde tripulavam barcos a motor e agiam em coordenação com a maré e o espinhel (linha com centenas de anzóis) para capturar a gurijuba. Seu prestígio estava ligado à demonstração de coragem para enfrentar os perigosos movimentos do anzol e à vontade para suportar a árdua integração na dinâmica a bordo. Estabelecendo relações distintas entre pescadores, artefatos e ambiente, as pescas lacustre e costeira emergiram como associadas a modalidades próprias de subjetivação, incluindo corpos, habilidades e modos de socialidade específicos (formas de reciprocidade, socialização das crianças, participação nas festividades, organização do espaço doméstico etc.). O referido estudo examinou em detalhe o fato de que, para além da eficiência produtiva e do domínio de um saber-fazer, o engajamento em atividades técnicas implica em configurações particulares da pessoa.

1.3 ALEMÃO DE OUTRA RAÇA: SOBRE PESCA E AÇORIANIDADE EM SANTA CATARINA

Ao dissertar sobre a pesca, Diegues (1999) afirma que teve destaque nas primeiras décadas do século XX a pesca realizada pelos *descendentes dos pescadores açorianos* que tinham chegado a meados do século XVIII para colonizar o extremo Sul do Brasil, naquela época sob ameaça espanhola (DIEGUES, 1999, p. 362). A alusão que Diegues faz sobre a colonização açoriana é uma constante em muitos outros trabalhos realizados sobre o litoral de Santa Catarina⁶⁵.

Córdova (1986, p. 12) registra essa proximidade com Açores, ao se referir ao povoamento de Santa Catarina quando contextualiza a produção familiar ligada à lavoura. Lago (1983), logo na introdução de seu trabalho, ao descrever a localidade na qual realizou sua pesquisa, a ela se refere como sendo um dos redutos de *povoação de açorianos*. Diz a autora que tais localidades “são constituídas das populações descendentes dos antigos açorianos, que vieram povoar o litoral a partir de meados do século XVIII” (LAGO, 1983, p.1). Em outro momento, quando descreve as baleeiras, tipo de embarcação utilizada na pesca

⁶⁵ Reporto-me, por exemplo, aos trabalhos de Ribeiro (1982); Piazza (1988); Caruso (1989, 1995, 2003); Lago (1983); Córdova (1988); Rial (1988; 1991; 2006); Godio e Rial (2006); Godio (2005); Lacerda (1994; 2003); Menezes Bastos (1993); Flores (1997); Gerber (2007; 1997); Albuquerque (1983); Cunha (1987); Beck (1979, 1981, 1993); Maluf (1989; 1993).

local, afirma que “eram confeccionadas pelos artesãos *açorianos* em Santa Catarina” (LAGO, 1983, p.134). Maluf (1993), ao falar sobre o Canto da lagoa, onde realizou sua pesquisa, não deixa de registrar que se trata de uma das que compõe as margens da lagoa “a partir da colonização açoriana na metade do século XVIII” (MALUF, 1993, p. 14).

É interessante notar que boa parte da população do litoral catarinense costuma se autodenominar como *descendentes de açorianos*. João Leal, 2007, trabalhou a questão da açorianidade onde, em relação à Santa Catarina percebeu “o modo inconstante e livre como era interpretada a idéia de cultura açoriana”⁶⁶ (LEAL, 2007, p. 180) onde, diz o autor, uma das formas de se definir o que era açoriano advinha do que era antigo. Teria, portanto, uma origem açoriana. Inicialmente, Leal avaliou esta variabilidade de respostas sobre o ser açoriano como um equívoco para, a seguir, repensá-la como uma polissemia. “Dei-me conta que as diferentes acepções em que era utilizada a idéia de cultura açoriana [...] mais do que refletir um conjunto de equívocos motivado pelo ‘excesso de zelo’ [...] era uma das expressões mais claras de um fenômeno mais vasto e interessante: a polissemia de que está hoje investida em Santa Catarina a idéia de cultura açoriana” (LEAL, 2007, p.181).

Eugenio Pascele Lacerda, 2003, se deteve em uma pesquisa em que a açorianidade foi considerada uma categoria de apelo identitário, utilizada no arquipélago de Açores e em comunidades de imigrantes e descendentes de açorianos, sendo que realizou seu trabalho de campo em Nova Inglaterra (EUA), Açores e região Sul do Brasil. Em seu empreendimento, o autor buscou descrever a experiência migratória dos açorianos enquanto formação diaspórica transnacional, analisar a emergência da ‘cultura açoriana’ em Santa Catarina a partir da rubrica da ‘invenção da tradição’, reconstruir o modo de vida local dos açoriano-descendentes na Ilha de Santa Catarina, e compor uma etnografia de suas formas de sociabilidade. Lacerda (2003) esclarece que seu propósito incluiu examinar o problema da ambigüidade nas representações identitárias do imigrante, as mudanças nos modos de

⁶⁶ Especificamente Leal (2007) se referia a uma pesquisa de arquivo que fez sobre o ‘Mapeamento Cultural da Cultura de base açoriana do litoral de Santa Catarina’, iniciativa capitaneada pelo NEA (Núcleo de Estudos Açorianos) no que o autor denomina como a segunda retoma do movimento açorianista (LEAL, 2007, p.179). A primeira retoma teria sido nos anos 1970 e 1980 (p.182). O movimento açorianista seria a composição de um esforço de reforçar esta descendência açoriana, sendo que envolveria muitos estudiosos e intelectuais de Santa Catarina.

pertencimento à unidades políticas e culturais e a natureza atual das relações com a terra de origem e acolhimento (LACERDA, 2003, p. 39).

A partir deste propósito, Lacerda (2003) conclui que considera três eventos rituais emblemáticos na sociabilidade e na cultura do ilhéu, açoriano-descendente: “a farra do boi, ligada ao mundo da diversão, do ócio e do sacrifício animal; o culto-festa do divino, ligado ao mundo mágico-religioso e espaço privilegiado de execução de promessas; e a pesca artesanal da tainha, ligada ao mundo do trabalho, da hierarquia e da camaradagem” (LACERDA, 2003, p. 215). Para o autor, onde houver uma localidade litorânea em Santa Catarina reconhecida como descendência açoriano-brasileira, esse três eventos rituais estarão presentes, combinados de distintas formas. “Diria, enfim, nesta mesma perspectiva que o ‘boi’, o ‘divino’ e a ‘tainha’ poderiam ser tomados como síntese da cosmologia ilhoa, isto é, como cifras da visão de mundo do ilhéu [...]” (LACERDA, 2003, p. 215).

Quanto à açorianidade, o autor enfatiza que não encontrou uma resposta uniforme e que nem poderia ser substantivada. Neste sentido, no que se refere ao contexto global, “a açorianidade foi identificada como peça eficaz das retóricas políticas oficiais, na base de um discurso de valorização das raízes açorianas e de incorporação do patrimônio da migração, representado pelas comunidades de imigrantes e descendentes” (LACERDA, 2003, p. 240). Por outro lado, no que diz respeito ao contexto local, o autor conclui que “a açorianidade foi identificada pelo nome de ‘cultura açoriana’, esta significando um progressivo e bem sucedido processo de afirmação identitária, demarcação simbólica de um território e reelaborações culturais das tradições” (Idem, p. 241).

De certa forma, a conclusão a qual Lacerda (2003) chegou coaduna com Leal (2007) que nos aponta que há muitas possibilidades de se dizer, se identificar ou ser reconhecido como alguém ou algo de origem açoriana. Fazendo um contraponto com meu campo, constatei em vários momentos que há uma noção generalizada de que tudo que é da pesca, formas de fazer e de ser, enfim, é de origem açoriana. Neste caso, se considera ainda que o *pescador açoriano* é menos organizado em relação a pessoas de outras ascendências. Transcrevo a seguir, o trecho de um diálogo ilustrativo com uma senhora que trabalhava exclusivamente com siri:

Já visse que dali para lá é tudo mais organizado?
Tudo mais limpo?
A senhora acha que é diferente daqui?

Ah, é, sim. Olha só em volta: é rede de um lado, linha pro outro, covão pra outro. É uma bagunça só. Mas também dali para lá já é tudo alemão! Mas vocês também não são de origem alemã? Ah, mas aqui nós somos alemão de outra raça. É alemão pescador! Acho que é mais, como é que se diz? Açoriano. Um alemão açoriano. (Dona Ci, Barra do Sul).

Haveria aí, segundo Leal (2007), a transformação de algumas atividades, como neste caso, a pesca, em signo de uma determinada identidade étnica resumida no conceito de *cultura açoriana*. Um processo contínuo de *objetificação da cultura* a partir de traços e elementos da *cultura popular*. A cultura açoriana seria assim aquela parte da cultura popular do litoral catarinense que poderia ser filiada etnogeneticamente na cultura popular dos Açores; uma espécie de conjunto de sobrevivências (LEAL, 2007, p.187)

Nessa medida, o trabalho de objetificação da cultura popular do litoral catarinense subjacente ao movimento açorianista pode ser definido como um trabalho de açorianização da cultura popular. De fato, o que nele está em causa é transformar em expressões da cultura açoriana, diversos modos de fazer e pensar que, até aí, eram vistos como expressões de lógicas culturais diferenciadas (LEAL, 2007, p.186).

Análise bem diferente desta, mais historiográfica, foi empreendida por Maluf (1989; 1996). Inspirada em Ginsburg (1989), ao invés de fazer uma etnogenese, a autora empreendeu uma análise morfológica a partir de homologias reconhecidas entre as narrativas européias e as por ela coletadas no decorrer de sua pesquisa na Ilha de Santa Catarina, observando traços presentes tanto nos relatos ilhéus quanto naqueles conhecidos sobre a bruxaria européia (MALUF, 1996, p. 136). A autora observa que, tanto quanto na Europa, no Brasil, foram inúmeras as atividades julgadas e consideradas crimes contra a fé e contra os costumes que diziam respeito à bruxaria, feitiçaria, adivinhações, possessão, entre outros. Neste sentido, mesmo ponderando as “diferenças, marcadas por contextos regionais e nacionais específicos, as crenças em bruxaria não são só um fato recorrente na mentalidade popular de toda a Europa, como tiveram uma

trajetória comum na forma em que foram reelaboradas pela cultura cristã dominante, que passa a construir um discurso unificado sobre a bruxa” (MALUF, 1996, p.147).

Muitas seriam e são, portanto, as formas de se dizer açoriano. No caso, o *alemão de outra raça* é apontado como o que se considera um indicativo de uma forma de ser pescador, mas também de ser *mais açoriano* pela própria maneira de viver e ser, em nada comparável aos vizinhos que, por não serem pescadores, e portanto, açorianos; ou não serem açorianos pescadores, servem como parâmetro de diferenciação do pescador que virou outra raça daquela que se mantém limpa, organizada, alemã.

1.4 HOMENS, MULHERES, MAR E TERRA

Em boa parte dos trabalhos sobre pesca as mulheres, quando citadas, o são de forma muito sutil, sendo que na maioria elas não aparecem. Dois exemplos próximos e recentes são Alejandro Labale, 2005, e Renata Brito, 2012, que trabalharam a questão da maricultura, atividade de cultivo marinho na qual estão envolvidos muitos pescadores oriundos da pesca artesanal, em localidades do litoral de Santa Catarina. Embora fazendo uma pesquisa sobre a maricultura em Penha, Litoral Norte de Santa Catarina, um dos lugares mais expressivos na produção de moluscos no Estado e no Brasil, Labale (2005) se fixa em uma discussão de fundo marxista por um lado e, por outro, em uma escrita de inspiração latouriana, colocando como elemento central de suas ponderações o mexilhão *Perna perna*, conhecido popularmente em Santa Catarina como marisco. Embora tendo como fulcro central de sua tese o contexto da maricultura, o autor não traz ao seu texto as mulheres, sujeitos centrais nos processos de limpeza, desconchamento e beneficiamento do mexilhão.

Britto (2012), embora traga como central a figura de dona Eva como articuladora da associação de maricultores de Ribeirão da Ilha, por ela analisada, não se detém em discorrer sobre o trabalho das mulheres nos processos que compõem o cultivo marinho.

Em Gerber (1997), embora eu tenha pesquisado em uma comunidade em que as mulheres trabalhassem diretamente nos processos de descasque de camarão ou filetagem de peixe onde tinham, e tem um lugar central, eu não me detive na ocasião em discutir com mais profundidade os meandros de seus cotidianos nas pescas. Ou seja, trabalhei com elas como *mulheres de pescadores* em que, embora apareçam como detentoras de certo ou muito poder (MALUF, 1993) em

suas comunidades, são ainda os homens publicamente reconhecidos, no que Maluf (1993) tão bem distinguiu como *poder feminino, autoridade masculina*.

Outros trabalhos, conforme foi possível observar anteriormente, mesmo se detendo no trabalho do homem se referenciaram em algum momento às mulheres, como Lago (1983), Maluf (1989; 1993); Oliveira da Silva (1988). Há, porém, alguns trabalhos que se propuseram abertamente a discutir questões de gênero. Edna Ferreira Alencar apresentou uma dissertação, em 1991, sobre um estudo acerca da construção de gênero na tradição pesqueira onde propôs como objetivo a análise da construção de gênero e as formas de organização do trabalho na pesca tradicional na comunidade de Lençóis, Maranhão. Ao realizar seu trabalho de pesquisa, foram observadas as práticas produtivas e os espaços de ação dos gêneros, assim como as representações nativas levando em consideração as especificidades históricas, culturais e as formas de envolvimento nas quais o grupo interagia com o meio natural.

Ana Maria Beck, 1979, em seu estudo pioneiro em Santa Catarina, intitulado “lavradores e pescadores: um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório”, já apontava questões que mais tarde continuaria investigando sobre a não visibilidade do trabalho da mulher, denominado comumente como *à toa*, ou um *servicinho*. Já em Beck (1983), se refere aos artesãos que, assim como as mulheres, recorriam a fontes de renda alternativas, sendo que a autora afirma que “os mais jovens acabam por se integrar, de forma definitiva, ao mercado de trabalho urbano (BECK, 1983, p.8), o que trazia subsídios para estudos futuros sobre processos migratórios e de mudança e transformação das pequenas localidades de Florianópolis. Já naquela ocasião Beck (1983) para observou o incentivo das mães para que as filhas buscassem outras formas de vida diferentes das que elas tinham, a exemplo do que vi sobre as pescadoras.

No caso observado por Beck (1983) em relação à renda de bilro, entendido pelos nativos como um trabalho menor, o incentivo era que a filhas procurassem outros que lhes desse um salário fixo e ao mesmo tempo preservasse mais o corpo, tão exigido na confecção da renda de bilro. Diz a autora que “as possibilidades de se conseguir um trabalho fora, com remuneração imediata, tem sido um grande atrativo para as mulheres jovens e mesmo para as meninas. “Também a escola tem sido incentivada e as mães preferem que as filhas estudem e se preparem para um trabalho futuro em lugar de ficar perdendo tempo na renda” (BECK, 1983, p.20). Embora o trabalho que as mulheres faziam na renda fosse definido como “um trabalhinho à toa”, Beck observou um grande

desgaste físico produzido ao longo do tempo, “resultante da postura e da iluminação inadequada em que trabalham” (Idem, p.30).

Maria Angélica Motta-Maués que, em 1993, publicou seu trabalho em forma de livro, fez uma pesquisa sobre o status das mulheres e, segundo ela, implicitamente, dos homens, na comunidade estudada, em que examinou as atribuições próprias de cada sexo, com base nas diferenças entre eles, manipuladas pelo grupo do qual faziam parte. A autora deu ênfase ao estudo do ciclo biológico da mulher tendo como pressuposto o que denominou como *estados peculiares*, como menstruação, gravidez e parto, apontados como uma das diferenças básicas entre homens e mulheres em Itapuá, no Pará. A sua proposta visava estabelecer as conexões existentes entre os dois sistemas presentes na atualização de concepções e comportamentos das pessoas: o simbólico e o social e, para tanto, foram estudadas as atividades econômicas consideradas centrais, como a pesca e a agricultura.

Segundo a autora, a pesca se ligava a um desempenho exclusivamente masculino e a agricultura, predominante, mas não exclusivamente feminino o que, afirmava, apontaria para um status inferior das mulheres em relação aos homens. O que se colocava como uma espécie de marco divisório entre o que era considerado como *trabalho* próprio do homem e da mulher (p.19). No decorrer de seu texto emerge o que poderíamos considerar como uma minimização da complexidade social de Itapuá. Com seu foco voltado para a hierarquia, o *status* e o poder assimétrico, a autora não traz para sua discussão a possibilidade de uma fluidez nas interações sociais.

Dentro da *classificação social* de sua análise, caberia à mulher uma atuação e circulação extremamente rígidas enquanto que ao homem estaria a liberdade e o poder total. Embora indicando que haveria tentativas, espaços e possibilidades de inversões simbólico-sociais dos papéis sexuais na vida daquela comunidade pesqueira, a autora, não aprofundou os indícios de resistência das mulheres nas esferas da vida social, como alguns exemplos que ela própria cita, como o xamanismo, o comércio e a religião.

Outra questão é que, embora a autora afirme que as mulheres jamais participavam da atividade pesqueira, dá exemplos de coleta de produtos no mangal e nos rios. Ou seja, a visão que preponderava em seu trabalho àquela ocasião era a que considerava pesca como uma atividade exclusiva dos homens que vão ao mar, o que, conforme venho afirmando, precisamos prever com urgência no sentido de contribuir com a reversão deste pressuposto tão arraigado em várias localidades e instituições públicas.

Uma terceira questão que merece cuidado emerge quando a autora afirma que o dia do homem começava muito cedo, as duas, três horas da manhã quando saía para a pesca. “Para o pescador [...] é por volta das duas, três horas da madrugada que ele sai de casa [...]” (p.14), o que contrapõe com o que seria o início do dia da mulher: “Para a mulher, o trabalho diário começa um pouco mais tarde. Lá pelas cinco horas da madrugada, quando o dia começa a clarear, ela levanta para dar início às suas tarefas diárias” (p14). Em relação às minhas próprias observações em campo, apontam para outra direção.

As mulheres com as quais convivi, e minha hipótese é que não seja algo exclusivo de Santa Catarina, levantavam-se bem antes dos homens para preparar a refeição que seria levada no barco e o café matinal para os que ficavam em casa. Depois de tudo feito, é que chamavam seu marido. Ou seja, seu dia começava muito antes, quando preparava o início do dia dele. Maria do Rosário Leitão, 2012, no resultado de um trabalho feito com mulheres que atuam na pesca em cinco estados brasileiros (Pernambuco, Santa Catarina, Pará, Ceará e Paraíba), mostra que as pesquisadoras observaram algo semelhante ao que eu vi: “as tarefas domésticas são realizadas, na maioria das vezes, pelas mulheres. Algumas comentaram que o marido ajuda, mas sempre necessita ser solicitado, incentivado. Na maioria das vezes, elas acordam antes de todos e os chamam para o café” (LEITÃO, 2012, p. 24). No contexto analisado por Motta-Maués, poderíamos ponderar que o fato das mulheres irem para a roça às cinco da manhã, o que era visível para a pesquisadora, não necessariamente apontava o horário em que seus dias iniciavam.

Outro aspecto pelo qual podemos pensar sobre a pesca e que quero aqui trazer diz respeito ao que se denomina de complementaridade. Em um estudo feito em uma comunidade pesqueira da região Norte do Brasil, Ellen Woortmann, 2007, discute esta questão da complementaridade. Porém, se a relação inicial era de complementaridade entre o trabalho dos homens no mar com o das mulheres em terra, que se dedicavam mais à agricultura, a autora observou a passagem a uma relação de dependência destas em relação a eles à medida que o espaço antes utilizado pelas mulheres para os cultivos agrícolas foi sendo invadido por turistas e veranistas. Ao mesmo tempo, a autora chama atenção que é preciso relativizar a noção de complementaridade tendo em vista que em um contexto pode-se assim a ele se referir, o que não quer dizer que servirá para outros.

Há que se problematizar a noção de complementaridade que, parece-me se dá em termos de relações de trabalho e de vida sim, mas

onde ainda a mulher é em relação ao homem. Reforço o que Maneschy (2000) afirma: “as atividades femininas tendem a ser multidirecionadas, ao contrário das masculinas [...]. Esse fato reforça a invisibilidade de seu trabalho e dificulta sua identificação como trabalhadoras. Nessa condição, ficam excluídas dos correspondentes direitos sociais e previdenciários” (MANESCHY, 2000, p.86). Enquanto o homem é considerado como *o pescador*, ela é *mulher de pescador*⁶⁷.

Tudo o que fazem não constituiria trabalho, mas uma obrigação o que, como veremos no decorrer da tese, traz sérias implicações sobre questões como acesso a reconhecimento e direitos, como a aposentadoria. Ou seja, a mulher não é ainda reconhecida por si só, mas tomada como uma espécie de apêndice de um homem⁶⁸. Pensar a mulher como um sujeito – mulher/pescadora – que trabalha em terra ou que embarca, remenda ou faça redes, limpe, eviscere, tanto quanto ou, em alguns casos, mais do que ele, ainda parece estar longe de ser uma conquista efetiva para as mulheres que atuam nas pescas, assim como parece estar longe reconhecer como pesca as muitas atividades que estão além do ato de trazer seres vivos de ambientes aquáticos (MANESCHY, 2000, p.88).

Como já dito na introdução, meu trabalho de campo foi realizado no Litoral de Santa Catarina. É central, porém frisar que não basta dizer

⁶⁷ Cornélie Quist (YEMAYA, 2005), ao dizer que está satisfeita com o conteúdo da Declaração do ICSF na Conferência Internacional do Trabalho, que defende a ampliação da definição de ‘pescador’, pondera que seria necessário incluir aí o que se denomina de ‘esposa colaboradora’ (collaborating spouse). Trata-se de mulheres que trabalham no empreendimento de pesca da família, mas não possuem outro estatuto que não seja o de *esposa de pescador*, a exemplo do que vimos no Brasil. Seu trabalho é visto como uma continuação das tarefas domésticas em que ela não tem direito de representar o empreendimento familiar, ser eleita nos conselhos das organizações de pescadores ou se beneficiar como profissional na previdência social. Quist esclarece que em relação à ‘esposa colaboradora’, a legislação na França já considera essa condição, o que foi instituído como fruto das demandas das esposas de pescadores na Bretanha após a crise do setor pesqueiro naquele país. As mulheres reivindicaram o estatuto de *esposa de pescador* a fim de terem direito a se aposentarem, direitos profissionais e acesso a treinamento profissional, o que alcançaram em 18 de novembro de 1997, com a aprovação da Lei de Orientação da Pesca. As esposas de pescadores ganharam assim o estatuto correspondente, podendo se aposentar, representar os maridos nos conselhos econômicos e nos programas de treinamento.

⁶⁸ Segundo Beauvoir (1991[1947], p.10), “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele [...] o homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem”. Para a autora, é a mulher que se diferencia, determina-se em relação ao homem; nunca ele em relação a ela. Ele é o absoluto; ela é o Outro. A autora ainda afirma que “o casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolavelmente uma à outra: nenhum corte é possível na sociedade por sexos. Isso é que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro” (p.14).

de forma genérica ‘o Litoral’. É preciso relembrar aqui que, ao percorrer este Litoral, me detive em algumas localidades, tais como Governador Celso Ramos, São Francisco do Sul e Barra do Sul, Região Norte do Estado, o que quer dizer que se tivesse realizado meu campo em outras, o resultado seria diferente, embora eu ainda estivesse falando do Litoral catarinense, além do que, outros pesquisadores poderiam fazer suas pesquisas exatamente onde fiz e outros olhares seriam trazidos à tona após a realização do campo.

Ao compor meu trabalho de campo, me guiei por questões que diziam respeito à existência de pescadoras embarcadas (Existiam? Quantas? Onde? Com quem tinham aprendido a atividade?), a partir de onde me desloquei em idas e vindas, e novas idas. Como resultado, o mesmo me trouxe como diferencial em relação aos estudos sobre pesca aos quais tive acesso, a existência de mulheres trabalhando embarcadas na denominada pesca artesanal catarinense. Ou seja, na pesca simples (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1994), compondo dados do que considero ser uma contribuição interessante não só para a trajetória dos estudos sobre pesca na antropologia brasileira, mas centralmente como subsídios que poderão contribuir para respaldar a formulação futura de políticas públicas voltadas às pescadoras.

A partir do momento em que meus dados de campo desconstroem a pesca como espaço exclusivamente masculino eles me apontam que há aí uma diversidade que se implica e é implicada em uma “dinamicidade e inventividade que os conceitos disponíveis” (MALUF, 2011, p. 49) não dão conta, algo alusivo ao que afirma Maluf (2011), ao discorrer sobre uma antropologia reversa, sobre ser o campo o que desconstrói nossos pressupostos iniciais.

É o campo e o trabalho etnográfico que legitimam as novas questões trazidas pela antropologia, que calibram as possíveis transformações no interior da disciplina e que autorizam os diálogos possíveis com conceitos e teorias advindos de outras áreas. Assim, teoria e conhecimento antropológicos estão no crivo de sua interminável desconstrução pelo campo, ou seja, pelo mundo dos outros (MALUF, 2011, p. 43).

A partir do momento em que muitos de meus colegas antropólogos realizaram seus trabalhos de campo em localidades de pesca e não nos trazem qualquer alusão às mulheres, há que se ponderar:

a) não existem mulheres circulando naquele contexto; b) existem mulheres, mas não foram *vistas* pelo pesquisador. Mesmo que o objeto de estudo não seja a ‘mulher no mundo da pesca’, considero salutar apresentar algumas notas que façam referência às mesmas. Isso não só traria ao leitor uma visão mais ampla sobre a complexidade dos espaços de pesca, mas para que a antropologia construa dados que venham a contribuir com um processo mais amplo e, quiçá, mais rápido, de visibilização das mulheres nos diferentes contextos em que a pesca ocorre.

Compactuando com Maluf (2011), reafirmo a prerrogativa que diz respeito a ser o campo e o trabalho etnográfico legitimadores de novas questões trazidas pela antropologia. Os dados que o campo me trouxe me levam a ponderar que precisamos ampliar os olhares com os quais olhamos para localidades ditas pesqueiras, onde é central situar o lugar da mulher que aí se insere, seja ela trabalhadora de atividades realizadas em terra ou que atue como embarcada.

Ao revisitar etnografias clássicas e mais recentes sobre a pesca, em um olhar permeado de um distanciamento espaço-temporal, me instigou ponderar que haveria muito a ser dito se os espaços em que as mulheres atuavam tivessem sido um pouco mais focados. No entanto, boa parte das etnografias não se deteve nas mulheres, ou quando se deteve colocou-as em espaços separados como, por exemplo, pesca/homens *versus* agricultura/mulheres (WOORTMANN, 2007; MOTTA-MAUÉS, 1977; 1993), trazendo-me como questão que também no espaço da antropologia ainda se vê e se parte do pressuposto de que a pesca é predominantemente um espaço masculino.

Woortmann (2007) cita os espaços da agricultura, como sendo o da mulher e o mar, como sendo do homem. A autora de refere a não privilegiar apenas o ponto de vista dos homens esquecendo-se o ponto de vista das mulheres: “privilegiar o ponto de vista masculino seria esquecer as atividades agrícolas que constituem o domínio das mulheres⁶⁹” (WOORTMANN, 2007, p.2). Se por um lado corroboro com a autora no sentido de não privilegiar o ponto de vista dos homens para compreender como as relações acontecem e as atividades são divididas, por outro, acrescentaria que em alguns contextos, mesmo no espaço da pesca, é preciso prestar atenção ao ponto de vista das mulheres. Ou seja, em relação ao que pesquisei não se trata de olhar pesca e agricultura, mas pesca e pesca.

⁶⁹ No original: “privilegiar el punto de vista masculino sería olvidar las actividades agrícolas que constituyen el dominio de las mujeres”.

Woortmann (2007) nos traz ainda elementos para pensarmos que classificações ou divisões ideais de espaços propostos teoricamente, na prática se mostram bem mais complexos quando afirma em relação ao contexto por ela estudado que “em um plano mais geral, o mar é percebido como domínio do homem em oposição a terra, domínio da mulher. Não obstante, essa classificação bipolar se relativiza e se decompõe em outras oposições de menor escala” (WOORTMANN, 2007, p.2). Nos resultados de meu trabalho encontrei dados que indicam serem os espaços da pesca mais complexos e diversificados do que apontar para uma divisão mar/homem; mulher/terra.

Ao apresentar uma análise sobre a produção acadêmica na área da pesca, Motta-Maués (1999) afirma que, em relação às comunidades pesqueiras, “a questão da mulher e das relações de gênero, com raríssimas exceções, não tem sido contemplada como tema de estudo na produção acadêmica brasileira [...]” (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 381). Há aí, a meu ver, pistas sobre o que a autora denominou de um estrabismo daqueles que estudaram comunidades pesqueiras e não “viram” as mulheres (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 389)⁷⁰. Ou, poderíamos pensar também nos moldes preconizados por Strathern (2006) quando afirma que faz “parte do exercício antropológico reconhecer quanto que a criatividade desses povos é maior do que aquilo que pode ser compreendido por qualquer análise singular” (STRATHERN, 2006, p. 23).

Motta-Maués (1999, p.382) fala em um jogo de invisibilidades, ao qual se refere como sendo “dos homens pescadores, das mulheres em comunidades de pesca”. Segundo ela, em relação aos pescadores, haveria uma invisibilidade que se dá de fora para dentro, no nível mais formal e público do Estado, por exemplo. Quanto às mulheres, haveria uma dupla invisibilidade, “desde dentro, no nível interno da hierarquia entre os gêneros, mas se dá também de fora para dentro, atingindo as mulheres em consonância, ou em relação de homologia com a distinção hierárquica interna que sobrepõe os homens às mulheres” (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 382).

A autora sinaliza que, diferente do discurso oficial que invisibiliza o pescador, de forma geral, quando se trata de reconhecimento e políticas públicas, por exemplo, o discurso acadêmico

⁷⁰ A autora também chama atenção para as dificuldades, muitas vezes, de localizar trabalhos cujo título não deixa claro que trata sobre a temática em questão, mulheres e pesca. A autora se refere ao catálogo da ABA onde sua própria dissertação de mestrado, que aborda a relação homens e mulheres em uma comunidade pesqueira aparece sob a rubrica ‘trabalho’.

seguiria um percurso diferente onde a visibilidade do homem pescador é a regra (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 383). Neste sentido, os pesquisadores fixariam seu olhar e privilegiariam os homens como seus interlocutores quando realizam pesquisas em contextos onde a pesca é a atividade central. Ou seja, enquanto o discurso oficial não enxerga o pescador, no meio acadêmico a visibilidade seria apenas dele.

Há de todo modo, formas de invisibilidade quando falamos de populações pesqueiras, sendo que o ponto em comum é que ambos, discurso oficial e discurso acadêmico, raramente supõem a presença de mulheres nos espaços de pesca. Mesmo as pesquisadoras que se dedicaram a estudar, ou que em algum momento de seus trabalhos se referenciaram às relações de gênero em comunidades pesqueiras⁷¹ não se detiveram em trazer em seus estudos subsídios sobre o espaço privilegiado das mulheres, não como *mulheres das comunidades pesqueiras*, ou *mulheres de pescadores*, mas efetivamente como pescadoras.

Michelle Rosaldo, 1995, é enfática quando afirma que “a descoberta feminista das mulheres começou a nos sensibilizar para as formas nas quais o gênero penetra a vida e a experiência social” (ROSALDO, 1995 [1980], p. 13). Os estudos sobre mulheres em comunidades pesqueiras aumentaram desde as primeiras pesquisas realizadas no Brasil onde contamos com etnografias interessantes sobre o cotidiano feminino, como os exemplos aqui referidos em que os dados sobre os trabalhos realizados por mulheres em terra nos trazem algumas pistas sobre os espaços das mesmas na pesca. Porém, considero que há uma lacuna no que se refere aos estudos que apresentam de forma mais específica, explícita e central peculiaridades alusivas a como as mulheres vem se constituindo como pescadoras, entre as quais as embarcadas.

É nisso, acredito, que os resultados da pesquisa aqui apresentada podem trazer sua contribuição e inovação no que diz respeito a compor a trajetória dos estudos antropológicos sobre pesca no Brasil. Uma contribuição para uma antropologia que, parafraseando Maluf (2001), “não é nem a dos ameríndios, nem a dos melanésios, nem a desses ‘outros’ sujeitos clássicos dos estudos antropológicos” (MALUF, 2001, p. 43) duplamente falando a partir do momento que não se trata de mulheres de (pescadores) nem mulheres das (comunidades pesqueiras), mas delas próprias, mulheres pescadoras.

⁷¹ Rememorando alguns exemplos, cito: Woortmann (2007); Motta-Maués (1977; 1993); Gerber (1997; 2007); Maluf (1989; 1993).

Quando Maluf (1996; 2010) recorreu ao conceito ameríndio de *cosmologia* e trabalhou com o que definiu como *sínteses cosmológicas singulares* tentando dar conta do que encontrou em campo, a autora estava falando sobre o quão complexo pode ser o campo e o quanto ele nos traz de instigador e desafiador no sentido de que nem sempre damos conta do que vimos – ou, em relação à pesca – não vimos em campo.

Maluf (2011) nos esclarece sobre o quanto o campo nos traz de desafios quando nos voltamos para pensar teoricamente sobre o mesmo quando nos conta: “o que chamei de culturas espirituais e terapêuticas alternativas são um exemplo de plasticidade, dinamicidade e inventividade que os conceitos disponíveis [...] não ajudavam a explicar” (MALUF, 2011, p.49).

O campo/mar me trouxe mulheres que exercem a atividade da pesca se tratando, portanto, do que estou dizendo: pescadoras. Reside aí uma proposta de re-invenção nos estudos sobre pesca no Brasil que diz respeito a contribuir para quebrar uma espécie de ruído auditivo quando nos deparamos, como antropólogos, antropólogas, com uma espécie de estranheza quanto a escutar o que precisa ser considerado quando pensamos em pesca: pescadora. Substantivo feminino.

1.5 NEM EXÓTICOS O SUFICIENTE, NEM CIDADINOS O BASTANTE

Para compor este capítulo, tentei olhar os trabalhos aos quais tive acesso percorrendo-os segundo os postulados do que Maluf denominou de uma “leitura a contrapelo” (MALUF, 2012), como explicitarei no início desta escrita, exercício este em que foi possível encontrar indícios, pistas, evidências sobre a presença de mulheres no que os autores se referiam como comunidades pesqueiras. Duas questões centrais me instigavam: primeira, diferente do que vi em campo, nos contextos apresentados pelos autores e autoras as mulheres não teriam qualquer acesso aos espaços da pesca; segunda: de alguma forma, elas teriam, mas como não compunham o objeto de estudo, não foram vistas. Portanto, embora a presença das mesmas não fosse explícita em seus escritos, poderia estar de forma sutilizada, trazendo elementos *bons para pensar*.

Não procurei, nesta leitura a contrapelo, encontrar uma unidade que diga respeito ao trabalho das mulheres na pesca. Eu própria não

encontrei, e pressuponho que não há uma unidade⁷² (BACHELARD, 2006) que possa ser resumida, por exemplo, como ‘A Pesca de Santa Catarina’; ‘A Pescadora de Santa Catarina’. Porém, como grande parte dos trabalhos parte e fixa suas análises sobre os pescadores, o intuito foi ponderar que elas podem estar em muito mais contextos do que às vezes seria possível inicialmente supor.

É central, porém, aludir que algumas iniciativas em termos de Brasil se reúnem em torno da temática pesca de forma ampla, sendo exemplos o Museu Goeldi, em Belém do Pará, e a Universidade Federal da Paraíba, por meio de seus departamentos de Antropologia, e o Cemar, ligado a USP (DIEGUES, 1999, p. 373), os quais vêm realizando pesquisas e produzindo material sobre questões alusivas à pesca em diferentes contextos brasileiros, o que, com certeza contribuirá para que tais espaços acadêmicos se tornem referência participando diretamente na construção de linhas de pesquisa, área ou subárea voltadas ao que eu definiria como uma antropologia das populações pesqueiras.

Leitão (2012), na obra intitulada “Gênero e Pesca Artesanal”⁷³, apresentou o resultado de um trabalho de pesquisa realizado com mulheres em cinco estados brasileiros, conforme já referenciado⁷⁴, o qual traz dados sobre as demandas de mulheres que atuam na pesca. O trabalho foi realizado por meio de oficinas sobre quatro temáticas: trabalho, saúde, hábitos alimentares e a relação entre instituições públicas e as pescadoras (LEITÃO, 2012, p.4) onde as mulheres que participaram dos eventos falaram sobre seus cotidianos como pescadoras.

É possível observar no decorrer do livro a diversidade de pesca e de atividades que as mulheres realizam onde há as que trabalham na coleta de mexilhões, no cultivo marinho, na pesca noturna do camarão, sendo que alguns dos trabalhos realizados têm como característica o fato

⁷² Bachelard, 2006, disserta sobre o espírito pré-científico desejar a unidade como um princípio, o que considera que sempre é realizado sem esforço, pois, para tal, basta definir uma maiúscula onde não cabem contradições e onde se nega as dualidades. “O que é verdadeiro para o grande, deve ser verdadeiro para o pequeno, e vice-versa. À mínima dualidade, desconfia-se de erro” (BACHELARD, 2006, p.107).

⁷³ Trata-se de uma publicação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), resultado advindo do projeto “Ações para consolidar a transversalidade de gênero nas políticas públicas para a pesca e aquíicultura do MPA”, com realização do Grupo de Pesquisa CNPq/UFRPE – Desenvolvimento e Sociedade – GPDS.

⁷⁴ Estados cujas localidades trabalhadas foram: Baía do Sol, Mosqueiro, Curuça, Icapuí, Fortim, Acaú, Itacuruba, Santa Maria da Boa Vista, Jatobá, Ibibimirm, Itapissuma, Governador Celso Ramos, Brasília Teimosa, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Igarassú.

de dependerem da maré, de onde não há uma rotina que tenha um horário do dia definido. O que define o horário de trabalho é a subida ou descida da maré, fato este que também apareceu em meu trabalho de campo e sobre o qual falarei adiante, no capítulo IV. Porém, é interessante ser aqui referido, pois muitas vezes a mulher, por trabalhar em casa ou próximo, nos fundos dos quintais e ranchos, tem este trabalho dedicado à pesca confundido com *trabalho de casa* talvez porque a maioria está envolvida em processos de transformação e beneficiamento dos produtos advindos do mar, no caso que compõe a região onde se deu meu campo.

As mulheres que compuseram minha pesquisa trabalham como pescadoras embarcadas e nos trazem como dado central a constatação de que realizam um trabalho que é eminente, mas não exclusivamente, feito por homens. As que conheci trabalham em três tipos de pesca: 1) pesca de peixes diversos no mar, se deslocando durante o dia e ficando no mar por cerca de duas a quatro horas; 2) pesca de camarão marinho, sete barbas, se deslocando no período noturno, geralmente saindo duas, três, quatro horas da madrugada. O retorno para terra varia muito, dependendo como tenha sido a pescaria. Algumas me relataram que há dias em que ficam dezesseis horas no mar; 3) pesca exclusiva de baiacu, esta encontrei especificamente em São Francisco de Sul, na Baía da Babitonga.

Retomando o que dizia o próprio professor Laraia (1994), a pesca continua um segmento que “não mereceu a mesma atenção”. Se nomes hoje reconhecidos na antropologia brasileira iniciaram seus trabalhos sobre a pesca e os pescadores, o processo de continuidade não ocorreu, pois migraram para outras áreas de interesse. Segundo Motta-Maués (1999), uma hipótese seria que “essa ‘modernização’ que atingiu as (‘suas’) ‘aldeias’ de pescadores poderia ter algo a ver com seu ‘desencantamento’ com a temática” (MOTTA-MAUÉS, 1999, p, 385). Ou seja, os antropólogos viram seu ‘nativo’, de certa forma e da forma como o viam, desaparecer.

Não tenho certeza se seria um desencantamento com o nativo apenas, pois muitos são os imponderáveis que permeiam uma trajetória profissional. Uma hipótese talvez seja que os pescadores não são indígenas, temática fundadora e central na disciplina, mas também não são totalmente urbanos para serem inseridos em um ou outro. Apesar de o Brasil ser um país com um litoral privilegiado em termos ambiental/social/humano, tem muito que avançar em estudos antropológicos sobre as áreas que o compõem, aí incluídos pesca, pescadores e pescadoras. Podemos afirmar que a antropologia, e não

apenas a sociedade de forma ampla ou os órgãos públicos, ainda não reconhece a contento a pesca, os pescadores e as pescadoras como uma temática que se faz interessante. Os pescadores e as pescadoras de forma mais profunda, me parece, estão em um caminho do meio. Ou seria ainda às margens?

CAPÍTULO II - ACERCA DE UMA VIAGEM ALÉM-MAR

Les femmes disposent en effet d'une large gamme d'outils: différents types de filets, nasses, pièges, lignes, poisons, etc. En outre, l'importance du rôle des femmes et les types d'outils qu'elles peuvent utiliser varient considérablement d'une population à l'autre (TABET, 1998).

A proposta deste capítulo é apresentar algumas reflexões a partir de minha experiência em Portugal. Para compô-lo, fiz uso de duas fontes: textos advindos da produção do que, naquele país, é definido como antropologia marítima, bem como dos resultados de meu próprio trabalho de campo, que tive oportunidade de realizar durante o período do Estágio de Doutorado, entre outubro de 2011 e março de 2012.

Embora breve, a realização do trabalho de campo no qual me propus e me desloquei por algumas localidades pesqueiras portuguesas me possibilitou melhor conhecer algumas especificidades no que se refere às formas de pescar, mas também alguns pontos em comum; seja entre territórios portugueses; seja entre Portugal e Brasil quando falamos sobre a visibilidade das mulheres na pesca. O campo me evidenciou, de forma inegável, a existência de pescadoras, tanto em Portugal Continental quanto no Arquipélago de Açores.

2.1 A PESCA EM PORTUGAL: OUTROS MESMOS OLHARES

“E tem isso aqui?” foi a pergunta que ouvi de uma investigadora ao ser apresentada por meu orientador em Portugal, professor Dr. João Leal, ocasião em que o mesmo lhe falou que minha pesquisa era com mulheres pescadoras em Santa Catarina, Brasil. Na oportunidade, lhe respondi que não sabia, mas que tinha o propósito de conhecer um pouco sobre as pescas e que depois lhe diria se elas, as mulheres pescadoras, existiam em Portugal. Tal qual vinha observando em minha pesquisa de campo percorrendo o litoral de Santa Catarina, no Brasil, em Portugal também surgiu o desconhecimento ou dúvidas sobre a existência de mulheres pescadoras, tanto por parte de alguns membros da universidade, quanto em outros órgãos públicos que não se dão conta das especificidades desta forma de ser e estar no mundo da pesca.

Fiz os primeiros contatos com antropólogos portugueses, reconhecidos por trabalharem com as pescas, Dr. Francisco Oneto Nunes e Dr. Luis Martins, o que me permitiu agendar conversas que

foram extremamente salutares tanto para pensar sobre minha pesquisa, como para compor um processo de conhecimento sobre a situação em Portugal. As conversas, reuniões, participação em aulas, seminário, leitura de livros indicados oportunizaram, feito tentáculos de um polvo, outras ramificações de contatos, bibliografias, possibilidades de visitas, permitindo diálogos profícuos sobre percepções acerca das diferentes pescas em Portugal, o que me permitiu fazer ponderações sobre as pescas no Brasil, em especial em Santa Catarina.

No entanto, mesmo com estes dois especialistas da área ainda não me ficava muito claro se existiam, onde estariam; e quem seriam as mulheres que atuavam na pesca. Teria existido ou existiriam ainda embarcadas? Em que espaços, situações e atividades estariam atuando? Quanto ao reconhecimento das mesmas como profissionais, como se daria em Portugal? Elas estariam na pesca por terem se casado com pescadores ou seriam mulheres que desde cedo começaram a trabalhar com seus pais? Haveria também em Portugal a alusão ao *gosto*, ao *amor*, a *paixão* pelo mar e pela vida na pesca tal como eu vinha observando no Brasil?

Por um lado, foi a partir das sugestões destes dois antropólogos quanto a possíveis comunidades a serem visitadas e pessoas a serem contatadas que iniciei meu percurso⁷⁵ buscando conhecer um pouco sobre o mundo da pesca em Portugal e sobre as mulheres que aí estivessem. Por outro lado, um segundo aspecto foi central para a consecução de meu trabalho e diz respeito ao estabelecimento e a tessitura de uma rede que aos poucos fui tecendo, pautada pela amizade⁷⁶ em que conhecidos e amigos, ou conhecidos que no percurso

⁷⁵ Em Portugal segui os moldes de meus percursos no Brasil: desloquei-me a pé, de avião, trem, metro, ônibus, carona. Uma pergunta inicialmente geral norteadora da conversa após me apresentar, era o mote para chegar às pescadoras (eu gostaria de ouvir a sua história na pesca). Após me conhecerem passei a ser chamada e identificada como “Rose, a brasileira”, ou “Rosinha”. Foi uma rica experiência de andanças, deslocamentos, encontros, conhecimentos, enfrentamentos com preconceitos em relação às brasileiras. Cada encontro com as mulheres da pesca ou com pessoas que atuavam junto, se revestia de novas possibilidades. Tive que frear meu desejo e vontade de ver tudo, querer ir e conhecer todos os lugares e pessoas das quais me falavam. Era humanamente impossível fazer tudo o que eu queria no espaço de tempo que tive. Gostaria de ter visitado todas as pescadoras de Açores, ido a Galícia, a França. Enfim, eram muitos os meus quereres. Quem sabe possibilidades de projetos futuros.

⁷⁶ Pude observar no mundo da pesca a centralidade do que denominam de *amizade*. Saliento que a amizade também me foi cara e central para percorrer os caminhos que percorri, seja em Portugal Continental, seja em Açores, seja em Santa Catarina/Brasil. Em relação a Portugal, foi aliando as sugestões de colegas antropólogos com as de amigos e amigas que fui tomando conhecimento e, posteriormente, visitando, mulheres pescadoras, o que se mostrou uma experiência instigante que me colocava constantemente frente a uma diversidade de práticas,

se tornaram amigos, ao saberem o propósito de minha pesquisa, conheciam alguma comunidade pesqueira, sabiam sugestão de contato ou tinham ouvido falar que em algum lugar teriam pescadoras e não mediram esforços em fazer contatos e indicações de visitas a comunidades ou pessoas. No espaço afetivo é que fui tendo oportunidade de acessar ao que/a quem nem havia pensando quando para Portugal me desloquei.

2.2 ANTROPOLOGIA MARÍTIMA EM PORTUGAL

As telas que ajudam a compor o palco, todos os dias mudam, embora sejam sempre as mesmas. Os ícones principais, os aspectos mais marcantes estão sempre lá, apenas os ingredientes todos os dias diferentes fazem parecer cada dia inigualável, único, sublime, capaz de me surpreender sempre (DELGADO. 2003, p. 77)

Em Portugal há o que é denominado de Antropologia Marítima⁷⁷, sendo possível dizer que as décadas de 1970 a 1990 foram as que mais trouxeram trabalhos na referida área. Tanto quanto no Brasil, os autores apresentavam diferentes olhares sobre aspectos muito variados que iam desde imagens do cotidiano, passando pela especificidade de diferentes comunidades pesqueiras a formas de ponderar sobre os modos de vida e de ser dos pescadores⁷⁸.

Um dos trabalhos, pioneiro e referência na área é o de Raul Brandão 1986[1924], que descreve mulheres de várias comunidades, cada qual com suas características. Algumas embarcam, outras trabalham na venda do pescado, outras na salga. O autor diz que a mulher trabalha o dobro do homem (BRANDÃO, 1986[1924], p.90), o que constatei em lugares que percorri, seja no Brasil, seja em Portugal. Uma senhora me disse quando eu me encontrava em Póvoa de Santa Iria, próximo a Lisboa: *Queres saber sobre as mulheres pescadoras? Bota aí no teu trabalho que aqui na Póvoa tem mulher que trabalha*

de artes da pesca e de formas das mulheres aí estarem, o que me faz vislumbrar que muitos estudos e pesquisas podem advir deste trabalho inicial.

⁷⁷ Sendo que no meio acadêmico a referência era, na ocasião, o Dr. Francisco Oneto Nunes e, ao Norte de Portugal, a Dra. Maria Inês Amorim. Fora da universidade, o Dr. Luis Martins.

⁷⁸ Sobre os estudos na antropologia marítima em Portugal, sugiro ver Oliveiras (1971); Carvalho (1976); Gameiro e Barbosa (1982); Abreu (1986); Sarmento (2008); Filgueiras (1995); Vieira (1991); Angelo (1991); Calhando (1994); Baptista (1994); Cole (1994); Revista Etnográfica (1999), Peralta (2008); Oneto Nunes (2005; 2008); Martins (1999; 2007).

muito mais do que o homem. Um dos pescadores que estava junto concordou: *É verdade. Aqui temos mulheres que trabalham muito mais do que nós, homens. Não podemos negar.* Isso porque, algumas, além de trabalharem embarcadas, quando chegam a terra, após concluir os processos de limpeza e organização de materiais, se encarregam do que chamam de *safar*⁷⁹ *os aparelhos*, o que exige muitas horas. Além de trabalharem diretamente nas lidas de embarque e conserto de redes e aparelhos, as mulheres⁸⁰ são comerciantes. Brandão qualificava-as como *espertas*. Vendiam, remendavam e conservavam as redes lavadas e, em meio à efervescência de seus cotidianos, não se deixavam dominar pela desgraça quando se viam viúvas.

Outro trabalho referência em Portugal é o de Sally Cole, 1994, que realizou sua pesquisa na década de 1980, quando se deslocou à Vila Chã com o objetivo de estudar mulheres pertencentes a economias pesqueiras. Segundo Cole (1994), se sabia muito pouco sobre as mulheres. Pautados pelo “conceito de ‘honra e vergonha’ dos antropólogos, sabíamos que as mulheres eram filhas de pais, mulheres de homens e mães de filhos, mas sabíamos muito pouco sobre o trabalho das mulheres [...] o que sabíamos era sobre as mulheres nas suas relações com os homens” (COLE, 1994, p. 13-4). Seu propósito foi o de integrar a voz e a experiência das mulheres⁸¹ em uma discussão sobre a transformação sócio-econômica em Portugal. Neste aspecto, a autora aponta, ao final de seu livro, que uma das mudanças centrais que

⁷⁹ Safar, arrumar, salvar, recuperar o aparelho implicava em limpar, selecionar o que estava bom, substituir possíveis peças danificadas, refazendo-o de forma a deixá-lo pronto para o uso no dia seguinte. Costa (2000) ouviu de uma de suas interlocutoras sobre o tempo que levava na preparação dos aparelhos: “A mulher [...] disse-me que leva 12-14 horas para preparar um aparelho, ou seja, alinhar os anzóis num rebordo interno de cortiça, e o fio devidamente arrumado de maneira que ao distendê-lo não se enrole”.

⁸⁰ Filgueiras (1995), na obra intitulada “O barco Poveiro”, apresenta uma riqueza de imagens sobre o cotidiano da pesca e seu foco é o próprio barco que dá título a obra. No decorrer do livro, enquanto o autor chamava atenção às imagens apresentadas sobre a labuta diária, a riqueza de detalhes, as características específicas e fortes do barco, meus olhos corriam diretamente às mulheres. Às vezes ao centro, outras ao lado, geralmente em segundo plano, ali estavam. Mesmo não sendo citada ou referida, sua presença emergia nas imagens, remontando épocas longínquas, capazes de nos narrar que há muito tempo fazem parte da pesca, empurrando uma embarcação, carregando um cesto de peixes, aludindo ao embarque. Algumas vezes compenetradas, outras olhando para baixo; geralmente com um sorriso aberto ou olhos voltados a quem estava documentando aquele momento. Impossível negá-las.

⁸¹ Maria Fernanda Costa (2004, p.26-7) também centrou seu trabalho nas mulheres, só que priorizando a memória onde considerou as mulheres centrais, pois “guardam, nas suas preciosas arcas, os trajes, as fotografias, as cédulas, os recortes de jornais, os poemas, todas as recordações materiais que lhes avivam a memória e que se orgulham de relatar [...]” (COSTA, 2004, p.8).

percebeu junto às mulheres dizia respeito à perda de autonomia nas gerações mais novas. Se as mais velhas, com a qualidade de serem trabalhadeiras e trabalhadoras da pesca tinham autonomia com poder de decisão e controle sobre seus horários, as mais jovens, à medida que migravam para o trabalho em fábricas, deixavam de tê-la, pois se submetiam a regras, horários e normas definidas pela organização fabril (COLE, 1994, p.166). Fiel às discussões feministas que fervilhavam na ocasião de feitura de sua pesquisa, Cole retirou os homens⁸² do lugar central no mundo da pesca e fez das mulheres o foco de suas discussões e análises.

Outro trabalho que destaco para fazer algumas ponderações é o de Pedro Manuel Angelo, 1991, que, ao falar sobre a mulher na pesca como “quem dirige os negócios de peixe e da casa”⁸³, fala de um pescador genérico: “O homem só serve para ir ao mar e apanhar peixe [...] em terra o pescador é inadaptado, um ser estranho, e facilmente gestionável [...]” (ANGELO, 1991, P. 91), o que também vai ser defendido por Ana Sofia Calhandro, 1994, quando define o pescador como “um ser resignado e introvertido em terra e corajoso e ativo no mar” (CALHANDRO, 1994, p. 66). Tais posicionamentos me parecem perigosos, pois dão ao pescador e às populações pesqueiras uma aura de

⁸² Baptista (1994) focou no trabalho dos homens ao discorrer sobre a apanha do percebe, um tipo de marisco, em Vila do Bispo, em que os pescadores eram chamados de marisqueiros, sendo que escolheu como local privilegiado de realização de sua pesquisa o Café, ponto de encontro dos marisqueiros. Aqui se pode fazer um paralelo com o trabalho de Oliveira (2005) que em Santa Catarina, Brasil, estudou o que definiu como as *turmas de homens* e teve como lugar central de encontro com seus interlocutores o bar. Também é interessante na leitura de textos e pesquisas de diferentes países percebermos como o não conhecimento sobre determinadas obras - ou a leitura mais centrada em obras de autores de nossos países - guiam de forma diferente nossos debates. Neste caso, se fosse produzido no Brasil, provavelmente Baptista (1994) faria alusão ao trabalho de Da Matta (1991), *A Casa & a Rua* tendo em vista as suas conclusões sobre o Café como sendo a rua em relação à casa, e esta como espaço que se contrapõe ao primeiro. Segundo ele, “casa e café são encarados pelos marisqueiros como espaços de convivência regidos por princípios antagônicos e, portanto, espaços, mutuamente exclusivos” (BAPTISTA, 1994, p.104). As mulheres não aparecem em momento algum em seu trabalho, sendo que considero o ponto alto do mesmo a metodologia de aliar a observação do trabalho no mar com momentos de lazer no Café em uma junção de casa, rua, trabalho.

⁸³ Por sua vez, um diferencial de Oliveiras (1971, p. 191) é que - ao contrário de autores e autoras que postulam que as mulheres de áreas pesqueiras teriam uma relação de submissão e dependência, passando de homem a homem, de pai a marido - a mulher teria poder em terra, dominando todos os trâmites, sendo que seria o homem a passar de mulher para mulher, da mãe para a esposa, pois “o homem transitava de mulher para mulher como angariador de subsistências que àquelas competia administrar”. Porém, embora afirme este poder das mulheres, é ao homem que Oliveiras considera a prerrogativa central de mando e autoridade quando afirma que a mulher é o que denomina de *um auxiliar*: “É a mulher um grande auxiliar do marido não só no exercício da profissão, mas porque é ela e só ela que se encarrega de todos os negócios caseiros e de administração [...]” (OLIVEIRAS, 1975, p. 195).

unidade em que todos teriam uma só forma, cuja justificativa seria, por um lado, a familiaridade com a vida do/no mar, e por outro, uma dificuldade de adaptação e convivência em terra.

As formas de viver em um contexto de pesca podem em nada se igualar ou comparar com outros⁸⁴, sendo que encontrei em campo uma clareza quando reconheciam a si e a outras populações pesqueiras como *diferentes*; momentos em que, para dizer o que queriam reforçar recorriam a expressões como *são de outra raça, é gente de outro pano, somos de outro tipo, fazemos de outro jeito que eles*. Neste quesito, João Vasco Gameiro e Luisa Maria Barbosa, 1982, fazem alusão às formas com que alguns pescadores se diferenciavam e reconheciam a diferença quando diziam que eram chamados “ciganos do rio, pois a pesca obrigava-os a procurarem novos e melhores lugares de pesca [...] e por se reconhecerem como avieiros chamavam-se gente do mesmo pano” (GAMEIRO e BARBOSA, 1982, p. 47). Não há, portanto, como definir um só jeito de ser dos pescadores. Alguns podem ser mais fechados, mais desconfiados; outros mais soltos e comunicativos sem que uma ou outra forma de ser o seja apenas pela convivência no/do mar que lhes faria seres desajustados em terra. Suas vidas constituem formas diferenciadas de estar no mundo, o que não significa uma forma desajustada de aí estar.

Neste aspecto, Inês Meneses e Paulo Mendes, 1996, na obra “Se o mar deixar”, ao abordarem o *mar como patrão*, como aquele que permite as saídas em busca da pesca (o que observei na fala de duas pescadoras em Santa Catarina) tratam de duas temáticas - comunidade e gênero - em uma povoação do litoral alentejano onde afirmam que a atividade pesqueira é, ao mesmo tempo, uma forma de vida e uma visão de mundo, estando muito além de ser apenas uma dimensão econômica; a pesca se constituiria em uma forma social com características próprias bem definidas. Embora, dizem os autores, a pesca tenha existência em um enquadramento espacial e humano rural, ela produz uma enorme diferenciação em face desse mundo rural, seja no âmbito econômico, material, espacial, simbólico, político e de sociabilidade, com o que

⁸⁴ Costa (2000) aborda questões que observei em outros lugares de Portugal e de Açores e também no litoral de Santa Catarina quando se refere ao trabalho das mulheres onde aponta que em algumas comunidades elas participam do processo da pesca enquanto que em outras, não, sendo que, no caso das mulheres, as atividades feitas por elas que, não sendo a de embarque, podem passar despercebidas aos olhos dos de fora. Porém, diz Costa, na opinião de pescadores e pescadoras é a parte mais difícil, pois implica em limpeza, preparo, concerto dos aparelhos de pesca: “Para um pescador que não tenha mulher os encargos com despesas fixas serão muito maiores. As mulheres desempenham a parte mais massacrante e ingrata da pesca” (COSTA, 2000, p.29-30).

concordo totalmente considerando que se trata de formas extremamente distintas de perceber, viver, estar no mundo, tanto quando olhamos para comunidades agrícolas, quanto em relação às de pesca, embora, de modo geral, sejam agrupadas como parte de um *mundo rural*.

Os trabalhos anteriormente referidos são parte da construção da trajetória de uma antropologia marítima em Portugal. No entanto, é interessante destacar que não implicaram uma continuidade por parte de seus autores na referida área, o que também foi possível observar no Brasil, conforme visto no capítulo I, onde pesquisadores que iniciaram suas carreiras acadêmicas falando sobre as pescas, tomaram outros caminhos. Esta constatação me fez ponderar que em Portugal alguns trabalhos trouxeram suas contribuições mais recentes para a compreensão da pesca: Revista Etnográfica (1999)⁸⁵, Peralta (2008)⁸⁶, Oneto Nunes (2005; 2008)⁸⁷, Martins (2007), sendo com os dois últimos os que mais busquei dialogar.

⁸⁵ A Revista Etnográfica, nº 2, com o título “Comunidades Piscatórias: Perspectivas Antropológicas”, publicada em 1999, traz uma excelente contribuição para os estudiosos da pesca, pois reúne uma série de pesquisadores e pesquisadoras, cujas temáticas de interesse são tão diversos quanto diversificados são os espaços pesqueiros e as formas de as pessoas aí se inserir. Assim, em relação a Portugal, tem-se a abordagem sobre os mares eletrônicos (MARTINS), o problema do aleatório e da coerção (ONETO NUNES), o papel das mulheres da Nazaré (ESCALLIER), que conseguem expor ao leitor diferentes visões acerca de realidades tão distintas como as que os pesquisadores abordam. Além destes, ainda têm-se os textos sobre Espanha (ALLUT; FERNÁNDEZ) e Brasil (DIEGUES; MOTTA-MAUÉS), o que torna o resultado extremamente rico apontando para um diálogo intercontinental que, acredito, deva ser alimentado, pois é uma contribuição com e para pesquisadores da temática.

⁸⁶ Peralta (2008) trabalhou em Ílhavo, central na pesca do bacalhau. Afirma que a construção da memória na esfera pública implica negociação e conflito, que as culturas não são estáticas, nem existem em estados puros. Não se trata “de perceber se a “tradição do mar” que é preservada e ativada em Ílhavo é mais ou menos “autêntica” que no passado, mas antes perceber de que forma essa “tradição” mantém um papel importante num espaço simbólico reimaginado no contexto das novas relações com o global” (PERALTA, 2008, p.387). A autora postula que o mar, na sua expressão simbólica, reveste-se de um especial interesse no que toca à construção de um discurso de diferenciação que não é só local, mas também nacional. Consubstanciando-se como uma localidade que tem o mar por tradição, Ílhavo autorepresentava-se como a essência do português e como a corporização de um ideário mítico associado ao mar (Idem, p.33).

⁸⁷ Oneto Nunes (2008) organizou um volume, intitulado “Culturas Marítimas em Portugal”, reunindo oito estudiosos, incluindo-o, cujos trabalhos trazem distintos olhares sobre as pescas e os pescadores. Moreira aborda o que denomina de problemas e orientações de investigação em Antropologia Marítima; Amorim se volta para uma discussão historiográfica sobre os pescadores, da terra ou do mar; Peralta apresenta de forma mais sucinta, aspectos sobre o mar como patrimônio, foco central de seu estudo; Garrido, se detém em uma discussão sobre o Estado Novo e a recreação historicista de uma tradição marítima nacional; Oneto Nunes se volta para a análise de dois séculos de Arte Xávega com temáticas que aliam capitalismo, decadência e organização do trabalho; Robalo traz para o centro de seu estudo o povo do Rio, outra forma de se constituir como profissionais que vivem na/da pesca. Por último, Mendes

Martins (2007, p.29) explica que iniciou sua pesquisa junto daqueles que tinham aprendido pelos métodos tradicionais e terminou-a quando eles e seus descendentes dispunham de uma tecnologia avançada, que alterara os métodos de memorização das marcas (lugares onde se apanha o peixe), das rotas, dos pesqueiros; técnicas e modos de transmissão de conhecimentos. Este aspecto sobre a memorização ainda é possível perceber em alguns contextos, como aqueles que fizeram parte de meu campo de pesquisa no litoral de Santa Catarina, onde observei um processo refinado de memorização dos pontos de pesca indicados no uso das bandeiras de sinalização.

Martins (2007) chamou atenção também para as mulheres que ocupavam lugar nos processos de mediações e negociações embora aparentemente sejam os homens os centrais nestes espaços de pesca, levando alguns autores a afirmarem que as mulheres não teriam aí o papel que tem. O parentesco teria um papel “regulador, distinto e paralelo do quadro de recrutamentos nas companhias, por intermédio das mulheres que fazem a ligação do barco a terra e à venda do peixe – recolhem-no no cais e na lota, orientam a sua comercialização, gerem o dinheiro, fazem os pagamentos, tratam das questões burocráticas” (MARTINS, 2007, p. 278).

Muito longe do afirmado por Angelo (1991), que o homem só serviria para ir ao mar, e diferente de Cole (1994), que fixou seu olhar somente nas mulheres, trata-se de perceber a imbricação homens/mulheres da/na pesca, reconhecendo a centralidade das mulheres para a reprodução deste mundo, cujas atividades, ora se coadunam, por vezes se mesclam, outras se entrecruzam, e sempre estão ligadas às dos homens, não como auxiliares ou apêndices destes, mas como profissionais tanto quanto. Sem eles, por um lado, e sem elas, por outro, teriam dificuldades para a viabilização de tão complexas atividades.

Oneto Nunes (2005) focou sua tese sobre a incerteza que presidia a captação dos recursos marítimos e os modos como era experimentada nas práticas cotidianas dos pescadores. A noção de incerteza implicaria,

propõe uma leitura cronológica e etnográfica em que afluem categorias profissionais como pescadores, camponeses, empresários, aliados à questão do turismo e às diferentes percepções sobre o ambiente na Costa Alentejana. A proposta do referido volume resulta interessante, pois permite a diferentes profissionais, antropólogos e historiadores, trazerem para o centro de suas discussões temáticas e formas de olhar que, sendo interdisciplinares, só tem a contribuir com a compreensão de distintos contextos e, portanto, distintas formas de povos estarem, serem e viverem das águas.

primeiramente, uma ausência de segurança face ao devir, envolvendo desde logo a idéia de risco. Neste aspecto, qualquer ação cujo resultado não se conhece antecipadamente, se traduziria na experiência de um estado ou situação de incerteza e, dependendo da natureza da ação em causa, comportaria uma margem de risco.

Oneto Nunes (2005) afirma ainda que em relação à pesca, para além do risco propriamente económico inerente a esta atividade, onde tanto a disponibilidade dos recursos como os processos de extração são aleatórios⁸⁸, deve-se salientar que há outra dimensão crucial do problema que agrava a experiência da incerteza. Esta dimensão centra-se no fato de que ser pescador é desempenhar uma atividade qualificada como profissão de alto risco onde o número de acidentes mortais é em muito superior ao de outros setores produtivos. Neste sentido, a experiência da incerteza parece ser tanto mais intensa quanto maiores forem às expectativas depositadas na sua superação.

Por outro lado, a incerteza será tanto menor quanto maior for a capacidade de eliminá-la antecipando um desfecho favorável. Mas, alerta Oneto Nunes (2005), nada disto é possível na modalidade da pesca a qual ele se referia - a Xávega - onde os caprichos da sorte intervêm e não havia resultados previsíveis. E porque os riscos aumentavam na razão inversa do conhecimento necessário à sua superação, a experiência da incerteza estaria assim, também, estreitamente associada à idéia de imprevisibilidade. Risco, imprevisibilidade e incerteza seriam, irônica ou tragicamente, as possíveis certezas.

Sobre as mulheres, segundo um dos interlocutores de Oneto Nunes (2005, p.171) eram elas que cuidavam da venda diretamente ao consumidor, ou a restaurantes e mercados, e que mantinham a atividade: *No dia em que elas faltarem, tudo isto se acaba*. Em relação às embarcadas, o autor diz que encontrou falas sobre casos pontuais que se reportavam a um tempo em que o modelo de exploração capitalista estava no seu apogeu: de 1912 a 1920 em Palheiros de Mira, segundo Raquel Soeiro de Brito, 1981: 60; e nas décadas de 1920-1930 no Norte, onde fez sua pesquisa.

Transcrevo, a seguir, um dos relatos que Oneto Nunes (2005) coletou de uma pescadora idosa de 86 anos, de Paramos. Suas palavras

⁸⁸ Em termos amplos, para Costa (2000) “a pesca é um mundo ‘completo’ de sociabilidades, os pescadores partilham espaços contíguos, tudo se desenvolve como se de uma pequena comunidade se tratasse” (COSTA, 2000, p.101). Para ele, “a ética do pescador enquadra-se na perspectiva do aleatório” (Idem, p.102), temática aprofundada por Oneto Nunes (2005).

fazem eco nas narrativas que escutei, seja furtivamente em Portugal, seja de forma mais próxima no Brasil, como será possível observar no capítulo seguinte e no decorrer da tese.

Dona Arminda resume uma autobiografia que mostra como muitas das pescadoras foram chamadas por seus pais a trabalhar nas pescas:

Andei a remar junto com os homens. Eu era uma moça nova [...] e andei em solteira e andei em casada. Havia mais mulheres, mas já morreram [...] os homens eram da lavoura e eram de longe; e não eram estes barcos, eram uns barcos muito grandes e uns remos muito grandes; eram trinta e seis homens e era puxado a bois. Nós íamos lá ao largadouro das companhas muito longe. O meu pai era Arrais, ia à ré. Às vezes os homens não vinham. E ele dizia assim, o meu pai:

– Ó Arminda!

– Senhor, pai?

– Anda aqui remar pelo Sebastião.

– Então você deixe-me vestir umas calças – que era para avançar ao barco.

E eu vestia as calças e avançava ao barco e ia remar com eles, quando era solteira e depois que casei. Se eu trabalhasse, ganhava; e se não trabalhasse não ganhava. Não tinha o que comer. Nós passávamos fome [...] Muita fome [...] dias inteiros sem comer, desempenados, a trabalhar. Peixe não faltava para comer, para a broa⁸⁹ é que era pior. Dantes passou-se muito no mundo [...] Dantes era muita fome [...] E depois o meu homem adoeceu e eu tive que andar na companhia. Para manter os meus filhos eu tive que andar na companhia a remar junto com os homens. Remava e acartava os rolos das cordas. Eu remava ao cano da ré – remava do lado da ré. Eu, para trabalhar, senhor, era a Maria da Fonte, era um homem perfeito – eu era um homem, não era mulher – para trabalhar na companhia não era mulher, era um homem [...] Lembro-me deles todos. Morreu tudo e eu fiquei aqui (Dona Arminda. In: ONETO NUNES, 2005, p. 153).

⁸⁹ Broa é uma espécie de pão sovado redondo que serve de acompanhamento nas refeições.

Oneto Nunes (2005, p. 198) pontua também outras duas questões interessantes. Uma, diz respeito à divisão sexual do trabalho, que aponta como caracterizada por uma marcada assimetria entre os desempenhos de homens e de mulheres em que à especialização ocupacional masculina corresponde a diversificação do trabalho feminino que nunca se limitava ao âmbito exclusivo de atividades relacionadas com a pesca⁹⁰. Semelhanças entre lá e aqui. No entanto o autor alerta que este padrão geral implicava em muitas variações em função dos fatores de desenvolvimento regionais e das oportunidades econômicas locais. Outro detalhe versava sobre a idade das mulheres em que observou um envelhecimento crescente das que ainda atuavam na pesca. Mais uma vez, semelhanças. Por exemplo, na pesquisa que realizei não encontrei mulheres com menos de 22 anos. Oneto Nunes, por sua vez, observou que as mulheres tinham idades avançadas, não as encontrando com muito menos de 50 anos, fato este que nos faz perguntar: como se dará a continuidade dos trabalhos na pesca, para além dos realizados nos embarques, onde ainda é possível encontrar jovens, quando estas mulheres se afastarem?

2.3 CONVERSAS COM UM SINDICALISTA DA PESCA

O senhor Joaquim⁹¹ foi categórico ao afirmar que as mulheres estão desde há muito tempo na pesca, seja nas atividades em terra, seja nas que compõem os processos de embarque, atuando com o que ele define como *administradora da vida do mar*. Ligada ao homem pescador, teve, por consequência, a própria vida ligada à pesca. Na sua

⁹⁰ No Brasil, um dos trabalhos que aborda esta questão apontada por Oneto Nunes (2005) é o de Alencar, apud Maneschy (1997), que ao falar sobre o trabalho das mulheres na Ilha de Lençóis, Maranhão, contrapõe as atividades femininas que, segundo a autora, tendem a ser multidirecionadas, ao contrário das masculinas, geralmente especializadas, conforme vimos no capítulo I.

⁹¹ O senhor Joaquim tinha na ocasião, novembro de 2011, 62 anos. Com 14 anos foi para a pesca de até seis milhas; com 17 foi para o bacalhau, onde ficou até 1974, quando passou a atuar no sindicato. Segundo ele, a época em que trabalhou não tinha a estrutura que hoje se observa em alguns contextos em que “há GPS, sonda, rádio VHF e telemóvel [telefone celular] na maioria dos barcos”. Na ocasião em que lá estive, o senhor Joaquim era membro do Fórum Mundial de Pescadores e Trabalhadores da Pesca, fórum internacional, cuja sede era em Valparaíso no Chile. Comentei com o mesmo que na universidade não se sabia, ao certo, se ainda haveria mulheres atuando nas pescas, o que não o surpreendeu. Segundo ele este desconhecimento, tanto quanto também constatei junto a representantes da categoria no Brasil, está em pessoas que deveriam conhecer para melhor defender os direitos de pescadores: “Não precisamos ir à universidade. A Direção Geral da Pesca (que equivale ao Ministério da Pesca no Brasil) não sabia que existiam pescadoras. Quando eu falei que existiam eles se surpreenderam”.

narrativa, o senhor Joaquim trouxe das reminiscências de sua infância, imagens que diziam respeito à presença da mulher na pesca, de onde emergiu a pescadora Angelina.

A mulher, desde os primórdios esteve na pesca. Na minha terra tinha uma mulher, Angelina, que chamávamos de mulher-homem porque ela ia para o mar e fazia tudo igual a um homem. Vivia sempre de preto, saía rodada e ia pescar assim de saia e tudo. Isso eu lembro. Eu devia ter uns 12, 13 anos; lembro-me dela indo pescar. Ela morreu. Jogou-se de uma parede de pedra que tem lá. Ela dizia que podia se jogar, pois sua saia fazia um pára-quadras. O sonho dela era voar. Na primeira vez, se jogou, não aconteceu nada. Na segunda vez, ela morreu. Foi assim, a Angelina. Era pescadora, naquela época.

É interessante notar que tanto no Brasil quanto em Portugal as falas de pescadores e profissionais ligados à área pesqueira quando fazem alusão à mulher atuando nas pescas, o fazem citando-a como quem trabalha tanto quanto, tão bem quanto, tão fortemente como um homem. O parâmetro de comparação é o homem pescador em que a mulher pescadora é tão boa quanto, a exemplo da senhora Angelina, uma *mulher-homem*, que saía para o mar, pescava, trabalhava *igual a um homem*.

Dona Arminda, anteriormente citada, para se qualificar como uma boa pescadora, o fazia dizendo que no trabalho *era um homem*. Nas narrativas das pescadoras que compõe esta tese e nas falas de seus camaradas sobre elas também é possível observar esta comparação/qualificação.

Em relação às formas organizativas da pesca em Portugal, em 1975 se criou o primeiro sindicato. Depois se formaram sindicatos por portos que chegaram ao número de 17. Alguns se ligaram à CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal)⁹². Em 1975 também começaram a ser criadas as associações de armadores, que são os donos de barcos. Porém, segundo o sindicalista, ao longo dos anos quem mais defendeu os pescadores foram os sindicatos. Depois, nos anos 1990, foram formadas cooperativas e associações de produtores,

⁹² Em 2011 eram cinco sindicatos ligados à CGTP, o que o senhor Joaquim dirigia e mais quatro.

mas foram encontradas algumas dificuldades que diziam respeito a conciliar interesses da categoria profissional. “A cooperativa tem um mestre, um contramestre e a tripulação. Esses têm que respeitar aquele, e vice-versa”. Até 1970 existiam as Casas dos Pescadores – que equivale às Colônias de Pescadores no Brasil – em que os mesmos tinham acesso a médicos, dentistas, enfermagem. Depois de 1970 foi criada a Caixa de Previdência e Abono Familiar da Pesca. Tinham médico mais a segurança social própria. Nos anos 1990, foram integrados na Segurança Nacional do país. “Todo o patrimônio da pesca foi para a segurança nacional. Perdemos a autonomia, pois antes tínhamos a segurança social própria e assim passamos para o geral”.

Com a entrada de Portugal na União Européia, por volta de 1987, a pesca sofreu um forte impacto com as exigências que foram estabelecidas, segundo me contou o próprio sindicalista:

A pesca foi junto com outros setores, como a agricultura, moeda de troca para trazer fundos comunitários para a construção de estradas. Como não se sabia ao certo o número da frota em termos de motor e tonelagem, se passaram dados não satisfatórios a UE, o que veio a repercutir com a exigência de diminuição da frota, que chegou a 50%. Portugal foi o país que mais abateu barcos quando o que devia era ter se investido fortemente na formação profissional. Tínhamos 42 mil pescadores em 1986. Em 10 anos, se perdeu metade e hoje temos cerca de 16 mil pescadores ativos. A pesca foi um parente pobre para o Governo Português, junto com setores como a agricultura em que se teve que derrubar vinhas. Agora, pesca só através de cotas que a UE dá. Portugal perdeu. A Espanha ganhou. Hoje a Espanha tem um grande *lobby* de pesca na Europa. Desenvolveu a pesca; implantou aquíicultura, piscicultura, cultivos.

Segundo o senhor Joaquim, com a União Européia⁹³ juntou-se coisas diferentes, pois *Portugal teria mais a ver com o mar do*

⁹³ Os postulados do programa econômico chamado *Troika*, capitaneado por FMI, CEE, era uma constante no cotidiano dos portugueses por ocasião de minha pesquisa quando lá estive em 2011-12, tendo em vista o momento de crise pelo qual passava parte da Europa, sendo Grécia o país mais afetado, seguido de Portugal. Tal crise repercutiu diretamente no setor da pesca, sendo que preocupava o senhor Joaquim a discussão em andamento na UE sobre o que estava

Mediterrâneo do que com o Atlântico Norte pelo tipo de peixe de que dispõe e captura. Nomeadamente se estabeleceu o que Alemanha, França e Espanha queriam. Ainda segundo ele, *Portugal perdeu porque os países do Atlântico Norte, como Noruega, Dinamarca, Suécia, Irlanda, Islândia são mais ricos e têm, por isso, uma força descomunal para fazer fortes exigências.*

Segundo o senhor Joaquim, ao mesmo tempo em que estes países têm uma legislação rígida quanto aos defesos, tem também condições de equipamentos muito atualizados, com alta tecnologia. Em Portugal, pelo contrário, ainda quem manda e tem lucro, segundo o senhor Joaquim, é o intermediário e quem investe e trabalha é o pescador.

Em relação ao processo de aposentadoria, que em Portugal se denominava de processo de reforma, a idade é aos 55 anos com 30 anos de matrícula. Para contar um ano era preciso 150 dias de matriculado. “Antes do ‘25 de abril’, em 1975, só filho de pescador podia ser registrado como pescador. Só precisava saber nadar. Agora todos podem ser pescador”. As mulheres, por sua vez, não precisam ser casadas ou filhas de pescador para serem reconhecidas como pescadoras.

O senhor Joaquim afirmou que nos anos 1990 havia mulheres de sessenta e poucos, setenta anos, que trabalhavam na pesca há muito tempo, mas que não tinham matrícula como pescadoras. Não tinham a chamada cédula profissional e eram analfabetas. Tinham apenas um documento em folha A3. Assim, na época, foi feita uma campanha que objetivava que elas tivessem direito à cédula marítima. “Mas como não há sensibilidade por parte das instituições, a Marinha não aceitou. Foi exigido que as mulheres fizessem curso para tirar as cédulas”.

Tal situação também pôde ser observada no Brasil quando mulheres que estão na pesca há muito tempo tem que passar por cursos como se fossem, de fato, aprendizes, para legitimar o conhecimento que tem.

Segundo o senhor Joaquim, houve muita dificuldade na ocasião em que a Marinha exigiu tais cursos, principalmente em algumas comunidades, o que levou tal instituição a solicitar que o mesmo auxiliasse intermediando as conversas com as mulheres para que as mesmas compreendessem a importância de ter o documento que comprovasse a profissão. Porém, o mais difícil foi o que fato de que os

sendo chamado de ITQ (Quotas Transferíveis) que permitiria a compra de cotas de pesca. “Será um desastre a exemplo do que a Espanha fez com a Inglaterra ao comprar todas as cotas inglesas, pois privatiza o recurso do mar e quem mais sofre diretamente é a pequena pesca. Isso será um desastre para Portugal porque gera mais desemprego”.

homens não reagiram bem a esta possibilidade de conquista das pescadoras. Como as aulas eram à noite, eles, os maridos, teriam que cuidar dos filhos enquanto elas estivessem por algumas horas fora de casa. Nas palavras do senhor Joaquim:

Tive que fazer várias reuniões com homens e mulheres porque os homens reagiram. Não queriam que elas tirassem a cédula porque são ainda muito machistas. Mas no final valeu a pena aqueles cursos da Marinha. Chamaram-me para dar uma parte dos cursos. Pensei: vou lhes ensinar o que? Marinharia? Elas é que tinham a me ensinar. A fazer um nó? Mexer com as redes? Isso elas já sabiam, há muito. Enfim, marcamos o curso. Foram umas quarenta e poucas mulheres. Era à noite, depois do trabalho. Para elas [as pescadoras] por eu ser bem mais novo, eu era um menino, pois todas tinham sessenta e poucos, setenta anos.

Aliando a fala do senhor Joaquim ao que Martins (2007) abordou em seu trabalho sobre diferentes conhecimentos, e reconhecimento, podemos questionar: Que lógica há em exigir que mulheres, cuja trajetória se compõe do trabalho contínuo na pesca, tenham que passar por cursos elaborados por técnicos para comprovarem seu conhecimento? Por mais simples que sejam os cursos, são uma exigência que tem como pressuposto encaixar pessoas que estão em outros processos educativos, como as populações pesqueiras, no sistema de cursos padronizados por módulos e voltados especificamente para quem domina a linguagem escrita.

Por outro lado, poder-se-ia ter proposto cursos sim, mas de atualização na área levando em conta toda a trajetória destas mulheres. Cursos como os de *iniciação na pesca* poderia ser proposto para quem, de fato, se iniciasse na referida atividade e não a pessoas que a vinte, trinta, ou mais tempo, viviam ou vivem imersas na pesca.

Outra questão diz respeito a considerar estas mulheres como cidadãs que têm desejos, necessidades, demandas e que poderiam, elas próprias dizer sobre o que gostariam de aprender. A fala do senhor Joaquim ilustra muito bem o que os possíveis subalternos (SPIVAK, 1999) falam quando lhes deixam falar. “O que elas queriam aprender? Disseram-me: queriam aprender era a ler e a escrever. O que fiz foi lhes

ensinar a ler e escrever. Saíram de lá a assinar um cheque, escrever algumas coisas. No fim, valeu à pena. Mas teria que ter continuidade”.

2.4 EM BUSCA DE RECONHECIMENTO PROFISSIONAL

As pescadoras que conheci, em grande maioria, tinham sua inscrição em sindicatos, pois, segundo elas, futuramente poderia lhes dar amparo quando nos processos de aposentadoria, mesmo para aquelas que apenas recentemente tinham se atido à necessidade de ter documentação que comprovasse sua inserção no mundo da pesca tendo em vista que perante os órgãos públicos havia esta exigência se a pescadora não quisesse correr o risco de ficar até o fim de seus dias trabalhando na pesca sem o devido amparo legal.

Uma das entidades que encontrei contribuindo com a percepção de que existem mulheres pescadoras, bem como buscando definir espaços de proteção no caso de violência, ou na definição de direitos destas mulheres foi a UMAR-Açores⁹⁴. Um dos objetivos centrais da entidade é a luta por reconhecer⁹⁵ que a atividade da pesca contempla muito mais do que uma de suas etapas, que é a ida ao mar. “Não há actividades, nem profissões de ‘apoio’ na pesca. Todas as fases são igualmente importantes para se poder pescar o peixe” (SEMPERE E SOUSA, 2008, p.11). Fases estas que dizem respeito às muitas atividades em que as mulheres⁹⁶ participam e que, longe de ser apoio,

⁹⁴ Sobre a trajetória da UMAR junto à pesca, iniciada nos anos 1990, ver Sempere e Sousa (2008) que discorrem sobre detalhes do percurso e das inserções em instituições de luta pelos direitos das mulheres no setor pesqueiro português e europeu. Tive a oportunidade de participar de uma das reuniões da UMAR-Açores com pescadoras na Ilha de Miguel, das comunidades de Porto Formoso e Rabo de Peixe, momento em que me deram um espaço para apresentar a minha pesquisa e, posteriormente, se auto-apresentaram, contando um pouco sobre seus trabalhos na pesca, suas trajetórias, onde aflorou uma diversidade de atividades em que havia, na ocasião, as gameleiras, as administradoras, as comerciantes, as que embarcavam com seus maridos. Em relação a seus percursos, no caso das que lá se encontravam, a maioria começou a vida na pesca ao casar.

⁹⁵ Um momento considerado importante e citado pelas mulheres para o processo de visibilização das mesmas nos espaços da pesca foi a veiculação do documentário “Pescadoras do Mar e da Terra”, que apresenta diferentes momentos dos cotidianos destas pescadoras, trazendo suas falas sobre a vida na pesca, como início, dificuldades, conquistas, mudanças, preconceitos vivenciados, entre outros. Mulheres como Maria do Espírito Santo, Manoela, Lourdes Muniz, de Rabo de Peixe; Zilda e suas duas filhas, de Porto Formoso; e Jorgina, do Nordeste dão vida ao referido Documentário.

⁹⁶ Segundo seus próprios testemunhos, as pescadoras vêm gradativamente participando de eventos, encontros, cursos, dinâmicas promovidos pela UMAR-Açores e avaliam tais momentos como importantes para poderem construir um grupo de discussões e apoio mútuo. Avaliam que, depois que começaram a participar mais dos eventos, se sentem mais informadas,

ajuda, suporte, são imprescindíveis, sem as quais as diferentes pescas não teriam como ser efetivadas.

Em relação aos principais objetivos da referida entidade, são resumidos em onze tópicos centrais (SEMPERE E SOUSA, 2008, p. 21-22)⁹⁷: reconhecimento do trabalho feito pelas mulheres na pesca⁹⁸; aplicação do estatuto de ‘esposa colaboradora’ para pescadoras em terra não remuneradas, que trabalham com seus maridos; ter direito a uma formação profissional e a uma profissão; ter uma representação nas associações e federações e criar associações de mulheres na pesca; ter direito à saúde, especialmente nas ocupações da pesca com maior grau de risco; segurança no mar; reconhecimento mais rápido da morte no mar devido a desaparecimentos por naufrágio ou acidente; preservação e transmissão dos patrimônios imateriais; preservação do ambiente e dos recursos; luta contra a tóxico dependência; direito à pesquisa sobre a questão das mulheres na pesca.

O foco norteador dos trabalhos da UMAR-Açores se pautava por considerar que o setor da pesca abarca um conjunto de atividades que tem como objeto a captura, cultura e transformação dos produtos derivados do mar em que se destacam a pesca extrativa, a aquicultura, o processamento e comércio/distribuição, além da gestão, administração e investigação. Sempere e Sousa (2008, p.23) aludem ao seguinte:

O XIV Recenseamento Geral da População define a população com actividade na pesca como a população residente, empregada e cuja actividade económica principal resulta da profissão de pescador/a em águas doces e costeiras, pescador/a em alto mar, aquículturas/es, salineiras/os e trabalhadoras/es da pesca indiferenciadas/os (INE, Estatísticas da Pesca, 2007). São, enfim, aquelas pessoas que reúnem conhecimentos para exercer a actividade e que o fazem o tempo inteiro. Esta definição exclui actividades da pesca exercidas de forma esporádica ou parcial, bem como

por um lado, devido às trocas de experiências e, por outro, mais seguras de sua importância no meio pesqueiro do qual participam de forma ativa.

⁹⁷ Sobre a luta por interesses das mulheres na pesca, em termos de Europa, tem-se uma Rede Europeia, a AKTEA, criada em 2002, rede esta formada por seis países: Portugal, Irlanda, Finlândia, França, Espanha, Galiza.

⁹⁸ Segundo dados da UMAR-Açores, de 2008, nos Açores o trabalho de reparação de redes, por exemplo, era feito por 141 mulheres, 52 das quais sem qualquer tipo de remuneração.

subsidiárias de outra actividade principal, bem como actividades informais.

Sempere e Sousa (2008, p. 23) afirmam em seu trabalho que, tanto em relação ao Continente Português quanto a Açores, duas tendências se faziam centrais no que concerne ao trabalho das mulheres nas pescas: uma é que existem mais trabalhadoras do que trabalhadores em alguns setores não extrativos. Por exemplo, 74,17% no processamento. Outra, é que o trabalho feminino é maior no conjunto de atividades não extrativas do que nas extrativas, contribuindo para uma baixa visibilidade das mulheres como empregadas no setor pesqueiro no cômputo total dos dados oficiais, apenas 20%, enquanto os dados mostram 80% de emprego masculino no setor (idem, p.24). A mão-de-obra feminina aparecia muito fortemente nas indústrias conserveiras onde, não sendo qualificada, “sai mais rentável e flexível às políticas de rentabilidade das empresas [...]”. Em resumo, o que é um facto é que são as mulheres as que, por uma ou outra razão, se concentram nos trabalhos mais precários da escala profissional” (SEMPERE E SOUSA, 2008, p.27).

Muito semelhante ao que encontramos no Brasil, na definição oficial apontada pelas autoras se exclui o que seria a inclusão de boa parte do trabalho feito, em grande maioria, por mulheres que, em muitos contextos, atuam na informalidade aliando os trabalhos domésticos com os de atividades nas pescas. Muitas os realizam nos pátios ou quintais de suas próprias casas, ou nos espaços dos ranchos de pesca. Assim, não aparecem, não são visíveis, nem junto ao público que circula pelas praias, nem nas estatísticas oficiais.

2.5 A PESCA CÁ E LÁ: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Ao me deslocar por alguns espaços pesqueiros⁹⁹ de Portugal, pude observar, perceber e conversar com mulheres que atuavam junto à pesca e faziam desta atividade sua forma de vida, sendo que cada contexto oferecia um diferente texto a ser compreendido quando pensamos no lugar das mulheres no mundo da pesca. Três territórios foram centrais em meu percurso além-mar: duas Póvoas, Póvoa de Santa Iria e Póvoa de Varzim, e Açores. Em alguns territórios encontrei mulheres que, além das muitas atividades em terra, embarcavam com

⁹⁹ Em Portugal Continental, Póvoa de Santa Iria, Nazaré, Póvoa de Varzim, Caxinas, Vila do Conde, Vila Franca de Xira; em Açores, Ilha de São Miguel e Ilha Graciosa.

seus maridos, filhos, filhas, como em Açores e Póvoa de Santa Iria. Em outros, como Póvoa de Varzim, não encontrei mulheres que embarcassem, mas tinham uma ligação direta e sabiam tudo acerca do mar e das muitas artes de pesca; dos preços de venda; das formas de consertar as redes e safar os aparelhos; falavam e sabiam de tudo. Eram de uma energia, disposição e vivacidade que convenciam qualquer pessoa que estivesse apenas visitando o mercado a se tornar um cliente, o que, com o tempo, poderia levá-la a se constituir em fiel freguês¹⁰⁰ frente à arte que, também dominavam, de saber-fazer receitas à base de peixes e frutos do mar que rapidamente instigavam a imaginação e o apetite.

2.5.1 Acerca dos ciganos do mar: Póvoa de Santa Iria

Na Póvoa de Santa Iria viviam famílias de pescadores conhecidos como ciganos do mar, os avieiros¹⁰¹ que durante muito tempo viviam e se deslocavam nas próprias embarcações, onde as mulheres tinham e criavam seus filhos. No período em que lá estive as cercanias onde viviam estava em processo acelerado de gentrificação (SMITH, 2006)¹⁰². Para a *limpeza* da orla, a população foi deslocada para edifícios populares construídos pelo Governo, no qual pagava uma taxa mensal, o que antes não acontecia, pois viviam ou nos barcos ou nas margens do rio onde ainda mantinham seus ranchos de pesca em que guardavam seus apetrechos e equipamentos.

Visitei, acompanhei o trabalho e conversei com quatro mulheres de Póvoa de Santa Iria nos momentos em que estavam em terra, ocasião em que contaram-me sobre suas vidas, o trabalho, os locais por onde

¹⁰⁰ Neste aspecto que diz respeito à clientela, de forma ampla, é extremamente interessante a diferenciação que me fizeram sobre o que é ser um cliente e o que é ser um freguês. Enquanto que a primeira denominação é muito atual e ligada a uma relação esporádica, extremamente comercial e sem qualquer vínculo, a segunda remete a tempos passados em que a relação vendedor/comprador se pautava por uma proximidade que hoje, cada vez mais, se dilui além do que o lema que guiava os bons comerciantes e vendedores preconizava que “o cliente sempre tem razão”. Hoje, em muitos momentos, é possível o comprador sentir como se o vendedor lhe estivesse fazendo um favor e não conquistando o que, com o tempo, poderia tornar-se um assíduo freguês.

¹⁰¹ Avieiros porque são originários da localidade chamada Vieira de Leiria.

¹⁰² Para Smith (2006), o processo de *gentrificação* é uma estratégia que fala abertamente sobre a intenção de “limpar” espaços, bairros, cidades e ali trazer a classe média alta branca, enquanto *regeneração urbana*, termo mais usado na Europa, seria uma forma camuflada de se referir ao mesmo processo. Comparando com o Brasil, e em especial Santa Catarina, podemos pensar em alguns espaços em que o poder público ou em parceria com empresas privadas vem viabilizando o que costumam denominar de *processo de revitalização dos espaços*, o que, me parece, seria outra forma de nominar a gentrificação, e que atingiu várias regiões do litoral catarinense.

pescavam. A seguir, recorro a alguns trechos das narrativas destas pescadoras.

Meu nome? Meu nome é Maria José Lobo Fernandes. Pesco junto com meu marido. Eu tenho 54 anos e pesco desde os sete anos. Aprendi com meu pai. O nosso barco é Mar Azul. Meu marido tem 62 anos e pesco com ele desde quando casei. Casei com 20 anos e estou casada há 34 anos. Temos dois filhos, mas que não querem pescar. A maior força de mulheres que pescam é no rio Tejo. Em Póvoa são 22 mulheres; em Alhandra são 15 mulheres, e em Vila Franca é de 15 a 20. São todas mulheres que pescam com os seus homens. Nós somos avieiros porque vieram de Vieira de Leiria. Lá pra Nazaré é outra raça de pescador. Como trabalhamos? Nós trabalhamos pela conta da maré. Dependendo das artes, tem que ser a malha diferente. Não é por um horário, é pela conta da maré. Hoje é polvo e arrasto. Março, abril e maio é rede de emalhar a corvina. Agosto até setembro é o anzol iscado. A partir daí é o polvo. Quando as marés não dão para o polvo, partimos para o arrasto (Maria José Lobo Fernandes, 54 anos, Póvoa de Santa Iria).

Ana Paula da Silva. Assim me chamo. Tenho 48 anos, pesco desde os 18 anos quando casei com o Antônio, meu marido, Antonio José da Silva, de 49 anos. Tenho três filhos, de 23, 18, e 10 anos. Nenhum quer seguir na pesca. Eu pesco com meu marido e preparo todas as gamelas, os aparelhos que são usados na pescaria, que nós chamamos de palanga. Nós usamos isca artificial para a pesca. A pequena é para a corvina e a maior para o robalo. Leva de quatro a oito horas para safar o aparelho¹⁰³ e deixar pronto para a próxima saída

¹⁰³ Safar o aparelho, como já dito anteriormente, é a expressão usada para o processo que inclui limpar todos os anzóis e linhas. No processo de fazer, Ana Paula desenrolava, selecionava o que se aproveitaria e montava novamente o aparelho para deixá-lo pronto para a próxima pescaria. Palanga é sinônimo do que em outros lugares se chama de alguidar. Em algumas comunidades das ilhas de Açores os alguidares eram de madeira. Os que dona Paula e o senhor Antônio pescavam eram de plástico. Ou seja, uma bacia aonde ia se montando em uma base de cortiça, que já estava devidamente costurada no interior e que circulava a borda da bacia, os anzóis com iscas artificiais.

para o mar, depende como ele está, se com muita sujeira, se com pouca. Nossa pesca é palanga de fundo. Eu trabalho das sete da manhã às sete da noite; no verão é até as nove horas. Nós trabalhamos nessa pesca, no inverno com sete alguidar porque tem menos peixe. No verão é com 15 a 20 porque tem bem mais. Tem que ter gosto; tem que ter paciência para isso. Quem trabalha como eu, trabalha mais do que as outras, pois safa os aparelhos e as outras não. Elas trabalham no mar com os maridos sim, mas chegam e pronto. Eu não. Fico aqui safando os aparelhos porque sou eu que faço isso. Tem outras comunidades que têm pescadoras: Alhandra, Vila Franca de Xira. Na Vila Franca tem a minha prima, Sandra, que pesca com o marido e vende peixe na praça. Ela é filha da minha tia Virgínia (Ana Paula da Silva, 48 anos, Póvoa de Santa Iria).

A gente vive aqui. Não temos carro, vivemos no barco, vamos para todos os lados. Fico toda a semana lá fora. Ficamos para diferentes lados. Largamos os aparelhos e ficamos lá. Eu pesco desde criança, andava com os pais nos barcos. Meus pais tinham barraca de madeira. Depois vieram para Vila Franca. Eram barcos de madeira, não era nada disso. Botava os toldos e fazia o comer. Depois vieram aqui para a Póvoa. Os primeiros foram meu pai, outro homem, que já morreu. Eram três [...] Temos aqui tudo, barcos, redes [...] eu tive no barco o meu filho mais velho, depois viemos para aqui, eu tive o outro, dentro do barco. O terceiro filho foi no hospital. Pesco desde menina, pescava com meu irmão. Veja lá se já não estou farta da pesca, tanto tempo pescando (Emília Pedrosa, 60 anos, mãe de Paula, Póvoa de Santa Iria)

Eu tive os filhos aqui. Uma mulher que me aparou os filhos. Antes tínhamos traineiras. Daí é que a gente pegava grandes sustos no mar com os filhos dentro dos barcos. A gente corria, pois tinha medo quando batia o tempo ruim. Pesco desde pequenina. Casei muito nova também. Andava com meu pai, minha mãe, andava sempre com

eles. Aprendi a pescar com meu pai. Depois passei a pescar com meu marido (Virgínia Maria, 58 anos, irmã de Emília, Póvoa de Santa Iria).

As narrativas acima elencadas dizem respeito a mulheres que trabalhavam na pesca desde muito novas, iniciadas na profissão por seus pais, ou que adentraram a este mundo quando casaram com homens pescadores, passando a trabalhar com os mesmos desde então. São mulheres que estavam na faixa etária entre quarenta a quase setenta anos de idade. As que possuíam filhos e filhas jovens incentivam-nos a seguir outra carreira¹⁰⁴ tendo em consideração as dificuldades e os perigos que enfrentavam na pesca e as exigências, cada vez maiores, em relação a equipamentos e à própria embarcação.

A maioria me dizia que queria ver filhos e filhas longe das incertezas da vida na pesca, incentivando-os a ir para profissões em que tivessem uma renda fixa e melhores condições de trabalho e de reconhecimento. Tal qual ouvia ao percorrer o litoral catarinense, onde freqüentemente me diziam desejar que seus filhos fossem *alguém na vida*, talvez uma frase que resuma como se sentiam em relação a não valorização profissional, também em Portugal ouvi muito a este respeito em que algumas pescadoras falavam sobre serem seres que não são vistos, nem lembrados, nem falados, conforme resume as palavras de dona Maria José.

Como nos sentimos sendo pescadora? Nós nos sentimos, comparando com um artista. O artista só sabe fazer aquilo. Tem o valor todo. Nós sabemos fazer todas as artes da pesca, mas ninguém nos vê. Ninguém fala de nós. Um artista, um jogador de bola faz só aquilo. Um pintor, pinta; um cantor canta; um jogador de bola joga. Tem todo o valor. O pescador faz tudo e não tem valor. Eles gostam de ter o peixe na mesa, mas pensar no pescador, no que ele passa para ter aquele peixe, não. Se morre um pescador, tem um naufrágio, só se fala no dia e pronto. Esquece. Ninguém fala em nós não. Se morrer um artista, é uma tristeza geral. Dias e dias falando naquilo (Maria José Lobo Fernandes, 54 anos, Póvoa de Santa Iria).

¹⁰⁴ Havia uma jovem de dezesseis anos, na Ilha de São Miguel que, na ocasião em que por lá passei, tinha decidido pescar com sua mãe, que trabalhava embarcada, porém tratava-se de uma exceção.

As palavras de dona Maria José exprimem como pescadoras e pescadores de diferentes localidades que percorri, seja em Portugal Continental, em Açores ou em Santa Catarina, captam a percepção de outras pessoas, geralmente cidadãos, e autoridades, sobre os mesmos. Ao comparar-se a artistas e jogadores de futebol, dona Maria José evoca questionamentos que dizem respeito a diferentes formas de valorização profissional em que, na ocorrência de episódios trágicos com os primeiros haveria uma comoção nacional, enquanto que para os segundos, apenas o esquecimento. Se um artista ou um jogador de futebol que *faz só aquela arte* é valorizado, enaltecido, motivo de comoção, segundo dona Maria José, os pescadores, que entendem e sabem fazer as muitas artes de pesca, deveriam também ser valorizados, visibilizados, e, quando em alguma tragédia, homenageados de forma mais eloqüente para que não fossem esquecidos.

Outra questão diz respeito aos possíveis clientes, fregueses, turistas que acorrem às muitas praias nos períodos de férias, feriados, dias de folga e que querem, como lembra dona Maria José, o peixe fresco. Porém, tanto quanto o desejam, querem manter distância dos cheiros, restos, vísceras que, em algumas vezes, lhes provoca ojeriza, nojo, ânsia de vômito quando se deparam com o que consideram *um cheiro insuportável*.

Neste aspecto, ao percorrer o litoral catarinense pude presenciar situações de emergência de conflitos¹⁰⁵ quando turistas que compraram imóveis em frente à praia, não mais queriam que os pescadores ali permanecessem dispondo daquele espaço com o que, aos seus olhos, era *sujeira e desorganização*. Tal situação evocava alguns dos princípios do forte processo de gentrificação que ali se impunha, de limpeza, higienização e assepsia dos locais.

Aquele espaço, inicialmente idílico, de praias atrativas e embarcações coloridas, indispensáveis na composição de suas fotos de recordação ou disponibilização imediata nas redes sociais, se tornava motivo de disputa com pescadores que, ao invés dos turistas que às praias acorrem no verão visando o lazer, fazem destes espaços seu local de trabalho. Em suas formas de organização a praia serve para se dispor

¹⁰⁵ Chamo de emergência de conflito porque não havia um conflito declarado considerando que, “do ponto de vista lexical, o conflito é o afrontamento de dois ou mais indivíduos ou grupos com interesses divergentes” (AGUIAR, 2005). Não havia, de fato, afrontamentos, pois os pescadores apenas ouviam o que, nas suas falas eram constantes exigências dos turistas para que tirassem seus apetrechos da frente de suas casas, pois consideravam *aquilo tudo uma grande bagunça e sujeira*. Queriam, a partir da compra do imóvel, que *a vista para o mar não fosse prejudicada*.

as redes, os diferentes apetrechos de pesca, as embarcações, além de ser o local para saídas e chegadas ao/do mar.

Como proprietários de uma casa em frente à praia, muitos turistas passam a reivindicar e, em alguns casos, exigir junto ao poder público municipal medidas voltadas à proibição de uso daqueles espaços pelos pescadores para disponibilização de seus apetrechos, pois os mesmos constituiriam uma *poluição visual*. Ao perguntar aos pescadores como o poder público agia nestes casos, os mesmos me diziam que geralmente o turista tinha razão, pois levava dinheiro para o município. Como se o pescador também não o fizesse inclusive satisfazendo os turistas atendendo aos seus desejos de consumo por *peixes frescos trazidos na hora*.

Como resumiu anteriormente a pescadora Maria José, os turistas *gostam de ter o peixe na mesa, mas pensar no pescador, no que ele passa para ter aquele peixe, não*. Diferente do interesse em fotografar o pescador como elemento que ilustra seus arquivos fotográficos das férias e do uso de imagens em campanhas publicitárias ou políticas onde aparece como personagem de paisagens evocativas de tranquilidade paradisíaca parece-me estar longe considerar as populações pesqueiras com especificidades que dizem respeito aos meandros de saber-fazer (CERTEAU, 1994) *todas as artes da pesca*.

2.5.2 Três peixeiras em Póvoa de Varzim

Há mulheres que sabem governar e os homens lhes tiram esse poder.
(Suzana Ribeiro da Costa)

Como já dito, também em Portugal muitas são as formas de viver da pesca. Ao contrário da Póvoa de Santa Iria, muito próximo a Lisboa, cujas mulheres trabalhavam embarcadas com seus esposos, em Póvoa de Varzim, região Norte do país, próximo à cidade do Porto, elas não realizavam atividades no mar. Atuavam em terra e eram chamadas de peixeiras. Ou seja, uma atuação direta na venda do pescado, além de realizarem todas as atividades de organização e limpeza. Se antigamente, conforme me narraram as mulheres, elas saíam às ruas oferecendo o peixe, o que encontrei foi uma disposição organizada de boxes no mercado público local.

Encontrei a senhora Suzana no Centro Dia da Santa Casa de Misericórdia, onde passava os dias. Quando cheguei estava junto a mais alguns idosos em uma das salas do Centro, onde decorreu nossa

conversa. Dona Suzana perguntou o que eu desejava. Apresentei-me e disse que gostaria de ouvir sua história de peixeira, perguntei se aceitaria falar comigo e, se aceitasse, quando poderia me receber. Entusiasticamente, me respondeu: mas pode ser já! O que a menina quer saber? Respondi-lhe: quero que me conte a sua trajetória de peixeira. Como começou; com quem aprendeu; qual é o seu nome. Ao que me contou:

Eu sou Suzana Ribeiro da Costa, nascida em 1921. Tive três filhos. O meu marido viveu em África e no Brasil. Tive duas meninas e um menino. Faz 28 anos que perdi uma filha, esta aqui (disse me mostrando uma medalha com a imagem que trazia ao peito). Ela morreu com 23 anos e três meses. Era boa – Após uma breve e emocionada pausa, continua:

Minha vida na pesca? Meu avô, José Gonçalves Viana, já era pescador. Meu paizinho já andava na pesca em um lanchão. A nossa vida foi sempre na pesca. Eu fiz a terceira classe. Eu não gostava de estar presa. Eu era uma Maria Homem. Gostava de andar solta. Não gostava de estar presa a estudar. Nem de estudar, nem de nada dentro de casa. Fui ajudar a minha mãe. A minha mãe era peixeira de estar no mercado e vender pelas ruas da Póvoa. Saí da escola com nove anos. Fui acompanhar minha mãe na venda. Eu era muito fina sabe e fiz minha mãe me comprar o tabuleiro. Botavam-me umas seis pescadas, uns vinte linguados arieiros. Não era vendido a quilo, era a olho. Depois de duas horas eu já voltava e pedia mais a minha mãe. Quando ela viu que eu tinha rasgo¹⁰⁶, já fiquei no mercado. E comecei. Até os oitenta e tantos anos. Hoje estou com noventa anos e seis meses. Eu fornecia ao Cassino, aos hotéis, grandes fábricas, havia o Hotel Moderno, o Universal. Mais tarde veio o Grande Hotel. Mais tarde veio o Cassino. Sempre gostava dessa vida de vender. Hoje não ando porque já não tenho forças. Hoje também tem que pensar nas finanças.

¹⁰⁶ Ter rasgo é sinónimo de ter jeito para alguma atividade, ter talento.

Casei com 21 anos com um pescador, mas eu era o homem da casa. Ganhava muito dinheiro. O primeiro barco era Princesa da Póvoa, com um sócio; o segundo era meu, Rumo do Mar, e o terceiro era um vapor, Suzana da Costa. Ele pescava. Quando chegava a terra, eu cuidava de tudo. Tinha uma mulher que era a minha camarada, trabalhava comigo; tinha quatro bancas. Eu vendia para muitos. Sou conhecida, tanto quanto a Amália Rodrigues, a fadista. É. Sou mesmo. Há de tudo; há mulheres que são boas para casa, para cuidar dos filhos, para lidar na pesca. Mas antes as mulheres eram mais escravas. Hoje já melhorou muito, já está mais fácil. E há as mulheres, como eu, que gostam do mar, da vida da pesca, de ser peixeira. Que mais a menina quer saber?

Em sua opinião, o que é preciso para ser uma boa peixeira?

Tem que ter jeito. Tem que ser séria. Tem que dizer se tem peixe bom. Mais vale um bom nome do que muito dinheiro. Assim me ensinava a minha mãe. Algumas iam para o mar, iam, mas eram de Caxinas. Não era para o mar alto, era para robalo e para fanecas que não era muito longe. Aqui, na Póvoa, que eu conheço; não tinha mulher que ia para o mar. Nosso trabalho era em terra. Em tudo, mas em terra. Somos nós, as que chamamos de peixeiras. Tem que ter jeito.

Como percebi que a senhora Suzana usava um avental sobre o vestido embora estivesse ali em descanso e, obviamente, sem compromissos de trabalho, lhe perguntei o porquê de usá-lo, ao que me respondeu:

Uso porque é o símbolo da poveira. Nosso avental era de ganga, não era desse aqui. Era de um tecido também usado para se fazer as calças dos pescadores. Sempre usamos avental, para vender, para entregar. Levávamos o peixe, às vezes no avental e cuidávamos sempre para que não ficassem escamas onde eram entregues. Esse era o

símbolo da poveira que trabalhava como peixeira, e de outras poveiras também.

Após esta fala, dona Suzana considerou que já tinha falado o suficiente e passou a conversar comigo incluindo os amigos que até então estavam ouvindo o que a mesma narrava sobre sua trajetória. Ao falar sobre ser preciso ter jeito para ser uma peixeira, dona Suzana reforçava sua qualidade de ter sido uma excelente profissional. Enaltecia, assim, suas qualidades de *ser fina desde pequena*, quando pediu a mãe que lhe comprasse o tabuleiro onde dispunha o pescado para vender. Ela detinha a coordenação dos negócios, embora o marido fosse o pescador, e tinha muitos clientes, o que a fazia tão famosa quanto Amália Rodrigues, um dos maiores nomes do fado em Portugal. Ainda segundo dona Suzana, haveria diferentes formas de ser uma boa mulher, algumas em casa e outras, como ela, em relação ao mar e a vida que daí advém, trabalhando como peixeiras.

Dias após conversar com dona Suzana, em um sábado pela manhã, fui fazer um percurso pelo Mercado Público de Póvoa de Varzim onde um burburinho agitado das muitas falas, fazia-o muito ruidoso. De algum lugar, que depois descobri ser na parte de cima do mercado, ouvia um galo que vez ou outra emitia seu som esgançado em um *có có ri có* enfraquecido. As pessoas circulavam e compravam frutas, verduras, flores, muitas flores, mesmo que fosse um pequeno buquê ou apenas uma haste e peixes. As bancas de peixe fresco estavam agitadas e sempre tinha algum cliente olhando, perguntando, comprando enquanto que a única banca de produtos congelados não tinha movimento.

Todas as peixeiras¹⁰⁷ estavam com bonés ou gorros lhes cobrindo os cabelos e vestiam seus aventais. Riam com os clientes. Perguntavam: vai aí um peixinho? Às vezes pareciam discutir entre si, mas não era um discutir: tratava-se de um jeito de falar. Enquanto esperavam pelos fregueses, as peixeiras ficavam nos balcões, ou limpando algum produto, ou se deslocando para conversar com outras peixeiras. Contei vinte e uma mulheres trabalhando e um senhor, a exceção entre elas.

¹⁰⁷ Entre as peixeiras encontrei uma senhora que vendia moluscos bivalves, semelhantes aos popularmente conhecidos em Santa Catarina como marisco. Ao perguntar-lhe desde quando era peixeira a mesma me esclareceu que não era peixeira: “trabalho com mariscos e percebes”. Falou-me que trabalhava das oito da manhã às sete da noite e completou: “eu não sou peixeira. Peixeiras são estas ali que trabalham com peixe”. Perguntei-lhe como se chamava em Póvoa quem trabalhava com a venda de marisco, ao que respondeu: “ah, eu não sei. Bote aí que é senhora do marisco”. Pronto, se eu queria ou precisava de uma definição, rapidamente ela pensou e definiu-se: senhora do marisco.

Não me aproximei para falar com ele. Sentia-me atraída para saber delas, de suas vidas, mas havia muito movimento e não queria interferir no seu trabalho. Melhor dizendo, me propunha a interferir o mínimo possível.

No entanto, como pesquisadora que desejava saber um pouco sobre elas, só me restava me aproximar de alguma para começar. Foi neste momento que olhei, e meu olhar se cruzou com o de uma senhora, que depois vim a saber, chamava-se Isabel, que me perguntou: um peixinho? Respondi-lhe que naquele dia não, que estava na verdade fazendo uma observação do trabalho delas na venda do peixe e que gostaria de falar com ela, interferindo o mínimo possível, ao que aceitou conversar comigo, parando a cada chegada de alguma pessoa que demonstrasse interesse em seus produtos. Foi assim que conversei com dona Isabel e depois com dona Madalena.

Vamos a elas, duas peixeiras do Mercado Público de Póvoa de Varzim.

Eu sou Isabel da Silva Carvalido. Tenho 66 anos, nascida em oito de agosto de 1945. Comecei com 12 anos porque a minha mãe tinha muitos filhos. Eram nove e ela ficou viúva nova, com 35 anos. O meu pai era pescador. Ele morreu no mar. Eu tinha seis anos. A minha mãe ficou viúva com três meses de grávida. O meu irmãozinho não conheceu o pai. Então comecei a trabalhar. Fui eu que quis. A minha mãe não queria. A minha mãe queria que eu fosse para a costura. Mas eu não queria. Eu fugia porque queria isso. Eu queria antes andar do que estar dentro de casa. Casei com 18 anos. Ele já era pescador. Ele tinha 20 anos.

Chegou uma pessoa para atender e dona Isabel me pediu licença. Seu marido, que estava próximo atento e nos observando, se aproximou, inicialmente com ar desconfiado. Apresentei-me e lhe expliquei que se tratava de uma pesquisa sobre mulheres que trabalham na pesca e tinha ido conversar com algumas das peixeiras no mercado. Demonstrou ficar mais tranqüilo e ficamos conversando. Enquanto conversávamos, chegaram mais pessoas. E dona Isabel atendia, recebia-as, vendia. Após um dos atendimentos, disse ao marido mostrando um grande peixe em sua direção com voz firme: é para arranjar!¹⁰⁸ Ele obedeceu

¹⁰⁸ Sinônimo de limpar o peixe, tirando as escamas e vísceras.

prontamente. Pediu-me licença e foi para o local adequado para limpar o peixe. Ela voltou para próximo de onde eu estava e comentou, pois percebeu que a estava observando: uns arranjam; outros vendem. Quando aperta, os dois arranjam para ser mais rápido.

Perguntei-lhe então o que considerava que era preciso para ser peixeira, ao que me respondeu que, para ser peixeira *precisa saber do artigo, do peixe, da qualidade do peixe. Saber estudar e saber explicar, que eu estudei até a terceira classe, mas sei explicar bem. Tem que atender bem o cliente*. Aparece aqui, em sua fala, o que havia dito dona Suzana. Ou seja, que é preciso saber lidar com quem vem à procura do produto que oferecem. O que uma diz que é *atender bem*, a primeira define como *ter jeito*. Ambas dizem respeito à conquista da clientela.

Seu marido, senhor Antônio, me contou enquanto dona Isabel atendia uma freguesa assídua:

Primeiro eu trabalhei de pescador nos barcos pequeninos, a vela; depois, fui para a Espanha; depois, para o Brasil em um navio mercante, um navio holandês; 26 anos andei na Marinha Mercante. Como pescador, com idade de 14 anos. Depois fui para Angola, para a guerra. Depois é que fui para a Espanha. A minha mulher, Isabel, ela tem uma doença nisso aqui.

Embora também usemos em alguns locais de Santa Catarina a mesma expressão com o mesmo sentido, no momento não me ative e lhe perguntei um pouco aflita de que doença se tratava. O mesmo me esclareceu, sorrindo: *não, não. Não é doente de doente. É doente por isso aqui. Quer dizer que gosta muito do que faz. Só vai parar quando não puder mais andar ou quando morrer*. Ao que dona Isabel confirmou quando se aproximava e escutou a conversa.

É isso mesmo menina. Sou doente nisso aqui. É assim que dizemos quando dizemos que gostamos muito, mas muito mesmo de alguma coisa. Tenho que andar assim, a ver as pessoas, a falar, a atender. Aqui na Póvoa são mais as mulheres que são peixeiras. Já para o sul, os homens também são. Bote isso aí no seu trabalho para você não ficar mal. Não vá falar que é tudo igual. É diferente Norte de Sul.

É interessante notar que dona Isabel me chamou atenção sobre as diferenças, algo sobre o que insisto no decorrer desta tese. Ou seja, quando falamos em pescas, temos que deixar e ter claro sobre o que, o quem e o como estamos falando: que tipo de pesca, quem faz, como faz, onde faz, de que forma. Muitas vezes pesquisadores, técnicos, autoridades, não conseguem se dar conta de que há muitas diferenças que, por vezes, são sutis, mas que fazem toda a diferença. Neste caso, dona Isabel, falava de uma diferenciação entre as regiões Norte e Sul de Portugal Continental em que é preciso ter claro: trata-se de formas distintas de homens e mulheres ser/estar/viver na pesca.

Enquanto dona Isabel atendia os clientes, seu esposo ficava ao lado, encostado à parede de azulejos azuis que recobriam o entorno da parede interna do mercado, onde eu também estava. Quando precisava, porque o freguês¹⁰⁹ não poderia esperar, dona Isabel acionava o senhor Antônio. Em um destes momentos, me afastei devagar, observando as bancas, olhando as mulheres e percebi uma que se movia, mandava, entregava, gesticulava. Perguntei se podia falar com ela, ficando do outro lado da amurada azulejada de sua banca de forma a não atrapalhar seus movimentos nem a aproximação de seus clientes. A mesma perguntou-me o que eu queria lhe perguntar. Disse-lhe, ao que dona Madalena passou a narrar.

Tenho 70 anos completados no dia 28 deste mês. Sou Madalena Marafona e trabalho há 45 anos como peixeira. Comecei com 11 anos, em Vila do Conde. Neste mercado estou há 30 anos. Aprendi com a minha avó materna. Foi ela que me ensinou o trabalho na pesca. A minha mãe era peixeira, a minha avó, a família toda é piscatória. Tenho até a terceira classe. Depois já não. Andava na pesca, vendendo o peixe. Não gostava disso no princípio. Os meus pais tinham muitos filhos. Eu tenho seis irmãos. Como sou a filha mais velha, tinha que trabalhar. E foi assim. Hoje estou acostumada. Posso dizer que gosto. Mas na época éramos crianças, dez, onze anos. Nem adolescentes éramos. Éramos crianças. As pessoas de 50, 60, 100 anos atrás éramos muito escravos.

¹⁰⁹ Neste aspecto que diz respeito à clientela, pedi para me explicar melhor: *freguês é uma relação mais de perto; o cliente é aquele que aparece. O freguês vem sempre, vem hoje, vem amanhã. É algo mais seguido. Tem um conhecimento. O cliente aparece.*

Também em Portugal observei e escutei das mulheres como se sentiam em relação às suas trajetórias na pesca. Dona Madalena, em Póvoa de Varzim, ao falar sobre o como foi chamada a trabalhar na pesca, imediatamente me lembrou dona Iliete, em Itapoá, Litoral Norte catarinense, conforme será possível ver no próximo capítulo. Meninas que não queriam esta vida, mas que foram chamadas por seus pais devido à necessidade de suas famílias. Havia no olhar de dona Madalena o que eu diria ser uma espécie de mágoa quando lembrou que, quando era apenas uma menina, *nem adolescente era*, teve que começar a vida como peixeira.

Ao lhe perguntar o que, segundo ela, seria necessário para ser uma peixeira, a mesma me respondeu:

Para ser peixeira tem que ser prática para o trabalho e simpática para atender o freguês porque se não for simpática não agrada e a energia e o sorriso não contagia. A energia e o sorriso que tenho hoje, eu já os tinha há tempos atrás. É o mesmo.

Enquanto lhe escutava, dona Madalena não parava. Atendia clientes e fregueses que, segunda ela, também tem uma diferença: freguês é aquele que vem seguido. Diz para que quer o peixe e eu dou a ementa: se é para fritar leve isso; se é para cozer, leve aquilo. O cliente é aquele que a gente precisa chamar: olhe, é mais barato. Venha, venha! Limpava os peixes; falava com as pessoas. Era agitada e ligeira nos movimentos. Uma freguesa perguntou-lhe o que eu estava fazendo ali, pois me viu anotando ou fotografando e foi a própria dona Madalena quem lhe explicou: *é para uma pesquisa sobre mulheres que trabalham na pesca. Aqui é de nós, as peixeiras*. A freguesa então opinou: *é mais escrava a vida delas*. Ao que a senhora Madalena imediatamente corrigiu, sorrindo, mas enérgica: *escrava não. Trabalhadora!*

Na seqüência ensinou uma receita à sua freguesa: *coloque apenas com cebola e salsa amassadas. Agora é assim: se não quiser botar vinagre, é limão. Se for grelhado na brasa, faça assim. Se for cozer, tire isso fora senão o peixe fica cru*. Falava enquanto limpava o peixe que acabava de ser escolhido.

Quando sua freguesa saiu, lhe perguntei por que tinha respondido de forma tão enfática sobre a vida de peixeira e reagido à palavra *escrava*, usada pela freguesa, ao que me esclareceu:

Não se pode dizer estas coisas. Escravos já fomos há tempos atrás. Hoje somos trabalhadoras. Trabalhamos muito sim, mas é diferente de ser escravo. Hoje mandamos em nossas vidas. E nossa vida é assim: em algumas horas é mais tranqüila, em outras é mais difícil: temos que saber ganhar e saber perder. Em tudo. Mas somos trabalhadoras. Escravas não somos mais.

Dona Madalena, a exemplo de dona Isabel, também nos remete às diferenças quando ao falar sobre suas formas de trabalho, enfatizava: Isso aqui no Norte porque lá para o Sul é diferente. O povo nortenho, nós, do Norte de Portugal, vai ver, somos mais abertos, falantes, principalmente as mulheres. No sul, são mais fechados. Sempre estavam, desta forma, me pontuando sobre as diferenças entre as diferentes formas de viver na pesca, mas também sobre as formas como as mulheres aí se inserem. Algumas trabalhando em terra, outras no mar, todas em quase todos os lugares em que a pesca se faz.

Enquanto eu conversava, perguntava, esperava, observava, fotografava, esperava de novo, circulava pelo mercado, voltava ao lugar inicial, saía, conversava com outras peixeiras, fazia mais perguntas; me afastava ou aproximava; vez ou outra, ou seguidamente, dependendo o momento, escutava as peixeiras que, então eu já sabia, tentavam chamar a atenção de possíveis clientes, que poderiam vir a ser fregueses assíduos: Olha o peixinho pessoal! Peixe limpo! Está barato. Venha ver! Olha o peixinho! Olha o peixinho! Está fresco! Venha ver! Venha comprar!

2.5.3 Em Açores

Aqui nos Açores, são muitas mulheres que trabalham na pesca. Umam trabalham safando aparelhos, outras na venda, umas embarcam com seus homens. Estão em todos os lugares. Em Rabo de Peixe tem a Ursulina Andrade, que é administradora do barco; a Maria do Espírito Santo é gameleira. Em Porto Formoso tem a Maria Zilda Silva, que embarca. Em Água de Pau, tem a Lourdes Batista Lopes, é administradora e prepara o engodo. Em Faial, tem a Maria de Fátima Garcia, que embarca. Em 2000, ela tirou a cédula marítima. Tem a Cláudia Sofia Esteves. Na Terceira, em São Mateus da Calheta, tem a Maria

da Glória Brasil, gameleira e administradora do barco. Na Graciosa, tem a Ilidia Bettencourt, que em 1993 tirou a cédula e vai ao mar desde então. Em São Jorge, tem a Lídia Ferreira e a Armanda Rodrigues. Em todo lugar tem. A Maria¹¹⁰ é sua conterrânea, brasileira (Cecília, São Miguel, Açores).

Alguns nomes¹¹¹ emergiam quando falávamos em pescadoras no mar ou em terra nos Açores, como Maria do Espírito Santo Ferreira, Maria do Espírito Santo Cabral, Lurdes Moniz, Lurdes Lopes Batista, Glória Brasil, Fátima Garcia, Lidia Ferreira, Armanda Rodrigues. Lúcia, Graça e Sara Ficher, Zilda Maria da Silva, Maria de Jesus Ávila e Lúcia de Fátima Bettencourt, por exemplo, participaram do Documentário da RTP Açores, 2006, intitulado “Pescadoras do Mar e da Terra”. Conversei com algumas em reuniões; de outras apenas fiquei sabendo e com desejo de conhecê-las.

Porém, foi com duas pescadoras que mais de perto estive e com as quais convivi durante alguns dias em fevereiro de 2012, onde pude conversar, observar, acompanhá-las enquanto seguiam suas rotinas em terra, pois estavam ambas sem sair ao mar porque o mesmo estava por demais agitado, inclusive com alerta de abalo sísmico mas também por problemas com suas embarcações. Vamos ao que me narraram.

Eu me chamo Ilidia Bettencourt. Fiz no dia primeiro de março 48 anos. Fui criada na terra, depois é que aprendi a pesca. Aprendi a nadar com minha filha porque eu nem sabia nadar. Nunca tinha pescado. Hoje, o que tiver que fazer, eu faço. Eu enjôo. Tem que ter vontade para continuar. E eu gosto! Todos para ir ao mar têm que ter a Cédula Marítima. Para ir sozinha, além desta, temos que ter a de Arrais de Pesca, a de Rádio e a de Maquinista. Eu tenho todas. Eu sou nascida e criada aqui, mas eu já vivi em outras

¹¹⁰ Por questões de segurança advindas de uma tragédia pessoal que enfrentou no Brasil, preservo a identidade desta brasileira, que será chamada Maria, o que será melhor compreendido no capítulo IV, quando abordo questões sobre o mar como *terapia*. Maria já se refere, ainda neste capítulo, sobre o mar como terapia, mas me deterei sobre isso no capítulo IV.

¹¹¹ Os nomes são verídicos com autorização das pescadoras, com exceção de Maria. A exemplo das pescadoras em Santa Catarina, as portuguesas me falavam: pode citar nossos nomes sim. Quanto mais falarmos que existimos, mais vão acreditar que existimos de fato.

ilhas. Foram dois anos na ilha das Flores; quatro anos no Pico; nove anos na Graciosa; mais quatro anos em São Miguel. Agora faz um ano e meio que estou aqui de volta à Graciosa. Estudei até a quarta classe quando era pequena. Depois fiz até a nona classe à noite. A primeira vez que saí daqui foi com quatorze anos. Também pegava sargaço¹¹². Secava e vendia muito. Meu ex-marido era do Pico. Tive casada durante 28 anos. Tenho duas filhas, uma de 27 e outra de 25. A mais velha já tem cédula desde 2002. Eu casei com 18 anos. Um tempo depois, começamos a pescar. Daí, fui observando, aprendendo, vendo no dia-a-dia. Tudo o que se quer aprender, se aprende. Se eu quero costurar, costuro. Eu fazia rede, remendava, consertava; tudo. Eu pesco agora é de linha de mão. Vai de uma dúzia a 25 anzóis. Ou se faz o serão da manhã, que vai mais ou menos das quatro e meia da madrugada até a tarde; depende em qual pesqueiro se vai; ou o serão da tarde que vai das duas da tarde às oito da noite, mais ou menos; também se pode fazer o serão da noite; depende da distância que se vai. O peixe, geralmente, vem garoupa, pargo, goraz. Se eu gosto da pesca? Gosto! Por quê? A gente sai e quando chega lá fora, sentir o peixe, puxar. A gente quer ver o peixe: se é grande, se é bonito, se deu bem. Ver o peixe morrer não faz impressão nenhuma. O ar lá fora! A gente se sente bem! Mesmo cansativo, me faz muito bem. Uma vez uma moréia mordeu a minha mão. Levei 14 pontos. O meu marido, na época, não podia me acompanhar, pois tinha que ficar ali entregando o peixe. Eu peguei o carro e fui. No começo não doía; depois começou a doer, doer. E lá fui; eu não podia parar. E é assim: eu acho que quando a gente precisa vai buscar coragem onde precisa. Hoje eu não estou saindo para o mar porque o tempo tem estado ruim; estou sozinha e tem que pensar e ter muita responsabilidade porque se acontece alguma coisa lá fora e se está sozinha, como vai ser? Tem que ser responsável (Ilidia Bettencourt, Ilha da Graciosa, 2012).

¹¹² Espécie de alga.

Tenho 38 anos, me chamo Maria. Eu fiz o segundo grau incompleto no Brasil que equivale aqui ao 12º ano. Sou casada com Pedro, também pescador. – O Marido, que estava junto, completou: Eu sempre gostei de pescar; com 13 anos comecei na pesca, mas como era filho único nunca tive ninguém para me ajudar. Daí, quando conheci a Maria, ela mostrou que gostava do mar. Eu falei: podemos tentar. E hoje é uma pescadora profissional! Eu sou mestre e ela é a marinheira pescadora – Maria então continuou:

Aprendi com ele. Fui vendo como pegar na isca. Ele preparava o molinete. Hoje eu só quero saber de pescar de mão. O que me incentivou a gostar da pesca é estar ali com a linha na mão, sentir e pegar o peixe; aquilo é uma sensação única. Faz dois anos que tirei a cédula marítima, embora eu já pescasse com ele. As autoridades não queriam autorizar por eu ser brasileira porque a cédula marítima aqui é como um passaporte português, e da própria União Européia. Depois de fazer o curso, passar por todas as etapas, finalmente tive a carteira. Antes eu trabalhava com uma licença dada pela Capitania dos Portos. Por ser estrangeira, a cada três meses tinha que renovar o documento. Eu gosto muito, mas é preciso ficar atento ao mar porque agora ele está calmo, daqui a pouco, ele cresce, ele muda. Nunca é o mesmo.

A gente do mar, somos malucos. Malucos pelo mar - acrescentou seu marido que, a seguir, continuou a falar sobre Maria: para trabalhar no mar não tem que ter força. Não é isso. Tem que ter jeito. É um jeito de fazer; e isso a Maria tem. Ela sabe pescar, e como companheira de pesca, não tem melhor. Faz tudo sempre bem. Se algo não está bem, ela sabe manter a calma, ri. – Maria complementou:

Eu gosto da pesca, da vida no mar. Eu sou a única detentora da licença da apanha e comercialização de ouriços do mar em nível de Açores e Portugal. No momento não estou mais fazendo, mas sou a única: uma brasileira! O mar me acalma. O mar é uma terapia para mim. Ajudou-me quando eu muito precisava. Logo depois de uma fase de tragédia em minha vida, o mar me ajudou a me

manter mais calma. Ele dá tudo e não dá, como se diz, mas é dele que vivemos. Se fossemos fazer só o que mais gostamos, é a vida de pesca. O mar me salvou. Se quiseres, posso falar sobre isso. Queres saber tudo? Estás preparada para ouvir uma história nada fácil?

Neste momento é interessante nos atentarmos que as duas pescadoras se referem ao aprendizado que se deu com seus maridos onde foram observando, aprendendo e se aperfeiçoando nas muitas atividades da pesca, sendo que me chamavam atenção para as dificuldades e os desafios que enfrentavam cotidianamente para continuar na atividade pelo tipo de pesca que praticavam no chamado *mar aberto*, diferente da pesca de rios e lagoas, que são geograficamente mais protegidas. Também compõe a vida destas mulheres se deslocarem. Ilidia, nas muitas ilhas que compõe Açores. Maria, em seu deslocamento além mar.

Estas mulheres se pautam por uma postura de disposição para se deslocarem onde a vida lhes apresentar oportunidades. Não demonstravam se importar com o fato de ter que viajar ou andar de um lugar a outro. Falavam e agiam como se não se apegassem a qualquer lugar que seja. Onde o mar estivesse lhes dando oportunidade, era para lá que seguiriam, o que também constatei junto a algumas catarinenses que não encontrei quando cheguei às localidades onde, em princípio, estariam morando, por terem se deslocado para outros mares. A grande maioria porque acompanhou outro pescador, um novo amor em sua vida.

2.6 SIM, ELAS EXISTEM: PESCADORAS EM PORTUGAL CONTINENTAL E AÇORES

Em relação à presença de mulheres na pesca, as pescadoras em Açores também me chamavam atenção sobre as diferenças que precisam ser consideradas, inclusive em termos fisiológicos o que, segundo elas, exigem alguns cuidados no dia a dia. Maria dizia que a mulher na pesca tem alguns cuidados. Por exemplo, quando tem necessidade fisiológica. Vai para a popa e faz a necessidade enquanto pede para os outros olharem para a proa. Para os homens esta questão é mais tranqüila até por uma questão do próprio corpo. Ilidia também afirmava que este é *um exemplo prático, mas que mostra a diferença quando se fala em ir à*

*casa de banho*¹¹³ em uma embarcação pequena. Se estiver com seu marido, não tem problema. Mas se for com uma tripulação maior, já é mais difícil. Ambas levantavam questões que dizem respeito ao corpo¹¹⁴ das mulheres na pesca e às diferenças entre homens e mulheres no que se refere à exposição corporal na satisfação de necessidades fisiológicas, por exemplo, quando em alto mar.

Quanto à igualdade entre homens e mulheres, Ilidia foi categórica em afirmar que *não há igualdade, há diferença em termos de trabalho; é sempre diferente*. Ao pedir que falasse um pouco mais sobre esta afirmação, a mesma me disse que tal questão diz respeito ao fato de a mulher trabalhar em uma profissão que tem mais homens e que, tradicionalmente, é vista como um espaço estritamente masculino. Nas palavras de Ilidia, longe de ter igualdade entre homens e mulheres no mar e na pesca, sempre há diferença e esta diferença sempre é maior em relação à mulher. Exatamente porque atua em uma profissão vista como masculina onde interage com colegas de trabalho homens, a mulher teria problemas não só em relação ao seu próprio corpo quando no mar, mas nas suas relações conjugais em terra no que diz respeito a ciúmes e desconfiança de seus parceiros. Ilidia chamava atenção sobre o fato de que das pescadoras é exigido sempre mais exatamente por trabalharem em espaços que têm poucas mulheres. Em suas palavras:

Por exemplo, o trabalho no mar entre homens. Se for com três ou quatro homens, pode não dar problemas, mas se for só com um, é bem provável que vá dar problema com a mulher dele porque é visto como diferente trabalhar só homens, ou uma mulher no meio de homens. Se for a mulher a pescadora e o marido não vai ao mar? Se ela quiser ir com outros ao mar, vai ter problema também. É preciso muita força de vontade das mulheres para continuar a ser pescadora.

Tanto em Portugal Continental ou Açores, quanto em Santa Catarina, a afirmação de Ilidia poderia ser contextualizada: é preciso muita força de vontade das mulheres para continuar a ser pescadora. Primeiro mundo? Contexto europeu? Em termos de situação das mulheres, há muita similaridade. Mesmo não me propondo a fazer um

¹¹³ Casa de banho é sinônimo de banheiro, que não existe nos barcos pequenos. Ir à casa de banho quer dizer fazer as necessidades fisiológicas em uma latinha ou recipiente de plástico.

¹¹⁴ Esta questão do corpo será abordada no capítulo VI, Aprendizado e Corpos.

trabalho comparativo, as possibilidades de colocar em comparação algumas situações observadas em campo emergiam constantemente: a semelhança da situação e do lugar das mulheres nas pescas no sentido das muitas horas dedicadas ao trabalho; o corpo das mulheres no exercício da profissão; o desconhecimento sobre suas presenças no mar por parte de instituições e pela sociedade de forma ampla, para citar alguns exemplos.

Remetendo-me ao inicialmente dito neste capítulo sobre minhas motivações iniciais quando para Portugal me desloquei, algumas perguntas foram respondidas, outras precisariam de mais tempo para o ser. Sim, os deslocamentos em busca de outros mares de pesca se efetivaram. Sim, elas estão nos contextos de pesca; umas aprenderam com os pais, outras com seus maridos quando casaram. Todas têm suas vidas pautadas pelo aprendizado que a pesca lhes deu. Não se abalam facilmente e tomam a frente nos negócios: falam, brigam, discutem, pechincham, vendem, compram. Qualificam-se e são qualificadas como trabalhadoras e trabalhadeiras *tanto quanto um homem*, mesmo quando trabalham mais do que eles. É difícil qualificá-las na íntegra porque quando dizem que trabalham tanto quanto e como um homem, o fazem se referindo à força e habilidade para remar ou guiar um barco, embarcar, lidar com o mar.

Porém, é na força que elas dizem e têm para suportar fazer o trabalho *como um homem* aliado à capacidade de superar e conviver com a perda de seu homem, que elas duram no tempo, conforme postula Bachelard (1994) quando fala de uma dialética da duração que pressupõe que uma temporalidade, para durar, precisa fervilhar de lacunas, repouso de um lado e agitação de outro. É aí, nesta dialética que oscila entre a dor e a força, que as mulheres se constroem como figuras centrais para que o mundo da pesca se reproduza.

E embora me esteja claro que se trata de um tempo muito curto para dizer que eu conheça com propriedade este mundo, foi um tempo vivido de forma intensa e me permite responder a pergunta que me foi inicialmente feita: sim, existem mulheres pescadoras em Portugal Continental e em Açores. Melhor dizendo, sem as mulheres não existem as pescas em Portugal, nem em Açores, nem as que compõem Santa Catarina.

2.7 NOTAS SOBRE O ÓDIO ALÉM MAR: ESSAS MULHERZINHAS, AS BRASILEIRAS

Por ser brasileira, me deparava continuamente com situações constrangedoras¹¹⁵ no meu dia a dia. Aliado a este aspecto de meu cotidiano, também pude observar junto às comunidades pesqueiras, duas situações, ambas ligadas ao ódio que algumas portuguesas nutrem pelas brasileiras. Uma questão dizia respeito ao fato de que ex-maridos de algumas mulheres portuguesas, entre as quais uma das pescadoras com as quais convivi, estavam se relacionando com brasileiras como namoradas, esposas, ou em outros tipos de relações, conforme vim a saber.

Neste aspecto, ao telefonar para a referida pescadora em Açores para saber se poderia me receber, ao atender-me sua voz foi extremamente ríspida enquanto me perguntou: quem está falando? Ao responder-lhe quem eu era, a mesma me disse: *ah, sim, é Rose, a brasileira? Já ouvi falar de si. Posso lhe receber sim. Venha e fique em minha casa.* Da rispidez inicial ao convite para ficar em sua casa, não entendi inicialmente o que se passava; o que só fui esclarecer quando cheguei à ilha onde ela morava quando sua filha foi me receber no aeroporto. Antes de me cumprimentar, a jovem me falou: *desculpe pela mãe. Ela está com muita vergonha de ter lhe atendido tão mal. É que meu pai está saindo com uma brasileira. Uma daquelas mulheres que vem pelas ilhas.* Sem entender ainda, lhe perguntei sobre quem seriam as *mulheres que vem pelas ilhas*, ao que me esclareceu: *as prostitutas*¹¹⁶.

¹¹⁵ Que dizem respeito a uma visão sobre as mulheres brasileiras serem potenciais prostitutas. Desde piadas, insinuações ou comentários de homens com cunho ligado ao sexo, como a de um senhor que após pedir uma informação e eu, como uma *meiga brasileira*, lhe informar, perguntou-me se eu não queria ir até um lugar mais distante, conhecido como um espaço de lazer, bares, caminhada, *me confraternizar com ele*; ou a minha possível pré-disposição para tal na visão de mulheres idosas representantes da Igreja Testemunhas de Jeová que, frente ao meu sotaque de brasileira, me disseram entregando uma que selecionaram entre suas revistas: Como vimos em sua voz que a menina é brasileira, temos isto a lhe dar, ao que li na capa da referida revista: O que a Bíblia tem a dizer sobre a moral sexual.

¹¹⁶ Depois uma advogada que conheci por intermédio de uma amiga me informou que se tratava de mulheres que compõe uma rede de prostituição que faz um circuito pelas ilhas atendendo os clientes que são previamente avisados dos dias em que elas estarão em cada ilha - o que, a meu ver também mereceria uma pesquisa, pois trata-se de uma rede considerada por ela como *extremamente organizada* com agendamento prévio para o atendimento à clientela que as aguarda nas diferentes ilhas que compõe o percurso. A pescadora que me recebeu, após se desculpar pela impressão inicial e me expor longamente seus motivos, dias depois, ao me levar de carro para conhecer a ilha, em dado local, me apontou uma casa onde funcionava um bar, dizendo: *é aqui que ele se encontra com ela.*

Outra situação não menos instigante diz respeito ao forte processo de emigração para o Brasil, em especial a partir da localidade de Póvoa de Varzim, em que alguns homens nunca mais retornaram a Portugal. Ou, se o fizeram, enquanto estavam no Brasil, mantiveram relação com brasileiras, sendo que alguns inclusive deixaram filhos em solo brasileiro. As então senhoras de mais idade, não conseguiam disfarçar sentimentos de mágoa, ódio, raiva em relação às brasileiras, às quais algumas se referiam como *essas mulherzinhas. Ele esteve pelo Brasil sim. Ficou lá anos. Andou com essas mulherzinhas: as brasileiras*. Ao perguntar-lhes se já haviam pensado que, se elas sofreram, muitas mulheres no Brasil também passaram pelo mesmo processo quando foram abandonadas por estes homens, as mesmas se mantinham firmes e comentavam: *as mulheres sempre sofrem. Algumas sofrem mais*.

Como me receberam como pesquisadora, e após estar já algum tempo com as mesmas, ouvindo-as sobre seus trabalhos e vidas, parecia-me que elas esqueciam que eu sou brasileira, pois as mulheres se mostravam muito à vontade e eram extremamente sinceras ao me falar sobre seus ressentimentos. Em uma das ocasiões, ao perguntar a uma delas: *vocês têm muita mágoa e ódio das brasileiras não? Sim!* Foi sua resposta direta, espontânea e imediata. Porém, logo a seguir, como eu a fitava com meu propósito de uma escuta atenta, me olhando e, talvez se dando conta que estava diante de uma brasileira, rapidamente complementou: *mas não com todas!*

O exemplo de Póvoa de Varzim é extremamente interessante tendo em vista a relação que ainda perdura entre aqueles que vieram para o Brasil e não mais voltaram, mas que mantém os laços afetivos com Póvoa. Os mesmos fundaram em alguns locais do Brasil as chamadas *associações de poveiros*. Por outro lado, um busto em homenagem a Eça de Queiros, ilustre filho de Póvoa, em uma das praças locais, traz registrado na parte traseira: *Homenagem dos poveiros do Brasil*.

Tais situações, embates, aproximações, afastamentos, ressentimentos me levam a ponderar que existe muito mais do que mar a separar Brasil e Portugal. Há muito mar, muito sal, mas também muitas lágrimas. Muitas histórias que mereceriam ser melhor investigadas futuramente.

CAPÍTULO III - AS PESCADORAS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS

O narrador – eis um indivíduo capaz de permitir que o pavio de sua vida se consuma inteiramente na suave chama de sua narrativa (BENJAMIN, 1975, p.81).

Eu acho também que estás mostrando outra forma de olhar porque, lembrando aquilo que já falamos muitas vezes: o olho que olha. E o teu olho olha de outra forma. É uma forma que busca mostrar nós mais de dentro, mostrar aquilo que os outros olhos não veem. Tu chegasse Rose, com essa pesquisa, algo grandioso, com as mulheres pescadoras de Santa Catarina: quantas histórias? Quanto sofrimento? Quanta luta? Mas também quanta coragem? Chegasse para ouvir a minha história; para me fazer falar e ao mesmo tempo me ouvir. E depois viesse para ler a história que eu contei, e eu ouvir. E eu, te contando, ouvindo o que eu contei, eu me emociono [lágrimas] porque não parece ser a minha história. Parece que não sou e não fui eu. Mas é. Essa é a minha história (Neneca, 38 anos, Barra do Sul).

Os capítulos anteriores tiveram como propósito situar o leitor sobre a produção antropológica no Brasil e em Portugal a respeito da pesca, e em específico da mulher pescadora. Diante do conteúdo dos dois capítulos que fazem alusão à dificuldade em encontrar o que poderíamos chamar de uma antropologia das mulheres na pesca, ou das mulheres pescadoras, optei por começar a parte mais etnográfica da tese por elas, trazendo o como e o que as próprias pescadoras me falaram de si mesmas.

Embora alguns autores questionem o conceito de autobiografia porque o mesmo traria em si a pressuposição de que, ao usá-lo, se estaria falando efetivamente o que foi vivido, optei por empregá-lo não porque o aqui narrado seja *a* verdade, ou que foi efetivamente *o* vivido, mas porque, a partir do que foi vivido, elas selecionaram trechos de suas vidas para apresentar como narrativas que lhes dão sentido à própria vida.

Bakhtin (2010[1992]) considera que não existe um limite acentuado e de princípio entre a autobiografia e a biografia, sendo que

entende “por biografia ou autobiografia (descrição de uma vida) a forma transgrediente imediata em que posso objetivar artisticamente a mim mesmo e minha vida” (BAKHTIN, 2010[1992], p. 139).

Estou considerando narrativa autobiográfica¹¹⁷ aquela em que a pessoa que narra, ao falar de si própria, expõe lembranças, ponderações, motivos, questionamentos, dúvidas que compõem um testemunho de sua trajetória, algo que vai em direção a um “desvendamento ou revelação da pessoa, dando um sentido à sua experiência” (MALUF, 1999, p.76). Ao narrar sobre si, o narrador revela-se, portanto, ao outro. Permite ao ouvinte saber um pouco de si e à medida que narra, sua narrativa mostra-se como reveladora da “marca do narrador” (BENJAMIN, 1975). Em relação às pescadoras que compuseram esta pesquisa, elas teceram suas narrativas tendo como fio condutor suas próprias vidas, o que Benjamin (1975) denominou como uma inclinação dos narradores que “apresentam todo o relato como produto de experiências próprias” (BENJAMIN, 1975, p.69).

Ao responder-me a uma pergunta inicial ou a uma proposição genérica como: eu gostaria que me contasse sobre sua vida de pescadora, imediatamente as mulheres acionavam uma memória que dizia respeito a fragmentos que compunham o percurso que me foi contado sempre na primeira pessoa: *eu sou; meu nome é; eu comecei*. Ao me narrar sobre si próprias, as falas, os silêncios, as pausas, as introspecções, quase sempre em meio a risos, por vezes, em meio à afluência das lágrimas, diziam respeito a uma organização mental, afetiva, emocional, corporal, da existência destas mulheres.

As reminiscências de suas vidas me eram narradas em dois tempos: um, como lembrança do vivenciado; outro, como imagens do cotidiano ainda vivido de forma intensa em que tempo passado e tempo presente oscilavam nas idas e vindas com que construíam suas narrativas na junção do agora e da memória. Durand (2002) afirma que “a memória é poder de organização de um todo a partir de um fragmento vivido [...] a memória – como imagem – é essa magia vicariante pela qual um fragmento existencial pode resumir e simbolizar a totalidade do tempo reencontrado” (DURAND, 2002). Um tempo que diz respeito ao vivenciado desde muito cedo nos contextos da vida na pesca em que moldaram a si próprias e a própria pesca compondo uma existência pautada por trabalho e aprendizados iniciados quando a vida recém

¹¹⁷ Sobre narrativas e narrativas de vida ou autobiográficas, ver, entre outros, Benjamin (1975); Viezzer (1984[1978]); Geertz (1989); Bakhtin (2010[1992]); Maluf (1993; 1999; 2005); Langdon (1997; 1999); Kofes (1997); Goldenberg (1999); Calávia Saez (2006).

começava, aos sete, oito, nove anos de idade. *Quando ainda era tenra*, segundo uma das pescadoras.

Ao instigarem suas memórias para me falar sobre suas trajetórias de vida na pesca, estas mulheres acionavam lembranças, muitas vezes, dolorosas, angustiantes; algumas rememorando o sentimento de revolta quando tiveram que iniciar-se tão cedo na vida da pesca pela imposição dos pais frente à necessidade de sustento da família. Lembranças estas intransferíveis. “Diremos que não pertencem aos outros, mas a nós porque somente nós podemos reconhecê-las [...] as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são as que dizem respeito somente a nós” (HALBWACHS, 2006). Algumas pescadoras falavam deste começo em que não tinham vontade própria e foram *obrigadas* a começar a pescar: *Eu tinha raiva. Não gostava, queria brincar, ficar em casa. Não sei. Não queria pescar, mas fui obrigada porque eu era a filha mais velha e não tinha irmão para ir junto com o pai. Foi assim que comecei na pesca. Hoje é a minha paixão* (Iliete, 42 anos, Itapoá).

Segundo Durand “a memória permite um desdobramento dos instantes e um desdobramento do presente [...] é poder de organização de um todo a partir de um fragmento vivido” (DURAND, 2002). Ao narrar uma trajetória pela qual pautou sua vida desde menina na pesca algumas lembranças diziam respeito à *raiva* aliada a entrelaçamentos com o presente, onde a pesca se converteu em paixão, narrativas estas que se juntavam a de outras pescadoras sobre a *curiosidade* inicial e ao *gosto desde o começo* na profissão, a partir de onde *nunca mais pararam*. Estas me narravam que preferiam, desde cedo, a vida na rua, nos ranchos de pesca, nos barcos, ao invés do trabalho *presa* em casa ou indo à escola: *Eu gostava de ser solta; viver na pesca, sair no barco, estar no mar. Não gostava dessa coisa de ficar presa em casa ou ter que ir à escola. Eu fugia porque queria pescar. Eu amo a pesca. Desde o começo foi assim* (Néia, 32 anos, Barra do Sul).

Mulheres entre os 22 e os 70 anos, todas me narraram que *gostam, amam*, não conseguem viver sem a pesca e sem a vida de liberdade, que tanto prezam, conforme é possível constatar nos trechos que pincei de suas narrativas:

A pesca, o mar, é uma coisa que não tem explicação. A gente é livre. Eu não consigo mais viver sem ser nesta vida. Eu tenho três amores: o meu marido, os meus filhos e pescar. Não me peça para dizer qual eu amo mais (Alzira, 47 anos).

Eu amo pescar. Eu amo o mar. Amo a liberdade. Não adianta me mandar parar. Só vou parar quando morrer. Eu me acostumei assim desde cedo quando usava as roupas do meu pai amarrada com uma corda na cintura (Naca, 62 anos).

O mar é minha paixão. Um amor, minha vida. No começo, eu odiava. Era algo obrigado. Com o tempo aprendi a amar e hoje não sei viver sem estar no mar. É uma vida de liberdade (Iliete, 42 anos).

Aprender a pescar exige amor porque não é uma vida fácil, mas é uma vida que a gente se apaixona; de liberdade (Mãezinha, 50 anos).

Quando eu não vou para o mar, sinto falta. O mar vicia. É uma paixão. A gente se sente solta, livre (Josiane, 26 anos).

As conversas sucessivas compuseram momentos nos quais me propus ao que eu denominei de uma escuta disponível. Algo que remete ao que Bourdieu (2003 [1993]), definiu como “uma escuta ativa e metódica [...]. Efetivamente, ela associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular [...]” (BOURDIEU, 2003 [1993], p. 695). Ou seja, uma escuta focada totalmente na atenção à narrativa do outro buscando, “além de olhar, ver; além de ouvir, escutar; além dos fatos, sentido” (MALUF, 1999, p.70), o que me permitiu coletar narrativas densas em que, a cada repetição do ato de narrar, um aspecto, às vezes novo, emergia da memória destas pescadoras. Outras vezes, a repetição do que parecia o mesmo, o já dito, se mostrava em um auto-estranhamento por parte da pescadora sobre a própria trajetória de vida remetendo a momentos que denominavam de *miséria*, *dificuldade* ou *superação*, mas também de *coragem e determinação*.

Propus e fizemos ao final do trabalho de campo a leitura do que cada uma havia me narrado, conforme já explicitado na introdução sobre narrar a trajetória; ouvir a narrativa, em que o exercício de ouvir a própria narrativa, fazia-lhes reverberar em emoção e inesperada constatação: *ouvindo assim, não parece que é, mas esta é a minha história!* Diante do meu ato de ler as suas próprias narrativas, a postura corporal das pescadoras era de total atenção. Sentada, olhos voltados

para baixo ou para o nada, em uma introspecção de quem não queria ver, sentir, ouvir outra coisa que não o que estava sendo verbalizado sobre o que ela própria tinha me narrado no decorrer do tempo. A emoção ao ouvir sua própria narrativa selava o ato de narrar da pescadora/narradora posto que não é preciso só querer; é preciso saber narrar uma vida. E para saber narrar uma vida é preciso tê-la vivido. Aí reside a proposta que denominei como narrativa autobiográfica de pescadoras.

As narrativas não têm nem me foram apresentadas em um sentido linear. Ao narrar, as narradoras, iam e vinham em suas trajetórias, oscilando entre o vivido enquanto meninas e o que vivenciavam como pescadoras. Apresentá-las na íntegra tornaria esta tese por demais volumosa. Coube-me fazer uma compilação visando propiciar ao leitor o acesso ao que elas escolheram narrar a partir da proposta de uma *apresentação inicial de si mesmas*, com um cuidado atento para não transformar “ambigüidades e diversidades de significado da situação da pesquisa em um retrato integrado” (CLIFFORD, 2008, p. 40), até porque no decorrer da tese outros trechos de suas narrativas e de outras pescadoras emergirão¹¹⁸.

No entanto, trechos do que me foi narrado não serão publicizados considerando aspectos que dizem respeito a episódios de constrangimento e sofrimento que, se aqui fossem expostos, poderiam ter sérias implicações éticas no sentido do preconizado pelo código da ABA (1986), quando diz que “constitui direito das populações que são objeto de pesquisa o direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa e o direito de preservação de sua intimidade, de acordo com padrões culturais”. As pescadoras compartilharam comigo estes episódios a partir da relação de confiança que foi sendo construída no decorrer do trabalho de campo; o que, no entanto, não me dá o aval de tornar públicas questões extremamente privadas. Pelo contrário, por ser uma antropóloga-interlocutora que se propôs a uma escuta atenta, tenho

¹¹⁸ Nos demais capítulos, nos depoimentos alusivos a críticas, sugestões, ponderações, aparecerão como “uma pescadora”, visando preservar-lhes a identidade, como já esclarecido em Observações Preliminares. Em relação à redação de suas falas, em alguns trechos, excluí vícios de linguagem que tornavam a leitura extremamente cansativa, como os sucessivos né, então, daí. Fiz esta opção tendo em vista uma experiência vivenciada por ocasião de minha especialização em Gerontologia em 1992 quando apresentei o trabalho final reproduzindo as falas como me foram ditas, ao que fui questionada por meus interlocutores sobre o porquê minha fala se apresentava corretamente e as deles com erros gramaticais e vícios de linguagem. Tal episódio me fez refletir sobre a questão de nossa autoridade/humildade/honestidade no processo de escrita e de apresentação do *outro*. Este exercício também foi realizado por Maluf (1993) no seu trabalho sobre narrativas de bruxas na Ilha de Sana Catarina.

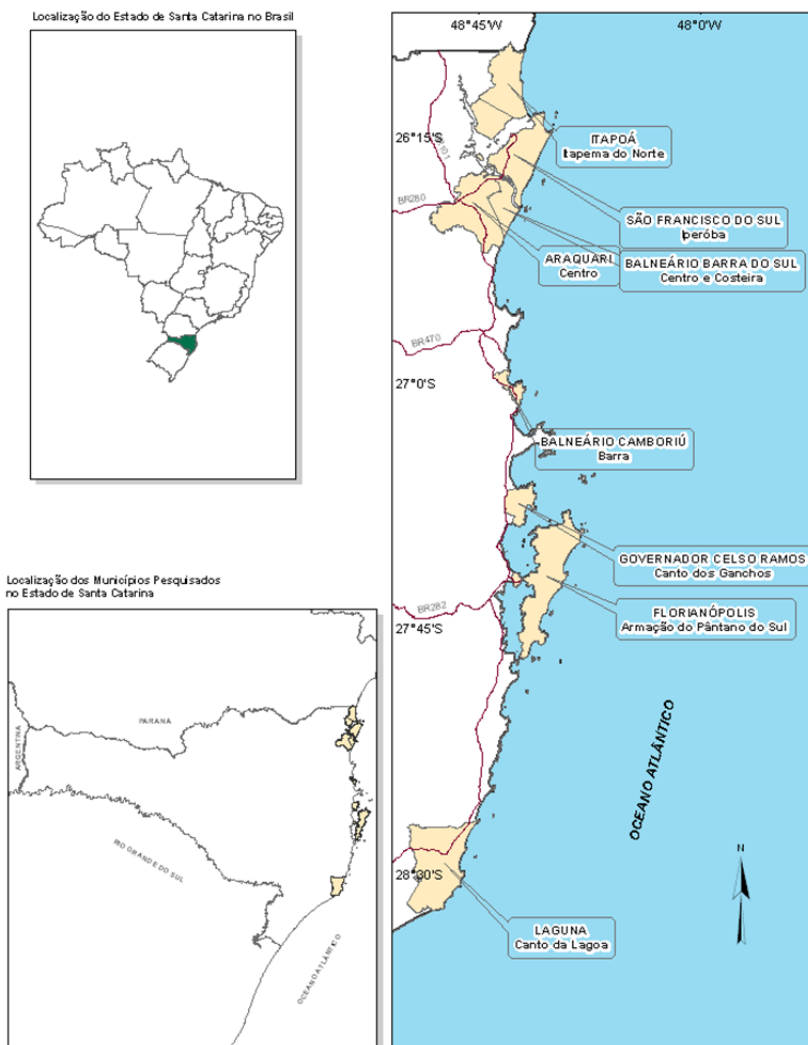
este comprometimento com a antropologia e tenho com elas o compromisso de não narrar tudo o que me foi narrado a partir da confiança que com elas construí.

Inquietei-me inicialmente sobre como fazer as edições necessárias sem comprometer o que elas escolheram narrar, sem expor alguns episódios dramáticos por um lado, e sem intervir de forma irresponsável em suas narrativas, por outro. Neste sentido, compactuo com o que afirmou Bourdieu (2003),

Como de fato não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tornar *públicas* conversas *privadas*, confidências recolhidas numa relação de confiança [...]. Sem dúvida, todos os nossos interlocutores aceitaram confiar-nos o uso que seria feito de seus depoimentos. Mas jamais houve um contrato tão carregado de exigências tácitas como um contrato de confiança (BOURDIEU, 2003 [1993], p. 9).

O capítulo está dividido em três sub-capítulos: inicialmente, **Elas por elas**, as pescadoras se apresentam a partir do que escolheram narrar. Três das pescadoras ficaram fora deste sub-capítulo e estão nos dois seguintes considerando que com elas o *mergulho* foi mais denso. Com elas convivi de forma mais próxima o que propus ser uma observação-participação/experiência densa. Vamos às pescadoras:

Figura 1 - localização dos municípios pesquisados¹¹⁹



¹¹⁹ Visitei também Garuva, Navegantes, Biguaçu, São José e Palhoça, onde conversei com pescadoras que trabalhavam em terra, secretárias e presidentes das colônias de pescadores e técnicos da Epagri.

3.1 ELAS, POR ELAS¹²⁰.

3.1.1 Josi

Figura 2 - Josilene (Josi), 27 anos, Armação do Pântano do Sul, Florianópolis.



Meu nome completo é Josilene. É Josiane, Josilene, Josimara. Então é Josilene Maria, Maria da mãe, e da Silva, do meu pai. A minha mãe também era Silva. Meu pai é Manoel Joaquim da Silva e minha mãe Maria de Lourdes. De irmãos que pescam tem o Márcio, Marquinho, Luis, Adriano, Luciano, Cristiano, Fernando. Somos onze irmãos, dois faleceram. Eu sou a décima a ter nascido. Estou com 27 anos. Comecei na pesca com 18 anos; faz oito anos. Quando comecei, eu não sabia. Na real, no começo o pessoal ficava meio cabreiro. Até os meus irmãos. Tinha feito umas três semanas que eu tinha me formado e antes de me formar eu trabalhava de ajudante de pedreiro com o meu tio, lá no morro, na casa do meu irmão. Aí trabalhava. Chegava onze horas, saía, deixava ele levantando tijolinho maciço. Ia fazer o almoço.

¹²⁰ As narrativas foram coletadas no decorrer de 2011, sendo que mantenho a idade das pescadoras naquela data.

Chegava uma e meia, ia de novo até às cinco. Às vezes atrasava um pouquinho porque tinha que lavar o material. Só dava tempo de tomar banho e ir para o colégio, que começava às seis e quinze. Eu ia comer alguma coisa só no recreio. Correria! Aí, a família toda pescava, mas eu não me interessava. Não era assim de, ó, pesca, tal. Aí chegou a minha cunhada e disse: O Nego, não queres que a Josi trabalhe contigo? Porque eu estava assim: com que vou trabalhar? Não sei o que vou fazer da vida. 18 anos! A minha mãe tinha falecido, fazia uns cinco, mas eu estava meio desnorreada, meio perdida ainda. Aí, o Márcio assim: se ela quiser ir pra ver como é que é. Aí, fui. Comecei a ir, a ir, e hoje estou aí. Não tem nada que eu não faça no cerco e eu não sabia nem o que era cerco. Eu nem imaginava como é que era. Daí fui indo, indo, o meu irmão foi me ensinando na base do esporro. Oh, coisa medonha! Hoje eu sou o braço direito dele. Trabalhei com o Gue, com o Márcio, com o pai, com o Cesar. Estou trabalhando com ele agora porque ele está agüentando no inverno senão eu teria que arrumar uma vaga para trabalhar com outra pessoa entendesse? Agora é o cerco. A espada dá o ano todo. Às vezes dá mais no verão, às vezes no inverno. É na rede de espera. O peixe que passar ali, fica: espada, tainha, um peixe diferente. Em novembro foi peixe galo. Passou. De dezembro a abril eu trabalho na temporada em passeio de barco. Janeiro e fevereiro são os meses melhores. Janeiro é mais bombado. Tem vinte embarcações. É pela listagem. Todo mundo já sabe a sua vez. O dinheiro é pago no final do dia. Normalmente, no verão, fecha todo dia. Quando tem movimento, é só encostando embarcação e saindo. De abril em diante, é na rede de espera. O cerco e a rede de espera é a mesma coisa. Ela pega todo tipo de peixe: cação, abrótea, entrou dentro daquele saco onde a batera fechou a boca, que tu visses, fica. Mas é mais espada. E a divisão de quem pesca é por parte. Metade do dinheiro fica para o cerco, que é o dono da rede, da manutenção, tudo. A outra metade é para dividir pelos tripulantes, inclusive ele que é tripulante também. Tem meses que dá melhor, outros menos. Eu ganho uma parte e meia¹²¹ por trabalhar no bote porque quando eu comecei a trabalhar com o meu irmão eu falei: por uma parte e meia eu trabalho. Menos do que isso, eu não trabalho porque eu tenho mais responsabilidade do que os outros. O Márcio

¹²¹ Na embarcação que Josi trabalhava, o pagamento era dividido por partes, sendo que cada tripulante ganhava uma parte. Como Josi realizava uma atividade considerada de maior responsabilidade, que consiste em guiar o bote, ela recebia uma parte e meia. No final do mês se somava o que deu e se dividia: metade para a embarcação visando pagar custeios, combustível, consertos; e metade entre os tripulantes. Quem realiza atividades diferenciadas, como Josi, recebe mais do que os que atuam apenas como tripulante.

ganha uma parte e meia. Não é a questão de ser o dono, ele é o responsável, ele cuida. Aí é dividido. No final, tira a metade e divide a outra. Muda de mês para mês. Depende a época. E também faço filé. O meu marido é professor, também faz, mas é mais demorado. Eu, em duas passadas, tiro o filé inteiro. Já estou mais acostumada. A pesca é uma área que tem desafio e para mim; quanto mais desafio melhor. Quanto mais diz que não dá, mais eu vou lá e faço. Tudo tem que ser uma coisa bem mais planejada. Além de trabalhar, tens que saber administrar o dinheiro porque não vem todo mês certinho, tem que fazer economia. Tem que saber o que entra, o que não entra. Tem que saber que este mês deu fraco na pesca, mas eu fiz um filé, já entra mais um dinheiro. Entendesse? É um jogo de cintura. Tem que ter muita força de vontade também: não tem domingo, feriado, Natal. É direto.

3.1.2 Rosinha

Figura 3 - Rosa (Rosinha), 64 anos, Barra, Balneário Camboriu.



Eu sou a Rosinha, que é assim que me chamam. Sou casada com Aparício Ramos da Silva, que está hoje com 64 anos. A gente chama ele de Parício. A gente se acostumou nesse ritmo. Eu acho que se for para botar alguém da cidade para fazer o que eu faço, não faz porque eu estou acostumada neste ritmo desde os oito anos de idade. Nós estudávamos de manhã e a tarde nós descascava camarão. Eu estudei até a terceira série. O meu marido também. Passamos para a quarta, mas os pais não deixaram continuar porque nós tínhamos que cuidar dos nossos irmãos porque eles trabalhavam na pesca e na roça. Das filhas, eu sou a mais velha. Comprei o meu enxoval, tudo com o dinheiro do camarão. Eu casei com 18 anos. Aí, com 19 eu tive o primeiro filho que hoje é mestre de barco em Santos. Depois, quando o menino estava com um ano, um mês e dezoito dias, ganhei a menina. Quando a menina fez três anos e seis meses, eu ganhei o Oziel, que é esse que está pescando com o pai. Quando esse estava com dois anos e dois meses, eu ganhei o outro, o Oscar, esse trabalha sozinho numa embarcação. O meu marido trabalhava no camarão. Depois começou na rede de malha. Daí, ele

botou rede junto com o meu cunhado. Depois, o meu cunhado não veio um dia. Ele ficou apavorado e eu falei: então vamos que eu vou contigo. Ele disse: mas tu vás enjoar. Eu disse: não, eu não vou enjoar. Aí, fomos lá colhemos a rede, arriamos. Voltamos. Cheguei. Fui arrumar todo o peixe. Limpamos, congelamos o peixinho. Eu não sei direito que idade tinha. Eu acho que ia fazer 40 anos quando comecei com ele. Eu pesquei 22 anos com ele. Dos 40 aos 62. Até agora. O meu cunhado não apareceu mais, e eu fiquei pescando direto com ele. Mas a vida do mar, quando o mar está manso é tudo muito bom. Quando vira o tempo! Agora, com o meu rapaz, nós saíamos duas horas. Meu marido estava no hospital. Enquanto ele estava no hospital eu ia com o meu filho pra fora. Daí nós saía de casa, eram duas da manhã. Aí, sete horas, oito horas, nós já estávamos em casa. Colhia tudo no escuro, com luz porque ele botou luz. No camarão é na hora que as pessoas querem ir. Hoje eu me levantei era três horas. Levantei, cozinhei o arroz, fiz o café, fritei carne pra eles levar, arrumei o baldinho da comida, tudo. Daí eram quatro horas, eu fui ali chamei ele: nego, não vais pra fora já. E quando eu vou junto é a mesma coisa, eu que levanto primeiro para deixar tudo pronto. Hoje, os dois estão lá fora pegando peixe. Eu estou em casa: estou limpando, empanando, embalando, pesando. Se nós chegar oito horas, já chego aqui, tomamos mais um cafezinho, eu vou limpar o peixe, de tarde eu já vou congelar, tudo individual. E se é para empanar, no outro dia eu não limpo. Eu vou empanar aqueles que eu limpei um dia antes. Depois eu vou congelar individual. Quando ele está em casa, ele me ajuda. Agora ele quase não me ajuda assim porque nós temos uma máquina de limpar, de consertar. Aquela lá. O pai era pescador. Nós descascávamos o camarão, ficava até tarde a noite descascando camarão porque naquela época não tinha gelo, era tudo cozido. Aí, nós descascávamos camarão na salga. A mãe era mais de roça. Ela gostava muito era de roçar, capinar, colher. Era mais com o meu pai. Para embarcar, foi com o meu marido. Eu disse, vou, e fui, e pronto. Não enjoiei nada. Sábado e domingo eles também vão para o mar. Não tem sábado ou domingo. É a semana inteira. Desde que tenha produção, eles não param. Eles não parando, eu também não paro. Hoje de manhã estou parada; à tarde eu tenho que pegar o carrinho (de mão) que está lá no porto, vou lá pegar gelo, trago, boto aqui, levo o carrinho para o porto. E assim vai, a luta de cada dia. Isso porque eu dormi e perdi a hora. Dormi até as oito e eu não gosto de acordar tarde porque me atrasa. [então a senhora dorme quantas horas por noite? Vai dormir que horas à noite]. Ah, depende. Se eu sair da salga ali umas seis horas, sete horas por aí. Aí já faço a janta, já estou lavando a louça, quando termino, tomo um

banho. Jantamos. Aí, já limpo a louça de volta. Vou me deitar, é umas dez e meia, onze horas. Durmo umas quatro, cinco horas. Me sinto bem. Eu não tenho canseira nega. Graças a Deus que eu não tenho canseira. Eu gosto dessa vida da pesca.

3.1.3 Fátima

Figura 4 - Fátima (Fa), 49 anos, Barra do Sul.



Sou natural de Joinville. Meu nome completo é Fátima Regina Soares Persike, mas me chamam de Fa. Tenho 49 anos e sou casada com Simião Persike. Conheci Simião trabalhando de garçom. Eu trabalhava na Cipla. Casei com 23 anos, ele tinha 25. O futuro dele já era pra cá mesmo. Mais ou menos em 1994 vim para Barra do Sul. Montamos um mercado. Quando fechou o mercado, abrimos um bar. Também gosto de

trabalhar na igreja. Sou ministra da eucaristia. Comecei a pescar com o meu marido que me ensinou. Aprendi com ele. Pesquei siri, aprendi a remar. No começo, fazia errado porque para remar tem um jeito, com o remo para a frente e para trás. Eu pesco há 15 anos, mas tive problema com a documentação. Descascava siri, sozinha, pescava, levava. É um dinheirinho que entra pra gente. O dinheiro é um monte só. Daí a gente decide para que quer. Decide junto: é para construir a casa? Então é para a casa. O barco pequeno está no nome dele. O grande vai para o meu nome. Mas sempre é eu que corro. Sempre a mulher né. É eu que tenho que olhar. Pescamos mais com rede de cerco. Nossa rede é em torno de 12, 13 metros, malha 6, 7 e 8 grudada num pano. A gente paga para remendar. Pegamos peixe, o parati. O nosso horário, ou vamos às 10 e voltamos duas, três horas. Ou vamos à uma e meia e voltamos às cinco horas. Às vezes vamos à noite, mas preferimos ir de dia. Depende quando está dando o peixe e também depende do peixe. A pesca do parati é assim: ele espana. Então tu vai bem quietinha. Daí, o companheiro de trás é quem vê porque eles vão atrás. Nós na frente porque eles são mais fortes. Daí ficamos quietos, escutamos. Daí faz TAC TAC, TAC. Daí sabe que é o parati. Então cerca e faz o caracol. Um vai no remo, eu, e ele bate porque ele tem mais força. Assim, o parati corre para dentro. Vendemos ali na minha sogra. Já é uma referência. Todos pescam, os quatro casais, e botamos pra vender ali na minha sogra. A maioria já acostumou ali porque é tudo fresquinho. Hoje, vendemos o parati pequeno a três reais e o grande a quatro reais. No inverno é o mais difícil. Ultimamente, sinto problema de coluna. Quando dói muito, paro de ir um pouco. Acho que sinto muito o corpo porque é mais para homem, mas tem que ajudar porque se vai outro camarada, divide em três. Se eu vou junto, eu sou a camarada, fica pra gente. As mãos é o que mais usa para puxar as redes. Daí responde no ombro. Dá dor. Ataca a coluna porque tudo depende dela. Acho que a maioria das mulheres que conheço não conseguiria fazer este trabalho porque é muito difícil. Na verdade, eu não gosto, mas precisa. Outra coisa é que pescando é também uma meditação pra gente. Mesmo que pegue pouquinho, a gente agradece a Deus. Claro que se pegar mais, fica mais contente. Daí a gente fica naquele silêncio. Agradece a Deus, tudo o que ele fez pra gente. Eu sinto a presença de Deus junto comigo. É paz, alegria, tranquilidade. Tá no meio do mar. A gente tem que se cuidar também porque é perigoso. Como a gente luta, Deus vai ajudando. Sou ministra da eucaristia. Sou coordenadora dos ministros. O meu marido também é ministro. A gente visita os doentes. Isso faz um bem! Eu estudei até a 7ª série. O meu marido até o quarto ano. Eu tenho

a Juliana, de 26 anos, que fez o Segundo Grau e o Otávio, de 19 anos, é seminarista. Deus me preparou: se fosse para dar o teu filho, você daria? Deus prepara bem a gente. Quando a gente diz sim, as coisas acontecem. Na pesca, o vento mais perigoso é o rebojo porque além do vento, ele faz onda. Ele roda e a água cai dentro da batera. Um dia, deu. Me grudei na batera com as mãos e os pés. Me deu um apavoramento. Por isso tem gente que morre: de apavoramento. Por isso, não é toda mulher que vai.

3.1.4 Geni

Figura 5 - Geni (Nica), 43 anos, Barra do Sul, com Miguel, seu marido e camarada.



Eu sou casada. É bom ter um companheiro. Sou casada com Miguel Luiz dos Santos, o Gel, que tem 34 anos. Tenho o Lucas, de 11 anos, o Lídio de 20, e a Jaqueline, de 16 anos. [desde quando pescas?]. Eu pesco desde que estava na barriga da mamãe (risos). A família toda pescava siri. Meu pai, Atanásio Persiki, tarrafeava e a minha mãe, Iraci Shroeder Persiki, trabalhou a vida toda no siri, mas nunca conseguiu se aposentar. Inclusive, quando fui ver o auxílio maternidade do meu último filho, lá, não sei por que botaram que eu era empresária e que a mãe estava trabalhando para mim. Meu nome é Geni¹²². Eu comecei com 12 anos. Estudei até a 7ª série de manhã. À tarde ia pegar o siri de

¹²² Durante o meu trabalho de campo em junho de 2012, Geni recebeu o diagnóstico de câncer de pele em estágio que demandava o início imediato do tratamento com radioterapia, exigindo cuidado com a exposição solar e, portanto, o seu afastamento das atividades da pesca. Por outro lado, como seu filho havia casado com uma moça que já tinha uma filhinha, Geni estava como cuidadora da menina enquanto a nora trabalhava fora. As duas questões serão abordadas em capítulos posteriores.

‘pega’¹²³. Era uma vida difícil porque naquele tempo não tinha mercado para vender. Tinha a carne do siri e vendia por uma mixaria. A mãe toda vida no siri e vendendo peixe ali na frente da casa dela. O pai dava umas tarrafeadas. Aquele dinheiro não dava para nada, além de comer. Nós só vivíamos da pesca para poder sustentar a casa. Casei com 21 anos com meu primeiro marido, que era pescador. Daí, fui pescar de rede de parati, rede de cerco. Lá para fora é rede de caceio, solta a rede com a maré. De caracol. Faz o caracol com o barco. A rede de caceio é para a anchova, guaivira. A de caracol é mais para pescadinha. Fiquei cinco anos com o primeiro marido. Ele morreu de tétano. Quando a Jaque tinha doze dias, ele morreu. O Lídio já tinha cinco porque eu casei ele já estava na barriga. Continuei na mesma rotina. Eu ia pescar com os meus irmãos. Ia na pesca do parati. Eu fiquei, vamos supor, um ano. Depois de um ano fiquei com o Gel e depois de um ano fiquei com ele. Daí, fomos morar juntos. Continuei na pesca com ele, que já era pescador. Daí, o Lucas eu tive quando já estava há dois anos com ele. Gosto da pesca. Pra pescar lá fora, sai as três da madrugada e fica até às 11 horas. Eu pesco há 30 anos, mas só faz 15 anos que tenho a carteira de pescadora. Eu fiz a inscrição em dois de junho de 1997. A gente nem pensava em fazer isso porque naquele tempo não fazia das mulheres ainda. Então a gente já pescava, mas não tinha a documentação. Sou a coordenadora do dinheiro. Mas hoje em dia a gente vê que diminuiu a pesca. Até o camarão diminuiu. Agora nem vou tanto no inverno porque é mais difícil. Tem muita escassez. É mais para o verão. Daí eu vou com ele, tanto no peixe quanto no siri. O siri é mais que o peixe no verão. Com essa água viva que está aí não dá. É uma praga. Nadar? Só sei nadar cachorrinho. Na pesca, o corpo judeia¹²⁴ muito. O mais difícil é puxar a rede lá fora. Ainda mais eu que puxo a parte do chumbo que é mais pesado. Eu tenho que fazer força no bote para ficar na posição certa. Ele já puxa mais o lado da cortiça porque daí ele puxa mais pano de rede e eu não consigo. Na verdade, o trabalho mais pesado fica comigo, no bote. A parte do corpo que mais se usa é as mãos, os braços. Fica tudo dolorido. Acho que de tanto fazer força. Com o tempo vai aumentando a dor. Acho que de tanto fazer força. Tem dias que nem vou do cansaço. Não dá. No verão é mais fácil porque dá mais peixe. Tem dias que é terrível. Tu assistisses aquele filme Mar e fúria? Tem dias que

¹²³ Segundo explicação de Geni, o pega é uma armadilha feita com ferro redondo. Deixa duas pontinhas e amarra com um pau que se pega no mato. O que a mãe usa hoje é o covo (que é retangular), mas ela chama de pega também. E é certo porque também pega siri.

¹²⁴ Sinônimo de algo que provoca sofrimento; que sofre.

parece aquele filme. Um dia deu uma tempestade. Uma ventania de repente. Desamarrou as bateras¹²⁵. Uma afundou. Depois, foi passando. Nunca vi um mar tão grande na minha vida. Sabe que é bom contar a história da gente. Quando a gente morrer, vai ficar de lembrança para os filhos e os netos. Pelo menos uma coisa que a gente fez. Uma história. Quantas pessoas não têm uma história para contar? Morre e não em tem uma história para contar para seus netos: uma história de luta, de guerreira!

¹²⁵ Tipo de embarcação utilizada na pesca artesanal.

3.1.5 Alzira

Figura 6 - Alzira, 49 anos, Barra do Sul, com Dé, seu marido e camarada.



Todo mundo me conhece por Alzira. Eu e a Cecília somos duas irmãs casadas com dois irmãos, que são pescadores. A minha sogra tem três filhos pescadores, meu marido Dé, o Marquinho, o Simão e uma irmã deles, a Geni, minha cunhada, é pescadora, casada com o Gel, também pescador. A minha sogra, a vida toda trabalhou com a pesca, principalmente de siri, mas não conseguiu se aposentar como pescadora porque nunca pagou. O nome de meu marido é José Persiki, mas a gente chama de Dé. Ele está com 47 anos. Tenho uma filha, a Lilian, de 20 anos e um filho, o Tiago, de 18 anos. Ela é estudante de história e ele é pescador, mas está cursando o curso técnico em mecânica industrial. Eu pesco há vinte anos. Aprendi com o Dé. Estudei até a 8ª série, ele também. Quando eu cheguei aqui na Barra do Sul, eu sempre tive vontade de aprender as coisas. Depois de já estar vivendo com ele, eu vi, pela primeira vez, ele remendendo uma rede de pesca. Eu já me interessei em aprender. Pedi pra ele dar pra mim a agulha e me ensinar a remendar rede. Comecei com meia malha, que é só uma perninha de

cada malha da rede. Depois é buraco de malha; e assim por diante. Hoje sei remendar todo tipo de estrago na rede. Eu comecei a ir com ele, sem noção do que era pescar com rede, mas a vontade de aprender foi tanta que em poucos dias eu já estava apta para exercer a profissão. E foi o que eu fiz. Me tornei camarada de pesca do meu marido. Nós fizemos mais o cerco, mas fizemos o caracol, o arrasto de camarão, o caceio da espada, rede de caceio mesmo, espada, gaivira, sororoca, parati e tainha é feito de cerco mesmo. Até de anzol nós pescamos. Enquanto a rede fica caceando¹²⁶, pesca-se de linha porque pescador que é pescador pesca de tudo. Ostra, siri, aproveita tudo o que o mar oferece. Pescador não tem só uma função. Geralmente ele pesca vários tipos de pesca. Nossa família mesmo é preparada para vários tipos, mas é assim, cada um pesca pra si. Cada casal, cada marido com a sua esposa pescam junto, e cada um vende pra si próprio. Cada um tem a sua pescaria, cada um vende o seu produto. Uns vendem na salga, outros entregam no porto. E quando faz o filé daí ganha um pouco mais. O filé de espada é muito procurado. É trabalhoso claro, dói às costas pra puxar aquela rede. A mão faz calo de puxar a rede. O próprio remo, em si, faz calo na mão. Vai endurecendo aquela mão, vai ficando áspera, mas de machucar é pouco. Lá uma vez ou outra que vai de acertar a espora do peixe, o osso, daí machuca. Eu sou fascinada pela pesca mesmo. É uma emoção muito grande pescar. Aquela rede que vem com bastante peixe é uma emoção parecida, não é a mesma claro. Não existe comparação entre ser mãe e ser pescadora. É diferente, mas é uma emoção tão forte quanto. De forma diferente, mas é tão forte quanto tu vê o rostinho do teu filho pela primeira vez. Cada peixe que tu tiras da rede, uma alegria toma conta de ti. É emocionante, é incrível. Só quem é pescador e ama o que faz para entender. É uma coisa inexplicável. Mas eu quero que os meus filhos tenham uma vida melhor porque a vida da pesca não é ruim, mas é incerta. Tem época que ganha bastante dinheiro, mas tem época que fica muito sem poder pescar. Eu amo a pescaria, mas para trabalhar na pesca tem que estar unido como o dedo e a aliança. O casal tem que atuar junto, na venda, no beneficiamento para poder dar certo. Um não é mais importante do que o outro. Eu sempre ensinei para os meus filhos que homem e mulher no casamento têm o mesmo sexo. Isso porque tem que trabalhar igual e sempre junto. Eu adoro o meu marido, de verdade mesmo. Ele é o meu tudo. Claro que eu amo demais os meus filhos, lógico. Na verdade, não sei dizer qual que eu amo mais: o marido, os

¹²⁶ A rede fica à deriva esperando os peixes que nela entram.

filhos, a pescaria, ou o acampamento¹²⁷. São formas diferentes de amar, mas são parte da minha vida. Agora estou encostada, parada, mas sinto falta. Entrei em uma depressão danada pela falta da pescaria mesmo. E ainda tem quem diz que mulher não é pescadora. E como é. Aqui em Barra do Sul têm umas quantas delas. [...] Hoje, infelizmente, por motivo de doença me encontro afastada da pesca porque rompi o tendão do braço esquerdo devido a uma queda da bicicleta e estou aguardando cirurgia.

¹²⁷ Quando Alzira se refere ao acampamento, está falando do que considera que já virou uma tradição da família que ela e o marido criaram, pois há cerca de dez anos começaram a fazer uma vez por ano, no mês de julho, um período de acampamento em região próxima, porém para a qual se deslocam de embarcação. Dizem que é o seu período anual de férias. No entanto, da mesma forma que se deslocam de embarcação, levam todos os apetrechos de pesca e continuam pescando no período, em teoria, de descanso. Na ocasião do trabalho de campo, participei do acampamento com eles, conforme já dito na introdução.

3.1.6 Cecília

Figura 7 - Cecília (Cila), 53 anos, Barra do Sul, com Marquinho, seu marido e camarada.



Sou casada com Marques Persike, o Marquinho, que está com 55 anos. Sou mais conhecida como Cila. Cila de Cecília. Cecília Conradi Persike. A família do meu marido é uma família onde os filhos são registrados com e, Persike, e i, Persiki. O meu é com e. Marques era para ser Max. Só em 2007 o pai descobriu o erro e ficou muito bravo. Eu pesco há 26 anos; aprendi com ele. Eu morava em Joinville. Ele foi trabalhar lá. Nos conhecemos, casamos. Ficamos uns seis anos lá. Depois, viemos para cá. Já tínhamos dois filhos, que são quatro. Viemos morar onde moramos até hoje. Hoje, se tivesse que voltar pra cidade, eu não voltava porque eu não me acostumo mais com o barulho da cidade. Aqui é mais tranquilo, o meio de vida é mais prático, mais simples. Na pesca, a rede que mais trabalhamos é a de cerco redondo. Outros chamam “pra bater” porque faz o cerco e bate com o remo na água para o peixe emalhar. Tem tempo que pescamos de dia, tem dia que pescamos de noite. É lá fora; saímos de madrugada. Mas lá fora é rede de caceio. Põe com a bandeira e deixa a rede à deriva. Lá fora não tem

ferro. Só deixa a bandeira. Para vender, vendemos no mesmo local que os outros filhos, na casa da minha sogra. Pegamos parati, espada, camarão, tainha, depende a época. O parati da malha sete está quatro reais o quilo. É uma média de três a quatro por quilo. A espada vende mais no filé, dez reais o quilo; suja, sai por cinco. O camarão é o sete barbas, dez reais o quilo. Tem época que fica em torno de quatro reais o quilo. A tainha a sete ou a oito com ova. Eu tenho carteira de pescadora profissional. Pra sair na boca da Barra dá aquele friozinho na barriga porque dá a impressão que o mar vai engolir a embarcação porque o barco sobe e desce nas ondas. Dá um aperto no estômago. Depois que está lá fora, daí não. Daí, pronto. Daí acalma. Lá fora é tranquilo; quando o mar está ruim a gente não vai. No começo, eu morria de medo de enjoar, mas nunca enjoei. Quando eu comecei, foi assim: ele precisava de um camarada e comentou: se tu soubesses pescar, ia comigo. Daí eu disse: mas não tem nada que a gente não aprenda. Daí, fui. Não foi difícil porque é uma coisa que não tem muito segredo. É preciso força pra trabalhar no mar, é preciso prática de puxar a rede, de enrolar certinho. O que eu mais custei é para fazer o monte redondinho do chumbo da rede para sair mais fácil da embarcação. Senão amontoa tudo, não sai certinho. Depois peguei prática ligeiro. Eu gosto da vida na pesca, mas é uma vida difícil porque além de pescar, chega em casa, manuseia o pescado, faz o serviço, faz as compras, tudo. Não só para a mulher para o homem também porque é muito frio. No verão é muito quente; no inverno já é o frio. Hoje estou com problema de saúde, na coluna, no ombro. Tudo em função da pescaria porque a gente usa muito o corpo. O que mais se usa na pesca, depois da mão, o que mais judeia é o ombro e a coluna porque a gente diz: puxar a rede. Mas a gente não puxa a rede, puxa a embarcação. A gente recolhe a rede, mas nisso vem o peso da embarcação. Quanto peso tem ali? Eu fui ao médico. Quando eu fui, ele perguntou: a senhora pesca como? Pescando, eu respondi. Mas pescando como? De pescador mesmo. Vida de pescadora. Ele queria que eu dissesse que trabalho com pescado. E não que eu pescava. É assim, muitos não entendem porque são poucas as mulheres que pescam, que embarcam. O correto seria ter um documento diferente. Manipuladora de pescado, um. Pescadora, outro. Mas todas trabalham na pesca.

3.1.7 Néia

Figura 8 - Dulcinéia (Néia), 32 anos, Barra do Sul¹²⁸.



Meu nome completo é Dulcinéia Conceição Borges, Néia. Fiz 32 anos. Sou casada com Cristiano Mendes, o Kriki. Ele está com 36 anos. Trabalho na pesca e também invento outras coisas: salgadinho, docinho, tortas decoradas, crochê. Crochê eu levo até pro mar para fazer enquanto aguardamos puxar as redes. Desde pequena eu gosto da pesca. Eu aprendi a pescar com o meu pai. Eu tinha uns doze anos, eu acho. O pai ia sair de manhã, quando via, eu já estava esperando pronta pra ir com ele. Eu tinha aquela curiosidade de ver e saber como era a pesca, como se fazia, como se pescava, como vinham os peixes. Eu dizia: me leva pai, me leva! Ele dizia: não filha. Está muito frio. Outro dia tu vais com o pai. Aí, no outro dia eu insistia, insistia. Quando eu levantava, ele já tinha saído. Aí, eu percebi que ele me enganava. Ele dizia um horário e saía mais cedo. Entendesse? Por exemplo, quando ele falava que ia as cinco, ele ia bem antes. Às quatro horas, vamos dizer. Daí, quando eu

¹²⁸ Néia, 20 quilos mais magra. Enquanto eu estive seis meses em Portugal, no Estágio de Doutorado, Néia emagreceu 20 quilos tendo em vista que queria se apresentar mais magra nas fotos da pesquisa.

percebi isso, eu enganei ele. Um dia ele acordou. Quando viu, eu já estava na cozinha com tudo pronto para ir. Tinha feito o café, arrumado as coisas, já tinha deixado tudo pronto. Aí, não teve jeito: ele me levou junto. E dali pra frente, não teve jeito, me levava com ele. Ele dizia: eu vou te levar, mas se tu enjoar pode enjoar como for que eu não vou te trazer para casa! Mas eu não enjoava. Os meus irmãos enjoavam e eu não. Eu sou a mais velha. É um ano de diferença entre cada um. Éramos cinco filhos. Um morreu no mar, como eu te contei outro dia. O pai sempre foi pescador. A família toda. A gente é natural de Joinville, mas só nascemos lá. Só na maternidade, depois viemos pra cá. Depois casei com o Kriki com dezesseis anos, que também já era pescador. Ele pescava aí no rio e eu ia junto. Nós não tínhamos embarcação. Só uma batera a remo, e fiquei de camarada dele. Nós íamos pra ilha a remo, tirava marisco, colocava rede no costão. Aquela pesca que a Neneca faz. Fazíamos tudo isso a remo. Hoje, vou menos porque peguei um problema de pulmão pela friagem muito grande da madrugada que a gente pega lá fora¹²⁹. Eu tenho uma bronquite que, quando ataca, me acaba e, com os filhos pequenos, a gente achou melhor eu ir menos. Quando esquenta mais é que vou. Senão fico muito doente. Trabalhamos com várias redes, arrasto de camarão, o caracol, a rede de tainha. A gente faz uma divisória na embarcação e mantém em cada lado para se vir um peixe, cercar. Tem a rede que lanceia na praia, tem a rede de costão. E, como eu já te disse outras vezes, eu gosto de pescar. O mais difícil é aquela época que não dá nada. Miséria. Isso depende, não tem época. Tem verão que dá. Têm outros que não dá. Além de pescar eu limpo. Um dia, ele com outro rapaz pegaram, no caceio, naquele dia não fui junto, pegaram 600 quilos de cação: sujo. Eu, com outra guria, viramos a noite, e mais um dia, o dia todo, limpando tudo. Limpava, colocava as caixas com gelo e organizava tudo. Já, por exemplo, com o camarão, dependendo a quantidade, a gente demora 10 horas por dia para descascar. Tudo depende da quantidade; se o camarão é grão; se é miúdo. Não tem uma hora certa para parar. A mão parece uma máquina porque a gente tem que ser rápida. A parte que mais usa é a mão, na pesca, mas eu acho que a que mais prejudica é a coluna pelo esforço, pelo balanço do mar, daqui pra lá, de lá pra cá, a gente puxa a rede. Quando está época ruim, de miséria, como eu tenho te falado, é

¹²⁹ Quando estava em campo, em junho de 2012, comecei a sentir um frio instalado nas costas, no que equivale a parte dos pulmões e diminuí as saídas para o mar, principalmente quando aumentaram os acessos de tosse à noite. Ao comentar com as pescadoras, as mesmas me falaram: isso é o que a gente chama de *friagem da madrugada*.

que eu invento as outras coisas pra fazer. Dali, aviso as pessoas: olha estou fazendo salgadinho; estou fazendo docinho. Às vezes, pego uns aniversários inteiros para fazer, dos docinhos ao bolo. Eu faço tudo. Antes, por falta de tempo ou até por ser mulher, a gente achava que não era tão necessário fazer a carteira. Mesmo porque as mulheres só tiveram o direito à carteira de pescadora há bem pouco tempo. E é assim, quando dá pesca, a gente pesca; quando é miséria a gente inventa outras coisas. A pesca é um vício. Só quando não dá pesca e a situação está difícil mesmo, a gente inventa. Então nós dois gostamos da pesca. A nossa vida é só isso: pesca. Tem que ser uma vida de companheirismo. De amor e companheirismo. Acho que é isso.

3.1.8 Márcia

Figura 9 - Tânia Márcia (Márcia), 50 anos, Barra do Sul.



Sou casada com Lourenço da Silva. Fiz cinqüenta anos dia dois de maio. Ele está com 52 anos. Sou casada há trinta anos. Meu nome completo é Tânia Márcia da Silva, mas todo mundo me chama de Márcia. Tenho 50 anos. Eu estudei até a quinta série; ele também. Temos três filhos, uma faleceu com três mesinhos. Os outros são uma menina e um menino. Eles gostam de comer peixe, mas não trabalham na pesca. O meu filho não deu certo, passa mal e a minha filha diz que não dá para ela porque tem dia que dá, tem dia que não dá porque a pesca não tem estabilidade. Ela preferiu trabalhar em uma firma, com carteira assinada, assistência médica para ela e para o filho, que é aquele menino que eu cuido. Eu pesco há onze anos e vai fazer seis anos que tenho a carteira de pescadora. Nós temos dois botes, um para o peixe e um para o camarão. Um bote está no meu nome e outro no nome dele. Eu aprendi a pescar com o meu marido quando casei. Eu tinha 19 anos. Eu já pescava quando morava lá em Joinville. Lá é pesca de baía; é diferente daqui que pescamos no mar aberto. Com o passar do tempo, passamos a trabalhar juntos. Daí eu fui indo, fui gostando. No começo,

era difícil porque, para soltar a rede, não podia enlear. E para puxar, não pode puxar muito rápido nem muito devagar porque descontrola o barco. E eu me empolgo, quero puxar bem rápido para ver o peixe, para ver o que vem na rede, e para poder largar de novo. A do camarão, a gente puxa, a gente vê se tem muito ou tem pouco. Ele já sabe. E às vezes tem muita água viva. Daí deixa umas duas horas, mais ou menos. Tem que saber a direção. Por exemplo, aqui tem uma ilha. Marca aquela ilha como ponto de guia, ou uma luz que se está vendo. Ele diz: fixa essa ilha. Tem que ter um ponto de referência. Tem que soltar a rede retinha, senão uma prancha engata na outra. E se ele está no leme, eu tenho que ir soltando bem ligeiro, bem ligeiro. E tem que esticar a rede para ficar bem reto. Eu vou no chumbo, ele vai na bóia. Mesmo sendo mais pesado, eu já me acostumei. Eu gosto de ir no chumbo. Ele, indo na bóia, ele tira o peixe mais rápido. Ele tira peixe até no escuro. Para que ir atrás de camarada que não dá certo? Então, eu sou a camarada dele. Ele é melhor no tirar o peixe; eu sou no botar e puxar a rede, sou muito prática. Para escolher o camarão também, já peguei mais prática do que ele. Outra coisa, é que às vezes a gente se machuca muito. Pra catar o camarão, a farpa do camarão entra embaixo da unha, a mão fica gosmenta, lisa. A minha mão engrossou muito no passar do tempo. É a fumaça do motor, aquela sujeira, aquela lama. Por isso, tem mulher que diz que nunca entraria num barco. E mesmo, com tudo isso, eu gosto, gosto de ver o peixe na rede; o camarão é a mesma coisa. Quando a rede vem cheia, o meu marido fica contente, diz: tem coisa mais linda do que isso! É uma sensação gostosa porque a gente se anima. Agora, quando puxa e não vem nada, é um desânimo. Aí, xinga tudo. Quando a gente se molha e fica todo molhado na chuva, aí que é um sofrimento. Por isso tem que gostar. E tem que ser as duas coisas junto: o gostar e o saber fazer porque a gente está quentinha na cama, duas, três, quatro da manhã, tem que levantar, seja chuva, sol, frio. Tem que ver a maré, que para nós tem que estar cheia, mas não cheia demais porque não conseguimos passar embaixo da ponte que tem ali, que conheces. Eu acho que o gostar é porque todo dia que a gente sai, a gente não sabe o que vai encontrar. É uma ansiedade. Essa coisa que a gente sente que é bom. Uma curiosidade pra ver o que vai ser: hoje pode estar bom; outro dia pode ter que fazer a volta e vir. A pesca é assim: tem que gostar muito e saber por que é uma vida difícil. No inverno, eu boto três meias, uma por cima da outra, três calças, cinco blusas, três toucas, e o macacão e mais as botas. E mesmo assim, às vezes, não sinto a mão. E tu imaginas, com tudo isso, se acontecer de se molhar às três horas da madrugada? Tem dias que já desanimei de pegar a rede porque é muito

pesado. Eles dizem que é serviço para homem. Mas a mulher também pode fazer. O meu marido diz: tu fazes melhor que qualquer homem. Isso porque tem que ser tudo certo para não dar errado. Tem a hora de soltar a rede, a hora de puxar a rede. Se for noite, tem que saber botar o pisca¹³⁰. Eu mesmo rezo muito, peço a Deus muita proteção porque é o mar que manda. Se a gente sai ou se volta pra casa, é o mar que diz. Pra mim, o mar é que manda. Sempre. Se a gente não obedecer, sofre. Essa madrugada, se o mar deixar, a gente vai. E eu uso sempre bastante agasalho, casaco, gorro. Eu uso aqueles gorros que a gente chama de gorro de traficante. Queres ver?

¹³⁰ Sinalizador luminoso.

3.1.9 Terezinha

Figura 10 - Terezinha, primeira à esquerda, 45 anos, Barra do Sul.



Sou natural de Faxinal, Paraná. Viemos para Escalvado, Navegantes. Com 11 anos comecei a cortar cana com o pai. Isso aí foi até os meus 24 anos. Depois, viemos para Joinville. Já vim casada. Casei com 15 anos com um cortador de cana. Fui trabalhar de empregada doméstica por 20 anos nessa residência do meu patrão que te falei ontem. O patrão fechou o escritório e botou uns vinte funcionários que tinha para a rua. Eu também. Ainda em Joinville me divorciei. Casei de novo faz 10 anos. Eu pensei: ou vou trabalhar de doméstica ou na roça que é o que eu sei fazer. Mas aqui não tem roça! Aí, tive a idéia e mandei fazer um barco para mim. Enquanto fazia o barco, providenciei a mudança para cá. Daí comecei a pescar com o meu irmão. Quando o meu irmão voltou para Joinville pegamos outro pescador que ficou com a gente por dois anos. Era eu e esse pescador de camarada. Ele já era um senhor de idade. Resolveu parar por causa da saúde. O barco está no meu nome. Fiz minha documentação, carteira de pescadora. Estou trabalhando até hoje. Quando comecei queria vender camarão. Mas o camarão estava com o preço muito baixo. A gente resolveu então limpar

o produto. Indicaram a Marisete, descascadeira. Trabalhamos juntas há quatro anos. Além de a gente trabalhar juntas, a gente se tornou amiga. Do mar, eu acredito que quem tem medo não entra no mar porque o mar tem vida. Tem dias que está uma mãe calma. Têm outros que está uma mãe, mas uma mãe brava. É ele quem diz se a gente sai ou se volta da boca da barra. Não tem jeito. Ele manda. Vou te dizer uma coisa bem séria: se não gostar, não fica porque isso aqui não é fácil. Tem que gostar. Eu nunca pensei que ia gostar. Eu podia imaginar qualquer coisa na vida, mas não que ia fazer isso aqui. Na verdade, a gente simplifica a história porque se for contar tudo da vida da gente, dá um livro.

3.1.10 Tina

Figura 11 - Cristine (Tina), 44 anos, Araquari¹³¹.



Meu nome é Cristine Lançonì, a Tina. Tenho 44 anos. Nasci em Paranaguá e fui morar em Curitiba devido a problemas de saúde porque ainda bebê eu tive um melanoma. Com cinco anos, começou a crescer uma bola no rosto. Depois fui para Guaratuba. Quando fiz treze anos, me apaixonei por aquele mar. Eu era um moleque naquela praia. Aprendi a pescar com o seu Janjão, um senhor bem velhinho que tinha lá. Aprendi a fazer tarrafa, a fazer a saia da tarrafa. Eu ficava com ele aprendendo. Ninguém da minha família era da pesca. Trabalhei lá na pesca de 1986 a 1990. Daí, vim trabalhar em Santa Catarina. Vim morar

¹³¹ Foto cedida, de autoria de Márcia Flor.

em Joinville, mas quem é do mar não consegue ficar longe. Aí, decidi vir para Barra do Sul, mas, por problemas de saúde, tive que voltar pra casa da minha mãe. Casei e fui morar em Araquari. Desse primeiro casamento, eu tive um rapaz, que está com 26 anos. O meu marido morreu de acidente. O meu menino tinha dois anos. Casei de novo aos 31 anos e tive a menina, que está com 11 anos. Ele era grosso. Prendia nós duas em casa. Eu tentei aguentar porque eu pensava que já tinha criado o filho sozinho; e é difícil. Quando ia fazer os BO, por ele ser médico, porque ele me conheceu na saúde, eles diziam: ah, mas o Dr. fulano de tal, tenta aguentar, vai passar. Até que consegui: separei aos 39 anos. Ele não queria que eu trabalhasse, que eu pescasse. Aí, quando me separei, voltei a ser a Tininha. A Tininha do mar! Aí conheci a Márcia. Passamos a trabalhar juntas, faz três anos, e estamos vivendo juntas há dois anos e seis meses. Nós temos três redes. Uma de 120, e duas de 60 metros porque são malhas diferentes. Eu gosto de tarrapear. Agora, no inverno, fico mais por aqui pelos rios: rio parati, rio linguado e subo para a ilha de barco, para a ilha do encantado, para a ilha do mel, que é mais longe porque hoje estamos precisando ir cada vez mais longe porque diminuiu muito, muito mesmo o peixe. Nós também estudamos. Fazemos curso de hidráulica na Tigre, gratuito. Onde tem curso gratuito, a gente está. Hoje mesmo, fazemos as construções porque só da pesca nós passamos fome. Eu agora terminei a faculdade de pedagogia pela UDESC, gratuito. Faço música para manter o cérebro ativo porque, com o câncer, eu tive que botar uma platina aqui na lateral do rosto. A Márcia está fazendo o II Grau, eu incentivo. Digo: tem que estudar, tem que continuar! Nós temos um barco de alumínio de três metros e oitenta. Um barco muito grande vai forçar o motor. Nós saímos de casa as cinco, cinco e meia. Retornamos lá por umas onze horas, meio dia. Eu pegava vinte e cinco quilos de camarão. Hoje, pego dois quilos. Então diminuiu muito! Nós costumamos pegar robalo, carapeva, guaivira, parati, tainha nas redes e usamos berimbau¹³² para o camarão. Eu tenho a carteira de pescadora, a carteira de Arrais¹³³ e agora vou fazer a de mestre amador, mas estão esperando porque mudou a legislação. Para mim, o mar é tudo. Eu amo esse mar. Ele me acalma, eu me sinto bem. É como se fosse uma parte minha, e eu dela: essa mãe natureza. Eu fico triste quando venho da pesca que, de um lado da embarcação é o peixe e do outro é o lixo, que nós vamos recolhendo no caminho. Tem dias que a Márcia chora no mar: como podem fazer isso! É garrafa pet, é lixo.

¹³² Tipo de armadilha usada para pesca de camarão.

¹³³ Equivale à habilitação de motorista.

Vemos pegadas de homens na lama onde tem os ovinhos de tartaruga, sabe. Acreditas que eles pegam os ovinhos, fazem fogo e ali mesmo comem assado. Eu digo para a Márcia que não tem que chorar. Tem é que denunciar! Se quiserem comer ovo, que vão comer ovo de galinha! Tem muitos empresários que vêm aos finais de semana, que pegam os barcos de pescadores, e vão pescar. Muitos empresários e pescadores não têm ainda a consciência de que isso aqui é para as gerações que ainda vêm. Tem pescador que deixa a rede à noite toda. Colocam a feiticeira. A feiticeira é proibida, mas a gente sabe que a polícia ambiental não dá conta. Na lua de quarto todo lugar tem rede feiticeira¹³⁴. Muitos já estão cuidando. Nós vemos muitos pescadores que trazem, com o peixe, o lixo. Nós fazemos isso muitas vezes. O efeito nós não vamos ver agora, apesar de que já estamos vendo muito, mas os nossos filhos, netos? Os filhos deles?

¹³⁴ Tipo de rede usada geralmente na pesca esportiva, considerada pelas pescadoras como extremamente nociva, pois captura tudo que encontra. É considerada uma rede que traz muitos danos à preservação das espécies e está proibida por lei.

3.1.11 Cheila

Figura 12 - Cheila, 33 anos, Barra do Sul.



Meu nome completo é grande: Cheila Cristina Sebastião da Silva Verbienen. Cheila com C. mesmo. Tenho 33 anos; três filhos. Sou natural de São Francisco do Sul, conhecido aqui como São Chico. Meu marido é de Itapocu, em Araquari. Casei com 22 anos com Valdelir Verbienen, que hoje está com 45 anos. Eu estudei o segundo grau completo. Aprendi a pescar com meu marido quando eu tinha 23 anos. Pesco há dez anos. Tenho a carteira de pescadora profissional. Pescamos no camarão e no peixe. Temos um bote, tipo baleeiro, com sete metros e meio, que está no nome dele. O outro, de nove metros de comprimento e três de boca está no meu nome. No começo, foi no camarão. Eu não queria ir não, mas daí ele dizia: vamos neguinha! Vamos! Eu achava que ia enjoar, e enjoava. Depois eu fui vendo como era. Aprendi tudo com ele: separar o peixe, o siri, o camarão. Ele precisava de um camarada. Olhava pra mim. Eu, no começo dizia que não. Foi indo, indo, até que um dia, fui. A única coisa que não sei fazer é remendar rede. É muito complicado. Da minha família? Eu sou de uma família grande. Somos doze filhos. Eu sou a do meio. Quando eu tinha sete anos, a minha mãe

morreu, de tanto apanhar do meu pai. Foi indo, indo, se acabando, e morreu. A minha irmã, que hoje está com 44 anos, é minha mãe. Ela que me criou. Ela é minha mãe. É assim mesmo que eu chamo ela: mãe. Ela ficou comigo. Quando a minha mãe morreu, o meu pai botou nós tudo embaixo de um pé de pitangueira para quem quisesse pegar e levar. Daí veio um juiz, eu acho que era um juiz e o meu cunhado disse: essa aí não. Essa aí a minha mulher quer ficar, que a minha irmã já era casada. Que é essa, que é minha mãe. O meu pai era um bruto. Batia na mãe, batia em todos nós. Na verdade, eu nem queria casar. Queria ser livre, mas o meu marido foi indo, foi indo, devagar me conquistou. Eu pedia a Deus, na nossa Igreja, que é a mesma da irmã Neneca, para me dar uma luz. E foi assim. Um dia eu estava na porta de casa e batia o sol muito forte no meu rosto. Eu vi que vinha alguém chegando e botei a mão assim, para proteger o olho e ver: era ele chegando. Aí, eu pensei: está aí a luz que pedi. Vou tentar. Hoje sou casada com ele, embora no começo não quisesse nada com ele, que ele é um alemão, como visse. Sei lá. Eu achava que não ia dar certo. Hoje eu tenho uma família. Agora, estou sem sair para pescar com ele porque as crianças estão muito pequenas. Eu tenho uma menina de oito, uma de seis e o meu filho menor de quatro anos. Se eu for com ele, tenho que pagar alguém para ficar com eles e a pesca está dando muito pouco para poder pagar alguém. Assim que eles estiverem maiorzinhos, volto a ir com ele. Daí, eu participo nos cursos na Epagri. Faço parte do Projeto Cambira, que é uma cooperativa que a gente formou. Eu gosto dessas coisas. De ir, participar. É assim a minha vida.

3.1.12 Adriana

Figura 13 - Adriana, 22 anos, em sua embarcação, Barra do Sul.



Meu nome é Adriana Gonzales Ludovino Zepelin. Me chamam de Adriana mesmo. Tenho 22 anos. Meus pais moravam aqui. Como aqui não tinha nada, não tinha um hospital, eu nasci no hospital de São Francisco do Sul. Fiz o segundo grau completo. É assim: desde pequena o pai ia pescar e eu queria ir junto. Eu tinha uns sete anos, Por aí. Aí, a mãe não deixava eu ir junto porque era muito frio, porque o pai só ia a noite. Daí eu chorava. De vez em quando ela deixava eu ir. De vez em quando só. Tinha o meu irmão também. Eu tinha sete, ele tinha seis. Aí, eu comecei a ir junto com o pai, a mãe deixando, não deixando, e assim foi indo. Fui crescendo, aprendendo cada vez mais e continuei pescando. Eu estudava de manhã ou à tarde, depende o ano que estava, e no outro horário, ia com o pai de noite, pescava quase todo dia. Pescava na lagoa. Assim, com uns dez, onze anos, eu ganhei uma rede do meu pai, uma rede pequena. Ai o meu irmão¹³⁵ começou a ir comigo. O pai ia para um

¹³⁵ O irmão de Adriana continua pescando com o pai e também tem a própria rede e embarcação. A mãe também pesca com o marido na pesca do camarão, de aviãozinho, que é uma armadilha para pesca noturna de camarão.

lado, e nós pro outro. Às vezes não dava certo. Eu estava começando. A primeira vez que deu certo eu peguei um quilo de camarão. Quando chegamos ali, o meu tio estava com vinte quilos e nós, contentes com um quilo. Daí em diante foi dando certo, pela idade da gente, a gente ficava feliz com o que tinha pegado. A gente tinha uma baterinha¹³⁶ também. Sempre eu e ele. Daí, a gente aprendeu com o pai outro tipo de pescaria, que é o arrasto de camarão, mas na água, andando na água, de noite, duas pessoas, eu e o meu irmão. Um de cada lado. É a pesca de cambau. A gente só fazia isso quando o pai tinha bastante encomenda de camarão. Quando a maré vaza, é hora de colocar rede. Quando a maré está naquela maré de quarto não dá de colocar a rede porque a rede não fica certinha. A maré de quarto, ela não enche nem vaza. Ela fica pra lá e pra cá e pra essa pesca não dá porque o camarão entra na rede e sai. Os bambus ficam fincados e com esta maré não fica certo. Isso é o que se chama de pesca de camarão vivo. Quando eu tinha, tipo uns dezesseis anos, eu ia para a escola, depois que eu vinha da aula é que eu ia, mas isso não era sempre. Só quando a maré estava de quarto é que eu ia arrastar na água e quando a maré estava boa eu botava rede no barco, de estaqueio. Hoje a gente faz qualquer tipo de pescaria, tarrafeia, coloca rede, peixe, tudo. Casei com vinte anos. Foi assim: ele é de Pomerode. Veio para cá e ele tinha um barco de turismo e eu sempre estava ali no rio, contando camarão e lavando rede. Ele passava. O meu primo era ajudante dele porque no barco de turismo tem que ter dois: o comandante e o ajudante. Daí, foi indo. Começou a ir lá em casa, conversando com meu pai. Mas era para me ver! Um dia ele pediu para namorar comigo. Fiquei com vergonha. Ele passou a ir pescar comigo e com o meu irmão para ficar perto de mim. Eu tinha muita vergonha porque eu nunca fui de ir para a noite, sair. O meu negócio era pescar. Eu falei pra ele: Só se tu falar com o meu pai. E ele falou. Quando eu estava noiva, comecei a ir de ajudante no turismo com ele. Isso no verão. Depois, como eu sabia pescar, a gente mandou fazer um barco de sete metros para o arrasto do camarão. O nome do meu barco é Adriana. Nós dois escolhemos o nome porque eu sempre quis ter um barco com o meu nome. Nós dois temos carteira de pescador. A gente começou a pescar nós dois juntos, no mar. Começamos a gostar, vendemos o camarão, o peixe. Até lá para Pomerode vendemos. Ficamos só na pesca, na rede de camarão, no caracol e no peixe. Mais ou menos a gente sai às cinco e meia da manhã e a volta depende da produção. Entre

¹³⁶ Adriana usou o diminutivo de batera, uma embarcação usada na pesca que tem o formato de seu fundo achatado. Quando é de dimensão pequena, costumam chamar de baterinha.

uma hora, uma hora e meia, por aí volta pra casa. Ele também gosta. Nós dois arrumamos o barco: ele arruma o motor, eu pinto. Faço nome. Cada um faz uma coisa. O trabalho da pesca tem que ser a dois. Cada pescador tem um ponto, um território da pessoa, cada um tem o seu. É um ponto de família. Passa de um para outro. Ninguém coloca ali na frente. Nessa pesca de estaca. Também se chama de aviãozinho, daquela pesca que tem lá em Laguna. São poucos que pescam assim no rio aqui, uns sete, oito só. A vida na pesca, pra mim, é a liberdade. É ar livre, natureza, coisa que muita gente não tem. Nem conhece o mar talvez. O pessoal de firma fica o dia inteiro trancado.

3.1.13 Zica

Figura 14 - Elzi Maria (Zica), 51 anos, São Francisco do Sul.



Sou Elzi Maria da Silva Krieger, a Zica, tenho 51 anos. Vivo aqui na praia do Paulas, que faz parte de São Francisco do Sul. Faço tratamento médico direto porque tenho talassemia. Não é leucemia, porque se fosse leucemia eu poderia fazer um transplante de medula. É talassemia, uma doença herdada da genética, como se diz, que os negros têm muito. Tenho que tomar remédio todo dia e, a cada seis meses, fazer o controle com o médico. Na pesca, desde os sete, oito anos, eu comecei a pescar com o pai. Eu saía para pescar com ele. A mãe também pescava. Eu estudei até o quarto ano. Hoje tenho um filho e uma filha. Os dois não quiseram seguir a pesca. Eu já pesquei no espinhel, já pesquei com rede, com tarrafa, com fisga, que é para pegar o peixe. É só à noite. É um garfo grande que a gente fisga o peixe. Depois fui para o berbigão. Faz trinta e dois anos que pesco berbigão. É a minha vida. Da casca faço um monte de coisa: bonequinhos, cortinas, vasilhos. Aproveito tudo. Boto no terreiro de casa. Eu pago a colônia e tenho a carteira de pesca. Fiquei um tempo sem pescar. Fui trabalhar em outra coisa, mas voltei para a pesca. Quando dá época boa, eu tiro uns trinta

quilos de berbigão por dia. Na época ruim, é uns oito quilos. [e a senhora gosta desta vida?]. Eu não conheço outra vida. Eu conheço mesmo, mesmo, só a pesca. Me sinto útil trabalhando, mas eu te digo: para fazer aquilo, tem que gostar porque as vezes dói tudo: é mão, é braço. O que mais sofre é a coluna pelo peso que a gente pega. A mão também sofre muito porque é um movimento repetitivo. Não tem até aquela doença hoje? A LER. Então, é disso: movimento repetitivo.

3.1.14 Paulina

Figura 15 - Dona Paulina, 70 anos, São Francisco do Sul.



Eu já pescava com oito anos. Eu pescava junto com o meu pai. E aí depois eu aprendi mais coisas. Aprendi tudo com ele. Desde nova. Ele me ensinou a passar a rede em cerco para fazer o cerco para pegar o peixe, tirar marisco. Tirava ostra. Lá onde a gente viveu não tem berbigão, mas tem bacucú¹³⁷. Nós vendíamos saco de bacucú. Nós tirávamos, descarnava e vendia. Sempre foi assim minha vida. Hoje eu pesco baiacu. Baiacu, tudo. Eu pesco ostra. De tudo. Mas o mais que eu pesco e do que eu vivo é o baiacu. Eu estou com 70 anos. Eu pesco faz 63 anos porque comecei com oito anos de idade. Oito anos de idade! É bastante tempo não é? Eu pesco baiacu hoje. Vou com meu filho. Ou com a minha filha, quando ela está em casa. São os meus camaradas. A gente pesca todo santo dia. Eu limpo porque tem que saber limpar o baiacu porque ele tem um fel que é veneno. Se não souber tirar, mata. Mata até pessoa. Pessoa, bicho, tudo. Ele mata. O fel é uma bolsinha que tem ali que tem que saber tirar bem certinho. Então, eu limpo. Já

¹³⁷ Espécie de bivalve parecido com o berbigão, porém mais alongado.

deixo tudo limpinho, pronto e todo sábado o pessoal vem pegar. Vem o pessoal lá de Curitiba pegar para servir nos restaurantes, para fazer aquelas comidas de japonês. [e a senhora gosta da vida da pesca?] Eu gosto de pescar. [é verdade que a senhora fica doente se não vai pescar?] Chego a ficar doente quando não vou. Pego a cama. É saúde o mar né? [por quê?]. Em casa tem muitas coisas. Diversas coisas. Trabalho sim, mas também os problemas. A gente faz os deveres de casa também, mas só que no mar é mais divertido. A gente vê a natureza. A gente se alegra até com a natureza. Mas tem que levar repelente por causa do mosquito. Óleo não adianta. Ele não registra. Tem que ser repelente. Eu mesmo tenho que ir todo dia. Não adianta dizer que não. Eu tenho que ir. [quantas horas por dia a senhora fica no mar?]. Às vezes nós saímos às sete horas. Conforme a maré nós saímos: sete horas; oito horas; dez horas. Depende de como está a maré. Viemos às cinco horas. Tem vezes que viemos nove horas da noite, quando a maré seca que não dá de acostar. O perigo da maré seca é bater nas coroas. [o que é a coroa?]. São os bancos de areia e pedra, que a gente não vê. E aqui nessa região tem muito. Às vezes, quando vê, já está em cima. E só vamos com pão e café. Só, porque não dá de levar salgado para o mar porque azeda. É só pão e café. Levo ali um pote de margarina com pão e é isso. [não cansa a senhora?]. Não, a gente se acostumou naquele ritmo. O corpo já está acostumado. É desde muito nova que começou. Não cansa. A gente já está acostumada. Já se acostumou no ritmo. Daí não cansa. O corpo já se acostumou naquilo. [Tem mais alguma coisa que a senhora quer me contar?]. Não. Não sou de falar muito. E já falei bastante até. [E qual o seu nome completo?]. Paulina de Oliveira. Tenho 70 anos. Deu?

3.1.15 Iliete

Figura 16 - Iliete, 46 anos, com Raul, seu marido, Itapoá¹³⁸



Eu sou casada com Raul da Silveira. Ele está com 54 anos. Nós temos cinco filhos. Marta, de 30 anos; Marcos, de 29; Marceli, de 28; Maicom, de 27; Eduarda, de 12. Temos um neto, com dois anos. Eu tenho carteira de pescadora. Tenho duas embarcações no meu nome e uma no nome do meu marido. O grande passo na nossa vida foi que eu tive coragem. Quem teve coragem de fazer empréstimo primeiro fui eu porque ele tinha medo de não conseguir pagar. Aí eu resolvi tentar e deu

¹³⁸ Em Itapoá são 32 quilômetros de extensão de praia. Em uma das comunidades, Barra do Saí, a maioria é da Igreja Adventista: “Não adianta ninguém vir. Ninguém vai botar a rede amanhã porque é 6ª feira. Adventista respeita o sábado. Não vais encontrar ninguém. Vem hoje à uma hora” (Verônica, descascadeira). Em relação à economia, se pauta pela pesca, pelo turismo e pelo porto, recém instalado. Com a instalação do porto, os pescadores artesanais que pescavam na região do entorno estavam proibidos de continuar a atividade por determinação da Marinha, pois virou área de navegação para os navios. Havia uma ação correndo no Ministério Público que previa uma indenização para os pescadores. O porto fez a proposta de deslocamento dos pescadores e uma embarcação de R\$35 mil. No entanto, tinha um número maior de pescadores do que no começo e uma proposta de valor maior. Tem uma legislação relacionada às áreas de estuários. Ou seja, o pescador teria que ir para fora.

certo. Tem esse do Pronaf que é bom; é 3% ao ano. É o juro e o valor do capital. Em uma embarcação de 20 mil reais, estamos pagando três mil e duzentos ao ano, para seis anos. A primeira vez que fui foi difícil porque eles não queriam fazer para mulher. Eles alegavam que mulher não pesca. Como ela vai pagar? Isso faz oito anos. Naquela época se fazia só em grupos de cinco. Tinha três homens e duas mulheres. Daí os homens falaram que se responsabilizavam pelas mulheres. Depois de algum tempo vieram na Colônia de Pesca e perguntaram se as mulheres estavam ali, pois era o único grupo que estava em dia. Esse empréstimo foi o ponto de partida porque a gente trabalhava para os outros. Hoje trabalha pra nós. Estudei até a 4ª série. O Raul não teve estudo. Quando fomos para a Barra, fomos para embarcação a motor. Conheci ele com treze anos; 15 fui morar com ele; com 16 tive a mais velha. Quando casei, passei a pescar com ele. Nós criamos os filhos tudo pescando junto. Eu deixava uma menina cuidando deles e ia. Com o remo, era rede de fundeio. Deixava à tarde e ia ver de manhã. Ou de manhã e ia ver à tarde. A motor é rede de caceio. A gente solta com as águas e deixa. Fica mais ou menos uma hora, uma hora e meia. Daí, começa a recolher a rede. A nossa pesca é mais ou menos assim: janeiro e fevereiro, malha sete, pescadinha e bembeca; agora (julho) é época da cavala, já é outra rede, de malha 10. No final do ano dá mais a salteira, a corvina. De acordo com a pesca, é o tipo de rede. Os nossos filhos, os dois meninos seguiram a pesca. As nossas duas filhas mais velhas caçaram as carteira, a Colônia. Teríamos que ter mais apoio da Colônia. Por que têm algumas no Estado que funcionam e outras não?

3.1.16 Adriana

Figura 17 - Adriana, 37 anos, na embarcação puxada para concerto, Itapoá.



A minha história é assim: o meu nome é Adriana Meneghetti Martins. Tenho 37 anos. Trabalho na pesca há dezessete anos. Eu tirava férias em Itapoá como turista. Aí conheci o meu esposo, Luis Martins, filho de pescador, que está com 35 anos. Filho de pescador, neto de pescador, pescador é! Sou natural de Anchieta, divisa com Argentina, perto de Barracão. Eu era oficial jurídica. Aí, larguei toda a minha vida. Nós casamos um mês depois que vim para cá. Comecei a pescar. Tenho a carteira de pescadora. Nós temos duas embarcações. Uma para o camarão sete barbas, se chama Vilma 1. É o nome da minha mãe e Esperança, que é para o peixe, robalo, cavala, prejarica, sargo. Eu te digo que pescador é do mesmo barro que é feito. Não se cria o pescador. Se é pescador! Se ficar um dia sem ver o mar é uma tragédia. Então não tinha escolha: fui pescar com ele, e hoje eu também sou assim. A gente tem que acordar e ir para o mar. Se não vai, a sensação é de que está faltando alguma coisa. Quando volta, a sensação é do dever cumprido. A gente não sabe onde começa o mar e onde começa o pescador. É uma

coisa só. Não tem lógica. Hoje, eu consigo sentir onde está o cardume do peixe ou do camarão. Tem coisas que não é para ser explicada: essa é uma delas. Nós trabalhamos com arrasto de camarão e com peixe. Tem dias que a gente fica dezesseis horas. É o arrasto de sete barbas. Isso porque tem duas enchentes de maré. Você tem que acertar. Às vezes está dando. Às vezes dá duas vezes; às vezes não dá. Então, você persiste. Pescaria não é só uma questão de sorte. É uma questão de persistência também. Quando a gente não está pescando, a gente chega a ir ver o mar umas dez vezes ao dia: tem que ver como está a maré, como está a coloração da água, se passa algum cardume; se a cor do morro diz se vem tempo ruim. É Assim mesmo. Agora estamos na manutenção da caixa do barco. Em termos de administração, são os dois que combinam. Pescaria é sintonia. É um no chumbo, um na rede; ou um em cada rede. Assim é na vida. Dentro do mar, e fora do mar, pois nós dois temos uma profissão única. Os dois trabalham na mesma coisa. A atividade é sempre estar colado. Na pesca, o corpo sente. Para mim é as mãos, mas não é só as mãos porque a caixa de gelo pesa 25 quilos; a de camarão também. Então é braços, é pernas, é equilíbrio, é saber ranger os dentes na hora que ergue as caixas porque se eu estiver falando, minhas costas já era. Então tem que abaixar os joelhos, ranger os dentes, fechando a mandíbula. Aí, você ergue a caixa de produtos. Eu lembro que, quando comecei a pescar, eu me sentia atropelada por um trem, ou melhor, por um bi-trem. E mais: tudo isso em movimento que o mar não pára pra gente levantar isso; pegar aquilo. É pegando peso, em movimento. No mar, se o vento for nordeste, que é o nosso caso aqui, o que mais pega de frente, vai nos jogar para todos os lados. E tem mais, quando a gente volta do mar, o corpo todo balança. Se vai tomar um banho, o corpo balança, a cabeça balança, o chuveiro fica pra lá e pra cá. Você fica assim por algum tempo. E a gente não tem escolha. Tem que agüentar. No ritmo do ano, tem dias que pegamos camarão, tem dias que pegamos peixe. Vai no que está dando. Não tem um ritmo único. Às vezes isso é quase como boato. Se espalhar, um vai e pega, conta. Os outros vão para ver se pegam. Não tem os pescadores que pescam por esporte? Eles não tiram foto com aquele peixe grande como se fosse um troféu? Assim somos nós. Quando pegamos um cardume grande, fazemos um bom cerco, aquele é o nosso troféu. E tem outra coisa: pescador pode falar mal de pescador; quem é de fora não pode. Não é assim nas nossas famílias? Experimenta falar mal de um para ver se todos não vão defender. Sobre a vaidade, eu acho que é fácil como outra profissão desde a hora que a pescadora não diminua a sua profissão. Eu me pinto, passo batom, uso brinco porque eu gosto. Eu sou assim. Não é porque

estou escolhendo um camarão, que tenho que ter cabelo sujo, não é porque sou pescadora que vou ganhar menos. Você pode ganhar tanto quanto outra profissão. A gente pensa em investir cada vez mais na pesca, nós dois. Não importa mais para nós o mundo lá fora, buscar outro tipo de profissão; não nos interessa mais. Por isso, o nosso interesse em preservar o ambiente para termos esta profissão por mais tempo. A pesca para nós não é uma obrigação. É um prazer. Mas está diminuindo. Não se pode negar. Está diminuindo cada vez mais, e não é culpa nossa porque quem faz uma toalhinha de crochê não vai acabar com a linha do mundo. É a indústria que está acabando com a pesca. A traineira. E o governo incentiva mais a pesca industrial do que a artesanal.

3.3. 17 Tereza

Figura 18 - Tereza, 45 anos, em sua embarcação, Laguna.



Meu nome é Terezinha Aparecida Cardoso, mas me chamam de Tereza. Moro aqui em Laguna. Tenho 45 anos. Eu não nasci aqui. Nasci em Tubarão. Vim para cá, devia ter na faixa dos cinco, seis anos de idade. A gente veio antes da enchente. Depois, na época da enchente, fugimos para Tubarão porque aqui, com a enchente, juntou mar e lagoa. Encheu tudo. Lá em Tubarão a casa era no alto. Depois voltamos para cá e comecei na pesca. Na pesca é assim: eu aprendi com meu pai. Começou o meu pai com minha mãe. Depois, fui eu. Depois a minha irmã. Não tinha opção. Era: fulano, vamos; sicrano, vamos! Era com qualquer tempo: sol, vento, chuva, frio. Às vezes, eu ia com raiva porque eu não queria ir. Era de madrugada. Queria ficar dormindo na cama quentinha. Apanhava para ir. Na verdade, nós criamos os nossos irmãos porque não dava tempo de estudar. Então, como se diz, tinha que sacrificar alguém. Uns estudaram, só os mais novos. E nós não. Estudei só até a quarta série; depois não deu mais porque era o dia todo na pesca porque não era só ir pescar. Ia pescar e quando voltava, tinha que arrumar a isca, o espinhel, tudo. O meu pai era agressivo, duro. A gente

queria brincar, mas quando chegava do mar tinha que arrumar as coisas. Com 10 anos se quer brincar, não é mesmo? A minha irmã não. Ela pescava porque gostava mesmo. Ela era diferente de mim: ela gostava! Desde o começo foi assim. Até hoje ela pesca¹³⁹, mas está na casa da filha que vai ter um filho. É o primeiro neto dela. Voltando a minha historia: então fiquei adulta. Sou mãe solteira. Sou mãe solteira dos meus três filhos. Os filhos dependiam de mim. Daí, eu trabalhava de dia e de noite para criar eles. Tenho uma filha, com 23 anos, um filho com 19 anos e um filho com 15 anos. A de 23 e o de 19 já se formaram; eles terminaram o segundo grau. O mais novo está estudando. A de 23 é secretária de um consultório de dentista. O filho trabalha naquela loja de chuveiro. A minha filha pescava, botava a rede, pescava siri enquanto estudava. O meu filho também sabe tudo, mas teve osteomelite. Hoje ele tem uma diferença nas pernas. Então é perigoso para ele devido à friagem, à umidade. E porque a pesca está muito difícil. Cada um hoje tem o seu trabalho e o de 15 só estuda. Da pesca eu tirei tudo: o estudo, o alimento deles. Esta casa eu não tinha. Na verdade, um tênis, eu não podia comprar. Andei anos só de chinelo; com a mesma roupa anos seguidos porque se quisesse comprar um tênis ou uma peça de roupa não tinha para o pão, para o leite, para o estudo deles, para a passagem de ônibus que sempre foi muito cara. E isso era o principal porque era para os meus filhos. Eu era e sou responsável por eles. Como hoje. Eu vivo na e da pesca até hoje. Quando eles nasceram eu morava em um ranchinho que era duas peças. Numa peça fiz uma cozinha, no outro um quarto. A luz era de liquinho. Água: era de balde. O rancho era todo furado. Botava uns panos. Era assim. Não posso ter vergonha de contar porque foi isso o que passei. Construí essa casinha há três anos e continuo pescando, pescando. Tem gente que acha a pesca fácil, mas não. A gente envelhece muito, pega muito tempo ruim. Mas era por necessidade que a gente começou. Não tinha opção. Tinha que ir e pronto. Agora, menstruada eu não vou não. Me poupo. Grávida eu ia até o último minuto. Só parava na quarentena. Nunca fiz um pré-natal de um filho. O preço do ônibus sempre foi muito caro. Se tirasse quinze reais na lagoa, tinha que pagar dez de ônibus. Então, nunca fiz. Ainda bem que nasceram todos saudáveis. É assim na pesca: o corpo sofre muito. Uma porque a gente se relaxa com a gente mesmo. É como se o

¹³⁹ Na localidade que vive Tereza, Canto da Lagoa – que é chamada de Ilha pela população local porque a chegada via Laguna é por balsa - existem mais mulheres que pescam com seus maridos, mas que, segundo Tereza, não é por necessidade: Tereza; Cida (irmã de Tereza); Ivonete; Ivonete M.; Nilda; Glória, Fátima.

tempo passasse mais rápido para a gente do mar: tem muito sol, a água salgada, o vento, o salitre. Já começa, olha pelo cabelo: o sol e o sal já toma conta. Parece que não adianta passar um creme. A pele já é mais dura, ressecada, grossa. Diferente de uma mulher da cidade. A mulher pescadora adoece mais rápido do que as outras. É artrose. É dor na coluna. Ataca mais a parte dos ossos porque a gente pega muita friagem, muita umidade. A minha mãe está com 72 anos. De tanto que pescou perdeu os rins. Hoje ela vive de hemodiálise. De tanta friagem deu uma infecção e demorou muito para conseguir médico. Pelo SUS leva muito tempo, um ano, mais. Hoje ela tem as pernas atrofiadas e vive de hemodiálise. Põe aí no teu trabalho para ver se chega ao Governo e para eles saberem que nós precisamos disso: mais assistência na saúde. Um plano de saúde para a mulher pescadora. Mais assistência e linha de crédito adequada para as nossas condições e porque a gente precisa muito. Menos burocracia para a aposentadoria, para conseguir se encostar quando estiver doente. Mais fiscalização. E fiscalização honesta. Põe no teu trabalho. E eles não vão poder dizer que é mentira porque tu filmasse, tirasse foto, falasse com a gente. Não é só um trabalho escrito. A filmagem prova que é de verdade que estivesse aqui e que falamos contigo. Quanto mais falar de nós mais vão ver que nós existimos, que trabalhamos na pesca. Tu perguntas se eu hoje gosto da pesca? Eu gosto. Hoje eu não vivo sem a pesca. Hoje é a minha vida. Antes eu tinha aquela obrigação. Hoje eu gosto. Se alguém me oferecesse outro serviço, eu não aceitaria. De jeito nenhum! Eu me sinto viva. A vida da pesca me dá uma sensação boa. Estar na lagoa. Ver a natureza que Deus fez. Eu me sinto viva! Viva! É isso. Não sei se falei dentro, como é que se diz, da tua expectativa, mas é isso que eu tinha para te falar.

3.2 UM MERGULHO MAIS PROFUNDO: NACA E MÃEZINHA

3.2.1 Eu sou Naca: uma pescadora de verdade

Figura 19 - Nair (Naca), 62 anos, Governador Celso Ramos.

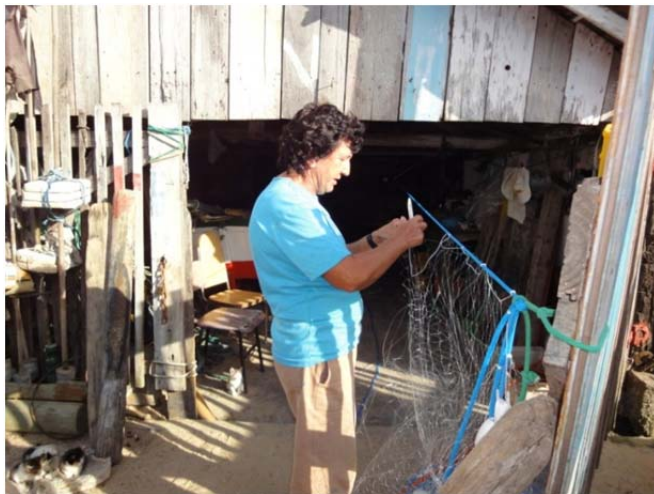


Figura 20 - Nair (Naca), 62 anos, Governador Celso Ramos.



Eu me chamo Naca porque quando nós éramos crianças tinha a minha prima que era a Moca. Daí, eles deram o apelido de Naca. Daí era a Naca, a Moca e a Nica, que é uma irmã minha. Quem naquela época não tinha apelido? A minha outra irmã, Maria, é a única que não tem apelido. A gente chama ela de Mana¹⁴⁰. Todo mundo chama de Mana. O meu nome mesmo é Nair, eu estou hoje com 62 anos de idade. Naquela época nós só saía com o pai e a mãe. Quando tinha festa de São Pedro, a mãe comprava roupa pra mim, mas tinha que ser tudo igual, eu e a Nica, as duas iguaiszinhas, como gêmeas: de saia plissada ou vestido de florzinha. A minha mãe era costureira. Naquela época era assim: se comprasse para a Nair, tinha que comprar para a Geni. As duas eram quase do mesmo tamanho, tinham que ir pra baixo com roupinha igual. Eu nunca fui presepeira. Olha, aquilo ali foi me dando uma coisa ruim porque eu me acostumei na pesca. [E com quem a senhora aprendeu a pescar?]. Com meu pai. [E como foi?]. Desde oito anos eu já tarrafeava. Eu já fazia rede e tarrafeava com oito anos, eu. Oito; nove anos. A minha mãe botava as roupas do pai em mim porque naquela época não tinha roupa para eu pescar. Eu era muito magrinha. Eu era a filha mais velha e, naquela miséria, tinha que ir, tinha que fazer. Eu fui criada lá naquele mato vestindo as calças do meu pai para poder ir pro mar. Já pensasse? Com uma corda amarrada na cintura! Eu só vesti vestido para casar e depois eu dei de presente. [uma das filhas, que está junto no rancho de pesca, pede: mas a senhora não contou que, depois desses anos todos, usou saia; ou vestido? Conta! Foi em São Paulo, na formatura da Isabel, que eles fizeram a mãe colocar e eu não vi.]. Ah, foi. Me botaram uma saia por aqui (altura dos joelhos) com um blazer e ficou por lá mesmo. Eu não saí de dentro do salão. Um sapatinho meio alto. Fiquei ali dura quem uma estátua, eles convidavam para ir, eu tinha que ir pela mão porque eu não sei andar de saia. [a filha: quando eles falaram pra mim que eles foram nessa festa lá na faculdade, eu não acreditei. Era o meu sonho ver a mãe de saia ou de vestido; 41 anos eu tenho. Nunca vi a mãe, nem de saia, nem de vestido]. Não! Levei o meu filho no casamento na igreja, fui de terninho, mandei fazer. Fui à formatura da Lucinha, pedagogia. Fui assim. Estou com dois sapatos novos. Um do casamento e um da formatura. O do casamento do filhinho, encarunchou, botei fora. Eu não uso; eu não uso salto. Pra mim, é tênis ou rasteira. Eu não sei andar de salto, nem dançar, nada. Não dá. Eu já me acostumei. A minha vida é isso. [Há quantos anos?]. É

¹⁴⁰ Embora dona Naca não considere, a forma de chamar a irmã, Mana, não deixa de ser um apelido.

só 49 anos! Eu tarrafeava tanto, tanto! Chegou vez de eu ter oito tarrafas. O meu marido vendeu tudo, de tanto que eu andava dentro da água. Era anoitecer, eu já corria pra praia. E de manhãzinha, estava o dia clareando, eu pegava a tarrafa e ia pra praia porque a gente morava ali, onde eu me criei, casei. Depois é que fui morar lá onde moro. Ele vendeu as tarrafas todas. Levou para Florianópolis e vendeu. [a filha: e quantas vezes nós chorava porque queria ir junto com a mãe pescar e a mãe não deixava. Aí ficava correndo pelas pedras, indo atrás dela pelo mar. Nós chorava um monte. Desesperados. Parece que a mãe ia para o mar e não ia voltar mais]. Eu saía correndo e deixava eles. Pequeninhos. Esse aqui foi criado lá naquela casa de cima. Ele foi pra lá com seis anos. E dali, eu tinha a minha batera a remo, porque toda vida pesquei a remo. Eu puxava lá na praia da cruz. E eu me escondia quando ia ver rede de manhã. Daí, eu saía escondida, ele dava falta. Onde é que tá a mãe? Onde é que tá a mãe? Aquele não era a verdadeira sombra não, ele era um carrapato. Aquilo era uma tristeza. Ele já começava a chorar: eu quero ir com a mãe; eu quero ir com a mãe. Aí ele já sentava no meio da estrada, que era de barro e ficava chorando. Às vezes, eu chegava na praia, botava a estiva, levava a batera rápido pra água. Quando eu tava embarcando na batera ele chegava de corrida: oh mãe, eu quero ir com a mãe. Deixa eu ir. Eu dizia: vai pra casa. Vai pra casa senão quando eu chegar tu vás apanhar. Dava até pena sabe porque eu ia na batera. A gente rema com a frente pra praia. Eu dizia: vai pra casa, vai. Ele ficava lá chorando. Porque demorou ir os cinco para o colégio. A Naizinha, a Lucinha e o Beto, eles andaram na escola porque a diferença é de um ano e meio cada um. Então os três estavam na aula e os outros dois em casa. Quando eles estavam em casa, a Lucinha cuidava do Neco, mas quando eles não estavam era a minha preocupação. Por exemplo, eu saía de manhã, o meu marido vinha pra baixo, esquecia, ia para o bar e ficava no bar. Bebendo pinga. E eu preocupada. Mas, às vezes, eu chegava, ele estava lá no terreiro brincando. Brincava. Era aquela pobreza. A minha casa nem janela tinha. Era um buraco, não tinha nem como fechar. Era com um saco. Um saco de estopa que eu botava. Eu, nós, somos tudo rico hoje. Cruze! Bota riqueza nisso. Aquilo era trabalho. Tristeza! Mas era bom. Eu tinha saúde. Eu tinha uma disposição que eu subia e descia aquele morro correndo, aquele morro ali da praia da Cruz. Precisava ir à praia, eu já descia correndo. E já subia correndo lá em casa. Até hoje, se eu quiser fazer, eu faço. Não muito, mas eu ainda tento fazer alguma coisa hoje. Mas era bom, bom demais porque quando a gente nova é bom demais. Graças a Deus ainda continuo. No meio disso, eu fui pra São Paulo, vim

pra'qui. Depois fui pra Navegantes. Depois que o meu marido morreu, eu fui pra Navegantes, em oitenta e cinco. Depois voltei pra cá e aqui vou ficar até morrer. Gosto de pescar. Só que no inverno é meio difícil. É duro no inverno. É fogo! Muito frio! A idade que a gente tá já não anima mais. Vontade de sete horas tá debaixo do cobertor. No sol, eu estou com uma disposição que já saio. Agora, no tempo ruim. Ih, fico encolhida, com dor no joelho, dor nas costas, dor nos rins, dor na coluna. Já estou com frio porque eu sou muito frienta demais. Eu sou frienta demais! Com 20 anos eu tinha três filhos. Eu era tão gelada, tão gelada. Bem, eu vivia o dia inteiro no mar. Então é assim: eu sou Naca. Sou uma pescadora de verdade!

3.2.2 Até a minha batera tem esse nome: Mãezinha¹⁴¹

Figura 21 - Maria da Graça (Mãezinha), 49 anos, São Francisco do Sul.



Figura 22 - Maria da Graça (Mãezinha), 49 anos, São Francisco do Sul.



¹⁴¹ Na praia do Capri, em São Francisco do Sul, quatro irmãs de Mãezinha e uma de suas filhas participavam anualmente da pesca da tainha em um grupo que reunia cinco mulheres e cinco homens. São elas Crescência (quecha), Gilmara, Zenite (Zique), Gilmara e Jaque, segundo me relatou Zenite Araújo da Silva, quarenta e oito anos, que começou a pescar com doze anos, segundo suas palavras: comecei a jogar rede com o pai. Nessa pesca da tainha faz muitos anos que estamos que nem lembro quanto. Saímos às cinco, cinco e meia da manhã e voltamos às seis, seis e pouco da tarde. Ficamos mais ou menos umas sete horas.

Sou conhecida como Mãezinha. Meu nome é Maria da Graça Araújo Castilho; tenho 49 anos e pesco desde os 14 anos. Idade de oito anos eu já andava pegando marisco, caranguejo. Adoro a vida no mar. Quero morrer nela. Primeiro nós tinha o engenho. Vou começar lá do engenho de farinha do meu pai. Com doze anos eu comecei a raspar mandioca, passar na máquina para moer a mandioca. Nós enchíamos os balaios de massa dentro e botava na prensa. Tudo na mão. Depois enxugava bem a massa. Botava dentro, num fogo. Acendia o forno para nós fazer a farinha. Daí, quando não tinha mandioca para fazer nós íamos pescar. Eu aprendi com o meu pai lá na praia do Forte. Ia eu, o meu pai, o meu irmão. Em três irmãos nós íamos. Tinha dia que fazia alguma coisa; tinha dia que não fazia. E a minha mãe fazia muita coisa de beiju. Eu pegava a bicicleta. Naquele tempo dois beijus era cinquenta centavos, vamos supor. Então eu enchia. Botava vinte, trinta, quarenta em uma caixinha e saía a vender. Quando chegava o final da tarde, nós éramos obrigadas a estar com aquele dinheiro na mão para comprar o arroz, o açúcar, o café. E meu pai gostava muito de fumar. Quando não tinha dinheiro para comprar o cigarro pra ele, ele ficava variado. Ele chegava a bater até em nós por causa da vontade do cigarro. Aquele dinheiro tinha que ser sagrado pra comprar o cigarro pra ele. E a nossa vida foi assim. Depois, nós vendemos o engenho. Fomos para o baiacu. Matar baiacu. Eu limpava duzentos, trezentos quilos de baiacu por dia. Depois do baiacu, nós viramos para o peixe. E assim foi a nossa vida. Depois o pai arrumou uma peixaria lá na praia, pesca de tainha: no forte. Aí, no forte. Todo dia, meio dia, com quinze, quatorze anos, eu era obrigada a levar a comida pra ele lá no forte. Tinha dia que a maré estava seca. Dava de passar no rio. E tinha dia que não dava de passar. A água era pelo peito, pelo pescoço. Nós éramos obrigadas a atravessar o rio para levar a comida pra ele, mas tudo era gostoso porque a gente fazia com amor e com carinho pra levar as coisas para o meu pai e o meu pai era tudo na vida que eu tinha. Depois que ele morreu, eu sinto muita saudade dele. [emoção; lágrimas; pausa]. É isso aí. [ele era o seu companheiro de pesca]. Ele era o meu companheiro. Tudo aprendi com ele, com a minha mãe e com os meus irmãos. E agradeço a educação que ele deu para nós. Nós éramos treze irmãos. Todos os treze irmãos eram educados. E Deus o livre se saísse fora do sério porque ele brigava com nós. Eu aprendi muitas coisas com ele. [e a vida da pesca foi tudo direto com ele?]. A vida da pesca foi tudo com ele, desde o engenho à pescaria foi com ele e é essa vida que eu estou levando agora. Graças a Deus, a vida que ele deu pra mim e para os meus irmãos foi uma vida boa demais. Até hoje, agradeço a educação que ele deu pra nós: foi o

meu pai. E a nossa família está tudo desunida. Não sei por quê. Algum motivo tem. Está tudo desunida. E isso que eu tenho que falar. Hoje eu moro aqui no Iperoba. Eu era muito chegada ao meu pai, era a camarada dele na pesca. Eu mesmo me emociono muito quando falo do meu pai. Eu tive depressão quando ele morreu. Na época a gente pescava camarão de tarrafa, camarão de picaré. Um pega lá, outro cá e vai puxando pela lama. A gente também tinha um engenho de farinha. Eu já pesquei parati, tainha. Eu defumava e vendia. No verão eu também trabalho na peixaria descascando camarão e limpando peixe. Hoje o que eu pesco mais é o parati. No inverno, maio e junho é tempo de tainha. Depois, a tainha se acaba. É o tempo do parati. Novembro e dezembro é tempo de camarão aqui no nosso mar. Aqui é o camarão ferrinho. Caranguejo também é novembro e dezembro. A melhor época é no verão. Se vender em casa, se ganha o dobro. Está escasso para nós. Então a gente vai para o berbigão ou defumo o peixe. Nós éramos 13 irmãos, um falecido. Não tinha que querer. Todos os filhos tinham que trabalhar. Depois, as mais novas é que foi ficando mais leve. Tinha que cortar lenha, fazer comida. E assim, pela pesca, sempre me interessei. E vou me interessar até o fim da minha vida. Eu sou casada há 32 anos com o Eleomar. É Eleomar Dias Castilho. Ele está com 58 anos. Eu casei com 18, ele com 24. Ele trabalha na Prefeitura. Eu quero mostrar o exemplo que minha mãe deu para meu pai para mostrar para meus filhos e meus netos. Tudo o que acontecer ficar junto até o fim dos dias. Não é casar e separar. A pesca é obrigatória para a nossa sobrevivência e eu comecei cedo. Minha especialidade, como se diz, é fazer a cambira, que é uma técnica de fazer o peixe. A gente lava bem o peixe. É cortada a cabeça, abre o peixe pelas costas até a barriga. Põe a faca por baixo da espinha para separar a espinha da carne. Lanha tudo. Tira o preto. Coloca em uma caixa plástica e salga. Deixa ali por uns 15 minutos. Dali, pego e levo no fumeiro; estendo tudo e boto o fogo embaixo. Com o calor do fogo, o peixe vai secando, vai enxugando e ficando amarelinho. Isso leva umas cinco, seis horas. Quando é época de bastante, é de uns 200 a 400 quilos. Hoje eu tenho cinco filhas casadas. Elas pescam comigo no intervalo dos trabalhos delas, mas não querem seguir essa profissão. “É muito trabalho e pouco retorno financeiro”, intervém uma de suas filhas que está ouvindo, ao que Mãezinha continua: Dá trabalho, mas eu faço porque amo. Eu amo tudo que é da pesca, camarão, peixe, defumar, tudo. As pescarias aqui têm quatro tipos de pescaria: o calado. É redondo, fecha a rede. Depois entra dentro e bate com o remo. O puxado: quando a maré está seca, nós jogamos 50 braças de cabo. Saímos pra fora. Um fica em terra com o cabo na mão.

Nós saímos para fora. Quando termina o cabo, jogamos o calão até na outra ponta da praia. Chegamos com a outra ponta do cabo. Fica um puxando para a terra e o outro arrumando a canoa. O trolhado: nós damos o lanço, fechamos a rede. Depois, amarramos um calão no banco da canoa e depois pegamos a outra ponta. O peixe fica num saco. O cerco: espiamos o peixe à noite com a maré cheia. Saltou dentro no mangue, entramos lá dentro, jogamos o calão. Saímos por fora rodeando o mato. Vai umas 250 braças de rede. Depois, entramos no mangue com a outra ponta do calão. Depois, caímos na água; pegamos a vara. De dois em dois metros fincamos as varas. Levantamos a cortiça. Quando a maré seca, os peixes vão saindo do mangue e ficam presos. Juntamos tudo. Quando a maré enche, pegamos as redes. O cerco é muito sofrido, principalmente ocasião de lua; o mosquito é demais. Mata a gente. Hoje é muito difícil fazer esse cerco porque é muito sofrido, muito trabalhoso. Mas eu tenho orgulho de ser pescadora e levar a vida que eu levo e mais tarde, os meus netos vão dizer: a minha avó foi pescadora. Todos perguntam pra minha neta: quem é a tua mãe? Quem é a tua avó? Minha avó é a Mãezinha, ela é pescadora. Eu tenho orgulho dela dizer que eu sou pescadora. Os homens aqui tudo gostam de pescar comigo porque eu sei puxar uma rede, sei dar um lanço, sei botar uma rede. Sei tudo na vida. E eu queria que um neto, uma neta minha fosse igual a eu, mas até a ora não teve pra isso. Tem dia que leva coisa pra casa; tem dia que não leva nada. A vida da gente é muito difícil no mar. Tanto faz dia de inverno que é dia de chuva, e tanto o dia de sol. Sol é uma coisa que queima a gente e dá muita sede e dia de chuva, a gente se molha um bocadinho, já começa a tremer de frio. Até a capa que a gente traz, às vezes, molha. Então é assim a vida de um pescador. E quem bater no peito que é pescador mesmo. Eu digo: sim! Porque a vida que é melhor é a vida da pesca. E eu estou muito orgulhosa de estar aqui contigo. Estou mesmo: muito orgulhosa de estar aqui contigo fazendo esta passagem contigo aqui porque hoje eu possa estar viva. Ano que vem, não sei. Quando tu terminar este CD, essa gravação¹⁴², eu quero que tu traga pra mim que eu quero mais tarde, botar e mostrar para os meus netos para eles ver como que a avó deles era. E estou muito feliz! [E porque Mãezinha?]. A minha história de Mãezinha, é assim: além de pescar com o meu pai, eu cuidava dos meus irmãos para a mãe ir para a roça. Os meus irmãos começaram a me chamar de Mãezinha e ficou até

¹⁴² Mãezinha se refere à cópia das fotos e filmagens que eu ia fazendo à medida que o trabalho de campo seguia. Ao terminar o trabalho, entreguei para cada uma das pescadoras cópia em DVD e impressa.

hoje. Até a minha batera tem esse nome: Mãezinha. Quando comprei ela, todos diziam que ela era muito louca. Ninguém gostava de andar na batera. Aí eu botei o nome da batera de Mãezinha. Não vendo por dinheiro nenhum. Aquela batera pra mim, é tudo na vida que eu tenho. Eu botava doze sacos de berbigão nela. Minha filha deitada em cima. Mais que umas duas, três remadas. Ela é igual um motor de popa de tão boa que ela é. O nome dela é Mãezinha, o meu apelido! E eu adoro essa batera.

3.3 ENTÃO, EU MERGULHEI UM POUCO MAIS: SAFIRA, A NENECA.

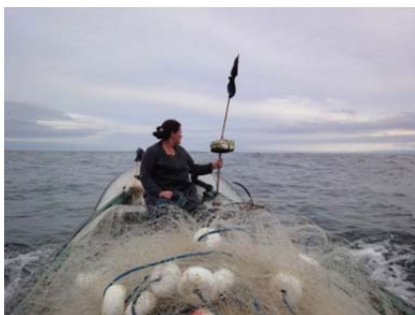
Figura 23 - Neneca entre dois de seus irmãos, quando vivia na Ilha dos Remédios.



Figura 24 - Neneca, com Nézinho, seu marido/camarada.



Figura 25 - Neneca saindo para colocar as redes.



Eu sou casada com Enézio de Souza, que também é pescador. Quando eu tinha 18 anos, fomos viver juntos. Daí, eu comecei a ensinar ele a ser pescador. Eu não tinha noção de que estava ensinando. Parecia que eu estava aprendendo na questão emocional. Parece que foi aprendido junto porque eu estava vivendo uma experiência a dois. Voltando àquele assunto de que te falei outro dia de aprender a paciência. Queira ou não, ele aprendeu comigo, mas lá atrás eu não tinha noção nenhuma de que isso estava acontecendo. É muito forte em mim a noção de que eu não tenho a ensinar. A gente só tem a aprender. Mas quando a gente vê já ficou lá atrás o que a gente deixou de fundamento. A gente saía junto. Ele trocou uma moto por um motor, comprou um casco de lancha e uma rede e a mãe deu outra rede pra nós começar. Nós passávamos o dia no mar. Botava as redes e ia fazer pesca submarina caçando lagosta, garoupa e tirando marisco no mergulho. Isso foi por uns cinco anos. Daí nasceu nossa filha, Aline. Falando de mim, eu fui com quatro anos para a ilha dos Remédios. Faz seis anos que estou aqui nessa casa direto. Vivi na ilha 24 anos. Essa casa que tem lá na ilha é um fruto do passado. O pai com a mãe era 18 anos de diferença. O pai era alcoólatra. Tinha problema com o álcool. O pai era daqui, a mãe do Paraná. Ele ia pescar lá e se conheceram. O pai roubou a mãe e foi preso. Dormiu umas duas noites na cadeia. Ele adoeceu, sempre teve problema de fígado. Essa tia que me adotou era irmã dele. Soube que nós estávamos passando dificuldade e foi lá. Arrumou pra nós vir morar de favor no galpão da igreja católica aqui em Barra do Sul. Nenhum de nós tinha registro. Éramos quatro filhos nessa época. A Patrícia era bebê, os dois outros eram meninos. Quem sabe a tia adotou eu por eu ser menina, ela ficou comigo. Precisava colocar na escola. Como colocar na escola sem registro? Tinha que registrar. Então me registrou lá mesmo em Curitiba. Então, eu sou filha de Luiza Castanho Correia e de Jetel Mendes, mas no registro de nascimento está o nome de minha tia, Eulália Mendes, como minha mãe, porque ela me registrou. Ela vinha uma vez por mês para pagar algumas contas. Eu vinha junto. E a vontade de ficar? Até que um dia, fiquei. Lá era uma rotina muito diferente: se tinha que tomar café, era bolacha doce, café amargo. Purê de batata, coisas assim que marcam a infância. Pequenas coisas. Colocar meia, colocar sapato, tomar banho todo dia para dormir. Muito rígido, tinha muita regra. Tudo isso na cabeça de uma criança de quatro anos que até aí era livre. Eu me lembro de passar vontade de comer as coisas com a mãe, mas eu nunca me lembro de ter sido obrigada a tomar café amargo. E com ela foi. Quando tinha que ir embora, eu ia chorando porque eu queria ficar. Ela comprava tudo pra mim. Isso não durou mais

de seis meses. Colocar pijaminha, camisola. Coisas que eu nunca tinha feito. Com a mãe tomava banho tudo um depois do outro. Tinha medo do pai, mas eu lembro que ali eu era feliz. Um dia, ela queria ir primeiro na casa de outra tia. Daí eu disse: deixa eu ir primeiro na casa da mãe. Deixa, deixa. Cheguei contente de ver os irmãos, brinquei, me sujei toda. Eu nem liguei. Ela mandou alguém me chamar. Quando me viu: Neneca, para que você se sujou? Ela ia sair, mas parou a Kombi para falar alguma coisa para minha mãe. Eu disse: eu não vou mais tia. Vi a mãe chorando, meio disfarçado, sabe, e perguntei: a mãe gosta de mim mãe, não é? Gosta né mãe? Diz mãe que gosta! Eu fiquei com aquela jardineirinha. Sei lá como dormi. Mas eu lembro que foi o dia mais feliz da minha vida. Daí eu me lembro do pai chegando depois de dias, porque ele não estava, com uma camisa meio rosinha, com um cabeçote do barco. Quando me viu: pois sim Luiza! Porque ele me viu sabe. Eu com vontade de chorar, de emoção. Daqui a pouco passou dois anos: vamos voltar a morar na ilha. A Neneca fica para estudar. Daí eu não sei se eu completei dois anos de estudo porque eu tive duas professoras. O pai e a mãe mandaram me buscar para ajudar porque deu uma enfermidade na mão da mãe. Daí eu fui para ficar na ilha e não voltei mais para estudar. Eu tinha entre oito e nove anos quando comecei a pescar. Eu lembro que a mãe me disse: Sabe, tu vai puxar a rede com o pai na canoa. A mãe não vai poder ir. Filha, tu abre bem a perna para poder ficar firme e não cair. Fui, puxamos toda a rede. Depois, a mão da mãe veio a melhorar. Teve um determinado tempo que era eu e a mãe que pescamos muito sozinha porque os meninos eram mais de não ir. O pai não ia por estar doente. Eu e a mãe cansamos de ir seguido. Só nós duas. Era motorzinho a gasolina na época. Se dava problema lá fora, ela montava e desmontava. Arrumava e vínhamos nós duas. Então, ela aprendeu com o meu pai. Eu, na verdade aprendi com os dois. Mas aprendi muito mais com a mãe: remendar rede, entralhar, fazer, tudo. Eu pesco desde os oito anos de idade, mas só faz três que tenho a carteira de pescadora. Como a gente vivia na ilha, não pensava nessas coisas de documentação. Eu só fiz a carteira em 2008. O Nézinho já tem a carteira há mais tempo. Quando essa minha tia morreu, me deixou terrenos, pois ela não tinha filhos. Resumindo, eu vendi os terrenos mais barato e fizemos o sobradinho lá na ilha. Tudo é o tempo porque tu não vai fazer a mesma coisa a vida inteira. O que tu lembras da vida na ilha? Essa pergunta foi constante durante vinte e poucos anos. Era assim essa pergunta por que lá é um lugar muito visitado. Então perguntavam: É bom morar aqui? É bom morar aqui? É uma resposta que precisa ter conteúdo. Não pode ser sim ou não porque a pessoa quer saber por que

sim, porque não. Tem que ter um porque né? Durante muito tempo respondi assim: deve ser bom porque ainda estou esse tempo aqui. Deve ser porque eu não tinha tempo de analisar porque estava lá e se era bom ou não porque era contínuo. O dia que mais me marcou, que eu resolvi experimentar viver nesta casa aqui foi quando eu estava sozinha na lancha com minha filha. Ela tinha entre oito e dez anos. A lancha encalhou num banco de areia. Ela me ajudou. Era tão estranho. Vinha a água e escoava pela embarcação. Chuva fina. Frio, frio! Ela se molhava. Depois, a gente conseguiu sair daquela parte de sufoco. Ela disse: sofrimento né mãe? Aí, aquilo me doeu na alma. Eu disse assim: Meu Deus está na hora. Chega. Então, não foi naquele dia, mas aquilo assim. Que judiação! Pra que? Tinha uma amiga que me dizia: tu nunca vais sair daqui e eu não tinha o controle se ia ou não. Mas como aquilo doeu na alma, aí foi tudo sendo favorável. E as condições da própria saúde. Lá é tudo mais difícil. Botijão de gás, tu levas, tem que carregar; subir pelas pedras, caixa de gelo. Tudo é mais judiado. Então foi uma questão de entendimento mesmo porque chega uma hora, tu tens que parar porque não tem condições. E depois que deu para sair. E é interessante o teu trabalho Rose porque com o teu sentimento, com o teu trabalho tu consegues entender que as pessoas, na verdade são duas. No nosso caso, nós procuramos a parte espiritual. Nós procuramos servir a Deus. E em todo lugar, cada religião, cada pessoa. Tem duas pessoas. Tu estás procurando conhecer melhor o que há além daquilo que se vê só com os olhos. Eu pedia a Deus nos últimos dias: Senhor me dá um sinal. Por que disse tudo? E na Igreja ele falou que viria algo, alguém de algum lugar que eu nem esperava, que era algo mais grandioso que eu nem poderia imaginar. E tu chegasses, Rose, com essa pesquisa, algo grandioso, com as mulheres pescadoras de Santa Catarina: quantas histórias? Quanto sofrimento? Quanta luta? Mas também quanta coragem? Chegasse para ouvir a minha história; para me fazer falar e ao mesmo tempo ouvir. E eu, te contando, eu me emociono, [lágrimas] porque não parece ser a minha história. Parece que não sou e não fui eu. Mas é. Essa é a minha história. Mas eu quero te dizer que eu fiquei pensando essa noite na tua pesquisa e lembrei que tem mais pescadora: a filha da Ana e do Dé, a Cheila, a Patrícia, minha irmã, que trabalha também na banca de peixe. E a Patrícia é muito interessante. Conversando contigo sobre a tua pesquisa e com as conversas que a gente tem todo dia, eu passei a observar mais. A Patrícia inverte os papéis. Eu não tinha me dado conta disso. Vê se tu concordas comigo: nós todas somos as camaradas dos nossos maridos, dos nossos irmãos, como tu já escrevesse. Eles são os mestres. Acho que, de certa forma, a

gente reproduz o ser esposa e o ser camarada. Eles é que são as referências. No caso da Patrícia, não. Ela inverte. Quando ela sai com o marido, ela que é a mestre. Ela que vira aquele motor e lá vai. Ele é que senta na popa, como nós, as camaradas. Então tens que acompanhar ela também. A minha mãe não pode de ficar fora porque foi com ela que eu aprendi. Hoje, ela está mais na banca de peixe, mas se precisar ir, ela vai. Ela sabe tudo. E tem mais: eu sei que eu já falei e que vais fazer isso, mas eu quero reforçar: tens que escrever que cada uma de nós faz de um jeito. Tens que falar sobre os tipos de embarcações, os tipos de redes. Cada uma de nós tem um jeito de fazer. Pode ver: quando a gente viu o que tu mostrasses da Josi, lá de Florianópolis. É rede de espera, mas é outra forma de fazer. Tudo isso tens que falar. É muita coisa Rose. Até para mim, às vezes faz um nó na cabeça, mas é assim mesmo!

3.3.1 Patrícia, a irmã.

Figura 26¹⁴³ - Da esquerda para a direita, a mãe, Neneca, o pai e Patrícia, a irmã.



Começo pelo meu nome: Patrícia Castanho Conradt. Hoje eu estou com 34 anos. Tirei o primeiro ano do primário. Sou casada com Ednilson Conradt, que tem 36 anos. Ele não era pescador. Agora é.

¹⁴³ Foto cedida. Não souberam identificar a autoria, pois a imagem foi feita por alguém que visitou a ilha.

Ficou sendo depois que casamos pela dificuldade de ganho, por causa dos cinco filhos. Ele era eletricista e tinha época que não tinha como sustentar os cinco filhos com o que ele ganhava. Na época que as crianças eram pequenas, eu ficava em casa cuidando delas. Que nós começamos a pescar mesmo junto, nós dois, foi depois que eu tive o meu barco, o Dandico, em 2008. Dandico porque é o apelido do meu filho mais velho. O Dandico mede sete metros. Daí é tudo na mão. É motor de 11 HP. Eu tenho a carteira de pescadora. Ele também tem a dele. O barco, a gente conseguiu adquirir com o seguro desemprego. Eu já tinha a carteirinha de pesca e economizei para isso. Quando recebi o primeiro salário desemprego já guardei com esse fim. Nossa pescaria é camarão. Essa ele faz sozinho. A pescaria do caracol ou do caceio é a que nós dois fazemos juntos. Isso da pescaria, lá na ilha, quando a gente era criança, a Neneca ia com gosto. É assim: não é todo mundo que é para aquela coisa, para o mesmo. Ela gostava daquilo que fazia. Não era só porque gostava. Como ela te falou, ia também pela nossa necessidade. Não tinha que gostar. Tinha que ir e pronto. Eu, quando tinha que ir, ia chorando. Eu não gostava. Eu era a menor e não tinha o entendimento deles, que eram maiores do que eu: de que tinha que ir pela necessidade. Todos tinham que ir. Então era um berreiro só. Eu fui crescendo e acho que pela nossa necessidade, pela aquela vida de dificuldade, eu sempre dizia que não queria aquela vida para mim, que nunca ia casar com um pescador. Daí, eu não casei com um pescador. Eu transformei depois (risos). [A filha que, neste dia, estava junto ouvindo, falou, rindo junto conosco: *Não adiantou muita coisa. Pelo menos, a promessa que ela fez, ela cumpriu: não casou com um pescador*] Hoje, a vida pesqueira, para mim, é muito abençoada porque a minha vida, eu construí na pesca porque quando vivia só com o serviço dele, não passava necessidade, mas só dava mesmo para viver. Aí, depois que nós passamos a pescar junto, Deus abençoou bastante. A pescaria nossa, nós mesmos pescamos e eu mesma vendo. Daí valoriza mais porque o trabalho que nós fazemos entra todo para nós. Não passa por intermediário. Às vezes, quando, por algum motivo não estou pescando, compro do Nego e da Neneca porque eu vendo na banca do peixe, ali onde sempre vais olhar e conversar com a gente. Para vender na banca de peixe, eu acho que a mulher tem mais paciência porque a gente escuta cada coisa ali, cada besteira ou asneira dos clientes. O homem já vive mais estressado. Chega do mar com o peixe fresco e não tem paciência para ficar ouvindo o que às vezes a gente ouve. Por exemplo: o cliente olha e diz: ah, esse peixe não é de hoje, e o peixe acabou de chegar! Eles chegam com as caixas e jogam tudo e a gente

que vai organizar, congelar, vender. Ali na banca mesmo só tem um rapaz que vende, mas ele vende porque ele não pesca e os homens que pescam estão ali só para ajudar na limpeza do peixe. Não estão no balcão. Outra coisa é que os clientes querem mostrar que entendem de peixe: chegam cheirando o ar e querem dizer que, pelo cheiro, sabem como está o peixe. Se um peixe estiver estragado como alguns deles querem dizer, o urubu já teria carregado até o vendedor [risos]. Na semana passada, uma senhora falou para a amiga: Olha, se deve olhar o olho do peixe e esse não está bom. Ela pensou que eu não tinha escutado. E eu não aguentei porque o peixe tinha acabado de ser descarregado: a senhora não conhece nada de peixe porque o olho deste peixe está vivo! O peixe era fresquinho, tinha acabado de chegar! Aí, ela assim: Ah, eu quis dizer que o que a gente tem que olhar é o olho do peixe. É isso que a gente escuta; fora o cansaço, a dor que sente de movimentos repetidos. Na profissão da pesca, no tipo de pescaria, o que mais sofre são as mãos e as costas da gente. As mãos, os braços e as costas é o que mais força porque nós puxamos tudo nas mãos. Tem os barcos maiores que trabalham com rede, que puxam no guincho, no rolo. Eles não põem a mão em nada. Nós não. Nós é tudo na mão mesmo. Eu já fiquei doente pelo esforço repetido. Pegou os dois braços de tanto limpar peixe. Estou descansando estes dias porque o braço está doendo demais. Então, eu parei hoje e amanhã. Acho que era isso que eu queria te contar.

3.3.2 Luisa, a mãe.

Figura 27¹⁴⁴ - À esquerda, Neneca ao lado da mãe. No canto direito, o pai.



Meu nome é Luisa Castanho Correa. Tenho 62 anos. Eu sou nascida no Paraná, em Guaraqueçaba. Sou filha de pescador. Me criei desde pequena na ilha de Superagui. A gente vivia na pesca. Quem me ensinou foi o meu pai e a minha mãe, os meus irmãos. Desde os dez anos de idade eu pescava de rede, de linha com meu pai. Sei fazer rede, entralhar, sei tarrafear. Estudei só o primeiro ano incompleto. Eu sou a terceira filha. A minha família sobrevivia da pesca. A mãe da minha mãe também já vinha da pesca. Era misturado: pesca e plantação. Daí, lá eu conheci o meu marido. Ele já era separado da primeira mulher. Nos conhecemos e viemos para cá. Isso eu estava com dezoito anos. Ficamos na casa de parentes por algum tempo, depois arrumaram pra nós ficar ali no salão da igreja católica. Quando tinha festa nos tínhamos que sair tudo. Depois voltava. Depois é que fomos para a ilha, a dos Remédios. O meu marido tinha trinta e seis anos. Com vinte eu tive o meu primeiro

¹⁴⁴ Imagem cedida. Não souberam identificar a autoria, pois a imagem foi feita por alguém que visitou a ilha no momento em que mãe e filha ainda estavam molhadas na chegada da pesca onde pegaram um tubarão martelo.

filho. Em nove anos eu tive cinco filhos: é esse mais velho, o Ananias; depois vem a Neneca; depois o Salomão; depois vem a Patrícia; depois o Simião. Quem vive hoje da pesca é eu, a Neneca, a Patrícia, o Nego. O Nia também vivia, mas ele está doente, tem o HIV. Ele pegou pelas drogas. Essa é a realidade. Faz uns oito anos, mas é viciado desde os 14. Começou com maconha, depois foi indo e está doente. A família dele toda já vem assim. É uma tristeza. Essa é uma tristeza na minha vida. Eu ensinei a minha filha porque a gente levava ela junto. Depois, quando o pai ficou doente, era só eu e ela que ia. Eu e a Neneca. Ela, desde os dez anos já tinha uma cabeça de gente grande. O mais velho não. Então, ela assumiu o papel de mais velha. Quando o pai faleceu, ela que continuou a ir comigo. Ele batia muito em mim. Em mim e nas crianças. Ou era em mim ou nas crianças. Ele tinha que bater em alguém. Era assim. Tinha que ter a bebida também. Quando começava, eu gritava para as crianças correr. Antes em mim do que nelas! Corriam tudo, iam pro matto e ficavam até eu dar sinal. Às vezes eu passava alguma comida pela janela para elas comer. Deus o livre se ele visse! Era mais desespero. Foi assim. Eu acho que o mais velho ficou viciado porque ele ficava na casa de um lá, de outro pescador mesmo, até eu chamar de volta; e eu nem podia imaginar que isso acontecia. Se fosse sozinha eu tinha fugido, tinha me virado porque eu ia conseguir sobreviver. Mas tinha as crianças e eu me sujeitava àquilo para elas não morrerem de fome. Quando ele ficou doente, fomos a uma miséria extrema. Miséria. Miséria! Nessas horas, de miséria, de fome, a gente fica muito frágil sabe. Daí, foi quando essa minha cunhada me convenceu, me fez a cabeça e adotou a Neneca. Em troca, ela nos mantinha. Dava comida para eu dar para os outros. Foi uma situação extrema, no limite da miséria. Quando a menina foi, eu chorava dia e noite. Não tinha dia que eu não fosse botar comida para os outros filhos, que eu não lembrasse ela e não chorasse. Eu não agüentava. Depois, chegou um dia, ela veio com a tia, que a tia sempre vinha e trazia ela. Ela veio e pediu para ficar brincando com os irmãos. Quando a tia voltou para ir embora, ela disse: eu não vou mais! A tia disse: como assim? Eu não volto mais tia. Quero ficar com a minha mãe, que a mãe gosta de mim, não é mãe? Aí, a tia disse: mas tu não tens nem mais roupa aqui. Com o que é que vais dormir? Eu durmo de calcinha. Não tem problema nenhum. Eu não volto mais! Acho que, na época, ela devia ter uns seis anos. Era de seis pra baixo. Depois que ela ficou é que nós fomos então para a ilha dos Remédios. Nós vivíamos de doação também. Ganhava sacos de roupa, eu cortava mesmo à mão, sabe, e fazia as roupinhas deles: shortinho, blusa, calça. Tudo. Fazia assim. Eles ainda se lembram disso. Vai fazer

dezoito anos que vim da Ilha para a Barra do Sul. Fiquei quase quatro anos sozinha; depois é que casei com ele. É União Estável. Ele tem quarenta e sete anos; às vezes é meio criança, mas é um companheiro. Alegria na minha vida era bem pouco, era mais sofrimento, mas era assim. A gente resume porque se fosse contar tudo ia ficar aqui dias e dias e dias contando. Contar me faz pensar, me faz lembrar a minha vida, me vem muita coisa na memória. Me faz ficar alegre, mas também fico triste com as lembranças da tristeza, da miséria, com o meu filho que é doente, com tudo o que a gente passou. Mas também me faz ficar contente porque quatro filhos estão bem. Lutaram, venceram, tem suas famílias. Eu posso dizer que consegui criar os meus filhos; que eles são gente do bem. E, mesmo naquela miséria, tinha horas de alegria. E a minha filha preferiu ficar comigo, mesmo naquilo que a gente vivia.

CAPITULO IV – O MUNDO DA PESCA DAS MULHERES

Neste capítulo me detenho em discorrer, inicialmente, sobre a relação das pescadoras com alguns elementos que interferem diretamente na pesca, como luas, ventos, marés, tentando apresentar, em minha escrita, detalhes que compõem sutilezas do cotidiano da pesca. A ação de tais elementos remete à complexidade que norteia, não apenas as saídas e chegadas das embarcações, mas o próprio ritmo dos ciclos de fartura ou de escassez da pesca.

Se por um lado há uma proximidade das pescadoras com elementos ditos naturais para realizar a pesca, por outro, elas se referiam à relação que tem com o mar como sendo de terapia, onde, além de ser um fornecedor de alimentos, ele se converte em um amenizador de problemas, estresses, dores. Ir ao mar tornava-se uma forma cotidiana de encontrar renovação física, emocional e mental para conseguir dar conta de tudo o que lhes espera em terra: marido e filhos, tristezas, problemas, aflições. O que elas denominavam de vício pelo mar dizia respeito à forma como encontram forças para cumprir suas obrigações cotidianas.

Na seqüência do capítulo, me detenho nos instrumentos de trabalho, como as embarcações, agulhas, linhas, bandeiras para, logo a seguir falar sobre os peixes, os mais cobiçados e os mais perigosos; a morte do peixe *versus* a vida na pesca; a relação com outros bichos. Finalizando este capítulo, abordo algumas considerações sobre o trabalho em terra, onde observei a centralidade da cozinha, dos ranchos de pesca e do fogo; a relação das mulheres com as máquinas. E, por fim, as bicicletas.

4.1 O MAR

4.1.1 A sutil complexidade dos elementos atores

Eu estava no rancho de pesca de uma das pescadoras enquanto ela terminava uma rede que um cliente viria buscar mais tarde quando chegou outro pescador e, com uma voz baixa, iniciou o seguinte diálogo, em um tom de quase segredo, não sem antes dar uma olhada para trás em direção ao mar, como se alguém pudesse ouvir:

- Visse como ela chegou de surpresa?

- Então. E visse como ela veio exibida, mostrando força?

- Ela, quando quer, chega e vem. Não manda recado.

- Mas eu avisei que ela vinha. E quando ela vem, sai de baixo.

Eu, perto, apenas ouvindo, me perguntava: de quem estão falando? Quem é essa a qual se referem desta forma, falando baixinho? Será que é alguém que fez algo e pode voltar? Quem é esta tão poderosa da qual falam neste tom, como se ela, onde estivesse, fosse capaz de ouvir? Foi então, na seqüência do diálogo, que consegui entender o que se passava quando dona Naca continuou.

- Olha aqui. Eu tinha limpado tudo, varrido. Ela chegou e foi trazendo água por tudo. Só deixou a marca.

- Pois é. Essa triste, sem vergonha!

- Hoje ela não vem mais. Pode ficar tranqüilo. Já veio de manhã, mas vai voltar nessa madrugada. Tem que botar os botes¹⁴⁵ para a água. Olha lá do outro lado, como está forte. Está assim prá lá porque o vento é norte. Só naquele canto ali que ela não foi. Mas eu já disse que ali a maré não consegue chegar. No mais, é assim: ela vem e vai arrastando tudo. É poderosa!

No decorrer de meu trabalho de campo percebi um conjunto que mesclava complexidade e sutileza em que há elementos/atores outros, como marés, ventos, luas¹⁴⁶, cuja agência¹⁴⁷ repercute diretamente no

¹⁴⁵ Um tipo pequeno de embarcação.

¹⁴⁶ Como empregada da Epagri eu trabalhei e vivi nove anos em Governador Celso Ramos, eminentemente pescador, onde realizei minha pesquisa de mestrado em antropologia social junto a mulheres casadas com pescadores (Gerber, 1997), experiência que me permitiu conviver com esta relação direta humano/não humano na pesca. No entanto, em minha pesquisa de doutoramento vivi de forma muito mais intensa esta proximidade e relação por embarcar e acompanhar de perto as pescadoras em suas atividades ou quando se tornava impossível realizá-las devido a interferências destes agentes.

¹⁴⁷ Para Latour (2008), ator é tudo o que age. “Usar la palabra ‘actor’ significa que nunca está claro quién y qué está actuando cuando actuamos, dado que un actor en el escenario nunca está solo en su actuación” (LATOURE, 2008, p. 73). Daí se tratar de ator-rede em conjunto, cujas agências agem em simultâneo. Neste aspecto, visando deixar claro as muitas agências na ANT (actor-network-theory) emerge o termo actante: o que atua, que move, que produz ação. Latour vê todos e tudo como actantes. Porém, entendo que o sentido que se dá aos actantes advém do elemento humano que está em relação e, no caso das pescadoras e da pesca, tendo reações à ação dos demais elementos que as cercam e que influenciam suas atividades. Embora possamos considerar o vento, a lua, a maré, o mar como actantes, que agem sobre as possibilidades de

cotidiano pesqueiro. São elementos/atores que mandam, desmandam, influenciam, são observados, ouvidos, obedecidos, nas saídas para o mar ou nas permanências em terra. Para tentar entender o mundo da pesca, é preciso levar em conta que elementos, considerados comumente como naturais e, muitas vezes, sob os efeitos da ação do ser humano, têm uma agência que interfere diretamente na relação humano/não humano exigindo que o elemento humano esteja continuamente atento aos sinais, às mudanças e direções que fogem à sua vontade frente ao inesperado do vento que *muda*; da maré que *crece* e do mar que *não deixa sair*¹⁴⁸.

Não há uma maré. Há maré¹⁴⁹ cheia, maré vazante. Segundo os comentários que presenciei e a atenção dada pelas pescadoras, há uma agência na maré que a torna conhecida como *poderosa, exibida*, aquela que chega e vai invadindo a tudo, destruindo e bagunçando o que encontra pela frente; ou vaza, diminui vigorosa e rapidamente levando as pescadoras a questionamentos como: *se ela enche aqui, vaza em algum lugar. E quando vaza, para onde ela vai? Para algum lugar tem que ir!* É ela, dizem, que manda e determina se o mar se agita ou se acalma. Os movimentos de encher e vaziar da maré são ritmados, da direita para esquerda, ou da esquerda para a direita, depende de onde se está. Olhar a maré encher ou vaziar eram momentos que me permitiam observar a força que ela tem quando uma pequena folha seca caída na água era levada pelo fluxo rápido em direção ao mar ou a terra, dependendo se o momento era de encher ou esvaziar. Atentar repetidamente para estes movimentos permitiu-me constatar, de forma muito frontal, que se trata de um grande organismo vivo¹⁵⁰, em que tudo parece respirar junto no movimento: enche, vaza; inspira; expira.

pesca/não pesca, são as pescadoras quem lhes dão este sentido. Em última instância, portanto, são elas as atoras centrais da relação humano/não humano tendo em vista que são elas e os pescadores que interpretam, traduzem, compreendem o que os demais atores lhes *dizem* quando o tempo muda, a maré vira, o mar cresce ou a lua engorda.

¹⁴⁸ Viveiros de Castro (2002) trabalha com a noção de perspectivismo em que o mundo, para os indígenas é habitado por seres humanos e não-humanos onde um ponto de vista não é uma interpretação subjetiva. Não existe um ponto de vista sobre algo; este algo é o ponto de vista, tratando-se, portanto, de uma “ontologia integralmente relacional” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 385). A personitude e a perspectividade dizem respeito à experiência pessoal, que é mais válida do que qualquer dogma cosmológico substantivo na determinação dos seres que podem ser considerados agentes. Seguindo um raciocínio pautado pelo perspectivismo, poderíamos dizer que nas pescas outros seres ganham uma humanização a partir da qual mandam, desmandam, influenciam, permitem ou impedem saídas e chegadas.

¹⁴⁹ As marés são influenciadas pelos ciclos da lua, sendo que existe o que é chamado de tábua de maré, que registra e indica os horários do dia em que ela enche e vaza.

¹⁵⁰ Ver Ingold (2012).

Muito próximo da maré, está o mar posto que este seja totalmente influenciado por ela. Suas oscilações são decorrência dos movimentos dela advindos. Assim, *se a maré enche, o mar cresce; se a maré vaza, o mar fica magro*. Definições, verbos ou adjetivos costumeiramente atribuídos a humanos, como traíçoeiro, crescer, magro, inchado eram corriqueiramente definidores destes elementos/atores dos quais a pesca recebe influência. Se a maré enche, vaza e é poderosa; o mar não deixa por menos. Ele se mostra calmo ou se agita quando menos se espera. Mais do que isso, segundo minhas interlocutoras, ele tem o poder de perceber sentimentos, como ouvi várias vezes: *o mar sabe quem tem medo dele; não pode demonstrar; tem que ter respeito, medo não porque ele sabe direitinho; quando ele sente, ele pega quem tem medo. Escuta o que eu estou te dizendo: tu nunca podes demonstrar medo!*

Definiram-me as pescadoras que *o mar tem vida. Ele é vivo. Ele surpreende. Ele mostra para a gente quem manda. Mostra poder quando menos se espera. Às vezes, a gente sai com ele calminho, calminho. De repente, tudo muda. Ele cresce, encrespa, fica bravo. Assim, de uma hora para outra*. Estas falas resumem as muitas que ouvi a este respeito e as próprias experiências vivenciadas ao embarcar. O mesmo mar que um dia estava calmo, tranqüilo, dias depois, ou no mesmo dia, se mostrava agitado. Alguns dias, as embarcações me pareciam pequenas cascas de ovo flutuando em meio a uma imensidão de água que vinha de todos os lados.

Quando perguntei se o que manda na mudança de marés e do mar é, em especial, o vento, Neneca me respondeu: não. É mais do que isso. É um conjunto de coisas. No entanto, a lua foi apontada como agente central influenciadora dos processos ligados à pesca e que dizem respeito às diferentes e repentinas mudanças, o *encher e vazar* das marés, o *engrossar* do mar, a entrada de peixes. As pescadoras diziam-me que *ela influi em tudo. Pois não influi até na gravidez de uma mulher?* A lua se alterna em nova, crescente, cheia, minguante, cada qual sinalizando como poderá ser a pescaria. Trata-se de uma relação antiga e de um aprendizado de longo tempo, que vem desde os mais velhos, segundo as palavras de Neneca.

Ainda se for analisar, a lua é a chefe. É ela que comanda tudo: o mar, a maré, o peixe. Lua minguante e lua cheia são ótimas para peixe predador, que é o robalo, a anchova. Tem pontos na ilha que a gente espera o quarto minguante para botar a rede. A lua nova já é ótima para peixe

grande. O quarto crescente é bom, mas para tempo ruim. Ela rege. Rege sobre o mar, o clima. Ela influi nas gestações. Conta três dias. Três dias antes e três dias depois. Assim somos nós com os peixes. Ela tem força sobre o organismo, as plantações, tudo que cresce. Por que a maré cresce? Vaza? Influência da lua! Os antigos de nossas mães e pais para trás só se guiavam pela lua. Por ela, eles sabiam se ia dar um ou outro tempo; se a maré ia encher ou vaziar. Mas não é só isso. É um conjunto de coisas, como te falei, tem vezes que está uma lua cheia e a maré realmente enche. Mas, lá, outro dia, está uma lua cheia e a maré dá uma vazada. Então, não dá para dizer que tem uma regra única e clara. Pode ser aquilo que se espera e que normalmente acontece. Mas também pode não ser.

É interessante notar nas palavras de Neneca que o exercício de uma escuta e observação contínua dos *elementos da natureza* lhe propiciou concluir que há um conjunto de fatores que embora, às vezes, sejam previsíveis, podem também surpreender, fazendo com que não seja possível uma resposta fechada ou um consenso, conforme ela própria me advertiu certo dia: *Não tenta achar uma resposta para tudo o que estás vendo, ouvindo, acompanhando com a gente, com o mar, com o vento, com a lua, porque é mais complexo do que dizer: é isso!* Poderíamos dizer, tendo como inspiração Ingold (2012) que, por um exercício de convívio, observação e diálogo cotidiano com a natureza, Neneca pondera sobre possibilidades colocando em questão as (in)certezas que a natureza traz a cada momento. Ela não vê, prevê ou afirma. Apenas especula e pondera que pode ser uma coisa, mas que também pode não ser o que se espera. Neste sentido, “à medida que a evidência é orientada por um diálogo com a natureza, a previsão extrapola os fatos observáveis. Com base nesses fatos, trata-se de especular sobre o futuro e não de ver o futuro” (INGOLD, 2012, p.24).

A especulação sobre o futuro na prática significava que as pescadoras se postulavam por uma observação contínua e apurada dos movimentos do mar para a realização de seu trabalho a partir de uma relação que, longe de ser resumida a uma contemplação superficial de seus movimentos, passava por uma busca constante de interpretar o que o mar estaria querendo dizer. Aliado a isso, elas mantinham uma troca contínua com demais pescadoras e pescadores no que diz respeito a

confirmar o que sua observação indicava, por exemplo, quando havia suspeita de uma mudança brusca de maré. Elas buscavam se inteirar também sobre o que os meteorologistas estavam anunciando via meios de comunicação e o que os pescadores que possuíam equipamentos mais avançados estavam sabendo pelo rádio.

Aliado a tudo isso, poderíamos considerar como duas qualidades extremamente apuradas nelas: a sensatez e a paciência. Elas só saíam para o mar de acordo com os comandos destes elementos agentes ou esperavam o tempo que entendessem ser necessário para voltar à pesca, mesmo que esta atitude, em princípio, significasse perdas financeiras devido ao fato de ficar em terra. O tempo de espera era utilizado, na maioria das vezes, para revisar e remendar redes, arrumar fios, retocar a pintura da embarcação, arrumar um motor, fazer novas bandeiras. Ou seja, cuidar e manter os instrumentos de trabalho utilizados na pesca.

Em alto mar, o que aparentemente poderia ser visto como contemplação, era um exercício de interpretação em que as pescadoras mantinham uma atitude de atenção contínua, pois, segundo as mesmas, no mar não se pode ter qualquer momento de distração. Além da observação, a concentração é, portanto, uma atitude obrigatória para quem lida com o mar, tanto para preservar a vida quanto para realizar o que as pescadoras denominavam de *terapia*, sobre o que veremos a seguir.

4.1.2 O mar como vício, fuga, terapia

As pescadoras definiam como *vício* a vida no mar, em que, aliado ao que elas consideravam que é o que melhor sabem e mais gostam de fazer, diz respeito a uma necessidade interior de fazer, de precisar sair todo dia, de ir. Segundo elas, não se teria como definir este sentimento, pois somente quem é pescador é que teria condições de entender o que elas queriam dizer quando me diziam o que sentem pelo mar. *Não tem como explicar. Só quem é pescador para saber o que é; para sentir* (Josi). *É um vício. A gente precisa ir, mesmo que não pegue nada, mas tem que ir* (Alzira). *É um vício: a vida na pesca é um vício. Só quem é pescador para entender o que se sente* (Naca).

Outra questão refere-se a encontrar nas saídas para o mar uma espécie de *linha de fuga*¹⁵¹ da mesmice do cotidiano na casa e em terra.

¹⁵¹ Na proposta de Deleuze e Guattari, o rizoma, que é multiplicidade, é formado de linhas. “As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras. O

Ao fazer a constatação – que denominavam de gosto, paixão, vício – de que é esta vida que amam, elas colocavam em questão os papéis que se espera que desempenhem de ser pescadora e ser dona de casa em que, segundo elas, este último *apenas disfarçam*, conforme me narraram.

Eu prefiro a vida na pesca a trabalhar em casa porque em casa a gente trabalha, trabalha, trabalha a vida toda e não aparece e na pesca a gente vê a produção. Vê resultado (Cheila).

A vida que eu mais adoro na minha vida é andar nessa vida aqui ó, do mar. Em casa é todo dia tudo igual. A gente mesmo disfarça né (Mázinha).

Não é que a gente não faz os deveres de casa. Faz sim, mas prefere a vida no mar (Paulina).

Usamos este disfarce de dona de casa, mas vivemos para o mar. Estamos em casa, fazendo uma coisa, outra, mas o pensamento é no mar: se choveu, se vai dar vento; se o tempo mudou, se vai dar peixe, se não vai dar. E as donas de casa vizinhas não conseguem enxergar esta diferença. Um pano de louça é um pano de louça, mas não é aquela coisa branquinha. Nós somos de improviso. Diz isso no teu trabalho. Não há o capricho da dona de casa. E algumas chegam aqui, dando sugestão, dizendo como fazer. Não entendem que nós somos só um disfarce (Neneca).

Disfarçar diz respeito a algo que faz de conta que é. As pescadoras usavam expressões que faziam alusão ao que se esperaria de uma *boa* dona de casa em que o exemplo usado foi o pano de louça, que continuava sendo pano, mas não *aquele* da dona de casa exemplar: branco, sem manchas, engomado, passado. Neneca citou exemplos de vizinhas que chegavam a sua casa e não se davam conta de que ela era *uma pescadora disfarçada de dona de casa* e teciam sugestões sobre

plano de consistência (grade) é o fora de todas as multiplicidades. A linha de fuga marca, ao mesmo tempo: a realidade de um número de dimensões finitas que a multiplicidade preenche efetivamente; a impossibilidade de toda dimensão suplementar, sem que a multiplicidade se transforme segundo esta linha; a possibilidade e a necessidade de achatar todas estas multiplicidades sobre um mesmo plano de consistência ou de exterioridade, sejam quase forem suas dimensões” (DELEUZE E GUATTARI, 2009[1980], vol. 1, p. 17).

mudanças e atitudes caseiras que para ela não faziam sentido. As vizinhas estariam aludindo a uma atuação pautada por papéis de gênero que exigem da mulher o trabalho exclusivo no espaço privado da casa enquanto que Neneca e as demais pescadoras, ao preferirem embarcar, subvertiam esta expectativa.

Ao me narrar as motivações sobre a preferência pela vida no mar, elas me apontavam como centralidade o que poderíamos chamar de *fuga* de tudo o que lhes é exigido em terra, como as obrigações de dona de casa que compõem um cotidiano repetitivo no qual *não se vê os resultados do trabalho da mulher*, conforme resumiu a fala de Cheila, e onde reverberam os problemas familiares, afetivos e as dificuldades financeiras.

Uma terceira forma de significar o mar, que não é descosida das duas anteriores, concerne às saídas para o mar como, além de ser o que lhes fornece renda, ser aqueles momentos que elas denominavam como *terapia*. O mar, mais do que fornecedor de alimentos e de uma forma de sobrevivência financeira, se convertia em sobrevivência afetivo-emocional, linha de fuga cujo território permitia um abrandamento das angústias que perpassam seus cotidianos. Ir ao e voltar do mar era garantir a *sensação de missão cumprida*, mas também de *alívio*, de *observação e contato com a natureza*, de *recarregamento de energia*. O mar, ao contrário da monotonia que viam na casa, era *cada dia uma surpresa*.

Todo dia o mar muda e em que pese que fiquem tristes quando o mar não dá nada, ainda assim o preferem, pois ele dá um sossego, uma espécie de distração na necessária concentração que ele exige, embora sendo um espaço, muitas vezes, desassossegado. Vida instável e incerta, mas que lhes proporciona terapia em forma de uma trégua em meio aos desafios com os quais se deparam desde quando eram apenas meninas.

A gente vai, sai, esquece os problemas, volta mais animada, aliviada (Mãezinha).

O mar é uma terapia. Um alívio. Uma forma de aguentar a vida (Alzira).

A gente vai e volta com a sensação de missão cumprida. Faz uma terapia (Josi).

É terapia. É isso que o mar é (Néia).

A gente vai e foge um pouco das coisas que incomodam. Das preocupações, da dor, de alguma coisa ruim que esteja passando (Naca).

Na tentativa de fixar o dito (GEERTZ, 1989, p.29)¹⁵², eu perguntaria o que as pescadoras nos dizem quando estão dizendo o que dizem? Talvez estivessem sinalizando que a vida na pesca, que amam, é acionada não só como uma profissão que se faz por gosto, mas como viabilizador de alívio de preocupações e esquecimento de problemas. Porém, mais do que isso, talvez esteja na vida da/na pesca o alívio necessário para cumprir o disfarce cotidiano como dona de casa. O gosto pela vida no mar, portanto, na rua, entra continuamente em conflito com a obrigação de realizar os *deveres de casa* no âmbito doméstico. No jogo de inversão que elas próprias se constituem – pescadoras, cujo gosto é a vida de liberdade no mar - família, marido, casa, tudo consegue ser atendido graças à fuga momentânea que o mar propicia. Para viver o que delas é esperado em terra, como esposas e mães de família, por exemplo, só com as sessões diárias que o mar, como linha fuga, permite.

Muitas narrativas apontavam o mar como terapia, alívio das dores, esquecimento dos problemas. Porém, algumas falavam de um nível mais profundo onde além de ser um alívio-dor, o mar fez-se um verdadeiro mediador – que além de mediar as suas dores – forneceu-lhes um espaço para recuperação da sanidade, do equilíbrio e da vontade de viver frente aos problemas enfrentados, como situações de violência, perdas, dificuldades em que uma delas, Maria, disse que *pensou que ia enlouquecer*.

A narrativa de dor que mais situou o mar como um grande propiciador de amparo e retorno à vida foi a da própria Maria, a brasileira que, pelos motivos que ela própria nos narra a seguir, foi parar em uma das muitas ilhas de Portugal:

¹⁵² Ao discorrer sobre as características da descrição etnográfica, Geertz (1989) afirma que o etnógrafo inscreve o discurso social. Ao se remeter a Ricouer sobre a idéia da inscrição da ação, aponta para a pergunta: o que a escrita fixa? (GEERTZ, 1989, p.29) levando a outra questão central. Diz Geertz: “o que faz o etnógrafo? Ele escreve. Ao escrever, fixa o dito” (Idem, p. 30).

O mar me salvou. Se quiseres, posso falar sobre isso. Queres saber tudo?¹⁵³ Eu posso te dizer: o mar me salvou! O mar me devolveu a vida! Às vezes eu ainda tenho crises. Lembro de tudo; ou esqueço. Tenho dores de cabeça. Mas o mar está ali. Foi e é a minha salvação. Meu filho também já aprendeu a pescar, já sabe fazer de tudo. Sorte que me sobrou esse senão eu não sei o que seria se mim, sem meu filho e sem o mar. O mar é uma terapia que me tirou da tristeza. E te digo mais: o mar é mãe. E mais: de madrugada o mar é rosa. É lindo. O mar é rosa Rose, não é azul sempre não¹⁵⁴. É lindo! O mar foi a minha salvação. Eu não tenho dúvida nenhuma. Sem o mar eu não teria agüentado. Foi a melhor coisa que eu aprendi na vida. A melhor terapia que pode existir: o mar. É isso que eu posso te dizer (Maria, 38 anos).

Ponderando a partir de Deleuze e Guattari (2009[1980], vol. 1), reafirmo minha consideração de que podemos considerar que o mar seria uma linha de fuga: em princípio fornece alimento e possibilidade de renda – vida olhada pelo prisma econômico-financeiro. Porém, mais do que isso, ao servir como fuga do cotidiano em terra, torna-se linha de fuga da própria fuga, terapia que mantém a pescadora viva – vida afetivo-emocional que lhe permite continuar vivendo. Entendo que é possível pensarmos uma forma circular que envolve mulheres e mar onde não há um elemento a mais e outro a menos; há múltiplos – há trabalho, há vício, há terapia, há fuga – platôs que compõem o rizoma, que “conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços da mesma natureza [...] o rizoma é feito somente de linhas” (DELEUZE E GUATTARI, 2009[1980], vol. 1, p.32). E uma delas, a linha de fuga, faz parte do rizoma.

¹⁵³ Maria viveu uma tragédia envolvendo a perda de dois de seus três filhos com implicações que, se fossem aqui publicizadas, poderiam colocar sua segurança e a de seu filho sobrevivente em risco. Portanto, optei por omitir o que me foi narrado sobre esta passagem de sua vida me pautando por pressupostos éticos que dizem respeito à preservação da intimidade e da identidade de nossos interlocutores.

¹⁵⁴ Maria faz alusão aos diferentes matizes que são visualizados no mar, em especial no final da madrugada e início da manhã quando ganha tonalidades que vão do azul profundo ao azul claro, violeta, amarelo, rosa. Um fascinante e inacreditável espetáculo de cores.

4.2 INSTRUMENTOS DE TRABALHO

4.2.1 Embarcações

As embarcações, geralmente chamadas pelos leigos de forma geral de barcos, recebem diferentes denominações no meio pesqueiro onde batera, baleeira, bote, caíco, chata, são nomes que apontam cada qual para um tipo de utilização. A batera é uma embarcação feita de vários paus. Geralmente, tem até seis, sete metros. O batelão também é uma espécie de batera, mas com a borda, a popa e a proa mais levantadas, dando-lhe o aspecto de um bote. Tem cerca de seis a sete metros. A canoa é feita de um pau só, sendo que, geralmente, vai de sete a nove metros. A baleeira tem este nome pela sua forma abaloada, mais arredondada. Varia entre dez a doze metros. O bote é mais esguio. Varia de nove a doze metros. O caíco é pequeno e mais utilizado para o transporte até as embarcações maiores. Geralmente, tem torno de dois a três metros. A chata é uma embarcação mais reta, com o fundo chato, sendo que pode ter entre seis a oito metros. A chalupa tem a sua popa quadrada, reta, diferente do bote que é mais afunilado, podendo ser de sete a doze metros.

Acompanhei pescadoras que trabalhavam em bateras ou botes de madeira ou de alumínio. Algumas preferiam trabalhar a remo porque, segundo elas, o barulho do motor irrita; outras já aparelharam suas embarcações com motor, visto como um facilitador, pois permite deslocamentos maiores exigindo menor esforço físico.

Não encontrei, no decorrer de meu trabalho de campo, mulheres que trabalhassem diretamente na construção de embarcações sendo que, segundo me relataram pescadores com os quais conversei, também diminuiu muito o número de homens que continuam atuando neste setor da pesca artesanal. Em Barra do Sul, considerada pelos pescadores locais, *a capital da construção artesanal* ainda existia pescadores que aliavam à pesca, a fabricação manual de embarcações. Eles recebiam as encomendas de outros pescadores quando se tratava de uma embarcação nova, ou para fazer reparos nas usadas.

Para adquirir uma embarcação geralmente se acorre às linhas de crédito do Governo Federal, como o Pronaf¹⁵⁵. De forma geral, a

¹⁵⁵ Segundo me esclareceu um extensionista técnico da Epagri, o Pronaf exige uma série de documentos bem como a garantia de pagamento do financiamento contraído em que muitas vezes a embarcação com a qual já trabalham é utilizada para tal. Uma das dificuldades que os pescadores encontram se comparados aos agricultores é que, por se entender que vivem no *meio urbano*, quando procuram linhas de financiamento, muitas vezes não conseguem se

primeira embarcação é pequena, sendo que a maioria dos pescadores trabalha visando, mais tarde, adquirir uma maior, ou trocar por uma mais nova, mas do mesmo tamanho. Quando compram usadas, as embarcações já vêm com o nome, que continua o mesmo, pois já foi registrado na Capitania dos Portos. No entanto, se resolvem fazer uma embarcação nova, geralmente optam por nomes de mulheres da família visando *fazer uma homenagem*. Outra opção muito comum são os nomes dos filhos, bíblicos ou de santos e trechos do evangelho.

Por exemplo, a embarcação que Neneca usava no início de minha pesquisa, que adquiriu usada, tinha o nome de Elias Davi que além de ser o nome de seu filho menor, é também um nome bíblico¹⁵⁶. A embarcação de Mãezinha reproduzia o seu apelido, Mãezinha, que ela própria escolheu, enquanto que a de dona Naca tinha seu próprio nome, que foi escolhido pelo filho pescador, para lhe homenagear, fazendo-lhe uma surpresa. Iliete e o marido optaram pelo nome da filha mais nova, adotiva, com o intuito de lhe demonstrar o quanto é amada, sendo que já possuía as embarcações Eduarda I e Eduarda II. Também foi comum ver nomes ou expressões jocosas, como a canoa Tansinha, cujo significado diz respeito à mulher que não é muito esperta.

A manutenção era feita continuamente, sendo que uma vez ao ano, geralmente, a pintura das embarcações é refeita, momento este em que encontrei mulheres trabalhando com seus maridos. Ao perguntar-lhes como escolhiam as cores, a maioria dos homens respondeu antes

enquadrar nas regras do Pronaf que exige comprovação de em torno de 70% da renda seja oriunda da atividade considerada *rural*, ou no caso, pesqueira (o que também precisa ser repensado). Vejamos o exemplo: um pescador que na safra, mesmo tendo atividades urbanas, consegue vender sua produção por R\$80.000,00/ano (sendo sua esposa funcionária pública que ganha R\$20.000,00 anuais) terá acesso ao crédito rural e direito a DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf). Por outro lado, um pescador que tenha renda anual de R\$20.000,00 e a esposa também tenha a mesma renda de R\$20.000,00/ano, alcançando 50% de renda com a pesca, não se *enquadra* para ter acesso ao crédito rural. Outra questão é que, ao contrário do agricultor que tem atividades como pernoites, lazer, refeições, pousadas rurais entendidas como *atividades rurais*, aquelas que os pescadores realizam como frete de embarcações, viagens para os turistas, venda de refeições, artesanatos, aluguel de casas aos veranistas, etc. são enquadradas como *demaís*. Em assim ocorrendo não conseguem a DAP, exigência central para acessar aos financiamentos com juros mais acessíveis. Sobre formas de financiamento via Pronaf, ver: www.pronaf.gov.br.

¹⁵⁶O que para sua família era extremamente significativo pela religião vivida de forma muito dedicada e fervorosa. Neneca e sua família pertenciam à Congregação Cristã no Brasil, cujos cultos que ela freqüentava ocorriam às noites de quinta-feira e domingo. O aspecto da religião, da religiosidade e da fé, embora eu não tenha me aprofundado nesta tese, era recorrente em algumas pescadoras. Encontrei mulheres participando das seguintes igrejas; Católica, Assembléia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, Espírita. Outras, no entanto, diziam não acreditar *em nada disso*.

que a mulher pudesse falar¹⁵⁷: *é ela quem decide, pois entende melhor da combinação das cores*. Para serem pintadas, as embarcações eram retiradas dos ranchos e levadas para a praia, onde todo o processo de lixar e pintar ocorria em etapas sucessivas. Depois de concluído o trabalho, eram devolvidas aos ranchos, locais de abrigo daqueles que as possuem. Ou mantidas ancoradas em local próximo, alguns dos quais denominados como *portos*.

Figura 28 - Botes para a pesca de peixes;a canoa Tansinha, pronta com pegas de siri.



¹⁵⁷ No início do trabalho de campo os pescadores me questionavam muito sobre porque eu não fazia também uma pesquisa com e sobre eles, afinal *quase ninguém vem saber de nós*. Ou: *nós também queremos falar. Por que só com elas?* Ao que lhes explicava meu propósito. No entanto, mesmo eles sabendo que meu interesse era pelas pescadoras, quando podiam, sempre entravam nas conversas, opinando, comentando, contando algum episódio. Percebi uma espécie de necessidade de falar e ser escutado.

Figura 29 - Botes para a pesca de peixes; a canoa Tansinha, pronta com pegas de siri.



4.2.2 Agulhas, linhas, redes

Pescas. Pesca de peixes, de camarão, de siri, de berbigão, foram as que acompanhei. Entre os peixes, corvina, linguado, tainha, anchova, robalo; camarão sete barbas, camarão branco. Os peixes têm suas épocas e diferente valor perante o mercado. Assim, tem-se um calendário anual composto de diferentes espécies e distintas formas de pescar. Maio a julho era a vez da tainha, peixe cobiçado pelos clientes que acorriam aos mercados e barracas, e festejado pelos pescadores e pescadoras. Os anos de 2011 e 2012 foram considerados fracos, pois *a tainha passou longe, lá fora*.

Esta circularidade que preenche o calendário da pesca no decorrer do ano é acompanhada por uma embarcação que serve de base para a captura, mas as redes¹⁵⁸ mudam de acordo com o tipo de pescado e a época do ano¹⁵⁹. Há aí uma diversidade que faz parte do que se chama

¹⁵⁸ Faço um agradecimento especial ao colega da Epagri, Jefferson Oliveira, de Laguna, especialista na área da pesca, com o qual tive conversas que contribuíram para me esclarecer acerca das diferenças sobre apetrechos, redes, embarcações, o que aliei ao que as pescadoras me narraram.

¹⁵⁹ Existem também, além das redes, outros tipos de apetrechos para realizar as pescas: Pesca de peixe com anzol: apetrecho de metal para captura individual de espécie. Pesca de figsa: é uma espécie de tridente, cuja pesca é realizada no complexo lagunar. O pescador fica na proa da embarcação para ter visão de onde está o linguado. Rema lentamente até avistar o linguado, momento em que vira o lado do anzol que é o próprio tridente, fisingando-o. Pesca de gerival, ou berimbal: no complexo lagunar é proibido. Em São Francisco do Sul é legalizado. Em uma batera ou canoa, um pau atravessado do lado dela, se bota um par de gerival de um lado e um par do outro e se captura só o camarão. É predatória também, pois pega todo o fundo. Pesca de siri: existe a feita com covó que é uma armadilha fixa de fundo. Põe no final da tarde e retira no dia seguinte. Existe ainda a feita com espinhel, que é um fio de nylon aonde vai se dando nó e colocando carne de gado. Em média, de cinqüenta em cinqüenta centímetros e vai se soltando no fundo; tem cerca de 800 a 1000 metros de comprimento. Espera-se cerca de meia hora,

de ‘panos da rede’ onde, dependendo o seu tipo, uma rede pode ter um, ter três panos, ter muitas braças¹⁶⁰. A rede para camarão é uma; as redes para peixes mudam de acordo com o tipo, o que vai repercutir no tamanho da malha. Assim uma rede para corvina tem malha oito, uma rede para tainha, tem malha dez, uma rede para peixes menores tem malha seis. Para a pesca de siri que acompanhei, eram usadas armadilhas chamadas de gaiolas, feitas de madeira e fechadas com linha de algodão após se colocar as iscas.

A expressão utilizada para refazer e recuperar a rede que se rompia durante a pesca era *consertar*, *remendar*. Pescadores e pescadoras faziam este trabalho, geralmente juntos, dependia o tamanho da rede e o estrago que tivesse sofrido. Para tanto, eram utilizadas agulhas e linhas e, a exemplo do processo usado por costureiras e alfaiates, os panos iam sendo costurados e refeitos à medida que a agulha avançava em meio às malhas, refazendo os nós que davam formato aquele tipo de rede. Se antes as linhas eram de algodão, cada vez mais são substituídas pelas de nylon, *made in China*¹⁶¹, o que exige firmeza e ao mesmo tempo provoca fissuras nas mãos que consertam.

depois se passa com a embarcação e vai recolhendo tudo com um puçá, que é uma espécie de coador. O pescador fica praticamente deitado na embarcação; a linha vai correndo pela mão direita e, com a esquerda, munida de um puçá, retira os siris.

¹⁶⁰ Braça é uma medida usada pelos pescadores e pescadoras onde utilizam o braço esticado como referência. Daí se dizer que a rede tem tantas braças.

¹⁶¹ O que trabalhei em Gerber (1997). Sobre Globalização, ver Bernan (1986); Appadurai (1990); Featherstone (1990; 1995); Fonseca (1993); Harvey (1994); Ortiz (1994); Rial (1995). Os denominados ‘panos de rede’, atualmente são feitos industrialmente com linhas de nylon, e chegam às mãos de quem vai confeccionar a rede propriamente dita via comércio local. Se antes toda a confecção era feita em casa a partir de linhas de algodão, rapidamente a produção industrial avançou no cotidiano da pesca num rápido processo, que Harvey (1994) chamou de *encolhimento do mundo*, uma compressão espaço-tempo que teve um forte impacto sobre práticas político-econômicas e sobre a vida social e cultural das pessoas (HARVEY, 1994, p.257).

Figura 30 - agulhas e linha para consertos de redes



Figura 31 - momentos de conserto de uma rede feito por Neneca e Nézinho.



4.2.3 As bandeiras

As bandeiras me fascinaram desde o primeiro momento, o que provocava risos em pescadores e pescadoras, levando-os a me questionarem constantemente: “mas o que tu vês nessas bandeiras? São só bandeiras”. O que viam como sendo *só bandeiras* apontava-me que haveria muito mais a ser considerado quando pensamos sobre a intenção da bandeira: sinalizar os pontos de pesca no mar. Em um cotidiano que,

visto de fora pode ser interpretado como sem regras, sem normas, sem leis e que segue um fluxo ditado pelo mar, pelo tempo, pelos ventos, ao contrário, se mostrou intensamente pautado por regras muito claras em que a primeira diz respeito a ter que gostar da pesca para na pesca continuar. Uma segunda regra remete a considerar que, se o mar aparentemente não tem dono, não tem cercas, é possível afirmar que há uma complexidade alusiva aos muitos territórios que são sinalizados e que, portanto, mostram para os que ali circulam quem é o *dono* daquele ponto. A delimitação e a sinalização destes territórios, embora sejam migrantes e se desloquem de acordo com a época do ano, é marcada pelas bandeiras.

As bandeiras são, portanto, os sinalizadores que mostram visualmente onde estão colocadas as redes de pesca, uma forma clara de delimitar e dividir o espaço do mar e, embora aos olhos leigos possam parecer todas iguais, cada pescador sabe qual é a sua. Ao perguntar-lhes como a identificavam e como faziam para diferenciá-la em meio a tantas, as respostas: *cada um faz de um jeito; cada um costura de um jeito; cada um inventa uma forma de saber que aquela é a sua*. São jeitos de amarrar, de dobrar, de fazer, de costurar em que cada um tem e identifica a sua forma.

Ao perguntar-lhes como e com que material faziam, uma resposta em comum: *inventamos*. Na ocasião de minha pesquisa, observei e eles me contaram que estavam usando muito restos de guarda-chuva. Ao indagar-lhes como chegaram aos guarda-chuvas, me esclareceram: *Testamos e vimos que dura muito, não resseca tanto no sol e mantém a cor por mais tempo*. Na verdade, percebi que tudo se aproveita em uma permanente bricolagem: restos de panos, de saias, de camisetas de clube de futebol e de tecido de guarda-chuva ou sombrinhas.

É interessante aqui remeter a Luis Martins, 2007, que, no contexto de Portugal, se referia à criatividade, às invenções e reinvenções dos pescadores em que estes constroem, consertam e laboram com as artes de pesca, sendo que a atividade pesqueira dependia de uma sucessão de invenções e novidades cotidianas. Dizia Martins (2007) que não se tratava só de imaginar como se deveria construir um aparelho que opera escondido da vista, mas que todas as possíveis circunstâncias são levadas em conta, sendo que cada profissional constrói o aparelho e reinventa-o diariamente.

Eu diria que a capacidade criadora de pescadores e pescadoras é de tal forma inventiva que, concordando com Martins (2007), qualquer tentativa de descrição verbal é insuficiente para revelá-la na totalidade. Ao inventar e reinventar formas de viver a pesca, eles se inventam e

reinventam dando ao já diverso universo da pesca, mais diversidade, possibilidades e peculiaridades que fogem a qualquer material inicialmente adquirido de produções industriais. Ao fazer isso, estão reinventando formas diferenciadas de viver a dita cultura pesqueira. “Os procedimentos de reinvenção são discretos, quase invisíveis, porque correspondem a pequenos acréscimos, que aproximam o aparelho de um grau de perfeição por ele intuído” (MARTINS, 2007, p.60), sendo que cultivam uma atitude e um “espírito metódicos, e são intelectualmente rigorosos ao aproveitarem as experiências do passado” (MARTINS, 2007, p.60).

Na sucessão de testes e experiências, vão alternando os materiais, acrescentando outros, inventando e reinventando seus utensílios, equipamentos e complementos. Nas palavras de Neneca, um improvisado em que juntam algumas peças, criam outras, testam e voltam a criar em um exercício contínuo de aproveitamento, colagem, emendas, remendos. Lévi-Strauss (2002[1962]), ao usar a expressão *bricoleur*, esclarece: “o *bricoleur* é aquele que trabalha com as mãos [...] como no *bricolage*, no plano técnico, a reflexão mítica pode alcançar, no plano intelectual, resultados brilhantes e imprevistos [...] (LÉVI-STRAUSS, 2002[1962], p. 32).

O *bricoleur* está apto a executar um grande número de tarefas diversificadas, porém, ao contrário do engenheiro, não subordina nenhuma delas à obtenção de matérias-primas e de utensílios concebidos e procurados na medida de seu projeto: seu universo instrumental é fechado, e a regra de seu jogo é sempre arranjar-se com os ‘meios-limites’, isto é, um conjunto sempre finito de utensílios e de materiais bastante heteróclitos, porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento nem com nenhum projeto particular, mas é resultado contingente de todas as oportunidades que se apresentam para renovar e enriquecer o estoque ou para mantê-lo com os resíduos de construções e destruições anteriores. (LÉVI-STRAUSS, 2002[1962], p. 33).

Resumindo o princípio norteador central do exercício cotidiano pelo qual se pauta o *bricoleur*, ocorrendo aqui ao que elas próprias me afirmaram, é que *a gente sempre guarda as coisas que ganha ou que*

acha. Nunca se sabe ao certo, mas sempre pode servir para alguma coisa. O material de destruições anteriores existe e fica à espera da oportunidade de ser transformado de acordo com a necessidade do momento.

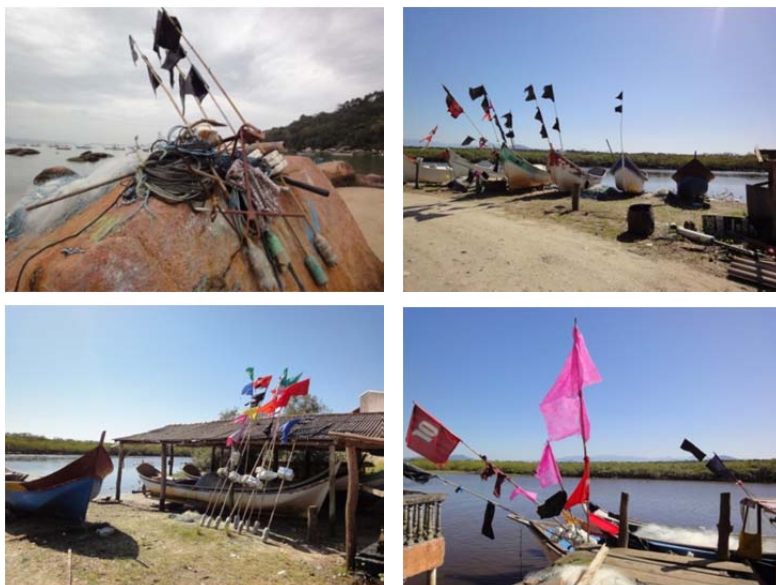
Em relação ao processo de bricolagem com que confeccionavam as bandeiras, a exemplo das redes de pesca, também percebi uma repetição do ato de costurar. E observei e registrei um pescador a fazê-lo: primeiro, de forma muito cuidadosa, cortou todo o tecido que revestia cada varão de dois guarda-chuvas. A seguir, recortou-o em pedaços para, na seqüência, costurar cuidadosamente cada recorte, um ao lado de outro, em uma vara de bambu que finalmente, se tornou o sinalizador, a bandeira, que foi imediatamente levada à embarcação.

Ao observar atentamente o que o pescador fazia, me pareceu que sua mão grossa e ressecada pela pesca, se tornava extremamente delicada à medida que a seqüência cuidadosa que compunha cada etapa da costura ia sendo cumprida. Com agulha, tesoura e linha, assim o pescador costurava e criava aquela que saberia, entre tantas, ser a sua bandeira, algo que me remeteu a Durand (1995), quando se debruçou a descrever sobre a arte do sapateiro que consta, segundo o autor, em unir com agulha e linha os fios que aliam costura e imaginação (DURAND, 1995, p.17).

Figura 32 – Dé transformando uma sombrinha em bandeira.



Figura 33 - Algumas formas de ser bandeira.



4.3. O PEIXE

4.3.1 Os mais cobiçados e os mais perigosos

Segundo Haimovici & Klippel (1999), de modo geral, os peixes são estudados de acordo com o ambiente onde vivem. No mar, são duas as principais categorias: demersais, que na linguagem nativa são os que *vivem no fundo marinho* ou ali se alimentam; e pelágicos, que diz respeito aos que vivem ao longo da coluna d'água. Ou seja, na superfície, e não se alimentam sobre o fundo.

Entre os demersais, os mais cobiçados, em se tratando de litoral catarinense, são os linguados (família Achiridae e Paralichthyidae), os bagres (família Arllidae), os scianídeos, como a corvina, o papa-terra, a pescadinha e as pescadas branca e amarela, a família carangidae, com os peixes-galo, pampas e a guaivira. Também se incluem todos os camarões pescados, com destaque para o camarão-sete-barbas que, na ocasião, era a espécie de maior importância para a frota artesanal de arrasto em Santa Catarina. Encontrei também pescadoras que lidavam com berbigão.

Entre os peixes pelágicos de maior importância estão a tainha e as tainhotas ou paratis (família Mugilidae), os robalos (família Centropomidae), a anchova (Pomatomidae), a espada e os peixes cartilagineos, como as arraias e os tubarões.

Em termos de perigo, podemos nos referir aos peixes considerados mais temidos pelos pescadores, entre os quais se incluem os tubarões, principalmente o tubarão-tigre que, segundo relatos, se finge de morto no barco para atacar. Por outro lado, estão as arraias, que possuem um ferrão ou dão choques, como a treme-treme, e os bagres que tem esporões ou espinhos junto às nadadeiras, os quais facilmente infeccionam devido ao muco presente no corpo do peixe que carrega uma carga elevada de bactérias, além de ser extremamente doloroso. A arraia ainda é considerada como tendo a carne *muito forte*, o que faz com que em algumas localidades seja evitada pelas mulheres durante os períodos de gravidez e pós-parto, denominado *resguardo*¹⁶².

4.3.2 Os peixes e as redes

Em relação às redes utilizadas conforme o peixe a ser capturado e as formas de pescar, de acordo com os tipos de pescarias, encontrei as seguintes: rede de espera fixa: em alguns lugares é chamada de manjuada, sendo que existe: a) de superfície, que é usada para a tainha; para diversos peixes, os demersais, b) de meia água, para anchova, em alguns casos, sardinha; e c) de fundo: abrótea, cação, corvina, os chamados peixes de fundo. Algumas redes são lisas, de um só pano, e mais usadas dentro de lagoas. Outras são de três panos para capturar peixes maiores. É a chamada rede de malhão, pois são três malhas, sendo mais usada para o mar aberto. Outra rede muito usada é a rede de cerco: é uma rede lisa, de um só pano; usada para tainha e anchova. Geralmente é mais utilizada em lagoas, ou águas mais tranquilas. Dentro do cerco existe, em algumas regiões do estado de Santa Catarina, o que chamam de *bate-bate*¹⁶³ que, na prática, significa bater com o remo na embarcação, ou na água, provocando um eco que confunde o peixe e faz com que entre na rede.

¹⁶² Maria Fernanda S. Pereira, 2011, realizou sua pesquisa de mestrado na Costa da Lagoa, Florianópolis, em que analisou as concepções e práticas relacionadas à formação da criança, onde observou que esta era simultaneamente, um ser individual, mas também membro representante da família formadora de uma rede relacional. No decorrer de sua pesquisa, realizada com mulheres grávidas ou em período de resguardo, emergiram questões que diziam respeito a prescrições e permissões alimentares no período de gestação e no pós-parto.

¹⁶³ Aspecto este citado por Gioconda Mussolini, quando de forma pioneira descreveu o cerco.

A rede feiticeira, também chamada rede de currico, é pouco usada no Estado pela pesca artesanal. Verifica-se um uso mais freqüente por turistas, na pesca de praia. É uma rede feita de três panos; chamada também de rede de malhão. Tudo o que entra na rede feiticeira, não sai. Em alto mar, ela é amarrada na embarcação e vai seguindo conforme a maré. Outra modalidade utilizada, considerada predadora, pois arrasta o fundo do oceano é a rede de arrasto de camarão. Trata-se de uma rede, cuja panagem é feita de linha mais grossa e cuja pesca é realizada com pranchas de madeira e com ferro para dar o peso necessário para arrastar. A época de seu defeso (no caso, camarão rosa e camarão sete barbas) era de 01 de março a 31 de maio, desde 2009.

A tarrafa é uma rede usada comumente pelos pescadores, podendo ser de três tipos, conforme a finalidade: a) lisa, de malha três para camarão. Não tem o tenso (que serve para ensacar o camarão); b) de rufo (para pegar peixe); c) de argola (quando puxada, forma o rufo em toda a sua extensão).

A prática com rede de arrasto de praia é realizada esporadicamente, sendo que também arrasta o fundo, capturando diversas espécies de peixes, tanto grandes quanto pequena. A diferença em relação ao arrasto no mar é que se faz o cerco da praia para a água, saindo da areia e fazendo o cerco; a seguir, se volta para a areia. É realizada com canoa a remo e puxada por homens. Uma peculiaridade da região Sul de Santa Catarina, no município de Araranguá, é o fato de ser feita com motor e puxada por trator.

A rede denominada de aviãozinho é considerada uma armadilha fixa, pois o que entra, não sai, sendo que funciona com uma atração luminosa. Em alguns lugares se chama de ponte estrela. O período de defeso era de 15 de julho a 15 de novembro. Na ocasião, existiam 28 áreas que foram balizadas desde 1986, 22 áreas oficiais e seis de acordo de pesca (que não é autorizado, mas feito por meio de um acordo com o Ibama). Cada pescador tem direito a três pontos com seis redes cada um, totalizando 18 redes. Pela legislação a rede pode ter até 14 metros, mas os pescadores artesanais, segundo informações de técnicos da Epagri, costumam usar redes menores. A legislação permitia, na época, malha três, mas como as fábricas não conseguiam fazer com esta malha, ficava em 2, 8, o que acabava sendo aceito. Era usada no complexo lagunar e na lagoa do Sombrio, Sul do estado de Santa Catarina.

4.3.3 A morte do peixe; a vida na pesca

É preciso que o peixe morra para que o pescador viva. A atividade da pesca está imersa em uma relação de vida e morte em que para pescadoras e pescadores conseguirem continuar na atividade, peixes, siris, lulas, camarões, e demais pescados que fazem parte de seu cotidiano, precisam ser capturados e mortos diariamente. Não há culpa, nem piedade, nem se pensa sobre, pois é necessário que o peixe seja fresco, embora se trate de um peixe morto. Se o peixe, por exemplo, chegar às bancas de comercialização ainda com sinais de vida manifestos nas leves aberturas de boca e guelras procurando um pouco de ar, ou em movimentos inesperados de seus corpos, melhor: os clientes vibram e tem a certeza da qualidade do frescor do *produto*.

Acompanhar os momentos de captura dos peixes me colocou freqüentemente em conflito devido ao confronto direto com presenciar, em uma experiência audiovisual, o testemunho da morte dos bichos. Comprar um desejado e desejável *peixe fresco* no mercado público é uma coisa que eu, como cliente, estava acostumada a fazer corriqueiramente. Sempre se quer o peixe fresco, mas o peixe já está morto. Não salta na sua frente nem lhe olha como se pedisse socorro. Acompanhar o processo de morte dos peixes e de outros bichos, como pesquisadora, me fez refletir sobre a subjetividade em campo¹⁶⁴ ponderando sobre até onde vamos, mesmo nos contrariando, angustiando, sofrendo, para levar a cabo nosso propósito de realizar uma pesquisa.

Inesperada, mas rapidamente, aprendi que a morte deles – os peixes - tem som. Ouvi-los me deixava angustiada, inquieta, me sentindo sufocar e, instintivamente, puxando meu próprio ar. Após a primeira vez que vi e ouvi este processo, espontaneamente perguntei à pescadora e seu esposo: vocês não têm pena de ver o peixe morrer? Não se sentem agoniados? Ambos rindo muito, me responderam de forma jocosa: Rose, vou falar uma coisa: não me faz esta pergunta ridícula para mais ninguém. Se perguntares isso aos outros pescadores, eles vão te jogar do barco com roupa e tudo. Onde já se viu ter pena do peixe? (pescador); Para nós vivermos, o peixe tem que morrer. Entendes? É a regra: a morte do peixe é a vida na pesca (pescadora).

¹⁶⁴ Todos nós nos deparamos com questões em campo que dizem respeito à subjetividade. Neste sentido, sugiro ver, entre outros, Rabinow (1977); Nigel, 1983; 2006[1983]; Clifford, 2008[1994]; Geertz, 2008[1983]; Ramos de Oliveira, 2009; Maluf, 2010; 2011.

O golpe final na cabeça ou entre os olhos, caso fosse necessário, se tornava extremamente angustiante para a antropóloga em meio à familiaridade dos profissionais que matavam de forma certa. Para eles e segundo eles, para o pescador viver, o peixe tem que morrer. *É assim; é o processo natural*, me diziam. Se ali em frente a eles, eu me vi tendo e me forcei a demonstrar uma *naturalização* do que via, foi no diário de campo que consegui registrar minha aflição frente a estes momentos:

Que angústia! Como mexe comigo ver os peixes morrendo. Comprar peixe fresquinho em uma peixaria ou no mercado é uma coisa. Agora, presenciar eles morrendo, é outra completamente angustiante. E tem som! O peixe tem som. Essa sequência de sons que vai do mais forte e, gradativamente, diminuindo, até acabar me angustia. E o golpe final, quando precisa, entre os olhos? Nunca tinha pensado nisso: um peixe fresco é um peixe recém morto, ou ainda quase vivo (Barra do Sul, 13.09.2011).

Ainda não me acostumei com os respiros finais dos peixes, siris, arraias. Presenciar de perto o processo de morte deles tem me incomodado. Juro: eles me olham. Ontem, uma arraia olhou para mim¹⁶⁵. Fiquei angustiada ao observar sua falta de ar e movimento de ida e vinda do que me parecia seu peito. Estava ali, acompanhando aquele ir e vir quando, de repente, a arraia abriu os olhos e olhou para mim ao mesmo tempo em que abria, em agonia, a pequena boca. Por um momento fiquei com o olhar fixo no dela para, a seguir, rapidamente, o desviar e seguir olhando outros detalhes daquela manhã, como o trabalho

¹⁶⁵ A expressão que uso não tem qualquer relação com a obra de Tânia Stolze Lima, 2005, “um peixe olhou para mim”. A autora trabalha sobre o povo Yudjá e a perspectiva centrando sua pesquisa sobre o cauim, bebida fermentada que seria gente, pois, de certa forma, mata. “O cauim é tido por seus *iwa* como ‘gente’ porque a embriaguez é um grau de morte. Penso que tem um sentido implícito: não nos mataria se fosse gente. Em outras palavras: se a gente morre-um-pouco, só pode ser gente. Se os *iwa* são retratados, como parece, em uma tentativa de restituir o raciocínio dos que batizaram a bebida no passado, é, talvez, como se tivessem dito a si mesmos: o cauim nos mata-um-pouco; até parece que é ‘gente’!” (LIMA, 2005, p. 380). A expressão que utilizei naquele dia em campo foi apenas como evocação imediata do que senti quando o olhar da arraia se deparou com o meu.

de separação do peixe, a chegada de outros pescadores, enfim, qualquer coisa para não ficar ali encarando aquela arraia que, fragilizada, me olhava. Abria e fechava os olhos enquanto dava os últimos suspiros. Não agüentei, desviei os olhos da arraia e fui observar os urubus que faziam da festa com os restos de peixes e ao que, daqui a pouco, seriam agregados os restos da arraia (Palhoça, 29.06.2011).

Poderíamos pensar que as pescadoras se pautam por uma forma rizomática onde, em alguns momentos defendem alguns bichos e se indignam frente a atitudes em relação a outros. Porém, para o sucesso na repetição cotidiana de busca pelo sustento familiar, a morte de um dos bichos é central, desejada e, caso não ocorra pela rede que lhe captura, o golpe final é desferido sem qualquer cerimônia ou culpa tendo em vista que, para o pescador viver é preciso que o peixe morra. O mesmo peixe que emociona a pescadora *como um filho que se vê pela primeira vez*, a seguir é firmemente abatido, pois só assim reverter-se-á em vida para quem lhe capturou. Não há aí *nada de errado*. Portanto, “não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau” (Deleuze e Guattari, 2009[1980], vol. 1, p.18). *É assim que funciona a pesca*. Como um rizoma, que se expande feito tentáculos muito sutis, pescadores e pescadoras defendem a vida de bichos e a relação com eles. Mas também dependem da morte de outros para que a própria vida continue viva.

4.3.4 Outros bichos: cachorros, gatos, gaivotas, urubus

Há pequenos animais, como cachorros, gatos, garças, que fazem parte do cotidiano da pesca e aonde seus donos ou donas vão, eles estão juntos, cruzando caminho, se metendo na frente, no meio, bisbilhotando, cheirando, rosnando, espreitando para ver se ganham algum naco de comida. É assim com Marjorié, a cadelinha de Mãezinha; Tico, o gato de sua filha; Tuco, o cachorrinho de dona Iiete; Sara, a garça-amiga de Neneca que aparecia sempre que os peixes estão sendo limpos, e que, quando não ia, era lembrada: o que será que aconteceu com Sara que hoje não veio?

Por outro lado, havia bichos que nunca eram convidados, mas que sempre apareciam nos momentos em que a fartura das vísceras era denunciada quando pescadores ou pescadoras iam jogar no mar os restos

que não seriam aproveitados após a limpeza do pescado. O que ocorria poderia ser definido como uma junção de festa com briga e competição entre gaivotas, urubus, garças, mas principalmente entre os primeiros em que a algazarra ganhava decibéis que faziam por vezes doer os ouvidos.

Como numa espécie de dança, as gaivotas que tinham acabado de engalfinhar um naco de peixe imediatamente se viam seguidas por outras que cismavam em pegar justamente aquele pedaço. Em movimentos para frente ou para trás, para o lado direito ou esquerdo cada qual tentava se livrar da concorrente até conseguir, em um movimento certo, sair correndo com o petisco enquanto a que perdeu aguçava mais ainda seus grunhidos estridentes.

Os urubus não faziam tanta algazarra. Se concentravam no pedaço de comida, objeto de disputa, com as asas abertas em 'v' enquanto os movimentos das pernas acompanhavam a concentração dos olhos fixos nas vísceras e nos restos de peixe ou outro crustáceo que fora jogado fora. A bicharada percebia que algo estava para acontecer quando o movimento, geralmente feito com um carrinho de mão, que era conduzido até a beira do mar, começava. Como que disfarçando um do outro, começavam lentamente a se aproximar do local-espço do banquete e, de repente, quase ao mesmo instante em que o pescador ou a pescadora virava o carrinho, o alarde se fazia num unísono: uéquéquéqué!!!!

Figura 34 - Dona Iliete leva o *banquete*...



Figura 35 - Gaivotas e urubus fazem a festa.



Foi possível observar uma relação muito próxima entre os pescadores e pescadoras e os animais que circulavam em suas casas ou na própria praia em que mesmo aqueles que não seriam, em princípio, animais de estimação, eram tratados como parte da família ou merecedores de atenção. Em alguns momentos, eram tratados de uma forma tão próxima e carinhosa que beirava uma relação humano/humano¹⁶⁶. Segundo um dos pescadores com os quais convivi, *todas as criaturas tem direito a comer*. De acordo com ele, isso está ficando cada vez mais difícil com o que definiu como sendo a *neurose do plástico*. Ou seja, a Vigilância Sanitária prescreve a limpeza total do ambiente¹⁶⁷ da praia com tudo sendo embalado em sacos de plástico, imediatamente após a seleção e limpeza dos pescados. Para o referido pescador, isso é um absurdo, pois até as gaivotas estão ficando *raquíticas*, sem força para levantar vôo devido à falta de comida. E isso, diz ele, é *culpa dos turistas, que querem tudo limpinho*. Em suas palavras:

Até as gaivotas estão fracas. Podes ver, olha lá: coitadas! Não tem força nem para levantar vôo; estão ficando raquíticas. Agora a prefeitura vem obrigando a gente a limpar tudo, ensacar tudo em saco plástico, onde já se viu? Coitadinhas das gaivotas! E a culpa é dos turistas que querem a praia toda limpinha; os neuróticos com limpeza. É a neurose do plástico. Coitadinhas! Eu dou comida mesmo. Todos têm o direito de comer.

¹⁶⁶ Sobre a relação humanos animais/animais humanos, ver sugiro ver Segata (2012); Ingold (1991; 2012); Descola (1997; 1998; 2005).

¹⁶⁷ Para uma discussão sobre meio ambiente e antropologia, ver Devos (2007; 2008).

Porque elas não teriam? (João, Pântano do Sul, Florianópolis).

Havia o questionamento e ao mesmo tempo a ponderação que dizia respeito à diferentes concepções de limpeza. Por um lado, aquela que o pescador entendia que poderia ser mantida tendo em vista postular-se por uma ética da relação com os bichos frente àquela com as quais se depara quando os órgãos públicos exigem o cumprimento do que diz respeito a seguir os preceitos da legislação sanitária. Enquanto os moldes técnicos-sanitários preconizam a limpeza e higienização total da praia, o pescador se guia por preceitos que querem dar conta do pressuposto de que todos os seres tem direito à alimentação, inclusive as gaivotas.

4.4 EM TERRA: O TRABALHO CONTINUA

4.4.1 Entre o cru e o cozido, cozinhas e ranchos de pesca

Se formos usar a casa¹⁶⁸ para pensar a pesca precisamos considerar que a construção dos espaços de sociabilidade aproxima casa e rua, incluindo dois espaços centrais: a cozinha, que é circunscrita às casas, e o rancho de pesca, que além de ser o local de abrigo das embarcações e de realização de atividades ligadas à pesca, é um lugar central para encontros, reuniões, lanches, chegadas e saídas. Uma espécie de segunda casa.

Dentro das casas das pescadoras com as quais convivi, o espaço central onde tudo acontecia, como receber as visitas, mães, avós, compadres e comadres, amigas, preparar e fazer as refeições e onde as atividades do dia cedo se iniciavam era a cozinha. Era ali que a família

¹⁶⁸ Janet Carsten e Stephen Hugh-Jones, 1995, ao organizar “About the house”, inspirados nos escritos de Lévi-Strauss sobre “house societies”, propuseram como objetivo reunir ensaios que falassem sobre casas, não no sentido de estrutura física, mas como espaço que tem uma dinâmica processual e que diz muito sobre corpos, pessoas, relações; como se vive, com quem se come, como se pensa. Segundo Carsten e Hugh-Jones (1995, p. 1-2), “as casas ganham significado para grupos sociais e representam o mundo em volta deles. [...] casas têm dinâmica, características processuais encapsuladas na palavra ‘residência’”.

(houses come to stand for social groups and represent the world around them [...] houses have dynamic, processual characteristics encapsulated in the word ‘dwelling’) (CARSTEN e HUGH-JONES, 1995, p. 1-2). Maluf (1993), em seu trabalho de campo em uma comunidade pesqueira de Florianópolis observou que a casa é “o espaço inteiramente produzido e transformado pelo ser humano e impregnado de seus signos” (MALUF, 1993, p. 49). Ambos os trabalhos dizem respeito às especificidades que cada sociedade imprime neste espaço onde transformações acontecem e as relações se dão.

se reunia e conversava em torno de temáticas alusivas à pesca, como os seus períodos de fartura ou escassez, as dificuldades enfrentadas ou as pescarias consideradas boas, os encaminhamentos necessários para legalizar a situação perante os órgãos ligados à profissão, entre outros. Era na cozinha que a pescadora preparava a refeição a ser levada para o mar, como café, pães ou, se fosse ficar mais tempo, pratos salgados.

A cozinha é o espaço inicial de circulação de aprendizados sobre os processos de beneficiamento dos produtos da pesca, aí incluindo consumo e transformações alimentares que implicam em normas, valores, relações¹⁶⁹ relacionados à comida e à culinária. Nas localidades que percorri são as mulheres que trocam e fazem circular estes conhecimentos, que são passados de mulher para mulher em relações inter e intrageracionais em que aprendem a limpar, eviscerar, descascar, preparar, mesclando “matéria e memória, presente e passado, invenção e necessidade na forma de gostos, cheiros, cores, sabores, formas, consistências, especiarias e condimentos” (CERTEAU, GIARD E MAYOL, 1997, p.296).

Quem, o que e como se come, formas de preparo, temperos usados, ingredientes que não podem faltar, por que se come ou se deixa

¹⁶⁹ Klass Woortmann, 1986, afirma que a comida fala da família, aí incluídos homens e mulheres, sendo que, diz o autor, é por meio da percepção da comida que o gênero é construído no plano das representações. Diz ele que quando se constrói a refeição, se constrói o gênero. Embora se possa ponderar que há muito mais a ser considerado quando pensamos sobre os processos de construção de gênero, esta correlação entre comida e gênero faz-se interessante para pensarmos como a refeição mostra alguns processos relacionais. Por exemplo, para observarmos quem recebe o que é considerado o “melhor pedaço”, quem come junto com quem; quem serve a comida, entre muitos outros fatores. Há também outro aspecto, levantado por Maria Eunice Maciel, 2004. A autora afirma que a comida envolve emoção, trabalha com a memória e com sentimentos. A expressão, por exemplo, *comida caseira* ilustra bem este pressuposto, evocando aconchego, segurança, ausência de sofisticação ou de exotismo. Remete ao familiar, ao próximo, ao frugal, diz a autora. Quando dona Alicia, 61 anos, dona de um restaurante em Governador Celso Ramos, me narrou que tentava fazer tudo natural, *como na minha casa*, remetia, a meu ver, ao exposto por Maciel, pois implicava em trazer para seu estabelecimento um jeito de fazer: *feito em casa*. Esse jeito de *fazer em casa* remete ainda às relações entre mulheres em que os aprendizados se dão de mãe para filha, de avó para neta, de vizinha para vizinha em que um constante *aprendi com* remete à memória dos saberes-fazeres de mulheres na cozinha. A esse respeito Luce Giard (1996) traz uma rica discussão sobre lembranças, cheiros, especificidades que nos fazem pensar como “dignas de interesse, de análise e de registro aquelas práticas ordinárias consideradas insignificantes” (CERTEAU, GIARD e MAYOL, 1996, p. 217). A cozinha é, portanto, um espaço em que o domínio que emerge é o feminino, segundo Woortmann (1986), com o que concordo quando me refiro aos espaços da pesca que percorri. O que observei em campo vem ao encontro desta constatação em que o que diz respeito à criatividade, às invenções e às habilidades da culinária pesqueira do litoral de Santa Catarina, são as mulheres centralmente suas detentoras.

de comer são questões que dizem respeito à comida e à culinária¹⁷⁰, aspectos da vida centrais em todas as localidades que percorri¹⁷¹, pois revelam muito sobre as mesmas, segundo Lévi-Strauss (2006, p. 448).

A culinária pesqueira tem como figura central os frutos do mar, tendo destaque o peixe, por questão de preferência, mas também porque o camarão, financeiramente, rende mais, ficando para consumo esporádico. Junto ao peixe, não pode faltar a farinha de mandioca para feitura do pirão, que pode ser feito só com água fria ou fervendo; ou ainda a partir de um caldo de peixe. Pirão com peixe é um prato não só de consumo caseiro preferencial, mas prato-emblema de restaurantes. Neste sentido, Maciel (2001) afirma que “cada região possui hábitos alimentares próprios, mas também pratos emblemáticos que servem como marcadores identitários regionais”, sendo que o tempero e as formas de fazer emergem como um diferencial nestes processos. Assado no forno ou na brasa, cozido, ensopado, frito, defumado, escalado, muitas foram as formas de preparo e consumo de peixes que observei, sendo que uma preocupação central era a de não deixar o peixe *cheirar*. Ou seja, dar sinais de apodrecimento porque isso, não só significava perdas, mas a ojeriza de possíveis clientes que, segundo as pescadoras, muitas vezes confundiam o cheiro marcante de alguns peixes com cheiro de podre.

Quando Lévi-Strauss (2004[1964]; 2004[1967]; 2006[1968]) se debruçou na escrita que compôs Mitológicas, nos deixou questões

¹⁷⁰ Sobre a alimentação e a culinária, sugiro ver: Certeau, Giard e Mayol (1997); Maciel (2001; 2004); Zaluar (1982); Woortmann (1986); Canesqui e Garcia (2005); Rial (2003); Cascudo (2003); Carneiro (2006); Barbosa, (2007); Heusi (2011); Lévi-Strauss (2004[1964]; 2004[1967]; 2006[1968]); Kraieski (2007; 2012); Pagu (2012). Trata-se de temáticas centrais de troca entre as mulheres pescadoras, sendo que os saberes-fazer (CERTEAU, 1996) produzidos nestes espaços repercutem no mar, quando os cozinheiros que atuam na pesca industrial, ao vir em terra, pedem às suas esposas “alguma receita nova” para inovar (WAGNER, 1981 [1975]) nas cozinhas dos barcos em que atuam. Assim, embora, a maioria das mulheres fique em terra, a troca de seus conhecimentos chega ao mar, nos espaços considerados exclusivamente masculinos, como as embarcações, propiciando uma troca contínua entre mulheres e homens sobre invenções e reinvenções também no que diz respeito à alimentação e à culinária advinda da pesca.

¹⁷¹ DaMatta (1997) preconiza que a sociedade manifesta-se por muitos espelhos e idiomas, sendo que um dos centrais no Brasil, seria a comida, viés pelo qual a reprodução social também se dá. Concordo com DaMatta no sentido de que a comida nos fala muito. No caso aqui abordado pressuponho que olhar a comida me disse muito sobre o lugar da mulher no mundo da pesca, em especial sobre os processos de manipulação, preparo, transformação e consumo alimentar onde a cozinha (CERTEAU, 1997) e os ranchos de pesca que, em uma relação casa/rua (DA MATTA, 1991), se mostraram centrais, onde ocorrem os processos de manipulação e transformação de alimentos, portanto, de cruzamentos de saberes-fazer femininos.

instigantes para pensarmos a relação natureza/cultura, cru/cozido/podre, a partir do que ele denominou *triangle culinaire*. Se em “O Cru e o Cozido”, o autor inicia a definição do referido triângulo postulando que em qualquer cultura ele pode servir para pensar oposições que dizem respeito à natureza/cultura, em “Do Mel às Cinzas”, faz emergir “o mais-que-cru” e o mais que cozido, mel e tabaco. Porém, foi em “A Origem dos Modos à Mesa” que o autor mais me inspirou ao falar sobre modos de fazer.

O tetraedro de receitas proposto por Lévi-Strauss (2006, p. 446), grelhado, assado, defumado e frito, que remetem aos eixos água/ar/óleo¹⁷², me instigou para problematizar diferentes fazeres que diziam respeito à comida, à culinária, aos modos de manuseio e transformação que tinham como espaço privilegiado cozinhas e ranchos de pesca, e como elemento central o fogo.

Do frito, preferência de consumo diário para as pescadoras, aos processos de pré-cozimento, algo que não mais está cru, mas também não é de todo cozido, talvez o que Lévi-Strauss (2006 [1968], p.446) denominaria de “meio-caminho”, no caso entre o cru e o cozido; e a defumação, visando atender a um público ávido por produtos feitos diretamente por elas, o tetraedro na prática pesqueira dá centralidade à fritura, por um lado, e à fumaça defumadora por outro, onde o *mais que cozido* aproxima as mulheres dos processos contínuos de transformação de natureza em cultura.

Para além do espaço propriamente dito das cozinhas de suas casas, me deparei, conforme venho afirmando, com outro espaço que era central para que a pesca acontecesse, os *ranchos de pesca* ou *ranchos de descasque*, situados nos fundos ou próximos às casas. O rancho poderia estar fora do terreno onde vivia a família ou nos fundos de suas residências. Trata-se de um local privilegiado de sociabilidade entre pescadores e pescadoras. Era no rancho que se pedia material emprestado, se esquentava água, se fazia café, ou se preparava uma refeição entre os muitos afazeres do dia. Alguns se entre ajudavam na pintura de embarcações ou nos momentos de empurrá-las para o mar ou para dentro do rancho. Também era ali que se entregava a rede pronta para o cliente que chegava, entre muitas outras possibilidades.

¹⁷² Lévi-Strauss propõe uma série de variações entre cada um destes componentes do tetraedro em que oscilam cozimento no vapor ou cozimento na água, por exemplo. “Se o sistema culinário considerado fizer uma distinção entre cozimento em água e cozimento no vapor: este último, que afasta a água do alimento, se situará a meio-caminho entre o ensopado e o defumado” (2006 [1968], p.446).

O rancho é, portanto, um espaço de agitação, de movimento, de conversas, discussões, negociações. É a partir dele que acontecem as chegadas e saídas para e do mar, feitas diretamente da areia para a água, a exemplo de Itapoá, São Francisco, Governador Celso Ramos, Laguna; ou por pequenos trapiches de madeira, como em Barra, Barra do Sul, Florianópolis, as quais muitos se referiam como *meu porto, o porto de fulano*. Todos sabiam de onde saía para pescar a Neneca, a Iliete, a Naca, a Mãzinha, a Márcia, por exemplo, pois cada qual tinha o rancho ou o seu *porto*, que era, na verdade, o mesmo local onde ficava a embarcação enquanto não se estava pescando.

Tanto nas cozinhas quanto nos ranchos de pesca, havia um elemento central: o fogo. O fogo, vindo do próprio fogão, era usado para os preparativos de refeições frugais e para refeições coletivas, como peixe assado na brasa, ou em forma de caldo, reunindo vários pescadores/as amigos/as ou visitantes. Por outro lado, o fogo, que podia ser de um fogão a gás ou feito com lenha diretamente no chão era imprescindível para processar os produtos *in natura* a partir de onde camarão e siri, por exemplo, eram transformados, passando de cru ao que é denominado de *pré-cozido*; peixe *sujo* virava filé; camarão em empanado; siri em casquinha.

Neste contexto que se compunha de cozinha, rancho, praia, casa, rua, dentro, fora, o rancho é, por um lado, um espaço de transformações alimentares em que o elemento fogo é central em todos os processos, mesmo deslocado da cozinha da casa, mas é também um espaço de sociabilidades que possibilitava a emergência de conflitos, trocas, criações, negociações entre profissionais da pesca, clientes, amigos e vizinhos que circulavam por aquele espaço.

É interessante lembrar que DaMatta (1991) distinguiu entre a casa e a rua em que a casa é o espaço dedicado ao sossego, à segurança, se opondo à rua que seria o local de fora onde estaria inserido, entre outros aspectos, o relacionado ao trabalho. A partir dos pressupostos do autor, parece-me possível dizer que o rancho de pesca constitui-se em um espaço de junção em que casa e rua, por vezes, se mesclam. Mas é também um espaço entre a casa e a rua, ou ainda um espaço que se transforma em uma segunda casa. Há ali a reunião de amigos e amigas, a realização de trabalhos em grupo, bem como troca de receitas, confidência de problemas, mas também momentos em que o pescador ou a pescadora ocorre quando quer ficar sozinho, pois cada rancho tem seu dono ou sua dona e, embora se entre sem bater, só se entra com a permissão que a amizade propicia.

Fisicamente, o rancho de pesca não é totalmente rua posto que coberto e protegido das intempéries, nem totalmente casa, pois está aberto como local aonde se chega para sair ao mar, e de onde se volta após a jornada diária. Simbolicamente, ele é casa e é rua. É sossego, mas também movimento.

4.4.2 Mulheres máquinas; mulheres e máquinas

A máquina, as máquinas, a máquina e a mão, as mulheres máquinas, o artesanal e suas técnicas são questões que emergiram em campo no decorrer de meu trabalho observando as mulheres em ação nos diferentes momentos de processamento de peixes e camarão em especial. Observei que há maneiras distintas de processar os produtos aonde vão sendo criadas e adaptadas diferentes formas, não só de pescar, mas de descascar, eviscerar, limpar, transformar os pescados.

A discussão sobre formas de processamento constitui tópico central de interesse no cotidiano da pesca em que, por um lado, objetivam encontrar maneiras de minimizar o sofrimento e desgaste das mulheres¹⁷³ e, por outro, de *preparar o futuro* frente à constatação de que a mão de obra feminina na pesca vem diminuindo a cada ano. A inclusão de máquinas nos processos de beneficiamento, as conseqüências daí advindas e a visão das mulheres que aí se inserem a este respeito são aqui abordados.

A comparação contínua entre mulher e máquina foi uma constante que ouvi no decorrer do trabalho de campo: *elas descascam rápido como uma máquina; elas são mulheres-máquina*. Tais

¹⁷³ Nos contextos em que as mulheres com as quais convivi trabalham, o impacto das novas tecnologias diz respeito às máquinas que passam a ser instaladas nos mesmos espaços na busca, segundo as coordenadoras dos grupos, de preencher a falta de mão de obra feminina. Por outro lado, encontrei invenções a partir de máquinas que foram readequadas às necessidades da pesca onde, por exemplo, o jovem Ni, em Barra/Balneário Camboriú, após alguns experimentos, transformou uma máquina de descascar batata em outra de filetar peixes quando percebeu que a mãe e as duas irmãs, para dar conta da produção, se submetiam a muitas horas de trabalho. Com a sua invenção, a produção que seria limpa em muitas horas, teve seu tempo reduzido, facilitando a vida das trabalhadoras. Algumas pessoas, de sua própria localidade e de outras, tomaram conhecimento de seu invento e lhe encomendaram a máquina. Ou melhor, a peça que reinventa a máquina, para o que ele não cobrou adicional além do custo da peça, pois, segundo ele, quer *facilitar a vida das mulheres*. Ao lhe perguntar se não gostaria de patentear sua invenção, me respondeu que não tinha *condições*, pois o custo estava, na ocasião, em torno de dez mil reais. Podemos pensar nos pressupostos da dialética da convenção/invenção preconizada por Wagner (2010[1975], p. 96) se ponderarmos que, ao desconvenção a máquina - de cortar batatas - e inventar a máquina - de filetar peixes - o pescador criou e reinventou outra forma de filetar, que implica e está implicada em uma reinvenção de sua própria cultura, de sua forma de estar na pesca.

comentários me levaram a pensar sobre as implicações da capacidade dita artesanal - visualizada no ato frenético do uso das mãos no trabalho - das pescadoras nos processos de limpeza e processamento de pescados onde a velocidade, a agilidade e a destreza com que descascam camarão ou evisceram peixes, por exemplo, era uma constante referência à qualidade exigida para o trabalho na pesca realizado em terra que elas próprias e os demais profissionais que pelos ranchos de beneficiamento circulavam, afirmavam com admiração e veemência.

A mão¹⁷⁴, a partir da agilidade com que descasca ou eviscera, é a parte do corpo que as pescadoras consideravam comparável a uma máquina pelo fato de executar o trabalho com rapidez e perfeição, *não perdendo nenhuma parte* do peixe ou do camarão, além daquelas que precisam ser retiradas. No caso do camarão, casca, rabo e cabeça. Em relação ao peixe, cabeça, pele e espinha. Tudo é aproveitado com maestria. Ao se comparar entre si, algumas consideram que há umas mais rápidas do que outras. Chegam a esta conclusão, não só por se observarem, mas pela evidência perceptível na produção diária em que resultam mais ou menos quilos de produto limpo, dependendo da velocidade da mão que descasca ou eviscera. Ao referirem-se a si próprias sobre o trabalho de beneficiamento, ou serem referidas por outras pessoas, eram adjetivadas com um substantivo em comparação ao que entendiam como sinônimo de rapidez e eficiência: máquinas!

No entanto, começam a adentrar os espaços de beneficiamento, outras máquinas – as elétricas – que, segundo avaliação de pescadores e pescadoras, não conseguem dar conta da qualidade do trabalho das mulheres. A máquina, não tendo mão para realizar o descasque, não tem sensibilidade para fazê-lo de forma correta. A máquina não consegue substituir a mulher-máquina: *A mulher, que tem mão, sente melhor. A máquina descasca sem sentir e então não faz um serviço perfeito como a mão da mulher. Deixa casca junto, esmaga um pouco. Não é a mesma coisa.*

Segundo elas, o movimento repetitivo mecânico das máquinas elétricas não consegue se assemelhar ao movimento repetitivo, porém humano, de suas mãos. No entanto, diziam-me que o futuro reserva mais espaço às máquinas devido à diminuição, passando pela raridade até chegar à *extinção* das mulheres máquinas.

Da velocidade das mãos que as qualificava como *mulheres-máquinas* à entrada ainda tímida de máquinas, a observação do que

¹⁷⁴ No capítulo VI, sobre aprendizados e corpos, abordo, entre outros tópicos, uma discussão específica sobre o corpo-mãos.

parece ser uma substituição inevitável da mão de obra das mulheres que, cada vez mais, é menor. Se as mais novas não querem continuar na atividade por considerá-la cansativa e, de certa forma, estigmatizada pelo cheiro, as mais velhas as incentivam a procurar outras formas de trabalho que sejam menos estafantes, mais reconhecidas e que contribuam para que as filhas, diferente delas, *venham a ser alguém na vida*, ampliando o campo de possibilidades (VELHO, 1994) em sua vida, principalmente por meio do avanço nos estudos.

4.4.3 As bicicletas

O mundo da pesca é imbuído de personagens e situações, se podemos assim definir, que compõem os muitos cenários em que as muitas pescas ocorrem. Assim, é certo que temos mulheres, homens, mar, terra, crianças, águas, areias, céu, ventos, sol, lua, estrelas, gaivotas, urubus, embarcações, redes; risos, choros, angústias, alegrias; períodos de agito, períodos de calma, partidas, chegadas, partidas sem retorno. Ciclos que se alternam na composição do calendário de capturas e proibições que fazem parte deste mundo.

Nos lugares que percorri no litoral de Santa Catarina me pareceu impossível fazer uma etnografia do mundo da pesca sem falar das bicicletas. Elas são o meio de transporte mais usado por pescadores e pescadoras, seja para se deslocar até os ranchos de pesca, para comprar gelo, para entregar alguma mercadoria, ir a casa almoçar, voltar. Para quase tudo. A bicicleta é como que um acessório indispensável. É praticamente impensável a vida de idas e vindas de casa ao rancho, do rancho a venda, do rancho ao mercado, sem a bicicleta.

Enquanto a lida na pesca segue seu ritmo, no mar, nos ranchos, na banca de peixe, as bicicletas ficam jogadas na areia, ou encostadas em alguma embarcação, em um poste, em um canto da praia ou do rancho enquanto as muitas atividades são feitas.

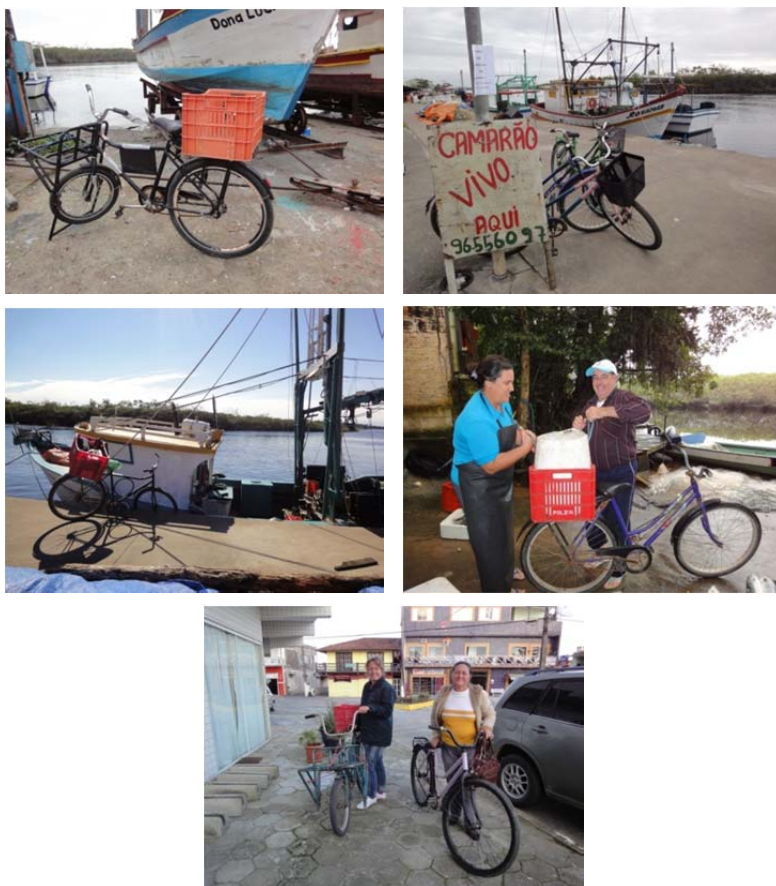
As bicicletas que circulam pelos muitos espaços que compõem o mundo da pesca, não são novas ou de última geração. São bicicletas usadas. Geralmente, muito usadas, até mesmo velhas, desgastadas, como se fizessem alusão ao processo de desgaste provocado devido à exposição contínua às muitas intempéries que constituem a vida na pesca. Homem, mulher, bicicleta, tudo se desgasta mais rápido.

Não se trata de uma bicicleta qualquer. São específicas. Feitas para deslocar, mas também para carregar. Longe de ser um opcional e dando a impressão de já ser parte delas ao sair das lojas, a maioria traz

amarrada na garupa ou à frente, uma caixa plástica que serve para o transporte de redes, agulhas, linhas, peixe, siris, camarão, gelo, gorros, roupas, compras diversas.

Enfim, para tudo o que for necessário transportar, ali está ela: a bicicleta. E agregada a ela, a caixa plástica, combinando um par que mescla ecologia e plástico. As bicicletas compõem os muitos cenários da pesca e se mostram parte constante do cotidiano de homens e mulheres. Não são bicicletas para passeio, ou que recém saíram de fábrica, pois suas estruturas se mostram mais grossas e afeitas ao trabalho. Nada exalam de recreio ou passeio. Assim se apresentaram as bicicletas que fazem parte das lidas do mar.

Figura 36 - Algumas das muitas bicicletas.



CAPÍTULO V – IMAGENS COMO NARRATIVA

5.1 SOBRE O USO DE IMAGENS

Este capítulo contempla uma exposição visual fotográfica apresentando alguns aspectos, lugares, detalhes, elementos que compõem os cotidianos das pescadoras com as quais trabalhei nesta pesquisa. Ao expor as imagens, que tive dificuldade em selecionar devido ao grande número de fotos, tive por objetivo mostrar além do que eu consegui contar no decorrer da tese. O trabalho com imagens resultou em um arquivo com cerca de duas mil e quinhentas fotos e algumas horas de vídeo. A partir do momento em que coloco o leitor diretamente em contato com elas, cabe ao leitor, fazer sua própria e intransferível leitura. Esta é a proposta do exercício neste capítulo.

Todas as imagens foram feitas por mim no decorrer do trabalho de campo, com exceção de algumas tiradas por filhas de pescadoras quando eu as solicitava para registrar alguns dos momentos do exercício de ser sombra, ou quando suas mães me pediam para tirar uma foto com elas para *ficar como recordação*. Tais imagens estão devidamente identificadas. Fotografar no mar foi um exercício que me exigiu acuidade visual, equilíbrio físico, que só fui ganhando à medida que saía ao mar; e atenção redobrada, pois qualquer descuido poderia ter conseqüências muito mais drásticas do que apenas perder uma máquina fotográfica. Cada dia que ia ao mar me deparava com matizes diferentes, embora, em princípio a paisagem se constituísse do que compunha o percurso de sair e voltar a um mesmo lugar, o que resultava em arquivos com diferentes imagens e uma grande variabilidade de nuances do que parecia ser um mesmo lugar, mar, embarcação.

Com o passar do tempo fui adquirindo agilidade e destreza física, o que me possibilitou em alguns momentos fazer o que a pescadora pedia com uma mão, enquanto filmava ou fotografava com a outra. Isso nos dias calmos. Eu não queria deixar de participar da experiência com a pescadora, mas também não cogitava perder o registro daqueles momentos. Nos dias de agitação do mar, ela própria ou seu marido me chamavam a atenção para guardar a máquina. Porém, nem sempre eu obedecia. Deixava a máquina ligada até o momento em que fosse possível.

O aporte visual¹⁷⁵ discutido, trabalhado e apresentado por antropólogos e antropólogas, diz respeito não apenas ao uso de imagens, mas se propõe a registrar formas de ser e de viver. A intenção, neste trabalho, foi a de apontar para o registro de espaços, atividades, instrumentos de trabalho, corpos e corporalidade em que as mulheres estão inseridas ou como se apresentavam e viviam. Por meio de métodos da antropologia visual, em que pincei a fotografia, me propus a fazer emergir os espaços do cotidiano das pescadoras. Neste capítulo a proposta foi exercitar o que propõe Luiz Eduardo Robinson Achutti, 2004, quando fala em *imagem como narrativa* que conforma a fotoetnografia, somando-o à etnofotografia (OLIVEIRA, 2009) que busquei em alguns dos demais capítulos.

Ao usar o termo *fotoetnografia*, Achutti (2004) esclarece que a “narrativa fotoetnográfica deve se apresentar na forma de uma série de fotos que estejam relacionadas entre si e que componham uma seqüência de informações visuais. Série de fotos que deve se oferecer apenas ao olhar” (ACHUTTI, 2004, p. 109). As fotos devem falar por si. Já Micheline Ramos de Oliveira, 2009, que afirma ter se inspirado neste autor, cunhou o termo *etnofotografia*. A diferença, para a autora, é que na etnofotografia, a fotografia vai revelando algo da própria etnografia, compondo, com a escrita, o texto. Propõe, pois, outro exercício já que na fotoetnografia a fotografia toma corpo e narra, por si só, o que está em estudo. Entendo que é extremamente interessante fazer esta junção de foto e escrita compondo uma etnofotografia, o que me propus em outros momentos. No entanto, ao invés de uma ou outra, optei por fazer um exercício com as duas. Neste capítulo, em especial, a tentativa de uma fotoetnografia.

O antropólogo e teólogo Etienne Samain, em palestra realizada em novembro de 2009 durante um evento sobre fotografia na UFSC postulava que a imagem é central na vida humana. As imagens nos fazem pensar e veiculam, além de pensamentos e memórias, memória de memórias. As imagens, na verdade, teriam vida própria, dizia o referido antropólogo quando deteve sua fala sobre a fotografia. “A fotografia nos leva, sequestra-nos. Toda fotografia é uma viagem, melhor ainda: um arrebatamento” (SAMAIN, 2003, p.50).

No que diz respeito a recorrer a um aporte visual para registrar os espaços em que as mulheres estavam inseridas, fiz uso da fotografia e de

¹⁷⁵ Sugiro, sobre esta temática, entre muitos outros, ver Achutti (2004); Oliveira (2009); Rial (1995); Sontag (2003); Groisman (2006); Samain(2003; 2009).

pequenas filmagens¹⁷⁶ com o objetivo de fazer emergir os espaços de seus cotidianos, suas formas de saber-fazer e se inserir no mundo da pesca. Se inicialmente algumas se mostravam tímidas, outras, de forma jocosa, às vezes debochada, brincalhona e sorridente, faziam poses para os registros. Rapidamente todas se familiarizaram com o pequeno equipamento e não se mostravam intimidadas com os constantes *clic* da máquina. Riam e brincavam das muitas situações.

As sutilezas de mãos ágeis no descasque do camarão ou na filetagem de peixes, as posturas corporais nas embarcações ou nos ranchos, os elementos da pesca foram inspiradores para formar um arquivo com estes registros. Alguns aspectos do cotidiano das mulheres pescadoras só emergiram no decorrer do aguçamento de meu olhar para diferentes lugares, situações, momentos, sendo que foi em suas casas, ranchos de descasque, reuniões, na beira do mar, nas embarcações, no colocar e retirar as redes, que circulei objetivando compreender suas vidas e registrar momentos destes cotidianos em imagens fotográficas e fílmicas. Recebi autorização para os registros e devolvi-lhes DVD com os respectivos arquivos de fotos e filmagens em que cada qual se inseria. Fiz também algumas reproduções impressas visando devolver-lhes as fotos, o que foi bem recebido, pois muitas não tinham fotos em seus locais de trabalho.

Além do registro de diferentes momentos do/no campo, o uso de imagens permitiu que eu levasse às pescadoras fotos e filmagens das demais para que se conhecessem através do que eu produzia. Este se mostrou um exercício instigante¹⁷⁷, pois as mulheres, seus camaradas e demais membros da família que estivessem por perto, ao verem as imagens, teciam comentários sobre as paisagens, mas também sobre o que reconheciam como diferentes formas de fazer o que, em princípio, seria igual. Por exemplo, a pesca com rede de espera, que em Florianópolis era feita de uma maneira, ao ser vista por pescadoras de Barra do Sul, imediatamente foi identificada como sendo de outra forma.

Comentários como *ah, esse lugar eu gostaria de conhecer; Não adianta, pescador tem tudo a mesma cara. Podes ver que temos o mesmo jeito* eram comuns e cada uma foi apontando suas preferências

¹⁷⁶ Usei uma pequena máquina digital para os dois fins, fotos e filmes: Sony Cyber-shot Lens G 2,4-5,9/4,25-21,25.

¹⁷⁷ Adomilli (2007, p.81) também observou que as fotos se constituíram em um foco de interesse para os pescadores que pesquisou. Ao chegar a terra, ficavam na expectativa e queriam cópias das mesmas para se verem e ver os detalhes da pesca que tinham sido registrados.

ou possíveis afinidades em relação ao que viam sobre as demais. Algumas sugeriam: *quem sabe um dia tu consegues reunir a gente? Já pensasse o que ia dar? Um grupo de pescadoras juntas! O que iam falar? Só de pesca não é?*

Deixo ao leitor este espaço que se propõe a exercitar uma fotoetnografia à medida que acessa algumas imagens que dizem respeito às pescadoras e seus cotidianos, bem como a detalhes sobre camaradas, embarcações, mãos, invenções, indumentária, entre outros.

5.2 NARRATIVA FOTOGRÁFICA

5.2.1 Mulheres e cotidianos na pesca

Figura 37 – Mulheres e cotidianos na pesca

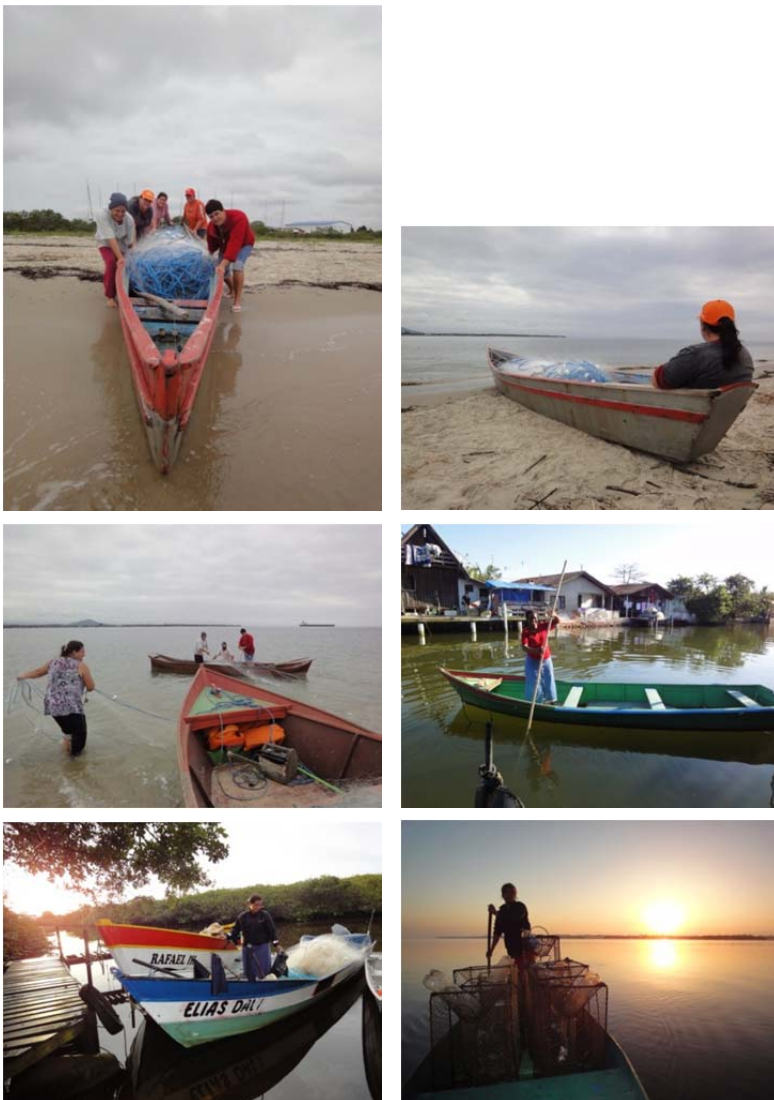


Figura 38 – Mulheres e cotidianos na pesca



Figura 39 – Mulheres e cotidianos na pesca



Figura 40 – Mulheres e cotidianos na pesca

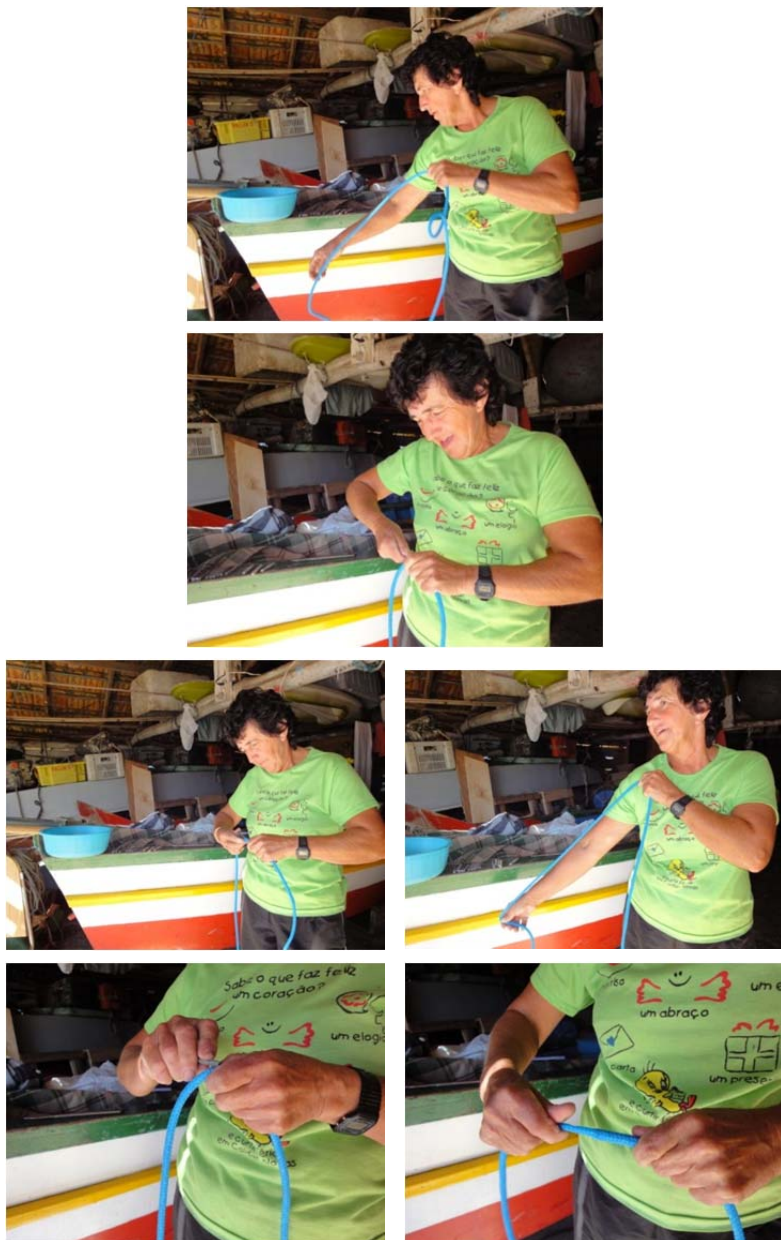


Figura 41 – Mulheres e cotidianos na pesca

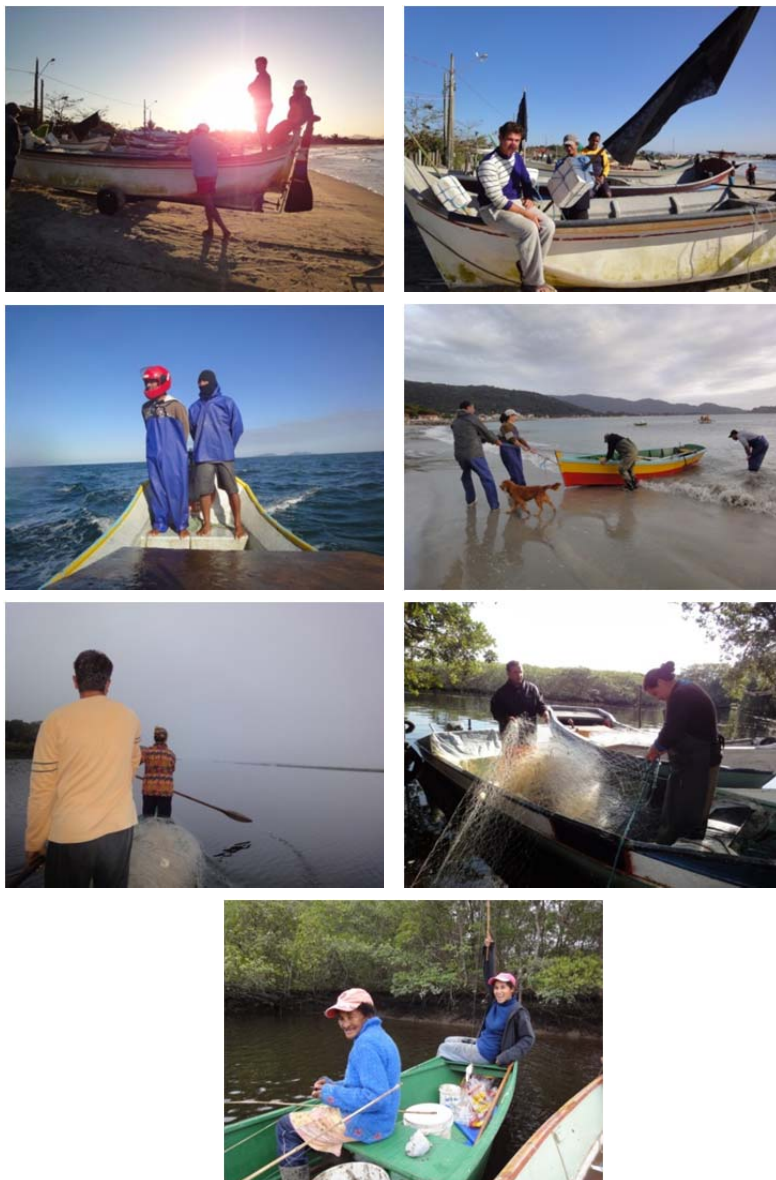


Figura 42 – Mulheres e cotidianos na pesca



5.2.2 Maridos, filhos, filhas, amigos: camaradas

Figura 43 - Maridos, filhos, filhas, amigos: camaradas



5.2.3 Mãos nas/da pesca

Figura 44 - Mãos nas/da pesca



Figura 45 - Mãos nas/da pesca



5.2.4 Mãos da pesca em festa

Figura 46 - Mãos da pesca em festa

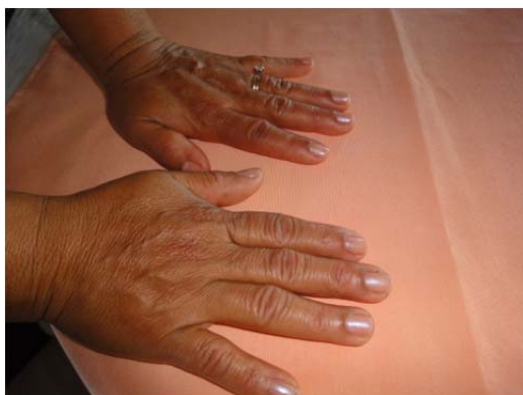
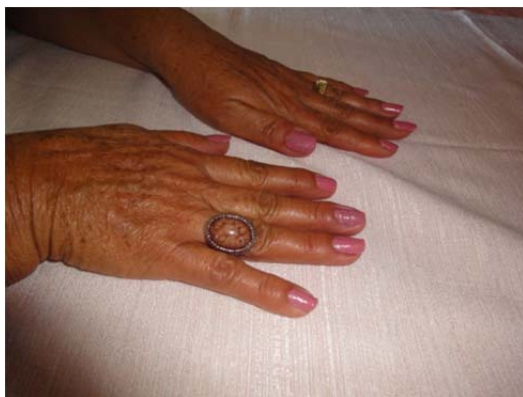


Figura 47 - Mãos da pesca em festa



5.2.5 Indumentária

Figura 48 – Indumentária



Figura 49 – Indumentária



5.2.6 Invenções

Figura 50 – Invenções



Figura 51 – Invenções



5.2.7 Peixe: cru, cozido, assado, defumado...

Figura 52 - Peixe: cru, cozido, assado, defumado...

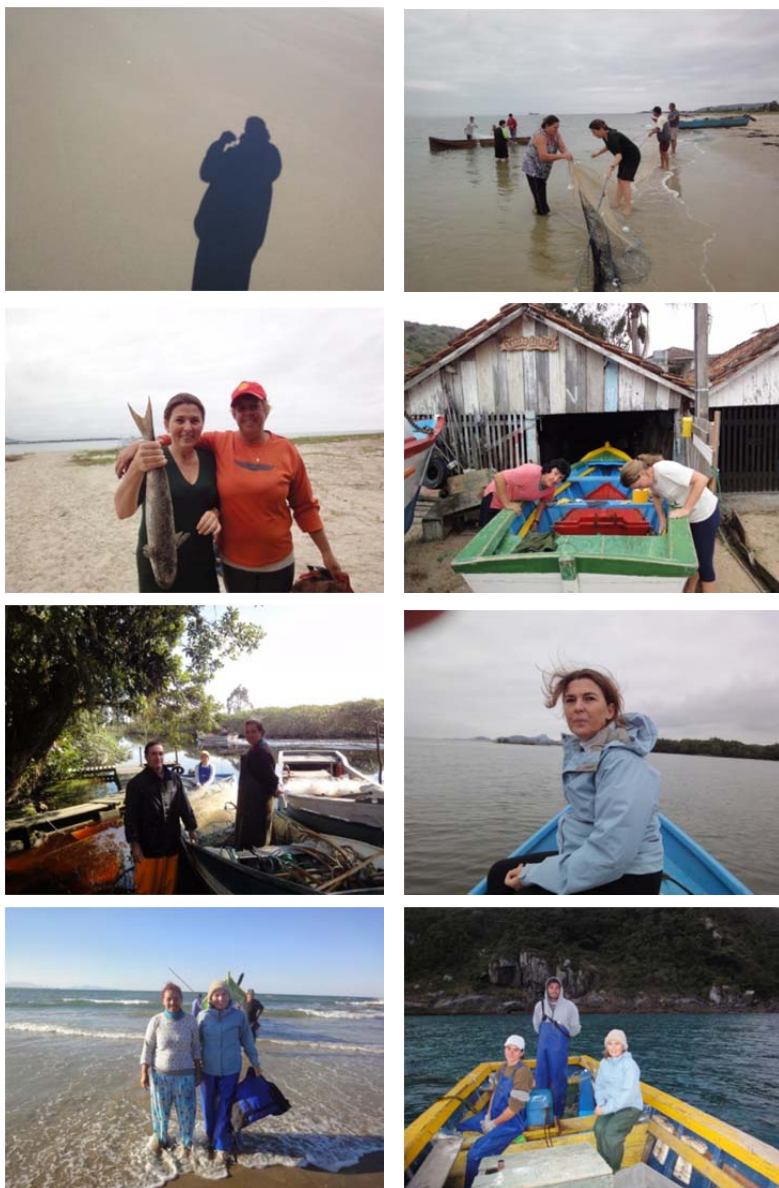


Figura 53 - Peixe: cru, cozido, assado, defumado...



5.2.8 A antropóloga em campo: o exercício da sombra

Figura 54 - A antropóloga em campo: o exercício da sombra



Fonte: Imagens feitas pelas filhas das respectivas pescadoras

CAPÍTULO VI – O MUNDO DAS MULHERES NA PESCA: APRENDIZADOS E CORPOS

A criança, como o adulto, imita atos bem-sucedidos que ela viu ser efetuados por pessoas nas quais confia e que tem autoridade sobre ela. O ato se impõe de fora, do alto, mesmo um ato exclusivamente biológico, relativamente ao corpo. O indivíduo assimila a série dos movimentos de que é composto o ato executado diante dele ou com ele pelos outros. É precisamente nessa noção de prestígio da pessoa que faz o ato ordenado, autorizado, provado, em relação ao indivíduo imitador, que se verifica todo o elemento social. No ato imitador que se segue, verificam-se o elemento psicológico e o elemento biológico. Mas o todo, o conjunto é condicionado pelos três elementos indissolivelmente misturados (MAUSS, 2003[1959], p.405).

No capítulo quatro me dediquei a falar sobre como as pescadoras vêem a pesca. Neste capítulo, o foco é pensar a partir de como elas se vêem *na* pesca, o que envolve questões sobre corpo e o que significa ter um corpo para a pesca; como e com quem elas aprenderam a pescar, bem como as atividades realizadas em terra. O que elas precisam aprender e como as relações de parentesco orientam com quem elas aprendem; como elas se vêem neste conjunto de atividades, aprendizados, sociabilidades, que poderíamos dizer que compõem redes de transmissão de saberes, e que estão imbuídas de questões que dizem respeito a relações, prescrições e papéis de gênero.

Concentro-me, portanto, inicialmente nos processos de aprendizados vivenciados a partir da repetição e da imitação de atos bem sucedidos (MAUSS, 2003[1959], p.405) que, ao serem experienciados, passam por outro processo, que diz respeito à construção de corpos de mulheres pescadoras. Ou seja, o aprendizado da pesca, com quem se aprende, está intimamente imbricado com as relações de parentesco¹⁷⁸,

¹⁷⁸ Sobre parentesco e família ver, entre outros, Lévi-Strauss (2009[1947]; Fonseca (2004[2000])). Para uma discussão sobre parentesco e a centralidade de não se tomar as categorias como dadas, seja nas sociedades não ocidentais seja no ocidente em que se considera que há uma fluidez nos processos de construção de pessoas não havendo, portanto, um sujeito pré-definido, ver Carsten (2004; 2001); Hutchinson (1996); Schneider (1984); Strathern (1992; 1999); sobre novas técnicas de reprodução e parentesco, ver Strathern (2005); sobre a centralidade do parentesco na formação de grupos de trabalho, ver Eckert (1987); sobre

relações familiares, laços de sangue e compadrio em comunidades pesqueiras de Santa Catarina, ver Maluf (1993). Lévi-Strauss (2009[1947]), na obra “Estruturas Elementares do Parentesco”, se centrou nas permissões e proibições que prescrevem os casamentos com certo tipo de parente entendendo estruturas elementares do parentesco como sendo “os sistemas que, embora definindo todos os membros do grupo como parentes, dividem-nos em duas categorias: a dos cônjuges possíveis e a dos cônjuges proibidos” (p.15). Por outro lado, as estruturas complexas dizem respeito aos “sistemas que se limitam a definir o círculo de parentes e que deixam a outros mecanismos, econômicos ou psicológicos, a tarefa de proceder à determinação do cônjuge”. Porém o autor alerta que não existe estrutura absolutamente elementar e que o limite das estruturas complexas estaria na proibição do incesto. “Mesmo na estrutura elementar mais rigorosa conserva-se certa liberdade de escolhas, e mesmo na estrutura complexa mais vaga a escolha permanece sujeita a certas limitações” (p.16). Não vou me aprofundar em questões que dizem respeito a permissões ou proibições de casamento, pois se fossemos pensar nos termos de Lévi-Strauss, os casamentos nos territórios da pesca que acompanhei estariam no que denominou de *estruturas complexas*, tendo em vista uma liberdade de escolha, mas que leva em conta alguns fatores: embora tendo a liberdade de escolher com quem casar, o cônjuge com quem se casa preferencialmente deve gostar ou estar disposto a se adequar à vida no/do mar, mesmo que não venha a atuar na pesca. Exemplifico com uma ida de embarcação à casa de uma pescadora. Uma pescadora me levaria à casa da outra, mas como estava cuidando de uma doente, quem me levou foi seu marido, sua filha de 17 anos e o namorado, pois queriam *visitar* a outra pescadora. Na saída, ela pediu que seu namorado empurrasse a embarcação e comentou: *ele já está sabendo muita coisa, está aprendendo bem rápido e está gostando. Não adianta Rose, quem quer casar com alguém da pesca, tem que aprender a lidar com o mar, pois um dia pode precisar. Tem que gostar ou querer aprender a gostar.* Strathern (1992) traz uma discussão que diz respeito à individualização *versus* tradição em que emerge a questão da nomenclatura no sentido de que enquanto o nome próprio singulariza o nome de família implica em tradição, ou seja, em algo do parentesco. Neste aspecto, o parentesco disponibiliza termos que, ao serem evocados, implicam em relações, como irmão, mãe, sogra, tio em que há sempre uma produção de relações e de indivíduos. Já Schneider (1984) postula que o que se deve atentar são as idéias sobre as quais as pessoas de determinado contexto, que procuramos compreender, pensam sobre quem são, considerando particularidades e peculiaridades. É preciso também questionar se é possível isolar um aspecto da vida social, no caso, o parentesco, sem relacioná-lo com outros. Mitchel J., 2010, ao analisar a *Kalela dance*, além de observar as relações jocosas e zombeteiras, percebeu que a própria dança também acionava laços de parentesco por meio do status que ganhavam alguns dos participantes dos rituais funerários: “é conferido a esses indivíduos o status de semiparentesco e são chamados de netos por esta parte da aldeia ou alguns indivíduos que executaram os rituais funerários [...]” (MITCHEL, 2010, p.419). Sobre relações de parentesco por afetividade, Marcos Lanna, 1995, em uma das localidades por ele pesquisada, observa que não há uma forma única que defina as relações, mas um cruzamento de possibilidades. Segundo Lanna, “as pessoas se aproximam por meio de laços de compadrio, ao mesmo tempo em que os laços de compadrio aproximam as pessoas” (LANNA, 1995, p. 199). Nas possibilidades de junção aventadas pelo autor emerge compadrio, trabalho, apadrinhamento em que o padrinho deve responsabilizar-se pelo afilhado como um pai. Ou seja, uma relação que, embora em alguns casos seja entre não parentes, como o exemplo do patrão que se torna padrinho, se torna filial. Por sua vez, Mirella Brito, 2007, ao realizar seu trabalho de campo em um presídio feminino, em Florianópolis, percebeu que as mulheres acionavam “laços de parentesco dando suporte às suas existências na prisão” (BRITO, 2007, p. 115). A autora observa quatro categorias que podem ser pensadas no contexto por ela pesquisado: família de sangue (associada à família de origem, pai, mãe, irmão, filhos, etc.); irmandade no crime (relações de amizade que tomam a forma de irmandade em que as mulheres se denominam como se sentem: irmãs em que esta irmandade se dá em torno, especialmente do tráfico); casamento (são relações afetivas escolhidas e pautadas pela vontade

sendo que o lócus onde o aprendizado se mostra está no corpo e na corporalidade que vão sendo construídos à medida que a pescadora se constrói enquanto tal.

Em relação aos corpos, as pescadoras afirmavam que foram *acostumados*. Ou seja, moldados e produzidos, simultaneamente, para a agilidade, a força, a destreza o que, no entanto, não seria possível sem outra qualidade central: a coragem. Para os homens com os quais trabalhavam, seja marido, irmão, pai, elas eram consideradas excelentes camaradas¹⁷⁹; ótimas profissionais. *Melhor não poderia haver*. Ao questionar-lhes como eles as definiriam, os mesmos, procurando palavras para dizer-me o quanto são boas, só conseguiram fazê-lo de uma forma: (é tão boa quanto; ou como) um homem! Se considerarmos o gênero como uma construção social sobre o masculino e o feminino, que tem como aspecto primeiro o relacional que produz sujeitos poderíamos entender que as afirmativas acima remetem um sexo - o masculino, e um corpo - o de homem, a determinada profissão, no caso, a pesca.

6.1 APRENDER: APRENDIZADO, TRANSMISSÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES

Em princípio, há aprendizados na pesca que são considerados de homem ou de mulher. Permeados, portanto, por questões de gênero. No entanto, percebi que na vida cotidiana havia também uma fluidez que percorria o que e quem fazia em que homens e mulheres às vezes se

de constituir uma família); nova família (uniões que se iniciam e firmam durante o tempo da prisão, cuja união pode ser entre as detentas ou entre elas e outros membros da parentela que estejam fora do presídio). Segundo Brito, “a noção de família é fundamental para perceber que o universo prisional mantém a vontade, a busca pelo agrupamento familiar” (BRITO, 2006, p. 120). Embora já a tenha citado no capítulo I, cabe trazer aqui o trabalho de Caruso (2011), realizado na Costa da Lagoa onde a autora percebeu que era a partir das redes de parentesco, que se tornavam também rede de auxílio, que os trabalhos eram organizados, o que organizava todas as esferas daquela localidade. “São as redes de parentesco, geradas e reafirmadas pelo casamento, o que permite continuar vivendo entre parentes, que fornecem segurança para os moradores” (CARUSO, 2011, p.121). No meu trabalho de campo, o inverso também se mostrou de maneira forte quando o trabalho definia relações de auxílio envolvendo parentes e não parentes, conforme será mostrado sobre as *amigas*.

¹⁷⁹ Fonseca (2004[2000], p.76), fala sobre a relação da mulher enquanto irmã onde observou uma camaradagem entre irmãos. Segunda a autora, *a camaradagem*, “tão pouco institucionalizada no relacionamento conjugal, parece florescer entre irmão e irmã. Já que quase nunca moram juntos, as tensões da co-residência e da partilha cotidiana de tarefas domésticas não põem em risco esse bom entendimento”. Em relação à pesca nos contextos que pude observar, o laço de trabalho parece apontar para um fortalecimento do laço conjugal haja vista que a camaradagem na pesca, segundo elas, tem que andar afinada com a camaradagem na vida.

dividiam em diferentes tarefas; às vezes se juntavam; em outras, se misturavam. Assim, embora a maioria dos homens trabalhe no mar e a de mulheres em terra, encontrei mulheres e homens que cruzavam constantemente estas fronteiras, onde foi possível observar mulheres que faziam rede, tarrafas, embarcavam. E homens que evisceravam, limpavam, vendiam.

As mulheres que embarcam são as que cruzam de forma mais marcada estas fronteiras definidas por preceitos de gênero e que compõem seus muitos afazeres com a junção de um e outro, mar e terra, embarcação e casa.

Eu faço os dois serviços: eu faço o serviço de tirar o peixe. Eu faço o serviço do macho e chego aqui e o que vou fazer? Vou tirar o barco, lavar o barco, limpar o peixe, empacotar. Eles vão almoçar e descansam. Vou arrumar a chumbada, vou ver se tem furo, vou dar uma mão de tinta aqui e ali. Eu tenho que fazer os dois serviços. Isso, muitas que são casadas e ajudam eles lá e cá. Tem que ser revisto esse negócio de mulher pescadora. Ela tem duas jornadas de serviço, além da de casa (Tina).

Ao discorrer sobre as muitas atividades que faz, Tina denominava algumas delas como *serviço de macho*, numa alusão direta aos preceitos que distinguem o que deveria ser feito por homens e o que caberia às mulheres, sendo que chamava atenção para o fato de que as mulheres que trabalham na pesca, e aí incluí as embarcadas e as que atuam em terra, tem uma jornada dupla, além daquela de dona de casa, o que pude constatar diariamente nas diferentes casas onde as mulheres embarcadas, por exemplo, trabalhavam cerca de três a quatro horas a mais do que os homens.

Como já dito no início desta tese, encontrei três formas de as mulheres estarem nas pescas: a) trabalham embarcadas; b) coletam a beira d'água; e c) trabalham em terra. Trabalhar em terra ou trabalhar no mar implica em processos diferenciados de aprendizado seja em relação ao que, como e com quem se aprende sendo, de modo geral, centrais as figuras do pai e da mãe. Ao conversar com as mulheres pescadoras que na ocasião embarcavam e perguntar-lhes como se deu seu aprendizado, as mesmas me respondiam: *com meu pai*; *com meu marido*, *com um senhor*, o que me levou a perceber três formas mais frequentes de como as mulheres embarcadas aprenderam esta profissão:

1) As que foram iniciadas muito cedo, por volta dos dez, oito, nove anos, na própria família, geralmente com o pai;

2) As que, ao casar com pescadores, começaram na pesca por *amar* seus maridos, porém nela continuaram porque a pesca se tornou *um de seus amores*. Elas costumavam me definir o que sentem pelo mar e pela pesca como *amor; paixão; gosto*;

3) Aquelas que, não tendo relação com a pesca, se interessaram pela vida no mar e encontraram em um pescador mais velho, considerado *da família*¹⁸⁰, o referencial do aprendizado.

É interessante notar que as embarcadas, ou continuam trabalhando com seus parentes, pais, irmãos, maridos, ou trabalham sozinhas em embarcações muito pequenas e, embora pescadores e pescadoras tenham verbalizado que *se nasce pescador* no sentido de que *é preciso ter jeito para a pesca*, a observação e a escuta das narrativas me permitiu ponderar que há um processo de construção destes sujeitos no decorrer da vida que faz com que se torne pescador, pescadora. Processo este percorrido pelo aprendizado que se inicia e continua na repetição e na imitação cotidiana que, enquanto molda corpos e constrói sujeitos, fortalece a afetividade entre um adulto e uma criança¹⁸¹ ligados por laços de parentesco e afinidades; ou entre marido e mulher.

No caso do aprendizado ainda criança, entre a menina e o pai, me relataram que se sentem mais afeiçoadas aos seus pais do que às suas mães pela proximidade e convivência produzida na pesca embarcada, uma atividade vista como eminentemente masculina, cujo aprendizado

¹⁸⁰ Fonseca (2004[2000], p.80), se refere à pseudoconsangüíneidade no sentido de denominar alguém como sendo aquilo que, de fato, não é haja vista que, em princípio, só poderia ser pelos laços de sangue: “ele chamava dona Marlene de mãe”. Nos processos de aprendizagem da pesca com senhores mais velhos que não seus pais, as duas pescadoras que passaram por este processo utilizaram-se de expressões como, *ser como um pai; ser um pai*. Em outros momentos, ao interpretar que alguém era parente de outro tendo por base as denominações que usavam como avó, mãe, me deparei com esta situação. Por exemplo, quando uma moça chegou chamando dona Rosinha de avó, e eu entendi que esta seria sua avó consangüínea. Ao perceber meu equívoco, ela, rindo abraçada a dona Rosinha, me esclareceu: *ela é minha avó, mas porque eu escolhi de tanto que amo ela. Não é vó?* Em outro momento, Cheila se referiu a sua mãe como se estivesse viva, embora eu soubesse que tinha falecido quando Cheila ainda era criança, o que me confundiu. Rindo muito, me esclareceu: *mas ela é minha mãe. Eu chamo de mãe. É minha irmã, mas ela que me criou quando o pai deu a gente.*

¹⁸¹ Segundo pescadoras e pescadores, além de estar diminuindo gradativamente o número de profissionais que atuam na pesca artesanal devido ao fator econômico, esta rápida diminuição também estaria ocorrendo em decorrência do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Segundo os mesmos, ao considerar as atividades ligadas à pesca como trabalho e não como forma de aprendizado da profissão, o ECA estaria inviabilizando a continuidade desta forma de vida.

se deu com estes e não com aquelas: eu sinto mais falta do pai. Eu era mais apegada a ele. A mãe vivia mais na roça. Não gostava de ficar perto. Então eu me criei mais com o pai. Quando ele morreu, como senti. Como sinto a falta dele! (Mãezinha).

As que aprenderam com seus maridos me diziam que a culpa era do *amor*. Conheceram seus esposos, se apaixonaram e, como eles eram pescadores, foram inseridas nesta profissão, seja por iniciativa própria quando diziam que *tudo pode se aprender*, seja pelo convite e convencimento do marido. Se inicialmente não queriam saber de pescar, com o passar do tempo e o aprendizado da pesca, se tornaram elas, mulheres, além de apaixonadas por seus maridos, apaixonadas também pela pesca.

Em relação ao aprendizado com um senhor mais velho, encontrei uma das pescadoras que, em determinado momento de sua vida, se *apaixonou por aquele mundo, aquele marzão* e teve em um senhor pescador e sua esposa o referencial para aprender. A forma como ela resume o que sente por ele diz respeito a considerá-lo uma das pessoas mais importantes de sua vida, *aquele que ensinou tudo o que sei. Um pai.*

A única exceção que encontrei sobre o aprendizado da pesca para o embarque ser entre um adulto homem e uma menina se deu com Neneca que considera que aprendeu muito mais com a mãe quando seu pai adoeceu e elas passaram a trabalhar juntas. Mesmo antes desta parceria com a mãe, no início de tudo, Neneca começou a embarcar quando sua mãe adoeceu e a acionou para ir com o pai, pois o filho mais velho *não tinha jeito para a pesca*. Neneca localizou em suas lembranças o momento em que a mãe lhe deu o primeiro conselho para aprender a ser uma pescadora.

Ela me disse: Neneca; tens que ir pescar com o pai porque a mãe está muito doente. A mãe machucou muito a mão. Vai filha. Escuta bem o que a mãe vai te ensinar: abre bem as pernas para ter firmeza no barco. Daí não tem perigo de tu caíres.

Abre bem as pernas tem a ver com uma das exigências do aprendizado da técnica corporal para/na profissão entendendo aqui que “o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo” (MAUSS, 2003[1959], p. 407). Abre bem as pernas significa aprender uma técnica que diz respeito ao equilíbrio.

Encontrei ainda em campo, o aprendizado que contradiz o postulado inicial da transmissão homem/mulher quando a pescadora Neneca me narrou que foi ela quem ensinou ao seu marido os segredos e as técnicas ligadas à pesca que ela já exercia ao conhecê-lo. Neste caso, ao se apaixonar por Neneca, seu esposo, que não era pescador, passou pelo processo de iniciação com ela, que lhe transmitiu as formas de reconhecer os pontos de pesca e os peixes, as técnicas de remendo e confecção de redes, a condução das embarcações e os processos de limpeza e conservação de pescados.

Em relação ao aprendizado do trabalho da pesca em atividades realizadas em terra, como eviscerar o peixe, descascar o camarão, descarnar o siri, preparar a comida a partir de produtos advindos do mar continua ocorrendo, eminentemente, pelas e entre mulheres, onde o laço inicial da transmissão do saber-fazer é entre a menina e a mãe, ou demais mulheres da família, como avós e tias; e, em alguns casos entre vizinhas. No entanto, observei que as mais jovens vêm se afastando das atividades realizadas na pesca. Estão estudando mais com a intenção de encontrar outras formas de trabalhar, o que é incentivado por pais e mães, conforme já mencionei.

De modo geral, quem se encarregava de cuidar do rancho de pesca era o pescador; ou ambos. Também os dois se encarregam de remendar as redes quando as mesmas sofria alguma avaria no mar. Quando a mulher também embarca, os dois dividem estas atividades com mais frequência do que quando a mulher trabalha em terra. No caso de dona Naca, que já é viúva, ela própria se encarregava de cuidar do rancho e da embarcação, bem como de fazer e consertar suas redes, além de confeccionar outras para venda, considerando que possuía uma clientela fiel que não trocava seus trabalhos pelo de qualquer outro pescador.

Os saberes da pesca ocorrem pelo que eu chamaria de uma circulação que se renova continuamente por meio da troca de aprendizados onde as mulheres ensinam o que aprendem; e aprendem o que outras pescadoras ou outros pescadores aprenderam com outras pessoas. O aprendizado dos saberes se dá pela observação e prática diária junto a quem ensina e também pela troca que ocorre *boca a boca* pela divulgação de descobertas ou invenções. Quando alguém descobre ou inventa alguma forma de melhorar o trabalho ensina para aqueles que

fazem parte do seu grupo de afeição, composto de parentes, amigos ou amigas e vizinhos com os quais mantêm relações próximas¹⁸².

Se ponderarmos sobre a construção dos sujeitos a partir de quem se aprende, será possível chegar a um ponto em comum entre as pescadoras que embarcavam que diz respeito a uma quebra na relação mulher-mulher posto que o aprendizado passe a ser homem-mulher¹⁸³. Enquanto as mulheres que trabalhavam na pesca em terra aprenderam entre mulheres, de mãe para filha, de avó para neta, de vizinha para vizinha, de amiga para amiga, as embarcadas com as quais convivi aprenderam com os homens, pais, maridos ou com *um estranho que se tornou da família*.

Quando ainda éramos crianças é o período ao qual se referiam para me narrar a faixa etária em que este aprendizado começou, sendo que, na grande maioria, tratava-se da filha mais velha de famílias que não tinham meninos em idade de aprender a profissão, ou cujos filhos *não tinham jeito para a pesca*.

No começo na pesca, eu aprendi com meu pai, lá no Pontal, com oito anos comecei, mas eu não gostava não. Tinha dois filhos homens. Um estava com uma família em Guaratuba, outro vivia com a vó. Daí sobrou eu. Ele me levava junto. Fui a contragosto. Eu queria brincar como as outras meninas. Eu chorava muito porque queria brincar. Era pesca a remo e pescávamos linguado, paru. Daí, fomos para a Barra do Saí. Eu estudava de manhã e pescava à tarde. Sábado e domingo pescava de manhã. Daí ficava o dia inteiro (Iliete).

¹⁸² Em relação ao exemplo de Ni, filho e irmão de pescadoras, do qual já falei, inventou uma máquina para facilitar o filetagem de peixes. Outra pescadora, dona Rosinha, ao saber da invenção, comentou que gostou da idéia e comprou a máquina, que o próprio Ni adaptou de acordo com sua invenção. Tina, ao adaptar calças jeans e macacões de oleado para mulheres a partir do uso de um zíper mais macio, divulgou entre as conhecidas o *segredo* de conseguir urinar no mar, sem precisar tirar a calça ou o macacão, o que aprendeu com uma *velha pescadora*. Em relação aquelas que participam de cursos viabilizados pela Epagri, observei que elas re-elaboram o que foi *ensinado*, por exemplo, em cursos de culinária, adequando ao que possuem em casa; quando vão *ensinar* para suas vizinhas ou parentas ensinam também as suas *invenções*.

¹⁸³ Só com Neneca o aprendizado foi maior com a mãe, também pescadora em época passada, conforme já observado.

Eu aprendi com o pai. Ele não queria me levar. Daí eu prestei atenção e vi que ele saía em um horário e comecei a levantar antes dele. Então ele começou a me levar. Um dia levava, outro não. Eu tinha uma curiosidade em saber como era e ele me ensinou tudo (Néia).

Eu aprendi com o meu pai. Desde oito anos eu já tarrafeava. Eu já fazia rede e tarrafeava com oito anos! Eu! Oito; nove anos. Eu era a mais velha. E eu sempre gostei da pesca. Eu mesmo sou apaixonada pela pesca. Mas era pela necessidade que a gente pescava (Naca).

Se, por um lado, o aprendizado se deu em decorrência da *necessidade* de suas famílias em que vieram a se transformar em *camaradas* de seus pais, irmãos, maridos, filhas, sendo que umas gostavam, a exemplo de dona Naca; outras tinham raiva desta imposição tão precoce em suas trajetórias, conforme ilustrado com a fala de dona Iliete. Outras ainda tinham curiosidade, como dito por Néia. Por outro lado, com o tempo, elas passaram, e o tempo passou com elas, nesta profissão, constituindo-se em *gosto* pela vida ao ar livre, em que a alusão ao fato de amarem a *liberdade* era uma constante.

As expressões das quais se utilizavam para descrever o que sentem diziam respeito a se sentir muito bem com o que se faz; sobre o que a maioria dizia-me não ter dúvidas: *amo; gosto; tenho verdadeira paixão; eu sou viciada pelo mar.*

Eu gosto. Eu amo a minha pesca, o meu trabalho. Faço rede, pesco, boto, lavo a embarcação, cuido. Faço tudo, tudo, tudo (Naca).

Para ser pescadora, tem que gostar. Eu me sinto muito bem trabalhando na pesca. Como é que se diz: eu me sinto realizada! Tudo o que eu preciso tem ali (Josi).

O mar? Não tem o que dizer. É a minha vida (Geni).

Eu, sem a pesca não sou nada. Eu sou viciada pela pesca. Eu amo mesmo (Alzira).

É um trabalho que eu gosto de fazer. Não tem como explicar. É uma coisa que a gente gosta. Pra mim é melhor do que qualquer serviço. É o melhor trabalho (Néia).

É uma alegria. A gente não se perturba. Fica ligado naquilo que a gente vai fazer. Eu gosto mesmo da pesca. Eu tenho que ir todo dia. É um vício (Paulina).

Trata-se de diferentes aprendizados compostos de distintas formas, espaços, sociabilidades e sujeitos em que os mesmos se dão e são passados, ora entre mães e filhas; ora entre pais e filhas; outras entre maridos e esposas ou entre esposa e marido onde as mulheres se constituem como as camaradas dos homens com os quais trabalham; ou quando atuam sozinhas são elas as mestras de suas próprias e pequenas embarcações.

Um complexificador que precisamos levar em conta quando procuramos compreender os processos de aprendizado para as pescadoras que trabalham embarcadas diz respeito a uma mescla de aprendizados inter e intra-gênero em que elas, como filhas, e provável futura esposa, de pescador, aprenderam com as mães, além dos afazeres da casa, os saberes-fazeres feitos em terra, considerados *mais de mulher*, como evisceração, descasque, limpeza, beneficiamento, transformação de peixe, camarão, siri, marisco, dependendo da região. No entanto, como foram acionadas por suas famílias para trabalhar como embarcadas, aprenderam com os pais os saberes-fazeres que se dão no mar e nas embarcações, considerados *mais dos homens*, como remar, fazer, remendar e soltar redes, guiar as embarcações, ir ao mar e voltar.

Há ainda as mulheres que não embarcam, mas que são consideradas as *melhores que qualquer homem* em atividades que, em princípio, seriam realizadas por homens, como fazer e remendar redes. São mulheres que se tornaram referência na confecção destes apetrechos, cujos clientes se compõem de pescadores amadores e de colegas pescadores que lhes pagam para ter o que consideram *o melhor produto*. Não há, portanto, uma forma de aprender e, muito menos de ser pescadora. São muitas as possibilidades como os diferentes aprendizados circulam e são transmitidos por meio dos enredamentos afetivos que compõem as muitas pescas.

No entanto, se o laço afetivo inicial é consangüíneo, os laços posteriores se constroem por meio de redes que se pautam pela afetividade no trabalho. Veremos, a seguir que, em relação às que atuam em terra, há outras questões envolvidas nos processos de fabricação dos sujeitos do que ser e estar em uma família haja vista que, após se tornarem adultas, as mulheres se inserem em pequenos agrupamentos, aos quais se referem como *o meu grupo*, motivados pelo que denominam de *amizade*.

Em relação às embarcadas, a camaradagem é o que orienta as formas de trabalhar junto com marido, filho, filha em que, em grande maioria elas são as camaradas de seus maridos. Algumas são elas próprias, as mestras de suas embarcações, como será observado logo adiante.

6.2 AMIZADE E CAMARADAGEM

6.2.1 Entre amigas: com quem se trabalha em terra

Tönnies, apud Fernandes (1973, p. 104), ao tratar sobre as formas de conviviabilidade humana, distinguiu três possibilidades: a) os *laços de sangue*, que se pautam pelo parentesco; b) a *aproximação espacial*, ou seja, as relações vicinais; e c) a *aproximação espiritual*, que contempla interesses, sentimentos, afetos. Diz o autor que é “nesta classificação que devemos procurar as raízes de todas as relações (associações)”. Maluf (1993), em uma pesquisa realizada em uma comunidade do litoral da Ilha de Santa Catarina, percebeu a formação de uma “rede de relações entre as comunidades, uma vez que, mesmo com o forte sentimento de localidade que demarca cada uma delas, as relações com as outras são bastante intensas” (MALUF, 1993, p. 15). Este aspecto apontado por Maluf pôde ser percebido em todo o meu percurso em campo em que foi possível observar que é por meio de redes¹⁸⁴ que as relações, conflituosas ou de afinidade, às quais se refere

¹⁸⁴ Enne (2004, p.264), ao mapear algumas das principais abordagens referentes ao conceito de rede, afirma que os autores que trabalham com este conceito convergem no que diz respeito a considerar como central em uma rede a “sua capacidade de articulação e rearticulação permanente”. Para uma discussão sobre redes e aspectos socioeconômicos de pequenas agroindústrias, ver Mior (2005). Segundo o autor, é Murdoch (2000) quem propõe um nível intermediário de redes que seria mais adequado, tanto para se pensar a construção de estratégias alternativas de desenvolvimento rural como para sua interpretação onde se teria dois principais conjuntos de redes interagindo nas regiões rurais: as verticais e as horizontais. A vertical diz respeito a como a agricultura é inserida em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matéria-prima do ponto de vista de uma

Vilênia Aguiar, 2005, emergem, mas é também onde os princípios de apoio mútuo e afetividades se manifestam, seja em momentos de perda, dor, alegria, conquista, aprendizado, trabalho.

Marcelo Oliveira, 2008, em seu estudo com grupos populares urbanos em um município da Grande Florianópolis, observou os códigos que regulavam as relações entre homens levando-os a criar grupos coesos, as denominadas “*turmas* de encontros cotidianos em que *alianças* e *conflitos* foram dois dispositivos sociológicos típicos observados na formação destes pequenos grupos de sociabilidade, cujos vínculos relacionais eram em caráter de *amizade*” (OLIVEIRA, 2008, p.34). Raquel Paiva, 2007, ao comentar o que chamou de uma reinterpretção conceitual de Tönnies, diz que ao se falar sobre vinculação social e preocupação territorial, estariam implicados outros “aspectos próprios da sociabilidade que parecem ter perdido o sentido [...] como cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade” (PAIVA, 2007, p.147). É este último aspecto destacado por Paiva (2007) e enunciado por Oliveira (2008), a amizade, que observei ser um termo êmico utilizado para expressar uma motivação central na formação de redes de mulheres em torno dos processos de limpeza e beneficiamento de pescados.

Claudia Barcellos Rezende, 2002, diz que “a palavra amizade em português refere-se tanto a um sentimento quanto a uma relação específica” que fala sobre redes de vizinhança e de amizade, por exemplo. Em *Kinship, law and the unexpected*, Strathern (2005)¹⁸⁵, ao

abordagem setorial do desenvolvimento. Por outro lado, redes horizontais referem-se “à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas” (MIOR, 2005, p.57). O autor ainda complementa: “as redes verticais e horizontais estão associadas à idéia de desenvolvimento setorial e territorial, respectivamente” (Idem, p.57). Eu acrescentaria a estas duas redes que dizem respeito ao aspecto econômico, uma terceira rede, que eu chamaria de transversal e que diz respeito às relações afetivas que perpassam as formas de aprendizados, mas também as formações em torno do trabalho.

¹⁸⁵ Strathern (2005) traz algumas ponderações sobre o dado e o construído a partir da visão de pais de classe média britânica que consideram o parentesco como preponderantemente ligado aos aspectos biológico e genealógico. “Os pais não desistem de uma luta, dentro da qual o seu conceito da biologia desempenha o papel principal [...] Tal pai, nesta visão, compartilha o corpo com a criança duas vezes. Primeiro é o corpo da herança genética, um dado, uma matéria considerada coloquialmente como sendo do sangue comum ou substância comum. O segundo é o corpo que é um sinal da devoção dos pais - ou negligência - e neste ambiente de classe média é, antes de mais nada, pela aplicação do conhecimento que os esforços dos pais fazem este corpo. [...] Os dois corpos são considerados como pertencendo ao mesmo mundo, tradicionalmente visto como, ao mesmo tempo que é dado, é construído (Parents do not give up without a struggle, within which their concept of biology plays a major role [...]) Such a parent, in this view, shares body with the child twice over. First is the body of genetic inheritance, a

discutir questões sobre o dado e o construído em relação ao parentesco chama atenção para a importância de serem considerados outros elementos que constroem e que estão além de aspectos biológicos ou consangüíneos, a partir do que poderíamos pensar, no contexto que aqui apresento, o parentesco imbricado em redes outras, como vizinhança e amizade, por exemplo. Carsten (2004) preconiza que é central ver as noções como não acabadas e que a dicotomia está muito mais na disciplina do que no que está circulando e faz parte das diferentes realidades. Concordo com as autoras e me inspiro em suas falas no sentido de pensarmos que há muito mais fatores compoendo as formas organizativas do que relações pautadas exclusivamente pelo parentesco consangüíneo. Relações afetivas, como as de amizade, emergiam e se mostravam constituidoras de redes, fossem elas formais ou informais, envolvendo parentes e não parentes.

Uma das atividades mais fortes das mulheres pescadoras em terra são os processos de limpeza dos pescados, tendo destaque no estado de Santa Catarina, o camarão sete barbas e a filetagem de peixes em termos de pesca artesanal, pois não me adentrarei na maricultura onde também atuam. Muitas mulheres, ao falarem sobre o *grupo* do qual participavam, se referiam ao parentesco como destino e a amizade como escolha, onde não se poderia mudar o fato de ter nascido *naquela família*. No entanto, se poderia escolher com quem se queria trabalhar.

Assim, os grupos informais que observei existia a partir: a) do convite da esposa de um pescador artesanal que tinha uma embarcação, ou b) em pequenos espaços denominados de salga. Percorri doze grupos¹⁸⁶ e após algum tempo circulando entre os mesmos, perguntei às mulheres coordenadoras como ocorriam os agrupamentos: se eram todas parentas; se moravam perto; como ela convidava as mulheres e por que. O que, afinal, definia a formação dos grupos de descascadeiras de camarão ou fileteadeiras de peixe?

given, a matter regarded colloquially as being of common blood or common substance. Second is the body that is a sign of the parent's devotion - or neglect - and in this middle class milieu it is above all through the application of knowledge that the parent's efforts make this body [...]. The two bodies are regarded as belonging to the same world, traditionally rendered as at once given and constructed). (STRATHERN, 2005, p.4-5).

¹⁸⁶ *Nosso grupo* era uma denominação que elas utilizavam corriqueiramente ao verbalizar quem fazia parte do mesmo e, portanto, com quem trabalhavam. Observei e convivi com cinco grupos em Governador Celso Ramos, três em Balneário Camboriú e quatro em Barra do Sul. O número de mulheres por grupo variou de três a dez mulheres, sendo quatro grupos compostos de cinco mulheres; três por quatro mulheres; dois com três; outro, com sete; outro, com nove; um com dez mulheres.

A resposta invariavelmente foi: *em primeiro lugar, pela amizade*. Esta motivação que se dava pela amizade pode envolver *parentes que são consideradas amigas*. Ou as que não sendo parentes, tem o mesmo pré-requisito: *são amigas*.

Eu convido as amigas e quem quer e pode vir, vem. É com quem me dou bem pela amizade. A gente trabalha entre amigas (Lorena, coordenadora).

Não adianta só ser parente. Precisa se dar bem; e, pela amizade, a gente se dá muito melhor, às vezes, com um estranho do que com quem é parente. Parente nasce; amigo a gente escolhe. Eu descasco com a Maria lá em cima. Saio aqui de casa. Não tem distância; é pela amizade (Laís, descascadeira).

Aqui tem parente, tem quem não é parente. O principal é se dar bem. Amizade e querer trabalhar; entendes? (Joir, dono de uma pequena salga).

Em relação aos grupos observados, não havia um número fixo ou determinado de mulheres, mas uma organização informal onde me parece que a noção de rede consegue dar conta da diversidade com que estes pequenos grupos se formam, se considerarmos que a formação de rede propicia que as pessoas circulem e se articulem, neste caso, entre os diferentes *grupos*. Se por um lado, pode se fazer parte de uma salga, em que o dono recebe camarão de vários pescadores e um grupo de mulheres trabalha em conjunto. Por outro lado, muitas pessoas descascam em casa, reunindo o pai, a mãe e, em alguns casos, filhos e filhas, mas a formação central se dá com as amigas da dona do camarão, convidadas para este fim¹⁸⁷. Laís explicou o porquê da importância da amizade:

¹⁸⁷Descascar em casa remete também a questão econômica, segundo explicou Laís: *Hoje tem mais gente descascando em casa porque, se ele (o pescador) entrega para um terceiro, ele vai pagar R\$3,00. Se o próprio pescador descasca e vende limpinho; já vai ganhar cerca de R\$12,00; ganha mais. A descascadeira, a gente ganha por quilo, R\$2,00 o quilo de camarão descascado, pago a cada 15 dias. Eu descasco uns dez quilos por dia. Quem é mais rápida, descasca 15 quilos ou mais. Isso, o pré-cozido. O cru descasca mais e pesa mais; esse é R\$1,50 o quilo.*

Geralmente passamos juntas oito horas por dia quando tem camarão, por isso tem que ter amizade. Começa às sete horas até às onze. Depois, começa a uma e vai até às cinco no grupo que eu trabalho. Cada grupo tem sua forma de combinar. Se sobrar camarão, congela e fica para o outro dia. Quando tem pouco é só à tarde. Quando chega camarão, a Maria avisa. Conversamos sobre o dia a dia; o que aconteceu na televisão, daqui mesmo. Tem aquelas que são mais íntimas, são amizades que vem de fora da salga. Depende da pessoa. Eu não sou de contar problema, mas tem aquela que já chega, já fala. Aí depende. Eu já estou uns dez anos de descascadeira (Laís).

Se tomarmos a fala de Laís, segundo a qual se trata de amizades que vem de fora da salga, poderíamos supor que as redes que levam à formação de pequenos grupos se respaldam pela amizade. Porém, não menos importante é o terceiro pré-requisito que exige também que haja uma postura de trabalho. Há, assim, a expectativa de uma conduta de amizade aliada à disposição para o trabalho e para trabalhar em conjunto. Há, por um lado, a relação afetiva que orienta o convite da coordenadora do grupo, mas também se trata de um convite direcionado àquelas parentas amigas, ou amigas que ela, de antemão sabe, que são trabalhadoras, naquela função desejada¹⁸⁸.

Outra questão é que esses grupos não são fechados, sendo que o número de participantes oscilava, se ampliava, se reduzia à medida que algumas amigas ou parentas circulavam entre eles. Neste aspecto, encontrei mulheres que uma semana estavam em um grupo e na seguinte já estavam em outro; dias depois voltavam ao primeiro, e assim circulavam entre os grupos, motivadas pelo que definiam como *ficar um pouco em cada um*. Ou seja, as redes de amizade nas quais elas se inseriam lhes permitiam participar ora em um grupo; ora em outro.

A amizade, aliada à disposição para trabalhar junto, constitui-se em conduta reguladora e orientadora na formação de redes onde as mulheres se articulavam e circulavam. Na finalização deste tópico é interessante dizer que a tríade - parentesco, amizade, trabalho -

¹⁸⁸ Lembrando a discussão de Elias (2000), ao abordar a relação estabelecidos/outsideiros quando afirma que “a opinião interna de qualquer grupo com alto grau de coesão tem uma profunda influência em seus membros, como força reguladora de seus sentimentos e sua conduta” (Elias, 2000, p. 39).

qualificava o com quem se trabalhava, mas funcionava também de uma maneira muito fluída nos muitos arranjos possíveis.

6.2.2 Dois que é um: camaradas

- Mas eu também quero falar. Disse o marido de Alzira enquanto eu escutava o que ela me narrava.
- O senhor quer falar o que? Perguntei-lhe.
- Quero falar dela.
- Então fale.
- Eu quero dizer que não pode existir camarada melhor do que ela. Não tem! Ela faz tudo como um homem! (Dé, Barra do Sul)

As pescadoras embarcadas trabalhavam com maridos, irmãos, filhos. Esporadicamente, algumas filhas acompanhavam a pesca. Trabalhar junto em uma embarcação significa mais do que ser um tripulante. Nas pescas que acompanhei implica em se pautar pela *camaradagem* onde há a figura do mestre, que coordena a embarcação, e o camarada, que trabalha com o mestre. Mestre e camaradas se referem um ao outro como *camarada: ela é minha camarada; eu trabalho como camarada dele*. No entanto, encontrei também mulheres que atuavam como mestras, como Mãezinha, Paulina, Naca, Tina.

Ao perguntar aos homens com os quais as pescadoras trabalhavam como elas são como camaradas, eles me diziam: *parceiras, companheiras, fantásticas, fora de série*, nos termos que utilizavam; e que não encontrariam pessoa melhor para trabalhar. Quando buscavam qualificá-las como pescadoras não usavam adjetivos. Para defini-las, só conseguiam dizer o que queriam me dizer recorrendo à comparação delas com eles, os homens, no sentido de demonstrar a sua capacidade para o trabalho na pesca.

É melhor do que qualquer homem. Ela é meu braço direito. Faz tudo. Não tem medo de nada. Tem coragem. Trabalha igual a qualquer um de nós. Tem uma força que só vendo (Cristiano, Florianópolis).

É um homem que tenho comigo. Faz tudo o que eu faço, vai aonde vou, sabe tudo. É mesmo a minha camarada, não tem medo de nada, gosta da pesca (Kriki, Barra do Sul).

É um animal. Trabalha e tem força como qualquer homem. Ela gosta mesmo do que faz. E faz parte da nossa equipe de trabalho. É uma irmã fora de série mesmo (Márcio, Florianópolis).

O que está por trás destas falas? Um homem! Um animal! Força, coragem, destreza? A forma como os camaradas conseguiam qualificá-las tem como foco comparativo um substantivo masculino indefinido: um homem; um animal. *A minha irmã? Igual a ela não tem. É um animal. É um homem pra trabalhar. Não. Ela é melhor do que um homem* (Florianópolis). *Ela? Dá para dar nota mil. Trabalha melhor que qualquer homem* (Barra do Sul). Referem-se a elas como seres que tem a capacidade laborativa de homens ou animais em corpos de mulheres, o que poderia ser visto como um depoimento-prova, segundo exigem os preceitos do INSS (que veremos no próximo capítulo), tendo em vista que, ao qualificá-las como homens, os pescadores estão, na verdade, dizendo e provando que elas têm um corpo para a pesca.

Todos os camaradas-maridos, que na verdade eram, em maioria, os mestres das embarcações, compartilhavam a opinião de que não existe camarada melhor do que elas e que, com *elas formam um par, um só, um casal*. Elas, por sua vez, diziam que o trabalho a dois dá certo porque *formam um par, um casal*, sendo que para o trabalho dar certo no mar, tem que se dar bem em terra; e para dar certo em terra, tem que saber lidar um com o outro no mar. Homem e mulher camaradas seriam, segundo me disseram, *dois que é um: é um casal, um par, um só. É como carne e unha. Tem que dar certo no mar e aqui em terra* (Alzira). *É uma dupla. Mas na verdade é um só: um casal* (Marques).

É interessante remeter aqui que é corriqueiro ouvir por parte de técnicos do extensionismo¹⁸⁹ que atuam junto aos territórios da pesca que *os pescadores são individualistas*. O que o campo me mostrou me leva a ponderar que as formas - portanto uma conjugação plural - como pescadores e pescadoras se organizavam não podem ser definidas como individualista. Eu arriscaria dizer que são dualistas no sentido de que percebi que há uma preferência por trabalhos em duplas, algo que talvez se aproxime do conceito de díade, proposto por Carl Landé, segundo o qual “uma relação díade, no seu sentido de ciência social, é uma relação

¹⁸⁹ O extensionsismo será abordado na relação entre saber científico e saber tradicional, no próximo capítulo. Porém, é interessante pensarmos aqui que os extensionistas estão se pautando por uma visão do senso comum.

direta que implica alguma forma da interação entre dois indivíduos”¹⁹⁰ (LANDÉ apud ENNE, 2004, p.270). O máximo que encontrei na composição de suas formas organizativas foi que trabalham ou se reúnem em grupos muito pequenos, entre três a dez pessoas. Algo muito longe das exigências burocráticas que pautam as instituições públicas para a liberação de recursos financeiros¹⁹¹.

Em relação aos *dois que é um*, as pescadoras falavam sobre uma espécie de diretriz necessária segundo a qual é preciso que o casal se dê bem e que o homem saiba tratar a mulher. Do contrário, ele é quem perderia sua camarada, de forma definitiva ou temporária, vindo a ter um gasto a mais. Durante o trabalho de campo, um dos casais teve um atrito no mar. Segundo a pescadora, *ele foi muito grosso, não soube ter paciência*. Ao perguntar-lhe sobre como ficaria, a mesma me explicou:

Vou fazer greve até ele pedir desculpa, pois ele é que foi o errado. Já combinei com minha filha, nenhuma de nós duas fala com ele até ele pedir desculpas, pois ele foi grosso com ela também, por algo que deu errado lá fora.

- E se ele não pedir desculpas?

Problema dele. Eu não trabalho mais como camarada. Hoje ele já teve que chamar o Joaquim, que foi. Vamos esperar. Ele vai ver que estava errado.

A fala da pescadora diz respeito ao fato de, em sendo camaradas, marido e mulher, *é um dinheiro que não sai da família para pagar alguém de fora*. Ou seja, alia-se à sua capacidade de trabalho a questão da economia familiar, tendo-a como camarada. Passados dois dias, a greve tinha funcionado: o marido pediu desculpas e ela voltou ao mar, ao exercício a dois. *Carne e unha, mas que às vezes se estranha*. Ao observar pequenos movimentos das mulheres neste sentido de *fazer greve* quando os atritos ocorriam, elas me sinalizavam que, embora sendo elas as camaradas deles, são elas que detêm uma espécie de poder de convencimento para que o mestre continue tendo-as como camarada. Primeiro, porque, mais do que precisar pescar, ela ama, e muito, ele e a

¹⁹⁰ “A dyadic relationship, in its social science sense, is a direct relationship involving some form of interaction between two individuals”.

¹⁹¹ A burocracia será abordada no próximo capítulo. Em relação ao aqui dito, por exemplo em recursos viabilizados pelo Ministério da Pesca, ou Ministério da Agricultura no caso agrícola, para a realização de cursos nas áreas pesqueiras, muitas vezes há a exigência de um número mínimo de dezesseis participantes, o que às vezes inviabiliza a realização dos mesmos.

pesca. Segundo, ela não falta ao trabalho; terceiro, por que ele iria preferir outro camarada quando tem em casa uma camarada que sabe o que faz e que faz tão bem, ou melhor, que um homem? Quarto: ela tem um corpo para a pesca.

Encontrei ainda pescadoras que trabalhavam em embarcações menores, sendo que às vezes saíam sozinhas, quando os deslocamentos eram mais próximos, ou com os filhos como seus camaradas. Nestes casos, são elas as mestras e eles os camaradas. Portanto, são elas as responsáveis pela coordenação do trabalho, que inclui definir o lugar aonde se vai pescar, o horário de saída e de retorno, o que ocorre de acordo com o resultado da pescaria, as mudanças de local visando às tentativas em encontrar um que seja considerado bom para a pesca; guiar o barco.

Nestes casos, as mulheres já eram são viúvas, ou casadas com pessoas que não trabalhavam na pesca, cabendo às mesmas um papel de liderança na embarcação que, em relação às casadas, era do marido. É possível dizer que tanto as viúvas quanto aquelas cujos maridos atuam em outras áreas estejam liberadas da figura da autoridade masculina, pelo menos no contexto profissional. Isto lhes propiciava mais liberdade para gerenciar o próprio trabalho a partir da mestrança que exercia na relação de autoridade sobre os filhos, que lhes obedeciam e seguiam suas orientações e decisões.

É interessante notar que, ao questionar os filhos e as filhas sobre como lidavam com o fato de suas mães serem pescadoras, todos, sem exceção, falaram sobre as mesmas discorrendo de forma emocionada e orgulhosa, apesar de pontuar as dificuldades que elas encontram no exercício da profissão. Para tanto, recorriam a expressões, como *orgulho, emoção, mulher de garra, uma guerreira*.

6.3 DE PERTO E DE LONGE; DE DENTRO E DE FORA: POR QUE SE TRABALHA NO MAR

Fiquei me questionando continuamente sobre o quanto as pescadoras me diziam que amam a vida na pesca e se não haveria, no decorrer de suas trajetórias, ocorrido a construção de um auto-convencimento sobre este amor por ser esta a realidade, ou nos moldes de Velho (2004[1987]), o campo de possibilidades com o qual se deparavam e passaram a viver com o ingresso na pesca, já que apenas

dona Iliete¹⁹² narrou abertamente sua revolta inicial. As demais, tanto as que iniciaram meninas quanto as que se tornaram pescadoras após se casar com pescadores, foram unânimes em afirmar o *gosto* pela pesca. Com o decorrer do trabalho de campo, observei que muitas delas tinham outras habilidades¹⁹³ com as quais poderiam ter uma renda trabalhando em terra. No entanto, elas nutriam uma espécie de necessidade de ir, estar, viver no/do mar.

No decorrer da pesquisa o verbo transitivo *gostar* foi sendo resignificado a partir de outras questões que não apenas amar, sentir prazer, apreciar. Foi Neneca quem, em uma de nossas muitas conversas, me esclareceu as motivações que perpassam a vida e a continuidade na pesca. Segundo a mesma, embora a maioria das mulheres embarcadas diga que trabalha na pesca porque gosta - *e gosta* - este gostar se alia à *necessidade* de continuar trabalhando. Se elas gostam da pesca, foi necessário percorrer uma trajetória na qual o aprender a pescar se revestiu do aprendizado concomitante do gosto por esta vida, de *liberdade*, ao *ar livre*, mas cujo ingresso se deu pela necessidade financeira. Segundo Neneca, só um olhar atento, de perto, poderia se dar conta desta sutileza.

¹⁹² Quando dona Iliete me narrou toda sua raiva e revolta, recebi sua narrativa com certo alívio, pois eu me reconheci na sua fala haja vista que quando adolescente tinha que trabalhar na roça, sendo uma de minhas atividades cortar e carregar o que chamávamos de trato para as vacas, momento que era realizado por mim e por minha avó todos os sábados à tarde, sendo que era eu quem guiava o carrinho de mão. Eu sentia muita raiva e revolta e me questionava porque eu tinha aquela vida quando as outras meninas podiam sair bonitas e arrumadas para os passeios de sábado à tarde.

¹⁹³ Elas utilizavam estas habilidades em especial nos momentos em que a pesca passava por situações de miséria. Costumavam dizer: *a gente inventa*. Eu diria que há dois tipos de *invenções*: a) diversão, que diz respeito à formação de grupos de bingo, de jantar semanal, de passeios, de idas às igrejas (embora tivesse o forte motivador da fé e da religião, percebi que também as idas às igrejas e cultos eram acionados como parte dos momentos de encontro com as amigas). Também incluo aqui os cursos e encontros anuais de mulheres da área da pesca promovidos por Epagri e prefeituras municipais, para o qual muitas reservam estes dias para o lazer, as brincadeiras, o descanso do trabalho na pesca. Os encontros ocorrem uma vez ao ano e circulam entre os diferentes municípios pesqueiros de determinada região; b) sobrevivência, sobre a qual elas inventam pão, bolo, docinhos, toalhinhas bordadas, bolinhos frito de banana, tortas recheadas, frango assado com farofa aos domingos, tudo para ser vendido na própria vizinhança que, sabendo de suas habilidades, vai às suas casas para comprar. São maneiras que elas encontram para melhorar a renda em épocas difíceis: *a pesca tem época que dá boa, mas tem época que não dá nada. Esse ano o mar está castigando a gente. Não tá fácil. Quando aperta, eu invento umas coisas, faço salgadinho, coxinha, risoles. Também faço bolo de aniversário. Me viro* (Néia); *Eu invento; vendo pão, vendo frango para ajudar na renda, mas 80% vem lá de trás, da pesca* (Neneca).

Tem aquela pessoa que a pessoa olha com os olhos e vê, e a outra que precisa procurar para ver mais fundo. E é isso que estás fazendo com o teu trabalho de entender tanto esforço físico, mas é o nosso ganha-pão. Quem olha de longe e de fora, olha e diz: olha como eles gostam de pescar! Lá vão eles, mesmo com esse frio! Como gostam! Mas tu, que estás vendo de perto e de dentro, sabes que nem sempre é assim. Também é pela necessidade. Não é só porque gosta. Mas também é porque se gosta (Neneca).

Segundo Neneca, há um engano quando alguém olha de fora e de longe e conclui que as saídas ao mar são apenas e sempre pelo gosto por esta vida e que é necessário exercitar uma observação atenta, mais profunda, algo que talvez se aproxime do que denominamos de etnografia, e que me fez questionar o quanto Neneca postula a favor do exercício etnográfico em que é preciso olhar de *dentro e de perto*¹⁹⁴, já que de fora e de longe não seria possível um olhar mais a fundo.

Neneca afirmava que *tem horas que a vida na pesca é muito difícil*, com o que concordavam todas as pescadoras. Porém, todas corroboravam também que *para poder continuar tem que gostar muito*.

Tem que gostar sim e tem horas que a gente desanima. Ontem a gente foi tirar a rede e tinha estragado um monte [...]. Daí eu vim para casa e desabafei com uma vizinha que veio aqui. Ela nunca tinha me visto assim e perguntou: Neneca, tu gostas de pescar? Eu pensei: mas isso quem tinha que perguntar é a Rose! E ela não me perguntou assim: tu gostas de pescar. Não é Rose? Tu disseses que querias ouvir a minha história e eu contaria como quisesse. Pesca é algo que começou obrigado. Tinha que pescar, mas ao mesmo tempo eu gostava porque era uma novidade. Quando ela me perguntou: tu gostas de

¹⁹⁴ Magnani (2002, p.17), ao discutir o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica, propõe “um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei de fora e de longe”. O autor afirma ainda (p.16) que nesta discussão sobre a especificidade da etnografia, é interessante lembrar os *anthropological blues* de Da Matta (1978); *experience-near versus experience-distant*, de Geertz (1983); resíduos, de Peirano (1995), estes últimos dizendo respeito a “certos fatos que resistem às explicações habituais e só vêm à luz em virtude do confronto entre a teoria do pesquisador e as idéias nativas”.

pescar? Eu demorei a responder. Eu precisei pensar; e respondi que gosto. Mas tu estás vendo como é a nossa vida por dentro e vendo de perto. Não estás olhando de longe. De longe é porque gosta de pescar. Mas, de perto, como estás com a gente, tu sabes que tem horas que não é porque gosta. É pela necessidade. De fora e de longe é uma coisa; de perto, pode ser outra. A gente gosta? Sim, gosta. Mas tem mais. Tem que ter coragem para enfrentar o mar, mas também para enfrentar a vida (Neneca).

A fala de Neneca, além de problematizar a necessidade e o gosto pela pesca, acaba por remeter a uma constatação que diz respeito a serem as pescadoras que embarcam respeitadas e admiradas em suas comunidades como *mulheres de coragem*¹⁹⁵ tendo em vista o enfrentamento cotidiano e a relação direta com o mar. A junção de ter necessidade, mas acima de tudo *gosto* pela pesca, se alia à coragem necessária para poder continuar sendo, existindo, *durando* como pescadora. É neste sentido que entendo que elas são imbuídas de uma *duração* bachelardiana segundo a qual “é preciso dar tempo ao tempo para que ele realize sua obra” (BACHELARD, 1994, p.12), o que faz com que elas se façam na pesca, e pela qual a pesca as faz. Não poderia haver dúvida quanto ao fato de trabalharem por necessidade, mas não posso deixar de considerar também que suas verbalizações sobre o amor, o fascínio, a paixão pela pesca remetem a um *ethos* de *amor à profissão*.

Ao mesmo tempo em que *duram* (BACHELARD, 1994) como pescadoras a partir do exercício na pesca, também a pesca *dura* a partir da *duração* delas. A pesca, que entrou em suas vidas *por necessidade* e continuou pelo *amor*, mostra-se uma motivação central para continuarem *durando*, o que vai lhes deixando registros significativos da materialização desta maneira muito peculiar de ser e estar no mundo, cujo depositário visível é o corpo. É, pois, sobre corpos e corporalidade que passo a discorrer a seguir.

¹⁹⁵ O que veremos melhor no capítulo VII, no tópico ‘uma linhagem de guerreiras: mulheres de valentia’.

6.4 O CORPO NA/DA/PARA A PESCA

6.4.1 Sobre o corpo na pesca

*É preciso ter um corpo*¹⁹⁶ *para a pesca*, tanto que algumas das pescadoras foram acionadas por seus pais porque o irmão mais velho *não tinha jeito*. Essa expressão, *não tinha jeito*, diz respeito a não ter este corpo, o qual é construído na e pela pesca pelo adestramento corporal que se faz na repetição e imitação cotidiana em que a disciplina do corpo em relação às necessidades fisiológicas é apenas um aspecto.

¹⁹⁶ Para uma discussão sobre corpo, corporeidade, corporalidade ver, entre outros, Beauvoir (1991[1949]); Mauss (2003[1959]); Maluf (2001; 2009); Csordas (2008); Foucault (2009[1975]); Matos e Soihet (2003); Lock (1993); Fausto-Sterling (2001/2); Latour (2004; 2010); Venn (2010); Blackman e Venn (2010); Featherstone (2010); Paulilo (1987); Lima (2002); Perez Fonseca (2008). O corpo, e neste caso, o corpo das pescadoras, é objeto e/ou sujeito? Em sendo sujeito, é então sujeito dos sujeitos? Como e por onde considerar o corpo? Beauvoir (1991[1949], p. 59), ao falar sobre a contribuição da psicanálise na psico-fisiologia no sentido de considerar que não há fator que intervenha na vida psíquica dissociado de um sentido humano, afirma que “não é o corpo-objeto descrito pelos cientistas que existe concretamente e sim o corpo vivido pelo sujeito”. Por sua vez, Foucault (2009[1975]) centra sua discussão sobre a relevância do corpo onde a corporeidade é central como realidade biopolítica-histórica, sendo que sob o crivo da disciplina estariam técnicas que perpassam processos de modelagem, de construção de corpos dóceis onde, segundo o autor, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2009[1975], p.132). Csordas (2008, p.102), fala de corporeidade em uma discussão que postula o corpo como sujeito da cultura a partir de uma análise da prática, o *habitus*, trabalhado por Bourdieu, aliado à noção de percepção, o *pré-objetivo*, de Merleau-Ponty, em que não haveria uma distinção mente-corpo. A cultura estaria corporificada desde o início, sendo o corpo “reconhecido pelo que ele é em termos vivenciais, não como um objeto, mas como sujeito” (p.142). Por outro lado, Vale de Almeida (1996) questiona se o corpo é um sujeito ou é, na verdade, o lócus das performatividades que constituem o sujeito. Csordas (2008) preconiza que o corpo que está em crise diz respeito à idéia de que existe um substrato biológico e natural que seria transformado no corpo socialmente circunscrito a partir da intervenção da cultura. Neste sentido, Csordas vem contribuir com a discussão sobre esta temática que *está em cena*, como resume Maluf (2001) quando diz que o corpo é visto numa perspectiva de agência. Para ele, o corpo é *agente e experienciador*, o que advém de uma noção de *embodiment* que se pauta na fenomenologia pós-estruturalista ou pós-moderna. A partir daí, Csordas busca problematizar dicotomizações, tais como natureza/cultura, ao mesmo tempo em que procura escapar da idéia de corpo como um objeto em que a realidade social seria inscrita. É com este pano de fundo que o autor formula a idéia de *corpos sujeitos* - ao invés de objetos - de cultura em que o foco não se volta para as representações simbólicas que tomam o mundo como realidade exterior aos corpos, mas para as práticas e o *estar no mundo*. Csordas (2008, p.101) argumenta que o paradigma do *embodiment* pode ser elaborado para o estudo da cultura e do sujeito, sendo que sua perspectiva advém da antropologia psicológica na direção da fenomenologia que “parte da premissa metodológica de que o corpo não é um objeto a ser estudado em relação à cultura, mas é sujeito da cultura; em outras palavras, a base existencial da cultura” (p.102). O corpo seria o *lócus* em que emergem afetações, sendo este não *objeto receptor*, mas um *sujeito agenciador* das inúmeras possibilidades em que estas afetações se dão (grifos meus).

Conforme já dito na introdução desta tese, há a disciplina do controle do enjôo, do uso da força e do corpo (FOUCAULT, 2009[1975]). O corpo é fabricado num contínuo, na experiência da/na pesca: a força, a mão, a coluna vertebral, as pernas, os ombros, os olhos. As pescadoras fazem a pesca. E a pesca as faz, sendo que em suas narrativas emergiam ponderações sobre a construção de seus corpos, *moldados*¹⁹⁷ desde muito cedo para práticas que exigem simultaneamente flexibilidade, firmeza, força, tolerância aos movimentos da embarcação:

O corpo se molda. Podes ver, eu não tenho barriga. O pessoal, as mulheres da cidade, malham, como eles dizem. Eu não preciso. Corro daqui até lá, volto, porque já acostumei o corpo a

¹⁹⁷ O *habitus* se mostra uma noção interessante para pensarmos a construção de corpos na pesca se pensarmos que o *habitus* é “o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados [...]” (WACQUANT, 2012, p. 36). É, ao mesmo tempo, sedimentação no corpo e corpo que sedimenta em uma relação dialética do fazer e ser feito onde o individual e o grupal se mostram no corpo. O tempo da vida das pescadoras foi e é perpassado por esta fabricação e moldagem tratando-se de um processo de longo prazo, iniciado quando eram crianças, ou jovens mulheres, e que segue repetido, dia após dia, registrando uma corporalidade em que elas reconhecem seus corpos como *um corpo mais para homem*. A fabricação corporal é central no processo de fazer-se pescador, pescadora em que a experiência vivenciada se corporifica, deixa marcas, registra um *habitus* que remete a uma *hexis* corporal diferenciada. Loïc Wacquant, no texto *Esclarecer o Habitus* ([HTTP://ler.letras.up.pt/up/oads/ficheiros/255.pdf](http://ler.letras.up.pt/up/oads/ficheiros/255.pdf). Acesso em 15/08/2012), se propõe a fazer uma reconstituição da gênese da noção de *habitus*, cujas raízes encontram-se na noção aristotélica de *hexis*, estado adquirido. Sendo *habitus* o particípio passado do verbo *habere* (ter ou possuir), no século treze foi traduzido por Tomás de Aquino, como capacidade para crescer através da atividade. Wacquant afirma que a noção foi usada por sociólogos como Durkheim, no curso “L’Évolution Pédagogique en France” (1904-5), Mauss (em especial no ensaio “As técnicas do Corpo”, de 1934), Max Weber (em “Wirtschaft und Gesellschaft”, de 1918), Veblen (que discorre sobre o que denomina de *habitus* mental predatório dos industriais, em “The theory of the leisure Class”, de 1899, Elias (onde fala sobre um *habitus* psíquico das pessoas civilizadas, 1937). Segundo Wacquant, a noção ressurgiu na fenomenologia, nos escritos de Husserl, onde “o *habitus* concernia à conduta mental entre experiências passadas e futuras, sendo que Husserl usava como cognato conceptual o termo *habituallität*, mais tarde traduzido para inglês pelo seu aluno Alfred Schutz como conhecimento habitual (e daí sua adoção pela etnometodologia), uma noção que se assemelha com a de hábito, generalizada por Maurice Merleau-Ponty (1945) na sua análise do corpo vivido como o impulsor silencioso do comportamento social”. Porém, diz Wacquant, é no trabalho de “uma vida inteira” de Bourdieu, que se encontra “a mais completa renovação sociológica do conceito delineado para transcender a oposição entre objectivismo e subjectivismo: o *habitus* é uma noção *mediadora* que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar ‘a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’”.

pegar peso, fazer força. O corpo é diferente (Naca).

Tem muita massa muscular, é mais forte. O meu corpo é totalmente diferente do corpo das mulheres da cidade. Um dia, fui a uma loja. Uma das moças disse pra outra: olha aquela ali; acho que é nadadora. Eu acho que ela faz remo, alguma coisa. Olha o tamanho da guria. Eu noto que o pessoal olha. Às vezes chego para comprar uma roupa, elas dizem: essa não vai dar para ti porque és forte. No comecinho na pesca, eu senti. Como a gente diz, já é de estrutura. As minhas irmãs, nós éramos tudo igual, mas se elas forem fazer o que eu faço, já vão criar corpo. Nossos hormônios, não sei explicar, já são mais fortes. Não sei se é pela alimentação, ou pela genética. A minha mãe era baixinha. Eu já puxei ao meu pai. Quando eu vou nas lojas e perguntam a profissão, e eu digo: pescadora. Elas: o que? Eu digo: pescadora! Eu já tenho as mãos assim. É diferente (Josi).

Podes ver o que eu vou dizer. Todas são assim mais, mais, como é que vou dizer: mais rudes. Acho que é isso. Com um corpo mais forte; costas mais largas. Senta de um jeito. Eu não consigo sentar de perna cruzada. Somos, como o pessoal diz aqui, ‘as metralhas’. Mais fortes, mais embrutecidas. Um corpo mais para homem (Neneca).

As pescadoras me falavam de um corpo que se molda e que, portanto fica diferente. A forma como elas conseguiam me definir sobre esta diferença era dizendo que seus corpos parecem *um corpo de homem*. No entanto, esta definição poderia ser uma fala delas direcionada a mim como uma justificativa tendo em vista que, em uma sociedade hierárquica segundo pressupostos de gênero, elas emergem como mulheres que tem um corpo para a pesca. Por outro lado, elas me falavam sobre a percepção de uma diferença entre elas e as mulheres que vivem em outros contextos que não os da pesca: a forma de sentar diferente, a maneira de andar, de vestir, de ser. Embora algumas dissessem que a pesca alia força e jeito, diziam também que são mais *fortes, embrutecidas, rudes, mais para homem*, numa alusão direta aos

postulados de gênero que diferenciam a fraqueza, a meiguice, a fragilidade para as mulheres em contraponto ao que as pescadoras definiam como sendo *mais para homem*.

Segundo as mulheres, faz parte e está nas exigências da profissão de pescadora ter força e *coragem* em alguns momentos, jeito e agilidade em outros. A meu ver, este adestramento corporal faz com que ocorra uma composição com a embarcação de um só corpo, um corpo-embarcação, onde a embarcação mostrava-se, aos meus olhos, continuidade do corpo de quem pesca; e o corpo de quem pesca, por outro lado, faz-se também continuidade da própria embarcação.

Nas idas ao mar, eu percebia que os corpos delas e deles aderiam à embarcação, como uma continuidade dela enquanto eu sentia que o meu ficava solto, mas em uma soltura insegura que dizia respeito exatamente à rigidez de um corpo que não se moldou na/para/pela pesca. À medida que a embarcação avançava no mar, seus corpos seguiam o ritmo sem qualquer alteração do que eu definiria como uma mobilidade imóvel embarcação/corpo enquanto que o meu seguia em uma imobilidade móvel, embarcação *versus* corpo, onde eu tinha vontade de me agarrar à embarcação para não cair quando ela, ao balançar de um lado para outro, me jogava junto. A pescadora seguia tranqüila, sentada ou em pé. Seu corpo, ao contrário do meu, não era jogado, mas acompanhava o movimento da embarcação, continuidade de seu próprio corpo.

Havia, por outro lado, o corpo fora da pesca, em que emergem vaidades, cuidados. Uso de cremes hidratantes, momentos de fazer a chapinha alisando o cabelo ondulado. Esmaltes nas unhas, batom nos lábios e uso de brincos. Cada uma tinha o seu jeito de ser vaidosa, mesmo as que diziam que não são. Um cabelo amarrado diferente e brincos colocados no dia combinado para sairmos juntas ao mar e, portanto, onde eu registraria imagens, contrariavam a verbalização das que afirmavam categoricamente que não tinham vaidade. Outras assumiam que são vaidosas sim e que não é por ser pescadora que não seriam:

Afinal é parte da mulher ser vaidosa. Eu me pinto, passo batom, uso brinco porque gosto. Eu sou assim. Não é porque estou escolhendo um camarão, que tenho que ter cabelo sujo (Adriana). Claro que sou vaidosa. Toda mulher é. É da mulher ser vaidosa e não é porque é pescadora que não é (Alzira).

Eu gosto de me arrumar, de me pintar, passar um creme no cabelo. Ficar cheirosa. (Néia).

Como desde o início do trabalho solicitei autorização, se tornou frequente registrar em imagens o cotidiano das pescadoras com fotos e filmagens, conforme já mostrado no capítulo anterior, principalmente no início¹⁹⁸ do trabalho de campo. Porém, foi com grande surpresa que, ao voltar após ficar seis meses no Estágio de Doutorado em Portugal, me deparei com algumas mudanças visíveis em quatro pescadoras. Uma delas tinha passado a *arrumar as unhas, fazer depilação com cera e massagem modeladora*; outra passou a arrumar as unhas e a pintar o cabelo. Mas foram outras duas as que mais me surpreenderam: uma, a própria Neneca, tinha emagrecido oito quilos. Ao manifestar minha surpresa e comentar o quanto estava mudada, ela me alertou: não visse nada. A Néia emagreceu 20 quilos. Quando tu viajasses, nós falamos: somos obrigadas a emagrecer antes da Rose voltar. Temos seis meses. A Néia já disse que quer que tu tires as fotos tudo de novo para mostrar como ela está agora. Tu nas vais reconhecer.

Enquanto mentalmente me questionava se a pesquisa teria contribuído para motivar tal mudança, Neneca concluiu sua fala: *a gente falou: pois estamos dando entrevista, saindo em foto, filmagem. O que vão dizer? Pescadoras gordas? Descuidadas? Nada disso! Vamos emagrecer!* Tal afirmação me levou a refletir sobre os processos de afetações que o campo possibilita, em que não apenas somos afetados, mas onde também afetamos a vida das pessoas. Vi-me refletindo ainda se teria sido o exercício proposto, da antropóloga como sombra, que teria instigado as pescadoras, ao olharem, responderem, conviverem, com a sombra, se olharem, se perguntarem e se voltarem para si mesmas se propondo então a se recriarem e se reinventarem como mulheres pescadoras.

Em Maluf (2001) encontramos a proposta de que o corpo seja olhado, “não apenas como objeto da cultura, mas como também dotado de agência própria; não apenas como receptáculo de símbolos culturais, mas como produtor de sentido” (MALUF, 2001, p.88). Neste aspecto, o

¹⁹⁸ Com a convicção de que, à medida que o tempo passasse, eu me familiarizaria com aqueles espaços da pesca e com o cotidiano das mulheres, busquei registrar o maior número possível de condições, lugares, pessoas já no início do campo, corroborando que “é importante também que esse trabalho de coleta e registro de impressões seja feito desde o início, ou seja, desde os nossos primeiros contatos [...] porque certos fatos que impressionam enquanto constituem novidade, deixam de ser notados à medida que se tornam familiares (MALINOWSKI, 1978[1922], p.31).

corpo das pescadoras é produtor de sentido construído pela, para e na pesca, onde a pesca as constrói e elas constroem a pesca. *São anos assim!* Diziam-me.

É interessante trazer aqui as reflexões de Antony Seeger, Roberto da Matta e Eduardo Viveiros de Castro, 1979, que se referem às populações ameríndias em que uma idéia central diz respeito à fabricação do corpo na trajetória dos indivíduos. Ao citar como exemplo a perfuração labial e auricular definindo-a como uma penetração gráfica, física, da sociedade no corpo, os autores afirmam que é ela quem cria as condições para engendrar o espaço da corporalidade, que é a um só tempo individual e coletiva, social e natural (SEEGER, DA MATTA e VIVEIROS DE CASTRO, 1979, p. 15). Conforme ainda corrobora Maluf (2001), “alguns exemplos dessa corporificação da experiência, ou centralidade do corpo na experiência coletiva e individual, são a forma pela qual se dão, em muitos desses grupos, o aprendizado e a socialização das crianças [...]” (MALUF, 2001, p. 93).

A partir destas ponderações sobre as sociedades ameríndias, me parece possível e interessante propor uma aproximação com os territórios da pesca tendo em vista que se, por um lado, as populações pesqueiras estariam inseridas em sociedades ditas ocidentais, por outro lado, se afastariam no sentido de denunciar o que em princípio seria um olhar dicotômico do ocidente sobre o corpo. Os dados de campo de minha pesquisa me levam a pressupor uma complexa heterogeneidade quando pensamos em sociedades ocidentais no sentido postulado por Maluf (2001) em relação às sociedades ameríndias.

Se certas experiências sociais contemporâneas, como nas sociedades ameríndias, estão voltadas para a “fabricação de corpos” que – investidos de agência e subjetividade – “fabricam cultura”, é também da fabricação de pessoas (e de sujeitos) que se trata. Elas também, não sendo uma “coisa dada”, são produto e produtoras de sentidos e de novas experiências (MALUF, 2001, p. 99).

Conforme questiona Maluf (2001), caberia perguntar se estamos tratando do mesmo corpo frente aos inúmeros fenômenos com os quais nos confrontamos em que questões sobre sujeitos, agenciamentos, fabricação, entre outras, precisam ser investigadas e problematizadas. Por outro lado, embora tenhamos que nos questionar sobre que corpo e a partir de qual prisma se está falando quando se fala, as discussões

reverberam cada vez mais profundamente nos espaços de discussão da antropologia. Um exemplo profícuo que aqui faço alusão diz respeito à Maluf (2001), que traz um rico material em que, após percorrer autores como Mauss, Hertz, Leenhardt, Foucault, se embrenha em uma discussão sobre contemporaneidade e pessoa, aludindo ao fato de que é central conectar a uma discussão sobre corpo e corporalidade, uma reflexão sobre pessoas e suas formas culturais específicas considerando que somos produtos e produtores de corpos, culturas, sujeitos.

É interessante pensar que as populações pesqueiras teriam muito mais em comum com as sociedades ameríndias do que inicialmente poderia supor no que diz respeito às experiências coletivas e individuais que perpassam a construção de corpos nos processos de aprendizado da pesca onde são investidos *anos seguidos* para que o corpo se molde. O processo de aprendizado na pesca é doloroso quando exige do corpo suportar mais peso do que inicialmente suportaria; ou quando testa os limites corporais, como o controle do vômito. Alguns desistem, não conseguem continuar ou não são aceitos porque não aprendem a lidar com o enjôo, por exemplo. A grande maioria acaba por conviver com o mar após anos de treinamento. No entanto, casos me foram relatados de, após algum tempo ou depois de anos trabalhando na pesca voltar a ter, ou ter pela primeira vez, episódios de enjôo. Questiono se seria o corpo apontando sinais de seu nível de exaustão em uma profissão extenuante, cujo cansaço se manifestaria na aversão corporificada em forma de vômito.

Embora algumas pessoas verbalizassem que *pescador já é quando tem que ser*, considero que não se nasce, mas aprende-se a ser na construção do próprio corpo e, em conseqüência, de uma corporalidade para a pesca. Algo que diz respeito ao que Latour (2010) define como aprender a ser afetado quando discorre sobre os perfumistas.

Começando com um nariz mudo incapaz de diferenciar muito mais do que odores 'doces' e 'fétidos', cada um termina um tanto rapidamente com a formação 'de um nariz' (un nez), isto é, alguém capaz de discriminar diferenças cada vez mais sutis e capaz de dizer-lhes um a parte de outro, mesmo quando eles são mascarados por, ou

misturados com outros (LATOURE, 2010, p.207)¹⁹⁹.

O nariz, portanto, inventa o cheiro, mas também o cheiro especializa o nariz à medida que o corpo-nariz se constrói no aprendizado que se repete e na repetição que especializa o aprendizado.

6.4.2 Roupas que fabricam corpos

O tempo vivenciado na pesca imprime aos corpos e à corporalidade das mulheres pescadoras formas específicas de como a materialidade da vida na pesca se mostra, seja no vestir, sentar, caminhar em que elas próprias reconhecem como diferentes seus próprios corpos se comparados a outras mulheres que não atuem na pesca. Macacão de oleado²⁰⁰, botas maiores do que o pé para facilitar retirá-las em caso de naufrágio, gorros, casacos e cabelos curtos ou sempre bem presos para evitar acidentes são exemplos das exigências e da indumentária da pesca. Escondidos atrás de camadas de tecido ou do plástico grosso dos macacões, seus corpos passam por uma fabricação e ao mesmo tempo por uma dissimulação corporal que as igualaria aos homens tendo em vista que, segundo as pescadoras com as quais convivi, seriam roupas *masculinas; de homem*.

Figura 54 - Macacões de oleado



¹⁹⁹ Starting with a dumb nose unable to differentiate much more than ‘sweet’ and ‘fetid’ odours, one ends up rather quickly becoming a ‘nose’ (*un nez*), that is, someone able to discriminate more and more subtle differences and able to tell them apart from one another, even when they are masked by or mixed with others (LATOURE, 2010, p.207).

²⁰⁰ Macacão feito de uma espécie de plástico grosso, cujo nome advém de épocas passadas em que os pescadores literalmente passavam óleo na roupa para que tivesse uma maior durabilidade, segundo depoimento oral.

Figura 55 - Mulher, homem; a mesma roupa



Resumindo o que me diziam, *é um corpo de mulher em roupa de homem* em que a indumentária é composta de calças que permitem uma mobilidade corporal, sobrepostas por macacão de oleado feito para homens, cujo desenho frontal, na maioria das vezes representando uma abertura para dar vazão ao pênis, não deixava dúvida. Gorro, macacão, capa, luvas e botas transformavam os corpos e todos ficavam mais ou menos iguais. Homens e mulheres. As pescadoras consideravam que esta indumentária contribui para a construção do corpo para/na pesca e é um dos fatores que faz com que se tenha uma noção pré-concebida de que não existem mulheres que embarcam tendo em vista que os corpos femininos desapareceriam por trás de roupas feitas para corpos de homens.

Quem vai dizer que nós estamos no mar se quem olha de longe parece tudo homem? Parece ser tudo o mesmo corpo com a mesma roupa (Márcia).

Por isso dizem que não tem mulher na pesca. A roupa que usamos é roupa de homem. Nosso corpo vira um corpo de homem: é calça larga, macacão, bota grande, luva. Tudo é roupa de homem. Não existe roupa de mulher na pesca (Iliete).

Aos questionar-lhes o porquê de suas afirmações, o tempo emergia como central. Diziam-me que são anos vividos na/da e para a pesca onde muitas começaram aos oito, nove anos de idade e viram seus corpos sendo, de tal forma, modelados pela pesca, e a pesca sendo modelada por elas, que muitas já não conseguem se vestir ou andar com

roupas que não sejam as que a pesca exige, como calças compridas, confortáveis e largas, conforme se refere Naca, 63 anos, que desde os oito vive na pesca. Trata-se de corpos que são reconhecidos e que se reconhecem como diferentes do que se esperaria ser um corpo de mulher em terra. Trata-se de roupas fabricadas para homens e que, ao serem usadas por mulheres, constroem corpos que, vistos de longe e sem uma atenção mais aproximada, daria a todos os corpos a mesma forma. Homens e mulheres usando a mesma roupa teriam um só corpo: de homem.

Assim sendo, se a pesca tem uma diversidade de ser feita e de existir, há nela um ponto em comum que diz respeito ao que é um corpo para a pesca, que implica em uma forma de se vestir em que saias, vestidos, roupas coladas se tornam impossíveis de serem usados. Os gorros geralmente dissimulam os cabelos, as luvas disfarçam as mãos, macacão e botas transformam os corpos e escondem qualquer curvatura corporal que possa denotar um corpo mais longilíneo. Todos os corpos ficam mais ou menos compostos de macacão e capa. Ou seja, muito iguais. Homens e mulheres.

Se as roupas, em princípio, para homens, fabricam também corpos de mulheres, moldando formas de ser e estar, os corpos destas mulheres também fabricam e inventam roupas. A partir do que o mercado (não) oferece, por exemplo, só existe macacão de oleado com corte masculino, as mulheres criam formas de conviver melhor com o que dispõem e re-inventam a indumentária para a pesca e para seus corpos. Tina, por exemplo, após testar o uso de velcro, que não foi aprovado nos muitos experimentos testados, chegou à conclusão que não bastaria apenas colocar um zíper. Teria que ser um zíper de textura maleável, o que facilitaria às mulheres urinar em alto mar.

A gente tem que inventar a partir do que tem. A gente faz assim: tira essa costura dura da calça ou do macacão que só machuca. Corta, tira fora e faz uma abertura. Depois é só colocar o zíper. Mas tem que ser desse aqui: macio. Aí toda mulher pode fazer xixi no mar. A única coisa é que sempre molha um pouquinho, mas que dá, dá. Não fica esse macacão de homem (Tina).

Por outro lado, algumas das pescadoras usavam expressões como *estar nua*; *se sentir nua* para falar sobre a dificuldade que tinham em usar saias ou vestidos depois de anos e anos construindo um corpo que

aprendeu a andar de calças; um corpo construído pela e na atividade da pesca.

Fui pescar, vesti as calças do pai. Paletó! O paletó do pai eu tinha que vestir. Depois fui parando mais moça e fui comprando agasalho porque naquela época era só agasalho. E eu me acostumei com roupa de homem. Se eu estou de saia, se preciso me abaixar, entrar no bote, de saia, como fica? De vestido: como? O meu trabalho já é pra isso. Desde pequena trabalhando assim [...] Eu mesmo já me acostumei. Não sei andar de saia ou de vestido. Eu, de saia ou de vestido me sinto nua. É assim. Acostumei desde muito nova nesta profissão (Naca).

Eu não uso vestido e saia. Eu não sei, eu não me sinto bem. Eu me sinto pelada. Uma vez fui botar para ir a uma festa, tive que vir embora. Eu não agüentei. Eu me senti mal. Eu não tinha jeito pra sentar. Também não sou uma bruta pra sentar, mas não sei explicar, nada dá. Me deixa agoniada, me deixa mal. Eu não me sinto bem. Eu me sinto nua mesmo (Josi).

Segundo elas, já não é possível usar outro tipo de roupa que não calças compridas, pois isso geraria um desconforto provocado pela *nudez*. Foi interessante notar que, mesmo pescadoras que seguiam preceitos religiosos cujas mulheres não devem usar calças compridas, usavam por debaixo de saias ou vestidos, *legs* ou meia-calças, que não deixam de ser tipos diferentes de calças. O imaginar-se sem calças compridas faz com que as pescadoras denominem esta situação aludindo à nudez em que falam de desconforto e impossibilidade de se imaginar de outra forma que não usando uma roupa que, em princípio, seria moldadora de corpos de homens.

6.4.3. Corpos: os riscos; a morte

Por um lado, foi possível observar que há um desgaste marcado, registrado, no corpo, e na corporalidade, em que coluna vertebral, pernas, olhos, e talvez de maneira mais evidente, as mãos, são ostensivamente usados de forma intensiva e permanente. Por outro lado, e simultaneamente, este corpo, testemunha de saberes-fazeres próprios

desta profissão, é um corpo passível do risco de, a qualquer momento, desaparecer em alto mar.

A possibilidade constante de naufrágios com a qual convivem diariamente está estritamente ligada à imprevisibilidade da perda de vidas que, ao ocorrer, se dá sem qualquer forma de antecipação do acidente, ou do resgate posterior.

A vida é assim. Ela não vai aos poucos. Vai de uma vez. A não ser em caso de uma doença. Mas com o pescador é assim: quando vai, vai de uma vez. Teve um pescador que ficou cinco horas. Deu uma bobeira. Quase foi. Quando o helicóptero estava voltando, viu ele. Foi a sorte. Senão, já era. Assim, uma coisa, um descuido, e a vida foi (Alzira).

Intempéries repentinas, ventos imprevisíveis, mudanças de maré, alterações no trajeto da pescaria, peças da embarcação que quebram de forma inesperada podem provocar naufrágios ou momentos de tensão enquanto se fica à deriva ou à espera de socorro por alguma embarcação que esteja próximo.

Visando ilustrar estas possibilidades com as quais se deparam cotidianamente, selecionei um dos diálogos que tive com dona Rosinha, em que suas narrativas aludem a exemplos de momentos difíceis que ela vivenciou no mar ou em relação à expectativa de re-encontrar seu filho que passou pela experiência de ficar horas desaparecido antes de ser resgatado com vida por vizinhos.

Eu fiquei uma hora, uma hora e pouco. O vento! O vento! A chuva! Eram quatro horas da manhã. Era escuro, escuro, escuro. O cara viu a hora que a batera parou de repente.

[O que a senhora sentiu quando ficou ali esse tempo na tempestade, sozinha, no escuro?]

Não, eu não fiquei com medo. De vez em quando, se eu escutava o ronco de um motor, alguma coisa, eu ligava a lanterna pra eles ver que eu estava ali porque se fechou tudo em chuva. Não me passava nada pela cabeça. Nada. Só fiquei mais assustada quando passei um susto muito grande com um navio lá fora no mar.

[Como é que foi?]

Era uma batera que nós tínhamos. Aí, acabamos de colher a rede. Ele disse assim: Olha, nós vamos mais um pouco para o sul, para depois arriar para o norte. Daí, eu disse: está bem. Então vamos. E fomos. Quando nós fizemos a volta, quebrou o eixo. Ele disse: como é que foi acontecer isso? Ele pegou e botou um ferro n'água e tinha o meu primo que estava colhendo aqui mais ao norte. Aí nós pegamos uma blusa, botamos em uma ponta de vara e começamos a fazer sinal. Ele viu. Ele disse, entre eles: olha lá tem uma embarcação e é o tio Aparício. Nisso, nós olhamos, saiu um navio ali da ilha do Araça. Eu disse: nego, saiu um navio de lá e vai pra lá. Ele disse: vai passar perto de nós. Eu disse: nada homem. Deixa de ser bobo. Vai passar. Aquele meu primo quando viu, porque ele estava longe, ele saiu. E lá vinha o navio; e lá vinha o meu primo, o Afonso. Ele disse assim: meu Deus, esse navio vai passar bem em cima da batera. Eu disse: nada homem. Deus é grande. Deus está vendo nós aqui. Aí, pegou e disse assim: não, vai bater. E ele ficou apavorado. Eu disse: calma meu velho. Calma! Não é assim. E lá vem o Fonso, e lá vem o fonso. Mas era muito vento. O bote batia na água que respingava. Ele disse: meu Deus do céu nega. Nós vamos morrer debaixo do navio. Eu disse: calma, nego. Foi a conta de nós pegar o cabo e jogar pro Fonso. O Fonso só puxou a batera e o navio passou. Bem no rumo onde nós estávamos. Ninguém disse uma palavra! Foi uma luta!

[E o navio nem via vocês porque são muito pequenininhos?]

Não. Não. Ele nem vê porque é assim ó: quando o navio vem, até uns quinhentos metros, uns seiscentos metros ele vê. Mas depois não vê mais. Não vê! Olha nega, foi por Deus. Aí outro dia foi aqui, no mar da Taquara. Era escuro. Eu disse assim: nego, ali vem um barco. Mas o barco vai passar por fora, disse ele. Eu digo: não pega na rede, não pega a bandeira. Era escuro sabe. Nada mulher! O barco vai passar por fora. Eu disse: não, não, faz uma volta pra nós não parar o motor, mas tu não pega a bandeira. Vai mais um pouquinho pra terra. Essa mulher! Uia mulher

medrosa! Eu disse: não, não, não é medrosa. Foi a sorte nós não pegar. A bandeira passou assim ó: arrastando no barco. Outra vez nós estava colhendo rede aqui, veio aquele barco, e veio, e veio, e veio. Nós fomos obrigados a saltar. Quando vê que ele vem no rumo, a gente já tem que sair porque eles não estão nem aí!

[E a senhora conhece alguém que pesca como vocês que chegou a ir a fundo?]

Tem um primo nosso. Ele foi arrastar camarão, o Ananias, ele saiu de madrugada. Disseram que ele cochilou; que não viu o barco. O barco partiu a batera e ele morreu na hora. Só acharam ele depois de três ou quatro dias. Outra vez nós estávamos com rede ali no mar do Pinho. Deu um vento muito forte, que o vento, o mar, é uma coisa que é complicado. Voltamos! O mar é vivo! Outra vez nós estávamos lá perto do Gravatá, deu um pedaço de vento terral que a água batia nas minhas costas pra não cair no motor pra não parar. O vento sul, na verdade, é o que mais prejudica nós aqui porque se dá vento sul e a maré é pro sul já cria muita onda. Fica banzerado que é uma coisa!

[Banzerado, o que é?]

Aquela marola que não é onda alta, mas também não é onda baixa. Brisado já é o vento que vem do mar. Daí e difícil ir, vai molhando tudo. Quando o meu filho estava com 19 anos. Ele pescava numa batera do pai. Era caceio de corvina. Então viajava três horas para fora. Ele e o meu sobrinho. Ele saiu uma quinta-feira, uma hora da manhã. Eu levantei, fiz o café, arrumei a comida e ele saiu. Depois, o pessoal veio tudo de fora, e nada dele vir. E o vento da terra. Trovoada. E nada! Passou a noite toda no mar. Aí eu fiquei apavorada. Não dormimos aquela noite. Foram os barcos do Zezinho, do Anísio e de um rapaz, que hoje é morto, procurar ele. Aí, o Zezinho perguntou, como é que foi a noite, se tinham visto uma batera de boca aberta. Eles disseram: se eles estiverem vivos é um milagre porque o que deu essa noite! Aí, passou quinta-feira a noite toda. Sexta-feira à noite é que acharam ele. Chegou em casa sábado a uma da manhã. Botaram fora dez panos de rede,

uns quinhentos quilos de corvina, o forro da batera, pra aliviar a batera por causa da onda que era muito alta e botava água pra dentro. Eles tiraram água à noite toda. Disseram que tinha água até o joelho. O meu filho e o camarada. No outro dia, eram três horas da tarde, ele estava com o pai lá no porto trabalhando, arrumando a batera, tudo. Aí, dei café pra ele. Ele começou a chorar. Daí eu beijei ele. Começou a chorar, a chorar. Aí, eu disse: o que é filho? Por que estás chorando? Ele disse assim: nada mãe. Por que então? Estás pensando o que passasses lá fora? Ah mãe. Eu pensei de não ver mais a mãe. Vê que eles fecharam a casaria da embarcação e foram dormir os dois para morrer ali dentro pra não ver as ondas do mar. Olha, a gente vê todo mundo vivo, e eles não vinham, ai! [Nós duas não agüentamos: choramos.]. Ser mãe de um pescador não é fácil. Ainda bem que agora tem celular. O meu mais novo, quando vai e demora, eu ligo: onde é que estás? Estou aqui dentro do bote, mãe! Eu digo: ah, eu sei que estás aí dentro do bote, mas onde filho? [muito riso]. Os meus três filhos homens estão na pesca, um na industrial e dois na artesanal. A gente está preparada pra tudo! E não está! É assim (Rosinha).

Por vezes os episódios de naufrágio levam à morte de pescadores, sendo que o corpo é considerado central para que a confirmação do óbito se efetive. Como o corpo tem esta centralidade, há alguns cuidados que passam a ser observados quando no registro de detalhes no Atestado de Saúde de profissionais da pesca, como altura e cor dos olhos. Ao perguntar a uma das técnicas da Marinha do Brasil o porquê da importância da cor dos olhos, a mesma esclareceu:

Em caso de naufrágio, e o corpo for encontrado já em estado inchado, estas informações de altura e cor dos olhos ajudam. Se nenhum bicho tiver comido os olhos, a cor se mantém. Então é um dado a mais para ajudar na identificação e no reconhecimento do corpo.

Para efetivação do processo de reconhecimento, o corpo teria que aparecer para comprovar a morte, vindo a possibilitar o fornecimento do

atestado de óbito. Em não aparecendo o corpo, não há provas. Em não havendo provas, só resta à esposa do pescador, por exemplo, esperar até que passe o tempo do tempo definido como necessário para comprovar a *ausência*. A esse respeito, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, do Código Civil, cujo Capítulo III, da Ausência, define os trâmites necessários quando esta é decretada²⁰¹.

Segundo a experiência de pescadoras que perderam seus maridos ou pais, foram cerca de cinco anos de espera para receber alguma assistência do governo tendo em vista que faltava a prova central que comprovasse o fato da morte: o corpo.

Abaixo, ilustro tal situação, porém pincei a fala de uma das mulheres, cuja família conseguiu agilizar o processo em um tempo menor porque acionaram outros meios mostrando que é possível, quando há sensibilidade e vontade, antecipar o benefício às viúvas, conforme seu relato.

São necessários cinco anos para se conseguir o atestado de óbito. A mãe conseguiu antes porque nós escrevemos uma carta para a Previdência

²⁰¹ Parte Geral A Livro I Das pessoas - Título I - Das Pessoas Naturais Capítulo I Da Personalidade e da capacidade: Art. 6º A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva; Art. 7º Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra. Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento. Capítulo III - Da Ausência - Seção I Da Curadoria dos Bens do Ausente. Art. 22. Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador. Art. 23. Também se declarará a ausência, e se nomeará curador, quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes. Seção II Da Sucessão Provisória. Art. 26. Decorrido *um ano* da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando *três anos*, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão. Art. 27. Para o efeito previsto no artigo anterior, somente se consideram interessados: I - o cônjuge não separado judicialmente; II - os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários; Art. 30. Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos. § 1º Aquele que tiver direito à posse provisória, mas não puder prestar a garantia exigida neste artigo, será excluído, mantendo-se os bens que lhe deviam caber sob a administração do curador, ou de outro herdeiro designado pelo juiz, e que preste essa garantia § 2º Os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão, independentemente de garantia, entrar na posse dos bens do ausente.

Nacional; de lá eles entraram em contato com a previdência de Biguaçu, que chamaram a mãe dizendo que ela teria direito a um salário mínimo até ficar comprovado o óbito. Junto a um advogado que solicitou os documentos necessários para dar andamento ao processo, documentos esses que conseguimos com a ajuda da Capitânia dos Portos de Florianópolis que entrou em contato com a Capitânia do Rio de Janeiro e depois com a Colônia de Pescadores daqui. Além desses documentos havia os registros em jornais do acidente e testemunhas, como casais amigos que numa audiência com o juiz declararam o que chamam de *veracidade dos fatos*. A partir daí o juiz expediu um atestado de óbito onde a mãe passou a receber os três salários que tinha direito. Foram mais ou menos uns três anos de espera. Todas nós nos sentíamos impotentes frente aos acontecimentos. Parecia um pesadelo, e uma espera interminável, pois como não vimos o corpo tínhamos a esperança que ele iria voltar a qualquer momento. Para a mãe foi ainda mais difícil, pois ela ficou com os filhos para criar. Tarefa complicada. Ela foi uma guerreira. Ainda hoje é difícil falar nisso. Com a avó eu nem toquei mais no assunto, pois ela sempre fala nele e não se conforma até hoje. Toda vez que fala nele, chora. Eu tenho 42 anos, a mãe tem 63, e a avó 86 anos. Meu pai já desapareceu há mais de 20 anos (Ana, Governador Celso Ramos).

Como é possível constatar na fala de Ana, trata-se de anos de espera para que se considere que o tempo do desaparecimento tenha sido suficiente e venha a se efetivar o direito a ter direito de receber o benefício de pensionista como viúva de pescador tendo em vista que a lei que regulamenta esta questão de desaparecidos é uma lei federal que trata de forma indiferenciada a todos os brasileiros, não levando em conta peculiaridades como esta dos pescadores que desapareceriam, não por questões outras, mas tão somente por um acidente de trabalho. O conteúdo da própria Lei se foca mais em resguardar o destino de possíveis heranças ou bens, sem aventar formas de garantir que populações que deveriam ter imediatamente reconhecido o fato do desaparecimento para constituir o direito do amparo legal, o tenha.

Mais uma vez emerge a questão da centralidade do corpo, tanto na atenção a detalhes deste no processo de reconhecimento em caso de acidente, aludindo à estatura física e cor dos olhos, quanto nos episódios de desaparecimento que, não havendo um corpo, não há como efetivar a comprovação da morte. Não havendo esta comprovação, a família do pescador fica em uma situação mais vulnerável do que qualquer outra já vivida, considerando que são anos de espera e de falta de assistência, aliado ao processo de luto que não tem fim.

Butler (2006[2004]) se refere ao luto questionando-se se há como saber “quando se elabora um luto, ou quando alguém termina de fazer o luto por outro ser humano [...]” (BUTLER, 2006[2004], p.46). E acrescenta que “talvez um luto se elabore quando se aceita que vamos mudar a causa da perda sofrida, provavelmente para sempre. Quiçá o luto tenha a ver com aceitar sofrer uma mudança (talvez se deveria dizer *submeter-se* a uma mudança) cujo resultado não se pode conhecer de antemão” (BUTLER, 2006[2004], p.47)²⁰².

Em relação às viúvas de pescadores há, a meu ver, um *submetimento* duplo. Primeiro, pelo que se aplica a todos os humanos, e que Butler definiu como um *nosotros*. Ou seja, o fato de que estamos implicados na iminência de perdas, a qualquer momento. Por outro lado, ao se submeter a uma situação que poderíamos denominar de um *devir viúva* em que ela não deixa de viver o processo de luto, embora resguarde a esperança de que o outro volte, também vive uma situação de vulnerabilidade extrema enquanto não lhe reconhecem como tal. Já não é mulher de pescador, mas também do seu reconhecimento como viúva não se trata. De alguma forma, ela desaparece com o laço pelo qual se reconhecia. Como resume Butler (2006[2004]): “Que ‘sou’ sem ti? Quando perdemos alguns dos laços que nos constituem, não sabemos quem somos nem o que fazer. Em um nível, descubro que te perdi a ‘ti’ só para descobrir que ‘eu’ também desapareço.” (BUTLER, 2006[2004], p.48)²⁰³.

Continuando em diálogo com Butler, corroboro sua afirmação quanto a dizer que “deveríamos então avaliar e opor as condições sob as

²⁰² “cuándo se elabora un duelo, o cuándo alguien termina de hacer el duelo por otro ser humano [...]” (BUTLER, 2006[2004], p.46. “Tal vez un duelo se elabora cuando se acepta que vamos a cambiar a causa de la pérdida sufrida, probablemente para siempre. Quizás el duelo tenga que ver con aceptar sufrir un cambio (tal vez debiera decirse someterse a un cambio) cuyo resultado no puede conocerse de antemano” (p. 47).

²⁰³ “Qué ‘soy’, sin ti? Cuando perdemos algunos de estos lazos que nos constituyen, no sabemos quiénes somos ni qué hacer. En un nivel, descubro que te he perdido a ‘ti’ sólo para descubrir que ‘yo’ también desaparezo” (p. 48).

quais certas vidas humanas são mais vulneráveis do que outras, e certas mortes mais dolorosas do que outras” (BUTLER, 2006[2004], p.57)²⁰⁴. Eu afirmaria que urge ponderar que, embora toda vida humana seja vulnerável, algumas são mais do que outras. É preciso considerar diferenças centrais que extrapolam a vulnerabilidade humana em comum levando-se em consideração que há vidas, mortes e lutos mais dolorosos.

Não seria o caso de rever a legislação brasileira sobre desaparecidos e criar uma especificidade que contemple a questão do desaparecimento/morte de pescadores e, portanto, da vida das pescadoras?

6.4.4 O corpo como memória da profissão

Além da possibilidade constante de naufrágios, os acidentes são comuns na profissão da pesca que é considerada extremamente perigosa tendo em vista, além do fato de se trabalhar no mar, os próprios apetrechos com os quais se lida como anzóis, ferros, motor, linhas de nylon, entre outros, aliado aos acidentes com os próprios pescados, como mordida de peixes, perfuração com ossos e espinhas e os cortes ou perda de partes do corpo em peças da embarcação.

As narrativas das pescadoras rememoravam experiências sobre acidentes, sustos, imprevistos, sendo que ao me narrar sobre estes, além de acionarem suas memórias sobre os episódios vividos, acionavam também o corpo como prova materializada em forma de cicatrizes, falhas ou mutilação de dedos, pernas ou braços. Se por um lado, a memória era ativada com riqueza de detalhes sobre o que estava sendo narrado, não havia como pôr em dúvida a veracidade da narrativa: o corpo era mostrado como prova.

Já tive alguns acidentes. Uma vez, eu passei a mão aqui, na polia, saiu do lado de lá, não sei como. Ai meu Deus do céu! Aí essa coisa revirou e ficou só no osso. Passou aqui e amassou tudo. Agora que está melhorando. Esse dedo aqui ficou com defeito. Amassou com graxa, areia e sangue, tudo misturado, levou quatro pontos. Só que eu botei babosa; quase nem aparece. Eu quase desmaiei porque vi o osso. Mas, credo, é dor! Dor

²⁰⁴ Deberíamos entonces evaluar y oponer las condiciones bajo las cuales ciertas vidas humanas son más vulnerables que otras, y ciertas muertes más dolorosas que otras” (p.57).

não mata ninguém. Não Mata! Era umas dez horas; até às duas e meia da tarde fiquei sem pontear. Fiquei mais de mês sem trabalhar, sem mexer em nada. Ficou só as marcas, só. E não quebrou nada, osso nenhum. Devo ter os ossos fortes porque em mim nunca quebrou nada. Olha que eu tenho levado lambada, mas nunca quebrou. [só aquela vez que caiu no mar? Conta pra mim como foi?]. Mas não quebrei nada: nunca se deve dar as costas para o mar. Eu estava de costas pra proa. Eu estava viajando. Daí bateu o nordeste forte, eu desequilibrei e caí. Quando eu fui me sentar, eu já sentei fora do bordo. Desequilibrei, caí assim, tummmm, de costas. Nisso a bota engatou na rede. Eu caí, fui pro fundo e a rede engatada aqui. Eu de calça de oleado, de bota. Daí, eu peguei na rede porque o bote estava em marcha de viagem. As portas correram pra'qui e eu fui puxando de palmo em palmo. Fiquei surfando ali atrás. Fiquei ali porque dentro não tinha como entrar. Fiquei agarrada no leme ali atrás e surfando. Fiz assim com o pé; as botas saíram. Perdi o celular, perdi setenta reais. Fiquei agarrada e fui governando, governando até ir ao encontro do seu João. Daí, ele me viu. Eu abanei, ele chegou perto de mim. Aí eu soltei o bote e fui pro bote dele pra depois pegar esse aqui. E o trabalho pra pegar esse bote? Atrás, correndo. Peguei na curva porque a embarcação, quando fica sem leme, o lado do cabeçote do motor é o lado mais pesado. Aí, ele pende pra esse lado. Ele fica dando aquela volta longe, longe, descansada. Parecia ser um cabrito doido. Numa volta daquela foi que eu peguei. Pulei pra dentro. Eu fiquei toda dolorida, uma meia hora surfando. O meu braço aqui ficou tudo doído, machucado, vermelho. Passei trabalho. Nunca tinha me acontecido isso aí. Nesses anos todos! Mas sempre tem a primeira vez. Isso é pra eu me cuidar (Naca).

Esse meu dedo aqui, que não estica mais, que ficou aleijado, foi uma arraia. A gente estava pescando e fincou o esporão da arraia. Foi um acidente de trabalho, como se diz. Fiquei com o

dedo sem prestar mais, defeituoso. Até hoje não prestou mais (Luisa).

Após os acidentes sofridos, as pescadoras relataram que precisaram fazer pequenas pausas, mas que, a seguir, continuaram na pesca tendo em vista a necessidade financeira. Com o tempo, os episódios de acidentes foram parcialmente esquecidos tendo em vista que é no próprio corpo mutilado, deformado que a materialização destas lembranças ficou registrada e que, portanto, não as deixas de todo esquecer.

A gente nunca esquece porque a marca fica no corpo, no defeito do corpo da gente. Esquece a dor, mas não o que passou (Luisa)

Eu já sofri alguns acidentes na pescaria, mas o pior deles foi com os meus cabelos que foram arrancados pelo motor do barco. Eu fui olhar o esticador de polia²⁰⁵ porque ele estava fazendo barulho. Como eu estava com os cabelos soltos, o vento soprou e meus cabelos foram lançados no eixo do barco e, com isso, fiquei totalmente careca. Sorte que não arrancou o couro, mas tirou o cabelo todo. Foi horrível. Devido ao fato de a gente ser mulher e ser vaidosa, eu sofri muito e entrei em depressão porque me achava feia careca. Só o carinho do marido e dos filhos fez com que eu superasse a depressão (Alzira).

Segundo Alzira, foi a experiência mais difícil que teve na sua trajetória de pescadora, pois se viu privada de seus cabelos, o que, para ela, era algo muito importante para uma mulher, pois considera um *complemento para o rosto*. À medida que Alzira me narrava sua experiência eu ficava impressionada com os detalhes do acidente que a mesma rememorava e ia contando: a percepção do barulho estranho em uma peça da embarcação, o breve vacilo e a perda total de seus cabelos e o indício de um sangramento. *Sorte que não arrancou o couro*. Ao ouvir esta frase, imagens de deformidades faciais me vinham à mente, mas foi apenas em Portugal que me dei conta da dimensão do que Alzira tinha narrado quando um brasileiro que assistia a uma palestra que ministrei sobre minha pesquisa, me sugeriu buscar informações a

²⁰⁵ É uma peça metálica que existe para esticar a polia que é um pedaço redondo de borracha.

respeito de uma associação de escalpeladas na região Norte do Brasil. Lá mesmo iniciei uma investigação pela internet, me deparando com imagens de mulheres e meninas vítimas de escalpelamento.

De acordo com o site da Associação Sarapó²⁰⁶, escalpo é o nome científico do couro cabeludo, e escalpelamento em embarcações ocorre quando o escalpo humano é arrancado de forma brusca com grande quantidade de cabelo, que é puxada de forma inesperadamente rápida quando se enrola em motores em grande rotação. Na grande maioria dos casos, além do escalpo são arrancadas orelhas, sobrancelhas e parte da pele do rosto e pescoço, levando a deformações graves, ou até a morte. Este tipo de acidente costuma ocorrer em embarcações, com pessoas de cabelos compridos, ao se aproximarem de partes móveis do barco, como o motor ou o eixo, e acontece muito frequentemente na Região Norte²⁰⁷,

²⁰⁶ <http://www.sarapo.com.br>

²⁰⁷ O escalpelamento é considerado um caso de saúde pública na região amazônica, sendo que, além da prevenção, o combate a esse tipo de acidente passa por medidas sócio/econômico/psicológicas de atendimento às vítimas que tem suas vidas totalmente modificadas, pois além da deformação física e do isolamento ao qual passa, elas têm suas chances no mercado de trabalho diminuídas, tanto pelo preconceito frente à sua aparência quanto às dificuldades como não poder mais tomar sol, se expor a cheiros fortes ou passar roupa, por exemplo. Segundo a Associação das Mulheres Ribeirinhas Vítimas de Escalpelamento (AMRVEA), esses acidentes vitimam principalmente mulheres, das quais 65% são crianças. Em alguns trajetos, os longos cabelos de meninas e mulheres transportadas nas embarcações enroscam nos motores. O que acontece a partir daí é rápido e traumatizante, sendo que, às vezes, elas perdem parte do cabelo; outras vezes, todo o couro cabeludo, e partes do corpo, como as orelhas, são decapitados. Sobre a dor do impacto, as vítimas não sabem dizer, pois o choque é tão grande que algumas desmaiam. Quando voltam a si, estão com o rosto desfigurado. Por isso, muitas delas não saem mais de casa, sendo que há casos de meninas que foram abandonadas por suas famílias. É comum que passem anos sem ter coragem de se apresentar aos outros, além dos problemas físicos que desenvolvem como dor de cabeça intensa cada vez que molham a cabeça. O estado do Pará, segundo maior em extensão da região Norte do Brasil, onde a maioria das comunidades usa embarcações como meio de transporte, é considerado o que concentra o maior número de vítimas de escalpelamento, cerca de 90% dos casos. Por perderem o couro cabeludo, muitas mulheres usam um lenço na cabeça para esconder as marcas e por isso elas são chamadas "As meninas de Turbante". O Pará vem realizando várias ações para inibir o escalpelamento. O Amapá segue a mesma linha. O Estado vem atuando de forma preventiva na redução de acidentes com vítimas de escalpelamento por embarcação. Para a execução de um trabalho mais efetivo, o Governo do Estado do Amapá conta com o apoio da Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia, que possui aproximadamente 150 mulheres associadas. (Fonte: revistatpm.uol.com.br/reportagens/sem-mascaras.html TV TPM - Sem mascara - youtube: mulheres escalpeladas. Acesso em 21/11/2011; www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task... acesso em 21/11/2011). Algumas iniciativas foram tomadas no sentido de minimizar esta situação sendo uma delas capitaneada pela defensora pública, Luciene Strada de Oliveira, que ao tomar conhecimento em 2005 desta situação, coordenou um diagnóstico da situação na região Norte a partir de onde a Defensoria Pública da União determinou e aprovou um programa de erradicação do escalpelamento em uma ação conjunta com vários órgãos públicos, como SUS, Marinha do Brasil, IML, além de

onde o transporte por barcos é mais comum, sendo que os estados da foz do Rio Amazonas e o estado de Santa Catarina são os que registram o maior número deste tipo de acidentes. Ainda segundo o mesmo site, visando erradicar o escalpelamento foi aprovada, em seis de julho de 2009, a Lei 11.970²⁰⁸.

Alguns depoimentos das mulheres escalpeladas de estados como Pará e Amapá dizem não ver problema maior na perda de cabelo, pois o uso de peruca supre esta falta, sendo que o que mais lhes aflige é a deformidade facial devido à perda de orelhas e partes do rosto²⁰⁹. Alzira, por sua vez, embora com o escalpo preservado, ao se dar conta de ter o cabelo arrancado, tendo ficado totalmente careca, se viu de tal forma fragilizada que desencadeou um processo de depressão. Tanto as mulheres da região Norte do Brasil quanto o exemplo de Alzira, em Santa Catarina, apontam para a necessidade de ações mais contundentes em termos de prevenção de acidentes junto às embarcações. Guardadas as proporções das deformidades corporais entre carecas, cuja perda do cabelo é reversível; e escalpeladas, em que a reposição de partes da face se faz de forma parcial e após sucessivas cirurgias reparadoras, as repercussões nas suas vidas são irreversíveis, seja emocional, afetiva, psicológica ou economicamente.

instituições privadas, como fabricantes de motores e ONGs (Fonte: Premiada. Defensoria Pública. VII Edição, 2010. Erradicação do escalpelamento - Justiça para a população invisível. Luciene Strada de Oliveira Brasília/DF).

²⁰⁸ De autoria de Janete Capiberibe (PSB-AP), que tornou obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações, sendo que a embarcação flagrada sem o uso desses equipamentos poderá ser apreendida e multada, além do condutor ter suspensa a habilitação para navegar. Em caso de acidentes pela falta das proteções, quem dirige o barco pode ser processado.

²⁰⁹ A Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia (AMRVEA), localizada em Macapá, possuía, em 2012, 117 integrantes, sendo 110 mulheres. De acordo com o Ministério da Saúde, no ano de 2011, 618 pessoas fizeram a cirurgia de reparação pelo SUS (Sistema Único de Saúde), a grande maioria na região Norte. Um conhecido cirurgião plástico de Florianópolis, Dr. Rodrigo D'Eça Neves participou de um dos mutirões em Macapá. Segundo declarou ao site notícias, as mulheres sentem os maiores danos na pele e no rosto, mais do que nos cabelos, principalmente "com as sobrancelhas e a pele dos olhos que acabam sendo arrancadas junto com o couro cabeludo". Ainda segundo o médico, devido à violência de alguns acidentes com motores, se torna necessário implantar orelhas de silicone. (fonte: www.noticias.terra.com.br. Acesso em 18/08/2012, 21:36); Instituto Innovare. Erradicação do escalpelamento – justiça para a população invisível.

6.4.5 Corpo-mãos: prova da profissão

É possível afirmar que o corpo aponta ainda os corpos sentidos: ver, ouvir, tocar, sentir, e serve como prova da trajetória de vida, seja no corpo em agilidade e rapidez ao fazer o que fazem, e especialmente, segundo elas, no corpo-mãos, sobre o qual me detenho a seguir.

O corpo é central como sujeito no qual as afetações com as quais nos deparamos deixam marcas no processo de fazermos-nos. Latour (2004) entende que corpo é o oposto de estar morto e que construir um corpo é ser afetado, é estar apto e aprender sobre afetações no sentido de que é por ele, o corpo, relacional, que aprendemos a aprender. Há assim, segundo Latour, gradativamente, a construção de corpos que reagem de diferentes formas a odores, imagens, sons, por exemplo, em que o corpo/sujeito está onde o aprender a ser afetado se mostra. Enfim, nossos corpos se fazem no aprender a ser afetado (LATOUR, 2004).

Afetar-se pela/na pesca é construir corpos onde o que poderíamos denominar de corpo-mãos é central. O uso e desgaste da pesca, segundo as pescadoras, estão no corpo-mãos, usado de forma frenética pelas embarcadas para puxar, jogar, remendar redes e tarrafas; e pela grande maioria de mulheres em terra, para eviscerar peixes, limpar siri, descascar camarão, fazer ou remendar redes, numa especialização da rapidez que não permitia à antropóloga qualquer registro fotográfico que não o solicitado em forma de *pause*.

O corpo-mão, por um lado, era evocado pelas pescadoras, como devendo ser prova suficiente de suas trajetórias na pesca e, portanto, para a conquista de direitos, como a aposentadoria, o que também era corroborado pelos pescadores, exemplo do que disse um deles em uma das reuniões que acompanhei quando um técnico do INSS falou da necessidade de provas: *olha as mãos*. Por outro lado, diz respeito à materialização de uma memória da profissão cravada no desgaste físico, onde o corpo se apresenta com sulcos e marcas, vincos formados pelo sol e pelo sal com o qual se convive diariamente, o que resulta em uma espécie de metamorfose mais acelerada no processo de envelhecimento, a partir do qual os corpos-mãos dos mais velhos me afligiam mais, pois havia momentos que me pareciam como uma espécie de garra preparada para o esforço que a pesca exige.

Neste aspecto, Nadine Vasseur, 2004, se refere à percepção do processo de metamorfose pelo qual o corpo passa no decorrer do tempo em que as fotografias seriam um meio com o qual nos depararíamos com a visão da própria metamorfose corporal que o envelhecimento e o

desgaste do tempo vão imprimindo sem que nos demos, de imediato, conta.

Se o homem não parou de consagrar seu corpo às mais diversas transformações, tanto reais quanto imaginárias, há finalmente uma metamorfose da qual ele não pode escapar: essa do tempo que deforma e altera a carne [...] nosso corpo está, em vida, em perpétua metamorfose. Mas é, na maioria das vezes, uma metamorfose imperceptível cujos efeitos só são visíveis à distância; através do olhar daquele que, durante muito tempo, não mais nos viu. Nas fotografias onde se conseguiu captar, para sempre, um instante que já passou (VASSEUR, 2004, p. 185).²¹⁰

Não só ao se depararem com as suas fotografias, mas o meu próprio corpo se mostrou foco de estranhamento sobre a metamorfose em forma do envelhecimento visualizado no desgaste acelerado de seus corpos. Ao perguntarem minha idade, elas verbalizavam a percepção do que denominavam de se acabar mais rápido: *és mais velha do que eu na idade, mas no rosto, nas mãos, olha pra mim! Estou muito mais acabada. Isso é da vida na pesca*. Percepção que falava de um rápido desgaste físico em que a pesca deixa marcas irreversíveis em seus corpos, seja no rosto vincado pela exposição diária ao salitre, ao vento, ao sol, que, de forma geral, lhes fixa na face mais idade do que a registrada em seus documentos; seja nas dores nas costas e nas pernas inchadas pelos longos períodos em que ficam em pé. Porém, a forma mais visível se mostrava nas mãos.

O corpo-mão que envelheceu na pesca já não tem a mesma elasticidade que mãos juvenis ou mãos de outros contextos e afazeres. Corpo-mão que já não estica totalmente, ficando mais voltado para dentro, ressecada, calejada e grossa; ou muito fina e fragilizada. Corpo-mão que se moldou no cotidiano do mar. Um corpo que testemunha o percurso de trajetórias de vida diferenciadas de contextos citadinos, e

²¹⁰ Si l'homme n'a eu de cesse qu'il n'ait voué son corps aux transformations lês plus diverses, tant réelles qu'imaginaires, il est en dernier ressort une métamorphose à laquelle il ne peut échapper: celle du temps que déforme et flétrit as chair [...]. Notre corps est, de son vivant, em perpétuelle métamorphose. Mais il s'agit, le plus souvent, d'une métamorphose imperceptible dont les effets ne sont visibles que dans la distance; dans le regard de celui qui, depois longtemps, ne vous a pas vu. Sur les photographies où se trouve capté, à jamais, un instant révolu (VASSEUR, 2004, p.185).

que emerge na materialidade que aquele corpo-mão, de forma muito peculiar, registra. Ao contrário do perfumista de Latour (2010, p. 207) cujo aprendizado se dá por meio e a partir de um kit, 'the malette à odeurs', é o corpo da própria pescadora que serve e que suporta o aprendizado de *ser afetado*. Por outro lado, se formos pensar no mar como aquele que tem a habilidade de ensinar, seria então ele próprio uma espécie de kit que permite ao corpo da pescadora se especializar.

Tornou-se comum eu ouvir uma alusão ao corpo como prova da profissão em que o corpo-mãos seria a principal evidência da materialidade do ser pescadora: mãos de pele muito grossa ou muito fina, inchadas, secas por um lado devido aos ferimentos causados por espinhas, ossos de peixe ou cascas de camarão e, por outro, com unhas extremamente frágeis devido ao constante contato com a água. Materialidade dos efeitos da diferença (social, simbólica e política) nos corpos, na vida e na trajetória e experiência cotidiana das mulheres (MALUF, 2009, p. 14) que precisam ser abordadas, compreendidas, consideradas.

E é neste sentido, entre outros, que pode ser percebida a dificuldade que alguns técnicos - que representam órgãos públicos, que deveriam amparar, orientar e reconhecer estas profissionais - tem ao deparar-se com os contextos em que as muitas pescas ocorrem e onde estas mulheres trabalham de forma intensiva. Vejamos, a seguir, o trecho de uma das falas que ouvi em campo:

Quando a mulher do INSS chegou lá em casa, ela olhou para nós e comentou: ah, mas vocês são mais bronzeadas do que eu. Eu falei: claro, dona. A gente trabalha na praia, no sol. Todo dia. Já visse isso? A gente se sente mal. Elas, com as unhas feitas, bonitas. A gente com as unhas feias, grossas, sujas. Eu me senti humilhada. Como não ver que a gente é pescadora? Basta olhar as mãos. Basta olhar o corpo (Jussara).

Como não ver que o corpo denuncia outro sentido do que aquele que a técnica inicialmente consegue entender? Como não ver o que está materializado de forma, em princípio, tão evidente para a pescadora, e que, em sendo observado com um pouco mais de atenção, se tornaria possível dar-se conta? Na fala de Jussara, a experiência que as pescadoras continuamente têm no que diz respeito a se depararem com o

despreparo de alguns técnicos, e no caso pincei do INSS, para atender um público que poderia ser denominado de *diferenciado*, como as profissionais da pesca. Veja-se que a fala da referida técnica aponta para uma noção de praia e mar como lugares de descanso, de férias, de onde se sai *mais bronzada* do que técnicos pálidos por trabalharem em lugares fechados, segundo a observação irônica de Jussara.

Por outro lado, Jussara remete a uma fala, que se mostrou corriqueira em campo e que alude à materialização que a pesca vai registrando no próprio corpo no decorrer do tempo, um corpo que, por ter sido afetado (Latour, 2010) à medida que se especializava, se constitui prova irrefutável de uma profissão que diz quem e porque são.

CAPÍTULO VII - A RELAÇÃO COM O ESTADO: ENTRE SABERES, RECONHECIMENTO E (IN) VISIBILIDADE, UM SUJEITO QUE NÃO SE ENQUADRA?

Eu tive o incentivo do meu marido também, embora no começo o relacionamento ficou meio abalado. Daí, eu falei pra ele: tu não trabalhas em uma área que tem duzentas mulheres? Eu trabalho numa área que tem sessenta homens. Se nós botar em uma balança, é a mesma coisa. O respeito que tens lá, eu tenho aqui. Aí ele disse: deixa eu me acostumar. Eu disse pra ele que hoje tem homem cozinheiro, costureiro, tem até homem que faz faxina. É porque têm profissão que é vista mais como de homem, outras mais como de mulher (Josi).

M 32 - marcou o visor colorido indicando a mesa, seguido do som de um blim blom. Entrei com Neneca e o técnico do INSS se mostrou solícito, embora sério, e perguntou o que queríamos. Como Neneca havia me pedido para *fazer as perguntas*, eu iniciei a conversa e se seguiu o seguinte:

- Eu sou pesquisadora e estou acompanhando esta senhora, que é pescadora e me pediu para vir acompanhá-la, pois quer tirar algumas dúvidas sobre o processo de aposentadoria.

Demonstrando não ter me ouvido, o técnico se dirigiu diretamente à Neneca: - A senhora é mulher de pescador?

Interfiro: Não, ela é pescadora.

Continuando como se eu não tivesse falado, o técnico continuou:

- A senhora trouxe os documentos do seu marido? Não me contendo, mais uma vez interferi ao mesmo tempo em que me dei conta do coração mais acelerado e o sangue me corar o rosto com a raiva que senti. Porém, num esforço de controle comentei: Ela também tem os documentos de pescadora.

Mais uma vez, foi como se eu não tivesse dito nada. O técnico continuou olhando apenas para Neneca, e ela rapidamente lhe respondeu:

- Ah, eu trouxe sim. Estão aqui.

- Ela também tem documentos, insisti. Porém, o único som que eu parecia ouvir era meu próprio coração acelerado: tuctuctuctuc. Era eu também agora, não só invisível, mas inaudível para o referido técnico, que continuou sem considerar o que eu argumentava.

- Tem a carteirinha dele aí? Deixa eu ver. Como está aqui, está tudo certo. Ele tem a carteirinha há 12 anos e a senhora é mulher dele. É casada legalmente?

- Sim, sou.

- Então. Tem que contribuir 25 anos e ter 55 anos de idade para se aposentar. Era só isso?

- Era sim. Obrigada. Respondeu Neneca de forma tímida, muito diferente de seu jeito alegre e expansivo. Ele não me olhou. É como se eu não estivesse ali. (Trecho de meu diário de campo).

Este capítulo diz respeito a pensar a relação com o Estado. Para tanto, início o mesmo com algumas reflexões sobre a relação, os conflitos e a circularidade entre diferentes saberes. Por um lado, o das pescadoras. Por outro, o viabilizado pelo extensionismo rural em Santa Catarina, exercício este extremamente complexo, se considerarmos que sou empregada na Epagri, conforme já esclarecido no início desta tese. Assim sendo, trabalhando na Epagri, uma empresa do Estado, me vejo frente a um forte exercício de distanciamento posto que me desloco da figura de extensionista²¹¹, e exercito-me como antropóloga²¹², que olha de fora. Ambos compõem o que sou, o que gera momentos de

²¹¹ Iniciei meu trabalho como *extensionista local* com mulheres da área da pesca em 1986, quando atuei com famílias de pescadores e mulheres junqueiras (que teciam cestarias a partir da colheita do junco) em Araranguá, Sul de Santa Catarina, sendo que a seguir fui para Governador Celso Ramos, distante cerca de 50 quilômetros de Florianópolis em sentido Norte, onde vivi nove anos, quando saí para o mestrado. No retorno deste passei para o que se denomina na Epagri de *atuação em nível estadual*.

²¹² Ver Silva (2000). O autor aborda questões referentes ao fato de ser o pesquisador também um pesquisado, situação em que emergem conflitos, questões, dúvidas. Duarte (2012) também trabalhou esta questão em sua dissertação de mestrado no PPGAS/UFSC, quando usou a expressão *insider* com o intuito de problematizar sua pesquisa sobre o mandato policial da Polícia Militar de Santa Catarina. Para ele, *insider* “pode significar alguém com dificuldades de relativizar os conceitos, ou transformar o familiar em exótico. O argumento é que determinadas questões, conceitos, dinâmicas estariam tão naturalizados em mim como nativo, de forma a me parecerem trivialidades sem importância que talvez isso pudesse obliterar minha visão e conseqüentemente minha análise, prejudicando os resultados do trabalho” (DUARTE, 2012, p. 49).

*liminaridade*²¹³ em que me sinto, na Epagri, uma antropóloga, em um exercício continuado de estranhamento do familiar, sem o que eu considero que não poderia contribuir de forma responsável no exercício de uma antropologia conseqüente (CALÁVIA SAEZ, 2009) pautada pelo que preconiza o código de conduta da ABA²¹⁴.

Na universidade, por vezes, parecia não haver uma percepção que há sutilezas entre um trabalho *do* ou *no* Estado. Por sua vez, no Estado, o conhecimento advindo da universidade, por vezes, é pré-julgado e considerado como algo inexequível. Faço, assim, uma reflexão sobre a relação pescadoras/extensionistas, mas também sobre meu lugar quando me penso uma antropóloga-extensionista/extensionista-antropóloga, o que implica em conflitos, enfrentamentos e questionamentos. Considerando a realização de uma pesquisa pautada em uma postura crítica-antropológica e orientada por pressupostos éticos, tive um cuidado especial ao exercitar este deslocamento devido à relação próxima com os *nativos*, *objeto* desta tese, e a ser eu própria, até certo ponto e de toda forma, nativa.

Avançando no capítulo, me detenho no que considero a centralidade desta tese no sentido de trazer contribuições para pensarmos sobre questões que dizem respeito às dificuldades de reconhecimento que as pescadoras enfrentam quando se deparam com um Estado que também reflete a forma cultural como esta profissão está pautada por uma visão hierárquica de gênero. Estas mulheres, reconhecidas em suas comunidades e que se reconhecem como *guerreiras*, inventando a pesca e se reinventando cotidianamente na pesca vivem à parte de um Estado incapaz de contemplar sujeitos, e sujeitos de direito, pela simples definição de seu sexo.

Aparecem, neste capítulo, a racionalização e a burocracia, com destaque para o papel do *sistema* que define se elas têm ou não direito, onde o formulário preenchido, por ser *transparente*, revela que não são reconhecidas pelo Estado como elas próprias se reconhecem. Ao colocar o *x* em *feminino*, estas mulheres não se enquadram perante o *sistema*, que não fala, não escuta, mas tudo sabe, não deixando, portanto, dúvidas de que elas não são o que reconhecem que são: pescadoras.

²¹³ Liminaridade no sentido de alguém que se sentia como se não estivesse em nenhum dos dois lugares. Amparando-me nas palavras de Turner, seria um estar “no meio e entre as posições atribuídas [...] como se nada possuísse” (TURNER, 1974, p. 117).

²¹⁴ Sobre antropologia e ética, sugiro ver Lagrou (1992); Boaventura Leite (1998; 2004; 2005); Cardoso de Oliveira (2004; 2006); Vctoria, Oliven, Maciel e Oro (2004); Silva (2008); Guerriero, Schmidt e Zicker (2008); Coelho dos Santos (2009); Langdon, Maluf, Tornquist (2008); Fleischer e Schuch (2010).

7.1 SABERES E FAZERES: PESCADORAS E EXTENSIONISMO

As pescadoras com as quais convivi tem acesso ao extensionismo de Santa Catarina por intermédio da Epagri²¹⁵, sendo duas as principais formas pelas quais esta relação pode ocorrer: a) procuram a assistência técnica para fazer algum financiamento visando acessar linhas de crédito disponíveis para a compra de embarcações, por exemplo; b) participam de grupos, encontros, reuniões de mulheres onde são discutidas temáticas de interesse nas áreas de saúde, agregação de valor, educação ambiental, culinária, e, mais recentemente, direitos das mulheres da pesca. Em uma ou outra via de acesso ao extensionismo, é possível falar sobre relações que envolvem diferentes saberes, que poderíamos chamar de saberes tradicionais, por um lado, e os técnico-científicos por outro.

Tanto elas vão aos escritórios locais de extensão como os técnicos vão às suas casas, especialmente as extensionistas sociais²¹⁶. Para realizar os processos relativos a financiamentos, o local é o escritório tendo em vista a necessidade de preenchimento de formulários disponibilizados nos computadores dos técnicos. Para participar dos grupos ou cursos voltados às mulheres, dependendo a região e as condições, os encontros podem se realizar nos centros de treinamento da Epagri²¹⁷, nas cozinhas das casas das pescadoras ou em espaços cedidos na comunidade, como salão paroquial, cozinhas e escolas. Assim, na chamada *extensão técnica*, boa parte dos trâmites se desencadeiam no

²¹⁵ A Epagri foi criada em 1991 a partir da fusão do Instituto de Pesquisa do Estado (IASC) e das então associações de extensão rural (ACARESC) e pesqueira (ACARPESC), sendo que a maior estrutura física e de pessoal na época era a Acaresc, dedicada ao atendimento à agricultura, cujo quadro de profissionais majoritariamente era de engenheiros agrônomos. Passados mais de vinte anos, a Epagri ainda demonstra dificuldade em lidar com a área pesqueira. Sendo uma empresa resultado da referida fusão, ela não conseguiu dar conta da diversidade implicada na junção de um trabalho que era feito com agricultores a outro que se realizava com famílias de áreas pesqueiras. Como tem que, continuamente, demonstrar que é uma empresa eficiente para o Governo do Estado, e como a maricultura e a agricultura dão mais retorno financeiro e visibilidade para Santa Catarina, os investimentos tanto em corpo técnico quanto em recursos financeiros, são destinados em maior volume para estas duas áreas do que para a pesca artesanal, considerada por muitos técnicos, como sendo ainda *uma forma primitiva* de realizar a atividade no mar e onde se consegue demonstrar pouco retorno financeiro. Há, portanto, muito ainda a avançar.

²¹⁶ A Epagri contempla pesquisa e extensão. O trabalho de extensão se divide em *técnico* (realizado por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas que atendem questões ligadas à produtividade agrícola) e *social* (realizado por pedagogas, assistentes sociais, enfermeiras, sociólogas, entre outras profissões, que trabalham com questões sócio-humanas e ambientais).

²¹⁷ A Epagri dispõe de doze centros de treinamento localizados nos seguintes municípios: Agronômica, Araranguá, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, Itajaí, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Tubarão e Videira (Fonte: www.epagri.sc.gov.br).

escritório; na *extensão social*, a cozinha e outros espaços de sociabilidades se fazem centrais.

Problematizar os saberes-fazer de pescadoras no contexto do extensionismo rural²¹⁸ implica pensar como a circularidade destes diferentes saberes-fazer se atrita e se acomoda no cotidiano feminino da pesca à medida que o saber técnico via extensão, traz de seus objetivos primordiais, o que diz respeito a fazer com que *produzam melhor e tenham mais higiene* sendo, de certa forma, uma prática civilizatória.

Ao discutir o conceito de civilização, Norbert Elias, 1994, esclarece que se trata de uma grande variedade de fatos e questões que envolvem a tecnologia, os conhecimentos científicos, as formas de comportamentos, os costumes. Assim sendo, muitas das políticas públicas viabilizadas pelo extensionismo, a partir do momento em que

²¹⁸Sobre a temática da extensão rural, ver Acarpesc, 1990; Caporal, 1991; Dalrymple, 1968; Emater-RS, s/d; Estatuto da Acarpesc, 1969; Franco, 1958; Muniz, 2007; Behraves, Z, 1979; Mussoi, 1998; Olinger, 1996; 1998; 2001; 2006; Pinheiro, 1997; Santos, 2001; Sebrae/Ceag/Fucat, 1981; Seibel, 1995; Seifert, 1990; Bnde/Funtec, 1973; Sperry, 1992; Tagliari, , 1984. É interessante atentarmos que a extensão rural segundo Glauco Olinger, 1996, foi criada nos Estados Unidos e definiu como seu objetivo central “habilitar o agricultor e sua família para obter maior produtividade resultante do trabalho realizado através do *uso racional* dos fatores de produção [...] um instrumento de ensino e de educação” (OLINGER, 1996, p.12). Por sua vez, ao fazer uma crítica acirrada sobre o processo de extensão, Maria Teresa Fonseca, 1985, enfatiza que para “aqueles técnicos as pessoas que sabem o que é melhor para os agricultores são os cientistas e técnicos” (FONSECA, 1985:41). Ou seja, ao preconizar o postulado de *habilitar* o agricultor e sua família, o que em seguida vai ser reproduzido quando for criada a extensão pesqueira, a visão que orientou o serviço de extensão foi pautada por uma *racionalização* do trabalho e por um não reconhecimento sobre saberes diferenciados do técnico-científico. Assim, “nos fins do século XVIII formaram-se associações de agricultores em alguns municípios com a finalidade de *difundir* informações *úteis* e capazes de melhorar a agricultura” (OLINGER, 1996, p. 12). Há alguns anos - tendo em vista que a extensão não é um ente, e muito menos fechado, único e uniforme - famílias de pescadores, agricultores, populações indígenas e técnicos da extensão rural buscam discutir e experimentar processos ditos mais *participativos*. Neste sentido, a Extensão Rural, como viabilizadora de políticas públicas, também tem em si uma diversidade que se desdobra em muitas extensões rurais. Alguns dos muitos projetos que envolvem ações em agroecologia, educação ambiental, capital social e humano, entre outros, tem propostas mais alternativas de atuação com as populações rurais em que princípios como o respeito à cultura local, a promoção da valorização das pessoas, a divulgação de formas alternativas de cultivo e energia, bem como o uso de métodos que priorizem o lúdico são centrais. Porém, mesmo com posturas político-pedagógicas diferenciadas, os profissionais destes projetos ainda estão inseridos na extensão rural como projeto mais amplo. Não tem, portanto, autonomia plena para provocar mudanças mais profundas tendo em vista que a Epagri é uma empresa do governo estadual e, portanto, submetida aos denominados “planos de governo” que, mudando a cada quatro anos, dificilmente permitem um processo de continuidade em projetos iniciados em governos anteriores, pois cada governo quer deixar a “sua marca” demonstrando, algumas vezes, mais interesse político-partidário do que no serviço de extensão pública a ser prestada a agricultores, pescadores e populações indígenas.

se pautam pela disseminação de processos de limpeza, higienização, formas de manipulação, controle, uniformidade e racionalização da produção, aí se inserem²¹⁹.

O conceito bakhtiniano de circularidade (BAKHTIN, 2008[1965]) se mostra interessante e atual para pensarmos que, mesmo onde se parte de um pressuposto que considera o conhecimento técnico-científico como central (por exemplo, o extensionismo que teria o objetivo de “levar o conhecimento” às populações rurais), há concomitantemente, outras formas de conhecimento que se pautam e se expressam distinta e independentemente. Na interação entre o conhecimento técnico-científico, exemplificado aqui pelo extensionismo, com os conhecimentos de populações pesqueiras, ou agrícolas, ou indígenas, há um processo de articulação em que ambos se influenciam, trocam, constroem e reconstroem. Embora o postulado fundador do extensionismo preconize que é ele que leve o conhecimento, na verdade, trata-se de uma via de mão dupla onde nem sempre o saber tradicional é devidamente visibilizado.

Isto talvez porque, com o afirma Bakhtin, “o poder dominante e a verdade dominante não se vêem no espelho do tempo, assim como também não vêem o seu ponto de partida, seus limites e fins, sua face velha e ridícula, a estupidez e suas pretensões à eternidade e à imutabilidade” (BAKHTIN, 2008, p. 185). Em seguindo os pressupostos de Bakhtin, poderíamos dizer que a prevalência de formas sisudas de

²¹⁹ Tanto em Foucault (2008[1972]), que trata sobre a história da loucura, discorrendo sobre os processos de confinamento e internações, em especial na França, quanto em Foucault (2009[1975]), em que fala sobre prisões, vigilância e punição, o autor se refere a formas de adestramento, confinamento, normatizações, padronizações o que, por um lado, define quem e como deve ser tratado o louco; e por outro, como deve ser vigiado o condenado. As discussões que o autor traz contribuem para pensarmos sobre outras formas de confinamento e normatizações que não apenas aquelas materializadas em instituições de reclusão ou punição. Explico-me a partir do diálogo que tive com colegas técnicos objetivando melhor compreender os trâmites exigidos quando alguém quer se tornar um ME (Micro Empresário) da pesca: as exigências que pescadores e pescadoras tem que cumprir se desejarem ampliar sua produção passa por medidas que vão desde a obrigação do uso de uniforme - *que não é para proteger quem manipula; é para proteger o animal do manipulador* (guarda-pó, gorro, luvas, botas) a reformas em suas instalações onde o rancho de madeira cede lugar a salas, cujas dimensões das medidas são especificadas pela legislação sanitária que definem desde a altura do pé direito da obra às paredes branco-azulejadas, superfície lisa, lavável e impermeável; piso abrasivo, antiderrapante e lavável. Nada podendo ser de madeira porque a madeira é absorvente. A cadeia do frio tem que estar bem instalada. Disse-me um dos técnicos: *Quem trabalha com alimentação, tem por obrigação vender saúde. Se eu vender doença é um crime contra a saúde do consumidor passível, inclusive de prisão. Para isso, tem a lei do consumidor. O pescador é fornecedor de alimento.* Ou seja, o não atendimento às exigências pode, sim, desencadear punições e até a prisão do infrator, cujo órgão central de monitoramento e controle traz, inclusive no nome, seu objetivo – Vigilância Sanitária.

interagir, “com o rosto sério e em tons graves”, consideradas posturas de seriedade que técnicos costumam imprimir ao seu trabalho se confrontariam com as formas mais soltas, risonhas e bem humoradas das populações rurais.

Carlo Ginzburg, 1987, ao retomar as idéias de Bakhtin para tratar do oleiro que tinha *idéias próprias*, se refere à circularidade quando diz que “entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo [...]” (GINZBURG, 1987, p. 13). O conceito de circularidade implica desta forma, em uma relação dinâmica onde saberes, conhecimentos, formas de ver o mundo circulam, são trocados, influenciam e sofrem influência, o que diz respeito às pescadoras selecionarem dos cursos e eventos que participam aquilo que entendem que lhes *serve para algo*, como as informações sobre seus direitos, ou alguma receita de doce a partir de onde acrescentam ou retiram ingredientes e *passam para frente* ensinando as vizinhas e parentas; às extensionistas quando aprendem com as pescadoras fazendo, por exemplo, anotações de receitas que, por sua vez, as pescadoras *sabem de cabeça*.

Em relação à racionalização, Max Weber, 1999, define como sendo “fundamentada em regras racionalmente criadas, isto é, em virtude da disposição de obediência ao cumprimento de deveres fixados nos estatutos” (WEBER, 1999, p. 526). No que tange ao serviço de extensão, esta racionalização emerge nas políticas públicas elaboradas, geralmente, nos gabinetes de Brasília, longe do movimento, do cheiro, dos ruídos dos ambientes da pesca onde técnicos elaboram normativas, leis ou projetos pautados por *regras gerais* que abrangem territórios amplos, sem levar em conta as muitas especificidades das distintas formas de viver na pesca.

Ao invés deste processo duro, cujo fluxo sai de Brasília em direção às pequenas comunidades, a formulação de políticas públicas teria que privilegiar uma discussão atenta e continuada com as populações pesqueiras considerando as múltiplas formas de exercício da pesca artesanal no Brasil. Aludindo às dificuldades de diálogo técnicos/populações, eu recorreria à imagem do par mármore/murta, discutido por Eduardo Viveiros de Castro, 2002, tendo em vista que as políticas públicas não conseguem contemplar a complexidade que circula e compõe o mundo da pesca.

Viveiros de Castro (2002) se inspirando no sermão do Espírito Santo, de Padre Antonio Vieira, constrói uma reflexão sobre as

dificuldades de comunicação, e conseqüentes mal entendidos entre os jesuítas e grupos tupinambás no século XVI nas muitas tentativas de efetivar um processo de conversão das populações indígenas. “Os Tupinambá faziam tudo quanto lhes diziam profetas e padres – exceto o que não queriam” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.219), o que levava os jesuítas a defini-los como *inconstantes*. Tomo emprestado esta reflexão para o contexto da pesca quando percebi que técnicos de instituições do Governo, como MDA e Epagri, demonstravam continuamente dificuldades semelhantes na atuação junto às chamadas *populações do meio rural catarinense* quando diziam, por exemplo: *às vezes, o que a gente diz entra por um ouvido e sai por outro; na reunião eles dizem que vão fazer, depois, fazem tudo diferente*; algo que fala sobre certa *inconstância*, que tanto quanto ouve, esquece. Talvez porque o que ouve não lhe faz eco a partir de seus modos de ser, viver e estar no mundo.

Muito colado à racionalização, a burocracia se impõe de forma crescente via exigências que tornam todos os processos mais morosos. O que Foucault (1979) definiu como normalização, abrange diferentes setores da sociedade, como a medicina e as escolas. Nesta linha de raciocínio, quando os participantes de reuniões, homens e mulheres questionavam os técnicos de diferentes instituições sobre o porquê de terem que *fazer relatórios*, juntar dados, quantificar a produção, enumerar a *fauna acompanhante*, os técnicos respondiam apontando para uma normalização: *a burocracia é assim*.

Não só a pesca artesanal, mas a maricultura²²⁰, passa a contemplar o que Weber (1999, p.86-7) denomina *mecanismos de regulação homogêneos*, pautados por vigilância²²¹ e controle do

²²⁰ Em seu trabalho de campo com uma associação de maricultores no Sul da Ilha de Santa Catarina, Renata Britto, 2012, também observou as dificuldades enfrentadas pela associação no processo de legalização das atividades. A pesquisadora observou “o esforço de instituições ligadas à maricultura, capitaneada pela Epagri, para promover a profissionalização, uniformização e padronização dos processos produtivos, para que os/as produtores/as pudessem ser inseridos/as no mercado interno e, quiçá, internacional” (BRITTO, 2012, p. 26). Um dos pescadores citados pela autora se refere às exigências burocráticas, como licença ambiental, termo de ajuste de conduta, cujos documentos, segundo ele, são difíceis de preencher “pelo próprio engenheiro da Epagri, quanto mais um pescador” (Senhor Max. In: BRITTO, 2012, p. 50). Segundo a autora, o discurso oficial, “orientado pela lógica utilitarista/instrumental, defende a possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e inclusão econômica, social e cultural por meio da transformação do artesanal e da criação de um artesanal profissional competitivo [...]” (BRITTO, 2012, p.137).

²²¹ Ao falar sobre as exigências dos *órgãos reguladores*, como Fatma, Ibama, Vigilância Sanitária, um dos técnicos com os quais conversei culpabilizou a bactéria, que seria contaminante, para justificar a dureza da burocracia: A burocracia é tão grande que ele, o pequeno, não dá conta. E não é porque a lei quer é por causa da bactéria que faria mal a todos.

Governo e submetidos a uma burocracia que, longe de ser a admirada por Weber²²², cujas vantagens seriam “precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discrição [...]” (WEBER, 1979[1946, p.249). Ou seja, que *faz funcionar*, privilegia o engessamento, a lentidão e a dependência das muitas instâncias reguladoras.

Sobre esta tríade que alia vigilância, controle e governo, podemos recorrer a discussão de Foucault (1997[1975]) sobre uma *vigilância hierarquizada, contínua e funcional* exercida sobre os indivíduos. Para o autor, “o poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina” (FOUCAULT, 1997[1975] p.170). Aqui, nos referimos à *máquina estatal* que sendo composta por diferentes níveis hierárquicos, que vão do nacional ao municipal, busca implantar formas que considera cada vez mais eficientes de controle sobre os indivíduos aperfeiçoando programas de computador onde o *sistema*²²³ não deixa dúvidas ao chefe maior.

Estamos em um país tropical. É diferente dos países da Europa que são mais frios e onde a legislação é bem mais tranquila. Tem a questão aqui das barreiras sanitárias que Santa Catarina tanto preza. A qualidade é negociável, a segurança não. Tem muitas dúvidas, muitas questões que dependendo do técnico que pega o processo, será de uma ou outra forma. Tem Fatma que fala que a área construída é o prédio; tem Fatma que diz que é da cerca para dentro. Daí, quase todos ficam de fora. Isso que a Fatma é uma só. A fala do técnico ainda remete à complexidade que envolve a questão de quem exerce os trâmites burocráticos onde muitas e diferentes são as formas de agir e exercitar o poder em nome da burocracia e do próprio Estado, o que veremos adiante neste capítulo em relação aos processos de aposentadoria.

²²² Maurício Tragtenberg, 2006, faz uma discussão sobre burocracia e ideologia a partir de um diálogo direto com Weber. Cita Frankel ao se referir à admiração de Weber pela burocracia, pois ela “favorece uma administração racional realista” (TRAGTENBERG, 2006, p. 171). Tragtenber (2006) defende que a burocracia é essencialmente um conceito da esfera pública, operando a mediação entre o interesse particular e o interesse geral; diz respeito não apenas a razões de eficácia na empresa, mas, sobretudo a razões de poder no Estado. O autor relembra ainda que para Weber, é central se contextualizar “a burocracia, pois ela pode se colocar a serviço de diversos interesses de dominação” (Idem, p.187), tendo em vista que o exercício do poder se dá pela administração. Sobre racionalização e burocracia, ver também Weber (1979[1946], p.229-282; 1993[1918], p.41-70; 1980[1974], p.16-38).

²²³ Sobre o poder do *sistema*, também veremos um pouco mais adiante quando nos detivermos sobre os processos de aposentadoria. Em relação aos cursos ministrados pelas extensionistas sociais da Epagri, por exemplo, para a compra de materiais simples como gêneros alimentícios ou itens para compor artesanato, cujo valor liberado gira em torno de R\$300 reais (trezentos reais), há a exigência de três orçamentos, o que demanda um tempo que poderia ser melhor utilizado na prática em campo, na relação com as mulheres. Há ainda uma exigência do âmbito nacional de um número mínimo definido de participantes por curso, registrados cada qual com o número de CPF, além dos inúmeros relatórios finais comprovando o que foi executado. Uma demanda que toma uma parcela considerável de tempo de extensionistas visando cumprir o que os níveis hierárquicos exigem.

E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um ‘chefe’, é o aparelho inteiro que produz ‘poder’ e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente ‘discreto’, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio [...] (FOUCAULT, 1997[1975], p.170).

A hierarquia estatal segue trâmites que envolvem diferentes níveis que vão do nacional ao municipal, passando pelo estadual. Os mesmos técnicos municipais que precisam cobrar junto às pessoas com as quais interagem dados, números, produção, relatórios, o fazem e, por sua vez, prestam contas para as instâncias superiores. As instituições precisam prestar também contas à sociedade, aos ministérios, ao governo federal. O profissional busca, assim, justificativas para explicar-se frente ao público com o qual trabalha, ponderando que se trata do que poderíamos dizer que é de um ente superior, o governo, que exige vigilância por meio de dados e controle.

Entretanto, mesmo cumprindo as determinações burocráticas, há espaços de interação com as populações que escapam à vigilância, o que poderíamos considerar como *linhas de fuga* (DELEUZE e GUATTARI, 2009[1995], p.18) que dizem respeito às rupturas nas linhas de segmentaridade. É nessas linhas de fuga que se torna possível construir novas relações e possibilidades tanto para as pescadoras quanto para extensionistas sociais e técnicos. Trata-se de um exercício contínuo de criatividade que contorna ou tenta adequar da melhor maneira possível as exigências burocráticas às realidades pesqueiras para facilitar a realização de cursos e eventos que atendam às demandas locais. Não é suficiente, portanto, definir a burocracia se considerarmos que “há [...] uma perversão de burocracia, uma inventividade ou criatividade permanentes que se exercem inclusive contra regulamentos administrativos” (DELEUZE E GUATTARI (2008[1996], p.91). A *perversão de burocracia* diz respeito a encontrar saídas que dêem conta da diversidade de situações que as comunidades pesqueiras apresentam e que as determinações burocráticas não conseguem contemplar; um esforço o que tenta continuamente transformar o *molar* em *molecular*.

No entanto, além das propostas de políticas públicas serem pensadas longe de onde acontecem, há outro fator que perpassa as

empresas e instituições do estado, que diz respeito à interferência político-partidária, a partir da qual os níveis mais elevados da hierarquia são preenchidos. Neste sentido, o potencial técnico, denominado como *técnico de carreira*, tem uma relação e compromisso diferenciado com as populações rurais em níveis distintos daqueles que pautam os ligados partidariamente, embora muitos técnicos em dado momento, migrem e passem a compor os quadros de forma distinta da que vinham exercendo. O problema não é o gerenciamento de instituições por pessoas ligadas a partidos políticos, mas o fato de que cada equipe que assume, no desejo de deixar a *sua marca*, não dá continuidade às propostas iniciadas em governos anteriores. É mais comum que defendam suas idéias do que exercitar o “manter-se suprapartidário, portanto, conseguir superar suas próprias tendências e opiniões” (WEBER, 1993[1918], p.72).

As implicações sobre sermos todos nativos (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), e, por outro lado, todos antropólogos²²⁴ repercute nas discussões, angústias e questões que se cruzam quando nos deparamos com outros poderes e somos chamados a dar respostas e dialogar com atores²²⁵ que ocupam lugares estratégicos em diferentes (com)posições e poderes. O Estado-teatro Negara (GEERTZ, 2000) se faz elucidativo: a política do espetáculo competitivo era agitada, mas tal como sua intriga e seu cenário, o elenco do Estado-teatro não podia ser mudado com facilidade. O Negara não era só uma estrutura de ação, mas também de pensamento em que o real era tão imaginado quanto o imaginário. Um está no outro o que, segundo Geertz, precisa ser fortemente considerado. Não há rei ou pode; o rei é o poder. Não há um *ou* outro, há os dois. O elenco que compõe o Estado com o qual me deparei, e me deparo, está fortemente inserido em cenários em que há reis que detém/são o poder em que política e conflito seriam vieses pelos quais podemos traçar nosso olhar acerca do poder como “um ingrediente essencial do espetáculo contemporâneo” (ABÉLÈS, 1997, p. 22).

Há assim, a partir do nível mais alto da hierarquia, a cobrança dos níveis abaixo de produção e respostas via relatórios que dêem conta do que foi executado, traduzidos em forma de números (reuniões, atividades, público atendido, instalações feitas) que preenchem os formulários eminentemente quantitativos. O modo como foram realizadas as atividades não recebe centralidade, pois a cobrança feita

²²⁴ Wagner (1981, p. 36) *apud* Viveiros de Castro, Eduardo. *O nativo relativo*, 2002, p.115.

²²⁵ Ver Gerber (2003); Silva (2008); Boaventura Leite (2005); Ceres (2004); Guerriero (2008); Grossi, Tassinari e Rial (2006); Fleischer (2010).

objetiva prestar contas ao poder maior de que a empresa pública em questão é eficiente o bastante para não ser classificada pelo governo estadual ou federal como *deficitária*. A parte qualitativa do processo não é desconsiderada em sua importância, mas vista como mais complexa, cara e difícil de ser demonstrada. Assim sendo, o que se visibiliza são os números.

Outro foco de problematização diz respeito a como se considera ou desconsidera diferentes conhecimentos, sobre o que entendo que cabe um diálogo com Bruno Latour, 1997, p. 207. O autor, ao abordar a vida de laboratório, diz que o que motiva os pesquisadores é a *credibilidade científica* respaldada por um grupo de pares. O mesmo autor ainda diz que o que se chama de conhecimento não pode ser definido sem que se entenda o que significa a aquisição do conhecimento. “Conhecimento não é algo que possa ser descrito por si mesmo ou por oposição a ‘ignorância’ ou ‘crença’, mas apenas por meio do exame de todo um ciclo de acumulação” (LATOURE, 2000, p.357).

É neste sentido que entendo que há saberes-fazeres locais de homens e mulheres, pescadores e pescadoras, cujas especificidades não vêm sendo devidamente consideradas quando na elaboração de políticas públicas voltadas ao setor da pesca. Não se trata de pensar a ciência de um lado e a cultura de outro; trata-se de cultura *versus* cultura considerando-se que o conhecimento científico é tão culturalmente construído quanto os vivenciados, no caso para o qual me volto, pelas pescadoras.

Miriam Hartung, 2009, observou questões semelhantes sobre a relação entre saberes do Estado e os de comunidades²²⁶, constatando que o primeiro tem uma lógica que não considera as diferentes lógicas que emergem das pequenas comunidades. Ao levantar um questionamento nodal, a autora resume a complexidade em questão: “qual a diversidade que, enfim, as políticas do Estado reconhecem, protegem, promovem? A dos grupos, comunidades, coletivos humanos alvos dessas políticas ou aquela definida pelo Estado a partir das categorias de seus operadores?” (HARTUNG, 2009, p. 10). Ao criar categorias classificatórias onde se objetiva encaixar o que não tem como ser encaixado, tendo em vista os processos que estão além destas classificações, o Estado não consegue dar conta da diversidade com a qual se depara.

²²⁶ No caso trabalhado pela autora, trata-se da comunidade negra Invernada Paiol de Telha em que as tensões, os questionamentos, as dificuldades relacionadas a processos de regulamentação de terras e relações sobre quem está fora, quem está dentro do ponto de vista do Estado e dos pontos de vista das pessoas remete a “categorias que se referem às diferentes formas de pertencer” (HARTUNG, 2009, p.6).

Firth (1968 [1946]), em seu estudo pioneiro, já chamava atenção para o fato de que, a área pesqueira, pela comparação com a agricultura, sofreu com a negligência tanto por parte de cientistas quanto pelo governo. Para Firth (1968 [1946]), objetivando dar conta da complexidade das diferentes populações pesqueiras, os estudos teriam que ser realizados em colaboração entre duas ou mais esferas de interesse, tratando-se, portanto, de um trabalho interdisciplinar. Por outro lado, ele enfatiza que os pesquisadores, geralmente, não tem autonomia para colocar em prática suas observações sobre o que vêem em campo (FIRTH, 1968 [1946], p. xi-xii)²²⁷. Tal aspecto levantado por Firth é central, pois o poder de decisão, longe de estar nas mãos de técnicos ou pesquisadores, depende das prioridades que permeiam as políticas viabilizadas pelo Estado onde a autonomia decisória cabe aos cargos político-partidários ligados ao governo em questão. Geralmente, as demandas, questões, observações que tanto as populações pesqueiras, indígenas ou agrícolas, quanto técnicos que trabalham em campo tenham feito em reuniões ou consultas encontram dificuldade em serem transformadas em política pública exequível frente aos embates burocráticos com os quais se deparam.

No decorrer do trabalho de campo foi possível observar a diversidade e complexidade dos diferentes saberes que compõem os locais pelos quais circulei²²⁸. Só o olhar atento das pescadoras e de seus camaradas sobre fotos e filmagens que eu lhes mostrava de outros locais de pesca que havia percorrido, me fez compreender que, embora existam terminologias iguais, como *rede de cerco* ou *rede de espera*, as formas de fazer são diferentes. Ou seja, ao observar nas imagens o que as demais pescadoras faziam elas estavam me ensinando duas vezes: sobre ser pescadora e sobre o próprio extensionismo, me apontando que este não consegue dar conta de tal diversidade. Esta pode ser uma grande dificuldade na formulação de políticas públicas²²⁹ voltadas ao meio

²²⁷ “[...] Though forming the livelihood of large numbers of people, by comparison with the native tropical agriculture it has suffered from neglect by both scientists and governments [...] The scientist may have his ideas about what should be done, but he is usually in no position to implement them, even if he were competent to do so” (FIRTH, 1968 [1946], p. xi-xii).

²²⁸ No trabalho que realizou na Ilha do capim, no estado do Pará, Wilma Marques Leitão, 1997, também se refere à diversidade e complexidade do universo da pesca onde afirma que “é preciso revelar a complexidade e diversificação na organização social das populações pesqueiras, de acordo com cada situação concreta, e que não pode ser reduzida a um modelo simplista como apresentado nos planos governamentais” (LEITÃO, 1997).

²²⁹ Por exemplo, as normas do Pronaf para a pesca que prevê a compra de embarcações, cujo dimensionamento ofertado extrapola a necessidade de muitas pescadoras, que precisam de embarcações pequenas, de painéis e utensílios simples e de dimensões reduzidas frente ao que as linhas de crédito disponibilizam. São mulheres que não tendo condições de dar garantias

pesqueiro. Ao invés de considerar a diversidade, que é complexa e, portanto, mais trabalhosa de lidar, geralmente, se opta pela homogeneização, pois isso torna tudo mais fácil de ser controlado. As políticas públicas, formuladas em Brasília e executadas pelos técnicos seguem normas rígidas, burocraticamente definidas, que se pautam por padrões e parâmetros de enquadramento incapazes de contemplar o diverso. Trata-se de uma tensão contínua entre estes diferentes saberes.

Recorrer a Bakhtin (2008[1965]) para pensar a circularidade de conhecimentos, de saberes-fazeres em relação à extensão rural em que o riso emerge como princípio desta circularidade me leva a pensar que a extensão social consegue se diferenciar da chamada extensão técnica por estabelecer relações que tem no lúdico e, portanto, em formas que promovem o riso e a soltura corporal um princípio de comunicação. Por não agir como *técnico*, as extensionistas sociais conseguem demonstrar maior facilidade em estabelecer uma relação de proximidade com estas populações. Ao contrário dos engenheiros agrônomos, por exemplo, que prescrevem receituários agrônômicos e precisam orientar sobre ataques de pragas²³⁰, ou dos técnicos de pesca, cuja orientação central versa sobre aspectos de produção ou financiamentos, as extensionistas, geralmente, *trocam* receitas, informações sobre questões ligadas à saúde, ao ambiente, aos direitos profissionais. Ou seja, ensinam, mas também aprendem, e muito, com as mulheres com as quais interagem.

Ao promover reuniões, encontros, cursos, onde um dos princípios metodológicos pelo qual se pautam é o lúdico²³¹, as extensionistas

frente aos bancos, ficam fora dos processos de aquisição que viriam a facilitar suas formas de pescar e de transformar o pescado, agregando, portanto, uma renda maior ao seu trabalho e dando-lhes mais autonomia.

²³⁰ E aqui é preciso referir uma das grandes dificuldades da Epagri que, tendo um quadro técnico formado preponderantemente por agrônomos, encontra sérias limitações para atender as populações pesqueiras (sem falar das indígenas), o que precisa ser revisto. Os engenheiros agrônomos, preparados para lidar com a terra, não se sentem à vontade em relação aos pescadores. Muitos querem a transferência para regiões litorâneas vendo-as como possibilidades de lazer pessoal, de melhor qualidade de vida, mas não tem preparo, perfil e, muitos, não demonstram vontade e disposição para aprender a lidar com o mar e com a pesca. Nas contínuas comparações que fazem entre agricultores e pescadores, concluem que os primeiros são *mais organizados, planejam melhor e aceitam propostas de mudança* enquanto que os segundos são vistos como *desorganizados, agem sem planejar e são desconfiados* em relação a propostas de inovação que lhes pareçam inicialmente estranhas.

²³¹ Johan Huizinga (1980), ao analisar o jogo como elemento da cultura, questiona se a cultura continuaria se manifestando através de formas lúdicas. O autor enfatiza que a expressão *jogo* traz em seu sentido “atividades que podem ser extremamente sérias” (HUIZINGA, 1980, p. 218). O autor afirma que se, por um lado, o elemento lúdico estaria em plena decadência desde o século XVIII (Idem, p.229), e que “a civilização tem suas raízes no jogo, e para atingir toda a

sociais conseguem exercitar, no contexto da extensão rural catarinense, uma relação mais dialógica e, portanto, mais próxima de uma comunicação que tanto quanto fala escuta. Portanto, circula. O lúdico como propiciador da soltura corporal e viabilizador do riso, das brincadeiras, da jocosidade²³² e da possibilidade de outros métodos de trabalho além da escrita, consegue incluir diferentes públicos, alfabetizados e analfabetos. Consegue, portanto, nos pressupostos de Bakhtin (2008[1965]) fazer circular as diferentes culturas. Portanto, diferentes saberes. O lúdico, que inclui o riso, é um aspecto central para que a extensão possa se constituir em um espaço de troca e aprendizados.

7.2 PESCA E TECNOLOGIA

Emergem, no universo da pesca, questões que dizem respeito à tecnologia, ao artesanal, ao manual, ao industrial, ao mais e ao menos, em que quanto menor e mais fechado o grupo mais específicos serão os conhecimentos, nos moldes observados por Latour (1997). Não só os cientistas formam grupos fechados, mas também pescadores e pescadoras os constituem no sentido de que se consideram eles próprios também *pesquisadores* no que diz respeito a testarem, perscrutarem, discutirem e buscarem formas distintas e inovadoras de produzir, fazer e refazer o que fazem.

A título de ilustração, transcrevo a seguir um trecho de meu diário de campo.

Eu estava indo encontrar dona Iliete e me deparei com uma embarcação na praia, e recostados nela dois pescadores. Perguntei se podia tirar uma foto, ao que eles consentiram. Quando terminei de fotografar, um dos pescadores me perguntou:

plenitude de sua dignidade e estilo não pode deixar de levar em conta o elemento lúdico” (HUIZINGA, 1980, p.233).

²³² Bianca Ferreira de Oliveira, 2012, ao fazer um estudo sobre uma família de santo de Almas e Angola, escolheu como um dos tópicos de análise a jocosidade como forma de expressão das moralidades dos membros do terreiro. A autora procurou pensar “a jocosidade com prática que não se encerra em si mesma, mas uma prática que – além de ser um meio de expressão da tensão entre a regra e quebra de regra – deve ser pensada como uma forma específica de se relacionar (OLIVEIRA, 2012, p.136). A ambigüidade nas expressões jocosas faz com que escape a todo momento um pretenso sentido nas brincadeira (Idem, p. 140). J. Clyde Mitchell, 2010, observou que a brincadeira, o riso, o deboche e a zombaria permitidos na dança Kalela era o que permitia a continuidade da vida tribal. Ao realizarem a dança no contexto da cidade, os membros da tribo fortaleciam suas relações por meio da jocosidade que a dança permitia.

Por que a senhora tirou foto da embarcação?
 Por que estou fazendo uma pesquisa com
 mulheres pescadoras e as embarcações fazem
 parte da pesca.
 Ao que o mesmo me falou: Mas nós também
 somos pesquisadores!
 E o que os senhores pesquisam?
 Nós mesmos! Disse-me o senhor.
 E o que estão pesquisando agora?
 Como melhorar a saída da barra com tudo o que
 está mudando. Vem aqui ver o que nós
 pesquisamos até agora.
 Dei a volta na embarcação e vi um desenho na
 areia, que ele passou a me explicar (Trecho de
 meu diário de campo).

Se por um lado, postula Luis Martins, 2007, o “cientista cria eventos a partir de hipóteses e teorias, recorrendo a amostragens para alcançar a verdade, o pescador guia-se pelos resultados das fainas anteriores, dando relevo à intuição, que chama de *palpite*” (MARTINS, 2007, p. 308-9). Neste aspecto, os pescadores não separam, como fazem os cientistas, os fatos da vida cotidiana do domínio das tecnologias. O fato de os pescadores “apreenderem os aspectos básicos da sua profissão com familiares e colegas de embarcação seria uma das razões por que as inovações técnicas e as teorias científicas não eram, ou ainda não são facilmente aceites nas comunidades” (MARTINS, 2007, p.309). Ou seja, em seu cotidiano de testes, erros e acertos, arriscar alguma inovação advém do que se discute e se aprende com suas relações de confiança e proximidade, buscando uma aplicabilidade útil.

Para Shepard Forman (1970), a aceitação ou rejeição de inovações só ocorre quando faz sentido para aqueles que vivenciam o cotidiano da pesca. Diz o autor:

A aceitação ou rejeição de inovações só podem ser compreendidas como uma função da estrutura social, que influencia as vidas da classe camponesa local. Em alguns exemplos, como no caso de redes de fios de náilon, os pescadores de forma entusiasta, abraçaram a modificação, embora os mandachuvas locais os desencorajassem. Em outros casos, como a introdução de embarcações de casco, a inovação tecnológica foi rejeitada por jangadeiros embora

ele pudesse ter ocasionado um aumento geral da produção. Em ambos exemplos, os jangadeiros foram capazes de exercer a sua própria vontade. Infelizmente, eles nem sempre podem fazer assim (FORMAN, 1970, p.119)²³³.

Para Martins (2007) há um processo de reinvenção contínuo, sendo que este processo atinge um estágio ideal quando o pescador se abstrai, se torna contemplativo, pois é aí que ocorre uma espécie de explosão em que ele explica suas estratégias a partir da intimidade que tem com aquela arte de pesca. Martins (2007) percebeu que não se trata de algo grandioso ou espalhafatoso, mas que há uma discrição nos procedimentos de reinvenção que são, na verdade, quase invisíveis por dois motivos. Um, porque correspondem a pequenos acréscimos que aproximam o aparelho de um grau de perfeição intuído pelo pescador. Por outro lado, porque há também nos processos de inovações que, por sua vez, vão alterar os resultados das pescarias, a manutenção do sigilo. É nesta direção que Martins afirma que “as pequenas invenções afloram do entusiasmo de pessoas que procuram, com uma espécie - aparente, eu diria - de desinteresse, concretizar o que Bachelard chama fantasias, anseios e desejos” (MARTINS, 2007, p. 308)

Aqui talvez seja pertinente fazer uma ponte do que preconiza Martins (2007) com Brandão (1986), pois ambos remetem a processos extremamente sutis do uso de técnicas pelos pescadores que muitas vezes não são percebidos por técnicos ou pesquisadores da área. Diz Brandão: “Grande escola de pesca é o mar [...] afinal estou convencido de que os pescadores sabem mais com os olhos fechados do que os técnicos com eles abertos (BRANDÃO, 1986 [1924], p.146). Não se trata aqui de uma citação demagógica, mas que busca referir o sentido do que os autores afirmam e evocar que, no contexto amplo da sociedade atual que preza o científico racionalizado, existem outros

²³³ Shepard Forman (1970) realizou sua pesquisa em Coqueiral, região de Maceió, Nordeste brasileiro, e também teceu observações que coadunam com Martins (2007) e com o que observei em campo no que diz respeito às motivações para arriscar novidades: “The acceptance or rejection of innovations in Coqueiral can only be understood as a function of the social structure, which infringes on the lives of the local peasantry. In some instances, as in the case of nylon gill nets, fishermen willingly embraced change, even though the local bigwigs discouraged them. In other cases, such as the introduction of hull sailboats, technological innovation was rejected by jangadeiros even though it might have brought about a general increase in over- all production. In both of these instances, jangadeiros were able to exercise their own will. Unfortunately, they cannot always do so” (FORMAN, 1970, p.119). Tem que fazer sentido para que aceitem a novidade.

saberes que se manifestam de maneiras muito diferentes, com outras formas de racionalização, constituindo grupos que detém saberes-fazeres específicos que coexistem à margem ou em paralelo independente de serem percebidos.

É neste sentido que sobre a junção dos conhecimentos de pescadores aos de cientistas, Martins (2007, p.29) pontua que emerge uma forte relação entre a empiria, a técnica e as teorias científicas, distintas das práticas do passado. O autor defende que o conhecimento local deve ser levado em conta, pois os conhecimentos dos pescadores são, de tal forma, profundos, “que deram rotas e lugares ao mar”, com o que corroboro plenamente. Ou seja, em relação ao meu trabalho de campo percebi que inventaram formas de reconhecer pedras, morros, aspectos geográficos e paisagísticos relacionando-os com os seus pontos de pesca, com as variações na produção pesqueira ou as oscilações de correntes marítimas a partir do apurado conhecimento que detém, conforme resumiu Françoise Zonabend (1994), ao dizer que os pescadores “conhecem cada metro quadrado, cada banco de areia, cada 'mancha de pedras', à força de explorar-lhes em busca de novos lugares de pesca. Eles nomearam, cadastraram este território de que, inclusive, se apropriam usando de uma linguagem que apenas eles compreendem [...]” (ZONABEND, 1994, p.170)²³⁴.

A fala de Zonabend (1994) vem ao encontro ao que observei em campo quando observei é que pescadores e pescadoras criaram uma organização extremamente apurada e sutil definindo e nomeando fundos, regiões, rotas, o que não se deu de forma aleatória, mas que constitui-se como resultado da observação atenta, constante e construída no decorrer de uma vida inteira dedicada e moldada na pesca.

Há aspectos que fazem parte deste mundo que extrapolam o que inicialmente é visível ao olhar de técnicos. Por exemplo, a rede de pesca que, em princípio, seria um apetrecho usado para captura de pescados, na prática, se mostrou muito mais. Ao disponibilizar a rede no espaço aquático, ela se torna um elemento central na organização espacial em um território que, a *piori*, não teria como ser organizado, como o mar. Ao soltar as redes que são sinalizadas com as bandeiras, aciona-se uma comunicação que traduz aos que conhecem aquela linguagem, quem está disponibilizando daquele espaço demarcado.

²³⁴ “les pêcheurs qui en connaissent chaque mètre carré, chaque banc de sable, chaque 'tache de cailloux', à force de les explorer à la recherche de nouveaux lieux de pêche. Ils ont nommé, cadastré ce territoire qu'ils s'approprient même en usant d'un langage compris d'eux seuls [...]” (ZONABEND, 1994, p.170).

É interessante notar, por outro lado, que pesquisadores vêm estes espaços da pesca como uma espécie de laboratório para seus experimentos aonde chegam, pesquisam e voltam para suas universidades ou seus escritórios sem dar um retorno às populações pesquisadas. Ouvi em campo, comentários como: *teve um biólogo aqui, pesquisou com a gente, mas nunca veio dizer o que deu a pesquisa. Ou: já veio muito pesquisador aqui, mas depois esquecem que a gente tem curiosidade em saber o que deu.* Instiga-me supor que, a partir do momento em que este conhecimento é re-apropriado por pesquisadores, que apresentam propostas de explicações sobre os fundos marinhos, por exemplo, como se suas fossem, há um apagamento com o qual desaparecem as trajetórias de acumulação do conhecimento (LATOURET, 1997) de pescadores e pescadoras.

Ao não citarem nos resultados de suas pesquisas, ou não fazerem referência à autoria daqueles que constroem seus conhecimentos longe dos bancos acadêmicos, porém pautados pela observação e experiência cotidiana²³⁵, alguns pesquisadores que apenas reconhecem o conhecimento *cientificamente comprovado* a partir de suas hipóteses teóricas, desconsideram aquele que se dá na prática e na experiência de vida em territórios que estão contextualizados e nomeados (MARIÉ, 1982, p. 40)²³⁶ pelos que neles vivem. Experiência esta que alia o exercício contínuo de uma observação apurada a processos de invenção e reinvenção, entendendo que “a invenção é sempre uma espécie de ‘aprendizado’, e o aprendizado é invariavelmente um ato de invenção, ou reinvenção” (WAGNER, 2010[1975]).

²³⁵ Entre o ofício, que implica qualquer atividade de trabalho que requer técnica e habilidade específica; e a profissão, como atividade para a qual um indivíduo se preparou; e que exerce para obter os recursos necessários à sua subsistência (segundo os dicionários da Língua Portuguesa), um e outro conceito nos fazem ponderar que as mulheres pescadoras têm, por um lado, uma profissão, pois se trata do que exige muito preparo, mas também exercem um ofício perpassado de técnica e habilidade.

²³⁶ Michel Marié (1982, p.22) observou que a relação entre engenheiros que estariam encarregados de inserir ações de turismo em espaços de pesca estabeleciam relações locais muito complexas, pois se pautavam por uma visão sobre estes territórios e pessoas como desqualificados (*territoire sans qualités; homme sans propriétés; homme sans situation*) que ele resumiu como sendo ‘*territoire sans nom*’, territórios estes que ao contrário de outros marcados por insígnias altamente distintivas, como “Côte d’Azur, la Camargue ou Luberon, par exemple” (MARIÉ, 1982, p. 40), fariam com que estes engenheiros considerassem os espaços de pesca insignificantes, sem um significado especial, contrapondo-os aos altamente distintos. Dificuldades estas que dizem respeito ainda ao contexto da extensão rural quando técnicos demonstram dificuldade em trabalhar com o que denominam de *pequeno* produtor, verbalizando que preferem lidar com produtores que já estejam estabelecidos, aliado aos incentivos governamentais em transformar os *pequenos* em empresários.

É neste contexto, em que os diferentes conhecimentos se confrontam, se aproximam, circulam, remetendo, entre outras questões e vozes, à “responsabilidade específica da voz do antropólogo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 30) que entendo estar uma das contribuições da antropologia, portanto minha, como antropóloga. Primeiro, propondo um processo de discussão continuada com os técnicos/extensionistas sobre temáticas, como diferenças culturais, etnocentrismo, cosmovisões, saberes-fazer, entre outras. Segundo, entendendo que a etnografia, como método, epistemologia, teoria, possa ser um dos caminhos pelos quais a compreensão sobre estas populações e a possibilidade de um diálogo mais próximo seja possível, não só por mim realizada, mas propondo-a como possibilidade de inclusão nos pressupostos metodológicos atuais da extensão pesqueira catarinense. Terceiro, tendo a convicção e deixando claro que o exercício da antropologia não é um meio de tradução entre técnicos e populações, mas uma terceira forma de ver que pode contribuir com uma comunicação²³⁷ pautada por uma relação dialógica, inter-saberes.

Porém, é o próprio Cardoso de Oliveira (2006) que nos chama atenção para o desafio deste exercício. A esse respeito, diz que se trata de um desafio epistemológico “e é tanto mais difícil enfrentá-lo quanto mais o antropólogo estiver envolvido em programas ou políticas de ação social” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 172). Entendo que uma das possíveis formas de enfrentamento deste desafio seja o estabelecimento de redes de discussão continuada sobre dúvidas, questões, ansiedades, conflitos internos, embates, algo que diz respeito ao que foi resumido por Fleischer e Schuch (2010) como “envolver-se numa rede de conexão argumentativa” (FLEISCHER e SCHUCH, 2010, p. 11). Ao dissertarem acerca da importância da discussão sobre ética e regulamentação, os mesmos se referem à necessidade de criarmos espaços de reflexão, “coletivizando dúvidas que talvez estejam permanecendo nas ansiedades individuais de cada pesquisador” (FLEISCHER e SCHUCH, 2010, p. 15).

²³⁷ Comunicação no sentido postulado por Paulo Freire (1977), segundo o qual a extensão precisa ser compreendida como um espaço em que diferentes saberes podem e devem conviver e ser respeitados.

7.3 SOBRE RECONHECIMENTO DOS DIREITOS

A referência de que o mundo da pesca é eminentemente masculino se pauta por um olhar hierárquico que não reconhece a existência, e que, portanto invisibiliza, as pescadoras, cuja trajetória de busca por direitos²³⁸ e reconhecimento é ainda incipiente. Enquanto as agricultoras²³⁹ já podem computar resultados advindos de uma longa caminhada de luta, as pescadoras iniciam-se neste percurso. O recém-criado Ministério da pesca²⁴⁰ pode ser visto como um alavancador da corrida às colônias e aos sindicatos de pesca para a legalização de pescadoras que já exerciam a atividade, mas não viam necessidade de ter a Carteira de Pescadora Profissional (CPP), documento indispensável para seu reconhecimento.

²³⁸ Dentro de uma discussão sobre antropologia e direito, sugiro ver, entre outros: Lima (2012); antropologia e direitos humanos, Kant de Lima (2008); Gênero e políticas públicas, Minayo (1991); Farah (1999); Maluf e Tornquist (2010); contextos de justiça, Forst (2010); questões amplas ligadas aos direitos humanos, Pelbart (2003), Hunt (ano); Agamben (2004).

²³⁹ O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) já pode computar muitas conquistas no decorrer de sua trajetória em relação ao reconhecimento de seus direitos, como a aposentadoria. A deputada Federal, Luci Choinacki é uma das lideranças catarinenses que tem como objetivo a melhoria de vida de agricultoras e agricultores, tendo sido ela própria agricultora. Em relação às pescadoras, em 2004, o Governo Federal através da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAQ) realizou um encontro das trabalhadoras da pesca, dentro da I Conferência de Pesca, que era oficial, do Governo. As mulheres organizadas nos estados se encontraram e reivindicaram que o evento fosse composto só por mulheres pescadoras e os debates e propostas fossem postos dentro do documento oficial da Conferência, não só como memória, mas como resultado dos debates e demandas do Movimento de Mulheres Pescadoras (MMP). No ano de 2006, foi realizado um encontro de mulheres pescadoras, onde foi fundada a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). Na avaliação de pescadoras, segundo Rodrigues (2010), se conseguiu avançar em termos de discussões sobre direitos e a questão da saúde. Em 2009, durante o governo Lula, foram organizadas reuniões pelo país, sendo que em Santa Catarina ocorreu em Itajaí envolvendo profissionais da pesca. Naquela ocasião foi incentivado o ingresso das mulheres nas colônias de pesca e teve início um processo mais continuado de discussões sobre direitos junto a estas populações. Reuniões começaram a ser viabilizadas pelas extensionistas sociais da Epagri sobre as diretrizes do Ministério da Pesca, a partir do que muitas mulheres, no Litoral de Santa Catarina, fizeram a carteira de pescadora profissional. Ao questioná-las sobre o porquê resolverem fazer, me responderam: *pelo menos assim, a gente tem direito ao seguro desemprego para ajudar a família*. Ou seja, embora começassem a pensar em sua legalização como profissional o faziam motivadas mais pela família do que pelo reconhecimento da profissão.

²⁴⁰ Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009: Altera as Leis nos 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências.

Para efeito de direito²⁴¹ aos benefícios previdenciários e à aposentadoria, a pesca artesanal²⁴² está classificada como atividade que, junto com a agricultura, define seus membros como Segurados Especiais, af incluindo pescadores, agricultores e indígenas que vivem do que é denominada atividade rural, conforme esclarecido no início deste capítulo.

²⁴¹ O art. 1º do Código Civil Brasileiro determina que "toda pessoa é capaz de direito e deveres na ordem civil". Isso significa dizer que a "personalidade jurídica, portanto, para a Teoria Geral do Direito Civil, é a aptidão genérica para titularizar direitos e contrair obrigações, ou, em outras palavras, é o atributo necessário para ser sujeito de direito" (GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 88). Deste modo, "quando uma lei é elaborada e toda vez que a lei é interpretada – por juízes, advogados, funcionários públicos e cidadãos em geral – encontra-se subjacente uma noção de sujeito de direito. O sujeito de direito é aquele a quem a lei – em sentido amplo – atribui direitos e obrigações, aquele cujo comportamento se pretende regular. A pergunta sobre como esse sujeito toma decisões – em última instância, quem ele é – interessa aos juristas sob diversos pontos de vista. Imputabilidade e inimputabilidade, capacidade e incapacidade, deliberação e intuição são conceitos juridicamente relevantes e que se referem a estados mentais, intenções, processos cognitivos, em suma, o que se passa em nossas cabeças quando tomamos uma decisão". (In: CANTISANO, Pedro Jimenez. Quem é o sujeito de direito? A construção científica de um conceito jurídico. Disponível em: <<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Artigo6%20Pedro.pdf>>. Acesso em 22/2/2013). O termo 'sujeito de direito', de um lado, refere-se a quem é apto a ser submetido ao poder de outro, ou a uma ordem. De outro, refere-se a quem é capaz de raciocinar, agir livremente e dominar os objetos do mundo.

²⁴² A Marinha do Brasil define duas formas de ser pescador: amador e profissional, sendo que o profissional abrange duas categorias: o POP (Pescador Profissional) que se refere a quem faz o curso básico de pesca; e o PEP (Pescador Especializado), título recebido a partir de cursos junto à Capitania dos Portos e à Marinha do Brasil, considerados especializados, como de motorista e de mestre. Segundo a Lei 11.959, de 29 de junho de 2009 (que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988; e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências), pesca é toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. A sessão II da referida Lei, Da Atividade Pesqueira, diz que esta compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, *processamento*, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. O parágrafo único da referida sessão considera como *atividade pesqueira artesanal*, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o *processamento do produto da pesca artesanal* (grifos meus).

Figura 56 - Carteira de Pescadora Profissional.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR		
CARTEIRA DE PESCADOR(A) PROFISSIONAL		NÚMERO DO RGP 210023
		VALIDADE 01/11/2009
NOME MARIA DA GRACA ARAUJO DE CASTILHO		
CATEGORIA PESCA ARTESANAL		
Nº DO RG 2199121	ÓRGÃO EMISSOR SSPSC	DATA DE NASCIMENTO 1/11/1961
Nº DO 1º REGISTRO RGP 024485	ÓRGÃO EMISSOR SEAP	DATA DO 1º REGISTRO 03/02/2003
 <i>Maria da Graca</i> <small>ATUALIZADA EM 03/02/2003</small>		

A condição de Segurado Especial (SE), que deveria abrigar as pescadoras em decorrência das especificidades de atividades exercidas em situações distintas de trabalhadores urbanos, como horário diferenciado e exposição constante às intempéries, à periculosidade e ao desgaste físico precoce, na fala de técnicos do próprio INSS emergiam revelando uma visão segundo a qual esta classificação – especial - se daria pelo fato de se tratar de trabalhadores/seres menores – seriam menos sujeitos? – qualificados como *coitadinhos*, *pequeninhos*, como será possível ver no decorrer deste capítulo.

Entendo que para compor a trajetória de busca por seus direitos como sujeitos, como profissionais da pesca, é central desconstruir a homogeneização e construir o aporte de uma *diferença que difere* de outras categorias profissionais que possam compor o chamado espaço do campo, ou espaço rural. Trata-se de pescadoras, cujos contextos de trabalho onde as muitas atividades ocorrem implicam em diferenças cruciais quando comparadas a outras profissões, como a agricultura. Para Abu-Lughod (1991), um dos problemas centrais com a generalização são seus efeitos em não considerar as diferenças existentes. A generalização preza pelo uso do homogêneo que, por sua vez, simula coerência e atemporalidade, ambos produzidos visando melhor criar uma situação sobre a qual se pretenda dar conta e manter sob controle.

Enquanto as agricultoras lidam com a terra, as pescadoras trabalham com e no mar. Esta é a primeira grande diferença. A segunda diz respeito ao fato de que as agricultoras têm como espaço de trabalho a terra, local fixo que lhes dá uma segurança maior do que as pescadoras, para as quais “há ausência de posse do recurso explorado”

(MALDONADO, 1994, p. 29). Embora em ambas as atividades se conviva com os efeitos de intempéries e imprevistos, o mar é investido de mobilidade. Mesmo que se tenha o reconhecimento do que chamam *pontos de pesca*, em princípio, o mar é de todos e a circulação livre. Terceira diferença: na agricultura se planta, cuida, limpa; se cultiva e espera o tempo da colheita; na pesca artesanal não há cultivo, há extração em que todo dia é dia de observar como foi a pescaria.

Em comum, um calendário anual que diz respeito aos ciclos de plantio e colheita por um lado; de épocas de diferentes peixes por outro. Pescadoras e agricultoras vivem a partir de ciclos que dizem respeito a épocas de mais ou menos produção. Ambas tem jornadas de trabalho extenuantes, cuidam da casa e dos filhos. Porém, uma tem na terra; outra tem no mar seu referencial. Exemplos breves que dizem respeito a diferenças e aproximações que precisam ser consideradas para que as pescadoras sejam plenamente reconhecidas como trabalhadoras, tendo acesso aos direitos previdenciários e às linhas de crédito, vindo a adquirir aparelhos, embarcações e equipamentos. Um reconhecimento que diz respeito a especificidades e formas de vida e trabalho.

Há ainda, portanto, um longo percurso quando pensamos em reconhecimento profissional. O Movimento das Mulheres Agricultoras pode ser tomado como exemplo de uma longa trajetória com o qual muitas conquistas foram alcançadas. Porém, é preciso ponderar especificidades incluídas sob a denominação de *atividades rurais*. Neste sentido, é preciso mostrar as diferenças visando conquistar direitos iguais se considerarmos que “o trabalho da pesca é pouco considerado pelo poder público e pela própria academia, o que por certo acarreta o esquecimento desse setor em relação a outras atividades desenvolvidas por essa população tradicional” (MACHADO, 2007).

7.4 ACERCA DE (IN)VISIBILIDADES E ANONIMATOS

Anônimo é, em princípio, aquele que não tem nome. Anonimato diz respeito a todos e a tudo quanto existe, mas não se vê posto que não apareça quando diluído em alguma categoria genérica. O exemplo que eu gostaria de discutir aqui é o da expressão *autônoma* sugerida por uma instituição como o INSS, responsável pelos trâmites exigidos e relacionados à aposentadoria de trabalhadores brasileiros, para as pescadoras se registrarem e terem direito à aposentadoria. A simplificação sugerida por meio da categoria *autônoma* faz desaparecer a diversidade com que mulheres se exercem como pescadora. Seria preciso observar, acompanhar, dialogar sobre diferentes formas como

elas atuam e se inserem na pesca. Suas falas, quando muito, se manifestam por parte de algumas *representantes* nos encontros de mulheres ou em eventos regionais ou nacionais. Porém, o falar não quer dizer que, de fato, serão ouvidas e levadas em consideração quando na elaboração de políticas públicas ou normativas.

Gayatri Spivak (2010[1985]), na sua obra intitulada “Pode o subalterno falar?”, aborda centralmente a condição da mulher, pobre, trabalhadora, habitante do terceiro mundo e migrante, em que a condição global de subalternidade encontra seu emblema, apontando que o lugar da teoria é masculino. Porém, mais que a teoria, eu diria que há um âmbito bem mais amplo que a tudo abrange e que a tudo vê e classifica dentro e a partir da ótica do masculino. Em uma sociedade pautada por esta lógica, se torna impensável considerar que há mulheres pescadoras. Tal pressuposto vai repercutir em uma das exigências do INSS, segundo a qual, para se aposentar, a mulher deve provar que é, ou esposa, ou filha de pescador. Ou seja, sozinha, como um sujeito, trabalhadora, ela não é. Autônoma engloba e homogeneiza o que não se enquadra, o que diz respeito ao que Abu-Lughod (1991) se refere como efeito da generalização. Uma homogeneização que faz desaparecer qualquer indício de diversidade.

Em relação à invisibilidade da pescadora, observei durante minha pesquisa que o trabalho feito por mulheres não é imediatamente reconhecido por instituições como o INSS, responsável pelos trâmites exigidos e relacionados às aposentadorias de trabalhadores brasileiros. Embora previsto em nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, Inciso I, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, na prática obrigações e direitos não encontram a igualdade tão propalada. Nos espaços em que circulei e participei em reuniões viabilizadas pela Epagri envolvendo pescadores e pescadoras com técnicos do INSS, cujo objetivo era que os primeiros conhecessem seus direitos e obrigações ligados aos processos de aposentadoria, pude perceber que a mulher pescadora não tem sua autonomia profissional reconhecida pelo referido Instituto.

Sobre o que vem se definindo como *invisibilidade feminina* no campo²⁴³, parece-me possível afirmar que as pescadoras são as mais invisíveis e só recentemente estão buscando seus direitos de serem profissionais da pesca e, portanto, de terem acesso à carteira profissional, à licença maternidade, ao seguro defeso, ao auxílio doença e à aposentadoria, entre outros direitos.

²⁴³ Sobre a temática da invisibilidade feminina no campo, ver: Paulilo e Schmidt (org.), 2003.

Cabe aqui um breve parênteses para recorrer rapidamente ao que se define por pesca e pescador. No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), podemos encontrar que pescador é “adjetivo singular masculino; que ou *aquele* que pesca”. Pesca “é o ato de pescar; pescaria; arte ou *técnica*²⁴⁴ dos pescadores; aquilo que se pescou; ato de retirar algo da água; ação de procurar, de pesquisar”. Por outro lado, artesanal é definido como “relativo ou próprio de artesão ou artesanato; diz-se das coisas feitas *sem muita sofisticação*; rústico”. No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1986), lê-se que “pescador (latim piscatore); que pesca; *aquele* que pesca”.

No *New International Webster's Student Dictionary of the English Language* (1997), encontramos: “fish is to catch or try to catch fish in (a body of water); fisherman, one who fishes for sport or as an occupation”. Não encontrei em dicionários a denominação clara de pescadora, sendo que neste dicionário de língua inglesa ainda se pode ler: “fishwife: a woman who sells fish” (Idem). Ou seja, é difícil encontrar a definição reconhecida de pescadora, ou fishwoman, para a mulher que vive em atividades que compõem os processos de pesca. Porém, se encontra que, sendo uma mulher de pescador, uma fishwife, cabe a ela, em decorrência, a venda de peixes.

É interessante atentarmos que nos dicionários pesquisados há uma definição clara que não nos deixa dúvida: masculino singular: aquele que pesca. Não se cogita em nenhum dos dicionários, que são obras referenciais sobre a escrita, mas também reflexo do como uma sociedade pensa e se vê; uma conceituação mais ampla. Ainda hoje é considerado pescador – substantivo masculino – o homem que embarca e vai para o mar, rio ou lagoa, ou seja, retira da água, e traz o produto de sua respectiva pescaria, seja ela industrial ou de pequeno porte quando falamos de pesca profissional.

Usando a linguagem que as populações com as quais interagi usavam para me fazer entender sobre o não reconhecimento das mulheres como pescadoras, é considerado pescador artesanal aquele que vai para o mar, pesca e retorna com o produto *in natura*. Este detalhe é central: *in natura*. A partir do momento que o produto da pesca passa por qualquer processo de transformação, ao invés de a mulher que o manipulou ser reconhecida pelo seu trabalho como pescadora, não o é.

Sendo um produto manipulado, passa a ser visto por instituições, como as que lidam com sanidade animal, como resultado de um *beneficiamento*. Como tal, deve estar inserido em atividade realizada em

²⁴⁴ Itálicos meus.

nível de pequenas ou mini agroindústrias. Em assim se considerando, esta trabalhadora passa a ser vista como uma empregada que pode e deve, segundo orientação dos próprios técnicos do INSS nas reuniões que presenciei ter sua carteira assinada sob a denominação genérica de *autônoma*. Em assim o fazendo, estas trabalhadoras da pesca desaparecem, deixam de existir como pescadoras e, portanto, como seguradas especiais²⁴⁵. Tornam-se invisíveis perante os quadros formais, seja do INSS, seja das instituições trabalhistas.

As pescadoras são vistas - e aqui me detenho em destacar o INSS por estar falando da temática aposentadoria, mas quero deixar claro que não se trata de uma postura exclusiva deste órgão - a partir de um homem. Necessariamente, para conseguir se aposentar com a denominação pescadora, a mulher deve estar inserida dentro do chamado grupo familiar, mas não porque, estando no grupo familiar, é prontamente visibilizada como uma pescadora daquela família. É aposentada como pescadora quando consegue *provar* que é filha, ou esposa, de um pescador.

Ao questionar um dos técnicos do INSS sobre a possibilidade de a mulher, por exemplo, não ser casada, como ficaria. O mesmo respondeu: “Mas tem que ser, tem que ter alguma ligação, ou ela é filha, ou é mulher. Sozinha, ela não é. Ela é em função dele. Então tem que provar que é mulher, filha, etc.”. Aqui me parece plausível dialogar com Rosaldo (1995:22), quando afirma que “gênero, em todos os grupos humanos, deve ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social.”

Questionei, naquela ocasião, se o fato de um casal viver junto valeria; se o depoimento de vizinhos contaria, ao que o mesmo técnico continuou: “Não. Precisa, pelo menos, da escritura de união estável, de um contrato”. Neste momento, um dos pescadores presentes, em tom jocoso e provocando risos nos demais, comentou alto: “Não sabia que agora tirava escritura de mulher”. Ao que o outro técnico replicou em tom de impaciência, exclamando:

Tem que formalizar gente! Como comprovo?
Com contrato. Infeliz ou felizmente, o papel é o
que vale. Se para um homem sozinho é difícil,

²⁴⁵ Cujos direitos de aposentadoria se dariam com menos tempo de contribuição do que o trabalhador urbano.

imagine para uma mulher. De que adianta ter os documentos e os fatos provarem o contrário? Tem que ficar claro uma coisa: a previdência é um código de lei. E muita gente tinha esquecido isso, mas agora se está resgatando.

O outro técnico complementou: “Se a mulher quer se aposentar como pescadora tem que ter provas. Vocês estão gerando provas há alguns anos: é o Defeso²⁴⁶; é o seguro da embarcação. Se todas as informações forem iguais, vão criando a certeza do fato”. Foi pedido que o mesmo esclarecesse um pouco mais o que significava *ter provas* e se a carteirinha da Colônia de Pescadores seria suficiente, ao que respondeu que “é um dos documentos, mas precisa provar. Um técnico do INSS vai à casa da pessoa para ver se o que foi dito é verdade”.

Jussara, sobre a qual já me referi e que era uma das pescadoras que estava presente a esta reunião, durante o intervalo, me confirmou que realmente ocorrem estas visitas e me relatou como foi a que uma técnica do INSS fez a sua casa objetivando *coletar provas* sobre se, de fato, seria considerada pescadora. Afora o relato de Jussara, que já citei anteriormente e que fala de humilhação, outras pescadoras nos narram suas experiências junto ao INSS:

Eu tenho 62 anos. Comecei na pesca com 10 anos, no tempo da escola. Pela manhã, escola; à tarde, era na salga, descascando camarão. Ia até nove, dez horas da noite quando tinha camarão. Quando fui para me aposentar no INSS, na primeira vez não consegui. Falaram que eu não era pescadora. Pensei em desistir, mas resolvi tentar de novo. Eu me senti humilhada. Não me fizeram pergunta. Fizeram um interrogatório. Daí; não agüentei. Comecei a chorar. A moça falou: calma. O que a senhora tem? Eu disse: o que eu tenho? Tu achas que se eu não precisasse; se eu não fosse pescadora, eu ia estar aqui, passando por isso. Vocês estão fazendo como se eu fosse uma criminosa. Aí ela viu como fiquei abalada e disse: calma senhora, vai dar tudo certo. Fique calma.

²⁴⁶Durante a vigência do Defeso como período em que é vetada a pesca de um determinado pescado, os pescadores recebem o *seguro defeso*. A partir de 2009, quando foi incentivado o processo de legalização das mulheres pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva, as mulheres passaram a se inscrever nas colônias de pesca e, portanto, a ter o direito a receber o valor referente ao defeso da espécie que captura.

Dáí foi nessa segunda vez que consegui me aposentar como pescadora. (Judith, 62 anos).

Eu desisti. Fui lá um dia, num desses órgãos para tirar a carteira de pescadora. Eu e mais três. Chegando lá, o homem falou: mulher pescadora? Isso não existe. Lugar de mulher é pilotando o fogão, não é dentro de embarcação. Tu acredita nisso? As outras começaram a falar, falar. Até que uma mulher entregou uns papéis. Eu peguei e rasguei tudo. Fiquei com raiva. Onde já se viu ser humilhada daquele jeito! Hoje, podia já estar contando tempo para me aposentar. Quem sabe? Mas desisti. Estou aqui: continuo trabalhando, como sempre, e vai ser sempre assim. É isso que sei fazer, que gosto de fazer e que vou fazer até morrer. Agora, me aposentar como pescadora? Pelo jeito, nunca! (Gertrudes, 52 anos, Barra do Sul).

Nas experiências de Jussara, Judith e Gertrudes, exemplos coletados em campo alusivos ao despreparo de alguns técnicos do INSS para atender as pescadoras. Mais do que isso: a possibilidade de observar técnicos/sujeitos que, imbuídos do poder de representar o Estado, exercitando vigilância e punição (FOUCAULT, 1999[1975]), não reconhecem outros sujeitos. Uma mulher que não reconhece outra mulher como trabalhadora da pesca inculcando em sua fala e em seus atos postulados e ações que dizem respeito à hierarquia de gênero, a uma visão estigmatizada (GOFFMAN²⁴⁷, 1993) sobre a outra.

As falas nos dizem muito sobre os impasses, as dificuldades e o que elas denominavam de situações de *humilhação* pelas quais passaram quando alguns técnicos entendiam ser impossível uma mulher trabalhar na pesca e, portanto, ter o direito à aposentadoria como pescadora. A técnica em questão, a partir de seus pressupostos sobre o que é ou não é, o que pode ou não pode ser, não reconhecia na mulher à sua frente uma pescadora. Em nome do Instituto que representava e o do poder que lhe era conferido, elaborava o parecer que serviria para *alimentar* o também poderoso *sistema*.

²⁴⁷ Para Goffman (1993[1963]), “os atributos indesejados são considerados estigmas: Aquellos que son incongruentes con nuestro estereotipo acerca de cómo debe ser determinada especie de individuos. El término estigma será utilizado, pues, para hacer referencia a un atributo profundamente desacreditador [...]” (GOFFMAN, 1993[1963], p. 13).

Wolf (2003)²⁴⁸ considera o poder como um aspecto de todas as relações entre as pessoas, sendo que afirma que, “ao tratar das relações de grupos de uma sociedade complexa, não podemos esquecer de enfatizar o fato de que o exercício do poder por algumas pessoas sobre outras entra em todas elas, em todos os níveis de integração” (WOLF, 2003, p.75). Tanto aquele que se imbuí do poder como o que sofre a ação estão impregnadas do poder. A técnica que, em nome de uma instituição age, e a pescadora que, frente a esta ação, reage desistindo de ser pescadora. Ou seja, reconhece no poder que, em nome do Estado, é exercido, a própria constituição do poder estatal. Uma das reações ao poder é o medo. Como veremos logo adiante, foi assim que a pescadora decidiu deixar de o ser.

Continuando com a fala dos técnicos do INSS, um deles afirmou categoricamente que *para o Direito o que vale é o fato. Para o fato, vale a prova*. Também falou que há o que denominam de Cadastro Específico de Segurado Especial, cuja elaboração se encontra em andamento. Trata-se de um cadastro para que o Governo do Brasil tenha controle sobre todos os trabalhadores brasileiros, aí incluindo os pescadores, que estavam fora deste controle. O referido técnico comentou categoricamente: *o Segurado Especial é o último estágio que a Previdência chegou para automatizar o controle. Alguns casos já estão automatizados. Está cada vez mais automático. Não é mais possível fazer com o jeitinho. É o fim do jeitinho*, corroborou um pescador.

A fala diz respeito, não apenas a um jeitinho identificado como da malandragem (DA MATTA, 1990[1978]), mas, mais do que isso, aponta para o fim do *tete a tete*, das possibilidades de conversa e de diálogo, pois é o sistema informatizado que passa a deter o poder de dizer um sim, dizer um não. Com o atendimento do segurado de forma direta com os técnicos do INSS, poderia haver tentativas e a conseqüente compreensão sobre as trajetórias destas pescadoras, cujos

²⁴⁸ Pensando o poder como relacional, Wolf (2003) diferencia quatro modalidades: 1) individual, potência ou capacidade que cada um tem; bom para entender porque as pessoas se envolvem no jogo de poder; 2) transacional: emerge nas transações e relações entre as pessoas; 3) poder tático ou organizacional: diz respeito à exibição das capacidades de algumas pessoas em relação a outras enfatizando os instrumentos que permitem que uns controle as ações dos outros; 4) poder estrutural: poder manifesto nas relações; repercute nos meandros das relações, mas também controla os contextos. Este último ele relaciona com o poder de distribuir e alocar o trabalho social, em Marx, e a governança a qual Foucault se detinha; ação sobre a ação.

meandros estão para além e fora dos enquadramentos (FOUCAULT, 2009[1975], p.143)²⁴⁹ formalizados e previstos nos questionários.

Se por um lado, estes formulários foram criados em gabinetes por técnicos que desconhecem os muitos ambientes da pesca, por outro o que passa a deter o poder de definir nossos destinos de trabalhadores brasileiros, pois *todos* estamos enquadrados, é o *sistema* informatizado que, diante dos *sim* ou *não* assinalados, determina: Deferido. Indeferido. Se “agente é tudo o que age” (Latour, 2008), com a agência quase humana que detém, por um lado, o sistema *conversa* com outros sistemas e é exigente, pois precisa ser *alimentado* para continuar funcionando. No entanto, quando algo não ocorria como o esperado, os técnicos sabiam a quem culpar: foi erro do sistema.

Continuemos a ouvir as explicações que, para o técnico, pareciam ser o suficientemente convincentes sobre a sabedoria do sistema:

Cada vez mais sai da mão do servidor e vai para o sistema. Agora é o sistema que define. Chega à frente do computador e vai respondendo, e o sistema vai negar ou aceitar. O sistema não é uma pessoa, mas é ele que define. Depois, chega lá, no presidente do INSS, que assina aquilo que o sistema definiu. O Segurado Especial é o último estágio da sociedade. Todos estão enquadrados no sistema.

Podemos analisar a fala do técnico num diálogo contundente com Foucault (2009), já que o autor preconiza que o poder disciplinar é um poder que tem como função maior adestrar, de forma que todos, em algum momento, estejam enquadrados dentro da normatização prescrita. Ou se está fora. Punição, vigilância e disciplina são poderes destinados a fazer com que as pessoas cumpram normas, leis e exigências de acordo com o preconizado. A vigilância é uma maneira de observar o

²⁴⁹ Segundo Foucault, a constituição de ‘quadros’ foi um dos grandes problemas da tecnologia científica, política e econômica do século XVIII, sendo que aí o autor inclui “inspecionar os homens, constatar sua presença e sua ausência, e constitui um registro geral e permanente [...]” (FOUCAULT, 2009[1975], p.143). No caso aqui abordado, diz respeito a um registro geral e permanente de (todos) trabalhadores brasileiros. Segundo Foucault, trata-se de uma tática disciplinar que “se situa sobre o eixo que liga o singular e o múltiplo. Ela permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Ela é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar de ‘celular’” (FOUCAULT, 2009[1975], p. 143-44). Em relação ao sistema informatizado sobre aposentadoria do INSS, se chegou *ao último estágio possível*. Todos estão enquadrados.

cumprimento dos deveres. Portanto, um poder que regulamenta gestos, atividades, aprendizagens e constituiu-se mais em, fazendo alusão à pesca, um enredamento do qual não se consegue sair. Uma espécie de prisão sem paredes.

Fazendo às muitas redes, no universo da pesca seria uma rede feiticeira, nos moldes que me definiu uma das pescadoras: *pega tudo. Nada escapa. Nada fica fora*. Nas palavras anteriormente ditas pelo técnico: *todos estão enquadrados*; parafraseando a linguagem da pesca, todos estão enredados. E trata-se de uma rede poderosa: quem entra, não consegue sair. O mar talvez seja, desta forma, um dos últimos territórios a ser domesticado, enquadrado. Daí, talvez, a inserção de atividades como as que compõem a aquacultura²⁵⁰ que exigem a organização afilada das linhas de *long line* onde se cultiva os mariscos, das gaiolas de ostras, enfim, uma organização esquadrihada, dividida em lotes de produção, diferente dos modos soltos, sem definições fixas, porém organizadas e regradas de pescadoras que atuam na pesca artesanal. O mar e os que pescam talvez sejam dos últimos redutos livres.

Seguindo adiante, a partir da fala de um dos técnicos do INSS, a solução para as mulheres seria o uso do registro profissional como *autônomas*: *No caso das descascadeiras, por exemplo, não há problema, elas podem pagar o INSS como autônomas. Escolhem se querem descontar 20% ou 11% do salário mínimo; ou 10 salários de contribuição*. Porém, foi na seqüência, que sua ênfase denotou uma espécie de aversão e total despreparo para lidar com os ditos Segurados Especiais, além de demonstrar claramente sua visão a respeito dos *pequenos produtores rurais*, entre os quais se incluem os ligados à pesca. Afirmava o referido técnico: *Tem que parar com essa coisa do pequenininho, coitadinho, inho. Tem que buscar ser um EI (Empresário Individual). Sair desse negócio de especial*.

Esta fala do técnico apontava para outro aspecto do despreparo de muitos profissionais de instituições públicas para atuarem com as pescadoras. Um despreparo que tem a ver com a desconsideração e/ou desconhecimento de diferentes formas de vidas; outras formas de ser e estar no mundo. Estes técnicos do INSS aludiam à assimilação de um

²⁵⁰ Aquacultura ou aquíicultura, de forma geral, diz respeito ao cultivo aquático de peixes, crustáceos, mariscos. No exemplo citado, nos sistemas de cultivo na maricultura (cultivo de marisco), um dos métodos é com o que denominam de *long line* que, como o nome aponta, trata-se da disposição no mar de linhas compridas, nas quais são penduradas as cordas com sementes de mariscos para que permaneçam durante o período de crescimento.

discurso que poderíamos reconhecer como “sebraeniano”²⁵¹ de que todos devem se tornar um EI (Empresário Individual) e deixar de se considerar e agir no diminutivo, como se o fato de querer ser, ou ser um pequeno pescador, o tornasse um ser a menos. Algo assim “inho”.

Parece-me que o raciocínio poderia e deveria ser outro. O amparo da lei segundo a qual se pauta o Segurado Especial não é pelo “inho, de coitadinho, pequenininho”, mas pelo tipo de trabalho diferenciado, pautado por um contínuo desgaste físico e realizado em situações de insalubridade, entre outros aspectos, que fazem com que estes profissionais tenham conquistada a prerrogativa de terem o direito garantido de se aposentar com um menor tempo de trabalho do que um assalariado urbano que tem outras condições e horários para trabalhar.

Quinze dias após esta reunião com o INSS fui a uma das comunidades da grande Florianópolis e, ao conversar com uma das pescadoras que lá tinha estado, a mesma comentou comigo que no período da tarde iria ao referido órgão. Para que?

Vou dar baixa de minha situação como Segurada Especial, pois estou com medo. Se vier alguma fiscalização, como fico? O moço lá falou aquilo tudo. Todo mundo saiu desconfiado, com medo. Falei com o pai e ele concordou em dar baixa. Eu não sou mais considerada como grupo familiar, pois sou casada. Quer dizer, vivo junto. Então vou pagar como autônoma (Jussara).

Mesmo ponderando com ela para que pensasse melhor, esperasse um pouco, a mesma não demoveu a idéia de deixar de ser Segurada Especial. Parece que o poder exercido pela grande torre panóptica chamada INSS, vigilante e presente no *cuidado de si* do qual alude Foucault (2009), estava resumida na decisão e na fala desta pescadora, que deixava de o ser: “E se a fiscalização vem?” A sua reação e decisão foi decorrência de uma mensagem passada sobre uma pretensa ilegalidade em que a maioria das mulheres da pesca se encontraria, pois não comporiam mais o quadro de economia familiar, não sendo,

²⁵¹ Sebrae é uma empresa cujo objetivo central é transformar pequenos produtores em microempresários. Percebi nas falas dos técnicos uma forte alusão a um discurso que podemos denominar de sebraeniano que diz respeito claramente a um discurso do empreendedorismo que aponta que é mais interessante se constituir em empresariado. Resta saber para quem isso é mais interessante, haja vista que há, por traz deste discurso, uma série de exigências que se referem à legalização de empreendimentos bem como à padronização dos produtos e de formas de vida.

portanto, reconhecidas e consideradas pescadoras. O trabalho informal que faziam ganhava, na fala de técnicos que, em princípio, lhes orientariam sobre seus direitos, um tom de ilegalidade, cuja saída sugerida era invisibilizar a si por meio da assimilação de uma categoria ampla: *autônoma*.

A categoria *autônoma*, assim como *do lar*, que muitas vezes usam para responder formulários em lojas ou nos próprios formulários de órgãos governamentais, ou nas certidões de casamento às quais tive acesso, depõe contra a visibilidade destas mulheres como pescadoras, pois, ao assim se autodenominar, desaparecem como pescadoras que, de fato, são. Como pôde ser visto nos dados etnográficos e em suas narrativas autobiográficas são pescadoras que, além de agregar valor aos produtos e de fazer parte da linha de produção necessária para que o setor pesqueiro funcione e seja visível, muitas embarcam. Ou seja, atuam diretamente na captura de peixe, camarão, siri. É preciso, pois, repensar a definição de pesca como uma atividade genérica, e de pescador para além de um substantivo masculino.

A denominação *autônoma* esconde a visibilidade de mulheres que atuam/vivem/são na/da pesca, mas não se enquadram nos preceitos do INSS como pescadoras não havendo, portanto, como constitui provas centrais frente ao INSS. Encontrei em campo mulheres que não vivem mais com suas famílias de origem, sendo que algumas não são legalmente casadas. Outras são casadas com homens que não são pescadores. São elas as que pescam.

O exemplo mais forte de anonimato com que me deparei diz respeito à pescadora que escolhi para acompanhar mais de perto. Em uma das tardes em que ficamos sozinhas depois de organizar os materiais usados durante a manhã na pescaria e limpar as louças utilizadas no almoço, nos sentamos cada qual em um canto da cozinha. Após conversávamos e eu escutá-la contar novamente sobre sua vida na ilha em que viveu por mais de vinte anos, a mesma, por sua iniciativa, me trouxe alguns documentos pessoais para me mostrar, aí incluindo carteira de pescadora, certidão de nascimento e de casamento.

Ao olhar sua certidão de nascimento, descobri a inscrição: *pai desconhecido*. Surpreendida, lhe perguntei o que significava aquilo, pois sabia que ela tinha vivido com sua família, aí incluindo pai e mãe. Trata-se de uma das pescadoras já apresentada no capítulo III, sendo o seguinte trecho de seu relato na ocasião:

Eu fui com quatro anos para a ilha dos Remédios.
Faz seis anos que estou aqui nessa casa direto.

Vivi na ilha 24 anos [...] A Patrícia era bebê, os dois outros eram meninos. Quem sabe a tia adotou eu por eu ser menina! Ela ficou comigo. Precisava colocar na escola. Como colocar sem registro? Tinha que registrar. Então me registrou lá mesmo em Curitiba. Eu sou filha de Luiza Castanho Correia e de Jetel Mendes, mas no registro de nascimento está o nome de minha tia, Eulália Mendes, como minha mãe, porque ela me registrou. Não botou nem o nome do marido dela. Só o nome dela mesmo. Daí ficou assim: o nome dela como mãe e sem pai (Neneca).

Ao registrá-la somente como sua filha, a tia apagou qualquer traço de seu passado em relação à maternidade e à paternidade de seus pais pescadores. Entendo que este exemplo é esclarecedor, e ao mesmo tempo estarrecedor, sobre o que o INSS define como constituir *provas* e o quanto uma trajetória pode ser invisibilizada pelos imponderáveis que vão se sucedendo no seu percurso. Ainda chocada com o que via. Ou melhor, com o que não via, pois se tratava de um documento que constituiria uma *prova* em um futuro processo de aposentadoria, recorri à sua certidão de casamento e, mais uma vez, não acreditei com o que meus olhos se depararam. No espaço, após o tópico profissão, incrédula; li: *Do lar*. Como? Perguntei-lhe. Ao que me respondeu: *Falta de esclarecimento Rose. Se eu soubesse naquela época o que estás me chamando atenção hoje com a tua pesquisa, eu teria colocado: pescadora*. Dito isso, a seguir, me pediu: *Será que amanhã vais comigo no INSS? Eu queria pedir esclarecimento sobre a aposentadoria*.

Assim, no dia seguinte, fomos juntas à agência do referido Instituto, localizada em município próximo, pois a mesma queria solicitar algumas orientações e tirar dúvidas tendo em vista que, a partir dos registros de seus documentos, percebeu que era a mais anônima entre as anônimas. Ao chegar ao prédio em que se localizava o INSS, fomos informadas que tínhamos que subir em um elevador para o andar do referido Instituto. Ela, rindo, comentou enquanto esperávamos o elevador chegar: *Ih Rose, agora sou eu. A dificuldade que tens no barco, eu tenho aqui*. Como assim? Perguntei, sendo que sua resposta nos fez rir muito juntas:

No barco eu fico em pé brincando, mas subir em elevador, minha nossa! Dá uma aflição. Lembra que eu te contei que, quando fomos morar em

Barra do Sul, quando saímos da ilha, nós, eu, a minha irmã, demoramos muito para andar em linha reta. Lembras? Tu achas graça é? Te conto mais: sabes que nós, eu, a Patrícia, os meus irmãos, quando a gente saiu da ilha e foi morar em Barra do Sul, a gente tinha dificuldade para andar em linha reta? É verdade. Pois lá na ilha a gente nunca andava em linha reta. Já visse uma ilha ter linha reta? Era só correndo na areia, pulando pedra, andando em caminhos de subidas e descidas. Quando chegamos em Barra do Sul foi um trabalho, a gente andava e sentia que ia mais para um lado. Tinha que treinar mesmo as pernas. Firmar. Isso para ir aprendendo e conseguir andar em linha reta como as pessoas dali (Neneca).

Neneca apontava questões interessantes sobre diferenças alusivas a *hexis* corporal em que eu tinha dificuldades nas embarcações. Ela, por sua vez, em espaços como elevadores. Neste ínterim, o elevador chegou ao andar que o segurança havia nos indicado. O prédio tinha cerca de quatro andares. Feito de concreto, pintado de branco com janelas de alumínio. Asséptico, sem nenhum sinal de sujeira ou lixo em local fora do lugar. Ao invés de nos sentirmos aconchegadas, a frieza imposta pela perfeição quadrada da arquitetura do prédio branco nos colocava em posição de atenção e expectativa. Neneca pediu-me que solicitasse à recepcionista como poderia tirar dúvidas, o que fiz.

Ao explicar à recepcionista que se tratava de uma pescadora que gostaria de ter alguns esclarecimentos sobre o processo de aposentadoria, a mesma, não sabendo onde encaixá-la, me disse: *Ah, vou te dar um m (de mesa) e quando o técnico chamar, vocês perguntam o que querem.* A espera se mostrou angustiante. Éramos cerca de quinze pessoas aguardando em uma sala de espera que estava separada da sala de atendimento por uma porta de vidro. Sentei em uma cadeira entre outras que estavam disponibilizadas em fila, uma atrás da outra, à esquerda de quem chegava; a recepcionista estava à direita em uma mesa/balcão específica sobre a qual ficava o compartimento de onde tirava as senhas. Mostrava-se séria, com expressão fechada.

Algumas pessoas que chegavam, pediam informações e demonstravam dificuldades de entendimento em um primeiro momento, ao que a recepcionista explicava. Recebiam novamente a informação, porém em um tom de voz mais alterado, seguido da pergunta: *eu já não lhe expliquei?* Para, a seguir, continuar: *Bem, como eu já lhe disse mais*

de uma vez. A expressão das pessoas, simples e encolhidas frente à recepção nada calorosa, denotava que ainda não tinham entendido o que a recepcionista explicava, mas ficava por isso. Não se atreviam a fazer qualquer outra pergunta. Apenas quando chegou à sala outra técnica do INSS, ela sorriu e brincou com a mesma sobre algum assunto que apenas as duas sabiam do que se tratava.

Neneca não quis sentar. Ficou apoiada, em pé, em uma parede e constantemente me olhava com uma aflição nos olhos que também foi me afligindo enquanto esperávamos. Esperamos; esperamos. Mentalmente, eu pedia: que sejam bem atendidas. Eu também estava sobre como seria o atendimento. A própria espera e a observação sobre como as pessoas eram tratadas me impressionava. Tratava-se de pessoas, aparentemente, simples, que demonstravam dificuldades e não conseguiam entender os trâmites burocráticos que para os técnicos eram muito claros.

Após sermos chamadas e atendidas, conforme já relatado na epígrafe deste capítulo, saímos, eu, possessa de raiva e Neneca, muito mais tranqüila por saber que, sendo *mulher de pescador*, teria assegurada sua aposentadoria. O detalhe é que foi ela que, sendo pescadora, filha de pescador e de mãe, também pescadora, quem o ensinou a pescar quando se conheceram.

A trajetória desta pescadora é conhecida e reconhecida por toda a comunidade em que vive: Neneca, a pescadora? Neneca, a que viveu na ilha? Conheço sim! Como Neneca não conseguiu ficar muito tempo em Curitiba com sua mãe adotiva, retornando à convivência de sua família de origem pouco tempo depois de ter sido registrada pela tia, ela passou a pescar aos oito anos de idade, conforme ela própria já nos narrou. Ou seja, é uma vida inteira vivida na/da pesca e que não consegue ser visibilizada. Por um lado, devido aos imponderáveis em sua trajetória pessoal, como já demonstrado e, por outro, pelo (não)enquadramento em sistemas que lhe dizem que, embora tente provar, não é.

A seguir, outros exemplos desta invisibilidade das pescadoras, cujas falas remetem ao despreparo para atendê-las e ao desconhecimento sobre suas existências.

Hoje já melhorou um pouco. A gente paga certinho a Colônia. Todo ano. Um dia fui na Colônia e briguei com o pessoal de Florianópolis que veio aqui. Quando eu disse que queria fazer os documentos, o homem falou: isso não é trabalho, é um artesanato. Daí eu disse: é trabalho

sim. Vem aqui que eu vou pegar duas caixas de camarão. Só duas. Pra tu descascar. Depois tu me diz se é ou não é trabalho. A mulher não queria me dar a folha para preencher. Puxei de um lado, ela do outro. Cada uma ficou com um pedaço na mão. Eles me diziam que não iam me dar a folha. Eu teimei e disse: vão sim! Senão eu não saio daqui. Eu trabalho na pesca. Tenho o direito. Não saio daqui sem essa folha. Aí eles me deram. Coisa pra rir depois, mas vê se não mudou a regra do Defeso? Eles viram que tinha algo errado. Mudou. Não é trabalho? Hoje chegamos às seis e meia da manhã. Vai até umas três da tarde. Tem dias que vai até às nove da noite. Na verdade isso não tem hora. É dependendo do camarão: se tem ou não (Marisete, 48 anos, Barra do Sul).

O homem que trabalhava lá na colônia na época que fui procurar os meus direitos, me disse, para mim e para as outras que estavam junto: lugar de mulher é pilotando fogão, não é dentro de barco. Ele falou bem isso. Vás ouvir de outras por aí. Algumas insistiram em buscar os direitos. Eu desisti porque sei mesmo que vou trabalhar até não poder mais. Dói? Dói! Mas é assim a vida: sou analfabeta, não entendo nada, mas sou feliz. Não sou triste não. Eles olham a gente e não nos vêem como gente. Eu desisti. Eu existo e trabalho mesmo eles não querendo ver os meus direitos (Fernanda, 60 anos, Barra do Sul).

Na primeira vez fui. Daí, eu, com a necessidade de trabalhar fora, tinha uma carteira profissional assinado lá três ou quatro meses em um ano entende. Fui no INSS e elas me disseram [...] que não faziam a minha aposentadoria, que eu não provava que era mulher de pescador. Eu falei: eu sou esposa de pescador, tenho sete filhos com meu marido, vivemos da pesca. Eu vou procurar os meus direitos. Depois de uns meses voltei lá. Fiquei duas horas sentada em uma cadeira para fazer uma entrevista: qual era o meu barco; qual era a minha rede; que tipo de peixe; sei que foram duas horas. No fim, eu fiquei esgotada e comecei a chorar. Duas horas fazendo pergunta. De vez em

quando baixava lá no computador e perguntava isso, perguntava aquilo. Passar por toda essa dificuldade para fazer uma aposentadoria de quatrocentos e cinquenta reais, porque antes era menos ainda. Isso é uma vergonha. Vocês e o governo deviam ter vergonha, eu disse, porque eu estou me humilhando. Tudo ia digitando. Ela disse: fique tranqüila que a senhora está aposentada. Eu me senti a mulher mais feliz do mundo naquele momento (Judith).

Para melhor entender os trâmites necessários para a aposentadoria, conversei com algumas secretárias das colônias de pescadores, pois percebi que são elas que detêm o conhecimento a este respeito tendo em vista que se encarregam de todos os processos. Suas falas confirmaram as narrativas das pescadoras sobre as dificuldades que algumas enfrentam quando recorrem ao INSS. Segundo uma das secretárias, *tudo depende de quem a gente pega para atender²⁵² porque a burocracia define, mas quem faz é o técnico do INSS. Alguns atendem melhor, escutam, mas a maioria não sabe, não foi preparado para lidar com a pesca* (secretária).

Ao se reportarem aos processos burocráticos as pescadoras demonstravam saber e ter noção de que o poder pelas decisões que lhes afetavam, vinham de níveis mais altos na hierarquia burocrática e, portanto, de locais mais longes. Ao me responderem sobre suas trajetórias de vida, dificuldades, dores, momentos que denominavam de tristeza ou humilhação, aproveitavam para solicitar o envio do que denominaram *recado para as autoridades, para a Dilma²⁵³*, conforme pode ser visualizado a seguir:

Hoje, eu digo pra ti: eu sou feliz! Eu olho pra mim, para eles e digo: Nós somos vencedores! O mundo não nos destruiu. Há 39 anos começamos eu e ele, hoje somos vinte e oito. Entende? Hoje eu olho e digo: vencemos! O que eu posso fazer por eles eu vou fazendo, abracei a casa da mulher casada, da mulher trabalhadora, da mulher

²⁵² Como acompanhei reuniões do INSS em diferentes regiões do Estado, foi possível observar diferentes posturas. Por exemplo, no litoral Norte a equipe de técnicas esclareceu sobre os quatro meses aos quais as pescadoras têm o direito de trabalhar no ano fora da pesca, sem perder o seu direito de segurada especial. Ou seja, como diziam as pescadoras e as secretárias das colônias, o destino das mesmas depende do técnico e de seu preparo.

²⁵³ Dilma Rousseff, presidenta do Brasil.

guerreira. Eu digo que o governo. Na verdade, a Dilma devia. Eu digo pra ti Dilma: devias olhar para as mulheres pescadoras porque aqueles 540 reais é muito pouco. Podias fazer um pouco mais pela classe pescadora, porque a gente escuta na televisão que ela vai ajudar a mulher da pesca. Que Deus abençoe! Que ela possa ter muita luz no coração dela, mas que faça logo porque muita mulher vai morrer, como já estão morrendo, sem ter o reconhecimento (Judith, Balneário Camboriu).

Que faça uma lei digna da mulher porque sabe que a mulher é mais fraca do que o homem, sabe que é mais difícil ela chegar pra dar um tapa no homem. Ela não quer fazer isso. Têm muitas que nem trabalham mais porque não tem nem mais condições de trabalhar. Se ela pudesse ainda receber o seguro desemprego ainda seria feliz, mesmo que fosse no final da vida dela (Rosinha, Balneário Camboriu).

O Ministério da Pesca tem que dar uma ajeitada, apoiar quem é pescador mesmo e dar a licença para o pescador pescar legalizado e não como um bandido (Marizete, Barra do Sul).

O pessoal da pesca; seja do Ministério, da Epagri, do Governo tem que fazer isso que estás fazendo. O que estás fazendo? Ouvindo nós. É isso que precisa antes de criar leis, normas, sem conhecer o pescador e a pesca. É isso: diz lá pra eles. Se eles querem ouvir a gente, é claro! (Adriana, Itapoá).

Como foi possível depreender neste tópico, a burocracia apareceu durante a pesquisa como uma grande agente que define como as pessoas devem a ela se submeter, limitando possibilidades e determinando enquadramentos. Como uma forma leviana e artilosa, ela respalda a ação de alguns burocratas que exercem *posições de poder* que, se por um lado não levam em conta as consequências de suas decisões, decretos, atitudes nas vidas a serem afetadas, por outro não medem esforços para mostrar o quanto podem interferir, desestabilizar, alterar rumos de vidas em meio aos possíveis meandros dos poderes que, em nome da burocracia, detém.

Em sendo o sistema, conforme informou um dos técnicos do INSS, o detentor do poder de decidir quem se enquadra ou não se enquadra dentro das prerrogativas ali definidas, ele não deixa dúvidas haja vista ter sido criado para definir o destino de aposentadoria de uma pessoa. *Ele é transparente*. Não há espaço para dúvidas, alegavam os representantes do referido Instituto. No entanto, e ironicamente, sendo transparente, ele não permite visibilidade para quem não se enquadra: as pescadoras. Como constituir provas se o reconhecimento deste sujeito, mulher pescadora, por si só não existe? Se os órgãos públicos – e aqui pincei o INSS pelo papel central que tem em relação ao processo de aposentadoria dos trabalhadores brasileiros. Porém é central também o Ministério da Pesca - entendem o trabalho destas mulheres como *ilegal*, ou como não existente, até quando continuarão invisíveis, diluídas na categoria *autônoma*, ou *do lar*? Não haveria para estas mulheres mais que um devir pescadora?

7.5 UMA LINHAGEM DE GUERREIRAS: MULHERES DE VALENTIA

Encontrei mulheres que embarcam no litoral de Santa Catarina, no trecho que compreende entre Laguna, região Sul, e Itapoá, extremo Norte, localização esta que pode ser conferida na imagem disponibilizada na introdução, sendo que algumas embarcavam de forma contínua e outras são as que eu estou denominando de pescadoras *stand by*. Ou seja, não embarcavam seguidamente, ou porque ficaram doentes ou porque o casal decidiu que ela seria poupada devido ao esforço físico e ao frio, ou porque estavam, temporariamente, sendo as cuidadoras de pessoas doentes da família ou da vizinhança. Ou porque tinham filhos pequenos. Mas, estavam sempre prontas para embarcar. Por algum motivo, naquele momento, elas não estavam na pesca, mas são pescadoras, acionadas à medida que se tornava necessário para que a atividade pesqueira continuasse sendo exercida. Trata-se de um acionamento automático que se dá, sem que seja necessária uma negociação ou um aviso prévio, pois na maioria das vezes, este acionamento ocorria de um dia para outro; ou no próprio dia. Algumas me contaram a este respeito:

Eu diminuí um pouco de embarcar porque peguei uma doença no pulmão por causa de muita friagem lá fora. E agora esse inverno está muito frio. Tem também os filhos que estão pequenos.

Eu fico mais com eles com esse frio. Mas sempre que falha o camarada de meu marido, ele me chama e então eu embarco. Ele chega e me diz: nega, o camarada falhou. Vamos? Aí eu digo: vamos! (Néia, Barra do Sul).

A gente decidiu que ela ia ficar mais em terra, no camarão, porque é muito esforço a pesca do camarão. Mas sempre que precisa, ela está pronta, não tem tempo ruim. Os camaradas falham. Ela, nunca. Está sempre pronta se eu precisar. Amanhã mesmo ela vai comigo. O camarada falhou. (João, marido de Teresinha, Barra do Sul).

É sempre assim. Nem precisa avisar antes. É de um dia para o outro. Às vezes de uma noite para o dia seguinte. Ele chega e diz: o camarada falhou. Vamos comigo amanhã? Que esse amanhã não é amanhã; é de madrugada. Claro que vou! (Teresinha, Barra do Sul).

As pescadoras *stand by* são mulheres que, após trabalharem seguidamente nos processos de embarque, se encontravam afastadas por motivos distintos e, embora algumas dissessem que se dedicam ao trabalho em terra, sempre que requisitadas, estavam prontas para o embarque imediato. Inclusive dona Rosinha, com 62 anos e que cedeu sua vaga para o filho que recém tinha retornado à casa dos pais. Ao ser questionada sobre este aspecto, respondeu-me que embarcaria imediatamente se o marido ficasse sem o filho como camarada.

Se ele precisar de novo, estou pronta. Embarquei vinte anos com ele e começou assim. Um dia ele estava desanimado e falou: como é que vou fazer sem camarada? Como é que vou pescar? Se tu soubesse pescar tu ia comigo de camarada. Daí eu falei: mas não tem nada nessa vida que a gente não aprenda. Então ele disse: mas será que não vais marear? Eu respondi: se marear a gente vê o que faz. Mas nunca enjoei. Fui e não parei mais. Vinte anos fiquei com ele direto, todo santo dia, até que o filho voltou e vim para o trabalho em terra. Mas se precisar, eu vou (Dona Rosinha, 62 anos, Balneário Camboriu).

As pescadoras que embarcam são respeitadas e admiradas em suas comunidades como *mulheres de coragem* tendo em vista a relação direta com o mar. As próprias mulheres que trabalham na pesca, mas em terra, demonstravam abertamente sua admiração.

Isso sim é coragem. Sair, ir para o mar, pescar, enfrentar qualquer tempo. Eu também sou pescadora, trabalho na pesca descascando camarão desde pequena, mas aqui ó, pé firme, no chão. Deus me livre sair como ela que sai para o mar. É preciso muita coragem. E isso ela tem. Essa pode dizer que tem. Eu admiro demais a força dela, a coragem. Vai, não tem medo de nada (Dona Vilma, Canto dos Ganchos, sobre dona Naca).

É preciso ter coragem para sair e não saber o que vai encontrar. O tempo muda a qualquer momento. Às vezes sai daqui com o tempo, uma maravilha; chega lá fora, muda tudo. E naqueles barquinhos pequenos. Eu não teria essa coragem mesmo. São mulheres especiais, com outra força. A dona Rosinha passava aqui direto, todo dia. Não tem medo de nada (Viviane, Barra, sobre dona Rosinha).

Elas próprias se autodenominavam com o que consideram esta qualidade necessária para trabalhar no mar, mas isso não quer dizer que não tenham medo lá fora. Mas há, por outro lado, a necessidade de continuar pescando. Aqui o antônimo de coragem não é, necessariamente medo, mas uma postura que denominavam de *respeito pelo mar*. Segundo elas não se pode demonstrar *medo porque o mar sabe quem tem medo. Pelo mar a gente tem respeito*. Tal aspecto era considerado de forma extremamente séria, quando buscavam explicar a causa de morte no mar: *o meu irmão morreu na água. Tinha medo. E o mar sabia. Ele morreu dia três; no dia oito ia fazer dezesseis anos* (Néia).

As pescadoras atribuem às suas próprias trajetórias de vida o motivo por ser hoje como e quem são. Mulheres que trabalham de forma contínua e que, mesmo quando grávidas permaneciam *pescando até o último minuto*, conforme suas palavras: *só parei quando a barriga não*

dava mais (Neneca); *pesquei até o barrigão não deixar mais* (Néia); *Ih! Ia até quase ganhar os filhos no bote* (Naca)²⁵⁴.

Neneca, uma de minhas interlocutoras centrais, resumiu o que implica ser pescadora definindo-as como tendo *uma valentia* o que, de certa forma, embora por outro ângulo, foi trabalhado por Claudia Fonseca, 2004²⁵⁵, quando discorreu sobre a vida de mulheres de classes populares de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e que denominou de “mulheres valentes”. Vejamos as palavras de Neneca:

O que estou te falando. Não sei se é certo dizer isso: estou falando do íntimo, do meu ser. Não é algo que eu falaria para um jornalista em uma entrevista rápida. O que vou te falar agora não é para tu gravar, para tu escrever. É para tu lembrar. E na hora certa, tu vais lembrar. Pode ver: em cada uma das mulheres pescadoras, se tu fores olhar lá atrás, na mocidade, na infância, tem uma história de luta, de sofrimento. Tem, em nós, uma valentia. Não é? Uma forma de enfrentar a vida, de ser guerreira, que a gente aprendeu com o mar. E ele não amedrontou. Ele ensinou. Pode ver cada uma de nós. E isso que eu conheci uma. Imagina tu, conhecendo a história de cada uma de nós (Neneca, Barra do Sul).

Todo o tempo Neneca me chamava a ser uma interlocutora de seus próprios questionamentos e das reflexões que ia fazendo à medida que conversávamos e que a pesquisa avançava. Ao invés de me preocupar em gravar ou anotar²⁵⁶, Neneca me chamava atenção sobre o

²⁵⁴ Perguntei também sobre o aspecto da menstruação sendo que me contaram que não param durante este período, mas que sentem muitas dores na região abdominal e lombar, o que faz com que, ao chegar do mar, como presenciei, tomem um banho quente e se deitem, se aquietando por algumas horas, diferente dos demais dias que, chegam, organizam tudo e continuam em outros afazeres.

²⁵⁵ Fonseca (2004[2000]), ao discorrer sobre a vida e a família de mulheres de classes populares de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, deu a um dos capítulos o título *Mulheres Valentes*. De certa forma, o sentido é distinto do abordado pelas mulheres com as quais trabalhei. Em Fonseca, a denominação *Mulheres Valentes* diz respeito às histórias relatadas por mulheres sobre suas reações à infidelidade conjugal do marido (p.113). A autora traz a história de três mulheres que *trabalham para sustentar suas famílias* (p.114) se referindo à valentia feminina no enfrentamento da infidelidade masculina (p.129). O ponto em comum seria a agência delas em relação à vida.

²⁵⁶ O que remete a Malinowski, quando afirmava: “recomenda-se ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo” (MALINOWSKI, 1978[1922], p.35).

que diz respeito a deixar-me afetar, me fazendo lembrar Favret-Saada (2005). No momento certo eu saberia acionar a memória sobre o que me fora dito e vivido.

Neneca, ao mesmo tempo em que se auto-definia e definia as demais pescadoras como pertencentes a uma linhagem de mulheres em que haveria uma valentia, atribuía esta valentia ao aprendizado que foi sendo construído com/no mar. Segundo ela, o mar, ao contrário de amedrontá-las, foi um mestre com o qual aprenderam a coragem com que lidam, não somente com ele, mas especialmente com a vida, com suas adversidades e dificuldades; seus momentos de tristeza, miséria ou perdas; alegrias e superações que fazem parte de suas trajetórias. Trajetórias estas pelas quais se pautam e duram no tempo, conforme preconiza Bachelard (1994), como *mulheres de valentia*, e que, de acordo com dona Naca, poderia ser definido como *pescadoras de verdade, que não só falam ou tem carteirinha de pesca, mas que são mesmo pescadoras*.

Neneca, ao falar sobre Mãezinha, uma pescadora de São Francisco do Sul que lhe apresentei quando voltamos de uma ida ao INSS naquele município, fala sobre as pescadoras. E, portanto, sobre si própria. O mote de sua fala se deu quando, ao chegarmos à casa de Mãezinha, a mesma estava voltando da residência de uma vizinha, onde estava estacionada uma ambulância. Esta vizinha tinha fincado um osso de bagre na mão quando o limpava, o que se diz ser extremamente doloroso, mas que tem que ser imediatamente retirado devido a uma espécie de muco que pode desencadear sérias complicações. Mãezinha nos contou o ocorrido quando se aproximou com sua forma ágil de andar e falar em voz alta:

Meu Deus do céu! A Maria enfiou um osso de bagre na mão. Vieram correndo me chamar. Cheguei lá e disse para a filha dela: chama a ambulância! Enquanto isso eu olhei para ela e disse: tu vais me odiar, mas eu tenho que tirar isso senão tu vais sofrer muito mais tarde. E puxei aquilo. Tinha que fazer. Fiz e pronto. É assim, não pode vacilar. Tem que fazer? Tem. Então fui lá e fiz. Ela deu um grito que minha nossa! Mas eu não podia ter pena. Agora a ambulância está lá fazendo um curativo. Mas uma certeza ela tem: não vai ter perigo nenhum de inflamar (Mãezinha, São Francisco do Sul).

Quando nos detemos nas palavras de Mãezinha podemos apreender, por um lado, o quanto estas mulheres são reconhecidas em suas comunidades como pescadoras que detêm o conhecimento em questões alusivas ao mar e à pesca. Primeiro, foram chamá-la quando poderiam fazê-lo com outros pescadores da mesma rua. Segundo, mesmo avisando a vizinha que seria um procedimento extremamente doloroso, esta confia a ponto de deixá-la fazê-lo quando poderia esperar pelo aparato médico que já estava a caminho. Por outro lado, emerge a valentia a qual se referia Neneca: tinha que fazer! Mãezinha foi lá e fez sem titubear a partir do aprendizado que, conforme postulava Neneca, se deu com o mar.

Ao verbalizar admiração por Mãezinha, que Neneca conheceu, se refere às demais pescadoras que sabia agora existirem, pois as viu por meio de fotos que eu levava comigo para que umas soubessem da existência das outras, como já dito anteriormente. Ao mesmo tempo em que falava da valentia que é própria desta *linhagem de guerreiras*, Neneca justificava o motivo/agente que lhes permitiu serem como são: o mar.

Por outro lado, elas, ao serem ótimas pescadoras, seriam péssimas donas de casa em que apenas fariam de conta, o que Neneca definia como sendo um *disfarce*.

Com a tua pesquisa tu estás ajudando essa linhagem de mulheres, nós, pescadoras, a tirar um pouco, se tiver, de um peso de que falta algo por fazer, de não ser uma dona de casa tão boa, coisas que a mãe, uma tia ensinou, como manter tudo limpo, uma tolha de louça bem branquinha. Com nós, pescadoras não têm isso porque nós escolhemos o mar. É nossa paixão. Não falando agora na questão de ter que fazer por dinheiro, para ganhar a vida. Mas pela paixão, pelo fascínio. É a nossa escolha. Não que não goste de uma casa arrumada, mas a gente escolhe o mar. A vida do mar, de pescadora. E com esse teu trabalho, tu vens e mostra uma para as outras. E a gente vai vendo, vai conhecendo, vai ficando com vontade de ir lá conhecer aquela que nos toca. Mas também vê: não sou só eu. Têm outras. E isso dá uma força. Já pensasse nisso: no trabalho que estás fazendo. Com nós? Já pensasse nisso Rose? Na verdade, tu descobres isso agora e mostras que nós somos só um disfarce de dona de casa.

Neneca se refere, a meu ver, à etnografia como uma forma de contribuir para que as mesmas tirem um pouco da culpa, *se tiver*, de não cumprir com o que os preceitos de gênero, hierarquicamente definidos, lhes exigem em terra. Neneca estava me dizendo que, ao apresentar uma à outra por meio das imagens que eu ia produzindo, eu estava, de certa forma, lhes mostrando o quanto seus cotidianos são agitados, intensos, centralizados no, e a partir do mar e da pesca. E, ao ver outras pescadoras, que ela nem imaginava existir, isso lhe dava força, pois ela percebia que faz parte de uma linhagem que até então não conhecia o que, de certa forma, diz respeito à visibilidade, pois, ao se dar conta de si própria por meio das imagens de outras, ela vê e conclui: *não sou só eu*.

As mulheres com as quais convivi entraram na pesca e não conseguem se imaginar sem continuar nesta vida, mesmo quando ocorre de passarem pela difícil e irrevogável perda de seus homens. No entanto, nem sempre a mulher pescadora é aquela nascida em família de pescadores, como encontrei. Neste sentido, é preciso desqualificar o parentesco como pré-requisito para os processos de aposentadoria em que *ser mulher de pescador* é considerado sinônimo de profissão para que as pescadoras venham a ser reconhecidas como um sujeito de direito. Por elas próprias.

Se considerarmos a visibilidade como o conhecimento que as comunidades têm sobre as mulheres que trabalham nas pescas (SEMPERE E SOUSA, 2008, p. 74)²⁵⁷, podemos dizer que oscila entre a visibilidade mais expansiva que as mulheres que embarcam desfrutam tendo em vista o viés de gênero que tradicionalmente pauta esta atividade como sendo feita por homens. Elas teriam, portanto, um prestígio que as que atuam em atividades feitas em terra²⁵⁸ não têm. No

²⁵⁷ As autoras consideram uma distinção teórica entre visibilidade dupla (profissional e social) e visibilidade simples (social). As pescadoras que vão para o mar estariam dentro da social enquanto que as demais profissionais concentrariam uma invisibilidade de forma dupla. As pescadoras em terra teriam uma visibilidade menor do que as que embarcam, porém ainda seria um pouco maior do que as esposas colaboradoras, no caso as menos visíveis entre as invisíveis.

²⁵⁸ O fato de muitas mulheres trabalharem em terra, com grande destaque para os processos de beneficiamento, faz com que elas próprias tenham dificuldade em se assumir como profissionais que detém saberes e conhecimentos profundos e qualificados naquilo que fazem. Por outro lado, há pescadores que preferem e só colocam suas redes para serem consertadas nas mãos de algumas mulheres conhecidas e reconhecidas em suas comunidades como as melhores e mais habilidosas a fazerem aquele tido de atividade, sem a qual os apetrechos de pesca não têm condições de voltarem a ser usados, implicando em tempo e economia para a atividade pesqueira.

entanto, ainda é muito forte reconhecer oficialmente as mulheres como pescadoras, mais em relação ao seu estatuto de casadas com pescador do que como profissionais que efetivamente são. É inegável que se avançou em termos de se garantir o registro de mulheres nas colônias de pesca a partir do que passaram a acessar o direito ao seguro desemprego e à aposentadoria. Porém, há muito ainda a ser feito no intuito de reconhecê-las como profissionais, independente de serem filhas ou esposas de pescadores.

Inspirando-me em Nancy Fraser, 2007, eu afirmaria que é preciso mais do que uma quebra da invisibilidade via um princípio de reconhecimento tímido que ora avança, outras retrocede ou fica estagnado. Ao se propor a pensar como se poderá revigorar a teoria e a prática da igualdade de gênero sob as condições atuais, Fraser (2007) deseja apontar o que deveria ser descartado ou preservado para as lutas que virão. Ao discutir a questão dos direitos das mulheres, a autora enfatiza que a representação não é apenas uma questão de assegurar voz política igual a mulheres em comunidades políticas já constituídas. É necessário reenquadrar as disputas sobre justiça que não podem ser propriamente contidas nos regimes estabelecidos. Em contestando o mau enquadramento, o feminismo transnacional estaria reconfigurando a justiça de gênero como um problema que Fraser (2007) denomina de tridimensional. Ou seja, composto por uma tríade a ser pensada de forma conjunta e que implica em redistribuição, reconhecimento e representação (FRASER, 2007, p. 305).

Em outra obra, a proposta de Fraser já apontava para o sentido de buscar um equilíbrio que alie tanto a questão do reconhecimento quanto da redistribuição e da representação, sendo que as situações devem ser analisadas dentro do contexto em que estão inseridas.

Nos casos em que o não reconhecimento envolve a negação da humanidade comum de alguns participantes, o remédio é o reconhecimento universalista; assim, a primeira e mais fundamental compensação para o *apartheid* sul-africano foi a cidadania universal “não-racializada”. Ao contrário, quando o não reconhecimento envolve a negação daquilo que é distintivo de alguns participantes, o remédio pode ser o reconhecimento da especificidade (FRASER, 2001, p. 120).

A autora defende que é possível aproximar ética e justiça, justiça e *boa vida*, perspectiva tanto de Charles Taylor quanto de Axel Honneth, lembra Fraser. Para ela, há uma questão central que precisa ser olhada de frente, de forma rápida e livre de dicotomias desnecessárias.

Se falharmos em formular essa questão, se nos agarrarmos, ao invés, a falsas antíteses e dicotomias enganadoras, perderemos a chance de vislumbrar arranjos sociais que possam compensar injustiças econômicas e culturais. Apenas olhando para abordagens integrativas que unem redistribuição e reconhecimento, nós podemos alcançar as exigências da justiça para todos (FRASER, 2001, p.137).

Se os argumentos de Fraser (2001; 2007) se fazem bons para pensar, eu diria que quando o não reconhecimento envolver a negação da humanidade comum das pescadoras, o acionamento de um reconhecimento universalista visibilizado em uma expressão generalizada como *mulheres do campo* pode ser acionado. No entanto, quando o não reconhecimento envolver a negação do que lhes é distintivo - ser pescadora - minha proposta corrobora com Fraser (2001): que se reconheça a especificidade.

7.6 ENREDAMENTOS DE UMA REDE FEITICEIRA

Entre todas as redes, uma das consideradas mais perversas, tendo em vista que dela nada escapa, é a rede feiticeira. No formato cônico de um funil, ela arrasta tudo nos fundos por onde passa. Nela, o que entra, não consegue sair. Dela, nada foge. Por um lado, me inspiro nesta rede,

que tudo o que pode, captura. Por outro, me alio aos pressupostos de Foucault (2009), segundo o qual a vigilância é uma função definidora dos processos reguladores e de controle, “uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2009, p. 169).

A partir de ambos considero que se faz possível falar de enredamentos de controle e vigilância vinculados aos processos de cadastramento e recadastramento de todos os trabalhadores brasileiros visando à futura aposentadoria. Falo do que considero os enredamentos das classificações trabalhistas que compõe os enquadramentos pelos quais se pauta o INSS, entendendo que esta discussão se faz central quando nos propomos a tentar entender algumas das implicações que perpassam a busca por reconhecimento das mulheres como profissionais da pesca. Portanto, como pescadoras.

Desta forma, este capítulo teve início com uma discussão que diz respeito à circularidade de conhecimentos, mas caminhou no que diz respeito à construção destas mulheres como sujeitos. Para tanto, considerei suas narrativas e as pistas que os dados de campo apontaram sobre seus modos de (a)sujeitamentos, que dizem respeito ao que Maluf (2009;2012) discutiu como sendo “modos e regimes de subjetivação no contemporâneo, pensando o sujeito não apenas como *objeto* da análise antropológica, mas como *categoria analítica* e paradigma para uma abordagem antropológica do contemporâneo” (MALUF, 2012, p.2)²⁵⁹.

²⁵⁹ Com a intenção de exercitar o que eu definiria como a busca de um diálogo próximo, com autores do próprio PPGAS/UFSC, minha interlocutora central é Maluf (2009; 2012) entendendo que a autora traz contribuições instigantes para pensarmos sobre o que ela propõe como uma ‘antropologia do sujeito’ a partir de onde visualizo o exercício, entre as muitas formas de antropologias (MENEZES BASTOS, 2010), de uma antropologia *conseqüente* (CALÁVIA SAEZ, 2009). Não só uma antropologia dos sujeitos – a partir dos embates em campo e voltados ao campo, mas também uma antropologia com os sujeitos – antropólogos – com os quais aprendemos a produzir e a nos construir como antropólogos. Pinço o que Maluf (2012) propõe quando fala sobre uma antropologia do sujeito: “O enunciado ‘por uma antropologia’ sinaliza que não existe uma antropologia do sujeito; e a locução ‘do sujeito’ sinaliza que existe ‘o sujeito’. O desenrolar do meu argumento vai, senão inverter os sinais, atenuar um tanto o que pode ser lido como uma assertiva. Inicialmente porque, como eu vou discutir adiante, o sujeito está presente, mesmo que na maior parte das vezes de forma espectral, em diversos estudos antropológicos contemporâneos. Em segundo lugar, porque, para grande parte das teorias sociais críticas contemporâneas, por exemplo, no campo do feminismo e dos estudos pós-coloniais, em seu diálogo com teorias do sujeito como as psicanalíticas, foucaultianas e as da filosofia da diferença, entre outras, ‘o sujeito’ enquanto ente unificado, substantivo, prévio à experiência, o sujeito da razão, representado na teoria antropológica clássica pela figura do ‘indivíduo moderno’ seria uma ficção. Cabe explicitar que o que estou tomando como *sujeito* não se reduz à abordagem da noção de Pessoa, essa sim com uma extensa e densa carreira no interior da antropologia” [...]. (MALUF, 2012, p. 1-2).

Tais modos de subjetivação se relacionam com as trajetórias de mulheres pescadoras na busca por suas conquistas como profissionais, repercutindo no processo e nas dificuldades de aposentadoria, onde emerge, frente ao critério definido pelo INSS de Segurado Especial, a questão central do anonimato e da invisibilidade da mulher no setor da pesca; posturas e visões de órgãos públicos e de pessoas que, de forma geral, não sabem de suas existências e desconfiam de suas capacidades de vivenciar uma “experiência subjetiva” (MALUF, 2009, p. 13).

A igualdade “não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (SCOTT, 2005, p.15). Por ser vista como feita por homens, não se vê como possível que mulheres possam ter na pesca uma experiência individual, que diz respeito não apenas a uma experiência profissional, mas social; seu modo de ser e estar no mundo. Quando ignoram ou desconsideram esta possibilidade singular de existir, ou não a reconhecem como possível, estes técnicos cortam a possibilidade do reconhecimento ser efetivado. Assim fazendo, “retiram da vida o sentido de experimentação e de criação coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno de luta política e o da afirmação de modos singulares de existir” (BAPTISTA, 1999, p.49).

Ao alimentar o sistema, que poderíamos considerar um poderoso *amolador de facas* (BAPTISTA, 1999)²⁶⁰ contemporâneo, com dados que *automaticamente* vão compondo formulários que classificam sujeitos, a mulher, por ser pescadora - ou a pescadora, por ser mulher? - não encontra o respaldo necessário para ser, ela própria, reconhecida. Em assim ocorrendo, precisa *constituir provas* para tentar conseguir o que, por um princípio de nossa própria constituição Federal, seria um direito inalienável - o direito que todos têm a ter direito - posto que *erga* (para) *omnes* (todos)²⁶¹.

²⁶⁰ Luis Antônio Baptista, 1999, usa esta expressão para falar da *mutilação* de corpos de bêbados, travestis, negros, crianças e adultos com AIDS, entre outros, falando do que considera na contemporaneidade uma reedição e aperfeiçoamento de estratégias mórbidas de banimento, em que profissionais de prestígio, padres, atrizes, psicanalistas que “circulam dentro e fora da mídia, produzindo a ingênua e eficaz impressão de uma fala individual e neutra” (BAPTISTA, 1999, p.47). Ao falarem da fragilidade e carência desse outro, na verdade contribuem como amoladores de faca que promovem, acirram e justificam o preconceito que desqualifica formas diferenciadas de ser e de existir, seja por sexo, orientação sexual, raça.

²⁶¹ “A expressão *erga omnes*, de origem latina (latim *erga*, “para”, e *omnes*, “todos”), é usada principalmente no meio jurídico para indicar que os efeitos de algum ato ou lei atingem *todos* (grifo meu) os indivíduos de uma determinada população ou membros de uma organização, para o direito nacional. Enquanto que os atos legislativos (leis, decretos legislativos, resoluções, dentre outros) têm como regra geral o efeito *erga omnes*, as decisões judiciais têm como regra geral apenas o efeito inter partes, ou seja, restrito àqueles que participaram da

respectiva ação judicial. Alguns processos judiciais, contudo, possuem o efeito *erga omnes*, como as Ações Diretas de Inconstitucionalidade, onde se ataca um ato normativo (que a princípio teria validade contra todos, como uma lei), sendo que se considerada procedente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade retirará do mundo jurídico tal ato normativo, valendo contra todos. Tem o mesmo efeito, ou seja, eficácia contra todos (e mais efeito vinculante), as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nas ações declaratórias de constitucionalidade, nos termos do § 2º do art. 102 da Constituição Federal de 1988. Sendo a inconstitucionalidade reconhecida em uma ação que não tem o efeito *erga omnes*, como no caso de recurso extraordinário contra decisão judicial interposto junto ao Supremo Tribunal Federal, à decisão poderá ser dado efeito *erga omnes* por meio de Resolução do Senado Federal, conforme art. 52, inciso X, da Constituição Federal.” (Fonte: <http://pt.wikipedia.org>).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma tarrafa ou uma rede se começa com um nó porque se não se começar com um nó, não se consegue fazer, nem uma tarrafa, nem uma rede. Tudo começa com um nó (Seu Vado, Costeira).

Fiz um grande esforço para não pregar ou moralizar, e, fora um ou outro pequeno deslize, acho que consegui. Isso não significa que eu não tenha convicções. À guisa de conclusão, aqui estão elas (BECKER, 2010, p.274).

As observações que fiz no decorrer de meu trabalho de campo me apontaram subsídios para afirmar que a denominada invisibilidade feminina na pesca se dá de duas formas. Uma, por parte de quem olha de fora, sejam órgãos públicos, acadêmicos, seja a população de forma mais ampla que não conhece, ou que não consegue supor, que existam mulheres pescadoras. Outra, diz respeito ao contexto interno em que as famílias e as próprias mulheres pescadoras, com ênfase nas que atuam em terra, muitas vezes não se dão conta de que sem elas, a pesca não se reproduz. As mulheres com as quais convivi estavam em, praticamente, todas as etapas e formas em que a pesca ocorre, seja pesca de cerco, de espera, de fundo, de anzol, de gaiola, de espinhel; de peixe, de camarão, de siri, de berbigão, conforme busquei demonstrar no decorrer do texto.

Se, por um lado, as muitas pescas não se realizam sem as redes, que são muitas: rede de emalhar, rede de espera, rede de fundo, rede flutuante, rede de cerco, entre muitas outras, por outro lado, as pescas também não cumprem seu papel de fonte de renda e reprodução de formas específicas de vida sem as mulheres, as quais escolhi como foco, *carne e sangue*, de minha pesquisa. Não pretendi, de forma alguma, como já dito, tirar dos homens o seu lugar no mundo da pesca, até porque na maioria dos trabalhos sobre pesca são eles os principais ou únicos interlocutores. Aliado a isso, em muitos contextos pesqueiros as mulheres atuam de forma muito sutil em decorrência de preceitos que não lhes permite adentrar aos barcos ou aos ranchos de pesca, como em algumas regiões do Brasil, conforme nos apontam muitas pesquisas. São os homens os visibilizados e os espaços e pesca vistos como *exclusivamente* deles.

A contribuição inicial a qual esta pesquisa se propôs foi mostrar que existem pescadoras embarcadas e, assim o fazendo, apontar que muitos dos espaços de pesca são espaços em que também as mulheres

atuam e são centrais. Implica, pois, em nos questionar sobre a dificuldade, em especial de órgãos públicos que tratam de processos de aposentadoria ou daqueles que atuam diretamente com estas populações, por exemplo, em reconhecer as mulheres como pescadoras, tanto as que realizam suas atividades em terra quanto as que embarcam. É como se, ao se considerar que elas estariam em um lugar fora de lugar - se posso assim me expressar - por ser visto como um espaço eminentemente masculino, estas mulheres não pudessem ou não tivessem capacidade, força, condições, destreza, um corpo para exercer atividades na/da pesca.

Mais: Por que algumas mulheres, pelo fato de serem *esposas de pescador*, são registradas e conseguem se aposentar como pescadoras, como se fosse uma peça agregada ao homem, embora nunca tenham trabalhado na pesca enquanto outras que fazem deste o seu cotidiano, não conseguem este reconhecimento por não serem *legalmente* casadas com pescadores? Até quando a mulher vai precisar de um referencial homem - filha de pescador; esposa de pescador - para ser vista como pescadora? Até onde o anonimato, pautado pela terminologia *autônoma* ou *do lar*, vai esconder, invisibilizar, a participação das mulheres no mundo da pesca? Reafirmo: as mulheres compõem as muitas instâncias da pesca: limpam, evisceram, comercializam, transformam, embarcam. Como é possível que ainda continuem invisíveis aos olhos de órgãos públicos estando em praticamente todos os lugares em que as pescas se dão? Como é possível ainda ser tão incipiente o reconhecimento destas mulheres como sujeito, profissionais, pescadoras?

Trata-se de mulheres lutando em um mundo onde os discursos de gênero, o tempo todo estão dizendo: você não existe! Pesca não é para você! Você não tem um corpo para a pesca! O que estas mulheres estão mostrando é que elas são pescadoras, têm um corpo para a pesca e não precisam virar um homem para ser. Elas são, estão e continuam pescando como mulheres. Para citar o exemplo da indumentária da pesca, podemos dizer que o macacão não tem gênero. Há algo de arbitrário quando se coloca um gênero no macacão. E há algo de enfrentamento quando a pescadora coloca um zíper neste mesmo macacão, tendo em vista que ela está dando ao macacão o gênero que ela quer, mostrando que continua mulher e que é pescadora.

Entendo que se faz central fazer um exercício de olhar o mundo da pesca a partir de um prisma que vá das mulheres para os homens, como pôde ser observado no capítulo III, específico sobre as narrativas autobiográficas destas mulheres, e no decorrer da tese sobre o como se vêem; como vivenciam e que significados aludem a seus espaços de

trocas e sociabilidade e sua valorização como trabalhadoras, entre outras questões. Um olhar mais atento a este mundo da pesca nos poderá dar a possibilidade de perceber, mais do que dizem, como vivenciam e significam estes aspectos.

Em um de seus estudos, realizado em uma comunidade do litoral Sul do Brasil, e referenciado no decorrer da tese em diferentes momentos, Maluf (1993) pôde perceber realidades que colocavam em questão os modelos formais mais visíveis e, a partir dos mesmos, construir interpretações, além de compreender mais sobre a cultura de gênero ali vigente, suas complexidades e sofisticação. Uma maneira de entender os significados. Como afirmava de forma contundente a autora, “uma maneira de entender como se constituem essas diferentes vozes, ou seja, como se constituem socialmente as identidades de gênero na comunidade” (MALUF, 1993, p. 14).

Posso aqui aludir ao fato visível encontrado em campo em que, na grande maioria dos locais de pesca, homens e mulheres trabalhavam em funções, ora distintas, ora iguais; em atividades, ora separado, ora junto, mas que muitas vezes se entrecruzavam. As embarcadas trabalhavam em embarcações pequenas, sendo que ele e ela pescavam e traziam, limpavam, evisceravam. Ou podia ocorrer também que, enquanto ele fazia isso, ela fazia aquilo visando maximizar o tempo do qual dispunham.

Em relação às que trabalhavam em terra, eram elas, em grande maioria, que limpavam, preparavam, transformavam. Nestes casos, ao chegar a terra, os pescadores largavam tudo e a partir de então, elas davam continuidade ao processo dali em diante, incluindo seleção, limpeza, evisceração ou descasque e comercialização. Mas também podia ser diferente, pois em outros casos os pescadores participavam da limpeza, eviscerando, preparando. Outras vezes, mal eles chegavam do mar, elas a eles se juntavam e, rapidamente, montavam barracas improvisadas, pois os fregueses já se aproximavam para serem atendidos. Não havia, portanto, uma regra definida. Inúmeras eram as possibilidades. Assim se mostrou o mundo da pesca.

Existe forma de definir qual é mais importante? Quem chega do mar, ou quem aguarda com todos os equipamentos necessários para continuar a atividade? Quem exerceu o ato de trazer o peixe ou quem tem habilidade de atrair a clientela? Seria interessante ponderar que sem uma atividade, as outras não se completam e o mundo da pesca não se reproduz. Para além das mulheres que embarcam, as mulheres são maioria nas atividades realizadas em terra, como já dito. Porém, estas

atividades ainda não são devidamente consideradas trabalho da pesca, mas uma *obrigação* de mulher ou filha de pescador.

As mulheres ainda encontram muitas dificuldades em serem reconhecidas como pescadoras e conseguir melhorar suas condições de trabalho. Por exercerem uma pesca que se inclui na denominada artesanal, ou pequena pesca, suas necessidades frente às linhas de crédito, por exemplo, são menores do que as atualmente ofertadas. Embora exista a possibilidade de crédito de *até dez mil reais*, as exigências para tal acesso deixam de fora muitas mulheres que não tem como dar *garantias de pagamento*, exigência das instituições bancárias.

Sobre este aspecto alusivo às linhas de crédito, considero que cabe ao Pronaf, como programa nacional dedicado à agricultura familiar, onde se inclui a pesca, discutir, analisar, considerar e propor novas formas de viabilizar o *microcrédito* considerando que o mesmo tem se revelado “precioso para conferir mais responsabilidade e autonomia às mulheres, dando azo àquilo que os ingleses designam por *empowerment*” (NOWAK, 2007). No decorrer do trabalho de campo encontrei mulheres que, ao invés de desejarem comprar embarcações muito maiores ou aumentar a tonelagem bruta de suas embarcações, necessitam e priorizam a compra de embarcações pequenas e utensílios aparentemente muito simples, como panelas e bacias, mas que fariam muita diferença, tendo em vista poderem *agregar valor* aos produtos.

No que concerne ao extensionismo, a realização desta pesquisa me trouxe a compreensão de que é preciso avançar muito ainda em termos de metodologia que, de fato, permita espaços de troca e diálogo inter-saberes. Entendo que investir em espaços que priorizem o lúdico é uma das possibilidades, se considerarmos que o lúdico permite soltura corporal e a inclusão de diferentes públicos, sejam alfabetizados, semi ou completamente analfabetos. Outro aprendizado diz respeito a perceber que as pescadoras me ensinavam duas vezes, uma em relação à pesca e outra em relação ao extensionismo. Ao verem as fotos de outras pescadoras que eu levava para lhes apresentar, elas percebiam formas de saber-fazer que até então, como extensionista, eu não havia me dado conta. Mesmo que o nome da rede, por exemplo, rede de espera, seja o mesmo em Florianópolis ou em Barra do Sul, elas perceberam e me apontaram que o jeito de fazer é distinto. Sutilezas que dizem respeito às muitas possibilidades de as mulheres estarem e viverem na pesca artesanal catarinense.

Em relação à busca por reconhecimento há ainda um longo caminho pela frente se considerarmos as situações narradas em que as pescadoras se sentiram humilhadas, envergonhadas frente aos técnicos

do INSS, de colônias de pesca ou instituições nas quais tiveram que acorrer. Ao INSS, como instituto centralizador e responsável pelos processos de aposentadoria no Brasil, caberia um processo de formação continuada de seus técnicos, bem como uma reavaliação do sistema atual de *enquadramento* de futuras aposentadorias que não contempla, de imediato, mulheres pescadoras. Não sabendo onde enquadrá-las a categoria autônoma emerge como fixação da invisibilidade da mulher na pesca. Em se declarando autônoma, a sentença está firmada: processo indeferido!

O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões ‘objetivas’ entre as ‘coisas’ mas as conexões *conceituais* entre os *problemas*. Só quando se estuda um novo problema com o auxílio de um método novo e se descobrem verdades que abrem novas e importantes perspectivas é que nasce uma nova ‘ciência’. Weber (1989: 83-84).

Quanto à antropologia realizada em espaços “extra-academia”, considero que vem se ampliando rapidamente, sendo que precisamos construir uma agenda de discussão que envolva a participação de nossos pares em torno de questões que dizem respeito à ética profissional, ao diálogo com outros campos de conhecimento, às dificuldades e aos impasses com os quais nos deparamos, bem como sobre a repercussão dos resultados de nossas pesquisas, seja junto a instituições, seja na vida das pessoas com as quais realizamos nossos trabalhos de campo. Defendo desta forma, o que eu denominaria de uma antropologia da indignação entendendo-a como um exercício de posicionamento articulado inter-pares que possa subsidiar movimentos sociais, políticas públicas e a busca por reconhecimento de populações com as quais vimos interagindo no decorrer da construção da trajetória da antropologia brasileira.

Não consigo, desta forma, vislumbrar a natureza da teoria antropológica desvinculada do fazer antropológico cuja centralidade passa pelo trabalho de campo postulando, entre outros propósitos, equiparar diferentes saberes. Nesta busca por compreender o outro, cada vez mais de forma evidente, nossas teorias se mesclam a conceitos nativos para construirmos uma compreensão *sobre*. Os nativos, por sua vez, se apropriam de nossos conceitos para buscar compreender como os compreendemos ao mesmo tempo em que ampliam seus

questionamentos, muitas vezes, a partir das teorias que, por outro lado, postulamos a partir deles. Cada vez mais saímos dos muros acadêmicos reconhecendo e sendo reconhecidos como parte do universo que estudamos. De certa forma, “equivale a dizer que a prática de sua profissão passa a incorporar uma prática política, quando não em seu comportamento, certamente em sua reflexão teórica” (Cardoso de Oliveira, 2006:42). E se incorporada em sua reflexão teórica, as repercussões irão além, *afetando* inclusive o comportamento.

A humanidade tem a capacidade de dar sentido: este fundamento ontológico (MOORE, 1999) da antropologia a diferencia, me parece, de outras ciências em termos do que postula Weber (1989) sobre *quem define o fato* é a perspectiva do pesquisador, o que nos remete à discussão objetividade/subjetividade²⁶². Para Weber, a objetividade nas Ciências Sociais é muito peculiar pois há aí imbricada a emergência de uma dicotomia. Ao se falar em objetividade, a subjetividade ali está pois o fragmento que o pesquisador escolhe para olhar é qualitativo. O saber vem, desta forma, de meu olhar, o qual faz a mediação entre o eu e a *realidade*. Aqui, os conceitos não conseguem reproduzir a realidade, mas vem contribuir para ordenar a apreensão que dela fazemos. Assim, “o domínio do trabalho científico não tem por base as conexões objetivas entre as coisas, mas as conexões conceituais entre os problemas” (Weber, 1989:83).

Construir espaços de inserção da antropologia *no* Estado é uma tarefa difícil, considerando que o próprio antropólogo é também “cidadão da sociedade dominante” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 173). No entanto, considero que o respaldo teórico, metodológico, epistemológico com o qual nos afetamos na universidade é o que nos permite buscar empreender o que considero o exercício da antropologia em espaços considerados *do* Estado. Ou seja, o exercício da antropologia, ele próprio, *linha de fuga*, parte das *molecularidades* possíveis (DELEUZE E GUATTARI, 2009[1995]). Isso se pensarmos que o Estado, em princípio, é molar. Mas o molar é perpassado pelo molecular; e o molecular é rizomático. Aí entendo a possibilidade de uma antropologia da indignação.

²⁶² Calávia Saez (2009, p16), reporta-se ao fato de que a antropologia é aquela que não postula que não haja realidade objetiva, mas que nessa realidade objetiva há muito mais do que supõem outros cientistas. Para ele, o que interessa é estar aberto à imprevisibilidade.

Como é que te sentes, Rose, sabendo tudo o que a gente está te contando e também que estás fazendo a gente pensar? Tu consegues dormir? (Neneca)

Quanto às pescadoras, Brandão (1986 [1924], p.83) afirma que “o contato com a terra obriga o homem a olhar para o chão, o contato com o mar obriga-o a levantar a cabeça”. Talvez por isso as populações pesqueiras e, em especial, as pescadoras não se entregam e teimam em olhar para frente e para cima até o limite do que parece impossível, no exercício contínuo do que Amorim (2008, p.59) definiu como uma resistência *in extremis*. Esta resistência *in extremis*, a meu ver, diz respeito às formas como as mulheres pescadoras vêm se construindo como sujeitos que se (a)sujeitam a muitas situações, seja na pesca, na família, nas instituições. Se *sujeitando* é que elas exercitam sua agência e continuam sendo.

A expressão que usam para dizer sobre o como se dão conta desta situação é *a gente se sujeita*. Para conseguirem continuar sendo sujeito, continuar *durando* (BACHELARD, 1994) como pescadoras, o mar é acionado por elas como linha de fuga na qual encontram paz, tranqüilidade, esquecimento dos problemas e onde a exigência da vida na pesca, que exige extrema *atenção*, por paradoxal que possa parecer, atua como um facilitador desestressante de *distração* da vida que as aguarda em terra.

O ato de *concentração* que a pesca exige – para evitar acidentes, perceber o peixe, puxar as redes – funciona como momento de espécie de meditação, segundo me definiram. Ao se concentrar totalmente no ato de pescar, a pescadora distrai sua atenção dos problemas cotidianos. Ao retornar do mar, independente de ter tido sucesso na pesca, ela volta com a sensação de *missão cumprida* e com a satisfação do *vício* que nutre pelo mar. É no exercício de se submeter, se (a)sujeitar ao mar como grande fornecedor de alimentos e como linha de fuga, mas também como um agente poderoso, que elas aprendem as lições necessárias para os (a)sujeitamentos na/da vida, se compondo como sujeitos que, embora não reconhecidos, são: mulheres pescadoras.

No entanto, não sei defini-las com algumas poucas palavras. Não sei de onde tiram e como têm a força que têm. São mulheres obstinadas, que parecem incansáveis. Não medem esforços para fazer o que tem que ser feito. Não gastam muito tempo se lamuriando com as dificuldades. Construíram trajetórias, corpos e vidas onde, desde muito cedo, aos nove, oito, sete anos de idade, tiveram que aprender a ser *fortes*,

corajosas, valentes guerreiras, trabalhar feito um homem. Mas são mulheres. É de mulheres que se trata. Mulheres, mães, esposas, filhas para as quais não se perguntou se gostariam de entrar na pesca. Era preciso. Elas lá estavam. E entraram.

Os seus corpos, além de adestrados para habilidades que juntam masculino/feminino, vivem na iminência de perdas a partir das quais *duram* e constituem *temporalidades* como mulheres das/nas pescas. É no bom humor que elas formulam suas táticas de sobrevivência entre a terra e o mar, sendo o mar não somente fonte de renda, mas um aliado onde encontram a distração necessária dos desafios em terra a partir da concentração contínua que exige.

O medo da morte, da fome, da violência, das perdas é enfrentado por meio do enfrentamento da vida em que acionam o riso, a brincadeira. Trata-se, diz Bakhtin, de um riso ambivalente, “alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente” (BAKHTIN, 2006, p. 10). O riso, a brincadeira, seria uma espécie de arma com que as pescadoras-guerreiras enfrentam as situações difíceis da vida, sendo que a linguagem usual de enfrentamento se pauta pela “grosseria e pelo uso corriqueiro de palavrões, obscenidades, piadas” (BAKHTIN, 2006, p. 15).

O Tempo lhes deu tempo para aprenderem a enfrentar situações limites de onde conseguem sabedoria, sanidade e ânimo para enfrentar a vida. Ao invés de assumirem uma postura chorosa de triste e sofredora, utilizam como tática de sobrevivência e de duração a jocosidade, o riso, o senso de humor e, às vezes, uma ironia sutil em meio a dramas, perdas, intempéries, mas também alegrias, conquistas, avanços.

Finalmente, as pescadoras me disseram, talvez quando perceberam que podiam me dizer, que a pesca não é, na verdade o desafio.

Quando as pessoas perguntam pra gente: como vocês têm coragem de pescar? Elas não percebem que a coragem maior é com a vida. Agora, é o seguinte: a pesca e o mar nos ensinam a vida. Para pescar e para viver é preciso concentração, atenção naquilo que se está fazendo. Naquele momento: no mar e na vida! Se distrair, por um momento que seja, na pesca é colocar em risco a perda da vida. Se distrair na vida é deixar de viver o momento. E é só isso que todos temos: o

momento. Isso a pesca nos ensina. Mas o grande desafio, não é a pesca. É a vida! (Neneca).

Puxei o primeiro nó. Veio outro. E mais outro. E mais. *Tudo começa com um nó.* Espero ter tecido bem os fios.

REFERÊNCIAS

- ABATTI, Sônia Maria. *O papel da mulher agricultora na pequena agroindústria familiar de Rio do Sul*. Epagri/Unoesc, 2004.
- ABREU, Ana Maria Dantas de. *Pesquitos. Uma comunidade piscatória*. UNL/FCSH, Licenciatura em Antropologia, 1986.
- ACARPESC. *Relatório Anual*. Florianópolis: SAAI/Acarpesc, 1990.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia da biblioteca jardim*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004.
- _____. Açores, EUA, Brasil. *Imigração e etnicidade*. Lisboa: Nova Gráfica, 2007.
- ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque nacional da Lagoa do Peixe – RS*. Dissertação [Mestrado], Porto Alegre: UFRGS 2003.
- _____. *Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São Jose do Norte – RS*. Tese [Doutorado]. Porto Alegre: UFRGS 2007.
- AGUIAR, Vilênia V. Porto. *A diversidade sociocultural e a emergência de conflitos no processo de implantação dos Grupos de Animação e Associações de Desenvolvimento das Microbacias*. Florianópolis: PRAPEM – Projeto Microbacias 2, 2005.
- ALBUQUERQUE, Cleidi Marília Caivano Pedrosa de. *Tecendo redes sociais: as articulações de instituições sociais numa localidade pesqueira de Santa Catarina*. Dissertação [Mestrado]. Florianópolis: UFSC/CFH/PPSP, 1983.
- ALENCAR, Edna Ferreira. *Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: a pesca feminina na Ilha de Lençóis*. Dissertação [Mestrado], Brasília: UnB, 1991.
- AMIT, Vered. *Constructing the field*. London and New York: Routledge, 2000, p. 1-18.
- AMORIM, Inês. A organização do trabalho da pesca em finais do séc. xix, na Póvoa de Varzim. In: *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol.1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 115-133.
- _____. (org.). *As pescas*. In: *História do trabalho e das ocupações*. Vol. II. Oeiras: Celta Editora, 2001.
- _____. *Mulheres no sector da pesca na viragem do século xix. Formas de participação na organização do trabalho*. Ponta Delgada: Arquipélago. *História*, 2ª série, IX-X (2005-2006), p. 661-683.

_____. Homem da terra ou homens do mar – um percurso historiográfico. In: ONETO, Francisco (coord.) *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2008.

ANGELO, Pedro Manuel Condesso. *Tecnologia tradicional das atividades piscatórias na baía de Cascais*. UNL/FCSH, licenciatura em Antropologia, 1991.

APPADURAI, Arjun. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: *Theory, Culture and Society*. London. Newbury park. New Delhi. Vol 1, 1990, p. 295-310.

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença social na cultura contemporânea. In: *Revista de Estudos Feministas*, vol. 11(2). SC: CFH/CCE/UFSC, 2003.

ARÁN, Márcia e PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. In: *Cadernos Pagu*, vol.28. São Paulo/Campinas : Unicamp/NEG, 2007.

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____. *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BAGINHA, Anabela Cruchinho de Carvalho Dias Pereira Santos. *Artes(ãos) da pesca*. A comunidade piscatória da Vila da Ericeira. UNL/FCSH. Licenciatura em antropologia, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. 6ed. São Paulo-Brasília: Hucitec/UnB, 2008.

_____. O corpo como valor: o corpo inteiro. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p.44-56.

_____. O corpo exterior. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p.56-84.

_____. A autobiografia e a biografia. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p.138-153.

BAPTISTA, Carlos Manuel Maximiano. *Mestres no mar, sábios em terra*. UNL/FCSH. Licenciatura em Antropologia, 1994.

BARBOSA, Lúcia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, ano 13, nº28, jul/dez 2007, p. 87-116.

BARLEY, Nigel. (1983). “Is the sky clear for you?” In: *The innocent anthropologist*. London: British Museum Publications Ltda., p. 51-67.

_____. O Antropólogo Inocente. (2006[1983]). Lisboa: Fenda Edições.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). 2ed. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Métodos. São Paulo: Unesp, 2010[1987]), p. 171-204.

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 8ªed. 1. Fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991 [1947].
- BECK, Anamaria. *Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório*. Florianópolis: UFSC, 1979. Mimeo.
- _____. Roça, pesca e renda: trabalho feminino e reprodução familiar. In: *Boletim de Ciências Sociais*, 23, P. 21-32, 1981.
- BECK, Anamaria et al. *Trabalho limpo: a renda-de-bilro e a reprodução familiar*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. (Anhatomirim 4).
- BECKER, Howard S. *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. *Falando de sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BECKER, Simone. *Dormientibus non socurrit jus! (O direito não socorre os que dormem!): um olhar antropológico sobre ritos processuais judiciais envolvendo o pátrio poder/poder familiar e a produção de suas verdades*. Tese. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2008.
- BLUMENBERG, Hans. *Naufrágio com espectador*. Lisboa: Vega, 1990.
- BOAVENTURA LEITE, Ilka. Questões éticas da pesquisa antropológica na interlocução com o campo jurídico, p.65-72. In: *Antropologia e ética: o debate no Brasil*. Ceres VÍctoria et alii (org.). Niterói: EdUFF, 2004.
- _____. Produzir o texto, polir o olhar. In: BOAVENTURA LEITE, Ilka (org.). *Ética e estética na antropologia*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998, p. 41-46.
- BONIN, Anamaria A. *A pesca e seus trajetos: um estudo dos pescadores artesanais do Canto da Praia de Itapema, SC*. São Paulo: PUCV, tese [doutorado], 1984.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade, lembranças de velhos*. São Paulo: Editora da USP, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Razões práticas*. Campinas: Papyrus, 1996, p.74-89.
- _____. *A miséria do mundo*. 5ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- BRANDÃO, Raul. *Os pescadores*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1986 (1924).
- BRITO, Mirella Alves de. *O caldo na panela de pressão: um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis*. [Dissertação]. Florianópolis: UFSC, 2007.

- BRITTO, Renata Apgaua. *Trabalho, família e amizade entre maricultores/as de uma associação do sul da ilha de Florianópolis: a AMPROSUL*. Tese [Doutorado], 2012.
- BUNGE, Mario. *La investigacion científica*. Barcelona-Caracas-México: Editorial Ariel. 2003.
- BUTLER, Judith. *Mecanismos psíquicos del poder*. Universitat de Valencia, Instituto de la mujer: Ed. Cátedra. 2001, p. 11-145.
- _____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*. (11)1998. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero, 1998, p. 11-42.
- _____. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- CALÁVIA SAEZ, Oscar. Por uma antropologia minimalista. In: *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2009.
- CALGARO, Sheila Ana. *Vidas separadas pelo mar*. Itajaí: Ed. Maria do Cais, 2008.
- CALHANDRO, Ana Sofia Domingues. *A comunidade piscatória da Ericeira: preservação ou perda de identidade*. UNL/FCSH, licenciatura em Antropologia, 1994.
- CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. A voz do mar. A construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio”. Tese Ciências da Comunicação. São Paulo, 1994.
- CANESQUI, Ana Maria & GARCIA, Rosa Wanda Diez (orgs.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Coleção Antropologia e Saúde. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.
- CANHA, Clarisse e RAPOSO, Maria José (coord.). *Inclusão Percursos para a Igualdade*. Açores: UMAR Açores, 2006.
- CAPORAL, Francisco Roberto. *A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. Dissertação de mestrado. Santa Maria, 1991.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *Pesquisa em versus Pesquisas com seres humanos*. In: VICTORIA, Ceres, OLIVEN, Ruben Alves, MACIEL, Maria Eunice e ORO, Pedro (org.). *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004, p.33-44.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O lugar (e em lugar) do método. *Série Antropologia 190 (UnB)*, 1995.
- _____. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. (2004). Ceres Vítoria et alii (org.). Niterói: EdUFF.

- _____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo/Brasília: Unesp/Paralelo 15, 2006.
- CARDOSO, Fernando L. *Orientação sexual masculina numa comunidade pesqueira*. Dissertação apresentada ao Mestrado do PPGAS/UFSC. Florianópolis, 1994.
- CARDOSO, Maria Tereza Pereira. *Oralidade, memória e tradição camponesa*. Tempos Gerais, nº1, jun/Nov. Revista de Ciências Sociais e História, 1999.
- CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1988 [1986]).
- CARDOSO, Vânia. O lugar e o tempo do objeto etnográfico. *Etnográfica*, out. 2011, 15(3), p. 589-602.
- CARID, Miguel Alfredo. *Yama Yama: os sons da memória. Afetos e parentesco entre os Yaminahua*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis: UFSC, 2007
- CARNEIRO, Maria José Teixeira. 'Comida de roça' e 'comida de mercado'. *Anais da 25ª rba*. Goiânia: ABA, 2006.
- CARNEIRO, Simone Dantas. *Terra Liberta: hábitos alimentares em Ponta do Meio*. Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 1978.
- CARSTEN, Janet and HUGH-JONES, Stephen. *About the house. Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CARSTEN, Janet. *After kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, cap. 1, 2 e 5.
- CARUSO, Mariléia M. Leal; CARUSO, Raimundo. C. *Mares e longínquos povos dos Açores*. Florianópolis: Agnus, 1995.
- CARUSO, Raimundo C. *Franklin Cascaes - vida e obra. E a colonização açoriana*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.
- CARVALHO, Maria João Correia Andrade de. *A lota da Nazaré – Tradição e mudança*. UNL. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Licenciatura em Antropologia, 1976.
- CARVALHO, Ruy Duarte. Ana e Manda. Os filhos da rede. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003.
- CASTRO, Jacira Soares Rosa de. Manual para visitadoras domiciliares. Convênio UNICEF/MPAS-SAS. Área de economia doméstica. s/d.
- CASTRO, Mary Garcia. Quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recife. Gênero e poder: leituras transculturais. *Cadernos Pagu* (16), 2001, p. 49-77.
- CERTEAU, Michel, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997.

- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CIACHI, Andrea. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. In: *Revista Antropologia*, 50 (1): 181-223, ND, 2007, jun.
- CLIFFORD, James. Power and dialogue: Marcel Griaule. In: STOCKING JR, George w. *Observers observed. Essays on Ethnographic Fieldwork*. Wisconsin: University of Wisconsin, 1983, p.121-153.
- COELHO DOS SANTOS, Silvio. Das coincidências na pesquisa e na produção antropológicas. In: *ILHA*, v.10, n 1. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2009, p. 301-307.
- COLE, Sally. *Mulheres da Praia*. O Trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994.
- COMISSÃO EUROPEA. *Las mujeres en la pesca: un papel desconocido*. Nº 17, jul.2003: La pesca europea. Dirección General de pesca.
- CORBIN, Allan. *O território do vazio*. A praia e o imaginário ocidental. São Paulo: companhia das Letras, 1989.
- CÓRDOVA, Raquel Vieira de. *Ficar em terra: o processo de migração de profissionais da pesca*. Dissertação de mestrado, Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1986.
- COSTA, Adriane Lobo (org.). *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: Ibama, 2007.
- COSTA, Bernardo Dias da. *O peixe só pensa em comer, não tem de trabalhar*. UNL/FCSH. Licenciatura em antropologia, 2000.
- COSTA, Maria Fernanda R. Sousa. *Comunidade piscatória de Cascais – variabilidade cultural no feminino – 1940/1960*. UNL/FCSH, Licenciatura em Antropologia, 2004.
- CROVETTO, Gonzalo Rodrigo Díaz. *O trabalho dos tripulantes de Corral, Chile: colocando o local no global*. Tese [Doutorado]. Brasília: UnB, 2010.
- CSORDAS, Thomas J. A corporeidade como um paradigma para a Antropologia. In: *Corpo, Significado, Cura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, p.101-146.
- _____. A história de AIA. In: *Corpo, Significado, Cura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, p.147-163.
- CUNHA, Lúcia Helena. *Entre o mar e a terra: tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa*. São Paulo: PUC. Dissertação [Mestrado], 1987.

- CUSTÓDIO, Jonas Simas. *Caminhos da produção familiar artesanal em Governador Celso Ramos/SC: da pesca à maricultura*. Dissertação [Mestrado]. Florianópolis: UFSC/ CFH/PPG, 2006. 155 f.
- DALRYMPLE, Martha. *The An:A Story*. Two decades of International Cooperation. USA: Library of congress, 1968.
- DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua*. (1991). 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- _____. *Você tem cultura?* Texto xerocado.
- _____. O ofício do antropólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, Edison (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DANIEL, Camila. Recordações ao mar: a memória das embarcadas sobre o trabalho em plataformas de petróleo. In: *Iluminuras*, Porto Alegre, v.13, n.30, p.293-309, jan/jun, 2012.
- DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- DELEUZE, Gilles. *Un nouveau cartographe* (“surveiller et punir”). Paris: Minuit, 1996, p. 31-51.
- DELGADO, João. *O outro lado*. Nazaré: Câmara Municipal de Nazaré. 2003.
- DESCOLA, Philippe. *Par de là nature et culture*. Paris: Editions Gallimard, 2005.
- _____. Ecologia e cosmologia. In: *Faces do trópico úmido. Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. CASTRO, Edna & CASTRO, Forence Pinton (org.). Para: E. Cejup/UFPA, 1997.
- _____. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. In: *Mana* 4 (1): 23-45, 1998.
- DIAS, C.E. A. *Espaços de conflito e permanência das agências de estado: o exemplo da extensão rural em Santa Catarina*. Dissertação [Mestrado]. Itaguaí, RJ: UFRJ, 1990.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Pescadores, sitiantes e trabalhadores do mar*. Tese [Doutorado]. São Paulo: USP, 1979.
- _____. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Povos e mares*. São Paulo: NAPAUB, 1995.
- _____. *Ilhas e mares*. Simbolismo e imaginário. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- _____. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. In: *Revista Etnográfica*. Vol. III (2), 1999, p. 361-375.

- DIRKS, N. B., G. Eley e S.B. *Culture, Power, History: a reader in contemporary social Theory*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 3-45.
- DMITRUK, Hilda Beatriz (Org). *Cadernos metodológicos*. Diretrizes do trabalho científico. 6ª ed. Chapecó: Argos, 2004.
- DOULA, Sheila Maria. *A fotografia e o “estar lá” da extensão rural*. Artigo xerocopiado.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes do suor. A reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba*. Dissertação [Mestrado]. PPGAS Museu Nacional, 1978.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Introdução à arquetipologia Geral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *A fé do sapateiro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DURAND, Jean-Yves. O hidrogeólogo, o vedor, e etnógrafo. In: VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Corpo presente*, 1996, p.87-103.
- ECKERT, Cornélia & ROCHA, Ana Luiza. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. In: *HUMANAS* (Revista do IFCH/UFRGS), vol.19/20, n.1/2. Porto Alegre, 1996/1997.
- ECKERT, Cornélia. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueada/RS*, n.3 jun. 1987. Porto Alegre: Cadernos de Estudos, 1987.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 1. Uma História dos Costumes. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- EMATER-RS. *Manual do extensionista*. Núcleo de Recursos Humanos/Cades. Embrater/BIRD, Rio Grande do Sul, s/d.
- ENNE, Ana Lucia S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. *Comunicação e Informação*, v. 7, nº 2, p. 264-273, jul/dez 2004.
- ESTATUTO DA ACARPESC. 20/01/1969.
- ETNOGRÁFIA. *Comunidades Piscatórias: Perspectivas Antropológicas*. Vol. III - Nº 2, Lisboa: ISCTE, Novembro de 1999. ISSN 0873-6561.
- FAO. *Fishery and aquaculture*. Rome: FAO, 2012.
- FAO. *The state of world fisheries and aquaculture*. Rome: FAO, 1997.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, 1999, p. 47-72.
- FARIAS, Márcia R. C. *Pesca e sazonalidade no Camacho*, Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2001.
- FEATHERSTONE, Global Culture. In: *Theory, Culture & Society*. London. Newbury Park. New Delhi: Sage Publications, 1990, p. 15-29.

- FEMENÍAS, Maria Luisa. Releyendo los caminos de la exclusión de las mujeres. In: Femenías, Maria Luisa (compiladora). *Feminismos: de Paris a la Plata*. Buenos Aires: Catálogo, 2006.
- FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Ed. Nacional e Ed. da USP, 1973.
- FERRATER MORA, José. *Dicionário de Filosofia*. 4. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1964.
- FERREIRA, Paulo Rogers. Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas. São Paulo: Ed. Hucitec/Anpocs, 2008.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa. *O barco poveiro*. Porto: Contemporânea, 1995. ISBN 972-8305-19-2.
- FIRTH, Raymond. Fishing economy and malay rural society. In: Malay fishermen, 2002[1946].
- FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. Mulher e ambientalismo. In: *Estudos Sociedade e agricultura*. Out. 1997, nº 9, UFRRJ-CPDA, p. 178-189.
- FLEISCHER, Soraya e SCHUCH, Patrice (orgs.) *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres/Ed. UnB, 2010.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A farra do boi. Palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.
- FONSECA, Claudia (org.). *Fronteiras da Cultura. Horizontes e territórios da Antropologia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.
- _____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. *Antropologia, diversidade e direitos humanos*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- FORMAN, Shepard. Innovation and change. In: *The raft fishermen: tradition & change in the Brazilian peasant economy*. Indiana: Indiana University Press for International Affairs Center, 1970, p.118-138.
- FORST, Rainer. *Contextos de Justiça*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1990, p. 45-94.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (org.) *Democracia hoje:*

novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e a representação. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis 15 (2): 291-308, maio/ago 2007.

FRAISSE, Geneviève. Entre igualdade e liberdade. In: *Revista de Estudos Feministas*, vol.3(1). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995.

FRANCO, Barbier A. *Preparacion profesional del personal de extension y sus necesidades de adiestramiento en ciencias sociales*. Turrialba, IICA, 1958.

FRAVET-SAADA, Jeanne. “*Ser afetado*”. Tradução de Paula Serqueira, revisão de Tânia S. Lima. *Cadernos de Campo*, nº13, 2005, p.155-161.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAMEIRO, João Vasco, BARBOSA, Luisa Maria Gonçalves Teixeira e FERREIRA, Maria Luiza Lomba. *Caneiras. O homem e o rio*. Lisboa: UNL. Faculdade de Ciências sociais e Humanas. Monografia. Licenciatura em antropologia. 1982.

GARCIA, R. W. D; CANESQUI, A, M. (Org). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Coleção antropologia e saúde. Ed. FIOCRUZ, 2005.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In: *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Uma descrição densa. In: *A Interpretação Das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989, p.13-44.

GERBER, Rose M. *Estranhos e estrangeiros*. Dissertação [Mestrado]. PPGAS/UFSC. Florianópolis, 1997.

_____. Entre eles e os “de fora”: a ética nossa de cada dia. In: *Griffos*. Chapecó: Argos, 2003, p. 233-248.

_____. *Nem santos nem bárbaros*. Florianópolis: Epagri, 2007.

GODIO, Matias e RIAL, Carmen (org.). *Pesca e turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul*. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006.

GODIO, Matias. *Quinhentos quilos! Ensaio etnográfico sobre uma sócio-montagem audiovisual com um grupo de trabalhadores da pesca na comunidade da Barra da Lagoa, Florianópolis*. Dissertação [Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 2005.

- GODOI, Emília. *O trabalho da memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: la identidad deteriorada*. 1993. 5. Ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- GOLDMAN, Márcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. *Cadernos de campo*. São Paulo: USP, ano 14, 2005, p. 149-153.
- _____. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e Política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia* 46(2), p. 445-476, 2006.
- GÓMEZ-FERRER, Guadalupe et al. *Historia de las mujeres en España y América Latina*. Madrid: Cátedra, 2006, p. 291-505 (el trabajo de las mujeres).
- GRAMKOW, Márcia Maria. Os caçadores da Barba-de-Ouro: Mudança e continuidade na sociedade na sociedade pesqueira. Tese [Doutorado]. Brasília: UnB, 1996.
- GROSSI, Miriam Pillar (org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.
- GROSSI, Miriam Pillar e PEDRO, Joana Maria (org.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- GROSSI, Miriam Pillar e SCHWADE, Eliste (org.). *Política e cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- GUATARRI, Félix. *Lignes de fuite. Pour un autre monde de possibles*. Paris : Éditions de l' Aube, 2011.
- GUERRIERO, Iara Coelho Zito, SCHMIDT, Maria Luisa S e ZICKER, Fabio (org.) *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Culture, power, place: ethnography at the end of an era. In: *culture, power, place: explorations in Critical anthropology*, org. dos autores. Durham: Duke University Press, 1997, p. 1-29.
- _____. *Ethnography in/of the World System*. The emergence of multisided ethnography, p. 79-104.
- _____. Discipline and practice: “the field” a site, method and location in anthropology. In: p. 1-46.
- HAIMOVICI, Manuel & KLIPPEL, Sandro. *Diagnóstico da Biodiversidade dos Peixes Teleósteos Demersais Marinhos e Estuarinos do Brasil*. Rio Grande/RS: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 1999.
- HALBWACHS, Maurice: *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

- HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: *Cadernos Pagu*, vol.22, São Paulo/Campinas: Unicamp/NEG, 2004.
- HARTUNG, Miriam Furtado. Saberes reversos ou o difícil diálogo entre saberes “tradicionais” e poderes estatais. In: *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2009.
- HAZIN, Fábio. Fisheries and their contribution to sustainable development: small-scale and artisanal fisheries. In: *The sixth meeting of the United Nations Open-ended*. Informal Consultive process on Oceans and the law of the Sea. UFRPE/DEPAq, s/d.
- HEMINGWAY, Ernest. *O velho e o mar*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2006[1952].
- HERITIER, Françoise. “Mulheres de sabedoria, mulheres de ânimo, Mulheres de influência”. In: *Cadernos da condição feminina*. n. 20. Lisboa: Ed. da Comissão Feminina, 1987.
- _____. A coxa de Júpiter: reflexões sobre os novos modos de procriação. In: *Revista de Estudos Feministas*, vol.8(1). Florianópolis: UFSC/CFH/CCE, 2000.
- HERTZ, Robert. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. *Religião e Sociedade*, n. 6, 1980, p. 99-128.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos. Uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- HUTCHINSON, Sharon E. *Nuer dilemmas: coping with money, war and the state*. Berkley: University of California Press, 1996, prólogo e cap.3.
- INGOLD, Tim. Becoming persons: consciousness and sociality in human evolution. *Cultural dynamics*. 1991. <http://www.sagepublications.com>.
- _____. *The perception of the environment*. London and New York: Routledge, 2000.
- _____. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: STEIL, Carlos Alberto e MOURA CARVALHO, Isabel Cristina. *Cultura, percepção e ambiente. Diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012, p. 15-30.
- KANT DE LIMA, Roberto. Pescadores de Itaipu. A pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social. Dissertação [Mestrado]. Rio de Janeiro: PPGAS, 1978.
- KEMP, Kênia. *Corpo modificado, corpo livre?* São Paulo: Paulus, 2005, p. 5-74.
- KLEIVAN, Inge. The fish world as a metaphorical eskimo society. In: GUNDA, Bela (ed). *The fishing culture of the world*. Budapest: Akadémias kiadó, 1984.

- KOFES, Suely. Categorias analíticas e empiria: gênero e mulher. Disjunções, conjunções e mediações. *Cadernos Pagu*, 1993 (1), p.1-12.
- KRAIESKI, Viviane Assunção. *Nem toda receita é mais você: estudo etnográfico sobre consumo e recepção de programas televisivos de culinária em camadas médias e populares*. Dissertação [Mestrado]. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2007.
- LABALE, Alejandro Raul G. *Maricultura na Penha: subsídios para uma antropologia da difusão tecno-científica* Florianópolis: PPGAS/UFSC. Tese [Doutorado], 2005.
- LACERDA, Eugênio P. *As farras do boi no litoral de Santa Catarina*. Florianópolis: PPGAS/UFSC. Dissertação [Mestrado], 1994.
- LAGO, Mara Coelho. *Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola pesqueira a balneário*, Florianópolis: UFSC/CFH. Dissertação [Mestrado], 1983.
- LAGROU, Else. Uma experiência visceral. In: GROSSI, Miriam P. (org.). *Trabalho de campo & subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.
- LAMAS, Maria. A mulher do mar. In: *As mulheres do meu país*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002, p.327-361.
- LANGDON, Esther Jean, MALUF, Sônia e TORNQUIST, Carmen Susana. Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados. In: *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sócias na saúde*. Guerriero et alii (org.). São Paulo; Aderaldo & Rothschild, 2008.
- LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina*. Troca e patronagem no Nordeste Brasileiro. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, cap. 1 e 2.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- AGROECOLÓGICA. Las mujeres asumen el cambio. *Revista de Agroecologia*, vol.18, nº 4, 2003.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo (SP): Ed. UNESP, 2000.
- _____. LATOUR, Bruno. How to talk about the body? The normative dimension of science studies. In: *Body & Society*. v. 10 (2-3): 205-229, 2004.
- _____. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.

- LEACH, Edmund. R. Cronos e Crono. In: *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LEAL, João. Açores, EUA, Brasil. Imigração e etnicidade. Lisboa: Nova Gráfica, 2007.
- _____. Usos da ruralidade: apresentação. Etnográfica, maio de 2007, 11 (1), p. 57-62.
- LEENHARDT, Maurice. La noción du corps. In: *Do kamo. La personne et le mythe dans le monde mélanésien*. Paris : Gallimard, 1971, p.54-70
- LEIRIS, Michel. *A África fantasma*. São Paulo: Cosac naify, 2007.
- LEITÃO, Wilma Marques. *O pescador mesmo*. Um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil. Dissertação [Mestrado]. Pará: UFPA.1997.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Antropologia & Direito*. Rio de Janeiro; Brasília, 2012.
- LIMA, Maria Antónia Pedroso de. *Grandes Famílias, grandes empresas*. Lisboa: Dom Quixote, 2003.
- LIMA, Tânia Stolze. *Um peixe olhou para mim*. O povo Yudjá e a peerspectiva. São Paulo: Unesp: Isa; Rio de Janeiro: NuTI, 2005.
- LOBÃO, Ronaldo. Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do reassentamento. Niterói: Ed. da UFF, 2010.
- LOPES, Manuel. *Corpo e espaço da infância e da adolescência no "folclore poveiro"*. Póvoa de Varzim: Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, 2004.
- LOPES, Maria Alexandra. *Alfama: tradições e realidades – abordagem antropológica à venda de pescado no Bairro*. UNL/FCSH, antropologia, s/d.
- MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? In: *Cadernos Pagu*, vol. 11. São Paulo: Campinas, NEG/Unicamp, 1998, p. 107-125.
- MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? In: *Horizontes Antropológicos*. v. 7, n.16. Porto Alegre, dez. 2001.
- _____. Alimentação e cultura, identidade e cidadania. O Brasil tem fome de que? In: *Fala Brasil*, 2004.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 49, p.1-29, junho, 2002.
- MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, vol. X (1), 2006, p. 121-158.

- MALDONADO, Simone. *Terra Liberta: hábitos alimentares em Ponta do Meio*. Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 1979.
- _____. *Pescadores do mar*. São Paulo: Editora Ática. 1986.
- _____. *Em dois meios, em dois mundos: a experiência pesqueira marítima*. Tese [Doutorado]. Brasília: UnB, 1991.
- _____. *Mestres e Mares. Espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume. 1994.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores, v. XLII, jun. 1976 [1922].
- _____. The method of field-work and the invisible facts of native law and economic. In: *Coral Gardens and their magic*. New York: American Book Company, 1935.
- _____. *Canoes and sailing*. In: *Argonauts of the Western pacific*, 1983[1922]), p.105-123.
- _____. The ceremonial building of a waga. In: *Argonauts of the Western pacific*, 1983[1922]), p.124-145.
- MALUF, Sônia Weidner. *Encontros perigosos: análise antropológica sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Dissertação [Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 1989.
- _____. *Encontros Noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- _____. Les enfants du verseau au pays des terreiros. Les cultures thérapeutiques et spirituelles alternatives au Sud du Brésil. Thèse de Doctorat, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1996.
- _____. *Antropologia, narrativas e a busca do sentido*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, v.5, n.12, p. 69-82, 1999.
- _____. *Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. Esboços*. PPGH/UFSC, v. 9, 2001, p. 87-101.
- _____. *Corpo e desejo: tudo sobre minha mãe e o gênero na margem*. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 10, nº1, 2002, p. 143-153.
- _____. *Mitos coletivos, narrativas pessoais: cura ritual, trabalho terapêutico e emergência do sujeito nas culturas da “Nova Era”*. In: *Mana* 11 (2), 2005, p 449-528.
- _____. *Por uma antropologia do sujeito: esboços*. Florianópolis, 2009.
- _____. *A escritura do texto: diálogos, riscos e afetações*. In: *Jornadas Antropológicas 2010. Mesa Redonda – A Escrita do texto: dificuldades e estratégias*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, outubro, 2010.

_____. Gênero e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais. In: MALUF, Sônia Weidner e TORNQUIST, Carmen Susana (org.). *Gênero, saúde e aflição* (abordagens antropológicas). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, p. 21-68.

_____. A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. In: *Ilha*, vol. 12, nº 1, 2011, p.40-56.

_____. Além do templo e do texto: desafios e dilemas dos estudos de religião no Brasil. In: *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2011a.

_____. Eficácia simbólica: dilemas teóricos e desafios etnográficos (no prelo).

MANESCHY, Maria Cristina. *Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável*. Revista Proposta, nº 84/85, março/agosto, 2000, p. 82-91.

MARCUS G. & CUSHMAN D. Ethnographies as texts. *Annual Review of Anthropology*, II, 1982, 25-69.

MARCUS, George. Power on the extreme periphery: the perspective of Tongan elites in the modern world system. In: *Ethnography through Thick & Thin*. Princeton: Princeton University Press, 1998, p.135-151.

_____. Contemporary Problems of Ethnography in the modern world system. In: *Writing Culture*. Berkeley. University of California Press, 1986.

MARIÉ, Michel. *Un territoire sans nom*. Paris: Librairie des Méridiens, 1982.

MARTINS, Luís. *Mares poveiros*. Histórias, idéias e estratégias de pescadores da Póvoa de Varzim. Póvoa do Varzim: Coleção “Na linha do horizonte – Biblioteca Poveira” 17, 2007.

_____. Mares eletrônicos em fundos sem peixe: um estudo de caso na Póvoa de Varzim e nas Caxinas. In: *Etnográfica*, vol III, nº2, Lisboa: ISCTE, 1999, p. 235-270.

MATOS, Maria Izilda S. de e SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade pescadores*. Dissertação [Mestrado]. Brasília: UnB, 1977.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 399-422.

MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). 2ed. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Métodos. São Paulo: Unesp, 2010[1987]), p. 139-170.

- MENESES, Inês Salema e MENDES, Paulo Daniel. *Se o mar deixar*. Lisboa: ISCTE, 1996.
- MENEZES BASTOS, Rafael José de (org.). *Dionísio em Santa Catarina: ensaios sobre a Farra do boi*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1993.
- _____. “Antropologia é aquilo que o antropólogo faz. Antropologia? Antropologias”. Manuscrito inédito, 2010.
- _____. Como o conhecimento etnomusicológico é produzido? In: *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2009.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004*. Brasília: MDA/SAF, 2004.
- MIOR, Luiz Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.
- MITCHELL, J. Clyde. A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos*. 2ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 365-436.
- MOCELLIN, Maria Clara. *Narrando Origens*. Dissertação [Mestrado] Antropologia Social, PPGAS/UFRGS, cap. 3,5 e 6, 1993.
- MOORE, Henrietta L. Anthropological Theory at the turn of the century. In: MOORE, Henrietta L. (ed). *Reason and Morality*. London: Tavistock, 1999, p.47-70.
- MOREIRA, Carlos Diogo. Problemas e orientações de investigação na Antropologia Marítima em Portugal. In: ONETO, Francisco (coord.). *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2008.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *Trabalhadeiras e Camarados: um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores*. Dissertação [Mestrado]. Brasília: UnB, 1977.
- _____. “Trabalhadeiras” e “Camarados”. *Relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: CFCH/UFGA, 1993.
- MUNIZ, José Norberto et alli. *A extensão rural pública e seus impactos no desenvolvimento municipal sustentável*. Brasília: Asbraer, 2007. Coleção Semear 3.
- MUSSOI, Eros M. *Integracion entre investigacion y extension agrária en un contexto de descentralizacion del Estado y sustentabilizacion de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina, Brasil*. Tese [Doutorado]. Córdoba, Espanha: Universidad de Córdoba, 1998.

- MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- O'NEILL, Alexandre Delgado. *Reportagem nos Açores*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.
- OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: Epagri, 1996.
- _____. *Extensão Rural: verdades e novidades*. Florianópolis: Epagri, 1998.
- _____. *Métodos de extensão rural*. Florianópolis: Epagri, 2001.
- _____. *50 anos de extensão rural. Breve histórico do serviço de extensão rural no estado de Santa Catarina (1956-2006)*, Florianópolis: Epagri, 2006.
- OLIVEIRA DA SILVA, Gláucia. Tudo o que tem na terra tem no mar – a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga, RJ. Dissertação [Mestrado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- OLIVEIRA, Antônio Gonçalves. *Origem e evolução da extensão rural no Brasil: uma análise histórico-crítica*. Viçosa: UFV, jul.1987.
- OLIVEIRA, Bianca Ferreira de. *Pessoa, jocosidade e moral a partir de uma família de santo de Almas e Angola*. Dissertação [Mestrado]. Florianópolis, SC, 2012.
- OLIVEIRA, Marcelo José. *Entre amigos. Antropologia da homosociabilidade masculina em camadas populares na periferia metropolitana da Grande Florianópolis*. Tese [Doutorado], PPGAS/UFSC, 2008.
- OLIVEIRA, Mauro Márcio. *A utopia extensionista: ensaios e notas*. Brasília: Embrater, 1988.
- OLIVEIRA, Micheline Ramos de. *No limiar da memória: estudo antropológico sobre mulheres e violências na metrópole contemporânea*. Tese [Doutorado]. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2009.
- OLIVEIRA, Salete Duarte de. *As mulheres e o trabalho informal nas “salgas” de São Miguel, Penha*. Epagri/UNOESC, 2004.
- OLIVEIRAS, Carlos Manuel G. Ramos de. *Fuzeta. Uma abordagem antropológica*. Lisboa: UTL/ISCSPU, 1971.
- ONETO NUNES, Francisco. O problema do aleatório: da coerção dos santos ao idioma da inveja. *Etnográfica*, vol. III (2), 1999, p. 271-291.
- _____. A antropologia marítima em Portugal. Um breve excuro. In: AMORIM, Inês (org.). *As pescas In: História do trabalho e das ocupações*. Vol. II. Oeiras: Celta Editora, 2001.
- _____. O trabalho faz-se espectáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar. *Etnográfica*, vol. VII (1), 2003, p. 131-157.

- _____. *Hoje por ti, amanhã por mim*. A arte xávega no litoral central português. Lisboa: ISCTE. Tese [Doutorado], 2005.
- _____. (coord.) *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2008.
- O'NEILL, Alexandre Delgado. *Reportagem nos Açores*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.
- ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise (org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. Entonces es La mujer al hombre lo que La naturaleza a la cultura? In: AIBR *Revista de Antropología Iberoamericana*. Ed. Electronica, vol. 1(1), 2006.
- PAGU. Dossiê gênero e alimentação. Cadernos Pagu, nº 39. Campinas: Unicamp, jul/dez 2012.
- PAIVA, Raquel (org.). *O retorno da comunidade*. Os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PALMA, Milagros. *La femme nue ou la logique du male*. Paris: Côte-femmes, 1991[1986].
- PAULILO, Maria Ignez Silveira e SCHMIDT, Wilson (org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.
- PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. In: *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, jan/fev.1987, p. 64-70.
- _____. Maricultura e território em Santa Catarina – Brasil. *Cadernos de pesquisa*, nº 31, agosto de 2002.
- _____. Mares e marés, o masculino e o feminino no cultivo do mar. *Antropolítica* (UFF). Niterói/RJ. n. 15, p. 137-145, 2003.
- PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. *A reima do peixe. Proibições alimentares numa comunidade de pescadores*. Dissertação [Mestrado]. Brasília: UnB, 1975.
- _____. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PERALTA, Elsa. *A memória do mar*. Patrimônio, tradição e (re)imaginação identitária na contemporaneidade. Lisboa: UTL/ISCSP, 2008.
- _____. O mar como patrimônio: considerações acerca da identidade nacional portuguesa. In: ONETO, Francisco (coord.). *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2008.
- _____. “Somos todos marítimos”: uma etnografia das (in) visibilidades do poder na representação social do passado local em Ílhavo. *Etnográfica*, out.2010, 14 (3), p. 443-464.

- PEREIRA, Maria Fernanda S. *Gravidez, corpo e pessoa: a formação da criança na Costa da Lagoa (Florianópolis)*. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- PEREIRA, Sônia Maria Ribeiro. *Pesca e turismo na baía de Cascais: relações e influências*. UNL/FCSH, licenciatura em antropologia, 1999.
- PEREZ FONSECA, Andrea Lissett. *O sentido de ser guerrilheiro: uma análise antropológica do Exército de Libertação Nacional da Colômbia*. Tese [Doutorado]. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2008.
- PÉRON, Françoise e RIEUCAU, Jean. *La marimité aujourd’hui*. Paris: L’Harmatton, 1996.
- PESSENHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros – Trabalho na pesca de Itaipu*. Dissertação [Mestrado]. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977.
- PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.
- PIERUCCI, Antonio Flavio. A diferença faz diferença, ou a produtividade social da diferença. In: *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, cap. 5, 1999.
- PINHEIRO, Sérgio L. G. *Paradigm shifts in agricultural research, development and extension: a case study in Santa Catarina, Brazil*. Tese [Doutorado]. Austrália: University of Sydney, 1997.
- PORTO, Rozeli Maria. “Aborto legal” e o “cultivo ao segredo”: dramas, práticas e representações de profissionais de saúde, feministas e agentes sociais no Brasil e em Portugal. Tese [Doutorado]. Florianópolis: UFSC, 2009.
- QUEDA, Oriowaldo. *A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola*. Piracicaba, SP: Escola Superior de Agricultura. Tese [Livre Docência], 1987.
- QUEIRÓZ, Marcos de Souza. Representações de doenças e instituições de cura numa aldeia de pescadores. Dissertação [Mestrado]. Campinas: Unicamp, 1978.
- QUIST, Cornélie. Ampliar a definição de pescador. In: YEMAYA. Nº 19, agosto de 2005.
- RABINOW, Paul. *Reflections on fieldwork in Marocco*. Chicago: Berkeley University of Chicago Press, 1977.
- Relatório do VI Encontro de comunidades pesqueiras do sul catarinense. SAAI/Acarpesc, 1989.
- REZENDE, Claudia Barcellos. Mágoas de amizade: um ensaio em antropologia das emoções. In: *Mana*, v. 8, n 2. Rio de Janeiro, out. 2002.
- RIAL, Carmen. *Mar-de-dentro: a transformação do espaço na Lagoa da Conceição*. Dissertação [Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 1988.

- _____. Por uma Antropologia do Visual Contemporâneo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano I, n. 2, p. 119-128, jul/set. 1995.
- _____. Primeiro escritos sobre comida e identidade. *Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis, v.57, 2003.
- _____. Revisitando a etnografia Mar-de-dentro: pesca, turismo e a transformação do espaço social. In: Rial, Carmen e Godio, Matias. *Pesca e Turismo*. Etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006.
- RIBEIRO, Luiz da Silva. *Etnografia açoriana*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1982.
- RICOUER, Paul. Paris: *Magazine Litteraire*. Set/2000. p.19-68. Nº 390.
- _____. *O si mesmo como um outro*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.
- _____. *Tempo e Narrativa*. Tomo I, II e III. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994; 1995; 1997.
- ROBALO, Carlos. O povo do Rio: esboço etnográfico na borda d'água. In: ONETO, Francisco (coord.). *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2008.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho de e ECKERT, Cornélia. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- _____. *A memória como espaço fantástico*. Disponível em: www.estaçaoportoalegre.ufrgs.br. Iluminuras-Banco de imagens e efeitos visuais, PPGAS/UFRGS. Acesso em 03/07/2006.
- _____. *Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração*. Disponível em: www.estaçaoportoalegre.ufrgs.br. Iluminuras-Banco de imagens e feitos visuais, PPGAS/UFRGS. Acesso em 03/07/2006.
- ROGERS, Everett M. & PONCIANO, Carlos. *The convergence Project of the agricultural extension service and the drought in the Brazilian Northeast*. Brasília: EMBRATER, 1984.
- ROSALDO, Michele. A mulher, a cultura e a sociedade: Uma revisão teórica. In: ROSALDO, M. e LAMPHERE. *A Mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento inter-cultural*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos/PPGAS/UFRGS. Ano 1, nº.1, pp.11-36, 1995.
- ROSSO, Kelem Ghellere. *Plantadores do mar: A maricultura catarinense e o processo de exclusão dos produtores familiares*. TCC. Florianópolis: UFSC, 2010.

- RUA, Maria das Graças e ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”?* As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.
- RUFINO, Márcia Regina C.F. *Mediação cultural e reciprocidade no contexto das práticas turísticas em Florianópolis*. Florianópolis: PPGAS/UFSC. Tese [Doutorado], 2006.
- SAA/Epagri. *Relatório do 1º Encontro inter-regional de mulheres da área pesqueira – Baixo Vale do Itajaí e Litoral Norte*, 19/10/1993.
- SAHLINS, Marshal. *Como pensam os nativos*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.
- _____. Representing the Colonized: Anthropology’s Interlocutors. *Critical Inquiry*, v. 15, n. 2 (Winter, 1989), p. 205-225.
- SAMAIN, Étienne. Antropologia de uma imagem “sem importância”. In: *Revista Ilha*. Florianópolis: UFSC7PPGAS, 2003, p. 47-64.
- _____. Balinese Character (Re)Visitado. *Uma introdução à obra visual de Gregory Bateson e Margaret Mead*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.
- SAMARA, Maria Alice. Maria-Rapaz: romance de uma rapariga pobre. In: *Operárias e burguesas*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p.20-31.
- SANTOS, Clarice Schultz dos. *As moças que não podiam casar: o caso das extensionistas sociais da Acaresc (1956-1982)*. UFSC. TCC História, 2004.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, Lucy Woellner dos. A fusão pesquisa agrícola-extensão rural em Santa Catarina. UFSC: PPEP, 2001. Tese [Doutorado].
- SARMENTO, Clara. *Cultura popular portuguesa. Práticas, discursos e representações*. Porto: Ed. Afrontamentos, 2008.
- SAUTCHUK, Carlos E. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Tese [Doutorado], UnB, 2007.
- _____. Gestos, águas e palavras na pesca amazônica. In: *Anuário Antropológico*. 2010 II, 2011: 83-105.
- SCHNEIDER, David M. *A critique of the study of kinship*. Michigan: The University of Michigan Press, 1984, cap. 1-6; 12; 14-16.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*, vol. 16(2). Porto Alegre: UFRGS, 1990.
- _____. La querelle des femmes no final do século XX. In: *Revista de Estudos Feministas*, vol 9(2), SC. CFH/CCE/UFSC, 2001.
- _____. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13 (1): 11-30, janeiro-abril/2005.

SEBRAE/CEAG/FUCAT. *Análise da ação assistencial e extensionista de órgãos públicos e privados em área rural do estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 1981.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento rural e da Agricultura. *Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural*. Manual Operativo. Florianópolis: SDA, maio/2002.

SEEGER, Antony, DAMATTA, Roberto e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, nº 32, maio 1979, p. 2-19.

SEGATO, Rita Laura. El género en la antropología y más allá de ella. In: *Las estructuras elementares de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo/Universidad Nacional de Quilmes, 20003, cap. 2.

SEIBEL, Erni J. *Ciclos institucionais e ciclos de gestão pública: a trajetória da assistência rural do estado de Santa Catarina*. Revista Brasileira de administração contemporânea. Rio de Janeiro, ANPAD, v. a, nº8, p.311-324, 1995.

SEIFERT, R.Q. *Extensão Rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985)*. Dissertação [Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 1990.

SEMPERE, Maria Josep e SOUSA, Rogéria (coord.). *Estamos cá. Existimos. As mulheres na Pesca nos Açores*. Açores: UMAR Açores, 2008.

Serviço de extensão pesqueira. Superintendência do departamento da pesca. Plano Diretor, BNDE/Funtec, 1973.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais, p.61-71. In. *Agroecologia e desenvolvimento sustentável*. Revista Trimestral Emater/RS, 2000.

SILVA, Carmen Lúcia da. 1998. *Sobreviventes do extermínio*. Uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. Dissertação [Mestrado]. Florianópolis: UFSC.

SILVA, Célia Maria. *Ganchos: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: UFSC, 1992.

SILVA, Cristiani Bereta da. *As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” – relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979-2000*. Tese [Doutorado], Florianópolis: UFSC, 2003.

SILVA, Rubens Elias da. *Guiados por mares e peixes*. Tese [Doutorado]. Pernambuco: UFPE, 2012.

SILVA, Wagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Edusp, 2000.

- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: Velho, Otávio G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 11-25.
- SIMON, Álvaro Afonso. *As fases da extensão rural catarinense em relação ao manejo do meio ambiente*. Texto impresso. 2004.
- SMITH, Neil. A gentrificação generalizada. In: BIDOU-zachariasen, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos Outros*. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2003.
- SPERRY, Suzana. *O olhar da exclusão*. Comunicação e tecnologia de poder na pesquisa e extensão rural. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPGS. Dissertação [Mestrado], 1992.
- SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: *Toward a history of the vanishing present*. Mass: Harvard University Press, 1999[1985].
- _____. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010[1985].
- STERLING, Anne Fausto. Dualismos em duelo. In: *Cadernos Pagu*, vol.17/18, São Paulo/Campinas: Unicamp, 2001.
- STOCKINGJR, George W. *Observers observed*. Essays on Ethnographic Fieldwork, vol. 1, Wisconsin: Un. Of Wisconsin, 1983.
- STRATHERN, Marilyn. *After nature: English kinship in the late twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Prólogo, cap. 1 e recapitulação.
- _____. No limite de uma certa linguagem (Entrevista). In: *Mana*, 1999. 5(2): 157-175.
- _____. *Kinship, law the unexpected: relatives are always a surprise*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- _____. *O gênero da dádiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- TABET, Paola, La construction sociale de l'inégalité des sexes. Des outils et des corpos. Paris: L'Harmattan, 1998, p.9-21; 43-62.
- TAGLIARI, Paulo. *Analysis of the communication linkages between the research and extension agencies and evaluation of the research publications in the state of Santa Catarina, Brazil*. Dissertação [Mestrado]. Madison: University of Wisconsin, 1984.
- TAVARES, Maria das Graças de Pinho. Um estudo de tomada de decisão (decision making) na pesca artesanal: Icará (Ceará). Brasília: UnB, 1975.
- TEIXEIRA, Carla e QUINTELA, Maria Manuel (org.). Antropologia e água: perspectivas plurais. In: *Anuário Antropológico*. 2010 II/201: 9-22.

- TELES, Anamaria. *Sereias e anequis*, Florianópolis: PPGAS/UFSC. Dissertação [Mestrado], 2001.
- THOMPSON, Paul. Women in the fishing: the roots of power between sea. In: *Comparative studies in society and history*, nº 27 (1), p. 3-32.
- TILLEY, Christopher. The metaphorical transformations of Wala canoes. In: BUCHLI, Victor (ed.). *The material culture reader*. Oxford, New York, 2002, p. 27-55.
- TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1973. v.1. p. 96-116.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006[1992].
- TRINDADE, José Maria. *A Nazaré dos pescadores*. Nazaré: Ed. Colibri, 2009.
- UMRIGAR, Thrity. *A distância entre nós*, 2006.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Corpo presente*. Treze reflexões antropológicas sobre o corpo (org.). Oeiras: Celta, 1996.
- VASSEUR, Nadine. Les métamorphoses du temps. In: *Les incertitudes du corps*. Paris: Seuil, 2004, p.185-199.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 7ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004[1987].
- _____. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 31-48.
- VENN, Couze. *Individuation, relationality, affecty*: rethinking the human in relation to the living. In: *Body & Society*. v, 16 (I): 129-161, 2010.
- VICTORIA, Ceres, OLIVEN, Ruben Alves, MACIEL, Maria Eunice e ORO, Pedro (org.). *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004.
- VIEIRA, Maria Teresa Pita. *A comunidade de pescadores da Costa da Caparica*. UNL/FCSH. Licenciatura em antropologia, 1991.
- VIEIRA, Telmo Pedroso. *A transformação da cultura de base açoriana catarinense através do desenvolvimento da pesca e do turismo*: um estudo antropológico. Salamanca (ES), 2008. 610 f. Tese [Doutorado] - Universidade de Salamanca. Instituto de Estudios de Iberoamérica. Programa de Doctorado Interuniversitario Antropologia de Iberoamérica.
- VIEZZER, Moema. *“Se me deixam falar...”*. 9ªed. São Paulo: Global Editora, 1984.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Nativo Relativo. In: *Mana*, v. 8, n. Rio de Janeiro, abril de 2002.

_____. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: *a inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, p.183-264, 2002.

WACQUANT, Loïc. *Esclarecer o Habitus*. [HTTP://ler.letras.up.pt/up/oads/ficheiros/255.pdf](http://ler.letras.up.pt/up/oads/ficheiros/255.pdf). Acesso em 15/08/2012.

WAGNER, Roy. *The invention of culture*. Chicago: The Chicago Univ. Press, 1981 [1975].

_____. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1975].

WEBER, Max. *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada*. Petrópolis: Vozes, 1993[1918], p.517-580.

_____. A objetividade do conhecimento das Ciências Sociais. In: Cohn, Gabriel (org.). *Sociologia: Max Weber*. São Paulo: Ática, 1989, 70-127.

_____. Textos Selecionados. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980[1978].

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979[1946].

WOLF, E. R. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: *Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf*. Bela Feldman-Bianco & Gustavo L. Ribeiro (org.). Brasília: Ed. da UnB, 2003, p. 325-343.

WOLFF, Cristina Scheibe e RÉCHIA, Karen C. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

_____. *Mulheres da floresta*. Uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá - Acre. 1870-1945. *Revista de Ciências Humanas*. (Florianópolis), vol. 15, n. 21, abril de 1997.

WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da colônia Blumenau*. Cotidiano e trabalho. (1850-1900). São Paulo: PUC/SP Dissertação [Mestrado], 1991.

WOORTMANN, Ellen. A árvore da memória. In: *Série Antropologia*, nº. 159. Brasília, 1994.

_____. *Homens de hoje, mulheres de ontem*. Gênero e memória no seringa. In: Anais da II Semana de Antropologia - Memória e Identidade. Instituto de Pesquisas UFGO, Goiânia, 1997.

- _____. "Família, mulher e meio-ambiente no seringal". In: *Além dos territórios* (Orgs. Niemeyer e Pietrafesa de Godoi), Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- _____. Identidades e Memória entre Teuto-Brasileiros: os dois lados do Atlântico. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 6, nº 14, Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- _____. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. Brasília: HUCITEC/Ed.UnB, 1995.
- _____. *Colonos e Sitiantes: Um Estudo Comparativo do Parentesco e da Reprodução Camponesa*. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Tese de Doutorado, 1988.
- _____. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. In: *Revista Estudos Feministas*, v.15 n.2, Florianópolis maio/ago. 2007
- WOORTMANN, Klaas. A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino. In: *Revista de Ciências Sociais*, 1986, 29 (1), p.103-30.
- _____. "Com parente não se neguecia". *Anuário Antropológico*. Número 87, 1990
- XINRAN. *As boas mulheres da China*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ZALUAR, Alba. As mulheres e a direção do consumo doméstico. In: ALMEIDA, M.S.K e outros. *Colcha de retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ZARUR, George. Repensando O Conceito de Matrifocalidade. In: *Cadernos de Antropologia*, v. 15, 1976.
- _____. Os pescadores do Golfo. Rio de Janeiro: Achiame, 1984.
- ZONABEND, Françoise. *Une perspective infinie. La mer, Le rivage et la terre à La Hague (presqu'île du Cotentin)*. Paris: Étude Rural, 1994.

Sites

<http://www.fao.org/FOCUS/S/fisheries/women.htm>

<http://www.conjur.com.br/2012-mai-13/justica-obriga-uniao-pagar-seguro-defeso-mulheres-pescadores-rs>

http://coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=12:mulheres-na-pesca-trabalho-e-lutas-por-reconhecimento-em-diferentes-contextos&tmpl=component&print=1

http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_content&view=article&id=352:a-invisibilidade-das-pescadoras-artesanais-na-cadeia-produtiva-da-pesca-e-no-meio-ambiente-pesqueiro&catid=17&Itemid=70

<http://wp2.oktiva.com.br/portaldomar-bd/files/2010/08/pescadoras-do-Brasil.pdf>

www.youtube.com/tvepagri. Comunidades de Pescadores de Barra do Sul, 09:40'.

www.youtube.com/tvepagri. Mulheres Pesqueiras, 07:34'.

www.youtube.com/tvepagri. Pesca Artesanal. Içara, 10:00'.

www.youtube.com/tvepagri. Pesca Costeira de Rede - São José, 07:40'.

www.youtube.com/tvepagri. Especial Mulher pescadora, 08'.

www.naterranaonalua.com